

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA – ICHF
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL - PPGH
NÍVEL: DOUTORADO

ANDRÉ SOUZA BRITO

“Cristianismo Ateu”

**O Movimento Ecumênico nas malhas da repressão militar do
Brasil, 1964-1985.**

Niterói, RJ
2014

ANDRÉ SOUZA BRITO

“Cristianismo Ateu”: O Movimento Ecumênico nas malhas da repressão militar do Brasil, 1964-1985.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História Social.

Área de Concentração: História Contemporânea.

Orientador:
Prof. Dr. Norberto Osvaldo Ferreras

**Niterói, RJ
Março de 2014**

B862 Brito, André Souza.

“Cristianismo ateu”: o movimento ecumênico nas malhas da repressão militar do Brasil, 1964-1985. / André Souza Brito. – Niterói, 2014.

414 f.

Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense.

Orientador: Norberto Osvaldo Ferreras.

1. Movimento ecumênico. 2. Ditadura. 3. Comunidade de Informações. I. Ferreras, Norberto Osvaldo. II. Título.

CDD 200.981

ANDRÉ SOUZA BRITO

“Cristianismo Ateu”: O Movimento Ecumênico nas malhas da repressão militar do Brasil, 1964-1985.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História Social.

Área de Concentração: História Contemporânea.

Aprovada em 28 de março de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Norberto Osvaldo Ferreras – UFF
Orientador

Prof. Dr. Alexandre Fortes – UFRRJ

Caetana Maria Damasceno – UFRRJ

Daniel Aarão Reis Filho – UFF

José Ricardo Ramalho – UFRJ

Niterói, RJ
2014

Para Quésia e Acsa, dádivas de
Deus em minha vida.

AGRADECIMENTOS

Finalmente, é chegado o momento de render graças a Deus e de registrar nomes de pessoas e de instituições que contribuíram para que este trabalho se concretizasse.

Agradeço ao professor Dr. Norberto Ferreras, pela disponibilidade e generosidade de me acolher como orientando depois de mais de um ano de início do curso. Sua capacidade de ouvir, encorajar e de apontar caminhos foi fundamental para o êxito desta empreitada. Suas leituras atentas aos meus textos muito me ajudaram a organizar melhor as ideias.

À Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de estudos concedida durante o último ano do curso.

Ao professor Dr. Daniel Aarão Reis Filho, por me receber em sua residência em um momento difícil para mim, quando cheguei a pensar que meu futuro acadêmico estaria comprometido. Ele me tranquilizou, me estimulou a ir adiante e me apresentou ao prof. Norberto, que prontamente aceitou assumir o trabalho de orientação. Na ocasião, recebi o mesmo estímulo da professora Caetana, a quem agradeço, pois foi ela quem me aconselhou a procurar o prof. Daniel.

À professora Dr.^a Caetana Damasceno e ao professor Dr. José Ricardo Ramalho, pelas participações na Banca de Qualificação e pelas importantes sugestões, elogios e críticas construtivas tecidas ao trabalho, as quais muito contribuíram para que ele tomasse uma forma mais bem definida.

Ao amigo Hugo Leonardo Borba, por ter me emprestado sua coleção de revistas *Tempo e Presença*.

Ao amigo Flávio Vaz, pela tradução do resumo para o inglês.

Aos graduandos do Ciclo Profissional do curso de História da UFF, que se inscreveram e permaneceram firmes até o fim da disciplina *Relações de Poder, Religião e Sociedade*, que ministrei durante o segundo semestre de 2013, na modalidade de estágio doutoral. Seus comentários e sugestões aos meus textos foram considerados durante a etapa final de elaboração da tese.

Novamente à prof.^a Caetana e ao prof. José Ricardo Ramalho, por suas participações na Banca Final, a qual foi composta ainda pelos professores Drs. Alexandre Fortes, Daniel Aarão Reis e Norberto Ferreras, aos quais manifesto minha gratidão. Também gostaria de agradecer uma vez mais ao prof. José Ricardo Ramalho por ter me presenteado com um exemplar do livro que organizou sobre a vida de Jether Ramalho, seu pai.

À Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal Fluminense (UFF), entre outras coisas, por ter me concedido apoio financeiro para a

realização de duas viagens de pesquisa a São Paulo, durante o ano de 2011, e pela reprodução de todos os exemplares deste trabalho necessários para a realização da Banca Final, bem como da versão definitiva da tese.

Aos funcionários da secretaria do PPGH-UFF.

À professora Dr.^a Samantha Quadrat, do PPGH-UFF, pelas indicações bibliográficas e pela indicação do arquivo do CEDIC-PUC.

À professora Dr.^a Gladys Sabina Ribeiro, pela disciplina “Nova História Política”, ministrada no âmbito do PPGH-UFF e ao prof. Dr. Renato Lemos, pela disciplina “Ditadura militar e política no Brasil – historiografia e história”, que cursei no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), na UFRJ. A oportunidade de ter estudado com estes professores proporcionou o enriquecimento do meu conhecimento histórico e historiográfico, sobretudo do ponto de vista teórico e metodológico, o que se refletiu na forma como o objeto de estudo foi construído neste trabalho.

Aos funcionários do CEDIC-PUC-SP, da Coordenação Regional do Arquivo Nacional, em Brasília, do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) e do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), por terem me ajudado a localizar fontes imprescindíveis à realização deste trabalho.

À Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ), por ter me concedido licença, com vencimentos, das atividades de docência durante o último ano do curso.

À Fundação Educacional de Volta Redonda (FEVRE), pelo auxílio financeiro durante os quatro anos do curso e, especialmente, ao seu diretor administrativo, Júlio Cesar de Oliveira Cyrne, pela licença das atividades do Colégio José Botelho de Athayde, concedida durante três meses de 2014 para a conclusão do trabalho de redação.

Aos colegas funcionários, professores, equipe técnica e diretiva do Colégio José Botelho de Athayde, pelo companheirismo, torcida e compreensão em diversos momentos dessa trajetória, em especial, à diretora Maria Aparecida Maurício, por seu apoio.

Aos meus pais Domingos e Vera, ao meu irmão Emílio e minha sobrinha Thalane, pelo apoio, incentivo constante, orações e por terem compreendido minhas ausências nas reuniões de família.

Aos meus sogros Célio e Neusa, e à minha cunhada Queren e seu esposo, Irineu Júnior, os quais me ajudaram com sua torcida e oração.

À Acsa, minha filha tão aguardada, que nasceu quando ainda me encontrava na metade do curso, e, mesmo tão pequenina, teve que renunciar a muitos momentos com o pai. Contemplar seu sorriso lindo a cada dia me deu mais ânimo para a caminhada acadêmica que me trouxe até aqui.

À Quésia, minha querida esposa, amiga e companheira de todas as horas, inclusive daquelas em que, diante do peso das obrigações acadêmicas e laborais, eu me sentia cansado e, às vezes, desanimado. Ela sempre me apoiou durante esses quatro anos, compreendeu minhas ausências em função de tantas idas e vindas de Niterói, de pesquisas em arquivos, de leituras intermináveis, das aulas recebidas e ministradas, da escrita da tese, das noites mal dormidas, etc. Espero que de agora em diante ela possa colher os frutos por ter renunciado a tantas coisas.

Os méritos que porventura possam ser atribuídos a este trabalho se devem à contribuição de várias pessoas, mas as falhas, inconsistências e lacunas são responsabilidades minhas apenas.

RESUMO

Esta tese tem como objetivo mapear, analisar e discutir ações empreendidas e discursos proferidos por um setor do chamado “movimento ecumênico”, bem como explicitar as formas pelas quais ele foi vigiado, investigado, perseguido, e, sobretudo, representado nos documentos da chamada “comunidade de informações e de segurança” da ditadura brasileira, entre 1964 e 1985. Algumas dessas ações podem ser caracterizadas como “ecumenismo de serviço”, outras como “ecumenismo político”, subdividindo-se em “ecumenismo de resistência”, de “contestação” ou “denúncia profética” das violações de direitos patrocinadas pelo regime ditatorial. Em todos os casos, esteve presente certa perspectiva de “unidade ecumênica” pautada, sobretudo, no anseio de contribuir para a implementação da “justiça social” e para concretização da vigência plena dos “direitos humanos”, resultando em diferentes iniciativas de solidariedade para com setores vítimas da repressão militar e com aqueles situados nos estratos inferiores da pirâmide social. Assim, o estudo pretende verificar a dimensão política de oposição, contestação e denúncia contida em diferentes iniciativas de indivíduos e instituições cristãs, católicas e protestantes, contra arbitrariedades patrocinadas pelo regime instaurado com o golpe civil-militar de 1964. Dentre outras instituições pesquisadas, encontram-se o Conselho Mundial de Igrejas (CMI), o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), o Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul (CLAMOR). As principais fontes mobilizadas para fundamentar esta investigação constituem-se de documentos outrora confidenciais, sigilosos ou secretos, produzidos por órgãos do aparato de informações e de repressão da ditadura como o Serviço Nacional de Informações (SNI), o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), o Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), dentre outros. Muita tinta e papel foram gastos por agentes lotados nesses órgãos com o propósito de compreender e manter sob vigilância religiosos (pastores, bispos e leigos) vinculados a essas entidades ecumênicas. Eles acompanhavam declarações públicas, os movimentos sociais alvos do apoio dos religiosos, a repercussão social das suas iniciativas, sobretudo as críticas contra o regime e as denúncias de violações de direitos humanos, as tendências de cada líder (se moderado, conservador, progressista ou pastoralista), as ligações com entidades estrangeiras humanitárias, a entrada de recursos financeiros, a relação com as demais entidades religiosas e com o Estado, etc. Em função desse tipo desse engajamento sociopolítico, muitos desses indivíduos foram qualificados naqueles documentos como “esquerdistas”, “comunistas”, “subversivos” e suas instituições foram vistas como “promotoras da luta de classes e do inconformismo das massas”, “órgãos de fachada do comunismo internacional”, dentre outros qualificativos.

Palavras-chave: Movimento Ecumênico. Ditadura. “Comunidade de Informações”.

ABSTRACT

This thesis aims to map, to analyze and to discuss actions undertaken and pronounced speeches by a sector of the so-called “ecumenical movement” as well as to explain the ways in which he was watched, investigated, pursued, and above all, represented in the documents of the called “intelligence community and security” of the Brazilian dictatorship between 1964 and 1985. Some of these actions can be characterized as “ecumenism of service”, others as “political ecumenism”, subdivided into “ecumenism of resistance”, of “contestation” or “prophetic denunciation” of rights violated sponsored by the dictatorial regime. In all cases, it was present certain perspective of “ecumenical unity” guided especially in the desire to contribute to the implementation of “social justice” and to the concretion of full validity of the “human rights”, resulting in different initiatives of solidarity with sectors victims of military repression and with those located in the lower strata of the social pyramid. Thus, the study aims to verify the political dimension of opposition, contestation and denunciation contained in different initiatives of individuals and Christian institutions, Catholic and Protestant institutions against arbitrariness sponsored by regime established with military-civilian coup of 1964. Among other surveyed institutions are the World Council of Churches (WCC), the Ecumenical Center for Documentation and Information (CEDI), the Ecumenical Coordination of Service (CESE), the Committee in Defense of Human Rights to the Countries of the Southern Cone Countries (CLAMOR). The main sources mobilized to substantiate this research are made up of documents once confidential, sensitive or secret, produced by organs of the apparatus of information and repression of the dictatorship as the National Information Service (SNI), the Information Center of the Navy (CENIMAR), the Information Center of the Army (CIE), the Information Center of Aviation Safety (CISA), the Department of Political and Social Order (DOPS), among others. Much ink and paper were spent costs by agents were located by agents these organs in order to understand and keep under surveillance the religious (pastors, bishops and laity) tied to such ecumenical entities. They followed public statements, social movements targets of the support of religious, the social repercussion of its initiatives, especially the criticism against the regime and the allegations of human rights violations, the trends of each leader (if moderate, conservative, progressive or pastoralist), the links with foreign entities humanitarian, the inflow of financial resources, the relationship with other religious entities and the State, etc. Due to this type of this sociopolitical engagement, many of these individuals were qualified in those documents as “leftists”, “communists”, “subversives” and its institutions were seen as “promoters of class struggle”, “disseminators of the non-conformism of the masses”, “organ of facade of the international communism”, among other qualifying.

Key words: Dictatorship. Ecumenical Movement. “Intelligence Community”.

ABREVIATURAS E SIGLAS

AP – Ação Popular

APERJ – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

APML – Ação Popular Marxista-Leninista

BNM – Brasil: Nunca Mais

CEB – Confederação Evangélica do Brasil

CEBI – Centro de Estudos Bíblicos

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação

CEI – Centro Evangélico de Informações

CELA – Conferência Evangélica Latino-Americana

CELADEC – Comissão Evangélica Latino-Americana de Educação Cristã

CELAM – Conferência Episcopal Latino-Americana

CENIMAR – Centro de Informações da Marinha

CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviços

CISA – Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica

CIE – Centro de Informações do Exército

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

CLAI – Conselho Latino Americano de Igrejas

CLAMOR – Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul

CMI – Conselho Mundial de Igrejas

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CONIC – Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil

DEOPS – Departamento Estadual de Ordem Política e Social

DGIE – Departamento Geral de Investigações Especiais

DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

DSI – Divisão de Segurança e Informações

DSN – Doutrina de Segurança Nacional

ESG – Escola Superior de Guerra

ESNI – Escola Nacional de Informações

FENIP – Federação Nacional de Igrejas Presbiterianas

IBAB – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPB – Igreja Presbiteriana do Brasil
IPES – Instituto de pesquisas e Estudos Sociais
IPI – Igreja Presbiteriana Independente
IPM - Inquérito Policial-Militar
IPU – Igreja Presbiteriana Unida
ISAL – Igreja e Sociedade na América Latina
ISER – Instituto Superior de Estudos da Religião
MJDH – Movimento de Justiça e Direitos Humanos
OBAN – Operação Bandeirante
OEA – Organização dos Estados Americanos
OLAS – Organização Latino-Americana de Solidariedade
ONU – Organização das Nações Unidas
REI – Relatório Especial de Informações
SIM – Serviço de Integração do Migrante
SISNI – Sistema Nacional de Informações
SISSEGIN – Sistema de Segurança Interna
SNI – Serviço Nacional de Informações
SNI-ARJ – Serviço Nacional de Informações - Agência Rio de Janeiro
SNI-ASP – Serviço Nacional de Informações – Agência São Paulo
TPP – Testemunhos Pró-Paz
UCEB – União Cristã de Estudantes do Brasil
UDN – União Democrática Nacional
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Da natureza das fontes e do objeto de estudo: considerações adicionais.....	23
Outros aspectos teórico-metodológicos.....	43
CAPÍTULO I: REGIME MILITAR NO BRASIL, PROTESTANTISMOS E MOVIMENTO ECUMÊNICO	51
“Inimigos internos” e a construção dos Serviços de Informações	51
Regime militar e protestantismos: aproximações, apoio e oposição	75
Origem e desenvolvimento do progressismo ecumênico	78
 CAPÍTULO II: O CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO (CEDI) E SEUS ATIVISTAS.....	96
De Centro Evangélico de Informação (CEI) a Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI)	96
Pastores e leigos “esquerdistas”, “comunistas” e “subversivos”	109
<i>Boletim CEI</i> e revista <i>Tempo e Presença</i> “acirrando a luta de classes”	146
 CAPÍTULO 3: O CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS: UM ATOR DO POLÍTICO NO CENÁRIO DITATORIAL DOS ANOS 1960 AOS ANOS 1980.....	165
Sumário das ações do Conselho Mundial de Igrejas durante a ditadura.....	169
O Conselho Mundial de Igrejas durante “os anos de chumbo”	173
Exilados e denúncias de tortura praticadas pela ditadura do Brasil	179
A imagem do Conselho Mundial de Igrejas durante a “abertura política”	182
Outras atividades do Conselho na América Latina segundo o SNI.....	190
O SNI na busca da gênese “subversiva” do CMI	193
 CAPÍTULO 4: COORDENADORIA ECUMÊNICA DE SERVIÇO (CESE): DIREITOS HUMANOS EM PERSPECTIVA AMPLIADA	228
Origens, inspiração, propostas e perspectivas teológico-políticas	228
A Declaração Universal dos Direitos Humanos ecumênica	246
CESE, CONIC e “Movimento Religioso”: análises do general “sociólogo”	256
 CAPÍTULO 5: MÚLTIPLAS DIMENSÕES DO ECUMENISMO EM SÃO PAULO	290
O Cardeal e o Pastor: “Ecumenismo e direitos humanos se pertencem.”	290
O Cardeal, o Rabino e o Pastor e o ecumenismo de “denúncia profética”	295
Solidariedade ecumênica sem fronteiras: outra face do humano em tempos de barbárie	311
Redes ecumênicas de apoio às lutas do movimento operário	338
O Congresso Internacional Ecumênico de Teologia (CIET)	347
Progressistas ecumênicos ante a “reação conservadora” do Vaticano	354
Aspectos da dimensão ecumênica nos bastidores do projeto <i>Brasil: Nunca Mais</i>	359
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	393
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	403
 FONTES DOCUMENTAIS	412

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende, entre outras coisas, mapear, explicitar, analisar e discutir ações empreendidas e discursos proferidos por um setor do chamado “movimento ecumênico” e as formas pelas quais tais iniciativas foram monitoradas, investigadas, lidas, interpretadas, e, sobretudo, representadas nos documentos da chamada “comunidade de informações e de segurança” ou “serviços de inteligência”¹ do regime militar brasileiro entre 1964 e 1985.² Em outros termos, objetiva-se compreender para além dos discursos e práticas do movimento ecumênico, as suas representações³ construídas pelos agentes estatais nos citados documentos.

O setor do “movimento ecumênico” alvo de nossa análise constituiu-se de diferentes modalidades de ecumenismo ou de múltiplas formas de relações ecumênicas, levadas a cabo por indivíduos e instituições, sobretudo, cristãs, católicas e protestantes.⁴ Algumas ações poderiam ser caracterizadas como “ecumenismo de serviço”, outras como “ecumenismo político”, subdividindo-se em “ecumenismo de resistência” ou de “contestação” ou, ainda, de “denúncia profética” ante as violações de direitos patrocinadas pela ditadura. Em todos os casos, esteve presente certa perspectiva de “unidade ecumênica” que se pautava, sobretudo, no anseio de contribuir para a concretização da assim chamada “justiça social” em associação com a vigência plena dos chamados “direitos humanos”, resultando em diferentes iniciativas de solidariedade para com setores vítimas da repressão militar e com aqueles situados nos estratos inferiores da pirâmide social.⁵

Conforme veremos no decorrer da análise, as formas de agir dos ecumênicos com vistas a cumprirem aquilo que entendiam ser papel dos cristãos na sociedade, isto é, como

¹ A literatura especializada faz uma distinção entre os termos “inteligência” e “informação” quando aplicada aos órgãos estatais responsáveis por monitorar atividades consideradas “perigosas” aos interesses da chamada “segurança nacional”. Entretanto, para os propósitos deste trabalho utilizaremos as expressões de forma intercambiável, privilegiando a segunda, pois era o termo mais utilizado nos próprios documentos. O termo inteligência é mais recente nos serviços secretos brasileiros. cf. BRANDÃO, Priscila Carlos. *A Agência Brasileira de Inteligência: gênese e antecedentes históricos*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000. e ANTUNES, Priscila. “Ditaduras militares e institucionalização dos serviços de informações na Argentina, no Brasil e no Chile”. In: FICO, Carlos et. al. (orgs.). *Ditadura e Democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

² Por extensão, pretendemos apontar alguns casos de pessoas ligadas ao movimento ecumênico que sofreram perseguição e repressão de alguns dos órgãos da mesma “comunidade”.

³ Adiante explicitaremos as referências teóricas que apoiarão nossa abordagem da problemática.

⁴ A despeito da importância histórica em termos de desdobramentos políticos das iniciativas que serão narradas neste trabalho, é importante destacar que esse movimento ecumênico alvo de nosso estudo contou com a participação de um número relativamente pequeno de pessoas. Nesse sentido, se tratou de um movimento empreendido por uma minoria dos cristãos das diferentes igrejas que aqui serão citadas.

⁵ Ao longo do trabalho apresentaremos os significados desses conceitos para os atores sociais alvos da pesquisa.

percebiam a relação igreja e sociedade, fé e política, confrontavam-se com diversos obstáculos advindos do modelo de desenvolvimento socioeconômico e político sustentado pelo regime instaurado com o golpe de 1964. Na concepção desse setor do movimento ecumênico, a solução não era a de uma luta armada contra o regime, mas a de operar “nas brechas do sistema”, no incentivo à organização e ao fortalecimento dos movimentos populares e dos segmentos vistos como os mais afetados pela desigualdade social durante a ditadura.⁶

Portanto, um aspecto do movimento ecumênico que ficará de fora da análise diz respeito às ações oriundas do que se convencionou denominar de “ecumenismo de cúpula” ou de “cavaleiros”, cuja finalidade fundamental seria a busca de soluções para as divergências teológicas e doutrinárias que durante muito tempo separaram as igrejas. Nesse sentido, um dos maiores objetivos desse segmento seria o de fomentar consensos e aproximações que propiciassem a unificação ou, no mínimo, algum formato de unidade entre elas. Outra forma de caracterizar essa perspectiva ou tais interesses é a utilização da expressão “ecumenismo eclesiástico”⁷.

Nosso objeto, portanto, diz respeito a um segmento do movimento ecumênico constituído de iniciativas de cristãos de diferentes instituições, o qual empunhou bandeiras de lutas sociais que, na percepção dos agentes dos órgãos de repressão da ditadura militar, estavam por demais associadas com a “pregação esquerdista”, “comunista”, “subversiva”, etc., e, por tudo isso, foi vigiado, perseguido e, em alguns casos, reprimido. A atuação de tais ecumênicos ao longo do regime militar tinha em vista, entre outras coisas, colocar em prática aquilo que entendiam ser o mais coerente com a missão do cristianismo que professavam, em uma época de censura, cerceamento das liberdades constitucionais e de repressão política. Animava-os, assim, a perspectiva de um “cristianismo encarnado”, comprometido com a busca por soluções para os problemas do “aqui e agora” do mundo dos viventes.⁸ Para muitos

⁶ A totalidade das ações do movimento ecumênico, sobretudo as de construção redes de contestação à ditadura, que se procurará reconstituir neste trabalho representa uma abordagem diferente da maior parte dos trabalhos sobre o período 1964-1985. É que, segundo Carlos Fico, “a luta armada sempre atraiu mais a atenção dos estudiosos”. Cf. FICO, Carlos. “Prefácio”. In: GREEN, James N. *Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 13. As formas de resistência que descreveremos, protagonizadas por indivíduos de alguma forma ligados a igrejas cristãs, também podem ser enquadradas na noção de “resistência democrática”. Elas ainda representam uma exceção no conjunto de trabalhos que se dedicam ao estudo da ditadura. Desse modo, sob nosso ponto de vista, existe um desequilíbrio da produção historiográfica e histórica neste aspecto, em função da significação histórica das ações empreendidas pelo movimento ecumênico, conforme veremos.

⁷ Cf. BOCK, Carlos G. *O Ecumenismo Eclesiástico em Debate. Uma análise a partir da proposta ecumênica do CONIC*. São Leopoldo: IEPG-Sinodal, 1998.

⁸ Desde já alertamos para o fato de que a dimensão religiosa ou as ideias religiosas e bíblicas, sobretudo, dos que protagonizaram o movimento ecumênico alvo de nosso interesse não receberá tanto espaço em nossa abordagem.

deles, o cristianismo deveria assumir a missão do que seus teólogos classificavam de “denúncia profética” das injustiças sociais e dos crimes contra os direitos humanos. Paralelamente, a solidariedade para com os “oprimidos” assumia lugar central nessa perspectiva cristã. Assim, duas concepções que fundamentavam tais iniciativas ecumênicas eram “justiça social” e “direitos humanos.”

Em todas as modalidades de ecumenismo verificadas no presente trabalho, observou-se o apoio de entidades do exterior, especialmente da Europa e da América do Norte, constituindo-se verdadeiras conexões ecumênicas internacionais, que funcionavam através de redes tecidas por indivíduos e organismos, entre os quais se destacou o Conselho Mundial de Igrejas (CMI). O financiamento do Conselho, e também de outras agências, foi determinante para que diversos projetos ecumênicos pudessem se postos em prática pelas entidades brasileiras.

Convém assinalar que nossa proposta metodológica conferirá especial atenção ao “olhar” lançado pelos “inimigos” desse movimento ecumênico. Esse “olhar”, ou ângulo de observação, resultou na construção de diferentes imagens ou representações⁹ a seu respeito. Elas têm muito a nos dizer acerca do movimento ecumênico em si e da própria natureza do regime militar e seus agentes. Porém, nossa intenção não é apenas entender como os tais ecumênicos foram descritos pelos agentes do Estado ditatorial, mas explicitar as particularidades inerentes às diferentes formas de expressão do referido segmento do movimento ecumênico, ainda pouco conhecido da historiografia dedicada ao período. Interessa-nos, assim, compreender tanto o movimento ecumênico como a forma como ele foi representado.

Importa registrar que a materialização de tais relações ecumênicas se deu através de variadas maneiras: Episódios como, por exemplo, a realização de “cultos ecumênicos” envolvendo instituições, Igrejas e/ou agências ecumênicas, especialmente o Conselho Mundial de Igrejas (CMI), e indivíduos (pastores, padres, leigos protestantes e católicos, etc.), objetivando direcionar a atenção da dita “opinião pública” para a repressão desencadeada pelo regime militar contra seus opositores.

Isso porque os autores que citaremos ao longo da narrativa, sobretudo os teólogos Júlio de Santa Ana e Zwinglio Mota Dias, já explicitaram essa dimensão do movimento ecumênico. Assim, estamos mais interessados em demonstrar a dimensão sociopolítica de tais iniciativas, para além da fé ou da crença *stricto sensu*. Interessa-nos, assim, investigar as implicações de um tipo de postura teológico-política que levou tais indivíduos ao engajamento em diferentes instituições com vistas a colocar em prática o que consideravam ser uma luta pela transformação da realidade.

⁹ Utilizaremos o conceito de representações na acepção dada por Roger Chartier em diálogo com Pierre Bourdieu, conforme discutiremos mais adiante.

Ajuda humanitária a exilados e refugiados políticos perseguidos pelo regime brasileiro ou pelas ditaduras do chamado “Cone Sul” também foi outra iniciativa. As entidades ecumênicas do Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul, o CLAMOR, de São Paulo, e a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), de Salvador, são exemplos dessa modalidade de atuação ecumênica.

Criação de organismos ecumênicos, a exemplo do Centro Ecumênico de Documentação e Informações (CEDI), do Rio de Janeiro que, entre outras ações, prestava assessoria de diversas formas aos setores do movimento popular, incluindo, os migrantes, os posseiros, os trabalhadores sem-terra, os índios, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica e de algumas Igrejas protestantes, ao movimento operário, etc. O CEDI também se dedicou a realizar pesquisas e documentações das lutas populares e das ações das Igrejas concernentes a elas, bem como editou publicações fundamentais ao trabalho de incontáveis entidades do movimento ecumênico no Brasil e no mundo, com destaque para o *Boletim CEI* e para a revista *Tempo e Presença*. As ligações entre as entidades nacionais e internacionais constituíram extensas redes de solidariedade, operando nos bastidores do regime militar do Brasil e das ditaduras do Cone Sul, através de apoio financeiro para a execução de projetos de diferentes naturezas, estabelecendo intercâmbios de entidades brasileiras com organismos estrangeiros em torno de produção e distribuição de publicações, ajuda a refugiados políticos, denúncias de violações dos direitos humanos, etc.

Conforme aventamos, tais redes ecumênicas articuladas por indivíduos e entidades brasileiras, latino-americanas e europeias foram alvo de constante vigilância de agentes estatais lotados em vários órgãos da “comunidade de informações e de segurança” devido, sobretudo, à sua amplitude e ao perfil oposicionista em relação aos regimes militares de outrora. O monitoramento dos agentes estatais citado resultou na produção de farta documentação, da qual emergem representações das mais variadas, intentando caracterizar os diferentes atores sociais que protagonizaram o movimento ecumênico alvo de nosso estudo. Algumas dessas redes eram simples, baseadas em alguns contatos pessoais no exterior.

Outras, no entanto, eram complexas e extensas, através das quais circulavam fluxos constantes de ideias, de *know-how*, de dinheiro e de pessoas imbuídas de ideais semelhantes, entre os quais: a vontade de combater as condições de exploração e de contribuir para sanar os problemas dos segmentos mais afetados pela desigualdade social (um exemplo dessa vertente do movimento ecumênico pode ser observado na criação da CESE, conhecida como uma “entidade ecumênica de serviço” junto a setores empobrecidos, sobretudo, da Bahia); o desejo

de ajudar pessoas atingidas por torturas ou perseguição política, vertente materializada pelo CLAMOR e também pela CESE, entre outras entidades.

O principal eixo norteador ou o pilar mestre que sustentava tais relações ecumênicas ou o referido segmento do movimento ecumênico era a convicção de que deveriam interferir e/ou contribuir, de alguma forma, com o fortalecimento daquilo que denominavam de “processo de libertação dos pobres”. Portanto, suas ideias e práticas estavam impregnadas do que se convencionou chamar, na época, de Teologia da Libertação, uma doutrina teológica, e política, surgida ao longo dos anos 1960 e 1970 que, entre outras coisas, indicava que os cristãos deveriam participar da construção do "Reino de Deus" nessa terra, ao invés de aguardá-lo pacientemente para a vida além-túmulo.

Inevitavelmente, essa perspectiva de busca por transformações em uma época em que o Estado se apresentava como guardião da “democracia cristã ocidental”, mas que, de fato, constituía-se no elemento fundamental de sustentação de um sistema capitalista de exacerbada exploração e concentração de renda, acabava por situar os cristãos ecumênicos no campo da oposição ao regime militar. Em função destas e de outras questões, foram alvos de suspeição e, em alguns casos, de repressão física e psicológica aplicadas pelos agentes dos órgãos de informações e de segurança. Convém ressaltar que interessa-nos tanto captar a dimensão política dos discursos e práticas manifestadas nas ações de personagens e instituições ligadas ao universo do cristianismo ecumênico quanto compreender a forma como tais iniciativas foram apreendidas, interpretadas e representadas nos documentos produzidos pelos agentes estatais.

Há uma justificativa para o fato de termos escolhido apenas algumas entidades ecumênicas para compor o objeto central de estudo. Os principais critérios que balizam este recorte levam em conta o grau de oposição e o perfil crítico que revestiam e motivavam suas práticas em face do *status quo* sustentado pelo regime político e o sistema econômico de então. Nesse sentido, o intuito é compreender o papel desempenhado pelo setor do movimento ecumênico cujas iniciativas foram pautadas em uma perspectiva política que tinha no horizonte a cooperação de diferentes forças, em suas mais variadas modalidades, com vistas a contribuir com os esforços voltados para a busca da transformação da sociedade. Ademais, consideramos impraticável tomar como objeto de análise todas as organizações ou entidades ecumênicas que atuaram no período, bem como analisar a totalidade do movimento ecumênico.

Acreditamos que o recorte espacial constituído pelos três pólos, Rio, Salvador e São Paulo, através dos exemplos da atuação do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI-1965)¹⁰, a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE-1973) e do Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul (CLAMOR-1978) e outras iniciativas carreadas pela parceria entre dom Paulo Evaristo Arns e o pastor Jaime Wright, contando todas com o apoio do CMI, bem como de outras agências estrangeiras, representa uma amostra significativa da dimensão crítica e combativa fomentada e protagonizada por aquele segmento do movimento ecumênico.

O trabalho dessas instituições e indivíduos a ela ligados deve ser considerado dentro de um contexto de fortalecimento da sociedade civil que tentava se rearticular nos anos de repressão e cerceamento vários impostos pela ditadura. Desse modo, consideramos que as ações dos ecumênicos devem ser compreendidas enquanto um movimento social cuja tônica era a “resistência pacífica” à ditadura militar do Brasil. Eis aqui um aspecto importante, dentre outros, que orientou a demarcação do nosso objeto: o apoio do Conselho Mundial de Igrejas contribuiu consideravelmente para o sucesso de muitas das ações desenvolvidas pelas instituições ecumênicas.

Em última análise, o conjunto das diversas atividades que desempenharam é representativo daquilo que poderíamos denominar de “outra face do humano”, isto é, se as ditaduras do Brasil e do Cone Sul, através da violência desencadeada por seus agentes externaram o que há de perverso e repugnante nas atitudes dos seres humanos, essas redes ecumênicas demonstraram outro lado, exteriorizado no ideal e na prática da defesa dos direitos humanos: a solidariedade, a compaixão com os sofrimentos alheios, a coragem de enfrentar reações violentas do Estado, o risco de sofrer todo tipo de perdas, etc. Talvez resida nisso a preocupação constante que esses ecumênicos demonstraram em promover tais ideias.

Em diferentes momentos do regime militar, chamaram a atenção de todos para a problemática da violação de direitos humanos, inclusive organizando ações conjuntas de edição e produção em grande escala de cartilhas contendo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, da ONU, acrescida de textos explicativos, apoiados em referência bíblicas, escritos por religiosos ecumênicos. Além disso, muitos se arriscaram em viagens ao exterior para levar e trazer documentos, contendo denúncias de torturas, para buscar e transportar (às vezes escondidos no próprio corpo) recursos do exterior ou para tentar localizar desaparecidos, vítimas das ditaduras no Brasil e no Cone Sul.

¹⁰ Estamos assinalando o ano de 1965 porque nele foi criado o embrião do CEDI, o CEI. Nessa perspectiva, consideramos que o CEDI representou a continuidade e uma ampliação do trabalho dos pioneiros do CEI.

Para melhor delimitar o objeto, é necessário assinalar que as expressões “ecumenismo”, “ecumênico” ou “movimento ecumênico”, se tomadas em uma perspectiva histórica de longa duração trazem consigo significados muitos variados. Em outro trabalho, verificamos que “ecumenismo” é, de fato, um conceito polissêmico, se considerarmos apenas o contexto do regime militar do Brasil (1962-1985). Seus significados variam em função da percepção do grupo social que dele lança mão, podendo suscitar atitudes das mais diversas, desde o elogio, a defesa e a difusão como ideia a ser abraçada e alcançada em uma realidade de “unidade ecumênica” dos cristãos, até a mais aberta repulsa, como sendo quase uma “heresia”. Conforme veremos, esta última interpretação foi sustentada por religiosos de setores conservadores do cristianismo, seja o católico ou o protestante.

Outra observação a se fazer é que em nosso século XXI, tais palavras, especialmente “ecumênico”, quase sempre estão relacionadas com a realização de eventos estritamente religiosos, como celebrações de formatura ou cultos fúnebres motivados por episódios catastróficos¹¹, envolvendo pessoas de diferentes religiões. Assim, não é raro ouvirmos notícia da realização de algum “culto ecumênico” com essa proposta.

Entretanto, um dos objetivos deste trabalho é explicitar que, ao longo do regime militar, o ecumenismo, especialmente algumas cerimônias que o evocaram, foi portador de significações muito distintas das que ocorrem na atualidade. À luz da observação da historiadora francesa Aline Coutrot, de que “a história do político adquire dimensões novas ao levar em conta o religioso”¹², pensamos os cultos ecumênicos durante o regime militar como acontecimentos políticos. Portanto, a dimensão política de crítica e de contestação à ditadura, bem como a de fortalecimento de setores marginalizados da sociedade em decorrência das inúmeras situações restritivas impostas pela ditadura receberá especial atenção nesse trabalho. Assim, além dos cultos ecumênicos, estão incluídas aqui diversas iniciativas, algumas já mencionadas anteriormente, colocadas em práticas por entidades e religiosos, com especial apoio do Conselho Mundial de Igrejas. No tocante aos cultos ecumênicos, tentaremos demonstrar certas especificidades de tal prática religiosa (e política), especialmente a contribuição com o processo de fortalecimento de setores da oposição ao regime. Por conseguinte, tais cultos fúnebres e seus realizadores, sobretudo pela dimensão política crítica

¹¹ O caso do acidente com o voo 447, da *Air France*, que fazia o trajeto Rio-Paris é um exemplo disso. A aeronave caiu em junho de 2009, no Oceano Atlântico, próximo à costa brasileira, matando todos os tripulantes e passageiros. O culto ecumênico em memória das 228 vítimas reuniu cerca de 2000 pessoas, em uma Catedral de Paris, na França cf. *O Globo*, Rio de Janeiro, 04 jun. 2009, p. 16.

¹² COUTROT, Aline. “Religião e política”. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV. 1996. p. 356.

de que se revestiam, captaram a atenção de agentes dos órgãos estatais de espionagem e de repressão, estiveram sob suspeição e se arriscaram a sofrer represálias de agentes militares.

A categoria “ecumenismo” também pode ser empregada para descrever o movimento histórico empreendido por diversas Igrejas, incluindo a Católica, com vistas a alcançar o ideal do estabelecimento da chamada “unidade plena” entre todos os cristãos, quando, na perspectiva da maioria dos teólogos e teóricos do ecumenismo, se verificará o cumprimento de um dos maiores anseios do Cristo: “haverá um só Pastor e um só rebanho.”¹³ Nesta perspectiva, as igrejas empregam esforços para dialogar e buscar caminhos de aproximação, constituindo comissões mistas ou bilaterais para debater elementos relativos às suas doutrinas teológicas e liturgias e, em alguns casos, o diálogo avança até o estabelecimento de consensos em torno de tais questões. Um dos resultados desse processo de aproximação ecumênico é que as instituições produzem documentos normatizando práticas em comum como, por exemplo, realização de casamentos mistos, aceitação mútua de batismos, celebração conjunta de eucaristia, etc. Esses entendimentos avançaram consideravelmente após a realização do Concílio Vaticano II (1962-1965), a partir do qual a Igreja Católica abriu espaços institucionais para discutir sua participação no que já se chamava “movimento ecumênico” no interior do protestantismo, mas até então era considerado por papas, como Pio XI, como “uma verdadeira ‘conspiração dos acatólicos.’”¹⁴

No caso das igrejas protestantes, as ideias de “unidade ecumênica” já vinham sendo discutidas há mais tempo. Desde o século XIX, verificam-se propostas de promoção da “unidade entre os cristãos”, as quais emergiram no interior de diferentes igrejas, quando muitos de seus missionários teriam percebido que seu trabalho de evangelização em terras estrangeiras não surtiria efeito enquanto permanecessem divididos. Dessa percepção, começam a surgir iniciativas de aproximação e de diálogo entre diferentes segmentos do cristianismo.¹⁵ O marco mais significativo desse processo foi a formação do Conselho Mundial de Igrejas, em 1948, em Amsterdã, na Holanda, sendo posteriormente instalada sua sede em Genebra (Suíça).

Nos domínios católicos, conforme mencionamos, o ideal de “unidade ecumênica” foi recepcionado formalmente no século XX e recebeu sua versão oficial em documentos

¹³ HORTAL, Jesús. S. J. *E haverá um só rebanho*. História, doutrina e prática católica do ecumenismo. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996. p. 271.

¹⁴ Cf. Encíclica *Mortalium Animus*, apud. BRITO, André Souza. “*Fermento da Massa*”: ecumenismo em tempos de ditadura militar no Brasil, 1962-1982. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica (RJ), 2010. p. 62.

¹⁵ SANTA ANA, Julio de. *Ecumenismo e Libertação*. Petrópolis: Vozes, 1987.

produzidos pelos bispos de várias partes do mundo reunidos no Concílio Vaticano II. Até aquele momento, havia poucas iniciativas de aproximação entre católicos e protestantes em nível institucional de cúpula. A partir do Vaticano II, os protestantes passaram a figurar nos documentos católicos como "irmãos separados", especialmente no decreto sobre o ecumenismo, intitulado *Unitatis Redintegratio*, em que o “movimento ecumênico” passa a ser compreendido como sendo inspirado por Deus.¹⁶ Antes disso, as principais qualificações presentes, por exemplo, em encíclicas papais, eram “hereges”, “cismáticos”, “transviados”, “pancristãos”, “desviados”, “dissidentes”, “errantes”, dentre outras.¹⁷ Boa parte destas categorias classificatórias aparecem na encíclica *Mortalium Animus*, do Papa Pio XI, escrita em 1928. Portanto, conforme assinalamos em outro trabalho, na visão do pontífice, o movimento ecumênico “que trabalhava ‘pela união das igrejas cristãs’ era uma verdadeira ‘conspiração dos acatólicos’, os quais ‘aliciam os espíritos’ dos católicos e andam ‘pregando à boca cheia a união fraterna em Jesus Cristo.’”¹⁸

Se recuarmos ainda mais no tempo, à luz de uma perspectiva histórica de longa duração, tais conceitos remontam ao chamado período greco-romano, época em que *oikoumene* não expressava significação religiosa, mas aspectos culturais, geográficos e políticos relacionados com a hegemonia e a área de abrangência das fronteiras do império romano.¹⁹ Com efeito, as categorias “ecumênico” e/ou “ecumenismo”, conforme aventamos, trazem consigo caráter multifacetado, podendo variar enormemente de significados, em função do contexto e do grupo social que dele se utiliza. Santa Ana demonstra que foi muito lentamente que tais conceitos começaram a traduzir a ideia da busca de uma unidade cristã que se havia perdido, sobretudo, com o advento da Reforma Protestante e as guerras de religião que se abateram sobre a Europa no século XVI. Segundo ele, foi só no final do século XVII que o termo “ecumênico” começou a incorporar sua dimensão religiosa, especificamente através das correspondências trocadas entre o protestante Leibniz e o bispo católico Bossuet.²⁰ Após chegarem à conclusão do absurdo que representavam as guerras religiosas, tratavam, sobretudo, da discussão em torno da necessidade da construção de uma igreja universal que pudesse incorporar diferentes concepções teológicas em seu interior.²¹ No século XIX, segundo o mesmo autor, começaram a surgir entre diferentes denominações

¹⁶ BRITO, André Souza, op. cit., p. 58.

¹⁷ Ibid., p. 56-60.

¹⁸ Ibid., p. 56.

¹⁹ SANTA ANA, Julio de. op. cit., p. 15-23.

²⁰ Ibid., p. 22-23.

²¹ Ibid.

protestantes algumas propostas de ação conjunta que acabaram por se tornar o berço do movimento ecumênico que, no século XX, deu origem ao Conselho Mundial de Igrejas.²²

No tocante ao período que mais nos interessa, o regime militar, setores do protestantismo classificados como “conservadores” pelos setores ligados ao “movimento ecumênico”, por exemplo, percebiam o “ecumenismo” com uma estratégia da Igreja Católica com vistas única e exclusivamente promover o retorno ao seu redil das igrejas que nasceram com a Reforma Protestante. Assim, aos olhos dos representantes oficiais de igrejas do protestantismo histórico como, especialmente, a Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) e a Batista, a ideia de “ecumenismo” estava muito associada à de “heresia” e mesmo à de “comunismo”.²³ Paradoxalmente, tratava-se de uma percepção semelhante àquela do papa Pio XI e a dos agentes da ditadura, conforme veremos.

Ao longo de anos de monitoramento, muitos analistas de informações chegariam à conclusão de que, em função das particularidades das ideias e práticas de indivíduos e entidades ecumênicas, o movimento estaria totalmente influenciado e/ou dominado pelo “Movimento Comunista Internacional.” Aliás, este é um dos grandes objetivos deste trabalho: demonstrar como esta representação foi sendo construída através dos muitos documentos produzidos por órgãos de informações da ditadura.

Concernente ao período histórico que nos ocupa, convém assinalar ainda que diferentes ênfases ou expressões de ecumenismo foram vivenciadas por cristãos de várias confissões religiosas, através de dezenas de entidades ecumênicas que, cada uma a sua maneira, atuaram em variados espaços sociais e sob distintas abordagens.²⁴

²² SANTA ANA, Julio de. *Ecumenismo e Libertação*. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 76-77.

²³ ALVES, Rubem. *Religião e Repressão*. São Paulo: Edições Loyola/Editora Teológica, 2005.

²⁴ Algumas militavam na defesa dos direitos humanos, dos direitos dos trabalhadores grevistas, especialmente do ABC paulista, dos índios ou dos posseiros e migrantes, do “menor abandonado”, entre outras iniciativas. Em torno dessas questões, convergiram segmentos do catolicismo e do protestantismo, fomentando modalidades de ecumenismo mais voltadas para a busca de solução para os problemas sociais e econômicos das camadas subalternas da população. Algumas agências ecumênicas constituídas ao longo do regime foram o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), o Centro de Estudos Bíblicos (CEBI), o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC), Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER), Federação de Órgãos para a Assistência Social (FASE), Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e à Educação Popular (CESEP), Centro Ecumênico de Curitiba (CEC), Serviço de Integração do Migrante (SIM), Centro de Estudos de Capacitação e Assessoria (CECA), Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra (CEDITER), dentre outras. Ressalte-se que o papel histórico dessa variedade de instituições está diretamente relacionado com as origens do fenômeno histórico de construção de diferentes organismos que, por volta do final dos anos 1980 e início dos anos 1990, começaram a ser denominadas de Organizações Não Governamentais. Para um resumo sobre o papel de algumas daquelas entidades ecumênicas, que ainda não eram ONGs, cf. DIAS, Zwinglio Mota; TEIXEIRA, Faustino. *Ecumenismo e Diálogo Inter-Religioso: A arte do possível*. Editora Santuário: Aparecida, 2008.; DIAS, Agemir de Carvalho. *O Movimento Ecumênico no Brasil (1954-1994)*, a serviço da igreja e dos movimentos populares. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.; SILVA, Elizete. *Protestantismo ecumênico e realidade brasileira: Evangélicos Progressistas em Feira de Santana*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2010.

Contudo, conforme indicamos, deter-nos-emos na análise de ações de algumas dessas entidades e iniciativas, especialmente as que foram consideradas em alguma medida preocupantes nas percepções dos agentes da ditadura e que, portanto, foram registradas nos documentos por eles produzidos. Assim, nossa abordagem enfatizará as representações do movimento ecumênico construídas pelos agentes estatais, especialmente aqueles lotados no Serviço Nacional de Informações (SNI).

Conforme tentamos sinalizar, existem múltiplos sentidos atribuídos às categorias “ecumenismo”, “ecumênico” ou “movimento ecumênico”. Contudo, sob nossa perspectiva, tais conceitos serão tomados enquanto ideias-força que, ao longo de todo o período do regime militar (e mesmo depois de seu término, apesar de esse contexto escapar ao nosso objetivo), aglutinaram forças, notadamente de indivíduos protestantes e católicos, em torno de um amplo leque de ações com vistas à busca por justiça social, à união de esforços na luta antiditatorial, à promoção dos direitos humanos, à denúncia da tortura e de outras mazelas resultantes da ascensão dos militares ao poder, etc. Enfatizamos, desde já, que foi exatamente por causa da natureza dessas ações que seus ativistas e instituições foram descritos de forma um tanto distorcida nos documentos da ditadura.

Portanto, vale destacar uma vez mais o escopo do presente trabalho: as questões que aproximavam e configuravam pontos de convergência entre indivíduos e instituições ecumênicas situavam-se para além da tentativa de uma busca por consensos em torno de disputas teológico-doutrinárias entre as igrejas. Tratava-se, antes, de uma práxis terrena em comum, implicando em uma espécie de “ecumenismo sociopolítico”. Um dos seus maiores objetivos era aglutinar e mobilizar indivíduos (católicos, protestantes, leigos, clérigos, intelectuais, não crentes, etc.) e instituições para dar visibilidade e coerência a variadas formas de luta antiditatorial. Mas tais ações eram fruto de uma expressão de fé que informava-lhes que o cristão deveria participar ativamente da busca por soluções para os problemas sociais e políticos de seu tempo. O Reino de Deus era, portanto, para eles, uma construção histórica que resultaria da interação entre o homem e seu Criador, através de um compromisso com a transformação de uma realidade marcada por situações de opressão que pesavam, sobretudo, sobre os mais pobres.

Por conseguinte, buscava-se estabelecer formas de apoiar e consolidar iniciativas de reconstrução do tecido social afetado, em grande medida, pela violência estatal em suas variadas dimensões e pelo modelo de desenvolvimento econômico perverso e excludente aprofundado a partir do golpe civil-militar de 1964. Assim, uma dimensão do movimento

ecumênico voltava-se para a oposição ou “resistência pacífica” à ditadura, enquanto outra focava a busca por aproximação junto ao povo, visando fortalecer as bases, contribuindo de diversas maneiras com a construção de formas organizacionais de variados e distintos movimentos populares e movimentos sociais, urbanos e no campo.

Cumprir destacar, então, que o movimento ecumênico alvo deste trabalho não tinha por objetivo a promoção da união de igrejas ou de cristãos com vistas à formulação de um credo comum que servisse de plataforma para unificar instituições e viesse a abarcar diferentes concepções eclesiológicas.

Mas não se fazem presentes, senão de forma tangencial, em nossa análise, que focará as iniciativas do movimento ecumênico naqueles diferentes *locus* anteriormente apontados, os quais constituíram o que poderíamos chamar de um verdadeiro “triângulo ecumênico”, quais sejam: iniciativas do CEDI, no Rio de Janeiro, da CESE, em Salvador, aquelas em torno da parceria entre dom Arns e o reverendo Jaime Wright, em São Paulo. Todas elas contando com o apoio do CMI, o qual permeará toda a tese. Por fim, e ao mesmo tempo, interessa-nos, também, evidenciar o impacto ou as representações que tais iniciativas suscitaram ao serem inscritas na documentação dos agentes da ditadura.

Da natureza das fontes e do objeto de estudo: considerações adicionais

Conforme aventamos, o principal conjunto de fontes históricas mobilizado para a construção da tese constitui-se de documentos outrora sigilosos, produzidos por policiais, detetives, delegados, analistas de informações e demais categoriais de funcionários lotados nos diferentes órgãos que compunham a extensa e complexa rede do aparato de informações e de segurança da ditadura. Trata-se de “arquivos da repressão”, por assim dizer. A ressalva tem uma justificativa. É que o SNI, que produziu boa parte dos documentos aqui utilizados, não pode ser caracterizado como um órgão de repressão *stricto sensu* como, por exemplo, o CISA, o CENIMAR e/ou o CIE. Tratava-se de uma agência federal que, inspirada na CIA norte-americana, tinha a missão de ser um órgão civil de assessoria da presidência da República. Uma agência de inteligência, em cuja missão não se encontrava a obrigação de reprimir diretamente qualquer tipo de movimento. Sua função era, ou deveria ser, a de produzir inteligência ou informações julgadas úteis para a tomada de decisão em nível federal de

governo. Portanto, seus documentos, em sua maioria, constituem-se de análises ou informes²⁵ sobre pessoas e instituições como, no caso que ora nos ocupa, aquelas que participaram do movimento ecumênico.

Esse tipo de documento, em geral, não resulta de interrogatórios com presos, nem é obtido a partir de um diálogo. Nele estão inscritos as análises dos agentes, geralmente os "analistas de informações", oriundos de "cursos de informações" oferecidos em instituições de ensino militares como a Escola Nacional de Informações (EsNI) e a Escola Superior de Guerra (ESG). Trata-se, portanto, de papéis produzidos por indivíduos mais bem qualificados que policiais medianos de delegacias da polícia política como os DOPS estaduais. Em geral, os documentos produzidos por oficiais das áreas de informações do CIE, do CISA, do CENIMAR e da Polícia Federal podem ser enquadrados no mesmo nível daqueles produzidos pelo SNI. Só em dois casos conseguimos identificar autoria nessas análises. Um deles fora produzido pelo próprio chefe do CIE, um general de brigada do Exército, e, outro, de autoria também de um general lotado no setor de informações do II Exército (São Paulo), conforme veremos.

Outra parte subsidiária da documentação constitui-se de periódicos ecumênicos editados pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), em especial, o *Boletim CEI* e seus suplementos, e a revista *Tempo e Presença*. Apoiar-nos-emos, em menor medida, em artigos de jornais da grande imprensa e em entrevistas publicadas de líderes ecumênicos, pastores, clérigos e membros de igrejas. Um terceiro conjunto de documentos utilizados encontra-se depositado no *Fundo Clamor*, nos arquivos do Centro de Documentação e Informações Científicas (CEDIC) da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo. Trata-se de enorme coletânea de papéis constituída, sobretudo, de cartas produzidas e recebidas pelos membros do CLAMOR. De forma subsidiária também nos apoiaremos em documentos produzidos pelo DEOPS de São Paulo e pelo DGIE, a polícia política do Rio de Janeiro, após a desativação do DOPS. Por fim, lançaremos mão de um conjunto de documentos recentemente chegados ao Brasil, em 2011. Trata-se de correspondências, dossiês, periódicos e outros papéis até então depositados nos arquivos do Conselho Mundial de Igrejas, em Genebra, na Suíça. O fundo foi doado para o acervo do projeto *Brasil: Nunca Mais Digit@l*, encampado pela Procuradoria Geral da República, em

²⁵ Na nomenclatura militar, há distinção entre um documento denominado "informe" e, outro, "informação". Este constitui uma análise mais bem elaborada sobre determinado assunto, gerando um documento mais extenso. Enquanto o informe diz respeito a uma breve descrição, geralmente se baseia em uma hipótese que, posteriormente, deve ser aprofundada através de uma "informação".

São Paulo, e outras instituições, e está disponível na internet. Ele nos ajudará enquanto contraponto ao olhar que emerge dos “documentos da repressão.”

A opção de trabalhar com “documentos da repressão” enquanto corpo documental principal tem sua justificativa. Em primeiro lugar, trata-se de uma escolha de ordem metodológica. É como se tomássemos o olhar dos agentes do Estado ditatorial como “mote” para analisar e compreender variadas vertentes ou modalidades do referido segmento do movimento ecumênico, parte das quais ainda não foi investigada ou recebeu pouca atenção em outros trabalhos acadêmicos. Em outros termos, o ponto de partida da análise é o olhar construído pelos “homens de informações” acerca dos ecumênicos. Parte da explicação da escolha reside no fato de que o movimento ecumênico ocorrido no Brasil, especialmente ao longo do regime militar, já foi alvo de alguns estudos com características semelhantes entre si. A principal característica e, ao mesmo tempo, semelhança identificada nesses trabalhos tem a ver com a fundamentação documental utilizada, constituída quase exclusivamente de depoimentos orais e escritos de pessoas que vivenciaram o movimento ecumênico, isto é, dos personagens que compõem as histórias. Evidentemente, alguns trabalhos são acrescidos com fontes de outras naturezas, sobretudo, papéis produzidos pelos próprios organismos ecumênicos ou Igrejas de que fizeram parte tais atores sociais.

Em segundo lugar, boa parte da bibliografia que trata do movimento ecumênico foi escrita por pessoas que de alguma forma estiveram militando em suas fileiras. O resultado disso é que tais trabalhos adquirem feições de memorialística, ou trazem consigo uma carga de memória militante muito forte, carecendo, portanto, de fontes documentais de naturezas distintas, para além das falas de seus próprios autores. Em outras palavras, pretende-se colocar em diálogo outras vozes ou as versões de outros atores acerca do movimento ecumênico. Além disso, em alguns textos escritos por pessoas que participaram do movimento ecumênico, essa “memória militante” traz consigo certa “carga” de nostalgia, destacando os feitos positivos do passado em face da falta de “abertura ecumênica” em igrejas da atualidade. Outros são demasiadamente críticos com relação a algum aspecto desse passado, julgando que o movimento não conseguiu nem mesmo penetrar em suas igrejas. Neste caso, uma “memória” marcada pelo pessimismo. Mesmo homens como Jaime Wright olharam em retrospecto para algumas de suas experiências ecumênicas com pessimismo, conforme veremos no último capítulo.

Outra similaridade, e talvez isso explique a forma como esses autores avaliam o valor ou o peso das fontes históricas, é que a maioria dos trabalhos foi escrita por teólogos e

cientistas da religião, com exceção de uma pequena parte, produzida por cientistas sociais, notadamente sociólogos e, um ou dois, de autoria de historiador. Outra questão é que o “olhar” de alguns desses autores apresenta-se não raro preocupado em avaliar avanços e retrocessos da “caminhada ecumênica”. Assim, parece receber pouca atenção os desdobramentos políticos de iniciativas ecumênicas como, por exemplo, aquelas que, de alguma forma, contribuíram para o processo de reorganização de setores sociais cerceados pela ditadura, ou para o fortalecimento de ações de contestação à ditadura, de denúncias de torturas e promoção e defesa dos direitos humanos, dentre outras.

Uma das consequências dessas questões que assinalamos na bibliografia é que se instala certa negligência no que se refere ao necessário olhar metodológico crítico em relação às fontes, exigência fundamental de um trabalho de cunho histórico.

Frise-se que, no tocante à bibliografia à qual estamos nos referindo, a questão do monitoramento estatal em torno das atividades de ecumênicos é, quando muito, alvo de referências esparsas. Além dos fatores pontuados, a maioria desses trabalhos apresenta esforços de reflexão no sentido de fundamentar biblicamente os ideais de “unidade cristã” do movimento ecumênico, sempre procurando apontar sugestões ou caminhos que deveriam ou que ainda podem ser trilhados com vistas a superar as “divisões entre os cristãos” e suas instituições. Em última análise, o movimento ecumênico, na perspectiva desses autores, mais especificamente os teólogos, deve ser compreendido por todos os cristãos como a vontade expressa do próprio Cristo. Essa vontade, argumentam, encontra-se de forma mais explícita no Evangelho de São João, quando Jesus teria orado ao Pai, pedindo para “que todos sejam um”.

Cumprir destacar que as ponderações tecidas até aqui não visam a julgar tais trabalhos como despidos de qualidade ou mesmo a desautorizar as histórias que narram. Pelo contrário, são ricos em diversos aspectos, especialmente na quantidade de informações a respeito de pessoas e instituições do movimento ecumênico. O trabalho dos teólogos também é importante para nos auxiliar na compreensão do embasamento bíblico de diversas iniciativas empreendidas por instituições e indivíduos do movimento ecumênico.

Porém, um dos diferenciais do presente trabalho encontra-se na proposta de operar certo deslocamento do ângulo de análise para observar o mesmo objeto. Esse deslocamento visa a ampliar o campo de visão com o intuito de enxergar novos elementos ou nuançar análises anteriormente apresentadas acerca do mesmo movimento ecumênico. Esse “novo olhar”, ressalte-se, não pretende desqualificar as análises anteriores, mas, ao contrário, pode

vir a conferir uma legitimação adicional a elas. Assim, a partir de outro ponto de vista, isto é, uma leitura do movimento ecumênico segundo os agentes dos serviços de informações, pode vir a contribuir para corroborar algumas narrativas tecidas por personagens do movimento ecumênico. Mas isso só é possível quando conseguimos, conforme sugeriu Ginzburg, desvendar os sentidos por detrás de muitas afirmações desses documentos estatais, que, com frequência, estão imersos em um emaranhado de preconceitos, julgamentos, distorções da realidade, apresentando-nos imagens mais ou menos deformadas de pessoas e instituições do movimento ecumênico.²⁶ Por exemplo, se um documento do SNI informa que um pastor evangélico apresenta atitudes de um “verdadeiro democrata”, isso significa que estamos diante de alguém que apoiava ou, no mínimo, não era contra a ditadura militar. Em sentido inverso (e essa foi a regra para os ecumênicos), se um pastor ou bispo católico ligado ao movimento ecumênico é classificado com categorias tais como “esquerdista”, “comunista”, “subversivo” etc. é porque estamos diante de alguém que, de alguma forma, fazia oposição ao regime e, de algum modo, trabalhava para acelerar o seu fim.

No sentido inverso, esse tipo de documentação também pode ajudar a desconstruir versões carregadas de negatividade acerca da atuação de indivíduos e instituições do “movimento ecumênico”, que enfatizam os fracassos²⁷ de seus militantes por não terem sido aceitos por suas denominações ou por não terem conseguido promover uma unidade dos cristãos de modo mais abrangente conforme postula a ideia de *oikoumene*. Poderá proporcionar, ainda, uma nova base de apoio e autenticidade, constituída de “documentais oficiais” cuja natureza se distingue totalmente de fontes produzidas no universo da religião, notadamente os depoimentos orais dos ativistas do movimento ecumênico. Muitas dessas

²⁶ Cf. GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia as Letras, 2006. p. 16. É verdade, também, que Ginzburg utilizou documentos da inquisição, logo diferentes dos nossos. Naquele caso, as anotações inseridas nos papéis do Santo Ofício foram extraídas mediante inquérito, contendo certa interação entre o inquisidor e a vítima. Esse detalhe é relevante. As respostas dadas pelo interrogado, nos casos em que expressa sua visão de mundo, devem ser ponderadas e tomadas com cautela, pois que podem muito bem não ser a expressão exata de seu pensamento. Seus verdadeiros posicionamentos podem ser, por ele, deixados em segundo plano, pois o que mais importaria, na circunstância, era escapar da fogueira. Cf. GINZBURG, Carlo. O inquisidor como antropólogo. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 1, n. 21, pp. 09-20, set. 1990/fev. 1991.

²⁷ Cf. ABUMANSSUR, Edin Sued. *A tribo ecumênica: um estudo sobre o ecumenismo nos anos 60 e 70*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). PUC-SP, 1991. mimeo. Um dos pontos destacados por este autor fui justamente o fato de o movimento ecumênico que, ansiava por alcançar a amplitude de todo o “ecúmeno” ou a “oikoumene”, em um movimento que visava a abarcar diferentes concepções de Deus, diferentes culturas e abordagens teológicas, acaba tendo que atuar na semiclandestinidadade, fechado sobre si mesmo. Um movimento que não conseguiu penetrar nem mesmo em suas igrejas de origem. Não que sua conclusão seja falsa, mas o problema da análise, a nosso ver, é que deixa de perceber que, mesmo sob a semiclandestinidadade, setores ecumênicos, por exemplo, os integrantes do CEDI, conseguiram forte “penetração social” com suas publicações, conforme atestaram os próprios agentes da ditadura. E isso, do ponto de vista da história recente da luta pela reconstrução do tecido social dilacerado pela repressão militar, foi ainda mais significativo do que a pretendida aceitação do movimento pelas igrejas evangélicas.

histórias narradas, contendo inclusive casos de perseguições e prisões sofridas, chegaram até a despertar suspeitas em historiadores que investigam movimentos religiosos. Esta última questão ficou evidente quando apresentamos um trabalho sobre o monitoramento feito por agentes do Estado em torno de um grupo de pastores e teólogos do CEDI.

Na ocasião, após o término do evento, um historiador afirmou algo assim: “estou surpreso com as coisas que você demonstrou com essa documentação, pois pensei que aquelas histórias de repressão que os ecumênicos afirmavam ter sofrido não passavam de balela”. Some-se a isso o fato de que em exposições em outros Simpósios e Congressos sobre o mesmo tema, temos percebido que tal perspectiva analítica causa surpresa em estudiosos dedicados ao período histórico em tela. Muitos deles desconhecem por completo qualquer tipo de mobilização crítica oriunda desse segmento do campo religioso brasileiro. Ao longo do segundo semestre de 2013 ministramos uma disciplina intitulada “Relações de Poder, Religião e Sociedade” aos graduandos de História na Universidade Federal Fluminense. A maioria nunca ouvira falar das ações de oposição e resistência oriundas do movimento ecumênico, muito menos de como seus ativistas foram monitorados pelos órgãos de informações e de repressão da ditadura. Portanto, cabe uma pergunta diante do exposto: se futuros professores de história e historiadores do mesmo campo temático em que estamos inseridos trazem consigo esse desconhecimento, que devemos esperar do público mais amplo e de historiadores de outras áreas?

O terceiro aspecto que justifica nossa escolha de utilizar documentos da ditadura como principal instrumento de análise do movimento ecumênico se deve à quase inexistência de trabalhos que abordem o tema entre historiadores do regime militar e, especialmente, entre aqueles trabalhos dedicados ao estudo específico dos órgãos de informações e de repressão. A maioria dos trabalhos deste campo historiográfico sequer menciona o “movimento ecumênico” como um alvo de investigações e vigilância estatal, quando muito aparece apenas a Igreja Católica e alguns dos chamados “bispos progressistas”²⁸ como alvos das atividades dos agentes de diversos órgãos de informações do Estado. Consequentemente, aquele citado segmento do movimento ecumênico, interesse específico de nosso trabalho, fica em um

²⁸ Cf. entre outros, SOUZA, Admar Mendes. *Estado e Igreja católica: O movimento social do cristianismo de libertação sob vigilância do DOPS/SP (1954-1974)*. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2009.; FICO, Carlos. *Como eles agiam. os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.; BEZARRA, Paulo César Gomes. *A visão da comunidade de informações sobre a atuação dos bispos católicos na ditadura militar brasileira (1970-1980)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2010.

“ângulo morto”, por assim dizer, da historiografia do período ou “jaz” como um ator ausente da cena da história recente do Brasil.

Portanto, uma das razões da utilização do que podemos denominar de “arquivos da repressão” para o estudo do movimento ecumênico ou, pelo menos, de certa leitura sobre ele, é que isso pode servir para demonstrar sua importância como força de contestação política à ditadura a partir de iniciativas oriundas de indivíduos e instituições religiosas. Em outros termos, a pujança da documentação que se produziu, atestando vigilância constante em torno de tais atores sociais vinculados ao movimento ecumênico, pode ser tomada como indicação de sua significação histórica. Entre outros aspectos, a importância política do movimento ecumênico e sua contribuição para a organização de setores da sociedade, entre outros, os de oposição, de resistência pacífica ou democrática, e de denúncia em face de incontáveis arbitrariedades promovidas e/ou propiciadas com o advento do regime militar, podem ser constatadas através do nível de preocupação que ele suscitou nos órgãos de repressão e informações. Desse modo, o objeto de estudo “movimento ecumênico” nos permitirá explorar e indagar acerca das múltiplas relações estabelecidas entre os domínios da religião e da política ao longo do regime militar.

Alguns cuidados no tratamento das fontes

Necessário ter presente que a utilização de fontes produzidas por órgãos de espionagem e de repressão traz alguns perigos, alguns dos quais já mencionamos. Os documentos contêm por vezes distorções da realidade, mentiras ou erros grosseiros. Estes aspectos, porém, chegam a ser superdimensionados em alguns trabalhos, sobretudo de jornalistas, mas não só, que abordam a história dos órgãos de informações.²⁹ Elio Gaspari, por exemplo, após apontar incorreções cometidas por agentes do SNI, quando espionaram políticos nos anos 1960 e registraram em seus documentos filiação partidária que não correspondia à realidade, sublinhou a incompetência e a ineficácia da agência. Um dos moderados políticos, argumenta autor, sendo “membro do Partido Socialista” foi tido, porém, como “assessor do Partido Comunista.”³⁰ O SNI “gastou muito dinheiro, mas não adquiriu

²⁹ A perspectiva negativa ou pessimista em relação aos documentos produzidos pelo SNI também está presente em BAFFA, Ayrton. *Nos porões do SNI: o retrato do monstro de cabeça oca*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1989. Sob o nosso ponto de vista, as avaliações que o ator apresenta sobre o SNI, semelhante ao que faz Gaspari, trazem consigo o risco de desestimular novas pesquisas a partir dos papéis que ele produziu.

³⁰ GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 171.

nenhuma sofisticação além do primitivo poder de polícia, da arbitrariedade e da corrupção”³¹, acrescenta. Gaspari, recorrendo a palavras do clássico *Memórias do Cárcere*, de Graciliano Ramos, conclui emitindo seu parecer sobre o trabalho dos agentes e sobre a própria natureza do SNI:

Feitas as contas, resultou naquilo que Graciliano Ramos já vira no “palavrório chocho” e na “demagogia tenentista” dos anos 30: “Ladroagens, uma onda de burrice a inundar tudo, confusão, mal-entendidos, charlatanismos, energúmenos microcéfalos vestidos de verde a esgoelar-se em discursos imbecis, a semear delações.”³²

Graciliano Ramos certamente tinha razões de sobra para estar ressentido contra tais agentes, especialmente por causa da forma com que foi denunciado e preso pelas forças de repressão de Getúlio Vargas. Contudo, talvez a comparação estabelecida por Gaspari não seja útil ao propósito do pesquisador que pretenda utilizar documentos produzidos pelo SNI para auxiliar na compreensão histórica do período, ainda que ela possa conter algum nível de verdade.

É que ele aborda criticamente o nascimento do SNI a partir, sobretudo, do diário de Heitor Ferreira, assessor de Golbery, isto é, diferente de Baffa, ele não analisa os próprios documentos produzidos pelo órgão.³³ Assim, seu objetivo principal parece ter sido o de reforçar a tese de que o projeto pensado por Golbery para o SNI se desencaminhara ao longo dos anos. Segundo tal leitura, o SNI não teria se tornado um serviço de informações eficiente, mas um órgão desfigurado, que se intrometera em todo tipo de assunto e com diversas ações desastradas, coisas de amadores, por assim dizer. Algo que Golbery não teria previsto inicialmente. Sem pretender contestar totalmente tal avaliação, julgamos necessário ponderar um pouco sobre algumas questões. Ao atribuir ao SNI características tão demeritórias, por exemplo, corre-se o risco de desprezar a contribuição que seus documentos podem nos oferecer ao propósito de compreendermos muitos aspectos sobre aquele período histórico.

Penso que esse problema seja decorrente de uma postura particular do autor ao lidar com suas fontes de pesquisa, na medida em que parece supervalorizar as opiniões de Golbery, as quais estão contidas nos diários de Heitor Ferreira e em papéis produzidos pelo próprio general. Assim, ao incorporar de forma pouco crítica as opiniões dos mentores do SNI, como Golbery e Figueiredo, tais como as que classificam-no como havendo se tornado um

³¹ GASPARI, Elio, op. cit., p. 171.

³² Ibid., p. 171.

³³ Ibid., p. 153-174.

“monstro”, que não conseguiu articular-se em uma “comunidade de informações” como se planejava etc., isso pode levar a pensar, entre outras coisas, que seus agentes nada mais faziam que incriminar inocentes e mentir sobre tudo e todos. Essas coisas existiram, mas no acervo documental deixado pelo órgão há muito mais que isso. Portanto, ao alicerçar sua análise nas supostas frustrações de Golbery com o SNI, perde-se de vista o valor das análises dos agentes de informações contidas em inumerável quantidade de documentos. Nossa proposta neste trabalho é diferente. Inspirado na atitude de Ginzburg ao utilizar os “arquivos da repressão” inquisitorial, propomos encarar os documentos do SNI de forma mais positiva, porque no tocante a relação entre religião e política durante o regime militar, tais papéis tem muito a nos dizer. Portanto, se conseguirmos fazer-lhes as perguntas certas, se conseguirmos penetrar a superfície de tais papéis permeados pela visão negativa sobre o movimento ecumênico, talvez consigamos atingir um núcleo de pensamento que moldava as percepções dos agentes sobre o mundo. Isso nos permitirá, também, chegar próximos a um nível de entendimento maior sobre as ações de indivíduos e instituições do movimento ecumênico.

A nosso ver, Gaspari, a despeito da qualidade do seu trabalho, pelo fato de priorizar fontes produzidas pela elite militar ligada à condução dos negócios de Estado, não se atentou para a importância dos documentos produzidos pelos agentes de informações. Conforme veremos, eles possuem informações detalhadas e valiosas concernentes a vários temas de interesse, tais como: congressos, cultos ecumênicos, pessoas e instituições do movimento, volume em dinheiro recebido ou enviado ao exterior, relatórios que mais parecem análises do campo religioso feitas por sociólogos e antropólogos da religião (com o viés militar impregnado da ideologia da segurança nacional, é verdade), o nível de penetração social das publicações ecumênicas; a receptividade do trabalho e da atuação das agências ecumênicas, as preocupações dos agentes do Estado em relação ao segmento, sobretudo, devido à sua forte mobilização e “formação de consciência crítica” dos movimentos populares, etc. Por essas e outras questões, tais documentos possuem relevância histórica.

Com efeito, permeia toda a documentação certo grau de receio de que a “opinião pública” pudesse sofrer influência com as ideias de “luta de classes” e “subversão” e, por fim, sublevar-se contra o regime. Outro receio permanente era o de que a “imagem do Brasil e do regime” fossem manchadas no exterior por conta da atuação de ecumênicos, notadamente devido às denúncias de torturas atribuídas aos agentes do regime brasileiro, disseminadas através do Conselho Mundial de Igrejas, do Vaticano, do Conselho Nacional de Igrejas dos EUA, etc. Um benefício adicional que o uso da documentação propicia é o fato de elucidar

aspectos dos movimentos de bastidores do poder estatal, evidenciando esforços silenciosos dos agentes para conter a formação da chamada “consciência política” da população, os quais dificilmente poderiam ser conhecidos por meio de outras fontes. É verdade que entrevistas de ex-agentes do regime têm trazido à tona importantes informações sobre a questão.³⁴ No entanto, como dificilmente atores sociais ligados ao “movimento ecumênico” é tema de indagações, as respostas também são escassas na modalidade de fonte oral no que se refere à “comunidade de informações”.

Esse corpo documental será confrontado por outras fontes como, por exemplo, os periódicos ecumênicos e os da grande imprensa, os depoimentos e outros textos escritos por protagonistas da história, etc. Esse contraponto nos permitirá apurar o entendimento acerca das múltiplas dimensões do citado objeto e chegar a uma interpretação mais próxima da verdade histórica.

Objetivo adicional que buscamos ao escolher a documentação dos órgãos de informação é o de relativizar algumas teses observadas em trabalhos de historiadores e jornalistas que escreveram sobre o *modus faciendi* e o *modus operandi* dos órgãos estatais a partir de tais fontes. Uma delas é a de que a documentação do regime militar era produzida com o propósito único e exclusivo de incriminar cidadãos inocentes. O resultado dessa simplificação é que se lança um olhar negativo sobre tais fontes, como se impossível fosse, por intermédio delas, chegar a algum nível de verdade histórica. Essa linha de análise pode assim até induzir ao raciocínio de que tais fontes pouco poderiam nos informar sobre as vidas de pessoas ou sobre instituições investigadas pelos agentes do Estado.

Cabe assinalar um aspecto significativo da problemática que estamos discutindo acerca das fontes históricas. É que Carlo Ginzburg deixou-nos uma excelente demonstração do que é possível extrair e construir a partir de um acervo de documentos oficiais produzidos por representantes do poder constituído.³⁵ A partir desses papéis, que formavam dois processos movidos pela Inquisição católica contra um moleiro “italiano” do Friuli, Menocchio, o autor conseguiu formular uma perspicaz “hipótese geral sobre a cultura popular camponesa” de parte da Europa do século XVI.

Os homens que produziram os processos e que, provavelmente determinaram a morte de Menocchio, acreditavam estar cumprindo uma missão importante: contribuir para evitar

³⁴ D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (orgs). *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 1994.

³⁵ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia as Letras, 2006.

que um “herege”, isto é, alguém considerado como um “transgressor”, um “inimigo”, um verdadeiro “perigo”, causasse algum dano à ordem social estabelecida. Foi a partir desse tipo de material que Ginzburg se debruçou, assinalando que seu objetivo foi o de narrar a história daquele indivíduo. Porém, as informações para tal empreitada foram fornecidas por seus algozes, os inquisidores. Por causa da meticulosidade com que os “religiosos” organizaram as informações no processo, Ginzburg observa que de Menocchio foi possível descobrir “quais eram suas leituras e discussões, pensamentos e sentimentos: temores, esperanças, ironias, raivas, desesperos.”³⁶

Nosso corpo documental principal possui natureza diferente se comparado ao que Ginzburg utilizou, mas também há alguns elementos em comum entre eles, senão vejamos. Tanto os inquisidores quanto os homens dos serviços de informações consideravam-se os guardiões da ordem estabelecida. Nessa missão, tinham o interesse de compreender a ação e o pensamento dos supostos inimigos. Os inquisidores estavam atentos aos mínimos sinais da ação de “hereges”, “bruxas”, “bruxos” e outras classes de indesejados. Nossos “inquisidores”, ou melhor, os agentes de órgãos de informações procuravam “esquerdistas”, “subversivos”, “comunistas” e encontraram vários entre as fileiras do movimento ecumênico. Às vezes tinham mais facilidade para atribuir tais rótulos de modo consistente a certos grupos sociais. Outras vezes, quando se tratava de pessoas ligadas à religião, por exemplo, precisavam de pesquisas de maior fôlego para isso. Era prática comum entre os dois lados (ditadura e inquisição) utilizar a tortura como forma de descobrir informações sobre os supostos “inimigos” da ordem social estabelecida. Ainda que tenhamos assinalado anteriormente que os papéis que usaremos, em sua maioria, não são resultado desse tipo de “técnica”, a comparação permanece válida para auxiliar na compreensão do processo de construção desses documentos.

Os inquisidores demoraram vários anos para tomar a decisão de queimar o pobre homem na fogueira. Antes disso, indagaram, investigaram, vasculharam a literatura do sujeito, “queimaram miolos” e, como resultado, produziram farta documentação, contendo um leque amplo de informações sobre o “inimigo” escolhido. Como ele apresentava ideias aparentemente pouco convencionais para a época e para o estrato social de que era parte, os inquisidores levaram tempo para compreender seus posicionamentos. Tratava-se de uma visão de mundo que precisou ser estudada com cuidado pelos inquisidores.

³⁶ GINZBURG, Carlo, op. cit., p. 9.

No caso que nos interessa, dos indivíduos e instituições do movimento ecumênico, essa dinâmica de investigações (em sua maioria à distância, através do que era publicado, ou dito, ou escrito em correspondências, sem os interrogatórios e torturas) também ocorreu, resultando em vasto acervo de documentos. Mas não eram documentos que ficavam parados no arquivo de um único órgão. Eles circulavam de uma agência da “comunidade de informações” para outra. E esse movimento produzia um efeito cascata. A imagem ou a leitura que se fazia da ação de uma instituição ou de um indivíduo, por vezes, ia se alterando ao longo do tempo.

À semelhança da demora na compreensão das ideias de Menocchio, os órgãos de informações apresentaram, ao que parece, certa dificuldade para compreender o tipo de inserção social empreendido pelos ecumênicos. É possível que a incerteza sobre se a natureza das ações do movimento ecumênico era ou não “subversiva” ou “comunista” tenha impedido muitas represálias dos agentes dos órgãos de repressão contra seus ativistas. Se essa hipótese for verdadeira, os ecumênicos têm razão suficiente para comemorar o fato de muitos de seus ativistas não terem tido o mesmo fim de outros cidadãos que nem foram objeto de tanto monitoramento. A ditadura foi saindo de cena, mas o interesse dos órgãos da “comunidade de informações” adentrou os anos 1980 a todo vapor. A ditadura chegou ao fim, mas o exame dos papéis por ela produzidos em torno do objeto aqui discutido deixa certa sensação de que eles não conseguiram chegar a um consenso sobre a natureza das ações do movimento, conforme tentaremos demonstrar. Apesar de tudo, a “comunidade de informações” deixou-nos o legado de vasta documentação, contendo um quadro detalhado das principais correntes do cristianismo, os posicionamentos e pronunciamentos políticos de lideranças e igrejas, as tensões internas às denominações protestantes e na Igreja Católica, as divergências entre líderes “progressistas” e “conservadores”, o volume financeiro movimentado por instituições ecumênicas, as cerimônias religiosas realizadas e suas particularidades, etc.

Mas Ginzburg apresentou uma ressalva que também nos serve de alerta. Ao ter em foco o interesse pelo entendimento da história das classes subalternas pré-industriais, em sua maioria iletradas, assinalou que quase sempre os documentos escritos de época, informando sobre elas, são de autoria de indivíduos das classes dominantes. A consequência mais direta disso, segundo ele, é que “os pensamentos, crenças, esperanças dos camponeses e artesãos do passado chegam até nós através de filtros e intermediários que os deformam. É o que basta

para desencorajar, antecipadamente, as tentativas de pesquisa nessa direção.”³⁷ É contra esse tipo de desencorajamento às pesquisas com fontes produzidas pelos serviços de informações que alertamos para a devida relativização no trato com elas.

A historiadora Maria Paula de Araújo, ao discutir a importância para o avanço das pesquisas históricas advinda com a abertura dos arquivos dos DOPS e de outros órgãos de segurança e polícias políticas da ditadura, faz o seguinte alerta: “A abertura destes acervos suscitou não apenas o acesso a um grande conjunto de informações, mas também uma polêmica sobre a própria utilização de acervos deste tipo.”³⁸ Em seguida, a própria autora se posiciona diante da polêmica, ao afirmar que:

Não podemos nos esquecer de que estes acervos foram produzidos com o intuito de incriminar determinadas pessoas. Acervos constituídos com este objetivo específico nos dizem mais acerca dos mecanismos e critérios da própria repressão do que sobre as pessoas que eles pretendem documentar.³⁹

Não discordamos totalmente da autora, mas ponderamos que uma avaliação generalizante assim pode contribuir para reforçar aquela mesma perspectiva desencorajadora assinalada por Ginzburg. A nosso ver, é preciso distinguir entre o documento produzido por um policial subalterno em determinada repartição de uma delegacia de polícia política e outro de um oficial do SNI ou de algum outro setor de informações das Forças Armadas. Em regra, estes últimos eram mais bem preparados no tocante à produção de informações do que os homens lotados nos DOPS. Portanto, conforme veremos, os papéis que nos deixaram, para além de informar acerca dos mecanismos da repressão, fornecem uma gama de dados e análises sobre pessoas e instituições investigadas. Mas é preciso, conforme sugere Ginzburg, estar atento aos “filtros” que se interpõem entre a realidade concreta e o que é documentado pelos agentes, pois esses “filtros” afetam, por vezes, a forma como eles interpretam os discursos e as ações de quem eles monitoraram.

Para a problemática que nos interessa, esses “filtros” de que nos fala Ginzburg, devem ser pensados como próprias concepções de mundo e ideologia autoritária que impregnam as mentes dos agentes. Tais “filtros”, profundamente arraigados, organizam e estruturam a forma como analisam ações e pensamentos de um movimento social ou de um indivíduo. Em

³⁷ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 13.

³⁸ ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. 40 anos do golpe militar: oportunidade para uma reflexão histórica e historiográfica sobre a ditadura e a resistência no Brasil. *Dimensões*, Vitória (ES), v. 16, pp. 131-139, 2004. p. 135.

³⁹ *Ibid.*, p. 135.

grande medida, tais estruturas de pensamento fincam raízes nos conteúdos oferecidos pela chamada Doutrina de Segurança Nacional utilizados pelos “intermediários”. Daí que, em boa parte dos casos, os documentos dos órgãos de informações apresentam imagens deformadas, como sugere Ginzburg, ou, poderíamos dizer até, um conjunto de representações, contaminadas por suas crenças e concepções de mundo, mas que acreditavam representar a expressão exata da realidade observada. Era como se, em muitos casos, tais agentes com o olhar voltado para o mundo ecumênico protagonizassem experiência semelhante a de uma pessoa que sofre de anorexia que, diante do espelho contempla uma imagem distorcida que pensa ser o reflexo exato de seu corpo. Assim, no tocante ao que era e ao que significava o movimento ecumênico e seus ativistas para os agentes da ditadura, devemos estar atentos a esses efeitos e questões.

É em função da complexidade do corpo documental adotado que adiante explicitaremos a forma como também utilizaremos a contribuição teórica de outros autores, a qual nos ajudará na tarefa de tentar compreender a mente dos analistas dos serviços de informações, de forma subsidiária conforme assinalamos anteriormente.

Mas há ainda outro perigo apontado por Ginzburg: o de que nosso objeto seja construído apenas a partir das vozes de seus “inimigos” e não através de uma abordagem direta do pensamento dos protagonistas do movimento ecumênico. Ele assinalou isso quando apontou o limite da obra de Bakhtin, que também investigou a “cultura popular”, alvo do interesse de Ginzburg: “os protagonistas da cultura popular que ele tentou descrever – camponeses, artesãos – nos falam quase só através das palavras de Rabelais.”⁴⁰

Por hora vale observar que, diante do exposto até aqui, permanece nossa expectativa de contribuir ainda que minimamente para o avanço do conhecimento acerca de uma parte da história do movimento ecumênico, com ênfase no seu papel desempenhado durante a ditadura. Se Ginzburg conseguiu explicitar ou “desenterrar” tantos elementos da história de um indivíduo e, por extensão, formulou hipóteses acerca da sociedade circundante, e tudo isso através do relato de seus “inimigos”, nossa expectativa de êxito na pesquisa proposta se torna ainda maior. Ginzburg esperava que seus leitores reconhecessem no episódio da história de Menocchio por ele narrada “um fragmento despercebido, todavia extraordinário, da realidade, em parte obliterado, e que coloca implicitamente uma série de indagações para nossa própria cultura e para nós.”⁴¹

⁴⁰ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia as Letras, 2006. p. 15.

⁴¹ Ibid., p. 10.

Do ponto de vista da pesquisa histórica sobre o período ditatorial, consideramos o objeto que aqui se procurará construir como estando em situação análoga ao do que foi trabalhado pelo citado autor. Com relação aos aspectos da cultura popular que o interessava, Ginzburg, em outro texto⁴², foi enfático ao afirmar que “os ‘arquivos da repressão’ certamente nos dão uma rica informação sobre essa gente”. Da mesma forma, podemos afirmar que os arquivos da “nossa repressão” também nos “dão uma rica informação sobre” aquela gente que militou no movimento ecumênico.

E é bom lembrar que em tempos de debates nacionais acerca dos 50 anos do golpe de 1964, em que as indagações e questionamentos também abarcam o tema da Comissão Nacional da Verdade, acreditamos que o enfrentamento de alguns assuntos aqui tratados pode contribuir com subsídios para a busca de respostas para questões que permanecem em aberto: Como fazer com que os responsáveis por crimes contra os direitos humanos cometidos durante a ditadura sejam, pelo menos, julgados? Quais foram os posicionamentos das igrejas e lideranças religiosas durante o regime? Como fomentar uma cultura de paz, de justiça e de direitos humanos, em que o tratamento desumano e degradante de uma pessoa, independente do crime que lhe possa ser atribuído, seja motivo de repulsa social? Como fomentar um crescimento econômico que seja acompanhado de uma distribuição de renda equitativa? Até quando igrejas e cristãos permanecerão inertes diante da injustiça social e da pobreza de parcelas significativas da população, sobretudo na região Norte e Nordeste do Brasil? Como fomentar uma cidadania democrática, livre de uma mentalidade autoritária e intolerante diante daquele que pensa diferente? De que maneira as igrejas podem contribuir, hoje, para disseminar uma cultura democrática e tolerante, comprometida com a justiça social? Até quando a sociedade brasileira tolerará a mutilação de parte de sua história, já que quantidade significativa de documentos da época, especialmente produzidos por órgãos estritamente militares (o CIE, o CISA, o CENIMAR, as Seções de Informações do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, dentre outros.) ainda permanecem vedados, se é que não foram destruídos?⁴³

Há também fatos mal explicados como desaparecimentos e mortes de políticos importantes do período e muitos militantes, e até de membros das próprias Forças Armadas,

⁴² GINZBURG, Carlo. O inquisidor como antropólogo. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 1, n. 21, pp. 09-20, set. 1990-fev. 1991. p. 11.

⁴³ O jornalista Lucas Figueiredo, em entrevista que realizou com um membro de um órgão militar de informações, ouviu que parte dos documentos foram incinerados em uma churrasqueira. Contudo, permanece a esperança de que isso só se aplique a uma parte dos documentos e que muitos outros vejam à tona. Cf. FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio. A história do serviço secreto brasileiro: de Washington Luís a Lula 1927-2005*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2011. Gaspari também observou que o próprio Golbery teria feito uma depuração nos arquivos do SNI no final do governo castelo Branco. cf. GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 171.

que precisam ser esclarecidos. Enfim, ainda não acertamos as contas, por assim dizer, com esse passado recente de nossa História. Todas essas questões ajudam a justificar a pesquisa que ora se pretende empreender aqui. Para além de auxiliar na compreensão de parte do nosso passado, pretende-se contribuir com subsídios que possam colaborar para a construção de um presente e de um futuro mais democráticos, em uma sociedade mais justa, livre de torturas e de agentes inquisitoriais ocupando cargos públicos no Estado.

No bojo da reflexão esperançosa exposta anteriormente pelo historiador italiano, inserimos nosso desejo de reconstituir parte da história de um conjunto de instituições e de pessoas que se arriscaram a sofrer as consequências de um engajamento cristão que, em função de seu caráter crítico e contestador de uma ordem social perversa em vários sentidos e brutalmente desigual do ponto de vista socioeconômico, foi classificado como “subversivo”, “comunista”, “esquerdizante”, etc. Interessa-nos, portanto, lançar luz, retirando de um “ângulo morto” da História para o centro de suas atenções algumas ações, teorias, discursos e pensamentos protagonizados por um verdadeiro movimento social do século XX da nossa história recente: o movimento ecumênico.

Para auxiliar-nos nessa empreitada, nos apoiaremos em contribuições teóricas advindas da chamada “história política renovada”, especialmente nos trabalhos dos historiadores Aline Coutrot⁴⁴ e Jean François Sirinelli⁴⁵, contidos na obra coletiva *Por uma história política*, organizada por René Rémond. Aline Coutrot, ao justificar algumas das especificidades daquele campo historiográfico, assinalou que, diferente da “velha história política”, as “forças religiosas são levadas em consideração como fator de explicação política”⁴⁶. Elas são “parte do tecido político”, acrescenta a autora. Não se trata mais de uma abordagem tradicional que privilegiava apenas o estudo da relação entre Igreja e Estado, mas a atenção passa a estar focada nas formas como as “forças religiosas” operam no seio da sociedade. Ela apresenta e discute uma série de pesquisas empíricas nessa perspectiva, cujo resultado maior foi revelar a “força explicativa do religioso”⁴⁷ e, ao mesmo tempo, relativizar “a intransigência das explicações baseadas nos fatores sócio-econômicos.”⁴⁸ Seu ponto de

⁴⁴ COUTROT, Aline. “Religião e política”. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1996.

⁴⁵ SIRINELLI, Jean François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1996.

⁴⁶ COUTROT, Aline. op. cit. p. 331.

⁴⁷ Ibid., p. 333.

⁴⁸ Ibid., p. 331. Saliente-se que, sem abandonar a perspectiva marxista de análise, Christopher Hill é um dos historiadores que mais atenção dedica aos aspectos religiosos enquanto elementos explicativos das mudanças e transformações da sociedade. Cf. HILL, Christopher. *A Bíblia inglesa e as revoluções do século XVII*. Rio de

partida é uma indagação que, também serve aos propósitos de nossa pesquisa: “Em que o religioso, particularmente o cristianismo, pode interessar à história do político? O que há de comum entre a religião, que propõe a salvação no além, e a política, que rege a sorte dos homens nesta terra?”⁴⁹ Em certo sentido, é uma pergunta que, conforme veremos ao longo desta pesquisa, inquietou muitos agentes dos órgãos estatais de informações, pois eles partiam da premissa segundo a qual tais domínios, religião e política, diziam respeito a fenômenos de natureza totalmente distintas, quase como auto excludentes, sem nenhuma mediação aceitável. Nesse sentido, uma das propostas deste trabalho é demonstrar que, na perspectiva dos indivíduos e instituições ecumênicas, havia uma relação estreita entre fé, isto é, sua crença e cosmologia, e o engajamento político, suscitando mediações entre os dois domínios. Mas não o político *stricto sensu* da participação em um partido eleitoral, mas na busca por uma inserção social que de alguma forma implicasse na transformação da “sorte dos homens nesta terra.”

Ao focar múltiplas possibilidades de abordagem para pensar a influência na sociedade exercida por indivíduos ligados a instituições religiosas, Coutrot observa que “um aprofundamento do pensamento religioso engendra novos modos de presença na sociedade”⁵⁰ e que “a religião continua a manter relações com a política, amplia mesmo seu campo de intervenção e diversifica suas formas de ação, de tal forma que o assunto é de grande atualidade”⁵¹. E acrescenta:

o religioso informa em grande medida o político, e também o político estrutura o religioso. Colocando questões que não se pode evitar, apresentando alternativas, ele força as Igrejas a formularem expectativas latentes em termos de escolha que excluem toda a possibilidade de fugir do problema. A política não pára de impor, de questionar, de provocar as Igrejas e os cristãos, a título individual ou coletivo, obrigando-os a admitir atos que os comprometem perante si mesmos e perante a sociedade.⁵²

Com efeito, os tempos de ditadura impuseram muitos e variados dilemas e questões aos cristãos e suas instituições, questionando e provocando a que tomassem partido: apoiar o regime instaurado em 1964? Combatê-lo? Tentar ficar neutro? A partir das decisões e escolhas que daí resultaram, os caminhos que cristãos ecumênicos trilharam, por exemplo, levaram-nos ao confronto com os poderes do Estado, representados pelos órgãos da

Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. e _____. *O Mundo de Ponta-Cabeça: Idéias Radicais na Revolução Inglesa de 1640*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

⁴⁹ COUTROT, Aline. op. cit., p. 334.

⁵⁰ Ibid., p. 335.

⁵¹ Ibid., p. 335.

⁵² Ibid., p. 335.

“comunidade de informações”. Para estes, os ecumênicos haviam se esquecido do real papel da religião. Para aqueles, esse papel passava inevitavelmente pelo envolvimento e comprometimento com a luta política pela transformação da sociedade, como veremos.

Ao indagar sobre as vias através das quais as forças religiosas intervêm no domínio do político a ponto de constituir uma dimensão deste, a autora tenta compreender como a filiação a uma igreja ou comunidade religiosa contribui para modelar as atitudes políticas dos indivíduos. Explicita, então, os resultados de investigações do campo religioso francês, dando conta da coexistência no interior do catolicismo de diferentes “sistemas de valores muito profundamente interiorizado que subtece suas atitudes políticas”⁵³ que, se formavam ao longo da vivência em espaços como família, igrejas, escolas. Tais “sistemas de valores”, após cristalizados, passariam a orientar o fiel em seu comportamento político em relação ao mundo. Um dos autores citados por Coutrot, G. Michelat, seguindo essa trilha de investigação em princípios dos anos 1950, teria descoberto, utilizando o método de entrevistas não diretivas, uma tendência geral, um modelo de “sistema de valores católico”, no qual as condutas políticas, influenciadas pelo pertencimento religioso, estariam orientadas para as forças de conservação, em que certa desigualdade social pertenceria a uma ordem natural, tendo o comunismo como principal elemento de repulsa, “um sistema destrutivo daquilo que os católicos mais respeitam.”⁵⁴ A ênfase estaria na conservação dos valores da família, do trabalho e da tradição. Segundo Coutrot, uma das críticas que René Rémond dirigiu a essa interpretação de Michelat se deveu ao fato de ele não ter considerado “a pluralidade das culturas religiosas” no seio do catolicismo.

Aline Coutrot nos informa que René Rémond, no trabalho *Direita e esquerda no catolicismo francês contemporâneo*, publicado em 1958, acrescenta um olhar mais apurado sobre o cristianismo francês, identificando a coexistência de “diferentes espiritualidades modeladoras de comportamento profundamente dessemelhantes em relação ao mundo e à sociedade política.”⁵⁵ As duas que mais nos ajudariam a pensar nosso objeto seriam a “espiritualidade desencarnada” e a “espiritualidade da encarnação”. No primeiro modelo, configurar-se-ia um comportamento indiferente em relação às “realidades temporais”, em que a preocupação fundamental do fiel seria com a vida após a morte. No segundo caso, teríamos um indivíduo propenso ao engajamento em instituições seculares ou para-eclesiásticas. Para

⁵³ COUTROT, Aline. “Religião e política”. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV. 1996. p. 336.

⁵⁴ *Ibid.*, p. 337.

⁵⁵ *Ibid.*, p. 337.

estes, a salvação não é vista como sendo algo estritamente individual, mas coletivo, direcionado para toda a humanidade. Nesse caso, o fiel é alguém que “leva a sério a prefiguração do reino a ser construído desde aqui em baixo.”⁵⁶ Ainda que Rémond tenha chegado a tais modelos a partir de pesquisas sobre o catolicismo na França, a noção de “espiritualidade da encarnação” nos auxilia na compreensão de atitudes e ações dos cristãos que se envolveram em diferentes iniciativas ligadas ao movimento ecumênico. Em sentido oposto, aqueles que não aceitavam o movimento ecumênico, incluindo os agentes dos órgãos de informações e religiosos de diferentes igrejas, poderiam ser apreendidos através da noção de “espiritualidade desencarnada”.

Essa percepção é particularmente importante para que não nos limitemos a enquadrar os sujeitos e instituições simplesmente com rótulos de “progressistas” ou “conservadores”, sem procurar compreender as razões mais profundas de suas escolhas e adesões políticas. Por isso, estamos de acordo com Aline Coutrot que, a partir de sua leitura de René Rémond, observa que “limitar-se, como se faz às vezes, às posições políticas é deter o olhar na superfície das coisas. Elas são inseparáveis de uma concepção determinada da verdade, das relações entre o espiritual e o temporal, e inexplicáveis sem isso.”⁵⁷

Avançando ainda mais em sua descrição, Aline Coutrot nos apresenta as conclusões de um estudo de corte psicossociológico sobre os católicos franceses empreendido por J. M. Donégani. Com certa aproximação ao trabalho de Rémond, este autor identificou três tipos de identidade cristã, as quais corresponderiam a diferentes tipos de relação com o mundo, o que equivale a dizer, como Rémond, que no seio do catolicismo francês coexistiriam três modelos principais de espiritualidades. Em primeiro lugar, o da “fé teocêntrica”⁵⁸, que se orientaria segundo as seguintes tendências: a submissão a um Deus todo-poderoso. Este crente estaria propenso à adesão em sistemas políticos propiciadores de estabilidade, distante de transformações sociais. Essa perspectiva levada para o âmbito da política revelaria uma tendência a aceitar regimes apoiados em figuras de autoridade. Logo, propensão para as formações de direita do tabuleiro político. Em segundo, identificou o “modelo cristocêntrico”.

Nesta concepção de mundo, “Cristo é Deus encarnado na História (...)”. “Cada indivíduo deve contribuir para o progresso coletivo da história”⁵⁹, configurando uma tendência para o engajamento, para a aceitação da mudança, da transformação da ordem

⁵⁶ COUTROT, Aline, op. cit., p. 337.

⁵⁷ Ibid., p. 338.

⁵⁸ Ibid., p. 338.

⁵⁹ Ibid., p. 339.

sócio-política vigente. Logo, este fiel tende para as forças políticas da esquerda. Por fim, ele assinalou as características de uma “corrente mais frouxa”, mais hipotética, cuja ênfase estaria na busca pelo caráter espiritualista, incluindo-se os grupos de renovação carismática, grupos de oração, comunidades de base, etc. No caso desta última sensibilidade religiosa, seu comportamento político pode variar em função das particularidades de cada conjuntura histórica.

Nossa intenção ao apontar essas diferentes configurações encontradas no campo religioso católico francês foi a de assinalar que para o caso do Brasil, algumas dessas categorias analíticas serão utilizadas para ajudar a pensar o comportamento político de indivíduos e instituições. Isso porque estamos convencidos de que ao levarmos em conta “as forças religiosas” que operaram no contexto da ditadura brasileira poderemos explicitar aspectos talvez inéditos da nossa história política recente. Portanto, assinalamos desde já que dentre as categorias apontadas, a noção de “espiritualidade da encarnação”, de René Rémond e o “modelo cristocêntrico” de Donégani são as que mais ajudam a compreender o agir e pensar dos ecumênicos durante a ditadura. Já a de “espiritualidade desencarnada” nos auxiliará na compreensão dos que rechaçam o ecumenismo nas igrejas e na “comunidade de informações”.

Cumpramos observar, então, que quando fizermos menção a “cristianismo encarnado” para explicar algumas ações de cristãos progressistas e ecumênicos, é a esse tipo de fé, cuja ação está voltada para a busca pela transformação social, que estaremos nos reportando. Outras vezes também utilizarmos expressões como “cristianismo de libertação” seguindo Michael Lowy, e, ainda, “teologia libertária”, “cristianismo encarnado” ou “Teologia da Libertação”. Mas todos esses conceitos englobam percepções ou visões de mundo análogas às que aqui foram esboçadas por intermédio da contribuição dos autores franceses, seja para pensarmos o caso de ações empreendidas por católicos ou protestantes, desde que se trate das vertentes progressistas e ecumênicas, conforme veremos ao longo deste trabalho. Christopher Hill vai ainda mais além ao apontar uma série de convergências entre o ideário da Teologia da Libertação que emergiu em solo latino-americano na segunda metade do século XX e as ideias dos protestantes radicais do século XVII.⁶⁰

Hill sublinha as analogias entre a forma como os teólogos da libertação liam a Bíblia a partir da realidade histórica concreta, a inspiração dos textos bíblicos que descrevem a libertação do povo hebreu da escravidão no Egito, a ênfase em um conceito de igreja como

⁶⁰ HILL, Christopher. “Uma nota sobre a teologia da libertação”. In: _____. *A Bíblia inglesa e as revoluções do século XVII*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2003. p. 613-620.

sendo a própria comunidade dos fiéis e não a estrutura hierárquica clerical, a importância da mediação do marxismo enquanto instrumento de auxílio da leitura de mundo, a tendência ao engajamento em movimentos com vistas à transformação da sociedade, a valorização dos leigos como agentes dessa transformação, a crença na igualdade entre os seres humanos, a importância atribuída ao papel das mulheres, etc.⁶¹ “A fraseologia pode ser diferente daquela empregada pelos radicais do século XVII”, compara Hill, “mas a essência é a mesma.”⁶² Para reforçar a necessidade de atentarmos um pouco mais para o peso exercido por tais sistemas de pensamento durante o período ditatorial, consideremos a contribuição antropológica de Mariza Peirano a esse respeito: “[...] a sociedade não é um ser nominal e de razão, mas um sistema de forças atuantes, e a eficácia das ideias e crenças precisa ser incluída na análise explicativa, somando-se à ação, para que se identifiquem os mecanismos de movimento e de reprodução da sociedade.”⁶³

Devido à complexidade inerente ao objeto de estudo que estamos tentando construir, precisaremos buscar ainda outra fonte de interlocução teórico-metodológica, pois que pretendemos investigar aspectos constitutivos de doutrinas, crenças e motivações sustentadas por integrantes dos órgãos de informações do regime militar. É possível, portanto, através da documentação proposta, tentar entender as razões que fundamentavam o pensamento maniqueísta tão impregnado de preconceitos, distorções, exageros, intolerâncias, que permeia os documentos em questão.

Outros aspectos teórico-metodológicos

Portanto, convém observar que um trabalho fundamentado, em grande medida, na documentação dos “serviços de inteligência” de um regime ditatorial requer a adoção de considerável cautela teórico-metodológica. Neste sentido, pensamos também na utilidade do conceito de “representações”, na acepção em que foi instrumentalizada por Roger Chartier,

⁶¹ Essa analogia, apenas sugerida por Hill, é aprofundada por Sandro Ramon F. da Silva, que analisa, a partir do conceito de “afinidade eletiva”, a influência do marxismo no que chama de “imaginário da teologia da libertação” na América Latina e, sobretudo, no Brasil. Ele enfatiza a semelhança de objetivos entre as notas de rodapé da Bíblia Pastoral, das Edições Paulinas, pautadas pelo viés marxista na leitura da realidade, e as notas da protestante Bíblia de Genebra, tão utilizada pelos radicais da Inglaterra do século XVII em sua luta contra a monarquia. Cf. especialmente, capítulo II de SILVA, Sandro Ramon Ferreira da. *O Tempo das Utopias: Religião e Romantismos Revolucionários no imaginário da Teologia da Libertação dos anos 1960 aos 1990*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

⁶² HILL, Christopher, op. cit., p. 617.

⁶³ PEIRANO, Mariza. “A análise antropológica dos rituais”. In: ____ (org.). *O Dito e o Feito: Ensaios de Antropologia os Rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. p. 23.

para ajudar estruturar o “esquema cognitivo”⁶⁴ que guiará a construção de nosso objeto de estudo. Tal conceito pode contribuir no propósito de avançarmos para além de uma atitude de condenação sumária das ideias expressas por agentes dos órgãos de informações e de repressão, postura que poderíamos adotar com facilidade após uma primeira leitura dos registros que nos deixaram, os quais, lembremos, constituem apenas fragmentos do passado que vivenciaram.

O conceito de representações ajudará no desafio de interpretar tais documentos (repletos de julgamentos negativos sobre “tudo e todos”, é verdade, mas não só), servindo-nos como uma espécie de chave de leitura, que nos possibilitará compreender o universo mental, isto é, as visões de mundo social daqueles indivíduos, as quais eram compartilhadas, também, por parte da sociedade em que viveram.

Contudo, devemos manter a vigilância para evitar o outro extremo, que resultaria em uma análise simplista e superficial da realidade e, no limite, legitimadora de suas ações e dos discursos estruturantes de suas representações da sociedade. Portanto, estamos de acordo com Chartier, quando afirma ser possível

pensar uma história cultural do social que tome por objeto a compreensão das formas e motivos – ou, por outras palavras, das representações do mundo social – que, à revelia dos atores sociais, traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que ela fosse.⁶⁵

Nosso objeto é diferente do que foi estudado por Chartier. Entretanto, a partir da sua proposta, é possível tentar apreender os sentidos subjacentes às variadas categorias classificatórias (quase sempre depreciativas) que constituem as representações dos indivíduos e entidades ecumênicas emergidas dos documentos outrora sigilosos da “comunidade de informações”. Parcela considerável delas, poderíamos facilmente considerar como absurdas (se nos detivéssemos apenas em nosso atual ângulo de observação, isto é, se as analisássemos fora do contexto histórico em que foram produzidas), mas devemos reconhecer que para muitos daqueles analistas de informações (policiais, detetives, delegados, coronéis, tenentes, gerais, etc.), tais representações faziam todo sentido e retratavam fielmente a realidade.

Conforme assinalou Chartier, as representações visam descrever “a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que ela fosse.” Neste sentido, muito do que está

⁶⁴ Expressão que Ginzburg utiliza, ao que parece, por ser mais adequada que “quadro teórico-metodológico.” Cf. GINZBURG, Carlo. O inquisidor como antropólogo. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 1, n. 21, pp. 09-20, set. 1990/fev. 1991, p. 12.

⁶⁵ CHARTIER, Roger. *A história Cultural: Entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 19.

registrado em tais documentos constitui uma verdade muito particular ao universo mental dos agentes que os produziram e nem sempre corresponde às intenções e verdades daqueles que foram investigados, monitorados e representados. Mas queremos compreender algo para além das representações, ou da leitura que se construiu do movimento ecumênico. Interessa-nos, assim, entender o que de fato o movimento ecumênico fez e disse segundo seus próprios critérios e concepções de mundo.

De fato, os papéis dos órgãos de informações não eram ingênuos, pois explicitavam visões de mundo acerca da época que vivenciavam, traduzindo “estratégias simbólicas de apresentação e representação de si”⁶⁶ mesmos e dos outros. A despeito da citada certeza que nutriam de estarem, através de suas análises e descrições, produzindo retratos fiéis de fatos e personagens investigados, seu trabalho resultava na composição de representações da realidade, as quais nos auxiliam na compreensão do referido período histórico.

É importante chamar a atenção para o fato de que “as representações não se opõem ao real; elas se constituem através de várias determinações sociais para, em seguida, tornarem-se matrizes de classificação e ordenação do próprio mundo social, do próprio real”⁶⁷, conforme observou Francismar Carvalho apoiado em leitura de Bourdieu.

Portanto, é possível afirmar que os referidos documentos, com frequência, externavam percepções fortemente arraigadas acerca da sociedade brasileira e do mundo, as quais não se limitavam a “discursos neutros.” Representavam, sim, tomando de empréstimo as palavras de Chartier, mensagens que produziam “estratégias e práticas” com vistas “a impor uma autoridade à custa de outros”, almejando, também, “legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas”⁶⁸.

Carlos Fico, ao estudar a gênese, a estruturação e o funcionamento dos órgãos estatais de espionagem e de repressão que compunham a “comunidade de informações” e de segurança, parece ter abstraído com propriedade a natureza do seu *modus operandi* ao concluir que

suas mensagens não foram simples informações. Advertiam, indicavam os riscos de opções liberalizantes, incutiam temor com sua simples existência. Construíram, também, uma identidade sobre ‘eles’, isto é, sobre nós, impondo-nos rótulos ora de

⁶⁶ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993. p. 115.

⁶⁷ CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier. *Diálogos*, DHI/PPH/UEM, v. 9, n.1, p. 143-165, 2005, p. 151. O autor demonstra em que medida o conceito de representações coletivas de Chartier é tributário da obra de Bourdieu.

⁶⁸ CHARTIER, Roger. op. cit., p. 19.

subversivos, ora de corruptos; ora de inocentes úteis, ora de inermes. Assim eles agiam.⁶⁹

Acrescentaríamos à sua interpretação o fato de que a “comunidade de informações” construiu também uma identidade sobre si própria, ao buscar o “poder de impor uma visão do mundo social”, estabelecendo o “sentido e consenso sobre o sentido”⁷⁰ no tocante às diferentes categorias de percepção, apreciação e classificação da sociedade, as quais ela fazia circular em suas redes de espionagem.

Não obstante o êxito analítico de Carlos Fico, quando explicitou a forma como alguns segmentos da sociedade (professores, estrangeiros, clero e estudantes⁷¹), alvos de investigação ou perseguição, foram classificados nos documentos sigilosos, é de se notar que ao dedicar-se a evidenciar a “visão”, o “olhar” ou “o entendimento das comunidades de informações” sobre tais atores, parece ter esbarrado em certo limite. A nosso ver, por exemplo, é possível avançar no tocante a duas questões. Em primeiro lugar, tentaremos apreender outros aspectos do trabalho da “comunidade”, sobretudo, quando focamos nos documentos destinados a caracterizar atores sociais pouco conhecidos da historiografia do período como, por exemplo, o chamado “movimento ecumênico”, ausente da análise da obra citada, especificamente aquele segmento envolvido com algum tipo de atividade considerada pelos agentes como sendo de oposição ao regime. Além disso, mais que explicitar o “olhar”, a “visão” ou o “entendimento”, acreditamos que o conteúdo dos documentos produzidos pelos órgãos de informações ou de inteligência compõe representações ou sistemas de representações do mundo social.

Com fulcro no trabalho de Chartier, Carvalho observa que “as representações são entendidas como classificações e divisões que organizam a apreensão do mundo social como categorias de percepção do real.”⁷² Nessa perspectiva, os agentes estatais percebiam a si mesmos como os mais bem habilitados representantes do regime militar para produzir avaliações e classificações sobre indivíduos e instituições da época. Tomaram para si a missão de interpretar o que se passava em todos os setores da sociedade (campo político, campo econômico, campo social, campo sindical, campo psicossocial, etc.) e de alertar os setores

⁶⁹ FICO, Carlos. Como eles agiam. *Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 218.

⁷⁰ BOURDIEU, Pierre, op. cit., p. 108

⁷¹ FICO, Carlos, op. cit., cap. 5. p. 165-209.

⁷² CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier. *Diálogos*, DHI/PPH/UEM, v. 9, n.1, p. 143-165, 2005, p. 149.

decisórios do poder executivo sobre aquilo que poderia causar algum empecilho aos objetivos do regime naqueles citados campos.

Porém, mesmo quando afirmavam estar narrando ou analisando determinada conjuntura tal como se apresentava diante deles, os tais agentes deixavam nos documentos as marcas de sua visão de mundo social, semelhante ao que Bourdieu constatou quando analisava o poder de enunciação que investia a palavra dos reis:

mesmo quando se limita a dizer com autoridade aquilo que é, ou então, quando apenas se contenta em enunciar o ser, o autor produz uma mudança no ser: pelo fato de dizer as coisas com autoridade (...), ele as destaca do arbitrário, sancionando-as, santificando-as e consagrando-as, fazendo-as existir como sendo dignas de existir, ajustadas à natureza das coisas, “naturais”.⁷³

O excerto ajuda-nos a superar a possível oposição entre a representação construída da realidade nos documentos e a própria realidade concreta vivenciada pelos sujeitos históricos alvos do monitoramento estatal. Neste sentido, conforme assinalamos anteriormente, a própria representação está imersa no real. Ela é parte constitutiva da realidade que procuramos compreender, ou seja, está no âmago do nosso objeto de estudo.

Com efeito, a questão da autoridade da enunciação, isto é, aquilo que aparece nas análises, interpretações e classificações, a tentativa dos agentes de antecipar ou antever a ação de supostos “subversivos” contra a “segurança nacional” permeava seus discursos. Portanto, a intensa produção e circulação de informações almejava, além de outras coisas, consolidar sua própria legitimação diante das demais esferas decisórias do regime, constituindo verdadeiros sistemas de representações da sociedade, inclusive do movimento ecumênico.

Segundo Chartier, as representações resultam de um processo que compreende três etapas ou modalidades de registro da realidade, recorte e classificação, práticas (através da convenção de signos próprios) e institucionalização:

primeiramente, as operações de recorte e de classificação que produzem as configurações múltiplas graças às quais a realidade é percebida, construída, representada; em seguida, os signos que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma identidade própria de estar no mundo, a significar simbolicamente um estatuto, uma ordem, um poder; enfim, as formas institucionalizadas através das quais ‘representantes’ encarnam de modo visível, ‘presentificam’, a coerência de uma dada comunidade, a força de uma identidade, ou a permanência de um poder.⁷⁴

73 BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993. p. 109.

74 CHARTIER, Roger. “O mundo como representação”. In: _____. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 169.

Todos os elementos acima indicados por Chartier estão presentes em maior ou menor medida no *modus operandi* da construção de representações da comunidade de informações. A maior parte de seus analistas eram treinados sistematicamente em escolas militares, como a EsNI e a ESG.⁷⁵ Aprendiam a espionar, através de escutas telefônicas, câmeras, gravadores, microfones, disfarces, etc.,⁷⁶ a confeccionar informes e informações, a qualificar em detalhes seus alvos.

Havia nos documentos produzidos jargões e signos próprios que só os iniciados poderiam compreender e, por fim, ocorria a institucionalização dos meios específicos de produzir e fazer circular as informações. Um dos principais objetivos desse trabalho era o de persuadir aqueles que estavam investidos de um cargo do poder executivo (um Ministro ou o próprio presidente da República) a seguir suas orientações, diretrizes e conselhos. Tudo isso demonstrava a força identitária da “comunidade” que se estabeleceu ao longo do regime militar, mas nem sempre suas sugestões foram acatadas e, sobretudo durante a abertura política, essa força foi aos poucos sendo contestada por presidentes da República como o próprio Geisel, conforme veremos.

Ela conseguiu impor suas representações do mundo social a considerável parcela dos membros do governo militar, consolidando certa identidade de grupo entre aqueles que dela faziam parte, tornando-se, ante os demais militares e setores conservadores da sociedade, “uma autoridade reconhecida”, capaz de impor sua visão e divisão do mundo social, isto, em grande parte, devido à eficácia de suas representações, fruto do trabalho de monitoramento e de espionagem da sociedade.

Entretanto, em dado momento, nos idos da chamada “abertura política”, como tentaremos demonstrar, os tempos haviam mudado e suas representações perderam força. Consequentemente, o “poder simbólico” de que gozavam passara a ser questionado, tanto por segmentos da sociedade quanto por membros do governo ditos “castelistas”. As condições sociopolíticas e econômicas que outrora sustentavam ou conferiam crédito às suas representações se alteraram levando-as à ruína, conforme veremos mais adiante.

Por fim, entendemos que, em face da complexidade inerente à natureza do objeto de análise em tela, a adesão rígida a uma perspectiva teórico-metodológica única não seria útil aos propósitos deste trabalho. Por isto, consideramos mais profícuo situá-lo em um campo

⁷⁵ QUADRAT, Samantha Viz. *Poder e Informação: o sistema de inteligência e o regime militar no Brasil*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2000.

⁷⁶ FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do silêncio*. A história do serviço secreto brasileiro: de Washington Luís a Lula, 1927-2005. Rio de Janeiro (RJ): Record, 2005.

aberto, que permita o cruzamento de vertentes analíticas tributárias da história social, da história política, da micro-história em diálogo com as ciências sociais.

O primeiro capítulo se dedica a narrar aspectos fundamentais do processo ideológico e prático da construção de um Sistema Nacional de Informações, especialmente suas causas e objetivos, bem como pretende demonstrar o posicionamento de diferentes correntes do protestantismo antes, durante e depois do golpe civil-militar de 1964.

No capítulo 2, tentamos verificar como um dos segmentos do protestantismo, isto é, a vertente ecumênica e progressista, reagiu diante da repressão militar e da resistência que tiveram no interior de uma das principais organizações protestantes da época, a CEB. Percorreremos o caminho seguido por alguns de seus líderes até a criação do CEDI, explicitaremos o tipo de iniciativas que protagonizaram e, por fim, verificaremos como suas ações foram vigiadas e recepcionadas pelos agentes dos órgãos de informações e de repressão da ditadura militar.

O capítulo 3 é dedicado a compreender as principais contribuições do Conselho Mundial de Igrejas no processo de construção de redes de apoio a ativistas engajados em diferentes ações de contestação à ditadura brasileira, muitos dos quais tiveram que sair do Brasil por conta da repressão. Interessa-nos apontar as iniciativas do Conselho, explorando a imagem que os órgãos de informações, paulatinamente, foram construindo sobre ele, em funções de suas ações consideradas inadequadas para um organismo que se apresentava como ecumênico e interessado na busca da paz e da fraternidade entre as igrejas de modo geral e, entre todos os homens, em particular.

No capítulo 4, tomamos como objeto de estudo a compreensão de algumas iniciativas da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), objetivando especificar sua forma peculiar de “ecumenismo de serviço” à sociedade, com ênfase nas parcelas pobres da população, bem como aqueles setores vítimas de violações de direitos humanos. É nosso objetivo demonstrar que a CESE operava com uma noção mais alargada do conceito de direitos humanos, abarcando o direito à moradia, ao emprego, à educação, à água, etc. Daí sua preocupação de apoiar projetos nessa direção em uma das regiões mais pobres do Brasil, o Nordeste. Interessa-nos ainda verificar a forma como os agentes estatais apreenderam as iniciativas que envolveram a CESE, o CONIC e a sua relação com o próprio campo religioso.

O último capítulo se propõe, entre outras coisas, a abordar e compreender uma variedade de iniciativas ecumênicas desenvolvidas em São Paulo, com ênfase nos bastidores do projeto *Brasil: Nunca Mais*, tomando como eixo principal a relação de amizade e parceria

entre o cardeal-arcebispo D. Paulo Evaristo Arns e o pastor presbiteriano Jaime Wright no âmbito da Arquidiocese de São Paulo, bem como o apoio do Conselho Mundial de Igrejas às mesmas. É nosso interesse ainda explicitar parte do funcionamento de algumas redes ecumênicas de solidariedade que, articuladas através de entidades como, por exemplo, o CLAMOR, sustentaram uma gama de ações de solidariedade para com pessoas perseguidas por regimes de força que se abateram sobre o Cone Sul da América Latina ao longo dos anos 1970 e 1980. Por fim, pretendemos verificar e compreender como os agentes dos serviços de informações lidaram com tais iniciativas, pelos menos aquelas que eles conseguiram “farejar”.

CAPÍTULO I: REGIME MILITAR NO BRASIL, PROTESTANTISMOS E MOVIMENTO ECUMÊNICO

“Inimigos internos” e a construção dos Serviços de Informações

Em abril de 1964 um golpe de Estado civil-militar⁷⁷ encetou no governo do Brasil um grupo formado por indivíduos das Forças Armadas, afastando do poder o Presidente da República João Goulart, o qual chegara ao cargo pelas vias democráticas do regime político de então. Os homens, civis e militares, que instauraram um novo regime, que afirmavam ser democrático, possuíam certo projeto de nação a ser posto em prática. Todavia, tratava-se de um plano em aberto, que poderia incorporar alterações e adaptações no curso dos acontecimentos.

Do ponto de vista da ideologia, o fundamento de tal projeto assentava-se na chamada Doutrina da Segurança Nacional, gestada no interior da Escola Superior de Guerra (ESG)⁷⁸ –

⁷⁷ O golpe teve início na madrugada de 31 de março de 1964, mas só alcançou êxito completo no mês de abril. Estamos de acordo com Dreifuss quando enfatiza o papel dos civis na articulação e conspiração golpista que, além de desestabilizar, derrubou Goulart em 1964. Também concordamos com o fato de que muito do que os “intelectuais orgânicos” e “empresários” civis ligados aos interesses do “capital nacional e multinacional associado” tramaram e programaram no interior do complexo IPES-IBAB-ESG, em termos de reformas do capitalismo brasileiro, foi implantado em função de sua influência dentro do novo Estado que se gestou a partir de 1964. Concordamos com a necessidade de enfatizar a importância do movimento de manifestações públicas de direita conferindo legitimidade à intervenção militar de 1964, conforme sustenta REIS FILHO, Daniel Aarão. *Os muitos véus da impunidade: sociedade, tortura e ditadura no Brasil*. Texto apresentado na Fundação Humberto Delgado, Lisboa, no colóquio sobre impunidade realizado entre 20 e 21 de maio de 1999. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/denunciar/tortura/textos/aarao.htm>>. Acesso em: 06 mai. 2013.

Entretanto, o qualificativo “civil-militar” para o golpe de 1964 pode encobrir o fato de que foram os militares que coloram tropas e tanques de guerra nas ruas e efetivamente desferiram o golpe, tomando de assalto o poder. De todo modo, não se pode esquecer que políticos e representantes do capital nacional e multinacional-associado tiveram papel decisivo nas articulações e nas medidas administrativas que culminaram com a declaração de “vacância” do cargo presidencial no Congresso Nacional, e que as mobilizações e marchas de direita nas ruas representaram, conforme observou Daniel Aarão Reis, o “*background* decisivo” que propiciou a vitória tão rápida dos golpistas contra Jango. Não estamos, contudo, tão seguros de que o conceito “ditadura civil-militar” seja o mais adequado para dar conta da experiência histórica brasileira do período 1964-1985. É que se, por um lado, ele serve para chamar a atenção para o fato de que setores da sociedade civil, notadamente aqueles ligados às empresas que apoiaram e fomentaram o golpe de Estado, não só fomentaram o golpe como estiveram incrustados nos mais diversos órgãos governamentais do regime e para o apoio social gozado pela ditadura ao longo de 21 anos, ele pode, por outro lado, encobrir o fato de que o setor militar gozou de enorme poder de decisão e de prevalência no tocante à tomada de decisões em relação aos civis. Portanto, a despeito de reconhecermos as complexas relações de apoio que setores da sociedade dispensaram ao regime e do peso que civis ocuparam durante o período, seguimos pensando, salvo melhor juízo, que a ditadura foi mais militar que civil. E essa constatação nos impede, por hora, de utilizar a expressão conceitual “ditadura civil-militar”, ainda que, eventualmente, utilizemos o designativo golpe “civil-militar”.

⁷⁸ Para detalhes acerca do papel da ESG nesse contexto cf. STEPAN, Alfred. *Os militares na política. As mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975. Acerca dos cursos que a ESG oferecia e como se dava a formação de oficiais e civis que nela ingressavam, muitos dos quais integrariam os quadros do SNI, cf. QUADRAT, Samantha Viz. *Poder e Informação: o sistema de inteligência e o regime militar no Brasil* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, 2000.

prestigiosa instituição militar formadora de quadros de elite das Forças Armadas e também de civis – no decorrer dos anos 1950 e inícios dos anos 1960.

No trabalho de Alfred Stepan⁷⁹, a participação da ESG é elemento central para explicar a intervenção dos militares na tomada do poder político em 1964.⁸⁰ Para os propósitos do presente trabalho interessa-nos, especialmente, reter o fato de que, conforme explicitou o mesmo autor, a ESG concebeu e disseminou uma nova missão a ser desempenhada pelas Forças Armadas: a participação efetiva na política, diferentemente do tradicional papel de “poder moderador.”

A concepção de mundo militar que fundamentara a nova missão emergiu do contexto de acirramento de disputas ideológicas travadas pelas duas superpotências da época, Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), caracterizando-se pela “internalização da ideologia de guerra fria”. Desse modo, uma das preocupações contidas no programa da ESG seria a de evitar que o Brasil, país considerado subdesenvolvido, se tornasse comunista devido à ação e influência ideológica do que chamavam “Movimento Comunista Internacional”.

Entretanto, como registrou René Armand Dreifuss, desde os anos 1950, no governo do Presidente Juscelino Kubitschek, ocorrera uma “crucial mudança ideológica e operacional na orientação das Forças Armadas, passando da defesa do território nacional para uma estratégia

⁷⁹ STEPAN, Alfred. op. cit.

⁸⁰ O tema das causas do golpe de 1964 ainda é controverso na historiografia sobre o período. René Armand Dreifuss coloca em primeiro plano o protagonismo desempenhado pela “elite orgânica” civil (a serviço do “capital multinacional e associado”) e de oficiais de elite das Forças Armadas (especialmente aqueles vinculados a ESG) através do chamado “complexo IPES/IBAB” na preparação de uma conspiração agressiva e eficaz que desencadeou a desestabilização do “regime populista” e, conseqüentemente, propiciou o desfecho do golpe. Um golpe, portanto civil-militar, devido a estreita colaboração entre indivíduos oriundos desses dois domínios da sociedade. Essa tendência é representativa de uma corrente de opinião mais tradicional, que abarca muitos historiadores e cientistas sociais. Entretanto, ela tem sido relativizada, em alguns casos, e, em outros, abertamente contestada (em certos trabalhos ela tem sofrido distorções aparentemente deliberadas como, por exemplo, em Argelina C. Figueiredo, ao que parece, com o propósito de ser mais facilmente refutada) por pesquisadores denominados de “revisionistas” por seus críticos. Tais revisionistas enfatizam, em especial, o “radicalismo” agressivo das esquerdas no período pré-golpe e a fragilidade do sistema político como elementos principais da explicação do golpe de 1964. Entre os autores que encontram-se mais ou menos próximos da perspectiva “revisionista” podem ser citados, entre outros: SANTOS, Wanderley Guilherme dos. “Anatomia da crise”. In: _____. *O cálculo do conflito. Estabilidade e crise na política brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003., FIGUEIREDO, Argelina C. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993., FERREIRA, Jorge. “O governo João Goulart e o golpe civil-militar de 1964”. In: _____. DELGADO, Lucila de A. N. (orgs.). *O Brasil republicano: O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003., REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. Para uma abordagem detalhada acerca desse debate, com ênfase na vertente historiográfica tradicional, ver: TOLEDO, Caio Navarro. “1964: golpismo e democracia. As falácias do revisionismo”. *Crítica Marxista*, n. 19, 2004 e MELLO, Demian. “A miséria da historiografia”. *Outubro*, n. 14, 2º sem. 2006.

de contra-insurreição e hostilidade internas.”⁸¹ Dessa forma, “as noções de segurança militar interna se concretizaram”⁸² na doutrina da ESG, quando a preocupação com o inimigo se deslocou do temor de uma possível invasão promovida por país comunista, para o temor de uma ameaça interna oriunda de um “inimigo interno”. Essa mudança acionou o alerta para a “realidade” da “guerra psicológica” que estaria em curso dentro do território nacional.

Maria Helena Moreira Alves explicitou, através da análise de documentos produzidos pela ESG, a maneira como ocorrera tal inversão que sustentaria a Doutrina de Segurança Nacional. Segundo ela, a fundamentação teórica fora fornecida, sobretudo, pelos estudos do general Golbery do Couto e Silva, um dos principais articuladores da conspiração golpista que derrubou Jango.⁸³ Assim, o Estado que se formou a partir de 1964 tinha como horizonte colocar em prática os preceitos contidos na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, a qual, segundo a autora,

constitui um corpo orgânico de pensamento que inclui uma teoria de guerra, uma teoria de revolução e subversão interna, uma teoria do papel do Brasil na política mundial e de seu potencial geopolítico como potência mundial, e um modelo específico de desenvolvimento econômico associado-dependente que combina elementos da economia keynesiana ao capitalismo de Estado.⁸⁴

Nessa construção teórica, que passou a nortear as decisões do grupo instaurado no novo Estado, a preocupação com os “inimigos internos” e com a “guerra psicológica” foi num crescendo. Consequentemente, o “inimigo interno” passou a ser visto como estando em qualquer setor da sociedade que agisse ou pensasse em desacordo com os preceitos da Doutrina de Segurança Nacional, inclusive os movimentos religiosos. Aqui, o movimento ecumênico, especialmente, passaria a ser motivo de constante preocupação para os agentes do sistema de inteligência que seria estruturado pelo novo regime.

Interessa aos propósitos deste trabalho examinar, em especial, a forma pela qual foram criados alguns dos principais órgãos⁸⁵ de informações e de segurança no seio do novo Estado pós-1964 e os sentidos e funções atribuídos a eles pelo regime militar. Haja vista que, em conformidade com a Doutrina de Segurança Nacional, sua criação está intimamente

⁸¹ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981. p. 37.

⁸² Ibid., p. 36.

⁸³ Ibid., p. 36.

⁸⁴ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil, 1964-1985*. Bauru (SP): Edusc, 2005.

⁸⁵ Para detalhes acerca da legislação que concebeu a estruturação da “comunidade de informações” cf. *Os Arquivos das Polícias políticas: Reflexos da Nossa História Contemporânea*. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro. 1996. p. 15.

relacionada com a necessidade de conhecer os “inimigos internos” (e externos) para melhor controlá-los e, caso fosse necessário, eliminá-los.

A análise de parte da história e do funcionamento desses órgãos é necessária por dois motivos. Em primeiro lugar, não é possível trabalhar com a documentação que produziram sem, antes, compreender os propósitos para os quais eles foram criados e como atuavam. Além disso, para melhor compreender e analisar as representações do movimento ecumênico em tais documentos é necessário investigar a ideologia que fundamentava a produção e a circulação dos mesmos entre as redes de “inteligência” e espionagem.

Por fim, tal exercício visa auxiliar na compreensão das causas que levaram tais órgãos a se preocupar com as atividades de indivíduos e organismos do movimento ecumênico a ponto de produzirem enorme quantidade de documentos acerca deles. Mas é necessário fazer uma ressalva: não é nosso objetivo explicitar e analisar a repressão física desencadeada por órgãos estatais contra tais indivíduos, ainda que tangencialmente abordemos a questão.

De capital importância nesse estudo é a compreensão da criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), um dos principais órgãos do “sistema de inteligência” estruturado pelo regime militar, pois a maior parte da nossa documentação é constituída de papéis produzidos por seus agentes.

O SNI foi concebido, especialmente, pelo General Golbery. Entretanto, antes mesmo do golpe, o órgão já existia em forma embrionária no Sistema Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI).⁸⁶ Posteriormente, boa parte de sua documentação foi transferida para o interior do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) — criado em 1961 pelo grupo qualificado por Dreifuss de “intelectuais orgânicos” a serviço do capital estrangeiro e nacional associado, os quais em aliança com militares de alta patente oriundos da Escola Superior de Guerra (ESG) planejaram o golpe civil-militar contra Jango. Ali, como resultado do trabalho do citado General e de sua equipe, confeccionou-se um imenso arquivo, contendo dados de milhares de cidadãos considerados potencialmente perigosos ao regime que se pretendia erigir.⁸⁷

Portanto, antes de nos ocuparmos com aspectos específicos da História do SNI e de outros órgãos de informações, convém examinarmos rapidamente algumas relações e vínculos pré-existentes entre instituições que desempenharam papel relevante no contexto pré-golpe. Pois tais instituições, entre elas o IPES e a ESG, influenciariam fortemente a natureza, o

⁸⁶ FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio*. A história do serviço secreto brasileiro: de Washington Luís a Lula 1927-2005. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2011.

⁸⁷ DREIFUSS, René Armand. op. cit.

formato e o sentido atribuído pelo novo Estado ao SNI e aos demais órgãos de inteligência e de segurança, alguns criados no pós-1964 e outros já existentes.

O IPES foi criado por iniciativa do general Golbery do Couto e Silva com o propósito inicial de ser um Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais objetivando “estudar as reformas básicas propostas por João Goulart e a esquerda, sob o ponto de vista de um técnico-empresário liberal.”⁸⁸ No entanto, como explicitou René Armand Dreifuss, ele visava à produção de planos estratégicos capazes de gerar mudanças profundas na estrutura do capitalismo brasileiro. Ao aglutinar indivíduos que, em comum, possuíam “relações multinacionais e associadas, o seu posicionamento anticomunista e a sua ambição de readequar e reformular o Estado”⁸⁹, o IPES buscava, assim, atender aos interesses e demandas do bloco de capital multinacional em associação com um setor do capital nacional.

Dreifuss apontou, passo a passo, a trajetória percorrida pelo IPES até tornar-se um organismo conspiratório e golpista, coordenando uma gama de atividades que permearam variados setores da sociedade, visando desestabilizar o governo de João Goulart e criar condições favoráveis para uma ação armada com vistas à tomada do governo do Estado. Dessa forma, após sucessivas tentativas de influenciar ideologicamente desde setores das classes subalternas (Ligas Camponesas, sindicatos de diversas categorias) até o Congresso Nacional a aceitar suas perspectivas de mudança do Estado, sendo mal sucedido na correlação de forças democráticas, o organismo, por volta de 1963, tornara-se efetivamente golpista.

A natureza da teia conspiratória constituída pelo IPES através vários estados do Brasil, revelada pela análise de Dreifuss a partir de robusta documentação, demonstra que o objetivo da campanha de seus “intelectuais orgânicos” não era apenas aplicar um golpe de Estado e afastar Goulart. Intentavam transformar “por dentro” as estruturas do Estado e do capitalismo brasileiro, tendo em vista uma concepção de organização da sociedade coerente com certos valores políticos e ideológicos que se chocavam com o ideário do que chamavam de “populismo” ou do “comunismo” supostamente difundidos pelo presidente.

O repertório de idéias e valores que fundamentavam o “conteúdo programático” do IPES e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) em associação com a ESG pode ser mais bem compreendido através da análise da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento citada anteriormente. Tratava-se de uma espécie de amálgama de idéias disponíveis “no mercado” de então, oriundas de fontes e épocas diferentes, formulada no interior da ESG, sob forte influência de militares

⁸⁸ DREIFUSS, René Armand. 1964: *a conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981. p. 163.

⁸⁹ Ibid.

norte-americanos, e disseminada pelo complexo IPES/ESG. A ligação destas instituições reuniria condições ideológicas suficientes para influenciar oficiais dentro das Forças Armadas, fomentando paulatinamente uma opinião anticomunista e golpista. Tal eficiência resultava, em grande medida, da importância e influência do General da reserva Golbery do Couto e Silva, o qual se tornou, depois de 1964, um dos principais ideólogos do regime militar.

O autor desnuda, assim, a evolução de um projeto golpista das direitas (em especial do “bloco de poder financeiro-industrial multinacional”⁹⁰ associado ao bloco nacional, setores das Forças Armadas, políticos do executivo estadual e do Congresso, imprensa, etc.) para derrubar o Presidente e afastar do cenário político todas as forças sociais consideradas nocivas ao novo Estado pretendido, utilizando, para tal fim, o aparato militar de guerra das Forças Armadas.

Conclui que “o que ocorreu em abril de 1964”[...] “foi o resultado de uma campanha política, ideológica e militar travada pela elite orgânica centrada no complexo IPES/IBAD.”⁹¹ Com tal argumento, Dreifuss procura contestar antigas teses tradicionalmente aceitas para explicar o golpe⁹², assinalando que, uma vez no poder, o grupo civil-militar golpista não agiu de improviso, mas passou a tomar medidas em conformidade com aquela concepção de Estado, cujas diretrizes encontravam-se nos estudos e projetos concebidos pelos ideólogos e “intelectuais orgânicos”, civis e militares, aglutinados no IPES e na ESG.⁹³ Uma das decisões centrais foi a de criar um complexo sistema de informações e de segurança, conforme veremos adiante.

Maria Helena Moreira Alves avança ao período estudado por Dreifuss (anos 1930 até 1964) e explicita as medidas práticas tomadas pelo novo governo, visando à “institucionalização” do que denominou de “Estado de Segurança Nacional”. Assim, conforme foi visto, o grupo civil-militar que se apossou do governo do país, pela força das armas e supostamente para “defender a democracia”, tinha em mente a construção de um novo Estado.

Diversos autores apresentaram caracterizações para definir o novo modelo de Estado no pós-1964: ditadura militar, ditadura civil-militar, Estado Burocrático-Autoritário⁹⁴,

⁹⁰ DREIFUSS, René Armand, op. cit., p. 163.

⁹¹ Ibid., p. 230.

⁹² Cf. as notas explicativas nº 8 e nº9 em Ibid., p. 261.

⁹³ Ibid., p. 244.

⁹⁴ O'DONNELL, Guillermo. *Reflexões sobre os estados burocrático-autoritários*: São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais, 1987.

autocracia militarizada e autoritária⁹⁵, governo autoritário, Estado de Segurança Nacional, etc. Cada uma das caracterizações traz consigo sua parcela de contribuição ao entendimento do período, mas, a nosso ver, aquela oferecida por Maria Helena Moreira Alves apresenta elementos explicativos críticos e consistentes que nos permitem compreender as permanências ou as características perenes desse Estado, as quais resistiram mesmo com a saída de cena dos militares, em 1985, e adentraram na chamada “Nova República”. E mais: sua análise não foca apenas o Estado, mas a correlação de forças estabelecidas ao longo do regime entre Estado e oposição.

Nesse sentido, atribui peso significativo ao papel exercido por diferentes setores e modalidades de oposição da sociedade em face do Estado no sentido de pressionar por mudanças no curso do regime militar. Assim, Estado e oposição influenciaram-se e moldaram-se mutuamente em uma “relação dialética”.

Todavia, no que concerne a atividades de oposição da sociedade civil oriundas de segmentos ligados ao movimento ecumênico ou à religião, a autora, semelhante a outros trabalhos, só mencionou atividades de indivíduos ligados à Igreja Católica. Com efeito, há uma produção historiográfica considerável acerca do papel dos setores progressistas católicos no contexto ditatorial do Brasil. Há, inclusive, autores que tratam do tema do monitoramento dos órgãos estatais em torno das atividades do setor progressista da Igreja Católica.⁹⁶

No tocante ao segmento protestante ecumênico, porém, ainda não encontramos trabalhos de cunho histórico abordando a temática do monitoramento em torno de segmentos protestantes, nem as representações deles nos documentos gerados. Eis a razão pela qual, neste trabalho, conforme assinalamos anteriormente, nossa análise privilegiará atividades de indivíduos vinculados ao universo do protestantismo progressista e ecumênico, ainda que tal setor atuasse, em diversos momentos, em parceria com setores da Igreja Católica.

⁹⁵ MARTINS FILHO, João Roberto. *O palácio e a caserna: A dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Carlos (SP): Editora da UFSCar, 1995. Características contidas no tipo ideal “Burocrático-Autoritário”, formulado pelo cientista social Guilherme O'Donnell, também nos ajudam a compreender elementos que permaneceram mesmo com o fim do regime militar, sobretudo no que concerne ao modelo econômico adotado. Assim, o “BA”, constituiu-se de uma nova forma de ditadura. Em seu aspecto econômico, o “BA” propiciou um intenso processo de associação da economia brasileira junto ao capitalismo internacional, isto é, o “aprofundamento” que obedecia à necessidade de “aperfeiçoar e estabilizar os mecanismos de acumulação e reprodução do capital.

⁹⁶ Trata-se, especialmente, dos seguintes trabalhos: SOUZA, Admar Mendes de. *Estado e Igreja Católica: o movimento social do cristianismo de libertação sob vigilância do DOPS/SP (1954-1974)*. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009 e BEZARRA, Paulo César Gomes. *A visão da comunidade de informações sobre a atuação dos bispos católicos na ditadura militar brasileira (1970-1980)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2010.

Conforme aludimos, o tema deste trabalho se limita à compreensão das estratégias criadas pelo Estado de Segurança Nacional com vistas a monitorar e controlar os “inimigos internos”, especificamente no que concerne aos órgãos de informações e de segurança e suas representações de indivíduos e instituições do movimento ecumênico, especialmente o segmento protestante progressista, do qual nos ocuparemos mais adiante.

O Serviço Nacional de Informações (SNI), conforme assinalado, foi criado oficialmente em 1964 e, como explicitou Dreifuss, já começou a operar contando com um robusto banco de dados alimentado por informações recolhidas pelo IPES acerca de milhares de cidadãos, que seria útil para a instauração dos muitos Inquéritos Policiais Militares (IPMs) em todo o Brasil contra pessoas consideradas “comunistas”, “subversivas” ou “corruptas” após, sobretudo, a outorga dos Atos Institucionais (AIs).

A literatura que trata dos órgãos de informação e de segurança não é tão vasta, mas oferece trabalhos importantes que ajudam a compreender essa faceta tão importante do Estado erigido a partir de 1964. Uma das qualidades da análise de Dreifuss, ainda que não se proponha a estudar o sistema de informações, é que nos permite avaliar a criação do SNI e dos demais órgãos do aparato repressivo estatal dentro de um quadro mais amplo de estratégia de dominação classista.

A criação de tais órgãos estava, assim, intimamente associada com o objetivo de “readequação da estrutura burocrática do Estado” no que diz respeito à necessidade de impor “restrições específicas”⁹⁷ às mobilizações reivindicatórias oriundas das classes subalternas e às mobilizações políticas de todos os setores da oposição, inclusive do movimento religioso. Afinal, a religião e, sobretudo, o movimento ecumênico, trazia consigo o potencial para mobilizar pessoas em torno de causas das mais diversas.

Nesse sentido, erigir um aparato de informações e de repressão era algo coerente com uma proposta de modernização dos mecanismos de “controle de classe”, a fim de estabelecer “uma nova relação entre o Estado, as classes dominantes e ele próprio.”⁹⁸ Todavia, o SNI possuía atribuições diferentes dos órgãos responsáveis por coletar informações e reprimir opositores, ainda que, muitos civis fossem recrutados, seu criador buscou a maior parte dos “seus quadros as Forças Armadas”⁹⁹. Assim, segundo Gaspari, “os militares predominaram sobre os civis desde o primeiro instante de funcionamento do Serviço”¹⁰⁰, também

⁹⁷ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981. p. 485.

⁹⁸ *Ibid.*, p. 485.

⁹⁹ GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 159.

¹⁰⁰ *Ibid.*, p. 159.

denominado pelo general Golbery do Couto e Silva de “ministério do silêncio”¹⁰¹. Sua missão originariamente definida por ele, em acordo com o presidente Castelo Branco, seria a de um agenciador do Estado, subsidiando as decisões de seu chefe, possuindo, assim, status de assessoramento direto ao presidente da República e ao Conselho de Segurança Nacional (CSN).¹⁰² “[...] O SNI nunca foi um organismo politicamente neutro destinado a informar o presidente. Desde o início funcionou como uma assessoria política, partidária quanto à defesa do regime, pessoal quanto à defesa das manobras do mandatário, pretoriana quanto ao código de conduta militar que seguia”¹⁰³, acrescenta Gaspari.

Ainda que o Serviço já tenha “nascido invulnerável”¹⁰⁴, diferente da sua principal inspiração, a CIA norte-americana, com o passar dos anos e, talvez pela dinâmica das relações Estado/oposição, suas funções foram se alterando e se alargando a ponto de gozar de significativa autonomia em relação ao poder executivo efetivo do Estado. O SNI representou uma sofisticação em relação ao antigo Serviço Federal de Informações e Contra Informações (SFICI), criado no governo JK. À luz da perspectiva de Dreifuss e de João Roberto Martins Filho, é possível qualificá-lo como mais um produto da “modernização capitalista” ou da “modernização conservadora”¹⁰⁵ instaurada pelo novo Estado pós-1964. O Serviço realizava estudos que auxiliavam na criação, entre outras coisas, de dispositivos legais que, na prática, impossibilitavam a capacidade de resistência dos trabalhadores e permitiam a elevação das taxas de exploração e acumulação do capital internacional e nacional-associado, melhorando consideravelmente suas condições de lucro.¹⁰⁶ Gaspari demonstrou que, durante a montagem do SNI, foram realizados diversos intercâmbios com vistas a treinar oficiais brasileiros no exterior. Nessas articulações, os futuros agentes do Serviço entraram em contato com a metodologia utilizada por serviços secretos de diferentes países: Inglaterra, França, Itália, Israel, Alemanha, etc.¹⁰⁷ “Dez anos depois da sua fundação”, lembra Gaspari, “o SNI dispunha em Brasília de mais de 200 mil metros de gramado. Lá funcionava desde 1971 a Escola Nacional de Informações, a EsNI, equipada com um dos melhores laboratórios de línguas do Brasil, academia de tiro subterrânea e uma completa emissora de televisão.”¹⁰⁸

¹⁰¹ GASPARI, Elio, op. cit., p. 154.

¹⁰² D’ARAUJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon e CASTRO, Celso (orgs). *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 1994.

¹⁰³ GASPARI, Elio, op. cit., p. 168.

¹⁰⁴ Ibid., p. 156.

¹⁰⁵ MARTINS FILHO, João Roberto. *O palácio e a caserna: A dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Carlos (SP): Editora da UFSCar, 1995. p. 109/110.

¹⁰⁶ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1985)*. Bauru (SP): Edusc, 2005.

¹⁰⁷ GASPARI, Elio, op. cit., p. 167.

¹⁰⁸ Ibid., p. 169.

Ao avançar ainda mais em outra direção analítica, Martins Filho demonstrou que a criação e evolução do SNI, como órgão diretamente ligado ao Gabinete da Presidência da República, guardava relação direta com o processo de aprofundamento da “militarização do Estado” de Segurança Nacional. Tal processo havia sido levado a cabo através das reformas nas estruturas do Estado iniciadas pelo marechal-presidente Castelo Branco (1964-1967), e continuadas por seus sucessores, até a plena institucionalização observada no governo do General João Batista Figueiredo (1979-1985), conforme demonstrou Maria Helena Moreira Alves.¹⁰⁹

Em 1983, a jornalista Ana Lagôa publicou uma obra dedicada especialmente ao estudo do Serviço Nacional de Informações (SNI). O trabalho é uma coletânea de matérias que a autora escreveu sob encomenda de Jornais da “grande imprensa” ao longo de alguns anos do regime militar. Explicitou características do SNI oriundas da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), identificando quais diretrizes dela determinaram aos militares a imperiosa necessidade da criação do órgão. No âmago dessa necessidade, afirma, residia a crença de que o desenvolvimento da nação só ocorreria se houvesse “segurança”. Logo, urgia derrotar a “guerra revolucionária comunista” que pretendia tomar o poder no Brasil dos anos 1960.

Segundo a DSN, tal “guerra”, estaria em adiantado processo de desenvolvimento no Brasil antes mesmo do golpe de 1964. Uma “guerra subversiva” contra a qual a Doutrina de Segurança Nacional recomendava o combate através da criação de um eficiente aparato de informações e de segurança. O ponto inicial sugerido pela DSN era a elaboração do “plano de segurança”, o qual efetivamente foi implementado pelos militares, “dando forma ao sistema de segurança e informações.”¹¹⁰

Apesar da intenção explícita no título do trabalho, de tratar apenas da história do SNI, o resultado foi mais abrangente, pois conseguiu esboçar um esquema da atuação do próprio Sistema Nacional de Informações (SISNI). Ela se fundamentou em alguns poucos documentos sigilosos produzidos pelo SNI, os quais “vazaram” para o público, em depoimentos de “informantes” ligados aos militares e em entrevistas fornecidas por pessoas como o General Newton Cruz, chefe do SNI durante muitos anos.

Abordou parte do funcionamento do SNI em sua atividade de produção e difusão de informações relativas aos propósitos da preservação da “segurança nacional”, indicando como ele se ligava a outros órgãos de informação como as Divisões de Segurança e Informações (DSIs) de todos os ministérios civis. Demonstrou alguns de seus “métodos” de obtenção de

¹⁰⁹ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1985)*. Bauru (SP): Edusc, 2005.

¹¹⁰ LAGÔA, Ana. *SNI: como nasceu, como funciona*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 14.

informações como, por exemplo, a violação de correspondências (através da participação de funcionários dos Correios) e os chamados “grampos telefônicos”.

Evidenciou peculiaridades de órgãos ligados aos ministérios militares, mas, que, trocavam informações com o SNI, tais como o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA) e o Centro de Informações do Exército (CIE), explicitando o contexto em que foram criados. Identificou, ainda, os objetivos e circunstâncias em que o governo militar fundou a Escola Nacional de Informações (EsNI), que se encarregaria da formação de quadros especializados para o trabalho de produção de informações no SNI e em outros órgãos do Sistema Nacional de Informações (SISNI).

Sua investigação resultou no esboço de um quadro de funcionamento da complexa rede do Sistema Nacional de Informações (SISNI), que também ficou conhecido como “comunidade de informações e de segurança”, elencando nada menos que dezesseis órgãos integrantes.¹¹¹ A lista apresentada por Lagôa, porém, deixou de fora alguns órgãos, os quais aparecem na relação atualizada da historiadora Samantha Quadrato, que mais recentemente se dedicou ao tema:

Serviço Nacional de Informações (SNI), as DSIs (Divisão de Segurança e Informações), o CIEEx (Centro de Informações do Exterior do Ministério de Relações Exteriores), FA-2 (segunda seção do EMFA), os E-2 (serviços secretos do Exército), os M-2 (serviços secretos da Marinha), as A-2 (serviços secretos da Aeronáutica), as S-2 (segundas seções dos três ministérios, distribuídas em cada organização militar, o CIE (Centro de Informações do Exército), os adidos do Exército (ADIEEx), o CISA (Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica), os adidos aeronáuticos (ADIDAL), os serviços secretos da Polícia Federal, os DEOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social) e as P-2 (serviços secretos da Polícia Militar), os CODIs e os DOIs (Centro de Operações de Defesa Interna e Destacamento de Operações de Informações) e, em cada município, a Divisão Municipal (DM), subordinada ao DOPS.¹¹²

Cabe ressaltar que a expressão “comunidade de informações”, que, segundo Gaspari, “aparece pela primeira vez na linguagem política brasileira em 1967, no livro *A produção de informações estratégicas*, do general americano Washington Platt”¹¹³, foi incorporada e passou a ser amplamente utilizada nos documentos e manuais¹¹⁴ doutrinários da ESG e da EsNI. A expressão, a despeito de transmitir a idéia de que havia perfeita harmonia no

¹¹¹ LAGÔA, Ana. op. cit., p. 35.

¹¹² QUADRATO, Samantha Viz. “Muito além das fronteiras.” In: AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo (orgs.). *O golpe e a ditadura militar, 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004.

¹¹³ GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 158.

¹¹⁴ Em especial no *MANUAL DE INFORMAÇÕES*. p. 06. apud. QUADRATO, Samantha Viz. *Poder e Informação: o sistema de inteligência e o regime militar no Brasil*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000. p. 67.

relacionamento dos membros desses diferentes órgãos, e que a troca de informações entre eles funcionava perfeitamente como planejado por seus idealizadores, a realidade era um pouco diferente. Ana Lagôa deslindou episódios de rivalidade e antagonismos entre alguns deles, a despeito de fato de terem sido pensados para trabalharem de forma coordenada com os mesmos propósitos: luta contra a “subversão”, preservação da “segurança nacional” e assessoramento das decisões do Presidente.

Todavia, é necessário ter presente que isso não significa que o sistema não funcionasse. Pelo contrário, havia troca de informações através de documentos que circulavam pela enorme malha da “comunidade de informações” e a colaboração entre os órgãos foi decisiva no combate às organizações da esquerda revolucionário, sobretudo, no período de 1969 a 1974.¹¹⁵

Se a jornalista Ana Lagôa teve de enfrentar o problema da falta de documentos disponíveis para escrever sobre o SNI, o mesmo já não aconteceu com outro jornalista. Ayrton Baffa, em 1989, escreveu, com base em “cerca de 100 quilos de papéis”¹¹⁶ produzidos pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) e uns poucos produzidos pelo Centro de Informações do Exército (CIE) e o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), os quais foram “difundidos” para o SNI.

O viés de seu trabalho é mais informativo que analítico, sublinhando os casos em que os agentes do SNI se imiscuíram em questões que pouco ou nenhum interesse teriam à “segurança nacional” como, por exemplo, escutas telefônicas ou violações de correspondências pessoais registrando picuinhas e “fofocas”. Fica mesmo a impressão de que um dos propósitos do autor seria o de comprovar o caráter fútil e dispensável do SNI, o qual fora caracterizado por ele como um “monstro de cabeça oca.”¹¹⁷ Essa forma de lidar com o SNI, conforme discutimos antes, contribui para que as fontes que ele produziu sejam desvalorizadas, do ponto de vista histórico.

¹¹⁵ O tema do relacionamento entre oficiais das Forças Armadas (os organizadores reconhecem a lacuna deixada pela ausência de depoimentos de oficiais da Marinha, o que, segundo eles, confirma a opinião de ser o CENIMAR o órgão mais fechado do sistema) lotados nos diferentes órgãos de informação e de segurança do SISNI e o tema do papel do aparato repressivo no combate aos grupos armados é amplamente abordado em diversas entrevistas que tais oficiais concederam aos pesquisadores do Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea (CEPEDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ), em: D'ARAUJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon e CASTRO, Celso (orgs). *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 1994.

¹¹⁶ BAFFA, Ayrton. *Nos porões do SNI: o retrato do monstro de cabeça oca*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1989. p. 12.

¹¹⁷ Quem primeiro qualificou o SNI como “monstro” foi seu próprio mentor, o general Golberi do Couto e Silva, 17 anos após tê-lo inaugurado, em 1964. Cf. GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 153.

Contra essa perspectiva simplista, Carlos Fico, em trabalho publicado em 2001, qualificou, sob inspiração de Pierre Bourdieu, “os militares que participaram das comunidades de segurança e informações como um ‘corpo de especialistas’”, constituindo “um campo de produção e de circulação de mensagens relativamente autônomo.”¹¹⁸ Ainda segundo Fico, “os milhares de papéis sigilosos que a comunidade de informações fazia circular internamente tinha como público ela própria, claro está, mas também informavam autoridades militares (e civis) que não a integravam diretamente.”¹¹⁹

Desse modo, continua o autor, “tais informações *não* se constituíam em um amontoado caótico de folhas dispersas abordando temas fragmentados, por vezes de maneira ridícula e sempre mobilizando um certo jargão.”¹²⁰ Pelo contrário, o significado do trabalho de tais agentes ia mais além, pois “configuravam, isto sim, uma rede intertextual produtora de eficazes efeitos de sentido e de convicção.”¹²¹ Portanto, a síntese bem elaborada do historiador acerca dos sentidos e conseqüências do trabalho da “comunidade de informações” serve para nos auxiliar na busca pela compreensão do alcance e da profundidade do tema em questão:

Esse material retórico, como já se disse, municiou o “corpo de especialistas” de convicções para agir e forneceu (enquanto foi reconhecido) aos militares não participantes da comunidade certos sentidos justificadores da repressão. Portanto, gerava efeitos extra-discursivos, podendo ser analisado como a narrativa de uma infâmia ou o poder simbólico do algoz. Assim, uma das formas mais eficazes do *agir* da comunidade de segurança e de informações foi o estabelecimento dessa relação entre ela própria, que “executava”, e os dos demais militares, que a admitiam, baseada na força de elocução de um tal discurso – que assim vivificava, recriava-se continuamente e sustentava ações.¹²²

O autor ainda acrescenta que o “folclore sobre as ‘trapalhadas’ pode ocultar a verdadeira dimensão do problema”, pois “a comunidade de informações gerou situações muito sérias, com conseqüências gravíssimas para a sociedade brasileira.”¹²³ Apesar das ponderações que levantamos, Ayrton Baffa traz à luz uma miríade de assuntos e nomes de pessoas espionadas, a maioria intelectuais e políticos que se opuseram de alguma forma ao regime militar. Através da documentação (acerca da qual não oferece informação de como teve acesso, limitando-se a dizer que teve de esperar cinco anos por ela), procurou

¹¹⁸ FICO, Carlos. *Como eles agiam. os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 21.

¹¹⁹ Ibid.

¹²⁰ Ibid.

¹²¹ Ibid.

¹²² Ibid., p. 22.

¹²³ Ibid., p. 74-75.

acompanhar as atividades dos agentes do SNI em diferentes momentos do regime, sobretudo nos governos dos presidentes Médici (1969-1974) e Geisel (1974-1979).

Conforme já assinalamos, a ênfase colocada em temas e espionagens inusitadas realizadas por agentes do SNI pode induzir a uma leitura equivocada do caráter, do propósito e da natureza do órgão em seu conjunto. Perde-se de vista algumas características como, por exemplo, o fato de que havia pessoas altamente qualificadas lotadas no SNI. Em geral, ocupavam a função de analistas de informações. Outros documentos do SNI, aos quais, talvez, Ayrton Baffa não tenha tido acesso, revelam sofisticação e profundidade analítica ao tratar de temas complexos, especialmente sobre o campo religioso, o que não seria possível de ser feito por meros “espiões” despreparados.

Mais adiante exemplificaremos essa questão, sobretudo, no que concerne a aspectos ligados ao “movimento religioso” e ecumênico. Quando toca nesse assunto, Baffa limita-se a dizer que os documentos do SNI registravam nomes de membros do “clero” e da “Igreja”. Isso pode, também, induzir a pensarmos que o SNI se preocupasse apenas com assuntos da Igreja Católica ou com seus religiosos. A única instituição protestante que Baffa cita de relance, ou melhor, confunde com o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), católico, é o Conselho Mundial de Igrejas (CMI). Provavelmente ele não conhecia o CMI e, de forma desatenta, pensou se tratar do CIMI o órgão considerado pelo CIE como “de fachada do comunismo internacional”, “oficialmente fundado em 28 de agosto de 1948, na cidade de Amsterdã, na Holanda.”¹²⁴

Com efeito, a despeito da significativa contribuição dada por esses e outros autores que estudaram as formas de agir das “comunidades de informação e de segurança”, bem como atividades de setores da oposição democrática civil que estiveram sob o “olhar” e, em muitos casos, sob a ação violenta de tais órgãos, permanece o que talvez pudéssemos classificar como “ausência de olhar” concernente aos citados atores sociais.

Se, de fato, como temos sustentado, a religião, ou o “movimento religioso”, ou ainda indivíduos e instituições ligadas ao movimento ecumênico constituíram um tema de interesse e, portanto, foi alvo das estratégias de monitoramento empreendidas pelo SNI e por boa parte dos órgãos da chamada “comunidade de informações”, como explicar a maneira como essa preocupação entrou para a agenda de tais órgãos? Um, entre vários trabalhos, nos oferecem algumas pistas nesse sentido.

¹²⁴ BAFFA, Ayrton. *Nos porões do SNI: o retrato do monstro de cabeça oca*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1989. p. 75.

Em *Tortura: a história repressão política no Brasil*¹²⁵, um dos primeiros trabalhos dedicados ao estudo da atuação dos órgãos do aparato repressivo erigido pelo regime militar, com ênfase na estruturação posterior a 1969, o jornalista Antônio Carlos Fon, ele próprio vítima de violência física sofrida nas instalações da “Operação Bandeirantes” – órgão criado em 1969, no estado de São Paulo, que encampava agentes das polícias militar, civil e federal, e das três Forças¹²⁶ – dedica-se a compreender as circunstâncias em que foram criados os principais órgãos estatais responsáveis por produzir informações e operacionalizar a repressão contra a oposição política até 1979. Apresenta as controvérsias que envolveram a decisão do governo militar no processo que levou as Forças Armadas “ao engajamento total no combate à subversão”¹²⁷, decisão resultante da diretrizes contidas no “Plano Político de Segurança Interna” e no “Plano Militar de Segurança Interna”.

A OBAN, como ficaria conhecida desde então, seria, assim, estabelecida em São Paulo, pelo fato de ser considerado o principal “centro irradiador dos movimentos de esquerda na época.”¹²⁸ Fon sublinhou que tal projeto governamental tinha como fundamentos os seguintes elementos: “rapidez, informações e potência de fogo.”¹²⁹ Essa espécie de “projeto piloto”, tendo obtido resultados positivos, segundo os propósitos dos setores militares no poder, inclusive recebendo financiamento do empresariado de São Paulo, progredira para a criação de um complexo repressivo permanente que seria estendido a quase todos os estados: os CODIs e os DOIs.¹³⁰ Infelizmente, ainda não é possível ter acesso direto a toda a documentação que foi produzida por esses órgãos, mas a Comissão Nacional da Verdade tem trabalhado no sentido de localizar e disponibilizar tais arquivos à sociedade.

Consequentemente, o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) fora criado como órgão de coordenação das atividades de combate aos grupos de esquerda que se lançaram à luta armada contra o regime militar. Já o Destacamento de Operações de Informações (DOI) foi pensado tanto como órgão responsável pelo combate direto quanto pelas operações de busca de informações.¹³¹ Apesar de agrupar homens de diferentes forças de repressão, os dois órgãos deveriam operar sob o comando do general responsável pelo Exército da região. Desse modo, o DOI e o CODI de São Paulo, projeto pioneiro a envolver

¹²⁵ FON, Antônio Carlos. *Tortura: a história repressão política no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Global. 1979.

¹²⁶ Ibid., p. 18.

¹²⁷ Ibid., p. 16.

¹²⁸ Ibid., p. 19.

¹²⁹ Ibid.

¹³⁰ Ibid., p. 20.

¹³¹ Ibid. Para mais informações acerca das diferentes atribuições entre o DOI e o CODI cf. D'ARAUJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon e CASTRO, Celso (orgs). *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 1994.

órgãos das diferentes forças de segurança aglutinados em um mesmo espaço e com os mesmos objetivos, ficou sob a responsabilidade de general do II Exército, ocorrendo processo semelhante nos outros estados a partir de 1970, correspondendo ao anteriormente citado “avanço da militarização”¹³² do Estado.

Fon revela vários casos de tortura praticados por órgãos do aparato repressivo e indica intensa disputa envolvendo o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) em apoio às operações do delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury do DEOPS/SP (um dos nomes mais frequentemente associados à prática de torturas cometidas contra presos políticos), as quais não se submetiam à coordenação do CODI-DOI de São Paulo.

A despeito da preocupação central do autor ter sido demonstrar os métodos violentos da repressão dos órgãos estatais, especialmente a OBAN, o Departamento de Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS/SP) e o DOI, seu trabalho também discute a ideologia por detrás de tais ações, captando elementos da fundamentação “legal” e ideológica que impulsionaram as Forças Armadas a se envolverem com ações que historicamente competiam às polícias.

Percebeu, por exemplo, que noções do direito internacional (teoria franco-italiana e doutrina alemã) foram apropriadas pela ESG na construção de um arcabouço doutrinário muito peculiar do seu “conceito de segurança nacional”. A “noção de segurança”, por exemplo, forjada pelas lideranças do novo Estado, emerge, em forma sintética, de um discurso proferido no dia 13 de março de 1967 pelo Marechal Castelo Branco, em aula inaugural na Escola Superior de Guerra e nos oferece elementos para aquilatar o peso dispensado pelo regime aos “aspectos psicossociais” contidos em seu conceito de “segurança”, o qual passa a ser mais importante que o de “defesa nacional”:

O conceito tradicional de defesa nacional coloca mais ênfase sobre aspectos militares da segurança e, correlatamente, os problemas de agressão externa. A noção de segurança é mais abrangente. Compreende, por assim dizer, a defesa global das instituições, incorporando, por isso, os aspectos psicossociais, a preservação do desenvolvimento e da estabilidade política interna; além disso, o conceito de segurança, muito mais explicitamente que o de defesa, toma em linha de conta a agressão interna, corporificando na infiltração e subversão ideológica, até mesmo nos movimentos de guerrilha, formas hoje mais prováveis de conflito que a agressão externa.¹³³

¹³² MARTINS FILHO, João Roberto. *O palácio e a caserna: A dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Carlos (SP): Editora da UFSCar, 1995. p. 145.

¹³³ Discurso do Marechal Castelo Branco em aula inaugural na Escola Superior de Guerra, em 13 de março de 1967. apud. FON, Antônio Carlos. *Tortura: a história repressão política no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Global. 1979. p. 28.

Nessa aparente atualização doutrinária dos militares se processa uma mudança de foco, em que as atenções das Forças Armadas voltam-se mais para os perigos que poderiam causar a destruição, erosão ou o “desabamento”, por assim dizer, como resultado final da “infiltração”, dos pilares que sustentam a “nação”. Nesse sentido, vêm à baila outros elementos daquele senso de missão a desempenhar, no qual as Forças Armadas se enxergam como guardiãs da “nação.” Nação, aqui, vale ressaltar, é concebida como sendo o território brasileiro e sua população “aglutinada sob tradições, costumes, hábitos, linguagem, idéias, crenças, vocações, lutas e vicissitudes comuns que visa a preservar os valores alcançados e a realizar os objetivos colimados.”¹³⁴ Com efeito, tal definição sinaliza que as preocupações norteadoras da “defesa” da “nação” não se restringiriam à atuação dos “movimentos de guerrilha”.

Interessa-nos, sobretudo, aqui, atentar para o fato de que nesse novo papel dos militares, os “aspectos psicossociais”, contidas em seu conceito de nação, passam a ser algo sob a guarda das Forças Armadas. Entre os elementos constitutivos de tais aspectos, estava a religião, as crenças, as Igrejas, o movimento religioso ou o movimento ecumênico. Isso nos fornece subsídios para a compreensão da importância dispensada por órgãos de informações e de segurança ao movimento ecumênico.

Veremos que o movimento ecumênico esteve sob investigação das principais agências de inteligência, especialmente por causa de seu suposto poder de disseminação de ideias contrárias aos princípios contidos na Doutrina de Segurança Nacional, resultando nas mais variadas representações esboçadas pelos agentes militares. Antônio Fon também se apóia fundamentalmente em depoimentos de pessoas que sofreram violência física de agentes da repressão, devido também à falta de documentos escritos produzidos por tais órgãos.

Trabalhos mais recentes, notadamente produzidos por historiadores profissionais, têm contribuído significativamente para o avanço do conhecimento acerca dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Informações (SISNI). Um dos principais diferenciais destes trabalhos é que se fundamentam em farta documentação produzida por órgãos do sistema.

O historiador Carlos Fico, por exemplo, ao se debruçar sobre todo o período da ditadura militar brasileira, definiu a comunidade de informações e de segurança¹³⁵ como “uma de suas mais temidas facetas.”¹³⁶

¹³⁴ Discurso do Marechal Castelo Branco em aula inaugural na Escola Superior de Guerra, em 13 de março de 1967. apud. FON, Antônio Carlos, op. cit. p. 28.

¹³⁵ É importante lembrar que “a Constituição de 1967 e sua reforma, a partir dos fins de 1968 instituíram o Estado de Segurança Nacional que, em decorrência do Golpe de 1964”, norteou “as atividades das polícias políticas a nível estadual. Na “comunidade de informações”, idealizada na Doutrina de Segurança Nacional, o

Por seu turno, a historiadora Marionilde Magalhães explicitou, inclusive, que a formação dos quadros de funcionários daqueles órgãos obedecia a complexos critérios de divisão de tarefas, segundo à formação intelectual exigida para cada função e de acordo com a rígida hierarquia estabelecida, formando “uma cadeia cujas ações eram propositadamente segmentadas e hierarquizadas, como num sistema taylorista, o que permitia que nenhum agente tivesse plena responsabilidade ou mesmo consciência dos resultados de suas ações.”¹³⁷ Ainda segundo Magalhães, as agências que integravam a “comunidade de informações” contavam, além disso, com a colaboração de entidades “conservadoras” da sociedade civil e de pessoas que, mesmo não fazendo parte dos órgãos, cooperaram com eles, fornecendo informações sobre cidadãos que julgavam ser contrários ao regime militar.¹³⁸

Samantha Quadrat¹³⁹ investigou o processo de formação intelectual dos agentes que integravam os órgãos do Sistema Nacional de Informações (SISNI), identificou e analisou as ideologias, doutrinas e práticas aprendidas por eles nos diversos manuais, evidenciando conteúdos programáticos formulados em consonância com a Doutrina da Segurança Nacional e focados no combate ao “inimigo interno”, isto é, tudo e todos que, de alguma, forma estivessem envolvidos com ou influenciados pelo chamado “comunismo internacional”.

Evidenciou a influência exercida pelas escolas militares norte-americanas¹⁴⁰ sobre as brasileiras, especialmente a Escola Superior de Guerra (ESG), e sua substituta para assuntos de formação específica de quadros para o sistema de informações, a Escola Nacional de Informações (EsNI), criada em 1972. Segundo a autora, essas escolas foram as principais formadoras de quadros para os órgãos do SISNI. Desse modo, através das disciplinas ministradas, recebiam instruções precisas desde como obter informações, produzir informes,

Sistema Nacional de Informações é alimentado pelos serviços de inteligência dos ministérios militares, bem como pelas assessorias e ou divisões de segurança e informação dos ministérios civis e empresas estatais, tendo além de suas seções, os departamentos estaduais encarregados da ordem política e social nos diversos estados da federação”. Cf. Os Arquivos das Polícias políticas: Reflexos da Nossa História Contemporânea. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro. 1996. p. 15.

¹³⁶ Ibid., p. 17-18.

¹³⁷ MAGALHAES, Marionilde Dias Brepohl de. “A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil”. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 17, n. 34, 1997. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881997000200011&lng=pt&nrm=iso>.

Acesso em 02 set. 2009.

¹³⁸ Ibid.

¹³⁹ QUADRAT, Samantha Viz. *Poder e Informação: o sistema de inteligência e o regime militar no Brasil*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

¹⁴⁰ A principal escola, segundo a mesma historiadora, foi a *School of the Americas Watch*, instalada em 1946, no Panamá, por determinação de John Kennedy, então presidente dos Estados Unidos. Para ela confluíam agentes das ditaduras de vários países latino-americanos com o intuito de serem treinados nas táticas americanas de combate “ao avanço do comunismo”. cf. QUADRAT, Samantha Viz. op. cit. p. 112-113.

qualificar os “inimigos do regime”, difundir os dados até o aprendizado de idiomas estrangeiros.

Com efeito, é válido lembrar que na Constituição de 1967, outorgada pelo governo do presidente Costa e Silva, quando fora definida a função do Conselho de Segurança Nacional (CSN), aparecem algumas funções do sistema de informações: “o estudo dos problemas relativos à segurança nacional”, através da “cooperação dos órgãos de Informação e dos incumbidos de preparar a mobilização nacional e as operações militares.”¹⁴¹

Aspecto exemplar do *modus operandi* desses órgãos, e que serve para perceber sua função de rede de interligação com os demais, é que no cabeçalho de todos os documentos que produziram (geralmente classificados como “secrets”, “confidenciais” ou “sigilosos”), é possível observar (além do “assunto”, “data”, “origem”, inúmeros carimbos e assinaturas, etc.) um item intitulado “difusão”. Neste, os agentes e analistas datilografavam os nomes dos demais órgãos da malha de informações e de segurança para os quais determinado documento produzido deveria circular.

Desse modo, a idéia de “comunidade” faz bastante sentido, haja vista que tais órgãos estabeleciam frequentes trocas de informações acerca de assuntos que julgavam importantes, inclusive sobre o “movimento religioso” e, em certos casos, promoviam operações “repressivas” em cooperação. E, se durante a ditadura militar, época de poucos recursos tecnológicos, o resultado dessa ativa troca de informações, com frequência, foram inúmeras sevícias contra cidadãos considerados “subversivos”, o que não teriam feito se contassem com o auxílio de uma ferramenta como a Internet, que difunde a informação instantaneamente?

De fato, tais órgãos de informação e de segurança articulavam-se como tentáculos de um poderoso polvo, paradoxalmente, invisível, haja vista o caráter secreto da atuação de seus agentes. Segundo Carlos Fico, foi a partir de 1969, que houve uma alteração no projeto inicial pensado pelo governo para o que deveria ser a função do referido serviço de informações, resultando na “criação de um amplo sistema de espionagem que se ramificaria por todo o país e não mais se deteria na tarefa de subsidiar o presidente da República com informações necessárias à tomada de decisões.”¹⁴² Isso possui relação direta com a citada “nova missão” da qual se imbuíram as Forças Armadas em sua preocupação com o “inimigo interno.”

¹⁴¹ Cf. Constituição do Brasil de 24 de janeiro de 1967, Artigo 91, inciso I, In: BECKER, Antonio; CAVALCANTI, Vanuza. *Constituições Brasileiras de 1824 a 1998: Volume I (1824-1969)*. Rio de Janeiro: Letra Legal. 2004. p. 183.

¹⁴² FICO, Carlos. *Como eles agiam - Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 74-75.

A partir desse breve histórico é possível concluir que a despeito da significativa contribuição dada por diversos autores que estudaram as várias formas de agir das “comunidades de informação”, bem como atividades de setores da oposição civil que estiveram sob o “olhar” e, em muitos casos, sob ação violenta de tais órgãos, percebemos certo “silêncio”, ou, pelo menos, uma “ausência de olhar”, com relação às seguintes questões: os grupos sociais que suscitavam as ações dos órgãos de espionagem e repressão eram apenas os estudantes, advogados, jornalistas, professores, religiosos católicos, artistas e estrangeiros? Até onde foi possível verificar, nenhum autor aborda o tema da suspeição e/ou investigação sobre pastores ou leigos protestantes, ou sobre agências ecumênicas e seus periódicos envolvidos com formas variadas de oposição ou “resistência democrática” à ditadura militar.

Portanto, a leitura de obras voltadas para o período em questão, sugere que a religião, ou mais especificamente, as atividades exercidas por setores da sociedade ligados ao movimento ecumênico, em especial protestante, estavam de fora da agenda daqueles órgãos. Assim, uma busca em periódicos conceituados e em livros de História que abordam o período se revelará frustrante a quem intenta compreender a citada temática no recorte temporal entre 1964 e 1985. Também não encontramos trabalhos que se dedicam a ler o conteúdo da documentação dos serviços de inteligência enquanto representações da sociedade.

A conclusão parcial a que podemos chegar é que, para o caso do Brasil, e considerando apenas a chamada “história do tempo presente”¹⁴³, expressivo segmento da historiografia profissional parece ter deixado o movimento ecumênico e, sobretudo, os protestantes, enquanto “atores do político”, no “ângulo morto” da História do Brasil. Poderíamos, até, arriscar, sugerindo que a historiografia lhe negou o “*status pleno*” de objeto de estudo, relegando-lhe ao lugar de “subobjeto”, para lembrar expressões utilizadas por Sirinelli.¹⁴⁴

Uma questão, sob o nosso ponto vista, curiosa, ou, talvez, paradoxal, é que, se se trata de uma “ausência de olhar” por parte dos historiadores da atualidade em relação a setores do protestantismo ecumênico atuantes no panorama nacional do regime militar, tal falta não se verifica entre os agentes do Estado. Pelo contrário, a documentação do Serviço Nacional de Investigações (SNI), por exemplo, apresenta investigações regulares, realizadas por seus

¹⁴³ Estamos, aqui, pensando o conceito de “tempo presente” segundo as propostas dos seguintes autores: RÉMOND, R. O retorno do político. In: CHAVENAU, A. e TÉTARD, Ph. (org.). *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999., KOSELLECK, Reinhart. “Continuidad y cambio en toda historia del tiempo presente. Observaciones historico-conceptuales”. In: *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*. Barcelona: Paidós, 1997.

¹⁴⁴ SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV. 1996.

agentes, tentando dar conta do comportamento político de indivíduos, agências e periódicos produzidos por eles.

Há abundante documentação contendo investigações sobre “atividades de grupos religiosos”, tanto católicos quanto protestantes, sempre tentando avaliar a influência dos mesmos “nos campos político, econômico e social”. No que diz respeito ao tema das investigações contra religiosos católicos, existem alguns trabalhos que se dedicam ao tema.¹⁴⁵ O mesmo, ressaltamos, não é válido para o setor protestante. Isso explica a ênfase que daremos a este setor do movimento ecumênico. Preliminarmente, em caráter ilustrativo das representações do movimento ecumênico construídas pelos agentes estatais dos “serviços de inteligência”, citemos um documento do SNI, o qual foi produzido pela Agência Rio de Janeiro (ARJ), contendo vinte e nove páginas, datado de 30 de outubro de 1980:

Genericamente, pode-se concluir que esses grupos religiosos procuram influir na política governamental nos diversos campos do poder Nacional, através de educação e doutrinação das massas, visando a consecução de seus objetivos políticos e manter junto a opinião pública sua influência alicerçada numa falsa ação pastoral.¹⁴⁶

Nesta representação, as atividades desenvolvidas por protestantes e católicos imbuídos de uma “espiritualidade da encarnação”, que, de alguma forma, visavam contribuir para a formação política de opiniões e atitudes críticas dos cristãos e da chamada “sociedade civil” em relação ao regime, eram expressas como “falsa ação pastoral”. Por outro lado, os grupos religiosos que sustentavam concepções de mundo ancoradas em uma modalidade de “cristianismo desencarnado”, isto é, não engajado na busca por soluções dos problemas sócio-políticos eram, em geral, considerados pelos analistas estatais como sendo mais coerentes com a “verdadeira” função que a religião deveria exercer na sociedade concebida segundo a DSN.

Mesmo nesses casos, os analistas de informações lotados em agências do SNI, costumeiramente matizavam suas análises com diferentes qualificações emitidas para enquadrar os grupos religiosos segundo suas linhas de atuação, quais sejam: “progressistas”, “pastorialistas” e “conservadores”. Isso demonstra que tais funcionários buscavam produzir estudos consistentes e não apenas “mexericos”, como sugere a análise de Ayrton Baffa,

¹⁴⁵ Trata-se dos seguintes trabalhos: SOUZA, Admar Mendes de. *Estado e Igreja Católica: o movimento social do cristianismo de libertação sob vigilância do DOPS/SP (1954-1974)*. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009 e BEZARRA, Paulo César Gomes. *A visão da comunidade de informações sobre a atuação dos bispos católicos na ditadura militar brasileira (1970-1980)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

¹⁴⁶ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações - ACE 3842/1980, fls. 29.

anteriormente exposta. Desse modo, os chamados “progressistas”, qualificativo usado para católicos e protestantes, sempre suscitavam maiores preocupações nos agentes do Estado, sobretudo, pelas ações consideradas como sendo de “contestação ao regime vigente e às autoridades constituídas”. Com relação ao segmento protestante¹⁴⁷ ecumênico, o citado documento afirma que diversas igrejas:

Presbiterianas, Metodistas e Luteranas – têm sua ação orientada na linha semelhante a do clero [católico] progressista, através de diversos pastores e colaboradores tendo como ponto principal de apoio financeiro e de diretivas o CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS – CMI, GENEVRA/SUIÇA, de instituições de ensino como o INSTITUTO BENNET no RIO e a UNIVERSIDADE MACKENZIE em SÃO PAULO.

Estes religiosos têm sua ação política de contestação ao regime, de apoio aos movimentos reivindicatórios e grevistas baseados em pontos semelhantes aos grupos progressistas da Igreja Católica acrescidos de:

- fiel programação de eventos;
- seus pronunciamentos são ressaltados através do Boletim “TEMPO E PRESENÇA” com vinculação ao CMI;
- desenvolvimento e manutenção do Ecumenismo;
- ênfase na doutrinação dos jovens. (grifos no original)¹⁴⁸

Conforme observamos inicialmente, o apoio externo, sob diversas formas, sobretudo do CMI, é elemento de constante preocupação dos agentes estatais e está presente na maioria das análises constitutivas das representações do movimento ecumênico em seus documentos sigilosos. Além disso, a postura de oposição ao regime e o apoio aos movimentos populares e da classe trabalhadora são outras marcas do segmento do movimento ecumênico alvo de

¹⁴⁷ Convém destacar que, segundo demonstra Antônio Gouvêa Mendonça, existe uma história por trás das categorias “protestante”, “crente” e “evangélico”, as quais são utilizadas para qualificar cristãos não-católicos. O termo “crente”, por exemplo, foi introduzido pelos missionários das igrejas que se estabeleceram no Brasil a partir de 1850. Os “crentes” eram aqueles que aderiam à nova religião em oposição à “velha”, isto é, ao catolicismo. O termo “evangélico” começou a ser utilizado pelas igrejas do protestantismo nas primeiras décadas do século XX, como uma forma de auto-identificação comum, na busca de uma identidade que contribuísse para a superação das barreiras denominacionais. A palavra “evangélica” passou, então, a ser incorporada nos próprios nomes das principais igrejas do protestantismo e os seus membros passaram a se auto-definirem como “evangélicos”. Já o termo “protestante” é mais polêmico. Antes da aceitação do movimento ecumênico pela Igreja Católica, ele era utilizado no sentido pejorativo, com vistas a definir os não-católicos como aqueles que “protestavam contra Deus”. Além disso, segundo Mendonça, “os próprios protestantes nunca aceitaram unanimemente essa auto-identificação; além de preconceituosa, há grupos, como os batistas, que a recusam por razões históricas, afirmando-se anteriores à Reforma.” Enquanto o termo “crente”, diferente da forma usual do século XIX, mais recentemente vem sendo utilizado para caracterizar os cristãos “pentecostais”, mas a questão também é problemática, porque os “protestantes tradicionais”, especialmente em áreas urbanas, utilizam a designação “crente” de forma preconceituosa, para qualificar os pentecostais, como “categoria ‘inferior’ de evangélicos, fanáticos e ignorantes.” Por fim, e isso explica porque daremos preferência ao termo “protestante” neste trabalho, o autor assinala que “atualmente, a designação ‘protestantes’ aplicada aos cristãos não-católicos no Brasil, por ter sentido histórico e técnico mais acentuado, vem sendo usada preferencialmente por historiadores e sociólogos, talvez pela necessidade de um conceito de relativa neutralidade.” Cf. MENDONÇA, Antônio Gouvêa. “Evolução histórica e configuração atual do protestantismo no Brasil.” In: _____; FILHO, Prócoro Velasques. *Introdução ao protestantismo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002. p. 13-16.

¹⁴⁸ ARQUIVO NACIONAL – Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações - ACE 3842/80, fls. 29.

nosso interesse. Essas características aparecem nas representações como “pregação da luta de classes” ou do “socialismo marxista”, conforme veremos.

O que foi citado até aqui representa uma breve amostra do “quanto de tinta” fora gasto pelos órgãos de informação e de segurança, especialmente o SNI, no intenso trabalho de monitoramento do “campo religioso”, especialmente do movimento ecumênico. Isso serve para indicar alguns aspectos da dimensão política de oposição que revestia algumas das atividades do movimento ecumênico, o que não estava diretamente ligado a uma forma de participação no jogo partidário da chamada “política formal”, apesar de não excluí-lo.¹⁴⁹

De todo modo, os “órgãos de inteligência” do Estado, não só na fase da chamada “abertura política”, mas ao longo dos momentos de maior repressão, sobretudo depois do AI-5, de dezembro de 1968, estiveram atentos às movimentações do campo religioso, especialmente o cristão ecumênico, conforme já mencionamos e procuraremos demonstrar adiante.

Concernente à citada escassez de estudos sobre o protestantismo ecumênico, não sabemos, ao certo, se representa uma “ausência do olhar” por parte dos historiadores, ou, talvez, uma espécie de silêncio ou “descrédito”, fruto de preconceitos internalizados, em virtude da influência de uma percepção que parece estar contida no *senso comum*: a de que o Brasil é culturalmente católico e o protestantismo representa uma excrescência e, que, portanto, é desprovido de importância histórica. Poderíamos afirmar, tomando de empréstimo as palavras do historiador Jean François Sirinelli ao tratar da história dos intelectuais na França, que “há aí, pensando bem, um verdadeiro problema histórico que pede esclarecimento e que é em si mesmo um belo tema de história política.”¹⁵⁰

Mais um exemplo de trabalho que deixa de fora importantes setores do “campo religioso” do contexto do regime militar pode ser encontrado na recente coletânea *O Brasil Republicano*.¹⁵¹ Em seu volume de número 4, dedicado ao “tempo da ditadura” e ao “regime militar e movimentos sociais do século XX” foi dedicado um espaço para o objeto “religião.” Todavia, só há um capítulo dedicado à Igreja Católica, intitulado *Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970)*, escrito pela historiadora Lucila de Almeida N. Delgado. As

¹⁴⁹ Houve políticos protestantes, que militavam no MBD e na ARENA. Alguns do MDB foram cassados, como o presbiteriano Lysâneas Maciel, que perdeu seu mandato no governo Geisel. Outro presbiteriano, Paulo Stuart Wright, foi cassado já em 1964 e passou a militar na AP e, posteriormente, APML, figurando até hoje no rol dos “desaparecidos políticos” da ditadura militar brasileira.

¹⁵⁰ SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV. 1996. p. 233.

¹⁵¹ Cf. FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucila de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura*. v. 4. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007.

Igrejas protestantes ou, pelo menos, as relações ecumênicas entre Igrejas, mais uma vez, não recebeu atenção.

Por algum motivo, parece que até mesmo no imaginário de muitos historiadores experientes que investigam o período está presente a idéia de que as diversas igrejas protestantes, ou mesmo personagens ligados a elas, não exerceram nenhum papel histórico relevante, sobretudo no campo da oposição ao regime.¹⁵²

A nosso ver, a categoria “Igreja”, que aparece em diversas obras como um conceito auto-explicativo para dar conta de todo o cristianismo durante o regime militar, não nos permite identificar e explicitar as nuances existentes no “campo religioso” da época. Ela encobre mais que explica. É necessário qualificar e explicitar as posições e atitudes políticas sustentadas pelos atores e instituições cristãs. Categorias explicativas das posições políticas assumidas pelos cristãos de diferentes denominações devem ser apontadas.

Um estudo mais apurado deveria compreender porque certos indivíduos e grupos religiosos eram *pró*, enquanto outros eram contra o regime militar e foram alvos da ação dos agentes da “comunidade de informações e de segurança”. É necessário buscar a compreensão das questões e problemáticas que estavam em jogo, as motivações subjacentes aos comportamentos políticos. Nosso foco recairá especialmente sobre as atividades de cristãos inseridos no campo da oposição ao regime, mas uma análise sistemática dos grupos religiosos coniventes e apoiadores seria igualmente útil ao propósito de compreendermos melhor o campo religioso de outrora e suas relações com o Estado e com a sociedade.

Apesar de não ser nosso objetivo enveredar por essa busca das causas para a pequena quantidade de trabalhos sobre setores do protestantismo ecumênico por parte de historiadores, é interessante observar que algumas obras¹⁵³ (pelo menos as que tivemos acesso) que, direta

¹⁵² Uma exceção é o recém publicado trabalho do historiador norte-americano James N. Green *Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. Na obra, ele recupera histórias de vida de vários ativistas, entre os quais militaram alguns exilados religiosos protestantes brasileiros, atuando de variadas formas no sentido de denunciar à opinião pública e ao Congresso norte-americano a situação de violações de direitos humanos no Brasil e no Cone Sul.

¹⁵³ Alguns exemplos (nenhum produzido por historiador) podem ser encontrados em: ABUMANSSUR, Edin Sued. *A tribo ecumênica: um estudo sobre o ecumenismo nos anos 60 e 70*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), PUC, São Paulo, 1991. mimeo., CESAR, Waldo. “Igreja e Sociedade – ou Sociedade e Igreja?”. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 23. n. especial. 2003., ARAÚJO, João Dias. *Inquisição sem fogueiras*. Rio de Janeiro: Iser, 1985., DIAS, Agemir de Carvalho. “O ecumenismo: uma ótica protestante.” I Simpósio Internacional de Religião, Religiosidades e Cultura, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. 2003. Disponível em: <http://www.geog.ufpr.br/nupper/documents/O_Ecumenismo_Uma_otica_Protestante.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2008., DIAS, Zwinglio Mota e TEIXEIRA, Faustino. *Ecumenismo e Diálogo Inter-Religioso: A arte do possível*. Editora Santuário: Aparecida, 2008., ALVES, Rubem. *Religião e Repressão*. Edições Loyola/Editora Teológica: São Paulo. 2005., BITTENCOURT FILHO, José. *Matriz religiosa brasileira: religiosidade e mudança social*. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes/Koinonia. 2003. CUNHA, Magali do Nascimento. *Crise, esquecimento e memória*. O Centro Ecumênico de Informação e a construção da identidade

ou indiretamente, abordam o protestantismo ecumênico durante o regime militar representam um esforço de intelectuais com vinculação a alguma igreja protestante, visando romper com o referido silêncio. Nesses trabalhos, é perceptível o esforço de colocar em evidência uma memória que, até então, não encontrou lugar na historiografia de historiadores sem vinculação religiosa ou sem religião.

Nesse sentido, uma “batalha pela memória” parece estar presente na problemática apontada. Talvez, por isso mesmo, a maioria das obras sobre o protestantismo durante o regime militar, sobretudo o adepto do movimento ecumênico, tenha sido produzida por pesquisadores protestantes. Outra característica dessas obras é que, em geral, conforme assinalamos na introdução, seus autores fizeram parte dos acontecimentos que narram e, por isso, esforçam-se por manter viva uma história que se confunde com sua memória ou, pelo menos, cruza-se com suas trajetórias de vida. Pelo que foi exposto dessa problemática, restamos, observar que um dos objetivos do presente trabalho é apontar elementos que possam contribuir para o preenchimento de parte dessa lacuna da historiografia do regime militar.

Regime militar e protestantismos: aproximações, apoio e oposição

Antes de tratarmos da temática das representações do movimento ecumênico nos documentos dos “serviços de inteligência” da ditadura, faz-se necessário esboçar breve quadro das diferentes configurações do campo religioso protestante e das suas relações com o contexto sócio-político e econômico do Brasil, imediatamente anterior e posterior ao golpe de 1964. O enfoque que privilegia o setor protestante explica-se pela necessidade de melhor situar historicamente o surgimento e desenvolvimento das iniciativas de indivíduos e organizações ecumênicas, especialmente o CEI/CEDI, que inicialmente foram constituídos por ele.

É necessário ter presente, conforme observou o historiador Lyndon de Araújo Santos em artigo sobre os evangélicos e o regime militar no Brasil, que a análise do campo protestante deve levar em conta a existência de uma “diversidade de denominações”¹⁵⁴, o que

do Protestantismo Brasileiro. Rio de Janeiro, 1997. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

¹⁵⁴ Estudiosos do campo religioso brasileiro costumam fazer a seguinte distinção para caracterizar a inserção do protestantismo no Brasil, considerando, especialmente, a época de seu ingresso no século XIX: o “protestantismo de imigração”, principiando a partir do início da década de 1820, representado pelos luteranos alemães, o qual não teria objetivos conversionistas ou “proselitistas”, como preferem alguns autores; e o “protestantismo de missão”, cujo objetivo principal seria converter os brasileiros ao protestantismo, entre estes últimos incluem-se os congregacionais (1855), os presbiterianos (1859), os batistas (1855) e episcopais (1890). Cf. MENDONÇA,

resultou em “diferentes posições ante os desdobramentos da ditadura militar, desde a resistência até o apoio tácito.”¹⁵⁵ Segundo o autor, “assim como na igreja católica surgiram tendências políticas e ideológicas pró ou contra a ditadura, os evangélicos também assumiram tendências opostas.”¹⁵⁶

Do ponto de vista dos posicionamentos políticos oficiais de lideranças das principais igrejas evangélicas, Santos enfatizou que o discurso majoritário, especialmente difundido em seus veículos de comunicação, caracterizava-se pela concordância com o golpe militar, a “adesão ao governo”¹⁵⁷ e, ao longo do regime, pelo desestímulo à participação dos fiéis na política, ainda que não fosse a partidária. Leonildo Campos acrescenta que o comportamento político conservador da maioria das lideranças de igrejas protestantes não era algo restrito ao contexto do regime militar. Desde a época em que movimentos políticos de esquerda ensaiavam revoluções armadas na chamada Era Vargas (1930-1945), “o protestantismo assumiu com fervor os ideais políticos norte-americanos, assim como o anticomunismo, uma bandeira levada adiante com a adesão ao fundamentalismo e ao conservadorismo típicos da Guerra Fria do final dos anos 1940.”¹⁵⁸

No tocante ao período de vigência do regime militar, Santos assinala que “ficaram conhecidas as frases dos anos 70 que diziam que ‘crente deve votar no governo’ e ‘crente não se mete em política.’”¹⁵⁹ Para tanto, que foi determinante o tipo de ensino que lideranças do protestantismo recebera em seminários evangélicos que funcionavam como “um dos instrumentos de reprodução de valores e ideias do regime.”¹⁶⁰

Assim, continua o autor, após o bipartidarismo imposto pelos militares com base no Ato Institucional nº 2 (AI-2), de outubro de 1965, ocorreu a “demonização do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e a divinização da Aliança Renovadora Nacional (Arena)”¹⁶¹ no conteúdo programático das principais instituições formadoras de líderes evangélicos. Esse processo de fomento do conservadorismo ganharia ainda mais fôlego por conta do influxo das

Antônio G.; VELASQUES FILHO, Prócoro. *Introdução ao protestantismo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002. A despeito da preferência pelo termo “protestante”, no presente trabalho também utilizaremos eventualmente a expressão “evangélico”, mas sem alteração de sentido.

¹⁵⁵ SANTOS, Lyndon de Araújo. “O púlpito, a praça e o palanque: os evangélicos e o regime militar brasileiro.” In: FREIXO, Adriano e FILHO, Oswaldo Munteal (Orgs.). *A Ditadura em debate: Estado e Sociedade nos anos do autoritarismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. p. 152.

¹⁵⁶ Ibid., p. 154.

¹⁵⁷ Ibid., p. 161.

¹⁵⁸ CAMPOS, Leonildo Silveira. Evangélicos e o golpe militar de 1964. *Tempo e Presença*, Rio de Janeiro, n. 334, março/abril de 2004. p. 25.

¹⁵⁹ SANTOS, Lyndon de Araújo. op. cit., p. 161

¹⁶⁰ Ibid., p. 161.

¹⁶¹ Ibid., p. 163.

missões norte-americanas e de suas publicações que, no Brasil, desde a década de 1960, “associavam o comunismo e a União Soviética com forças diabólicas”¹⁶², enquanto “Estados Unidos, capitalismo, Ocidente e Israel eram identificados com as fronteiras do Reino de Deus.”¹⁶³

Leonildo Campos¹⁶⁴ explicitou, com base na análise de periódicos de igrejas evangélicas, diversos episódios em que líderes protestantes conclamaram a população a orar a Deus pedindo livramento do “perigo comunista”, bem como apontou as manifestações oficiais desses líderes de congratulação aos golpistas vitoriosos. Explicitou casos de pastores e outras lideranças leigas que participaram diretamente da estrutura de repressão e de propaganda do regime, bem como citou casos de evangélicos que “alavancaram suas carreiras no funcionalismo público, louvando os poderosos ou delatando os seus irmãos de fé”.¹⁶⁵ Segundo Campos, foi depois de 1969, já no governo Médici, que

os evangélicos passaram a apoiar com maior desenvoltura o regime militar. Isso se tornou mais frequente na medida em que muitos evangélicos, funcionários públicos de carreira, políticos de origem populista, foram cooptados pelo governo militar para fazer parte de seus quadros funcionais ou de alguma equipe que lhes oferecia apoio. Para muitos deles, tornar-se empregado da burocracia era um grande objetivo, e a obediência era encarada como uma virtude *evangelical*.¹⁶⁶

A despeito do alinhamento ideológico e do apoio explícito ao regime, manifestado pelas cúpulas da maioria das igrejas protestantes no pós-golpe, havia em seu interior segmentos que se opunham à ideologia, às práticas violentas e à política econômica governamental. É possível afirmar nesse sentido que ocorreu fenômeno semelhante ao que se presenciou com a hierarquia da Igreja Católica, que “abençoaria, com sua autoridade, os vitoriosos”¹⁶⁷ que protagonizaram o golpe e a tomada do poder pelos militares, em 1964. Contudo, mais ou menos por volta de 1968, segmentos progressistas da Igreja Católica

¹⁶² SANTOS, Lyndon de Araújo. op. cit., p. 161.

¹⁶³ Ibid., p. 163.

¹⁶⁴ CAMPOS, Leonildo Silveira. op. cit., p. 26. As principais fontes documentais utilizadas pelo autor foram os seguintes jornais evangélicos: *O Puritano* (da Igreja Presbiteriana do Brasil), *O Estandarte* (Igreja Presbiteriana) e *Expositor Cristão* (Igreja Metodista). Segundo o autor, o comportamento político de apoio ao regime, observado nas linhas desses jornais não era exclusividade das igrejas citadas, pois o “mesmo ocorria entre luteranos e outros grupos protestantes no Brasil.”

¹⁶⁵ Ibid., p. 28.

¹⁶⁶ CAMPOS, Leonildo Silveira. op. cit., p. 22-23.

¹⁶⁷ REIS FILHO, Daniel Aarão. “Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória.” In: AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo (orgs.). *O golpe e a ditadura militar, 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004.p. 38.

colocaram-se na oposição ao regime, sobretudo, depois que membros da instituição começaram a ser atingidos pela repressão.¹⁶⁸

Veremos isso em capítulo específico, quando como, por exemplo, as igrejas-membro do CMI, no Brasil, articularam forças para protestar contra as arbitrariedades da ditadura em diversos momentos, a partir de distintas estratégias. Em 1973, uma iniciativa coordenada pela CESE, reuniu tais igrejas mais a CNBB, e divulgou centenas de milhares de exemplares da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da ONU, representando um gesto simbólico e político significativo de protesto contra as torturas infligidas aos presos políticos pelos órgãos de segurança do regime. Essa forma de manifestação ecumênica de oposição ao regime se repetiria nos anos seguintes com amplitude cada vez maior.¹⁶⁹

Todavia, as causas do surgimento e desenvolvimento do movimento ecumênico e progressista crítico ao regime no interior do protestantismo, constituído, sobretudo, de lideranças politizadas e intelectualizadas, estão relacionadas, entre outras coisas, com conflitos ocorridos antes do golpe de 1964, os quais se aprofundariam no período posterior, influenciando os rumos seguidos por tais indivíduos ao longo de todo o regime militar.

Importa-nos, neste ponto, investigar as características gerais do contexto histórico em que tais conflitos ocorreram e apontar as especificidades inerentes a esse setor do protestantismo, o qual foi alvo das representações dos “serviços de inteligência” da ditadura. Convém assinalar que foram diversas as causas do surgimento do mencionado setor progressista dentro do protestantismo nacional, umas internas e outras externas ao próprio campo religioso, e que não é nossa intenção tratar de cada uma delas, pois outros estudiosos já o fizeram.¹⁷⁰

Origem e desenvolvimento do progressismo ecumênico

A historiadora Elizete da Silva, ao se debruçar sobre a história do protestantismo brasileiro, elucidou diversos aspectos da ação das principais igrejas protestantes desde sua inserção no país, na segunda metade do século XIX, até o surgimento do citado setor progressista e ecumênico engajado com questões sociais e políticas, cuja postura crítica ia de encontro àquela manifestada pelas principais lideranças conservadoras do protestantismo.

¹⁶⁸ SERBIN, Kenneth. *Diálogos na Sombra: Bispos e Militares, Tortura e Justiça Social na Ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

¹⁶⁹ SILVA, Elizete. *Protestantismo ecumênico e realidade brasileira: Evangélicos Progressistas em Feira de Santana*. UEFS Editora: Feira de Santana, 2010. p. 146-147.

¹⁷⁰ Algumas obras serão citadas ao longo deste capítulo ou em outros trechos do trabalho.

Segundo ela, desde seus primórdios e, especialmente, ao longo dos anos 1930, as igrejas do chamado protestantismo de missão pautaram-se pela estratégia “proselitista”¹⁷¹, pelo “anticatolicismo” e pelo “denominacionalismo”¹⁷², com vistas a assegurar seus interesses institucionais em face das pretensões da Igreja Católica de se reafirmar como a religião majoritária e hegemônica no contexto da Era Vargas. Porém, segundo ela, uma série de fatores convergiu, ao longo dos anos 1940 e 1950, para a irrupção de mudanças no interior do protestantismo, entre os quais, destacamos os seguintes:¹⁷³

- a atuação de novas gerações de filhos de protestantes que se afastaram das posturas sectárias adotadas por seus pais e passaram a indagar sobre possibilidades de se vivenciar a fé cristã de forma contextualizada, atentando para “dimensão terrena e social” circundante. Essa nova geração, em sua maioria constituída de universitários, visava compreender sua realidade social e política com vistas a transformá-la.
- A influência das novas teologias protestantes formuladas na Europa e nos EUA, especialmente o Evangelho Social, que preconizava uma ação política e social mais engajada dos cristãos, as quais provocaram uma reelaboração da visão de mundo de muitos jovens teólogos e jovens pastores, desejosos de uma atualização do protestantismo brasileiro.
- A influência exercida pelo teólogo presbiteriano norte-americano Richard Shaull sobre a nova geração de leigos e pastores protestantes através da União Cristã de Estudantes do Brasil (UCEB) e do Seminário Teológico de Campinas, onde apresentou-lhes as novas ideias de expoentes da teologia européia, as quais fundamentaram, aqui, uma proposta com vistas à fomentar o diálogo entre a fé cristã protestante e a realidade dos anos 1950, marcada por problemas sociopolíticos. Entre os principais nomes daquela teologia, estavam o suíço Karl Barth e o alemão Dietrich Bonhoeffer, fundadores da famosa e

¹⁷¹ Na agenda das igrejas e indivíduos que primam pela promoção do ecumenismo, especialmente o eclesiástico, a palavra “proselitismo” diz respeito, grosso modo, à ação de indivíduos ou grupos religiosos que buscam atrair para o seu rebanho fiéis de outras denominações religiosas.

¹⁷² “Denominacionalismo” costuma designar a atitude de distanciamento de denominações religiosas em relação ao ecumenismo, as quais enfatizam o apego aos seus valores, dogmas, doutrinas e tradições em detrimento de uma postura de abertura ao diálogo com as instituições religiosas.

¹⁷³ SILVA, Elizete. *Protestantismo ecumênico e realidade brasileira: Evangélicos Progressistas em Feira de Santana*. UEFS Editora: Feira de Santana, 2010. p. 39-62.

perseguida Igreja Confessante, que se destacou na oposição e resistência ao regime hitlerista.

- A criação do CMI, em 1948, e o subsequente fomento dado pelo organismo às iniciativas de promoção do ecumenismo e de um envolvimento efetivo das igrejas no tocante a questões políticas e sociais. Na raiz dessa orientação do CMI estaria a ideia de que o marxismo poderia auxiliar os cristãos na tarefa de compreender melhor o que denominavam “responsabilidade social da Igreja”.
- O impacto exercido na geração de protestantes universitários da complexa e agitada conjuntura dos governos de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e de João Goulart (1961-1964), marcada pela efervescência cultural e política, sob grande influência do marxismo, do Partido Comunista e da paradigmática e bem sucedida Revolução Cubana, de 1959.¹⁷⁴

Interessante destacar que o mesmo teólogo que inspirou essa guinada dos protestantes na relação entre fé e sociedade, o luterano Dietrich Bonhoeffer, morto pelo nazismo alemão, também inspirou, segundo Christopher Hill, o peruano Gustavo Gutierrez, um dos principais nomes católicos da Teologia da Libertação.¹⁷⁵ Assim, Gustavo Gutierrez, ao organizar os principais elementos constitutivos de sua teologia, estava “bem consciente do paralelo existente entre as suas ideias e a teologia dos primeiros protestantes”¹⁷⁶ e reconhecia que “a vanguarda da teologia protestante tornou-se a grande teologia Cristã da modernidade.”¹⁷⁷

De todos os pontos acima elencados, é significativa a constatação de que a Revolução Cubana contara com a participação ativa de vários protestantes cubanos. Tal informação, divulgada no Brasil em edições de 1960, nas páginas da revista da juventude metodista *Cruz de Malta*, de circulação nacional, certamente entusiasmaria muitos integrantes da ala progressista constituída de jovens teólogos, leigos e pastores protestantes.¹⁷⁸

Lyndon Santos, ao examinar Jornais das principais igrejas evangélicas e outras fontes a elas ligadas, do período anterior ao golpe, especialmente o periódico *O Cristão*, que fora fundado em 1892, observou intenso e aberto debate sobre as principais questões políticas de então. Também identificou discursos que refletiam a polarização política e ideológica oriunda

¹⁷⁴ SILVA, Elizete. op. cit., pp. 63-104. Lyndon Santos ainda acrescenta a influência que os progressistas receberam dos teólogos europeus do pós Segunda Grande Guerra, entre os quais: Paul Tillich e Emil Brunner.

¹⁷⁵ HILL, Christopher. “Uma nota sobre a teologia da libertação”. In: _____. *A Bíblia inglesa e as revoluções do século XVII*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2003. p. 617-618.

¹⁷⁶ Ibid., p. 617.

¹⁷⁷ BENNET, Joan S. “Milton’s Radical Christian Humanism and Liberation”. apud. Ibid., p. 617.

¹⁷⁸ SILVA, Elizete, op. cit., p. 101.

do contexto de efervescência do governo João Goulart, especialmente de 1962 a 1964. Segundo ele, havia opiniões de apoio às chamadas “reformas de base” de Goulart e às greves ocorridas entre 1962 e 1963, mas também críticas à perseguição religiosa existente em Cuba e na União Soviética.¹⁷⁹ No tocante ao ecumenismo católico do Concílio Vaticano II, o autor assinala que os protestantes oscilaram entre a adesão e a recusa do diálogo com a Igreja Católica.¹⁸⁰

Ao analisar o envolvimento dos protestantes brasileiros nas questões relacionadas com o debate e a participação em movimentos de mobilização por mudanças da sociedade brasileira, o autor discorre sobre a forma como a Confederação Evangélica do Brasil (CEB) foi palco de disputas envolvendo protestantes portadores de diferentes concepções políticas, ideológicas e teológicas.

A CEB, que nascera em 1934, foi concebida como “um órgão de representação das igrejas” protestantes. Entre outros objetivos, visava fomentar a unidade entre as diferentes denominações protestantes, a fim de representá-las oficialmente ante a opinião pública e as autoridades políticas. Também visava promover ações conjuntas das diferentes denominações no campo do ensino teológico, da evangelização, de ações sociais e para fazer frente aos privilégios de que gozava a Igreja Católica junto ao governo.¹⁸¹

A CEB, segundo Zwinglio Dias, foi o “embrião do Movimento Ecumênico no Brasil”¹⁸² e, durante algum tempo, “reunia praticamente todas as igrejas protestantes do Brasil.”¹⁸³ Antes dela, porém, a União Cristã de Estudantes do Brasil (UCEB), agremiação protestante que surgiu nos anos 1940, deve ser mencionada como promotora de “aglutinação e formação de um pensamento social de esquerda no protestantismo brasileiro”¹⁸⁴ entre jovens oriundos de diversas igrejas.

¹⁷⁹ SANTOS, Lyndon de Araújo. “O púlpito, a praça e o palanque: os evangélicos e o regime militar brasileiro.” In: FREIXO, Adriano e FILHO, Oswaldo Munteal (Orgs.). *A Ditadura em debate: Estado e Sociedade nos anos do autoritarismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. p. 169.

¹⁸⁰ Ibid., p. 168. Em outro trabalho (BRITO, André Souza. *Fermento da Massa: ecumenismo em tempos de ditadura militar no Brasil, 1962-1982*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica (RJ), 2010), analisamos mais detidamente a forma como se deu o surgimento dos ideais de ecumenismo na Igreja Católica e como a instituição, através da análise dos discursos oficiais dos papas e de documentos produzidos pelo Vaticano, foi gradativamente se apropriando da ideia de promoção da “unidade entre os cristãos”. Abordamos, também, os antecedentes da criação da CEB e as formas de atuação da entidade.

¹⁸¹ SANTOS, Lyndon, op. cit., p. 169-171.

¹⁸² ABUMANSSUR, Edin Sued. *A tribo ecumênica: um estudo sobre o ecumenismo nos anos 60 e 70*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. PUC-SP, 1991. mimeo. p. 49.

¹⁸³ Depoimento de Zwinglio Mota Dias, In: ABUMANSSUR, Edin Sued. *A tribo ecumênica: um estudo sobre o ecumenismo nos anos 60 e 70*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. PUC-SP, 1991. mimeo. p. 50.

¹⁸⁴ ABUMANSSUR, loc. cit.

Era, assim, um grupo de pessoas que passara a “entender o mundo político como uma esfera a ser penetrada pelas igrejas evangélicas,”¹⁸⁵ conforme sintetiza Leonildo Campos. Parcela significativa dos quadros mais politizados que fomentariam o movimento ecumênico, alinhados com as teses das esquerdas e do nacionalismo, é originária da UCEB e da União Latino-Americana da Juventude Evangélica (ULAJE). O leigo metodista Anivaldo Padilha, ao rememorar suas atividades junto à juventude evangélica nos anos 1960 e 1970, observou que a CEB, a ULAJE e a UCEB

tiveram uma influência, um papel fundamental nesse despertar das igrejas evangélicas no Brasil e, principalmente, da juventude [...] porque começaram a organizar encontros e seminários para a gente discutir, refletir sobre a situação brasileira e desenvolver reflexão teológica. Começamos a ler a Bíblia de outra maneira, não da forma fundamentalista que a gente lia antes, e começamos a organizar acampamentos de trabalho em várias regiões do Brasil. Reuníamos os jovens, estudantes ou não, em épocas de férias, e íamos para regiões carentes, para prestar serviço à comunidade. Esse serviço ia desde a construção de casas até, por exemplo, a elaboração de programas de alfabetização de adultos. Fomos muito inspirados por Paulo Freire e seu método e filosofia revolucionários. Enfim, foi um engajamento total que nos abriu os olhos para o mundo e nos levou a romper as portas das igrejas, dos templos, e compreender que nossa missão era no mundo. [...] A partir desse despertar, nós nos envolvemos, diretamente, na situação brasileira. Redescobrimos ou descobrimos a nossa vocação política. Então, grande parte dos jovens começou a se envolver no movimento estudantil, nos sindicatos e outras associações. Começamos a ter contatos com os católicos. Foi uma abertura ecumênica que coincidia com a abertura ecumênica da Igreja católica, sob influência do Vaticano II. E começamos a discutir qual devia ser o nosso papel, ou seja, o papel dos cristãos, na revolução brasileira, porque, na verdade, nós acreditávamos que era possível fazer uma revolução no Brasil.¹⁸⁶

O excerto sintetiza uma série de questões que envolveram o conflito entre os segmentos conservadores articulados nas cúpulas das principais igrejas evangélicas, bem como nos postos de direção da CEB e de outras instituições protestantes. Dois elementos presentes no depoimento de Padilha se tornaram pontos nevrálgicos da discórdia: o ecumenismo e o engajamento sociopolítico. Os conservadores não aceitavam qualquer diálogo ecumênico com o catolicismo e também não concebiam o engajamento sociopolítico

¹⁸⁵ CAMPOS, Leonildo Silveira. Evangélicos e o golpe militar de 1964. *Tempo e Presença*. Rio de Janeiro, n. 334, março/abril de 2004. p. 25.

¹⁸⁶ Depoimento de Anivaldo Padilha. Disponível em: <www.cese.org.br>. Acesso em: 20 jan. 2007. Anivaldo Padilha é pai do Ministro da Saúde do governo Dilma Rousseff, Alexandre Padilha, que recentemente deixou o cargo para concorrer ao governo do estado de São Paulo. Em 1970, Anivaldo Padilha foi preso e torturado na OBAN, em São Paulo, devido à ligação com a AP. Segundo Padilha, ele foi denunciado por um pastor de sua igreja. Trabalhou durante anos no CMI e retornou ao Brasil em 1979, após a aprovação da Lei de Anistia no mesmo ano, ocasião em que conheceu pessoalmente seu filho Alexandre. Quando de sua partida, sua esposa estava grávida dele.

proposto pela ala progressista como algo coerente com aquilo que acreditavam ser o verdadeiro testemunho do cristianismo.¹⁸⁷

Conforme lembrou Edin Sued Abumanssur, devido à sua proposta de “renovação teológica e eclesiástica”¹⁸⁸ apresentada às denominações, a “história da UCEB foi pontuada por desentendimentos com as igrejas protestantes”¹⁸⁹, devido à postura conservadora das principais lideranças de tais instituições.

O mesmo tipo de conflito reproduzir-se-ia no interior da CEB. Nela, pastores e leigos, a maioria constituída de presbiterianos, encontrou fortes resistências ao buscarem “orientar e influenciar as igrejas-membros a participarem mais ativamente das lutas políticas em favor da transformação social do país.”¹⁹⁰ A intenção daqueles “pastores e leigos permeáveis a uma nova visão social”, conforme relembra Campos, era a de “poder conscientizar as igrejas para uma ação social mais concreta na sociedade.”¹⁹¹ Campos acrescenta, porém, que

essa irrupção do novo explicaria a mobilização dos conservadores, antiecumênicos e portadores do poder burocrático nas igrejas, geralmente mais idosos, o que lhes proporcionou identificação com os ideais golpistas de 1964 e de sua ideologia motivadora centrada na ideia da “segurança nacional”.¹⁹²

A citação oferece detalhes adicionais que iluminam a crise que se instalou, colocando em rota de colisão duas concepções de mundo divergentes no interior do protestantismo, o que Elizete Silva classificou, inspirada em Chartier, de uma verdadeira “luta de representações”, a qual se acirrou ainda mais diante do contexto de disputas ideológicas e políticas por que passava a sociedade brasileira em princípios dos anos 1960. De um lado da arena, os progressistas e ecumênicos e, de outro, os conservadores fundamentalistas. Estes saíam vitoriosos, enquanto os primeiros, expurgados das principais instituições do protestantismo.¹⁹³

¹⁸⁷ Rubem Alves analisou e dissecou a mentalidade protestante por detrás dessa atitude de rejeição ao ecumenismo, ao engajamento sociopolítico e às outras formas de renovação do protestantismo, as quais eram propostas por leigos e jovens teólogos nos anos 1960 em diante. Elencou, assim, entre outros, os principais inimigos do que classificou de “protestantismo de reta doutrina”, quais sejam: 1- o catolicismo, 2- o ecumenismo, 3- o modernismo teológico. Cf. ALVES, Rubem. *Religião e Repressão*. São Paulo: Edições Loyola/Editora Teológica, 2005.

¹⁸⁸ ABUMANSUR, Edin Sued, op. cit., p. 47.

¹⁸⁹ Ibid.

¹⁹⁰ DIAS, Zwinglio M. O movimento ecumênico: história e significado. *Numen: Revista de Estudos e Pesquisa da Religião*, Juiz de Fora, v. 1, n. 1, pp. 127-163, jul.-dez. 1998. p. 149.

¹⁹¹ CAMPOS, Leonildo Silveira. Evangélicos e o golpe militar de 1964. *Tempo e Presença*, Rio de Janeiro, n. 334, mar.-abr. 2004. p. 25.

¹⁹² Ibid.

¹⁹³ SILVA, Elizete. *Protestantismo ecumênico e realidade brasileira: Evangélicos Progressistas em Feira de Santana*. Feira de Santana (BA), UEFS Editora: 2010. p. 131.

Com efeito, o período histórico compreendido entre 1962 e 1964 foi de enormes contradições sociais, marcado por demandas oriundas de variados segmentos da sociedade. Tal contexto contribuiu ainda mais para fortalecer a crença, nutrida pelos progressistas ecumênicos, de que as igrejas deveriam apoiar e se envolver mais ativamente com os segmentos mais afetados pela crise econômica e financeira.¹⁹⁴ Entretanto, conforme aludimos, nem todos os líderes de igrejas-membro da CEB estavam interessados em um tipo de participação dos cristãos na sociedade conforme a proposta do grupo mencionado. Isso inevitavelmente ocasionava tensões internas na CEB, devido ao fato de que nela “transitavam lideranças e intelectuais conservadores e progressistas.”¹⁹⁵

Por iniciativa desses protestantes progressistas e pela influência e o apoio doutrinário e financeiro diretos do CMI, criou-se em 1955 o Setor de Responsabilidade Social da Igreja, que logo foi integrado a CEB, contando inclusive com a participação de batistas e pentecostais.¹⁹⁶ Cumpre destacar a iniciativa do teólogo Richard Shaull na criação do embrião deste setor, anteriormente chamado Comissão de Igreja e Sociedade, antes de ser incorporado sob o novo nome na CEB.¹⁹⁷ Segundo Waldo Cesar, o “projeto Igreja e Sociedade foi para nós uma forma de inserção na conjuntura nacional e a revelação das contradições do Protestantismo no País, das coisas velhas e novas que se produziam nas igrejas e na cultura brasileira.”¹⁹⁸ O Setor de Responsabilidade Social, então, dava prosseguimento a essa tentativa de atualização histórica do protestantismo diante do contexto de transformações por que passava o Brasil a partir do governo de Juscelino Kubitschek. Nessa perspectiva, foram organizadas, entre 1955 e 1962, três consultas e uma conferência para debater e fomentar as formas pelas quais as igrejas e os cristãos poderiam se engajar no citado processo de transformação da sociedade.¹⁹⁹ Os temas desses encontros são representativos dessa busca por novas formas de participação e inserção no mundo: 1955- A responsabilidade social da Igreja;

¹⁹⁴ BRITO, André Souza. “*Fermento da Massa*”: ecumenismo em tempos de ditadura militar no Brasil, 1962-1982. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica (RJ), 2010. p. 91-105.

¹⁹⁵ DIAS, Zwinglio, op. cit., p. 170.

¹⁹⁶ CESAR, Waldo. Igreja e Sociedade – ou Sociedade e Igreja? *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 23. n. especial, p. 17-28, nov. 2003.

¹⁹⁷ CUNHA, Magali do Nascimento. *Crise, esquecimento e memória: O Centro Ecumênico de Informação e a construção da identidade do Protestantismo Brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997. p. 120.

¹⁹⁸ Depoimento de Waldo CESAR. apud. CUNHA, Magali do Nascimento, op. cit., p. 121.

¹⁹⁹ CESAR, Waldo. Igreja e Sociedade – ou Sociedade e Igreja?. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 23. n. especial. p. 17-28. 2003. p. 19-21.

1957- A igreja e as rápidas transformações sociais do Brasil; 1957 – A presença da Igreja na evolução da nacionalidade; 1962 – Cristo e o processo revolucionário brasileiro.²⁰⁰

A I Reunião de Estudos da CEB, ocorrida em novembro de 1955, em São Paulo, repercutiu os debates travados na II Conferência do Conselho Mundial de Evanston, em 1954, cuja temática geral girava em torno do eixo “Sociedade Responsável.”²⁰¹ A partir desse momento a influência do Conselho Mundial de Igrejas começa a crescer de intensidade através do intercâmbio entre Richard Shaull e alguns protestantes como, por exemplo, Waldo Cesar, com outras lideranças do Conselho. O CMI enviou representantes à reunião de São Paulo, os quais debateram as principais linhas de pensamento dos documentos aprovados em sua reunião de 1954.

Entender as propostas de trabalho do Conselho Mundial de Igrejas e sua perspectiva nesse contexto iluminará nossa compreensão acerca das suas formas de inserção social no Brasil e no mundo. No próximo capítulo, quando confrontarmos suas perspectivas com as dos agentes de informações da ditadura, teremos condições de avaliar a plausibilidade das preocupações dos agentes com as ações desenvolvidas pelo Conselho no Brasil e no mundo. O depoimento do pastor Amaral Camargo que vivenciou a Reunião de Estudos de 1955, é instrutivo ao que nos interessa aqui:

Em face das rápidas transformações sociais por que passaram muitas das partes da Ásia, África e América Latina, a Assembleia do Conselho Mundial de Igrejas, recentemente reunida em Evanston, sugeriu que seu novo Departamento de Igreja e Sociedade, concentrasse a sua atenção na situação social e econômica de vários países desses continentes, recomendando às igrejas um estudo e ação apropriada, para a solução dos mais variados problemas que estão surgindo, num panorama inteiramente novo.

As Igrejas devem estudar e conhecer melhor a respeito dos fundamentos espirituais e morais sobre os quais as novas sociedades estão sendo construídas; devem ter um conceito mais adequado do homem e sociedade que orientam novos movimentos sociais e políticos da atualidade, e precisam sentir mais de perto a sua responsabilidade social, no cenário da vida em suas transformações rápidas.²⁰²

Com a perspectiva de estudar e compreender as especificidades do processo histórico de mudanças vivenciado nos anos 1950 e de se envolver com a busca de solução para os variados problemas ocasionados pela expansão do sistema capitalista transnacional, a CEB, através de seu Setor de Responsabilidade Social, realizou a quarta e última Reunião de Estudos. O cenário sociopolítico e econômico nacional repercutiu nessa busca dos

²⁰⁰ CESAR, Waldo, op. cit., p. 20.

²⁰¹ DIAS, Agemir de Carvalho. *O Movimento Ecumênico no Brasil (1954-1994)*, a serviço da igreja e dos movimentos populares. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007. p. 143.

²⁰² Depoimento de CAMARGO, Sátias do Amaral. apud. Ibid., p. 144.

protestantes por uma nova orientação, em grande medida inspirada pelo Conselho Mundial de Igrejas. A crise do modelo nacionalista varguista, que se achava sob forte crítica e pressão dos setores conservadores ligados aos interesses do capital nacional e multinacional associado, as greves dos trabalhadores urbanos que reivindicavam por aumentos dos salários e melhores condições de vida e de trabalho nas indústrias, a urbanização crescente e o correspondente êxodo rural, o suicídio do presidente Getúlio Vargas em 1954 e a subsequente crise política da sucessão são elementos centrais dessa época.²⁰³ Todo esse complexo contexto histórico, associado à época posterior, a partir do governo de JK, que assumiria o poder, em 1956, prometendo fazer o Brasil crescer “50 anos em cinco de governo” contribuiu para consolidar a ideia de que as igrejas deveriam atuar, para além da preocupação com a salvação das almas, de forma mais efetiva e concreta em uma época de “rápidas transformações sociais”.

Todavia, em 1962, o cenário sociopolítico e econômico era ainda mais tenso e conturbado. Após a inesperada renúncia do Jânio Quadros, em 1961, instaurou-se outra crise de sucessão, já que setores exaltados das Forças Armadas forçavam o Congresso Nacional a não aceitar que seu vice, João Goulart, considerado por eles como um “aliado do movimento comunista internacional”, assumisse o poder. A Campanha da Legalidade articulada pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, com o apoio do comando do chefe militar de sua região, o III Exército, contribuiu para que o plano golpista²⁰⁴ não vingasse naquele momento.²⁰⁵ Superado o impasse, com a adoção do sistema parlamentarista e a posse de João Goulart como presidente, em setembro de 1961, os problemas brasileiros estavam longe de serem solucionados.²⁰⁶

A inflação e o custo de vida subiam, afetando especialmente os salários dos trabalhadores urbanos. Em função desse quadro, ao longo de 1961 irromperam 105 greves em todo o Brasil. Em sua maioria, a reivindicação era por aumentos salariais. A situação dos camponeses era ainda mais crítica. Mobilizavam-se, então, através das Ligas Camponesas sob a liderança do advogado e deputado estadual pernambucano, Francisco Julião, clamando por reforma agrária. Além dela, exigiam também o direito às mesmas leis trabalhistas que

²⁰³ MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando. "Capitalismo tardio e sociabilidade moderna". In: SCHWARCZ, Lília Moritz (org). *História da Vida Privada no Brasil*. vol. 4. *Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

²⁰⁴ Cumpre assinalar que, conforme vimos, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) foi criado nesse contexto. cf. DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981.

²⁰⁵ FERREIRA, Jorge. “O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964”. In:____; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). *O Brasil republicano: O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 354.

²⁰⁶ SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 254.

beneficiavam trabalhadores das indústrias e do comércio. A efervescência entre setores de direita e de esquerda aumentava, com a criação de grupos de pressão. À direita surgiram, dentre outros, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), a Campanha da Mulher pela Democracia (Camde), o Movimento Anticomunista (MAC), enquanto no campo das esquerdas, destacavam-se a União Nacional dos Estudantes e o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Os primeiros alertavam para o perigo da “ameaça comunista” em curso, identificada, sobretudo, na mobilização de setores populares de esquerda no campo e nas cidades. Já os últimos, aliados a outras forças políticas, inclusive de centro, insistiam na necessidade da implementação das chamadas “reformas de base”, sendo que, segundo Skidmore, “ainda não havia claro consenso, nem na esquerda nem no centro”²⁰⁷ sobre qual seria a natureza exata das mesmas.

Em 1962, as greves aumentaram para mais de 120, em parte como reação a fato de o Congresso não ter aceitado o primeiro-ministro indicado pelo presidente Jango. Tratava-se, assim, de um contexto de forte aumento da organização do movimento sindical. Para os setores conservadores, tais greves tinham apenas conotações políticas, em que o movimento sindical tentava influenciar os rumos do governo e a orientação do Congresso.²⁰⁸ O presidente Jango sentia a pressão de setores de esquerda para que viabilizasse reformas. As Ligas Camponesas se espalhavam para várias regiões do país engrossando a pressão por reforma agrária. Pressão também recebia do Sul, pois Brizola já havia iniciado algumas desapropriações e procedendo a distribuição de terras a diversas famílias de camponeses. Em Pernambuco, o governador Miguel Arraes também ameaçava dar início a uma reforma agrária. Nesse contexto, duas figuras importantes da hierarquia católica despontam marcando posições antagônicas em relação à reforma agrária. Dom Hélder Câmara, apoiado por diversos padres que marcavam presença em passeatas pelas reformas e dom Geraldo Proença Sigaud, bispo de Diamantina (MG), sempre associando reforma agrária à “ameaça comunista.”²⁰⁹ O que vemos aqui é a manifestação daqueles dois modelos propostos por Rémond. Enquanto D. Hélder representa com precisão o modelo da “espiritualidade da encarnação”, cuja ênfase está posta na luta pela transformação social, enquanto D. Sigaud, tipifica a “espiritualidade desencarnada” ou aquele “sistema de valores católico” proposto por G. Michelat, em que o comunismo seria o principal elemento de repulsa.

²⁰⁷ SKIDMORE, Thomas E, op. cit., p. 279.

²⁰⁸ COLEÇÃO 100 ANOS DE REPÚBLICA: Um retrato Ilustrado da História do Brasil. (1974-1981). vol. VII. São Paulo: Nova Cultural. 1989. p. 34.

²⁰⁹ Ibid., p. 39.

Ainda sob as limitações do sistema parlamentarista, o presidente Jango, no feriado do Dia do Trabalho, em visita à Volta Redonda (RJ), cidade industrial construída em órbita da Companhia Siderúrgica Nacional, símbolo da Era Vargas, apresenta seu plano de reformas. Além da reforma agrária, previa a reforma bancária, reforma eleitoral, a regulamentação da remessa de lucros para o exterior, a reforma tributária e outras medidas, as quais ficaram conhecidas como “reformas de base”. Jango tinha ciência de que sem o apoio da maioria do Congresso e sob forte oposição da União Democrática Nacional (UDN), de setores militares e de outros setores conservadores, tais reformas dificilmente seriam aprovadas. Tratava-se da busca por soluções para a enorme desigualdade social e outros problemas de que sofria o país.²¹⁰

Nesse contexto, em julho de 1962, as igrejas protestantes através da Confederação Evangélica do Brasil (CEB), realizaram a sua quarta Reunião de Estudos intitulada “Cristo e o Processo Revolucionário brasileiro”, a qual acabou ficando conhecida como “Conferência do Nordeste”, contando com a adesão e a representação de dezenas de igrejas protestantes de várias regiões do Brasil. “Foram 167 delegados, de 17 estados, representando 16 denominações” evangélicas.²¹¹ A escolha do local tinha um significado especial para os organizadores, conforme relembrou o jornalista e sociólogo protestante Waldo Cesar, um dos mentores do evento:

Com um terço da população brasileira, o Nordeste era símbolo da luta entre o passado e um possível futuro no qual a propriedade da terra e a renda nacional não mais estivessem nas mãos de uns poucos senhores. As palavras de moda eram *reforma*, para os mais comedidos, e *revolução* para os que acreditavam na radicalização de um momento único da “evolução da nacionalidade” brasileira.²¹²

Realizar a conferência no Nordeste representava, na síntese de Magali Cunha a partir do testemunho de Rubem César Fernandes, a identificação e a aproximação “com o Brasil da exploração, da miséria, do atraso dentro do mundo capitalista e também da esperança, da alternativa socialista - das Ligas Camponesas com Francisco Julião.”²¹³

As ideias progressistas dos organizadores da Conferência do Nordeste, associadas ao fato de que sociólogos e educadores, marxistas ou sem vínculo direto com as igrejas (Gilberto

²¹⁰ COLEÇÃO 100 ANOS DE REPÚBLICA, op. cit., p. 40.

²¹¹ DIAS, Agemir de Carvalho. *O Movimento Ecumênico no Brasil (1954-1994)*, a serviço da igreja e dos movimentos populares. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007. p. 155.

²¹² CESAR, Waldo. Igreja e Sociedade – ou Sociedade e Igreja? *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 23. n. especial, p. 17-28, nov. 2003. p. 20.

²¹³ CUNHA, Magali do Nascimento. *Crise, esquecimento e memória: O Centro Ecumênico de Informação e a construção da identidade do Protestantismo Brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997. p. 121.

Freire, Celso Furtado, Paul Singer, Juarez Brandão Lopes) proferiram palestras durante o evento, suscitaram o recrudescimento da oposição de lideranças conservadoras no interior da CEB contra aos progressistas ecumênicos.

Porém, na ótica dos organizadores, a parceria com tais intelectuais era essencial, pois ajudaria a abrir “novos caminhos para a análise mais integral e mais comprometida da realidade brasileira à luz de uma reflexão cristã.”²¹⁴ Apesar das expectativas de mudanças sociais que aquele conflituoso momento histórico inspirava nos protestantes progressistas do Setor de Responsabilidade Social da CEB, os responsáveis pela manutenção da ordem no estado já estavam atentos aos “perigos” que aquelas ideias disseminadas durante a Conferência poderiam trazer. Conforme rememora Waldo Cesar:

Havia, soube-se mais tarde, um acompanhamento diário, pelos órgãos de segurança do estado, do que ali se passava e se dizia. Para as autoridades militares as manchetes dos jornais confirmavam as suspeitas de um encontro subversivo: “Cristo presente na crise brasileira”; “Os evangélicos propõem a revolução cristã”; “Bispo evangélico: a igreja não pode conformar-se com a exploração”.²¹⁵

As manchetes de que nos fala Cesar servem para exemplificar o perfil das propostas de atualização da fé protestante em sintonia com os principais debates nacionais que propugnavam por reformas urgentes. Tratava-se, assim, da expressão de um tipo de cristianismo pretendido por um setor articulado com o ideário do Conselho Mundial de Igrejas. A perspectiva desses protestantes se enquadraria naquele modelo de “espiritualidade encarnada” proposto por Rémond, cuja tônica estava posta na atitude de levar “a sério a prefiguração do reino a ser construído desde aqui em baixo.”²¹⁶ Nesse sentido, seguindo a sugestão de J. M. Donégani, podemos interpretar a Conferência do Nordeste como um esforço de um setor do protestantismo orientado por um “modelo cristocêntrico”, cuja ênfase estava assentada na busca pela transformação da ordem sociopolítica vigente, considerada injusta e desigual.

A propósito do monitoramento do evento, feito por agentes secretos dos órgãos de segurança, provavelmente do DOPS do Recife, um documento do CENIMAR, datado de 1972, dez anos, portanto, após o ocorrido, avaliaria o seu significado, no bojo de uma investigação sobre Claude Labrunie: “pastor presbiteriano que, em 1962, participou da Conferência do Nordeste, conclave que marcou o aceleração da infiltração comunista entre

²¹⁴ CESAR, Waldo, op. cit., p. 20.

²¹⁵ Ibid., p. 21.

²¹⁶ COUTROT, Aline. “Religião e política”. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV. 1996. p. 337.

as denominações evangélicas.”²¹⁷ Para comprovar a tese da “infiltração” e para deixar claro o perfil negativo do citado pastor, o analista acrescentou que em 1966, já no contexto do governo do marechal Castelo Branco, “sendo professor da Faculdade Teológica Presbiteriana de Vitória, ele usou da palavra no Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil, atacando o governo.”²¹⁸ Eis uma breve amostra do que se sucederia nos anos subsequentes à Conferência no Nordeste contra adeptos do progressismo ecumênico: perseguições de dentro das denominações e delações aos órgãos de repressão, constante vigilância feita pelos agentes da ditadura, alguns foram presos, outros foram demitidos de suas funções em igrejas e em seminários, outros tiveram de fugir do Brasil, etc.

Com efeito, a polarização ideológica que “cindiou” a sociedade em princípios dos anos 1960, poderosamente influenciada pelo contexto bipolar internacional, marcado por disputas nos mais variados campos entre EUA e URSS, em associação com o clima de medo (nas direitas) e de esperanças (nos setores de esquerda) inspirado pela vitória da Revolução Cubana de 1959, colocou em lados opostos o governo de João Goulart e os setores políticos mais conservadores da sociedade, em grande medida afinados com os interesses do capital nacional e estrangeiro.

Conforme aventado, essa polarização também se reproduziria, em maior ou menor medida, no interior das igrejas, e consequentemente na CEB, sobretudo devido à decisão dos progressistas, no contexto pós-Conferência do Nordeste, de apoiar a participação dos cristãos no processo revolucionário que sentiam estar vivenciando. Muitos protestantes, que participaram da Conferência e já vinham refletindo sobre as possibilidades de uma ação cristã mais concreta de discussão acerca das possibilidades de enfrentamento dos grandes problemas sociais do Brasil, foram fortemente influenciados pelo evento, conforme registra Waldo Cesar:

Os primeiros resultados da conferência começaram a se sentir logo nas igrejas participantes (...): um pastor solidário com seus membros ferroviários, sentando-se com eles em greve nos trilhos da Estrada de Ferro Sorocaba; um leigo cristão se identificando com os camponeses do interior de Goiás numa mini-reforma agrária entre irmãos de uma mesma fé; um deputado evangélico²¹⁹ em Santa Catarina organizando pescadores espoliados em cooperativas para a comercialização de sua pesca; grupos jovens alfabetizando e evangelizando, construindo casas em favelas e capelas para levar a luzir a Palavra de Deus. Outros ingressando em partidos

²¹⁷ ARQUIVO NACIONAL – Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações - ACE 56.894/1972, fls. 3.

²¹⁸ Ibid.

²¹⁹ Trata-se do presbiteriano Paulo Stuart Wright, irmão do pastor Jaime Wright, preso e morto pelas forças de repressão em São Paulo, em 1973, na condição de líder da APML.

políticos, movimentos comunitários e sindicatos para dar expressão a sua fé e ideias.²²⁰

Esse quadro esboçado por Waldo Cesar sintetiza bem a proposta difundida pelo Conselho Mundial de Igrejas no Brasil nos anos 1950 no Brasil, especialmente através da figura de Richard Shaull e, depois, de seus seguidores aglutinados no Setor de Responsabilidade Social da CEB. Na concepção daqueles protestantes ecumênicos e progressistas, esse modelo de espiritualidade representava a superação de um “modo de ser protestante” herdado dos missionários norte-americanos, cujos traços principais, segundo Agemir Dias, eram a “posição antiecumênica, anticatólica, anticomunista, contrária à ação social.”²²¹

As lideranças conservadoras da CEB, expressão cabal daquele modelo “teocêntrico” de “cristianismo desencarnado” de que nos fala a historiografia francesa do político, não estavam dispostas a permitir que a entidade seguisse a opção do envolvimento ou apoio ao engajamento sociopolítico dos cristãos. Comungavam do temor de outros segmentos conservadores da sociedade, isto é, de que no Brasil pudesse ocorrer uma revolução comunista a exemplo do que se verificara na Ilha de Fidel Castro.

Como resultado da iniciativa de tais lideranças, teve início um processo que poderíamos denominar de “abortamento de utopias”. As iniciativas progressistas do grupo de protestantes de diversas igrejas, sobretudo presbiterianos, com vistas a “dar novo sentido ao compromisso da igreja para com a sociedade”²²² foram rechaçadas, nos termos em que se recorda Waldo Cesar:

[...] a perseguição das autoridades eclesiásticas foi implacável – e começou antes do golpe militar. Nos meses que se anteciparam à deposição de João Goulart, em fins de março de 1964, quando parecia clara a vitória das forças de repressão, iniciou-se o expurgo, não apenas na Confederação Evangélica [CEB], mas em seminários, colégios evangélicos e até em igrejas locais, quando também fui expulso da CEB, ao lado de outros secretários executivos e funcionários.²²³

²²⁰ SCHILER FILHO, Willian. O anseio de uma virada que 64 torpedeou. In: Conferência do Nordeste: 30 anos. p. 22-23. apud. CUNHA, Magali do Nascimento. *Crise, esquecimento e memória: O Centro Ecumênico de Informação e a construção da identidade do Protestantismo Brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997. p. 122.

²²¹ DIAS, Agemir de Carvalho. *O Movimento Ecumênico no Brasil (1954-1994)*, a serviço da igreja e dos movimentos populares. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007. p. 141.

²²² CESAR, Waldo. Igreja e Sociedade – ou Sociedade e Igreja?. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 23. n. especial. p. 17-28. 2003. p. 22.

²²³ Ibid., p. 22.

Após a concretização do golpe de 1964 e a subsequente onda de repressão e expurgos que se abatera sobre setores da sociedade, a CEB também foi atingida. Sobre esse período, Zwinglio Dias se recorda de que a “Confederação Evangélica foi desmantelada, e seus principais agentes progressistas perseguidos dentro e fora das igrejas.”²²⁴ No tocante à citada perseguição no interior das Igrejas, segundo Zwinglio e outros religiosos que vivenciaram o contexto, tratava-se da ascensão de um grupo mais conservador na Igreja Presbiteriana do Brasil, que passou gozar de hegemonia dentro da CEB. Ele oferece ainda outros elementos explicativos daquele momento histórico de crise no protestantismo e na Confederação:

O problema da Confederação Evangélica é que ela foi vítima da politicagem interna da Igreja Presbiteriana do Brasil, porque a IPB acabou tomando o poder dentro da Confederação. A briga, no fundo, foi entre presbiterianos dentro da Confederação. Entre o pessoal que foi expulso você tinha o Domício Pereira de Mattos e o Waldo Cesar. O presidente da Confederação era o Amantino Vassão e o secretário geral era Rodolfo Anders. Eram todos presbiterianos. O Amantino durante anos foi pastor da Catedral Evangélica do Rio e o Waldo membro.²²⁵

Ao corroborar tal linha explicativa, a historiadora Elizete Silva assinalou que as causas elencadas pelos setores conservadores “para o fechamento do Setor de Responsabilidade Social, juntamente com outros que eram dirigidos por progressistas como Jether Ramalho e o reverendo Domício Pereira de Matos, tinham um conteúdo puramente ideológico.”²²⁶ A mesma autora analisou de forma bem documentada o surgimento do setor progressista e ecumênico no interior do protestantismo ao longo dos anos em que a CEB realizou as referidas Consultas. Demonstrou a participação ativa do Conselho Mundial de Igrejas no fomento (financeiro, intelectual, teológico) à concretização da tentativa de mudanças de paradigmas do protestantismo a partir de iniciativas de departamentos da CEB.

Apontou outros efeitos imediatos da Conferência do Nordeste sobre as denominações protestantes como, por exemplo, a Igreja Presbiteriana do Brasil, a Metodista e a Episcopal, que chegaram a atualizar seus credos sociais segundo as propostas de engajamento e participação face aos problemas sociais e políticos de então. Contudo, na sequência, a autora explicitou a natureza de um virulento processo de “reação conservadora” alimentado, em grande medida, pelo temor do “comunismo ateu”, desencadeado por figuras instaladas nas

²²⁴ DIAS, Zwinglio Mota; TEIXEIRA, Faustino. *Ecumenismo e Diálogo Inter-Religioso: A arte do possível*. Editora Santuário: Aparecida, 2008. p. 149.

²²⁵ ABUMANSUR, Edin Sued. *A tribo ecumênica: um estudo sobre o ecumenismo nos anos 60 e 70*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). PUC-SP, 1991. mimeo. p. 49-50.

²²⁶ SILVA, Elizete. *Protestantismo ecumênico e realidade brasileira: Evangélicos Progressistas em Feira de Santana*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2010. p. 137.

hierarquias das principais igrejas-membro da CEB, sobretudo na IPB, contra as ideias inovadoras dos progressistas ecumênicos. Novamente, tratava-se de um tipo de atitude muito parecida com aquela compreendida no conceito de “sistema de valores” dos católicos franceses esboçado por G. Michelat, em que a tendência era a opção pelos elementos de conservação, incluindo família, trabalho e a tradição, cuja repulsa maior estava nas ideias do comunismo. Esse processo conservador inicia-se em meados dos anos 1950, aprofundando-se durante a realização da Conferência do Nordeste, em 1962, tornando-se mais virulento após o golpe civil-militar de 1964.²²⁷

Na esteira do citado processo, conforme sintetizou Silva, diversas convergências manifestaram-se entre o tipo de “teologia libertária” proposta pelos protestantes progressistas e ecumênicos e a Teologia da Libertação em sua versão católica, concluindo que ambas propunham a contextualização da fé cristã através do protagonismo humano nas lutas históricas dos movimentos sociais pela transformação da sociedade. Mas tratava-se de uma transformação motivada pela perspectiva da implantação do Reino de Deus na terra, localizada, sobretudo, na luta do pobre por libertação das situações de opressão.²²⁸

O antropólogo Marcelo Camurça oferece-nos ainda outros elementos constitutivos da Teologia da Libertação, os quais nos auxiliam na compreensão desse fenômeno que foi importante para a aproximação que se seguiu, ao longo do regime militar, entre setores do catolicismo e setores do protestantismo engajados em iniciativas que fomentassem a transformação social:

A Teologia da Libertação se estruturou através da crítica a uma teologia tradicional, para quem os pobres deviam ser objeto da caridade e não agentes da própria libertação. Sendo a categoria “pobre” central no cristianismo, a apropriação do marxismo serviu para desvelar os pobres como oprimidos, cuja pobreza é fruto da acumulação e exploração do seu trabalho e não de uma fatalidade ou desejo divino.²²⁹

A despeito de a observação ser direcionada ao catolicismo, cumpre observar que uma perspectiva análoga da relação entre a fé e a inserção sociopolítica cristã, em que o marxismo é potencializado enquanto instrumento de auxílio da leitura da realidade também se encontrava presente nas elaborações dos protestantes ecumênicos e progressistas expurgados da CEB. É interessante notar que Leonardo Boff, um dos principais teólogos católicos da libertação,

²²⁷ SILVA, Elizete, op. cit., p.105-137.

²²⁸ Ibid., p. 137-147.

²²⁹ CAMURÇA, Marcelo Ayres. “A militância de esquerda (cristã) de Leonardo Boff e Frei Betto: da Teologia da Libertação à mística ecológica”. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. *Revolução e democracia no Brasil (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 394.

sobre quem Camurça escreve, atribuiu a uma aula ministrada pelo protestante Jether Ramalho a sua percepção da importância de uma leitura da realidade a partir de instrumentos analíticos das Ciências Sociais, em grade medida marxistas:

Ele [Jether Ramalho] me abriu os olhos para a base analítica e social da libertação integral. Ela tem um pé na Palavra da revelação, pois aí se inspira, e um pé na realidade, decodificada analiticamente de forma que ajuda a fé a ser autenticamente libertadora e não apenas progressista e assistencialista.²³⁰

Camurça, inspirado em Michael Lowy, avança um pouco mais em sua análise acerca dos traços fundamentais dessa concepção teológica (e política) da libertação, abordando outros aspectos da relação entre cristianismo e marxismo. Suas observações são importantes porque tocam no ponto nevrálgico das acusações recorrentes que os agentes da “comunidade de informações” do regime lançavam em suas representações, tentando caracterizar a natureza do ativismo de indivíduos e instituições do movimento ecumênico:

Para os teólogos da libertação, a salvação não se realiza no plano individual, mas coletivo, sendo a luta pela libertação humana uma antecipação do “Reino de Deus”. Articular teologia e marxismo foi a inovação trazida por esse empreendimento, guardando, todavia, a especificidade de cada discurso. No entanto, o cerne da oposição ao capitalismo na Teologia da Libertação está em sua visão religiosa, interna ao catolicismo, baseada em sua cultura e tradição, em que, inspirados na “verdade evangélica”, tiram consequências sociais em favor dos oprimidos. A crítica teológica (“libertadora”) ao sistema dominante, o vê como uma “idolatria” do capital e do mercado, inspirando-se na denúncia profética dos falsos deuses – do Antigo Testamento – ainda que ancorada na análise marxista do “fetichismo da mercadoria”. A própria categoria “pobre” funciona como um conceito com conotações morais, bíblicas e religiosas, distinguindo-se assim do conceito “classe” marxista, que se reivindica elaborado com base numa precisão sociológica e histórica.²³¹

Ao focar as reflexões dos protestantes progressistas, formuladas em princípios de 1960, José Ricardo Ramalho observa que a realização da Conferência do Nordeste, e as ideias ali discutidas, “representou o prenúncio de ajustes mais profundos na ação pastoral e teológica de um grupo de importantes igrejas protestantes, antecipando a ‘opção pelos pobres’, da Igreja Católica, expressa no documento de Medellín em 1968.”²³²

²³⁰ BOFF, Leonardo. “Jether Ramalho: ancião bíblico, mestre, companheiro”. In: RAMALHO, José Ricardo (org.). *Uma presença no tempo: A vida de Jether Ramalho*. Rio de Janeiro: Oikos editora, 2010. p. 74-77.

²³¹ CAMURÇA, Marcelo Ayres. “A militância de esquerda (cristã) de Leonardo Boff e Frei Betto: da Teologia da Libertação à mística ecológica”. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. *Revolução e democracia no Brasil (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 394-395.

²³² RAMAHO, José Ricardo. “Uma história para ser contada”. In: RAMAHO, José Ricardo (org.). *Uma presença no tempo: A vida de Jether Ramalho*. Rio de Janeiro: Oikos editora: 2010. p. 9.

É importante pontuar que os indivíduos que aparecerão como protagonistas neste trabalho, mesmo sem abandonarem suas convicções cristãs, comungavam, em maior ou menor medida, dos pressupostos contidos na “teologia libertária”, apresentados em traços gerais aqui, nos quais a análise marxista da sociedade ocupava lugar de destaque. Todavia, as representações formuladas pelos agentes do Estado sobre eles darão conta de que se tratavam de indivíduos “marxistas”, “comunistas”, “subversivos”, etc.

Conforme assinalamos no início deste trabalho, tratava-se de propostas de renovação surgidas no interior do protestantismo que expressam com muita similaridade aquelas perspectivas da “espiritualidade da encarnação”, segundo Rémond, e do “modelo cristocêntrico”, proposto por J. M. Donégani. Tais orientações emergidas neste contexto de início dos anos 1960, conforme aventado, traziam consigo a inspiração de teólogos protestantes europeus dos anos 1940 e 1950. Entretanto, no decurso dos anos 1970, esse ideário seria aprofundado por teólogos tanto católicos quanto protestantes, configurando o que pouco a pouco veio a ser genericamente denominado de “Teologia da Libertação”.

Por fim, conforme assinalamos, essas convergências de pensamento e reflexão teológica entre segmentos progressistas protestantes e setores do catolicismo, fundamentadas nas ideias de ecumenismo e libertação, acabaram contribuindo ainda mais para que, ao longo dos anos 1960, os segmentos conservadores do protestantismo, alinhados que estavam com um tipo de “cristianismo desencarnado”, firmassem convicção de que os progressistas estavam por demais influenciados pelo comunismo. O resultado mais dramático disso, conforme sinalizado, foi o desencadeamento de um processo de perseguição contra os progressistas ecumênicos, levando-os à dispersão e, conseqüentemente, à criação de novos espaços sociais de atuação através de organismos ecumênicos para-eclésiásticos, entre eles o CEI/CEDI, conforme veremos. Logo após o golpe de 1964, a própria CEB foi invadida e teve seus arquivos apreendidos por agentes das forças de repressão militar. Este fato marcou tão profundamente a experiência de vida desses protestantes que procuravam promover a contextualização do protestantismo diante das demandas por mudanças, reformas e revolução que aquele contexto de inícios dos anos 1960 inspirava, que sempre é reativado em suas memórias sobre o período, quando são convidados rememorar-lo.

CAPÍTULO II: O CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO (CEDI) E SEUS ATIVISTAS

De Centro Evangélico de Informação (CEI) a Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI)

Houve diferentes respostas dos protestantes ecumênicos diante do novo contexto de repressão instaurado com o golpe de Estado de 1964, que derrubou o presidente João Goulart. Com base em estudos que investigaram essa crise no protestantismo, Agemir Dias, sintetizou em quatro os tipos de caminhos seguidos por pastores e leigos protestantes que haviam se comprometido com as “transformações sociais e o diálogo ecumênico” nesse processo que se desenvolveu durante os anos 1950 e que sofreu uma espécie de abortamento em princípios dos anos 1960: “decepção e saída do movimento, exílio e envolvimento em instituições internacionais, adequação à nova realidade e reconstrução do movimento ecumênico em outras bases.”²³³

Os pastores e leigos protestantes que fundaram o Centro Evangélico de Informação (CEI), mais tarde atualizado para Centro Ecumênico de Informação (CEI), com a cooperação de católicos, procuraram seguir esta última opção. Após um tempo de dispersão, decorrente da crise apontada anteriormente que se instalou na CEB, desde 1962, a qual se aprofundou depois do golpe de 1964, eles buscaram se articular sob novas formas. A intenção, segundo eles, foi a de criar um espaço de unidade onde as ideias progressistas que propugnavam pela renovação do protestantismo nos termos de um “cristianismo com compromisso social”, isto é, comprometido com o ideal ou utopia da “transformação da sociedade”, pudessem ser amadurecidas e disseminadas. Dadas as condições políticas repressivas do contexto pós-golpe, a rearticulação defrontava-se com condições desfavoráveis, apesar de contar com alguns fatores positivos, conforme rememora Waldo César:

O ecumenismo entra então na aventura de uma semicladestinidade, com todos os riscos e algumas vantagens. Entre estas, uma preocupação maior de seus dirigentes, muitos deles refugiados no exterior; ou a sua mobilização intensa no interior do país, para escapar de prisões ou Inquéritos Policiais-Militares. O resultado dessa dispersão marca outra etapa no contexto ecumênico, com a fundação de numerosas entidades de serviços, [...] abertas às expressões da igreja e da sociedade. Esse movimento criativo, em muitos casos realizados através de organismos informais, sem registro, com os mais variados formatos, também se estrutura a partidos que

²³³ DIAS, Agemir de Carvalho. *O Movimento Ecumênico no Brasil (1954-1994)*, a serviço da igreja e dos movimentos populares. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007. p. 141.

puderam permanecer no país e perderam o seu lugar em instituições eclesiásticas ou governamentais.²³⁴

Em seus primórdios, o CEI se configurava, assim, como uma dessas entidades “semiclandestinas”, “informais” e “sem registro”, objetivando, entre outras coisas, levar adiante os valores e ideais daquele progressismo ecumênico alinhado às perspectivas teológicas e políticas do Conselho Mundial de Igrejas, e que não encontraram guarida institucional na maioria das igrejas protestantes e nem na CEB. Por um lado, seus mentores almejavam influenciar o campo religioso, sobretudo as igrejas protestantes, no sentido de levá-las ao compromisso “voltado para o respeito aos direitos humanos, ao apoio aos movimentos populares e à solidariedade com os mais pobres da nossa sociedade.”²³⁵ Por outro lado, visavam a colocar em prática um trabalho de “formação política, documentação, divulgação e reflexão teológica”, conforme especificou José Ricardo Ramalho.²³⁶ Contudo, convém assinalar que no início de sua história, a entidade ainda não tinha essas linhas de ação tão bem definidas na agenda dos pioneiros do pós-CEB.

Assim, a criação do Centro Evangélico de Informação (CEI), em 1965, se deu como uma iniciativa sem grandes pretensões, mas que ao longo dos anos foi se encorpando e adquirindo feições de um movimento de considerável poder de influência sobre parcelas significativas de cristãos ecumênicos no Brasil e fora dele, na perspectiva acima descrita por Ramalho. Cumpre assinalar que a experiência histórica de rejeição das propostas de renovação do protestantismo pela cúpula da CEB, rechaçando a perspectiva de uma “espiritualidade encarnada”, marcou de forma indelével a trajetória dessa geração de indivíduos, constituída de religiosos, mas que também podiam ser considerados intelectuais. A ruptura com a CEB pode ser assim considerada como um evento fundador de todo um movimento que viria depois. E é nessa perspectiva de “geração” marcada por um evento fundante que Sirinelli nos ajuda a pensar a forma como se deu a constituição do grupo que fundaria o CEI: “E esses efeitos da idade são às vezes suficientemente poderosos para desembocar em verdadeiros fenômenos de geração, compreendida no sentido de estrato demográfico unido por um acontecimento fundador que por isso mesmo adquiriu uma

²³⁴ CESAR, Waldo. O contexto ecumênico no Brasil: 1964-1975. Inédito. apud. DIAS, Agemir de Carvalho, op. cit., p. 185.

²³⁵ RAMALHO, José Ricardo. “Uma história para ser contada”. In: RAMALHO, José Ricardo (org.). *Uma presença no tempo: A vida de Jether Ramalho*. Rio de Janeiro: Oikos editora, 2010. p. 10.

²³⁶ Ibid.

existência autônoma.”²³⁷ Sob nosso ponto de vista, essa geração que vivenciou a Conferência do Nordeste e que acreditou que o protestantismo como um todo poderia se engajar de forma vigorosa em movimentos de transformação da sociedade, aderindo às bandeiras das reformas de base, certamente carregou consigo essa frustração. E isso aparece em quase todos os depoimentos dessa geração. Por isso, concordamos com Sirinelli que acrescenta que “por certo, as repercussões do acontecimento fundador não são eternas e referem-se, por definição, à gestação dessa geração e a seus primeiros anos de existência.”²³⁸ Entretanto, acrescenta o autor que “uma geração dada extrai dessa gestação uma bagagem genética e desses primeiros anos uma memória coletiva, portanto ao mesmo tempo o inato e o adquirido, que a marcam por toda a vida.”²³⁹ Com efeito, todos esses elementos podem ser observados enquanto estruturantes da criação do grupo. Além disso, para compreender a história da formação desse grupo de pessoas, devemos estar atentos ao fato de que, conforme demonstrou Michael Pollak,

[...] a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua construção de si.²⁴⁰

Assim, se por um lado, os expurgos sofridos por tais atores sociais, marcaram muito negativamente sua memória, por outro, o episódio foi importante enquanto elemento constituinte de coesão propiciando as condições para o fortalecimento do “sentimento de identidade” entre eles no período posterior, conforme vemos.

Mas há outro ponto a ser considerado no desenrolar do movimento: o efeito que as atitudes de rechaço promovidas pelas lideranças de cúpula da CEB casaram na memória dos progressistas que propugnavam por renovação. Nesse sentido, as observações de Pollak continuam sendo úteis:

Se assimilamos aqui a identidade social à imagem de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si, para si e para os outros, há um elemento dessas definições que necessariamente escapa ao indivíduo e, por extensão, ao grupo, e este elemento, obviamente, é o Outro. Ninguém pode construir uma auto-imagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros.²⁴¹

²³⁷ SIRINELLI, Jean François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1996. p. 255.

²³⁸ Ibid.

²³⁹ Ibid.

²⁴⁰ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, pp. 200-212, 1992. p. 5.

²⁴¹ Ibid., p. 5.

No caso da construção da identidade e da memória desse grupo, que passa pela constante referência ao “evento fundador”, o outro está sempre presente, isto é, os elementos de cúpula do protestantismo. Assim, ao mesmo tempo em que foram os promotores dos expurgos, podem ser também vistos como elementos que contribuíram para o fortalecimento da identidade do grupo progressista, que se consolidou sempre em oposição aos pressupostos políticos, ideológicos e teológicos dos grupos tidos como “conservadores”. Um exemplo dessa elaboração da memória e da identidade do grupo aparece no depoimento do pastor Zwinglio Dias que, ao lembrar-se do contexto da criação do CEI, aponta as seguintes questões de fundo:

[...] Um grupo de pastores que queria criar um órgão informativo para se contrapor à política do Boanerges [Pastor presbiteriano apontado como pivô da crise na CEB e na IPB] - - a gente queria publicar coisas, ser uma voz dissonante, a voz da oposição na Igreja. E, do outro lado, o pessoal da Confederação que já vinha em contato com o movimento de ISAL. [...] o CEI foi fundado aí e era dominado praticamente pelos presbiterianos. O único “estranho no ninho” era o Jether que era congregacional [...].²⁴²

Assim, a referência ao “outro” foi uma constante na constituição da memória coletiva do grupo, operando, assim, como elemento de fortalecimento da sua identidade. Tais aspectos com frequência vêm à tona nos depoimentos dos pioneiros do CEI. Em função do propósito deste trabalho, quisemos apenas sinalizar esses aspectos que não foram mencionados em outros trabalhos sobre o tema, mas não aprofundaremos a análise dessa complexa relação entre a história e a memória do grupo. Frise-se, porém, que essa relação está intimamente ligada ao “evento fundador” e foi sofrendo alterações ao longo dos anos em função da mudança da conjuntura histórica por que passava o Brasil.

Segundo recordação do mesmo Jether, alguns dos nomes desse grupo que, por volta de 1966, tentava colocar em prática a ideia de se criar um boletim de divulgação das propostas da equipe eram os seguintes: Domício Pereira de Mattos, Francisco de Paula Pereira de Souza, Zwinglio Motta Dias, Breno Schumann, Carlos Cunha.²⁴³

Na opinião de Waldo Cesar, a militância através de uma organização ecumênica, despida do vínculo que a CEB anteriormente possuía com as igrejas, representou um ganho qualitativo. Além de significar uma proposta facilitadora para o aprofundamento da reflexão

²⁴² Depoimento de Zwinglio Mota Dias. Apud. ABUMANSSUR, Edin Sued. *A tribo ecumênica: um estudo sobre o ecumenismo nos anos 60 e 70*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). PUC-SP, 1991. mimeo. p. 50.

²⁴³ RAMALHO, José Ricardo. “Uma história para ser contada”. In: RAMALHO, José Ricardo (org.). *Uma presença no tempo: A vida de Jether Ramalho*. Rio de Janeiro: Oikos editora, 2010. p. 39.

em direção à busca pelo incremento da participação e inserção social dos cristãos, representava um elemento facilitador da busca pela almejada “transformação da sociedade”, o que se daria, na visão deles, a partir da vitória contra a ditadura, inaugurando uma “democracia com justiça social”.

Conforme o autor citado, um dos sentidos da criação do CEI e de outras entidades ecumênicas era o de dar “uma resposta” à onda autoritária e ditatorial inaugurada com o golpe de 1964. Evidentemente, tratava-se de uma forma de luta diferente da opção política dos que pretendiam “vencer o imperialismo pelas armas”: Nesse sentido, as entidades ecumênicas criadas, inclusive o CEI, com o tempo, passariam a representar “formas de intermediação entre a ajuda externa e as classes populares”, conforme explicitou Cesar.²⁴⁴

Outros protestantes progressistas que compunham a corrente que Elizete Silva classificou de “cristianismo libertador”, buscaram caminhos diferentes nos anos 1960, engajando-se em organizações políticas de esquerda, a exemplo de Paulo Stuart Wright.²⁴⁵ Entretanto, boa parte preferiu envolver-se com o trabalho em organizações ecumênicas como, por exemplo, o CEI, pois acreditavam que essa opção traria resultados mais satisfatórios em uma perspectiva de longo prazo e que seria mais condizente com a sua crença religiosa.

Alguns autores analisaram, de forma direta ou indireta, o papel do CEI e de seu sucessor, a partir de 1974, o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), no movimento ecumênico e sob diferentes prismas,²⁴⁶ contribuindo com muitos dados a seu respeito.

Segundo Magali Cunha, corroborando a análise de Elizete Silva, a criação do CEI ocorreu em um contexto de crise no seio do protestantismo brasileiro. O chamado protestantismo histórico se achava cindido por correntes antagônicas de pensamento, o que

²⁴⁴ CESAR, Waldo. Igreja e Sociedade – ou Sociedade e Igreja? *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 23. n. especial, p. 17-28, nov. 2003.

²⁴⁵ SILVA, Elizete. *Protestantismo ecumênico e realidade brasileira: Evangélicos Progressistas em Feira de Santana*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2010. p. 146.

²⁴⁶ Conforme citamos anteriormente, alguns exemplos podem ser encontrados em: ABUMANSSUR, Edin Sued. *A tribo ecumênica: um estudo sobre o ecumenismo nos anos 60 e 70*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), PUC, São Paulo, 1991. mimeo., CESAR, Waldo. “Igreja e Sociedade – ou Sociedade e Igreja?”. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 23. n. especial. 2003., ARAÚJO, João Dias. *Inquisição sem fogueiras*. Rio de Janeiro: Iser, 1985., DIAS, Agemir de Carvalho. “O ecumenismo: uma ótica protestante.” I Simpósio Internacional de Religião, Religiosidades e Cultura, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. 2003. Disponível em: <http://www.geog.ufpr.br/nupper/documents/O_Ecumenismo_Uma_otica_Protestante.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2008., DIAS, Zwinglio Mota e TEIXEIRA, Faustino. *Ecumenismo e Diálogo Inter-Religioso: A arte do possível*. Editora Santuário: Aparecida, 2008., ALVES, Rubem. *Religião e Repressão*. Edições Loyola/Editora Teológica: São Paulo. 2005., BITTENCOURT FILHO, José. *Matriz religiosa brasileira: religiosidade e mudança social*. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes/Koinonia. 2003. CUNHA, Magali do Nascimento. *Crise, esquecimento e memória*. O Centro Ecumênico de Informação e a construção da identidade do Protestantismo Brasileiro. Rio de Janeiro, 1997. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

poderíamos qualificar de confronto entre “espiritualidade da encarnação” *versus* “espiritualidade desencarnada”. Havia, assim, um descompasso entre a corrente que tentava atualizar o protestantismo diante das transformações por que passava a sociedade desde meados dos anos 1950, em decorrência do processo de industrialização, crescimento das áreas urbanas, os problemas sociais do campo e o crescente êxodo rural, devido à falta de oportunidades de acesso à terra e outros problemas sociais²⁴⁷, e a corrente cuja intenção era conservar incólume um formato de religião como havia sido implantado pelos protestantes norte-americanos em meados do século XIX, com o chamado “protestantismo de missão”, cujo foco centrava-se no ideal de permanecer “afastado do mundo”, isto é, não se envolver com questões como a política ou os problemas sociais.²⁴⁸ Em suma, era a expressão de uma “fé teocêntrica” em um Deus todo-poderoso que reinava a partir de um céu longínquo e desconectado com os assuntos terrenos. Em outros termos: uma “espiritualidade desencarnada”, preocupada única e exclusivamente com a salvação individual cuja plenitude dar-se-ia no além-túmulo.

Na perspectiva de Magali Cunha, que mais tarde também integrou a equipe do CEDI, a criação do CEI representava a “busca pelo novo”, um esforço pela busca de “novas significações identitárias” para o protestantismo na sociedade, uma recusa em perpetuar as características de um protestantismo de missão orientado pelo ideal do “anticatolicismo” da “anticultura” brasileira, isto é, a recusa em continuar cultivando uma “memória com base na negação do outro”, com o foco no desejo de “*protestantizar*” o povo brasileiro.²⁴⁹ Tratava-se, segundo a autora, da articulação de um grupo de pessoas que visava a fazer com que o “ideal ecumênico de unidade e responsabilidade sociopolítica”²⁵⁰ passassem a ser fatores constitutivos da identidade que se pretendia forjar para o protestantismo no Brasil. Nesse sentido, os indivíduos marginalizados de suas funções na CEB e em várias igrejas protestantes controladas por lideranças alinhadas ao modelo de cristianismo conservador, sobretudo na Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB), criariam o CEI como uma espaço de “resistência” e de “sobrevivência” de seus ideais.²⁵¹

²⁴⁷ Para uma descrição rica sobre esse período de enormes transformações processadas no interior do capitalismo brasileiro, cf. MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando. “Capitalismo tardio e sociabilidade moderna”. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. vol. 4. *Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

²⁴⁸ CUNHA, Magali. op. cit., p. 103-109.

²⁴⁹ Ibid., p. 108-109.

²⁵⁰ Ibid., p. 111.

²⁵¹ Ibid., p. 111.

Segundo Edin Sued Abumanssur, outro participante do movimento, em torno de 1965, o grupo fundador do CEI vivia em um momento crucial, em que se dava uma “dissociação entre o movimento ecumênico e as igrejas protestantes.”²⁵² Tratava-se de uma dinâmica que não se restringia apenas ao Brasil, na qual o Conselho Mundial de Igrejas despontava como importante ator de fortalecimento do movimento ecumênico:

Enquanto na América Latina as igrejas protestantes se fechavam ao diálogo e faziam uma curva à direita, assistia-se nos países da Europa, Estados Unidos e no Conselho Mundial de Igrejas a uma maior abertura nas respostas aos problemas sociais. Desde a luta pelos direitos civis nos Estados Unidos, com a campanha de Luther King até a criação no Conselho Mundial de Igrejas, de um Programa de Combate ao Racismo. Em torno do CEI se congregou o grupo mais afinado com esses posicionamentos das igrejas do primeiro mundo. [...] A consequência foi o estreitamento das relações entre o CMI e grupo de pastores e leigos do CEI.²⁵³

Através do CEI, uma entidade desvinculada de qualquer igreja protestante, aquele grupo de progressistas expurgado da Confederação Evangélica do Brasil e mesmo da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB), continuava então a receber incentivo e apoio do Conselho Mundial de Igrejas ao longo dos anos 1960. Isso se devia, em parte, à percepção das lideranças do Conselho no sentido de que muitas igrejas, enquanto instituições fortemente hierarquizadas e tão profundamente marcadas pelos traços conservadores do protestantismo, não se abririam às ideias ecumênicas e aos pressupostos de um “cristianismo libertador”, conforme ele incentivava desde os anos 1950 e especialmente no contexto da realização Conferência do Nordeste, em 1962. Nesse sentido, recorda-se em 1991, um dos pioneiros do ecumenismo protagonizado pelo CEI, o pastor Joaquim Beato, outro “discípulo” de Richard Shaull:

[...] Um elemento marcante, um divisor de águas, no movimento ecumênico foi quando o CMI desistiu de trabalhar através das denominações organizadas e passou a trabalhar com grupos independentes. A decisão, naquela época, foi importante porque o movimento ecumênico não teria se sustentado até hoje a não ser por esses grupos autônomos, que não eram formalmente parte da estrutura oficial das igrejas.²⁵⁴

Essas pistas deixadas por Beato são importantes para compreendermos diversos aspectos das redes ecumênicas subterrâneas que, durante todo o período de ditadura militar, alimentaram distintos esforços de oposição ou “resistência pacífica” contra o regime, oriundos de várias entidades da sociedade.

²⁵² ABUMANSUR, Edin Sued. op. cit., p. 51.

²⁵³ Ibid. p. 51.

²⁵⁴ Depoimento de Joaquim Beato, apud. Ibid., p. 52.

Cumpra assinalar que o contexto do nascimento e das primeiras atividades do CEI presenciava o crescente fechamento do regime militar brasileiro. O Ato Institucional nº I (AI-1), de 09 de abril de 1964, já havia dado ao governo golpista do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco o pretexto para uma verdadeira “operação limpeza”. Cassou mandatos e suspendeu direitos políticos de parlamentares e de outros cidadãos, demitiu funcionários públicos e militares considerados comunistas ou nacionalistas, fechou organizações da sociedade consideradas dessa mesma linha ideológica, fichou milhares de cidadãos nos chamados Inquéritos Policiais Militares (IPMs), dentre outros atos autoritários.²⁵⁵ Diversos nomes que militaram nas fileiras do movimento ecumênico protestante passaram pela experiência do enquadramento em IPMs, foram presos, outros torturados ou tiveram de fugir do Brasil. Alguns desses nomes foram: Waldo Cesar, Zwinglio Mota Dias, Rubem Alves, Anivaldo Padilha, Leonildo Silveira Campos, Rubem Cesar Fernandes, Jovelino Ramos, Lysâneas Maciel, dentre outros.

Em outubro de 1965, o regime já havia atingido a marca de 3535 atos punitivos de natureza semelhante aos exemplos citados.²⁵⁶ É por essas e outras que o termo “ditabranda” inventado para caracterizar esse contexto soa um tanto quanto inadequado.

Após a vitória da oposição em cinco dos onze estados em que aconteceram eleições diretas para governador em outubro de 1965, o regime resolveu apertar ainda mais o cerco contra as “vozes dissidentes”. Em grande medida, sob influência dos setores mais radicais das Forças Armadas, Castelo Branco resolve outorgar o Ato Institucional nº 2, em 27 de outubro. A partir daquele momento, estavam extintos todos os partidos políticos. Em substituição, foi estabelecido o sistema bipartidário, através do ato complementar nº 4, de novembro do mesmo ano. Assim, entre novembro e dezembro foram criados os dois partidos que sobreviveriam até o final dos anos 1970: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que passou a aglutinar os coniventes e apoiadores do regime e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), constituído pelos que sobreviveram ao esfacelamento do antigo sistema partidário. O primeiro caracterizar-se-ia como o partido do governo e, o segundo, o da chamada “oposição consentida.” Além dessas limitações, o AI-2 estabelecia eleições indiretas para a presidência da República, transferindo para a esfera militar o julgamento de civis acusados de incorrerem em crimes contra a Segurança Nacional e outorgando ao presidente o poder de cassar direitos políticos de modo indiscriminado, além de poder decretar o estado de

²⁵⁵ COLEÇÃO 100 ANOS DE REPÚBLICA: *Um retrato Ilustrado da História do Brasil*. (1974-1981). vol. VII, São Paulo: Nova Cultural. 1989. p. 53.

²⁵⁶ Ibid., p. 7.

sítio se assim considerasse necessário.²⁵⁷ Era diante desse cenário ditatorial, em que o diálogo não estava sob cogitação, em que as liberdades individuais e coletivas ficavam cada vez mais comprometidas, que os integrantes do CEI tentariam levar adiante sua proposta de um “cristianismo encarnado”, de envolvimento com a realidade em articulação com o Conselho Mundial de Igrejas e outras entidades do movimento ecumênico mundial.

Conforme tentaremos demonstrar, um dos principais traços identitários dos indivíduos ligados ao CEI e ao movimento ecumênico em geral era o posicionamento político crítico em relação ao regime militar do Brasil e daqueles que se abateram sobre o chamado Cone Sul da América Latina.²⁵⁸ Desse modo, na avaliação de José Ricardo Ramalho, o movimento ecumênico internacional, ao qual ligavam-se os integrantes do CEDI e muitos outros indivíduos e instituições das quais ainda falaremos, “tornou-se um instrumento de contestação política e de atuação entre os perseguidos políticos – trabalhadores, intelectuais, populações inteiras marginalizadas pelas políticas econômicas e pela repressão policial e militar.”²⁵⁹

Um dos principais líderes do movimento ecumênico latino-americano, o teólogo metodista uruguaio Julio de Santa Ana, ele mesmo uma figura central na articulação do movimento ecumênico especialmente na América Latina, sintetiza essa característica:

Todas as pessoas envolvidas com o Movimento Ecumênico, e que formavam uma comunidade, se posicionaram contra o Estado de Segurança Nacional. Isso quer dizer que a formação da comunidade ecumênica era, também, um ato de defesa. Era defender a vida, era uma necessidade de sobrevivência. A maioria das igrejas até saudou o Estado de Segurança Nacional. Com o golpe militar, muitas lideranças das igrejas aproveitaram para barrar o Movimento Ecumênico.²⁶⁰

Nesse ponto, começamos a compreender as raízes da suspeição e preocupação dos agentes de órgãos de informações e de segurança da ditadura com relação ao movimento ecumênico. A dimensão política de oposição desse tipo de “espiritualidade encarnada” que revestia atividades ante o *status quo* sustentado pela ditadura militar, das quais falaremos adiante, sinaliza que a recepção da sua mensagem ecumênica entre os militares não poderia ser das melhores. É que, conforme discutimos no início, os indivíduos portadores dessa concepção de “espiritualidade encarnada”, levam “a sério a prefiguração do reino a ser construído desde aqui em baixo” e, portanto, são impulsionados para o engajamento

²⁵⁷ COLEÇÃO 100 ANOS DE REPÚBLICA, op. cit., p. 7.

²⁵⁸ Especificamente refere-se das ditaduras dos seguintes países: Paraguai, Argentina, Bolívia, Uruguai e Chile.

²⁵⁹ RAMALHO, José Ricardo. “Uma história para ser contada”. In: RAMALHO, José Ricardo (org.). *Uma presença no tempo: A vida de Jether Ramalho*. Rio de Janeiro: Oikos editora, 2010. p. 10-11.

²⁶⁰ Depoimento de Julio de Santa Ana, apud. ABUMANSSUR, Edin Sued. *A tribo ecumênica: um estudo sobre o ecumenismo nos anos 60 e 70*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). PUC-SP, 1991. mimeo. p. 62.

sociopolítico que, segundo crêem, contribuirá para a concretização da pretendida transformação da sociedade. Conforme veremos, as interpretações e representações acerca de tais iniciativas dos ecumênicos nos documentos da ditadura davam conta de um movimento profundamente influenciado ou mesmo “infiltrados” pelos valores “esquerdistas”, “comunistas”, “marxistas”, etc. Assim, com seu “ecumenismo político”²⁶¹, para usar o conceito de Abumanssur, os protestantes progressistas angariavam a reação não só dos setores conservadores das denominações cristãs como também criaram problemas e atraíram as atenções dos agentes dos órgãos de repressão, conforme veremos. Os integrantes do grupo perceberam que seria importante criar um veículo de divulgação de suas ideias. Foi, então, que se concebeu a ideia do *Boletim CEI*.²⁶² Pouco a pouco o grupo foi aprimorando o projeto editorial, aumentando o número de assinantes e alcançando um nível de reflexão mais aprofundado. Ainda no princípio começou a receber a colaboração de católicos e, assim, mudou o nome da organização para Centro Ecumênico de Informação, mantendo a sigla CEI.²⁶³ Adiante veremos em detalhe como o grupo começou a se organizar, mas adiantaremos alguns elementos.

Em um segundo momento, organizaram uma editora e começaram a sair daquela situação de semiclandestinidade, alugando um espaço em que passaram a funcionar com o nome “Editora Tempo e Presença”, em maio de 1968, em escritório comercial em Copacabana, na cidade do Rio de Janeiro.²⁶⁴ O CEDI, propriamente dito, surgiu em 1974, denotando um nível mais elaborado de institucionalização, conforme descreve Jether Ramalho.²⁶⁵ Segundo ele, havia algo fundamental naquele momento que dizia respeito ao tipo de inserção social que o grupo adotaria:

O CEDI surgiu como uma proposta ecumênica ampla, desenvolvida a partir das exigências, necessidades e interesses dos movimentos populares, com atividades prioritárias na interseção entre duas práticas sociais consideradas estratégicas: a eclesial e a dos movimentos populares.²⁶⁶

Para aqueles indivíduos que começaram a articular esforços desde 1965, essa nova forma institucional tinha, assim, uma significação especial e, ao mesmo tempo, prenhe de expectativas, conforme especifica Jether:

²⁶¹ ABUMANSSUR, Edin Sued, op. cit., p. 60.

²⁶² RAMALHO, Jether. Quebra-se o vaso, nascem novas plantas. *Tempo e Presença*, Rio de Janeiro, n. 273, p. 28-31, jan./fev. 1994. p. 39.

²⁶³ Ibid., p. 29.

²⁶⁴ Ibid.

²⁶⁵ Ibid., p. 30.

²⁶⁶ Ibid.

Manter-se na tensão dialética entre instituição e movimento, situação difícil, ao mesmo tempo criativa, foi um sinal permanente no grupo. Concordou-se, nesse ocasião, em manter, como elemento essencial para a vida do grupo, o espírito de comunidade, convivendo com a nova forma institucional que se estava estabelecendo. Reafirmaram-se os referenciais originários do grupo: intenção teológica baseada nos compromissos pela justiça, dignidade de vida e pela paz; e a construção de uma sociedade democrática, privilegiando a participação popular em todos os níveis sociais. Uma perspectiva ecumênica abrangente e iniciativa era o carisma marcante do grupo. A sede do CEDI passou a ser uma casa do Colégio Sion, no Rio de Janeiro.²⁶⁷

Conforme detalhou Jether, o CEDI passou por várias fases diferentes sob distintas abordagens, mas inicialmente as atividades giravam em torno de basicamente de três campos de atuação: “documentação, publicações e assessoria.”²⁶⁸ E é a área de publicação, notadamente a revista *Tempo e Presença*, que mais nos interessa, em função do quanto ela foi investigada e destrinchada pelos os agentes da ditadura em seus documentos.

Paulo Roberto Garcia²⁶⁹ realizou minuciosa pesquisa sobre o conteúdo das revistas *Tempo e Presença*, elencando um extensíssimo leque de assuntos veiculados ao longo de 20 anos. Os principais temas que movimentaram os debates nacionais figuraram na revista através de artigos de renomados intelectuais, com ênfase forte na interpretação da conjuntura de época sempre a partir de uma ótica crítica. Seria interessante verificar a recepção da revista entre indivíduos dos setores de base das igrejas e dos movimentos populares. Apenas a título de exemplo, tivemos acesso a uma coleção de revistas que foi utilizada e arquivada por um grupo de freiras que atuou durante anos na cidade de Volta Redonda. As revistas, segundo me informou um amigo católico que me cedeu-as para a pesquisa, eram o principal meio de informação para o trabalho de reflexão daquelas mulheres envolvidas com ações sociais junto às bases da Igreja Católica, entre os anos 1970 e 1990. Esse mesmo tipo de aplicação da *Tempo e Presença* era feito por pessoas de diversas partes do Brasil e até do exterior, o que sabemos através das cartas que eram publicadas em todos os seus números e da documentação da “comunidade de informações”.

Certamente sua influência em termos de informação crítica, leitura da realidade e formação política deve ter sido muito significativa, atingindo vários extratos sociais. Essa situação serve de amostra de um movimento muito mais amplo que alcançava grupos de

²⁶⁷ RAMALHO, Jether, op. cit., p. 30.

²⁶⁸ Ibid.

²⁶⁹ GARCIA, Paulo Roberto Salles. *A história e a importância da revista “Tempo e Presença” no movimento ecumênico e na sociedade brasileira*. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

reflexão em todo o país, conforme corrobora o testemunho a seguir sobre a *Tempo e Presença*. “Milhares de revistas sempre chegavam para um público, principalmente engajado, em trabalhos de base e comunidades religiosas e também em sindicatos e organizações populares”²⁷⁰, relembra José Ricardo Ramalho. Um dos principais resultados desse trabalho certamente foi o de contribuir para o processo de organização e fortalecimento de variados “movimentos populares” que, de baixo para cima, pretendiam ocupar um lugar na tarefa de construção da uma nova sociedade que emergia do período ditatorial.

Conforme vimos, com o passar do tempo, além da edição de publicações, o CEDI foi incorporando intelectuais especialmente sociólogos, com vínculo religioso ou não, em um ecumenismo mais amplo, passando a desenvolver diferentes linhas de trabalho. O grupo assumiu atividades de assessoria e produção de pesquisas junto a movimentos sociais e setores subalternos da sociedade.

Nessa fase, o CEDI adotou, segundo Jether Ramalho, uma forma de trabalho diferente, baseada no desenvolvimento de diferentes programas, entre outros: “Assessoria à Pastoral; Povos indígenas no Brasil; Educação e Escolarização Popular; Movimento Camponês e Igrejas; e Memória e acompanhamento do Movimento Operário.”²⁷¹ Depois da expansão das atividades do CEDI e a criação do seu escritório e núcleo em São Paulo é que se adotou esta forma de trabalho baseada em programas, a qual visava, “aprofundar a acumulação da experiência obtida nos primeiros anos” e “viabilizar a formação de equipes de trabalho mais consistentes, com calendários próprios e que não ficassem ao sabor de eventuais demandas.”²⁷² Havia ainda aquela preocupação de “combinar as perspectivas teológicas e políticas com a capacitação científica de assessores”. Entretanto, tratava-se de uma combinação que trazia consigo um desafio: “não perder o sentido militante do grupo, mas não descuidar da capacidade e da qualidade de trabalho.”²⁷³

Essas foram, segundo Jether, as linhas gerais que nortearam o desenvolvimento do trabalho dos integrantes do CEDI. Todavia, não é tarefa das mais fáceis quantificar ou avaliar com precisão o nível dessa influência exercida pelas publicações, assessorias e cursos de formação ministrados por integrantes do CEDI. Em sintonia com as informações fornecidas por Jether Ramalho, Agemir de Carvalho Dias assinalou que as iniciativas CEI/CEDI se

²⁷⁰ RAMALHO, José Ricardo. “Uma história para ser contada”. In: RAMALHO, José Ricardo (org.). *Uma presença no tempo: A vida de Jether Ramalho*. Rio de Janeiro: Oikos editora, 2010. p. 10.

²⁷¹ RAMALHO, Jether. Quebra-se o vaso, nascem novas plantas. *Tempo e Presença*, Rio de Janeiro, n. 273, pp. 28-31, jan./fev. 1994. p. 31.

²⁷² Ibid.

²⁷³ Ibid.

articulavam em torno de três eixos principais. O primeiro deles era o da “organização dos pobres (e excluídos)”, assinalando que a categoria “pobre” era compreendida através da perspectiva e das concepções teológicas da libertação. Assim, trata-se daquele sujeito que, a partir da tomada de consciência de sua situação de opressão, passa a lutar para romper com as condições que o aprisionam. Em estreita associação com essa proposta, os demais eixos seriam a “educação popular crítica” e o esforço pelo “estabelecimento de uma rede que reunisse Igreja, intelectuais e movimentos sociais.”²⁷⁴

Para cumprir tal conteúdo programático, os religiosos e intelectuais que se aglutinaram na entidade realizavam diversas atividades, entre as quais destacamos as seguintes: assessoria a setores dos movimentos populares e outros movimentos sociais, divulgação de informações com vistas a fomentar um trabalho de conscientização sobre as precárias condições socioeconômicas das populações subalternas, denúncia de injustiças sociais provocadas pela estrutura capitalista sustentada pelos militares e dos abusos contra os direitos humanos, etc.

Mais adiante nos ocuparemos da análise dos documentos dos órgãos de repressão da ditadura para verificar como tais atividades desses cristãos ecumênicos foram recepcionadas pelos agentes estatais responsáveis por monitorar setores da sociedade considerados como ameaça sob o ponto de vista da necessidade da manutenção da ordem e da “segurança nacional”. Verificaremos que o posicionamento crítico em relação às diretrizes autoritárias do regime militar será o elemento fundamental para que todo seu trabalho seja classificado sob o signo do “comunismo”, “esquerdismo”, “marxismo” e outras categorias análogas.

Cumpramos assinalar que as ações empreendidas pelo CEI/CEDI se deram sob uma perspectiva histórico-crítica de oposição ao regime militar e, como tal, chamou a atenção dos órgãos do Sistema Nacional de Informações (SISNI), sobretudo suas publicações. Seu trabalho insere-se, assim, nesse contexto mais amplo do movimento ecumênico, pretendendo influir no processo de construção de uma nova sociedade em lugar daquela permitida pelo regime dos militares no poder desde 1964. Conforme aventamos, as diferentes linhas de trabalho ao longo dos anos 1970 e 1980, sobretudo, articulavam-se em torno de ações que pretendiam fomentar e fortalecer setores do movimento social (movimento sindical, trabalhadores rurais, indígenas, educação popular, etc.) com vistas à irrupção de um modelo de democracia que possibilitasse maior participação popular, distribuição de renda, igualdade social e oportunidade de emprego digno a todos. Assim, o horizonte vislumbrado não era o

²⁷⁴ DIAS, Agemir de Carvalho. *O Movimento Ecumênico no Brasil (1954-1994), a serviço da igreja e dos movimentos populares*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

retorno ao modelo de democracia do contexto anterior ao golpe, mas de uma nova organização social, em que vigorasse a chamada “justiça social.”

Essa perspectiva de atuação e inserção social dos protestantes ecumênicos, calcada em uma visão de mundo que se alimentava de uma leitura crítica da realidade, influenciada por noções e ferramentas de análise social oriundas do marxismo e da Teologia da Libertação, inevitavelmente se chocaria com os pressupostos intelectuais e as diretrizes autoritárias inspiradas na Doutrina de Segurança Nacional dos agentes dos órgãos de informações e de repressão do regime.

Pastores e leigos “esquerdistas”, “comunistas” e “subversivos”

Conforme discutimos no capítulo primeiro, um dos grandes objetivos dos militares ao estruturar um Sistema Nacional de Informações (SISNI) era o de controlar setores da sociedade portadores de algum grau de capacidade para promover mobilização e pressão social anti-governo. Para alcançar os objetivos de estabilizar a economia e garantir o ingresso de capitais estrangeiros, foi colocada em prática uma política fiscal recessiva, contendo gastos públicos e fomentando o arrocho salarial, “intensificando a exploração do trabalho e a própria concentração das empresas e do capital.”²⁷⁵ Tratava-se, assim, da adequação às diretrizes do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da política externa dos EUA para a América Latina. Nessa perspectiva, os movimentos sindicais, bem como os demais movimentos oposicionistas críticos, deveriam ser contidos já que as greves estorvariam os interesses acumulativos do capital nacional e estrangeiro instalado no Brasil. E conforme tão bem demonstrou René Dreifuss, a enorme mobilização no campo e nas cidades em busca da ampliação de direitos foi um dos elementos que acelerou ainda mais a conspiração golpista desses setores contra Goulart às vésperas do golpe. Assim, neste ponto residia uma das principais dificuldades encontradas pelo governo João Goulart: conseguir conter as greves e ao mesmo tempo agradar os representantes do capital nacional e multinacional associado em sua incessante busca de aumento das taxas de lucratividade.²⁷⁶

Os pastores e leigos pioneiros do CEI, que depois receberam o reforço de católicos no pós-Medellín, estavam muito atualizados nessas questões referentes ao capitalismo brasileiro desde os anos do presidente Juscelino Kubitschek, e, especialmente, naquele contexto

²⁷⁵ MENDONÇA, Sonia Regina; FONTES, Virginia Maria. *História do Brasil Recente (1964-1992)*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2004. p. 22.

²⁷⁶ Cf. DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981.

efervescente que antecedeu ao golpe, também engrossaram o coro dos que propugnavam pelas “reformas de base”. Um dos pastores que tentavam chamar a atenção dos cristãos de sua denominação para os problemas vivenciados dentro e fora da igreja era Domício Pereira de Mattos que, em função de suas posições críticas em relação ao novo regime pós-1964, foi vigiado pelos agentes da repressão e figurou em seus documentos, conforme veremos.

Jether Ramalho, na época um leigo congregacional, recorda-se do apoio que o pastor emprestou, sendo ele mesmo um dos integrantes da entidade formada logo após o golpe e que, por volta de 1966, contava com cerca de vinte pessoas, entre leigos e pastores, quando começaram a imprimir o *Boletim CEI*:

Quando saímos da Confederação Evangélica do Brasil, o grupo ficou sem apoio institucional. A instituição nos dava uma força enorme, viajávamos, fazíamos conferências, contatos e reuniões com diversos tipos de pessoas. A saída nos deixou sem suporte porque as nossas igrejas ficaram muito receosas da questão política e tomaram atitudes bastante semelhantes às do governo. Por exemplo, nos seminários evangélicos, um grupo grande foi excluído por causa de posições políticas. Resolvemos então que não podíamos ficar isolados e que precisávamos manter um grupo de reflexão. Foi nesse contexto que criamos o Centro Evangélico de Informações (CEI), em 1964/65. Os católicos ainda não faziam parte do grupo. Passamos a nos reunir toda segunda-feira, na igreja do reverendo Domício Pereira de Mattos, na Praia de Botafogo, 430. Ele nos deu cobertura total. Fazíamos análise da realidade e dos acontecimentos no campo internacional, acompanhávamos as ações do Conselho Mundial de Igrejas. Após algumas reuniões resolvemos dar mais publicidade ao que estávamos fazendo, ter coragem de botar a cara na rua. Então, decidimos fazer uma releitura política dos acontecimentos que saíam na imprensa. Criamos o *Boletim CEI*. Fizemos uma relação de pessoas do Brasil para enviar o boletim, que passou a ser impresso... Era um perigo. Isso foi em 1966.²⁷⁷

Convém esclarecer que os nomes de indivíduos do movimento ecumênico que aparecerão neste trabalho não constituem uma lista completa de todos aqueles religiosos progressistas que foram expurgados de suas igrejas ou da CEB. Nem mesmo é nossa intenção apresentar “a história” do CEI e do CEDI. Se assim fosse, outros nomes poderiam ser citados como protagonistas dessa história do CEDI, caso tivéssemos, durante o tempo de que dispúnhamos, conseguido localizar seus nomes nos arquivos da polícia política do Rio de Janeiro. Nosso texto focará no grupo de pioneiros devido à sua representatividade de um universo mais amplo de ações empreendidas pelo CEI/CEDI e, também, em função da maior facilidade da localização nos arquivos dos órgãos de repressão de documentos dando conta de seu ativismo.

²⁷⁷ RAMALHO, José Ricardo. “Uma história para ser contada”. In: RAMALHO, José Ricardo (org.). *Uma presença no tempo: A vida de Jether Ramalho*. Rio de Janeiro: Oikos editora, 2010. p. 39.

Portanto, nosso alvo se limita em evidenciar apenas alguns aspectos desse ativismo. Dizemos isso porque ao longo da história do organismo ecumênico, isto é de 1965 a 1994²⁷⁸, diversos religiosos e intelectuais de origem protestante e católica, além de cooperadores que não possuíam vínculo com igrejas ou com outra religião, fizeram parte da entidade ou contribuíram com artigos e outras tarefas. Por isso que afirmamos que muitos outros nomes poderiam figurar como protagonistas na narrativa sobre as ações do CEDI. Isso significa que o campo está aberto a outras pesquisas, com distintas abordagens, que venham a contribuir para o alargamento do nosso entendimento sobre a entidade, em particular, e sobre o movimento ecumênico, em geral.

Além dos nomes que aparecerão ao longo do trabalho, a análise de diversos números dos periódicos do CEDI, especialmente a *Tempo e Presença*, nos permite mencionar os seguinte participantes, com distintas funções e pesos no trabalho cotidiano da entidade ou na edição da revista: Rubem Alves, José Oscar Beozzo, Aloísio Mercadante Oliva²⁷⁹, José Ricardo Ramalho, Paulo Botas, Nilde Balcão, Neide Esterci, Sérgio Hadad, Vera Ribeiro, Claudius Ceccon, Carlos Mesters, Anita Slade, Letícia Cotrim, Carlos Cunha, Elter Dias Maciel, Edin Sued Abumanssur, Regina Novaes, Beto Ricardo, Diana Cunha, Heloísa de Souza Martins, Leonardo Boff, Carlos Brandão, dentre outros. Intelectuais de diferentes formações militaram no CEDI, incluindo sociólogos, jornalistas, antropólogos, cientistas políticos, economistas, etc. engajados nas distintas atividades de pesquisa, formação e publicação desenvolvidas ao longo dos anos 1970 e 1980 junto aos movimentos sociais.

Nesse sentido é importante assinalar que outra geração de intelectuais que foi se incorporando na instituição, contribuiu para um aprimoramento da produção intelectual da época, sobretudo no tocante a uma nova percepção acerca da natureza da classe trabalhadora brasileira. Inspirados nos trabalhos de E. P. Thompson, esses intelectuais, entre os quais se

²⁷⁸ Em 1994, o CEDI deixou de existir como instituição, dividindo-se em quatro organizações independentes, cada uma com um tipo de inserção na sociedade: O Koinonia, mais conhecido hoje como Koinonia-Presença Ecumênica e Serviço, que basicamente é o herdeiro mais direto da forma mais antiga de atuar do grupo-comunidade do CEDI e continua editando em formato digital a revista *Tempo e Presença* (cf. <<http://www.koinonia.org.br/comunicacao-periodicos.asp>>. Acesso em: 10 jan. 2014.), o Instituto Sócio Ambiental (ISA), o Ação Educativa, e o Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Sociedade (GETS), que, segundo o professor José Ricardo Ramalho (informação verbal, em 28 mar. 2014), durou cerca de seis meses, pois a maioria de seus integrantes achava-se envolvida com outras atividades de docência e pesquisa em Universidades. O fim do CEDI foi tema de muitos artigos em várias edições da *Tempo e Presença* ao longo de 1994, escritos por diversos protagonistas de sua história. De modo geral, o momento foi descrito como uma multiplicação. Uma instituição morria, mas trazia à vida outras quatro. Entretanto, pode-se perceber que nem todos os membros estavam tão confiantes no que viria depois. Cf. *Tempo e Presença*, Rio de Janeiro, 1994, n.ºs 274, 275, 276, 277, 278, entre outros.

²⁷⁹ Eleito Senador pelo Partido dos Trabalhadores (PT), por São Paulo, ocupou o cargo de ministro da Educação no governo da presidente Dilma Rousseff e, atualmente, é seu ministro-chefe da Casa Civil.

incluíam nomes que mais tarde ocupariam posição de destaque no universo da produção acadêmica nacional, almejavam contribuir na formação política dos trabalhadores, no sentido de propiciar maneiras de fortalecimento da “consciência de classe” dos mesmos.²⁸⁰ Nesse sentido, o papel de tais sujeitos históricos que se tornaram membros do CEDI ou publicaram na *Tempo e Presença* pode ser apreendido a partir da noção gramsciana de “intelectuais orgânicos”, que, com seu engajamento, pretendem influenciar, interferir no curso dos acontecimentos de seu tempo.

Contudo, reafirmamos que nosso propósito também não é analisar todos os desdobramentos do trabalho dessa entidade ecumênica, pois acreditamos que essa empreitada só poderia ser realizada através da contribuição de um número maior de pesquisas devido, sobretudo, ao enorme volume de fontes produzidas e ações concretas realizadas ao longo dos anos pela equipe do CEDI. Diante do que foi dito sobre o CEI/CEDI sugerimos que alguns aspectos de sua militância podem ser apreendidos pelo conceito de “imprensa engajada” de Aline Coutrot, segundo o qual uma das suas características é que se tratam de “órgãos militantes que querem fazer a mensagem cristã penetrar nas realidades do mundo contemporâneo: mantêm estreitas relações com seus leitores, que às vezes constituem verdadeiros movimentos, redes de difusores benévolos e que se reúnem em congressos.”²⁸¹

Seguindo ainda a intuição do conceito de “imprensa engajada” expresso por Coutrot, poderíamos atribuir também ao CEDI alguns objetivos que ela verificou em algumas publicações católicas da França: “remediar as injustiças da sociedade capitalista e tomar parte nos grandes debates de seu tempo.”²⁸² Em consonância com aquela perspectiva apoiada em Sirinelli, de que o grupo pioneiro se estruturou a partir da referência a um evento fundador, Coutrot observa que o “nascimento de uma publicação é sinal da estruturação de uma corrente de opinião”, o que se aplica à trajetória do grupo que criou o *Boletim CEI* e, depois, a revista *Tempo e Presença*, cujos principais traços identitários poderiam ser assim sintetizados: rechaçados da CEB após a Conferência do Nordeste, perseguidos pela ditadura e por dirigentes eclesiásticos do protestantismo, defensores dos ideais de unidade e de ecumenismo, alicerçados em uma “espiritualidade da encarnação” e decididos a intervir na sociedade com

²⁸⁰ Para a importância da contribuição dos intelectuais ligados ao CEDI para a renovação do campo intelectual, na pesquisa e na assessoria aos movimentos sociais, especialmente o sindical, cf. PERRUSO, Marcos Antônio. Em busca do “novo”: movimentos sociais no pensamento social brasileiro dos anos 1979/80. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 37, 2010.

²⁸¹ COUTROT, Aline. “Religião e política”. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV. 1996. p. 348.

²⁸² Ibid. p. 349.

vistas a criar condições para a sua transformação “de baixo para cima”, daí a ênfase no trabalho de organização dos setores populares.

Conforme já vimos em alguns depoimentos de membros do CEDI, a perspectiva de influenciar as igrejas e a sociedade foi um dos objetivos de terem criado um veículo de comunicação. A partir dessa atividade inicial de se comunicar, várias outras viriam depois, orientadas pela busca pelo envolvimento direto com a organização de setores populares. Tudo isso, como já temos sugerido, pautado por aquele “modelo cristocêntrico” de engajamento e inserção social. Em função desse tipo de perfil em uma época de ditadura, a missão que tinham diante de si não era das mais fáceis.

Vejamos em diante, então, como se deu a percepção dos agentes do Estado em relação a alguns indivíduos do CEI/CEDI. De forma introdutória, a título de exemplo da problemática que ora nos ocupará, apresentamos um documento de “pedido de busca”, expedido pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), acerca de um pastor metodista supostamente defensor do “uso de armas”:

1. DADOS CONHECIDOS

- a. O nominado é diretor do Instituto Metodista de São Paulo.
- d. Defende o uso de armas para interferir nos processos sociais das comunidades.
- c. Tem ligações com o Pastor Paulo Ayres Mattos (professor, em 1972, do Colégio Benett).

2. DADOS SOLICITADOS

- O que constar sobre os nominados (inclusive os dados de qualificação).²⁸³

O bispo metodista Paulo Ayres Mattos é apontado no mesmo documento como quem mantém ligações com um suposto defensor da luta armada. E o religioso é um dos personagens integrantes do CEI/CEDI, do Rio de Janeiro, e do movimento ecumênico que, ao longo de todo o regime militar, despertou a atenção e provocou a vigilância feita por vários órgãos da “comunidade de informações”.

No caso de Ayres Mattos, sabemos que ele foi alvo de diversas investigações e seu nome aparece em várias pastas da documentação das polícias políticas do Rio de Janeiro (DOPS e DGIE), sendo descrito em tal documentação de formas variadas, conforme veremos. Além da preocupação dos agentes com seu trabalho no CEDI, pesava sobre ele a suspeita de ser portador de perfil crítico, supostamente um “esquerdista” com potencial influência para “contaminar” alunos e professores do Instituto Bennet, conceituada instituição de ensino metodista do Rio de Janeiro.

²⁸³ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundo das Polícias Políticas, Setor Secreto, pasta 154, 18 nov. 1975. fls. 150.

Adiantaremos a cronologia de nossa análise até o ano de 1979, quando começou efetivamente a ser publicada a revista *Tempo e Presença*, apenas para exemplificar um dos motivos pelos quais Paulo Ayres Matos e seus companheiros do CEI/CEDI foram monitorados e descritos nos papéis dos órgãos de informações e de segurança do regime militar. Em documento de março daquele ano, intitulado “Centro Ecumênico de Documentação e Informação”, apontando ligações entre o CEDI e a Arquidiocese de São Paulo, liderada pelo cardeal-arcebispo D. Paulo Evaristo Arns, o Departamento Especial de Investigações Especiais (DGIE), outrora polícia política do Rio de Janeiro, levantou a ficha de toda diretoria do organismo ecumênico.

A investigação havia sido motivada, sobretudo, após os agentes tomarem conhecimento de que *O São Paulo*, o jornal oficial da citada Arquidiocese, de 27 de janeiro a 02 de fevereiro de 1979, começara a publicar trechos de um documento de 38 páginas produzido pelo CEDI. A matéria, segundo informa o documento do DGIE, prometia continuar divulgando, nas próximas edições, outras partes do estudo produzido pelos membros da entidade, o qual trazia o seguinte título: “Na história do Brasil, 10 anos de repressão à Igreja (II)”.

Tratava-se de uma pesquisa aprofundada realizada por membros pesquisadores do CEDI, cobrindo os anos de 1968 a 1978, contendo informações sobre dezenas de casos de ameaças de morte, sequestros, torturas, prisões e mortes contra membros da “Igreja do Brasil”. O estudo, que fora encomendado pela Igreja Católica de São Paulo e causara significativo impacto sobre a chamada “opinião pública” nacional, é um bom exemplo da estratégia de inserção social daquele grupo de protestantes progressistas e ecumênicos que havia sido alijado de suas funções pelos setores conservadores das igrejas protestantes.

Um trecho da pesquisa, parte da qual foi anexada pelo DGIE através de um exemplar de *O São Paulo*, serve para demonstrar a perspectiva analítica crítica da entidade ecumênica:

As práticas de torturas são bastante conhecidas e não seria o caso de relatá-las aqui. Observamos apenas que, nos registros que temos, o conceito de tortura abrange desde pressões psicológicas leves e intimidações, até agressões físicas, sevícias e pressões psicológicas violentas, passando por assinatura de documentos falsos, ameaça de morte ou de tortura física, e interrogatórios sob pressão de qualquer espécie, incomunicabilidade, e uso de instrumento como choques elétricos, ‘paus de arara’, ‘quarto da onça’ e outros. (...) Há depoimentos minuciosos em SEDOC e nos arquivos da CNBB. Para ilustração vale citar o Pe. Lourenço Rosenbaugh e o Pastor Menonita Tomás Capuano detidos em Recife em 1977: “Eu não queria que o fato de nossa prisão e as privações e sevícias sofridas por nós fosse objeto de atenção neste caso, antes a crueldade e degradação humana as quais estão sofrendo os presos ainda mantidos ali... realmente as condições precárias, ausência dos direitos humanos mais

básicos, e a brutalidade policial na Delegacia de Roubos e Furtos pareciam-me iguais às da época colonial” (SEDOC, DEZEMBRO DE 1977).²⁸⁴

Esse episódio, além de ilustrar um aspecto do trabalho realizado pelos integrantes do CEDI, criado formalmente em 1974, mas que desde os anos de 1965, quando seu antecessor, o CEI, já ensaiava algumas pesquisas com tal perfil, aponta para a ligação ecumênica com setores da Igreja Católica de São Paulo. Em momento oportuno exploraremos articulações do CEDI com outros setores do movimento ecumênico envolvidos com ações de oposição à ditadura militar no Brasil e no exterior. Mas desde já fica assinalado que um dos papéis do CEDI era o de municiar diferentes organizações das igrejas em sua denúncia contra as arbitrariedades do regime militar.

O exemplo do tipo de ativismo do pastor nos ajudará a compreender os motivos que levaram alguns órgãos estatais a se interessarem pelo monitoramento de indivíduos ligados ao movimento ecumênico, especialmente os integrantes do CEI/CEDI, produzindo, por conseguinte, as mais variadas qualificações e representações em muitos documentos sigilosos que circulavam pelas malhas dos serviços de informações. Em documento produzido pelo Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE), de 1978, que analisava o *Boletim CEI*, Domício P. de Mattos, diretor da entidade aparece como tendo “registros desabonadores no CIE”²⁸⁵, um dos principais órgãos de repressão da ditadura militar.

A expressão “registros desabonadores” é comum em documentos da “comunidade de informações”, bastando para isso a pessoa ter emitido, por qualquer veículo, opinião contrária ao regime. Verifica-se, neste caso, a costumeira troca de informações entre os órgãos repressivos: O DGIE buscou mais dados sobre o pastor presbiteriano em outros órgãos aparentemente mais capacitados no que diz respeito à produção de informações e operações de repressão: o Centro de Informações de Exército (CIE) e o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR). Assim, surge um documento datado de 1965, exatamente o ano em que o CEI foi criado, revelando aspectos interessantes da leitura que os agentes faziam das ações do pastor e do CEI:

(...) era Pastor da Igreja Presbiteriana da Praia de Botafogo (...). É o mentor, fundador e um dos diretores do CEI/ (Centro Evangélico de Informação), organizado após a Revolução. Distribui o Boletim CEI de inspiração comunista, ainda que veladamente. (...) pertenceu, também antes da Revolução, a Diretoria da

²⁸⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundo das Polícias Políticas. Setor DGIE, pasta 247-b, 1979. fls. 50/51.

²⁸⁵ Ibid. fls. 54/55.

Confederação Evangélica do Brasil, onde sempre manteve acentuada atuação esquerdista.²⁸⁶

Trechos do excerto acima começam a nos esclarecer o porquê de o pastor possuir os tais “registros desabonadores”, isto é, por situar-se à esquerda do campo político de outrora, envolvido na publicação de um boletim supostamente de “inspiração comunista”. Na concepção do analista militar, tratava-se de um “esquerdista” egresso das fileiras da CEB, que, veladamente, buscava disseminar teses comunistas no seio do protestantismo. Outra observação que chama à atenção é que desde a chamada “revolução” já havia monitoramento direcionado ao setor progressista e ecumênico do protestantismo que, no período pré-golpe de 1964, engajara-se nas campanhas pelas “reformas de base”, especialmente após a realização da Conferência do Nordeste, em 1962.

A representação construída pelo agente ainda explicita a principal característica do *Boletim CEI*, segundo a concepção do analista do CENIMAR, isto é, tratava-se de uma publicação de “inspiração comunista, ainda que veladamente”. Na perspectiva dos ecumênicos, porém, a proposta era a de “despertar a consciência” política dos membros das igrejas para questões ligadas à realidade cada vez mais violenta e excludente que o novo modelo político e econômico imposto pelos militares no pós-golpe criara.

A seguir, a descrição contida no documento do CENIMAR sublinha a atuação do pastor naquele período de complexa efervescência sociopolítica e econômica no governo João Goulart, quando “foi um dos propagadores da Conferência do Nordeste realizada em 1962, em Recife, e de inspiração claramente comunista.” Isto é, em 1962, era uma ação clara, mas, agora, ela se dava de forma disfarçada, “velada”. Continua o analista, observando que ele “escrevia na revista para uso da Escola Dominical, lições eivadas de conceitos comunistas.”²⁸⁷ Asseverava, por fim, que ele era “elemento frustrado, porém bastante ativo nas lides esquerdistas. Autor do livro recentemente editado “A Posição Social da Igreja” em que ataca sua própria Igreja/Presbiteriana.”²⁸⁸

Outro documento mais recente, produzido pelo Serviço de Informações (SI) do Departamento de Polícia Federal (DPF-RJ), datado de 1981, traz ainda outros fatos referentes à trajetória de vida do pastor, os quais foram compilados de documentos originariamente produzidos pelo Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), conhecido

²⁸⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundo das Polícias Políticas. Setor DGIE, pasta 247-B, 13 fev. 1979. fls. 54/55.

²⁸⁷ Ibid.

²⁸⁸ Ibid.

órgão de repressão do regime. Segundo o informe, Domício de Matos havia sido “editor e redator do jornal ‘Brasil Presbiteriano’, órgão oficial da Igreja Presbiteriana do Brasil”, porém, havia sido “retirado deste cargo após a Revolução de 1964” e “durante seu exercício atribuiu ao jornal um caráter nitidamente derrotista, com ataques às autoridades e instituições da própria Igreja Presbiteriana, o que somente atendia aos interesses da corrente esquerdista da I.P.B.”²⁸⁹ Nesta construção, as críticas dirigidas pelo pastor às atitudes omissas de sua igreja em relação à participação dos cristãos na vida política e social do país foram avaliadas como postura “nitidamente derrotista”. Ela expressa também a comunhão de valores entre os agentes estatais dos órgãos de informações e de repressão e elementos conservadores de cúpulas de algumas igrejas protestantes e da CEB, conforme discutimos anteriormente. Explica, ainda, que Mattos fora afastado por força da “reação conservadora” desencadeada por integrantes da cúpula da IPB.

Não satisfeitos com os dados levantados, os agentes do DGIE recorreram ao serviço secreto do I Exército, do Rio de Janeiro, a chamada 2ª Seção, através da qual “descobriram”, pelo Pedido de Buscas (PB) nº141 de 1975, que o pastor Domício Matos estivera em “Juiz de Fora para participar do culto ecumênico realizado em 20/12/74, por ocasião da formatura dos Administradores de Empresa pela Fundação Educacional Machado Sobrinho”, no qual fora distribuído um “texto de cunho subversivo”²⁹⁰ aos participantes da cerimônia. Nessa interpretação militar, o comportamento político crítico do pastor e o perfil questionador da publicação do CEI em relação ao regime, caracterizada pela perspectiva da busca da transformação da sociedade, eram associados com a “pregação comunista ou socialista.”

Com efeito, o interesse dos militares pelas atividades dos ecumênicos e a forma negativa como trataram de caracterizá-los confere maior legitimidade à memória dos personagens que vivenciaram a época, a qual vem à tona em suas narrativas sobre a época. Entretanto, o engajamento dos ecumênicos na tarefa de “transformação da sociedade” se chocava com uma forma diferente de conceber o mundo. A visão de mundo dos agentes dos órgãos de repressão era formatada, por assim dizer, para considerar como “indesejada” ou “infiltrada” toda atividade que implicasse em crítica ao regime e ao governo. Afinal, precisavam estar “em guarda contra o perigo vermelho”, conforme Rodrigo Patto Sá Motta tão bem caracterizou esse tipo de percepção manifestada pelos militares.²⁹¹

²⁸⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundo das Polícias Políticas. Setor DGIE, pasta 306, cx. 1297, fls. 490, 1981.

²⁹⁰ Ibid.

²⁹¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva: Fapesp, 2002.

Nesse sentido, os protestantes ecumênicos do CEI/CEDI passaram a ser monitorados porque, na perspectiva dos agentes, sua atuação poderia suscitar uma espécie de “contaminação” ou “doutrinação” sobre aqueles setores do protestantismo considerados “puros” e mesmo de setores da opinião pública fora das igrejas contra as diretrizes do regime, caso tivessem acesso ao *Boletim CEI* e, posteriormente, à revista *Tempo e Presença*. Jether Ramalho recorda alguns episódios que nos ajudam a lançar luz sobre esse momento de insatisfação dos militares em relação a Domício de Mattos e ao CEI:

Ainda em 1965 duas importantes atividades marcaram a existência do grupo, ambas com o patrocínio do Movimento de Igreja e Sociedade na América Latina (ISAL): um estudo sobre “Migrações Internas na América Latina”, que teve a duração de três anos; e uma conferência com o tema “O Homem na transição rural-urbana”, que contou com 64 participantes, dos quais 41 protestantes, 18 católicos e 5 assessores. Outras iniciativas surgiram ainda em 1965, tais como a “1ª Conferência Evangélica de Ação Social” e o lançamento em programa especial de rádio, do livro “Posição Social da Igreja”, do Rev. Domício Mattos, diretor do CEI na época.²⁹²

A questão dos muitos milhões de pessoas que migraram do campo para as cidades, em busca de condições de vida e de trabalho mais dignas, algo que suscitou a pesquisa citada por Jether, foi brilhantemente abordada no artigo “Capitalismo tardio e sociabilidade moderna”²⁹³, constatando que, em trinta anos, 40% da população deixara o campo em direção às cidades. Segundo João Manuel Cardoso de Mello e Fernando Novais, sob a percepção dos protagonistas que vivenciaram os anos que vão de 1950 a 1980, a sensação era de que estavam diante de uma “sociedade em movimento”²⁹⁴, devido a tantas transformações, nas cidades e no campo, e ao assustador deslocamento desse contingente populacional de quase 40 milhões de pessoas.

É a partir e em torno dos muitos problemas sociais decorrentes dessas transformações que, desde antes da Conferência do Nordeste, de 1962, girava a reflexão de Jether, Domício e de muitos protestantes ecumênicos egressos da CEB, no sentido de tentar compreender essa realidade com vistas a criar mecanismos e articular esforços para, de alguma forma, contribuir para sua transformação. Essa questão era uma das que motivara as reflexões de Domício em seu livro citado, no sentido de provocar os cristãos de sua igreja a se envolverem com uma fé assim engajada.

²⁹² RAMALHO, Jether. Quebra-se o vaso, nascem novas plantas. *Tempo e Presença*, Rio de Janeiro, n. 273, pp. 28-31, jan./fev. 1994. p. 29.

²⁹³ MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando. “Capitalismo tardio e sociabilidade moderna”. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (org.). *História da Vida Privada no Brasil*, vol. 4. Contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 559-658.

²⁹⁴ Ibid., p. 584-585.

Outros ativistas do CEDI, oriundos do período de intensa inquietação política vivenciado no contexto pré-golpe através da Confederação Evangélica do Brasil (CEB) foram enquadrados em representações análogas às aquelas atribuídas ao pastor Domício Matos. Um deles foi Waldo Cesar, leigo presbiteriano, jornalista e sociólogo, um dos mais monitorados pelos agentes estatais, inclusive, vindo a ser preso mais tarde por conta de sua militância ecumênica. Aliás, cumpre registrar que, conforme destacou Agemir Dias, não era sem propósito que “dos principais articuladores do movimento ecumênico no Brasil, vários tinham formação em sociologia.”²⁹⁵ Isso respondia em grande medida à crença que muitos nutriam de que era necessário compreender a realidade para buscar transformá-la. Nesse sentido, e aqui residia um dos grandes motivos da perseguição oriunda dos agentes da repressão, há que se registrar que os ecumênicos se apoiavam em instrumentais teóricos de análise social execrados pelos agentes, conforme explicitou um trecho da revista *Tempo e Presença*: “A própria metodologia de análise da realidade, que o marxismo introduziu, mostrou-se eficiente e quase indispensável ao entendimento dos mecanismos do sistema capitalista e na formulação das pastorais.”²⁹⁶ Assim, os programas de assessoramento às pastorais católicas e protestantes, implementados pelo CEDI, nasciam desse olhar cristão norteador pelo instrumental teórico do marxismo. Disso decorriam, então, muitas críticas dos agentes da repressão contra os ecumênicos, acusando-os de fazer um trabalho de “doutrinação marxista” e coisas análogas, o que, evidentemente, não condizia com a realidade.

Documento produzido pela Divisão de Informações do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), do Rio de Janeiro, datado de 1969, identifica Waldo Cesar como “ex-secretário do Setor Igreja e Sociedade da CEB”²⁹⁷ e “representante da ISAL”²⁹⁸ no Brasil. Outros dados contidos no documento dão conta de que Waldo Cesar era “elemento pertencente a alta cúpula da ‘AÇÃO POPULAR’”, que viajara “em julho de 1966 para a Europa, onde demorou pouco tempo” e que era “Sócio cotista da ‘Editora Paz e Terra S/A.’” Na ocasião em que esse documento foi produzido, no pós AI-5 de 1968, havia intensa perseguição das forças segurança contra organizações de esquerda. Portanto, havia um risco

²⁹⁵ DIAS, Agemir de Carvalho. *O Movimento Ecumênico no Brasil (1954-1994)*, a serviço da igreja e dos movimentos populares. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007. p. 220.

²⁹⁶ Editorial. *Tempo e Presença*. Rio de Janeiro, n. 224, out. 1987. p. 3.

²⁹⁷ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundo das Polícias Políticas. Setor Secreto, pasta 49, fls. 172/183, cx 403. 1969.

²⁹⁸ ISAL é a sigla do organismo protestante “Igreja e Sociedade na América Latina”. Apoiado financeiramente pelo Conselho Mundial de Igrejas, desde seu nascedouro em 1961, ISAL aglutinava indivíduos de diversas Igrejas e desempenhava variadas atividades que, sob a ótica de órgãos de repressão brasileiros e latino-americanos, certamente eram consideradas “esquerdistas”, “comunistas” ou “subversivas.” Para informações sobre ISAL cf. BITTENCOURT FILHO, José. *Matriz religiosa brasileira: religiosidade e mudança social*. Petrópolis (RJ):Vozes/ Rio de Janeiro: Koinonia, 2003. p. 162-168.

efetivo para a pessoa que tivesse seu nome relacionado em um documento secreto e supostamente sendo membro da Ação Popular (AP), uma das organizações clandestinas de esquerda do período. É certo que o metodista Anivaldo Padilha²⁹⁹ e Paulo Stuart Wright faziam parte da AP³⁰⁰, mas não temos elementos suficientes para crer que o mesmo é válido para Waldo Cesar, que escolhera outra modalidade de militância. Entretanto, o agente afirmava que Cesar era um ativo membro da AP, disseminando tal informação distorcida entre as redes de espionagem do regime. Isso contribuía para construir a imagem de um protestante insubordinado ao regime e, no limite, um “subversivo”.

Um episódio narrado em termos teológicos por Waldo Cesar ajuda a lançar luz sobre as motivações que sustentavam seu ativismo ecumênico desenvolvido no interior da CEB, em período anterior ao golpe e à Conferência do Nordeste, mas que já contava com o olhar vigilante de agentes da polícia política estadual:

Curiosamente, não foi na Conferência do Nordeste, e sim no encontro anterior, em S. Paulo, que fui procurado, num dia de plena atividade, por um senhor engravatado, que só se identificou quando estávamos frente a frente, pois insistira numa conversa em privacidade. Era um agente do temido DOPS [...]. Queria saber o que discutíamos e o que queríamos dizer com essa história da “presença da Igreja na evolução da nacionalidade”. Perguntei-lhe se dispunha de algum tempo. “Como assim?” E depois de um instante: “Claro, tenho tempo. Mas por quê?”. Respondi-lhe tranquilamente que para explicar-lhe o sentido do tema da reunião deveria começar com o profeta Amós, do ano 700 e tanto antes de Cristo. “Como assim?” – perguntou de novo, olhar surpreso ante o inesperado. Não demorou muito e me interrompeu, dizendo-se satisfeito. Apenas queria assistir a reunião da tarde, mas me advertiu a não apresentá-lo nem a mencionar o nosso encontro. Quer dizer, a repressão que só viria com toda a sua força em 64, já estava investigando o que se passava num programa que pretendia estudar a realidade brasileira e dar novo sentido ao compromisso da igreja para com a nossa sociedade.³⁰¹

O episódio narrado por Cesar ocorreu quando da realização da terceira Consulta da CEB, intitulada “a presença da Igreja na Evolução da nacionalidade”, que contou com a

²⁹⁹ Em 2013, Anivaldo Padilha passou a integrar um grupo de trabalho na Comissão Nacional da Verdade (CNV), intitulado “Papel das Igrejas Durante a Ditadura”, que investigará as iniciativas de apoio e conivência de lideranças cristãs ao regime militar, bem como ações de oposição oriundas das igrejas. cf. <<http://www.cnv.gov.br/index.php/2012-05-22-18-30-05/veja-todos-os-grupos-de-trabalho/28-papel-das-igrejas-durante-a-ditadura>>. Acesso em: 11 mai. 2013.

³⁰⁰ Para a história do surgimento, desenvolvimento e ocaso da AP, com ênfase na relação entre cristianismo e marxismo e no processo que levou muitos de seus militantes a abandonarem as referências cristãs presentes nas origens da organização e abraçarem o marxismo, pela via maoísmo, cf. RIDENTI, Marcelo. “Ação Popular: cristianismo e marxismo”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (orgs). *História do marxismo no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002. e CIAMBARELLA, Alessandra. “Do cristianismo ao maoísmo: a história da Ação Popular”. In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *Revolução e Democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

³⁰¹ CESAR, Waldo. Igreja e Sociedade – ou Sociedade e Igreja? *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 23. n. especial, pp. 17-28, nov. 2003. p. 21-22.

participação de cientistas sociais não cristãos e com membros do CMI, estando inserida naquele processo de tentativa de atualização do protestantismo, que culminou na realização da Conferência do Nordeste, em 1962. Uma das razões para Cesar ter citado Amós residia no fato de que ele fora um dos profetas do Antigo Testamento que mais condenaram a injustiça e a desigualdade social em sua época. Portanto, era uma das principais referências para a formulação do discurso teológico daquela corrente progressista e ecumênica do protestantismo, a qual compreendia que a missão da igreja era a de se envolver com a busca para sanar as situações de desigualdade social no seio da sociedade. É importante lembrar ainda que os DOPS, que durante o Estado Novo (1937-1945) de Vargas foram instrumentos fundamentais de controle social, espionagem e repressão, continuaram existindo durante o chamado período democrático (1946-1964).

No tocante à relação entre ativistas ecumênicos e organizações clandestinas no pós-1964, o pastor Jovelino Ramos testemunhou que chegou a apoiar e acolher em sua casa muitos jovens militantes de esquerda, inclusive da AP, acabando por se tornar uma espécie de pastor desses militantes.³⁰² James Green observa que o tipo de perseguição sofrida por Cesar também se abateu sobre Jovelino Ramos, que teve sua casa invadida pela polícia política em 1966. Após o que poderíamos chamar de “fuga espetacular” (pela janela do banheiro só com a roupa íntima), o reverendo presbiteriano conseguiu contatar o advogado Lysâneas Maciel, também membro da Igreja de Ipanema dirigida por ele. Jovelino que, assim como Waldo Cesar, era membro do conselho editorial da revista *Paz e Terra* e nela escrevia, foi aconselhado a se apresentar à polícia, o que o fez e ficou preso, acusado falsamente de tentar reorganizar o Partido Comunista Brasileiro, através de reuniões e publicações. Temeroso por sua vida e a de seus familiares, após ser solto, acabou fugindo do país e foi morar nos EUA, onde já havia feito seu mestrado em Yale. De lá continuou contribuindo com esforços do movimento ecumênico, sobretudo, com a campanha para “isolar o governo brasileiro” e denunciar a tortura que àquela altura já havia se tornado método sistemático utilizados pelos agentes da repressão nos interrogatórios de presos políticos.³⁰³ Jovelino, junto com Padilha, Fernandes, Arruda, Maria Helena Moreira Alves e outros, também ajudou a organizar um trabalho intitulado *Memórias do Exílio, Brasil 1964-??*: Obra coletiva, coligindo 2000 páginas de depoimentos orais sobre as experiências vividas por dezenas de exilados

³⁰² GREEN, James N. *Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 42.

³⁰³ Ibid. p. 41-43, 91-93, 215-217.

brasileiros que, durante a ditadura, peregrinaram por vários países o mundo.³⁰⁴ Tratava-se, segundo Green, de um esforço que coincidia com o início de um movimento pela anistia no Brasil liderado pelo Movimento Pela Anistia Brasileira.³⁰⁵

Semelhante ao que ocorreu no caso da investigação da vida e da obra produzida pelo pastor Domício Mattos, O DOPS foi buscar mais informações em outros órgãos de repressão acerca das atividades de Waldo Cesar. Recebeu, então, do CENIMAR, um documento datado de 11 de novembro de 1967, que descrevia outras ações do protestante:

No que se refere especificamente ao Brasil, é interessante observar que o representante da revista 'CRISTIANISMO Y SOCIEDAD', é WALDO ARANHA LENZ CÉSAR (Caixa Postal 82 – ZC 01, Rio de Janeiro, GB), elemento da AÇÃO POPULAR. Por outro lado, a revista 'PAZ E TERRA', publicada pela Editora do mesmo nome que é filiada à Editora CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, DE ÊNIO SILVEIRA, segue diretriz editorial perfeitamente identificada como a orientação da publicação da ISAL.³⁰⁶

A troca de documentos entre as diferentes agências ia, pouco a pouco, construindo imagens distorcidas, turvas, ou representações dos militantes ecumênicos ligados ao CEDI, mas sem apresentar as fontes que balizavam tais conclusões. Outro dado significativo contido na informação do CENIMAR apontava corretamente para o protagonismo de Waldo Cesar junto à revista *Paz e Terra*.

Com efeito, o projeto foi uma experiência que, segundo testemunhou o Cesar, inseria-se no contexto do desdobramento das atividades de “informação e conscientização” iniciadas com o trabalho de protestantes e católicos através do Centro Ecumênico de Informação (CEI). Ele rememora os significados e resultados do trabalho desenvolvido pela *Paz e Terra*, a qual abria “um novo espaço, que também levaram intelectuais e políticos (sempre me refiro a setores específicos) a descobrirem aliados no mundo da Igreja e da fé cristã.”³⁰⁷

Todavia, a *Paz e Terra*, por conta da sua linha editorial crítica e reflexiva e torno dos problemas sociopolíticos da época, dificilmente sobreviveria diante da ânsia dos órgãos de informação e de repressão do Estado por eliminar focos de “disseminação de inconformismo” contra o “regime democrático” que afirmavam defender. Sob o prisma da ideologia de segurança nacional ou Doutrina de Segurança Nacional, como preferiam os militares, a qual fundamentava as ações repressivas do regime, os integrantes do projeto ecumênico de *Paz e*

³⁰⁴ GREEN, James N, op. cit., p. 457-459.

³⁰⁵ Ibid. p. 458.

³⁰⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundo das Polícias Políticas. Setor Secreto, pasta 49, fls. 179, cx 403. 1969.

³⁰⁷ CESAR, Waldo. “Igreja e Sociedade – ou Sociedade e Igreja?”. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 23. n. especial. 2003. p. 25.

Terra, certamente seriam enquadrados como “inimigos internos”. O resultado foi que, segundo relembra Waldo Cesar, tal iniciativa ecumênica chegou ao fim, em 1969. Talvez como uma consequência direta das representações construídas pelos órgãos de informações da ditadura sobre ele, os quais chegavam ao conhecimento do Ministro da Justiça e outras autoridades investidas de poder decisório:

Em princípios de 1967, como diretor da revista *Paz e Terra* e representante de ISAL (Iglesia y Sociedad en América Latina) no Brasil (além de outras acusações de subversão, incluindo a de “arruaceiro”), fui detido e posto incomunicável numa unidade da Polícia do Exército. Seguiu-se um processo na Justiça Militar e nova tentativa de prisão em 1968, quando já me havia refugiado fora do Rio. A situação tornou-se ainda mais difícil para a sobrevivência da revista, obrigada em encerrar sua publicação em dezembro de 1969.³⁰⁸

A despeito do fechamento da *Paz e Terra*, Waldo Cesar continuou sua militância ecumênica de diferentes maneiras no exterior, especialmente através da ISAL e de trabalhos ligados ao CMI e ao CEDI. A ação arbitrária dos militares, verificada no episódio de sua prisão, também não significara o fim do monitoramento efetivado por órgãos de informações, sobretudo pelos seguintes aspectos elencados no documento sobre Waldo Cesar: “bastante ativo nas lides esquerdistas”, “constar de uma relação de subversivos que tinha como residência a rua Toneleiros”, por ter residido no “México, onde trabalhava para americanos esquerdistas” e estar “indiciado em Inquérito no Departamento de Policial Federal.”³⁰⁹ Dessas imagens distorcidas da realidade, que, segundo os agentes, refletiam a expressa descrição da natureza das redes construídas por setores do movimento ecumênico, emergem a convicção de que o monitoramento deveria ser mantido, especialmente por causa da influência que Waldo César parecia exercer sobre elas.

Convém assinalar que uma das características dos órgãos de informações, contidas na Doutrina de Segurança Nacional, era exatamente o fator “previsão do futuro” ou previsibilidade, isto é, um bom serviço deveria, sob a ótica militar, ter capacidade de prever possíveis desdobramentos de determinada ação do inimigo. Neste sentido, a conclusão emitida pelo analista de informações acerca da militância de protestantes ecumênicos, entre eles, Waldo Cesar, articulando o CEI/CEDI a indivíduos da América Latina e seus organismos como, por exemplo, a ISAL e a Revista *Cristianismo Y Sociedad*, bem como o Conselho Mundial de Igrejas (CMI), ajuda-nos a compreender, em parte, algumas motivações

³⁰⁸ CESAR, Waldo, op. cit., p. 25.

³⁰⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundo das Polícias Políticas. Setor Secreto, pasta 49, fls. 179, cx 403. 1969.

e as formas de funcionamento de parte das complexas redes estruturadas pelo movimento ecumênico. Paulatinamente, buscaremos evidenciar outros objetivos de tais articulações.

Tais documentos auxiliam-nos, ainda, a compreender, os motivos de preocupação dos órgãos da “comunidade de informações”. Dentro dessa ótica de previsão do futuro, o documento sintetizou as possíveis consequências do ativismo dos indivíduos ligados ao CEI e a outros setores dos circuitos ecumênicos através dos quais circulavam idéias, informações, pessoas e dinheiro:

O entrosamento destes elementos, aos quais se juntaram exilados brasileiros no Uruguai e no Chile, indicam a amplitude desse movimento de infiltração em níveis intelectualizados nacionais, num processo que, a longo prazo, poderá se constituir em real perigo para a segurança nacional.³¹⁰

Nesta previsão, os ativistas ecumênicos são parte integrante de uma rede cuja amplitude alcançava outros países, com potencial para causar problemas à “segurança nacional”. Mais adiante, veremos como o Conselho Mundial de Igrejas aparece na documentação do SNI dedicada a investigar essa rede, que interligava indivíduos e instituições no Brasil a exilados do regime no exterior, e que tipos de iniciativas ecumênicas foram realizadas em prol da defesa dos direitos humanos, bem como da denúncia de casos de tortura praticada por órgãos de repressão.

Mais um personagem “bastante ativo” dessa rede de “protestantes esquerdistas” inconformada com os rumos autoritários do Brasil, fruto do modelo político e econômico sustentado pelo regime militar desde 1964, era o pastor presbiteriano Zwinglio Mota Dias.³¹¹ Assim como seus colegas de CEI/CEDI, ele teve parte de sua trajetória de vida vigiada e representada na documentação estatal, por conta de suas perspectivas teológicas e políticas oposicionistas. A diferença é que no caso de Zwinglio, hoje pastor emérito da IPU e professor aposentado da UFJF, havia um agravante: seu irmão, Ivan Mota Dias, era de fato integrante de uma organização clandestina da esquerda armada, conforme veremos, o que resultou para

³¹⁰ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundo das Polícias Políticas. Setor Secreto, pasta 49, fls. 179, cx. 403. 1969.

³¹¹ Em 2013, na condição de pastor emérito da Igreja Presbiteriana Unida (IPU) e professor aposentado da UFJF, Zwinglio Dias passou a integrar o grupo de trabalho de Anivaldo Padilha na Comissão Nacional da Verdade (CNV), conforme citado anteriormente. É interessante observar que, das pessoas que fazem parte desse grupo, intitulado “Papel das Igrejas Durante a Ditadura”, Zwinglio Dias, Anivaldo Padilha e José Oscar Beozzo (padre católico e historiador dedicado à história da Igreja Católica) já trabalharam no CEDI. Outro intelectual de origem protestante membro do grupo, e que escreveu vários artigos na *Tempo e Presença*, é Leonildo Silveira Campos, que também foi preso, sob denúncia de membros da igreja à qual pertencia e, depois, se exilou. Atualmente, Zwinglio e Anivaldo ainda atuam no Koinonia. Disponível em: <cf. <http://www.cnv.gov.br/index.php/2012-05-22-18-30-05/veja-todos-os-grupos-de-trabalho/28-papel-das-igrejas-durante-a-ditadura>>. Acesso em: 11 de mai. 2013.

ele em consequências mais danosas se comparadas aos seus companheiros Jether, Domício e Paulo Ayres Matos.

O documento mais antigo que conseguimos localizar sobre ele foi produzido pelo Serviço de Informações (SI) do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS, do outrora Estado da Guanabara).³¹² Datado de 15 de julho de 1970, ele informa que quando Zwinglio esteve preso, teria oferecido “documentos, inclusive passaportes, falsos”³¹³, quando conseguisse sair da prisão. Na ocasião, o pastor já havia deixado a prisão do DOPS, mas, evidentemente continuava sob investigação, ainda mais com essa suspeita que, na verdade, foi lançada por um prisioneiro que supostamente havia recebido tal proposta dele.

Outro documento confirma a data da prisão do pastor, indicando que, após sua passagem pelo DOPS, foi enviado ao CODI do Rio de Janeiro, apontando o suposto motivo de sua detenção. Ressalte-se que nesse período histórico, não sem razão denominado de “anos de chumbo”, o risco de um cidadão considerado “comunista” ser torturado era algo muito presente.

Segundo os documentos do DOPS, Zwinglio ficou cerca de uma semana à disposição dos órgãos de repressão, enquanto Zwinglio afirma ter ficado cerca de um mês preso. Apesar de não ter sido torturado fisicamente, afirmou recentemente, numa entrevista à revista *Isto É*: “levei um pescoção, me ameaçavam mostrando gente torturada e davam choques em pessoas na minha frente”.³¹⁴

Na leitura ou representação esboçada sobre os ecumênicos em tais papéis sigilosos citados, tal prisão representava uma possibilidade de se obter informações acerca da VPR e da ALN, duas das organizações clandestinas de luta armada que mais deram trabalho aos militares, especialmente por causa de suas “ações espetaculares”³¹⁵:

ZWINGLIO MOTA DIAS, brasileiro, natural de Minas Gerais, filho de Lucas Souza Dias e de Nair Mota Dias, nascido em 06/04/41, pastor presbiteriano, em 01/07/70 foi recolhido ao XE à disposição do DPS; em 03/07/70 prestou declarações neste Departamento sobre as atividades da ALN. Em 06/07/70, foi encaminhado ao CODI. Foi indiciado no Inquérito nº 10/70/DPS, aforado à 2ª Auditoria da

³¹² Em 1975, foi feita a fusão entre os estados da Guanabara e do Rio de Janeiro constituindo-se em só estado.

³¹³ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundo das Polícias Políticas. Setor DOPS, pasta 174, caixa 863, fls. 12.

³¹⁴ cf. <http://www.istoe.com.br/reportagens/141566_os+evangelicos+e+a+ditadura+militar>. Acesso em: 28 fev. 2013.

³¹⁵ Entre elas, assaltos a bancos para obter dinheiro para manter atividades de luta armada, sequestros de embaixadores e de aviões, etc. Para uma boa descrição contendo um panorama geral sobre tais ações armadas cf. GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. Para saber a opinião de integrantes dos órgãos de informações acerca de tais ações cf. D'ARAUJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon e CASTRO, Celso (orgs). *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 1994.

Aeronáutica. Consta que foi detido em virtude de seu irmão, Ivan Mota Dias ser elemento procurado por atos de subversão. É amigo de Maria do Carmo Brito. Não possuía ligações com a VPR. Segundo documento datado 11/08/70, era membro do CEDI. Anexamos cópia de outros registros aqui existente em nome do mesmo.³¹⁶

Além de ser monitorado por diferentes órgãos de segurança, o pastor teve de responder a inquérito, ficando proibido de deixar o país, sendo obrigado a comparecer periodicamente a repartições militares para “assinar presença”.

Esse tipo de apoio e amparo a militantes políticos de oposição à ditadura, que haviam passado para a clandestinidade, foi, com efeito, outra atividade que contou com articulações costuradas por pessoas engajadas no movimento ecumênico. Segundo Anivaldo Padilha, foi exatamente por conta de sua participação nestas “redes ecumênicas de apoio para proteger perseguidos políticos rumo ao exílio”³¹⁷ que ele foi preso e torturado em 1970, na OBAN, em São Paulo. Lucilia Ramalho, esposa de Jether, recupera em sua memória alguns detalhes envolvendo essa atividade de apoio que fazem lembrar até cenas de fuga em filmes de ação:

Durante a ditadura, hospedamos muita gente aqui em casa. O Paulo Wright esteve conosco. Fomos os últimos a ver o irmão do Zwinglio, o Ivan. Uma semana depois ele estava morto. Eram também passagens extras para pessoas saírem do País. Um deles embarcou faltando cinco minutos para o avião fechar a porta. Chegaram correndo com a Beatriz e uma outra pessoa que eu não recordo o nome agora. Chegamos e não era possível entrar mais: “Por favor, é um termo de responsabilidade. São cinco minutos, não voou ainda, está pousado. Por favor, aqui os documentos todos em dia”. Abriram a porta do avião e a pessoa entrou e viajou. Foi embora se livrando da prisão, das torturas. Muitos participantes das igrejas foram torturados.³¹⁸

Com relação a Zwinglio Dias, anos mais tarde, ele viria a esclarecer aspectos de sua trajetória religiosa, política e intelectual, oferecendo elementos para nossa compreensão acerca dos motivos que o levaram à prisão. Ele começa sua narrativa em 1966, quando:

pedi uma licença da igreja e fui para o Uruguai...fiquei seis meses. Lá eu entrei em contato mais direto com o pessoal do escritório de ISAL. Li muito. Estudei marxismo e conheci toda essa questão de secularização. Descobri Paulo Freire e comecei a caraminholar como se podia trabalhar aquilo a nível de igreja. Voltei para o Brasil e resolvi estudar História ao mesmo tempo em que assumi o pastorado na Igreja da Penha. (...) Ao mesmo tempo comecei uma militância política meio clandestina, meio marginal, de linha de apoio. Veio o famoso Congresso de

³¹⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundo das Polícias Políticas. Setor DGIE, pasta 306, cx. 1297, fls. 489.

³¹⁷ Depoimento de Anivaldo Padilha durante o ato de repatriação do acervo do projeto *Brasil: Nunca Mais* do Conselho Mundial de Igrejas. Disponível em: <http://www.metodista.br/fateo/noticias/Anivaldo_Padilha_Depoimento.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2014.

³¹⁸ RAMALHO, José Ricardo. “Uma história para ser contada”. In: RAMALHO, José Ricardo (org.). *Uma presença no tempo: A vida de Jether Ramalho*. Rio de Janeiro: Oikos editora, 2010. p. 41.

Ibiúna³¹⁹, meu irmão era líder estudantil em Niterói e eu estava estudando lá: conhecia todo o pessoal. (...) nos mudamos para Santa Tereza e, de repente, minha casa virou refúgio de gente. E as coisas se complicaram depois do Congresso de Ibiúna. Alguns entraram para a clandestinidade mesmo, inclusive meu irmão; alguns foram presos em Ibiúna e depois saíram em uma lista de nomes de pessoas que deviam se apresentar para serem presas.³²⁰

Provavelmente, os órgãos de informações e de repressão já estavam acompanhando o ativismo político de Zwinglio e de seu irmão há algum tempo. A partir das informações dadas por ele, no tocante ao que classificou como sua “militância política meio clandestina” e com base no testemunho de Anivaldo Padilha, concluímos que não faltou muito para ele ter sofrido as mesmas consequências que Padilha. A mesma sorte não teve seu irmão Ivan Mota Dias, que também era presbiteriano como ele. Acerca dos acontecimentos que envolveram seu desaparecimento, Zwinglio se recorda do seguinte:

Então aconteceu que meu irmão estava sendo procurado e eu acabei indo preso, em setenta. Na noite anterior meu irmão ia dormir lá em casa e, não sei porque, não foi. De manhã a polícia baixou lá em casa. (...) Eu fiquei preso mais ou menos um mês. Bom, deu um rolo danado porque os caras cismaram que eu era pombo-correio dos Tupamoros, pois pegaram meu passaporte com um monte de viagens para o Uruguai, minha mulher uruguaia, se comunicaram com a polícia uruguaia e descobriram que minha sogra era do Partido Comunista, meu sogro também e aí a coisa complicou.

(...) Bom, no final saí, mas fiquei quase um ano tendo que me apresentar toda a semana na PE, depois no Ministério do Exército para assinar presença, oficialmente não poderia sair do Rio sem licença. Isso foi entre maio e junho de 70, e o meu irmão solto. Eu não o vi mais porque depois que eu saí da prisão ele resolveu não mais me ver porque eu podia estar sendo seguido, qualquer coisa assim. Nesse momento a organização dele, a VPR, já estava em frangalhos e ele acabou caindo na pior hora, em 71. Foi liquidado.³²¹

Esse trágico fim do irmão de Zwinglio, semelhante ao caso do também presbiteriano Paulo Stuart Wright, somado ao clima de perseguição e medo disseminado pelas forças de repressão dos vários órgãos estatais contra setores da oposição no Brasil, fizeram-no desanimar da militância dentro país, sem, contudo, desligar-se das redes ecumênicas atuantes no exterior. A morte de seu irmão certamente significou um elemento motivador a mais para o trabalho ecumênico de Zwinglio, semelhante ao que ocorreu com o pastor Jaime Wright em São Paulo, após a morte de Paulo Wright, em 1973, ocasião que lhe fez aproximar de D. Paulo Evaristo Arns, conforme veremos em momento oportuno.

³¹⁹ Para informações sobre o congresso clandestino da UNE, em Ibiúna, cf. ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1985)*. Bauru (SP): Edusc, 2005.

³²⁰ Apud. ABUMANSSUR, Edin Sued. *A tribo ecumênica: um estudo sobre o ecumenismo nos anos 60 e 70*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), PUC-SP, 1991. mimeo. p. 86.

³²¹ Apud. Ibid. p. 87.

Foi, então, que, conforme explica Zwinglio, surgiu a oportunidade de ir trabalhar com o movimento *Igreja e Sociedade na América Latina (ISAL)*, no Uruguai, da qual Waldo Cesar, seu companheiro de militância, era correspondente no Brasil há algum tempo.

O problema era que Zwinglio não podia oficialmente deixar nem o Rio de Janeiro, como então deixaria o Brasil para trabalhar no Uruguai? Nessa época, porém, apareceu uma saída através de seu amigo, o pastor metodista Miguez Bonino, com quem arquitetou um plano para viabilizar o que denominou de “auto- exílio”:

Eu tinha um convite do Hiber Conteris, que tinha passado por aqui antes da minha prisão em 70, para trabalhar com ISAL, no Uruguai. Era para dirigir a Carta Latino-Americana. Eu resolvi aceitar, não agüentava mais viver vigiado. Mas eu não podia dizer para os caras que eu ia para o Uruguai. Ai o Miguez Bonino veio fazer uma conferência aqui na PUC e ficou lá em casa. Eu conversei com ele e ele disse que me mandaria uma carta me convidando para fazer o mestrado em Buenos Aires. Eu apresentaria a carta e em vez de ir para a Argentina eu iria para o Uruguai. E foi assim que eu sai. Me deram o passaporte e eu cai fora. Foi um auto-exílio.³²²

Talvez Zwinglio, na época, tenha pensado que, trabalhando em ISAL, no Uruguai, teria maior tranquilidade do que se continuasse militando no Centro Ecumênico de Informações (CEI), no Brasil. Entretanto, devido ao tipo de perfil político oposicionista adotado, a ISAL não escaparia à repressão que se abateu sobre a oposição no Uruguai, após o golpe que inaugurou a ditadura militar no país, o que o levaria para terras ainda mais distantes, a Alemanha, onde cursaria seu doutorado em Teologia:

Quando começou a repressão no Uruguai, em 1972, ISAL se desarticula, o pessoal sai fora e eu tenho que sair também porque estava correndo risco de ser preso no Uruguai e ai estava ferrado porque iam me mandar para cá, pois quem estava torturando no Uruguai eram os brasileiros. Eu ia para a Argentina quando pintou um alemão me convidando para ir para Hamburgo. Nós relutamos porque a gente achou que era complicado, o Ivan ia nascer e eu e a Edda passando dos 30. Mas como a situação estava ficando sufocante resolvemos ir.³²³

Zwinglio é mais um dentre tantos exemplos de promissores cidadãos brasileiros que tiveram de deixar o país por conta do autoritarismo imposto pelo regime militar, que não concedia espaço para pensamentos e atitudes que não se coadunassem com a ideologia de segurança nacional. Trata-se, como é sabido, de um dano irreparável à produção do conhecimento e ao avanço científico nacional, fruto do obscurantismo dos mandatários que assumiram o poder do Estado em 1964. Um prejuízo a mais a ser creditado na “conta” do regime que banuiu um dos intelectuais mais brilhantes que já tivemos, Paulo Freire,

³²² ABUMANSSUR, Edin Sued, op. cit., p. 87.

³²³ Ibid.

considerado um “subversivo”. Um governo que demitiu ou perseguiu professores internacionalmente reconhecidos do quilate de Caio Prado Júnior e Emília Viotti da Costa.

Conforme mencionamos anteriormente, boa parte dos indivíduos que integraram a equipe do CEI/CEDI estiveram, em algum momento da ditadura, sob o olhar atento dos órgãos da “comunidade de informações”, tendo suas trajetórias de vida e posicionamentos políticos esboçados em representações das mais variadas. Além dos que citamos, encontrava-se o nome de Jether Pereira Ramalho, que, mais tarde, tornara-se professor de Sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Ele foi um dos membros mais destacados do organismo ecumênico e, por essa razão, também um dos mais vigiados pelos órgãos estatais de informações da ditadura. Desde os primeiros anos do Centro Ecumênico de Informações (CEI), quando Jether ainda era recém formado pelo IFCS, suas atividades já eram vigiadas pelos espiões da repressão, bem como por “informantes” da ditadura que operavam dentro da UFRJ.

Em documento de 25 de julho de 1969, da 2ª Seção do I Exército, produzido a partir de um informe oriundo do Centro de Informações do Exército (CIE), Jether Ramalho era apresentado como um dos “elementos subversivos” envolvidos na preparação de um protesto contra a visita ao Brasil de um dos principais representantes do capitalismo multinacional e do “imperialismo norte-americano”, o então governador do estado de Nova York, Nelson Rockefeller. Uma frase do documento fornece indícios sobre a identidade da “informante” do serviço secreto do CIE que atuava no IFCS: “O Sr. Jether justificou sua presença a uma professora democrata, dizendo que fora tratar da emissão de seu diploma.” E mais:

Afirma-se no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais que pessoas ligadas a esquemas de âmbito latino-americano (Centro Latino Americano de Ciências Sociais - CHILE); organizações protestantes ligadas ao Conselho Mundial de Igrejas, etc., estão muito ativas nesses últimos dias. É usado o termo “estão mobilizadas”. Trata-se da preparação da “visita ROCKFELLER”³²⁴

No bem documentado livro *Apesar de Vocês*, o historiador norte-americano James Green³²⁵, elucidou aspectos de bastidores da política externa dos Estados Unidos para o Brasil e para a América Latina que motivavam a citada visita de Rockefeller para “ouvir” tais regiões naquele contexto histórico. Esclarece que a visita atendia a objetivos políticos,

³²⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundo das Polícias Políticas. Setor Secreto, pasta 49, fls. 183, cx. 403, 1969.

³²⁵ GREEN, James N. *Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

econômicos, diplomáticos e ideológicos muito específicos do governo do presidente norte-americano Richard Nixon. Segundo Green, uma das intenções do emissário de Washington era explicitar a intenção dos EUA de manter a ajuda financeira ao Brasil, desde que o governo militar procedesse a uma revisão em suas práticas de violações das liberdades individuais. Isso ocorria em um momento em que as atitudes autoritárias da ditadura brasileira, especialmente com a outorga do AI-5, começavam a ganhar repercussão negativa nas páginas de editoriais dos principais jornais nos EUA, gerando, por conseguinte, certa pressão da chamada opinião pública estadunidense contra o apoio daquele país aos militares brasileiros. Conforme detalharemos mais adiante, e, também como Anivaldo Padilha recordou em seu depoimento sobre a época em que se exilou para escapar de novas prisões e torturas:

A partir do AI-5, quando a tortura é institucionalizada como método sistemático de interrogatório e instrumento de terror político do Estado, coube ao movimento ecumênico alimentar as redes ecumênicas internacionais com informações sobre o que se passava nos porões da ditadura e denunciar as torturas internacionalmente.³²⁶

James Green observou que a passagem de Rockefeller pelo Equador provocara protestos tão violentos que causaram a morte de dez pessoas em confronto com as forças de segurança, o que levou ao cancelamento da visita à Venezuela, Peru e Chile. No Brasil, porém, sua visita durou três dias, tendo se encontrado com representantes do governo brasileiro, e teria dito que viera como “emissário com o objetivo de promover diálogo e entendimento.”³²⁷ Supostamente para tentar modificar a imagem pública negativa que o governo norte-americano vinha ganhando por sua associação com o governo militar, Rockefeller também participou de encontros com estudantes no Rio de Janeiro e com um grupo de professores norte-americanos que trabalhava no Brasil, o qual manifestou indignação com a situação repressiva da ditadura contra os acadêmicos brasileiros.³²⁸ Green ainda especificou que “imediatamente antes da chegada de Rockefeller o governo iniciou também operações nas quais centenas de ‘subversivos’ foram presos em um esforço para desestimular protestos organizados durante a viagem oficial”³²⁹ do emissário de Washington. É nesse contexto repressivo de total proibição de manifestações contrárias à vontade do regime, em que setores do movimento estudantil tentavam protestar contra o representante do

³²⁶ Depoimento de Anivaldo Padilha durante o ato de repatriação do acervo do projeto *Brasil: Nunca Mais*, do Conselho Mundial de Igrejas.

Disponível em: <http://www.metodista.br/fateo/noticias/Anivaldo_Padilha_Depoimento.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2014.

³²⁷ GREEN, James. op. cit., p. 158.

³²⁸ Ibid., p. 158-160.

³²⁹ Ibid.,

governo norte-americano, sabendo que se tratava de um apoiador da política econômica do governo brasileiro, que se inseria a militância de Jether e de outros companheiros.

O informe nº 569, da 2ª Seção do I Exército, segue relatando a intensa movimentação que estaria se passando nos bastidores do movimento estudantil, no interior do IFCS, com a ajuda de Jether Ramalho, que na ocasião já havia se formado em Ciências Sociais. Surge também uma das primeiras alusões ao Conselho Mundial de Igrejas (CMI) como supostamente portador de perfil “comunista”, uma representação recorrente na documentação dos serviços de inteligência, conforme veremos em capítulo específico. É interessante notar que, ao longo da narrativa do oficial que redigiu o documento, verifica-se haver vários “informantes” dos órgãos de repressão no IFCS, além da “professora democrata” citada.

Poderiam ser agentes militares “infiltrados”³³⁰, estudantes ou mesmo funcionários da Universidade. Outro ponto a observar é que o documento sugere que, naquele contexto, a repressão direta no IFCS ficou a cargo da polícia política do estado do Rio, ao passo que os agentes do Exército apenas tomaram ciência, limitando-se a relatar o caso passo a passo, a partir de suas interpretações e representações peculiares, classificando as iniciativas estudantis como ações de natureza “subversiva”:

Quarta-feira, dia 4, estiveram no IFCS os indivíduos RONALD DE OLIVEIRA ROCHA, MARCO ANTÔNIO COSTA MEDEIROS (reaparecendo) e JETHER PEREIRA RAMALHO, dentre outros. (...) Os elementos subversivos compareceram às salas de aula, e falaram aos estudantes, inclusive o MARCO ANTÔNIO. Por volta das 12 horas, elementos da Polícia, armados de metralhadoras, entraram na Casa para prender alguns subversivos. Houve certamente uma prisão. O estudante preso teve sua identidade revelada, WALMIR DE TAL, mas sabe-se que os subversivos foram alertados pela “segurança” da chegada da polícia, e fugiram pelos fundos. Na quarta-feira era muito intenso o movimento nos fundos do IFCS. Naquela área eram confeccionadas faixas com dizeres alusivos à missão ROCKFELLER, e, segundo informante, “era grande o movimento na parte de trás do Instituto, cujo acesso foi impedido pelos estudantes aos professores e aos demais estudantes desligados do [ilegível]. Um estudante dizia que o trabalho deveria ser feito na área coberta dos fundos (corredor estreito, ou dentro de uma sala), pois ao ar livre, poderia permitir a tomada de fotografias aéreas pelo helicóptero da Secretaria de Segurança. Outra fonte afirmou que há um autêntico quartel nos fundos do IFCS, onde estão sendo preparadas as manifestações contra a presença ROCKFELLER no BRASIL. Inclusive em grande esquema de ruas do RIO, feito em papel pardo (ou melhor, amarelo grosso), jazia sobre o chão, quarta-feira. Na manhã de quinta-feira, dia 5, havia movimentação de natureza não identificada nos fundos do IFCS.”³³¹

³³⁰ Era prática corriqueira dos órgãos de informações e de segurança do regime militar infiltrar seus agentes no seio dos movimentos de oposição e grupos da esquerda armada, visando à obtenção de informações que balizasse a coordenação de ações para desarticular tais organizações. cf. D’ARAUJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon e CASTRO, Celso (orgs). *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 1994.

³³¹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundo das Polícias Políticas. Setor Secreto, pasta 49, fls. 183, cx. 403, 1969.

Com tal monitoramento dos militares, ainda mais com tantos “informantes” dos órgãos de repressão, ficam evidentes as dificuldades que os opositores da época encontraram para desenvolver qualquer protesto nas ruas do Rio de Janeiro. Logo após a narrativa dos fatos ocorridos no episódio do IFCS, o documento do I Exército passa às observações pormenorizadas apenas acerca da militância de Jether Ramalho, mas não cita os demais envolvidos, o que talvez se explique pela amplitude das suas ligações estrangeiras com o movimento ecumênico. Volta à cena a preocupação dos militares com suas atividades no Centro Ecumênico de Informações (CEI) e as “articulações” no Brasil e na América Latina:

Sobre JETHER PEREIRA RAMALHO convém dizer alguma coisa. É dentista, e também formado em sociologia pelo IFCS. Ao que se saiba não trabalha em qualquer das profissões, mas é ativista de uma igreja protestante. Por essa razão, mantém contato estreito com WALDO ARANHA LENZ CEZAR, de quem, ao que parece, é lugar-tenente no Centro Ecumênico de Informações, esta é uma atividade ostensiva da dupla. JETHER viaja constantemente ao exterior, e tem articulações em toda a AMÉRICA LATINA. Esteve entre (creio que em 66) na Universidade de São Marcos, de onde trouxe publicações comunistas. JETHER faz-se, às vezes, passar por pastor protestante, naturalmente para crescer de prestígio e influência em alguns círculos, mas não o é. Atuou muito na extinta FNFi, nos movimentos de agitação e subversão ali registrados, nos anos de 66, 67 e finalmente 68, no IFCS.³³²

No contexto da análise que o oficial do Exército faz da militância de Jether, surge novamente o nome de seu colega Waldo Cesar, acerca do qual afirmam ser “mais visado pelo esquema de segurança do governo” que Jether.

Pelo que foi visto, é possível concluir os órgãos de informações no Rio de Janeiro estavam por demais atentos aos movimentos de oposição democrática ao regime, no qual figuravam lideranças do protestantismo ecumênico. Diante das informações levantadas acerca de Jether Ramalho, a conclusão do analista resulta em um julgamento contundente:

O diagnóstico é que se trata de um elemento comunista, demais ligado ao Conselho Mundial de Igrejas, órgão que, pelo tipo, permite a hipótese de alguma ligação com MOSCOU. Aliás, as conclusões de um congresso ocorrido em HELSINKI, em 67, são elucidativas. JETHER procura infiltrar-se aos órgãos oficiais, mantém muitas ligações nas organizações governamentais, e faz-se presente às atividades das organizações culturais, como, por exemplo, o Instituto Cultural BRASIL-ALEMANHA. JETHER goza de excelente conceito junto a alguns homens da atividade pública (diretores de repartições, por exemplo,) que ficariam estarecidos se tivessem ciência da verdadeira atuação dele. JETHER tem cerca de 45 anos de idade. É casado.

Como WALDO ARANHA é mais visado pelo esquema de segurança do governo, JETHER é a pessoa que se movimenta com maior facilidade. É ligado (ou era ligado) também a MOISÉS NOBRE LEÃO. (...) Embora JETHER tenha antecipado a desculpa do diploma, nas circunstâncias atuais, e considerando os elementos acima que com facilidade ocorrem à memória - entende-se muito suspeita a presença dele,

³³² ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundo das Polícias Políticas. Setor Secreto, pasta 49, fls. 183, cx. 403, 1969.

dia 4, no IFCS. É certo que se monta alguma atividade de porte a partir do IFCS, principalmente no que diz respeito em lá ser o “QUARTEL – GENERAL” para as manifestações anti- ROCKFELLER, que são parte de um plano de agitações de caráter continental insufladas pela OLAS, etc. JETHER PEREIRA RAMALHO é membro da “AP”, com ações na GB. Suspeita-se que com suas viagens ser uma espécie de “POMBO-CORREIO”, no preparo de manifestações esquerdistas e agitações (grifo no original).³³³

Diante da incompetência dos agentes em conseguir apreender o tipo de envolvimento de Jether com o movimento ecumênico, naquele momento, especialmente dedicadas às atividades de pesquisa, conferências e ministração de cursos de formação em vários países, além dos trabalhos com o CEI, era mais conveniente “enquadrá-lo” como um “subversivo” ou “comunista”.

Então, a imagem de Jether Ramalho pintada nessa representação, de 1969, dava conta de um sujeito a se temer: “elemento comunista”, alguém que buscava “infiltrar-se aos órgãos oficiais” a fim de subvertê-los, encobrendo reais intenções “subversivas”, um dos mentores de “um plano de agitações de caráter continental”, membro de uma organização de esquerda armada, a AP e “pombo-correio” enviado para preparar “manifestações esquerdistas e agitações” contra o regime militar. Com certeza, o próprio Jether não fazia ideia de que significasse tudo isso para os agentes de informações da ditadura.

Jether, porém, e seus companheiros, sabiam à época que seus esforços, sobretudo com o trabalho de “releitura” do cenário político através das publicações do CEI vinham surtindo efeitos e que os agentes do Estado estavam atentos a isso, conforme rememora em 1994:

A repercussão do boletim foi surpreendente. Choveram reações positivas de todos os recantos. Naturalmente vieram também as críticas e oposições – até a proibição de circulação em algumas igrejas. Chegou a aparecer na TV, nas mãos de um agente da repressão como uma publicação subversiva. E fomos informados de que o Serviço Nacional de Informações (SNI) o lia regularmente e acabou por fichar editores e articulistas.³³⁴

Conforme discutimos, tais leituras e “interpretações” apresentadas nesses documentos não se constituíam em invenções arbitrárias dos agentes, com a intenção de incriminar Jether e os demais ecumênicos investigados. Eles pareciam acreditar, de fato, que Jether, bem como Waldo e outros ecumênicos, eram “comunistas” ou “subversivos”. É que, a leitura de mundo desses agentes passava por aquele “filtro”, de que nos fala Ginzburg, que funcionavam como condicionamentos a estruturar a visão de mundo deles, isto é, os ensinamentos recebidos

³³³ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundo das Polícias Políticas. Setor Secreto, pasta 49, fls. 181/182, cx. 403, 1969.

³³⁴ RAMALHO, Jether. Quebra-se o vaso, nascem novas plantas. *Tempo e Presença*, Rio de Janeiro, n. 273, pp. 28-31, jan./fev. 1994. p. 29.

durante a formação em escolas e demais instituições militares, oriundos das teses contidas na Doutrina de Segurança Nacional levava-os a ver o mundo em “preto” e “branco”.

O que estamos sustentando nada tem a ver com uma tentativa de isentá-los da culpa de terem incriminado e prejudicado de diferentes formas a muitas pessoas. Nosso propósito é compreender o porquê de terem essa visão sobre os ecumênicos, o que resultou na produção de tantos documentos cujo conteúdo tenta descrever um movimento, mas, ao mesmo tempo, apresenta uma leitura tão distorcida e distanciada daquilo que, para os protagonistas desse mesmo movimento, era o significado verdadeiro de sua luta. Desse modo, os agentes não conseguiam ou, talvez, em alguns casos, não queriam compreender que o ativismo de Jether e de outros ecumênicos, brotava daquela visão de mundo cristã fundamentada na crença de que a participação e o envolvimento com a luta por transformação social era algo intrínseco à missão do cristão no mundo.

Continuemos a analisar o desenrolar das investigações em torno de Jether. Como de praxe, as informações foram enviadas ao DOPS da Guanabara, o qual procedeu ao levantamento dos dados de que dispunha acerca dos “elementos subversivos” citados. Então, apresentou informações sobre os quatro personagens elencados no episódio do IFCS: Ronaldo Rocha, Marco Antônio, Waldo Cesar e Jether Ramalho. O documento da Divisão de Informações do DOPS, datado de 11 de setembro de 1969, acrescenta outros contornos à imagem que se construía, através da troca de documentos entre agências de informações da ditadura, sobre a militância política e a vida pessoal de Jether:

“Segundo dados de 22/10/65, fazia a divulgação da ‘AÇÃO POPULAR’, junto ao setor das Igrejas protestantes”.

“Segundo dados de 2/5/67, fazia parte ou faz parte do ‘MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL’, denominado ‘MOLINA’, que visava incentivar a participação de estudantes universitários em protestos, passeatas, concentrações, etc., o epígrafeado que era do ‘COMANDO INTELECTUAL’ do citado Movimento, não se fazia presente às manifestações, agindo apenas na organização. Segundo dados reservados de 8/9/67, é militante da ‘AÇÃO POPULAR’ e mantinha ligação com TOMIKO TANAAMI, elemento que servia de contato no Rio, com esquerdistas de outros Estados (...).³³⁵

No bojo de um relato recente de Jether sobre atividades ecumênicas realizadas por ele nos anos 1960, quando “participou em alguns programas do Conselho Mundial de Igrejas”,

³³⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundo das Polícias Políticas. Setor Secreto, pasta 49, cx. 403, 1969. fls. 178.

mais especificamente, quando coordenou “uma pesquisa sobre Migrações Internas na América Latina”³³⁶ aparece o nome de Tomiko Tanaami:

Como não era ainda sociólogo, contratamos Antônio Jordão, sociólogo de São Paulo, para assessorar o grupo constituído por Waldo Cesar, Tomiko Tanaami e Breno Schumann, que cuidava da parte teológica. O projeto realizado em três países (Brasil, Bolívia e Peru) foi durante alguns anos, visitando todos os centros de migrações. Com Josué de Melo ajudamos a criar o Serviço de Integração de Migrantes (SIM) em Feira de Santana, na Bahia.³³⁷

As preocupações que moviam o interesse de Jether, de seus companheiros ecumênicos e do Conselho Mundial de Igrejas nessa época podem ser mais bem compreendidas se lembrarmos que um dos aspectos da “revolução social”³³⁸ ocorrida por volta dos anos 1950, em nível global, foi o que Eric Hobsbawm denominou de “morte do campesinato.”³³⁹ E, como observa o mesmo autor, “quando o campo se esvazia, a cidade se enche.”³⁴⁰ Portanto, 42% de toda a população mundial havia se tornado urbana, o que, especialmente na América Latina, provocara uma gama de problemas sociais: aumento do movimento de favelização, mendicância, violência, precarização da mão de obra, desemprego, etc. É nesse contexto que se inserem as pesquisas que Jether ajudava a desenvolver em associação com indivíduos que possuíam ligação com ISAL e o Conselho Mundial de Igrejas, visando compreender esse processo para oferecer subsídios às igrejas e entidades ligadas ao movimento ecumênico que consideravam importante tentar contribuir com a transformação social. Tratava-se de uma transformação pretendia, que pudesse incorporar expressivos setores da população que não encontravam “um lugar ao sol” nesse “mundo em movimento.”³⁴¹

Nessa perspectiva, foi fundada em Feira de Santana, na Bahia, uma entidade ecumênica, o SIM, conforme aventou Jether, que oferecia uma série de serviços à população migrante que peregrinava pelo nordeste, muitos fugindo do campo, em busca de uma vida melhor nas cidades, sendo que em Feira de Santana, verificou-se, de forma dramática, a gravidade daquele problema social. Tratava-se, assim, segundo Elizete Silva, de um projeto ecumênico que contou com o financiamento do Conselho Mundial de Igrejas, da Igreja

³³⁶ Depoimento de Jether Ramalho em: RAMALHO, José Ricardo (org.). *Uma presença no tempo: A vida de Jether Ramalho*. Rio de Janeiro: Oikos editora, 2010. p. 42.

³³⁷ Ibid. p. 42.

³³⁸ HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos: O breve século XX, 1914-1989*. São Paulo: Cia das Letras, 2010. p. 282-313.

³³⁹ Ibid., p. 284.

³⁴⁰ Ibid., p. 288.

³⁴¹ MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando. “Capitalismo tardio e sociabilidade moderna”. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da Vida Privada no Brasil, vol. 4. Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Luterana Alemã, e da Igreja reformada da Holanda e, depois de 1973, com o apoio da CESE.³⁴²

O SIM, conforme demonstrou a mesma autora, contava com o trabalho de católicos, protestantes e profissionais liberais e oferecia, entre outros, os seguintes serviços: assistência médica, auxílio para obtenção de documentos, diversos cursos, treinamento profissional e encaminhamento para o mercado de trabalho, cursos de alfabetização. Nesta modalidade de “ecumenismo de serviço”, “até espíritas, maçons e agnósticos”³⁴³ empenharam seu apoio, segundo Silva. Portanto, todo esse panorama dizia respeito às atividades de Jether e de incontáveis indivíduos que se articulavam nas redes ecumênicas, todos comprometidos com a luta por mudanças sociais.

Os agentes estatais conseguiam até perceber a existência da movimentação de parte das redes, só não apreendiam a natureza das ações ora desenvolvidas. Assim, quando não se compreende algo, mas se têm em mãos o poder, corre-se o risco de cometer juízos de valor sobre algo ou alguém. E é exatamente isso que aumentava ainda mais o risco de represálias para os ecumênicos. Contudo, apesar de algumas representações constituírem verdadeiras caricaturas da militância dos ecumênicos, quando alertavam para o perigo que as redes constituídas por eles, especialmente aquelas que articulavam o CEI/CEDI a organizações ecumênicas da América Latina, EUA e da Europa, poderiam trazer para a segurança nacional, ou pelo menos, para a imagem do Brasil no exterior, eles tinham certa razão. É que sob a perspectiva da Doutrina de Segurança Nacional, a imagem do país deveria ser preservada a todo custo, dentro e fora do território nacional. Para tanto, o regime utilizava a propaganda política para promover, a um só tempo, o ufanismo em torno da ideia do “Brasil grande” e, paralelamente, lançava mão do expediente da censura para evitar que o projeto ideológico da ditadura fosse questionado. Nesse aspecto, o tema da tortura contra opositores do regime, assunto que a imprensa nacional não estava autorizada a divulgar, era sempre algo que os agentes estatais da “comunidade de informações” tentavam sufocar.

Conforme previam Jether e os estudantes que protestavam contra a visita do emissário dos EUA, “o governo Nixon endossou a recomendação de Rockefeller de que Washington aumentasse a ajuda militar aos governos amigos na América Latina.”³⁴⁴ Consequentemente, o apoio dos EUA à ditadura brasileira passaria a ser um tema de constante exploração da

³⁴² SILVA, Elizete. *Protestantismo ecumênico e realidade brasileira: Evangélicos Progressistas em Feira de Santana*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2010. p. 176.

³⁴³ Ibid. p. 176-177.

³⁴⁴ GREEN, James N. *Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 159.

oposição ao regime no exterior, especialmente nos Estados Unidos e na Europa, o que causaria a indignação dos militares.³⁴⁵

O cardeal-arcebispo de Olinda, D. Hélder Câmara, foi um dos personagens no âmbito da hierarquia da Igreja Católica que se destacaram nas denúncias no exterior da repressão da ditadura brasileira contra opositores do regime.³⁴⁶ Elio Gaspari demonstra que diversos indivíduos, exilados de esquerda, e pessoas ligadas às organizações da Igreja Católica estiveram engajadas nessa campanha de denúncias na Europa.³⁴⁷

James Green sublinhou que o caminho inicial utilizado por D. Helder, no caso das denúncias nos EUA, foi construído a partir de articulações ecumênicas feitas com setores progressistas protestantes norte-americanos ligados ao movimento em prol dos direitos civis, principalmente o grupo liderado pelos pastores Martin Luther King Jr e Ralph Abernathy.³⁴⁸ Assim, “Brady Tyson, o missionário metodista, torturado e expulso do Brasil no início de 1966, era membro antigo da *Fellowship of Reconciliation*, quando serviu de elo de ligação entre o Brasil e os Estados Unidos ao criar uma ponte entre dom Hélder Câmara e o reverendo Abernathy.”³⁴⁹ James Green conclui o capítulo em que descreve tais articulações ecumênicas em torno da questão da defesa dos direitos humanos e da campanha de denúncia nos EUA das torturas praticadas pelo regime brasileiro, observando que: “Tyson, pastor metodista, ativista e acadêmico, havia ajudado a fortalecer o laço entre a ala progressista da Igreja Católica na América Latina e um líder importante do movimento dos direitos civis nos Estados Unidos. Esse elo se revelaria duradouro.”³⁵⁰

Nesse cenário de busca dos cristãos brasileiros por canais internacionais que viabilizassem a denúncia da situação repressiva por que passava o Brasil no pós-AI-5, inserem-se as atividades de oposição de protestantes progressistas ecumênicos. Aos poucos foi se desenrolando uma campanha internacional que visava denunciar ao mundo a realidade de violência e de desrespeito aos direitos humanos no Brasil. James Green, em seu trabalho sobre a temática, explora com riqueza de detalhes, respaldado em fontes das mais diferentes naturezas, essa campanha para “isolar o governo brasileiro.”³⁵¹ Convém lembrar que, na perspectiva dos militares no comando do país e mesmo para agentes subalternos dos órgãos

³⁴⁵ GREEN, James, op. cit., p. 147-149.

³⁴⁶ Cf. capítulo intitulado “O Brasil difamado”. In: GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

³⁴⁷ Ibid.

³⁴⁸ GREEN, James, op. cit., p. 168.

³⁴⁹ Ibid., p. 168.

³⁵⁰ Ibid., p. 169.

³⁵¹ Ibid., p. 32.

de informações e de repressão, essa campanha objetivava denegrir a imagem do Brasil no exterior. Algo que apenas pessoas antipatriotas ligadas ao “movimento comunista internacional” poderiam conceber.

O historiador norte-americano aborda uma miríade de iniciativas de religiosos de diferentes igrejas, de intelectuais, de acadêmicos e de exilados brasileiros que, nos Estados Unidos, articularam iniciativas para chamar a atenção da opinião pública, da imprensa, do Senado e do governo norte-americano em torno da questão da violação de direitos humanos com o sistemático emprego da tortura que vinha ocorrendo sob os auspícios da ditadura brasileira desde 1964.

Além de Domício Pereira de Matos e de Jether Ramalho, James Green elenca nomes de pastores, leigos católicos e protestantes, brasileiros em associações com norte-americanos, que atuaram nessas redes articuladas para denunciar a tortura e “isolar” o governo brasileiro no exterior, particularmente nos Estados Unidos: Marcos Arruda, Anivaldo Padilha, Rubem Cesar Fernandes, Jovelino Ramos, dentre outros.

É importante lembrar que após o AI-5 houve um incremento da repressão contra iniciativas de oposição ao regime militar. O movimento estudantil que organizava inúmeras passeatas em várias cidades do Brasil, especialmente após o assassinato pela polícia militar, do estudante Edson Luis, no Rio de Janeiro, foi posto na ilegalidade. Importa frisar que, em princípios dos anos 1970, sob o governo Médici, a imprensa estava sob censura prévia, sendo proibida, inclusive, de divulgar qualquer tipo de notícia sobre a existência de censura no Brasil.³⁵² Um dos resultados foi que se tornou mais difícil ainda se ter acesso a informações sobre o que acontecia, por exemplo, com os muitos milhares de presos e processados pelos IPMs.

No contexto eclesiástico, a Igreja Católica, através da CNBB, apenas em 1968 começava a esboçar uma reação contra o regime, deixando aos poucos sua tradicional postura de apoio ao governo, na medida em que leigos e organizações religiosas começavam a se tornar alvos de repressão. Como foi visto, a maioria das lideranças das igrejas protestantes também se viu aliviada com o golpe militar de 1964 e seguiu apoiando o regime.³⁵³ Ao longo dos anos 1970, porém, no campo protestante, setores das Igrejas-membro do Conselho Mundial de Igrejas, no Brasil, em associação com a CNBB, assumiram posição crítica em

³⁵² KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda – Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo. 2004. pp. 120-121.

³⁵³ Cf. SANTOS, Lyndon de Araújo. “O púlpito, a praça e o palanque: os evangélicos e o regime militar brasileiro.” In: FREIXO, Adriano; FILHO, Oswaldo Munteal (Orgs.). *A Ditadura em debate: Estado e Sociedade nos anos do autoritarismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

relação ao regime e protagonizaram iniciativas de denúncia, protesto e de oposição ao governo dos generais-presidente.

Foi nesse contexto, especialmente em fins de 1969 e início da década de 1970, que começava o citado movimento de âmbito internacional que visava, entre outras coisas, denunciar a situação política sob a ditadura brasileira com vistas a pressionar os mandatários militares a cessarem as práticas de violações dos direitos humanos contra prisioneiros políticos.

Essa campanha que se desenvolveu ao longo dos anos 1970, porém, praticamente não chegou a ser conhecida do grande público no Brasil, pois, conforme enfatiza Green, “nem mesmo as pessoas mais bem informadas poderiam ter obtido da mídia mais do que uma vaga percepção da dimensão”³⁵⁴ desse movimento no exterior, “a menos que estivessem diretamente ligadas a uma organização clandestina ocupada em disseminar no exterior notícias sobre tortura e repressão.”³⁵⁵

Cabe salientar que essa campanha internacional, tanto na Europa quanto na América do Norte, teve caráter eminentemente ecumênica, fato observado por Green e negligenciado por Elio Gaspari. Na Europa, tratou-se de um ecumenismo ainda mais amplo e difuso, envolvendo organizações sindicais, de juristas, feministas, dentre outras. Em 1971, por exemplo, o Conselho Mundial de Igrejas, conjuntamente com a Federação Mundial de Sindicatos e a Federação Internacional de Juristas Pax Romana, apresentou à Comissão de Direitos Humanos da ONU, um dossiê contendo denúncias de inúmeros casos de violações de direitos humanos sob ditadura brasileira. Tratava-se, mais precisamente, de um documento “sobre a situação no Brasil, a qual revela um padrão consistente de violações dos direitos humanos”³⁵⁶ (tradução nossa). O documento levava como anexo um outro, intitulado “um apelo conjunto ao governo brasileiro”³⁵⁷ (tradução nossa), produzido em março de 1971, assinado pelo CMI através da Comissão das Igrejas para Assuntos Internacionais e mais 15 organizações europeias, entre as quais encontravam-se a Anistia Internacional, a União Internacional Católica de Justiça Social, Federação Sindical Mundial, o Comitê sobre Sociedade, Desenvolvimento e Paz (SODEPAX), a Comissão Internacional de Juristas, a

³⁵⁴ GREEN, James N. *Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 30.

³⁵⁵ Ibid., p. 30.

³⁵⁶ BRASIL NUNCA MAIS DIGIT@AL. Acervo do Conselho Mundial de Igrejas. Pasta 429_07_02, folhas 8-10. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/docreader.aspx?bib=DOC_BNM&pesq=Relat%C3%B3rios+sobre+tortura&pesquisa=Pesquisar>. Acesso em: 10 jan. 2014.

³⁵⁷ Ibid. Pasta 429_07_02, fls. 4.

Confederação Mundial do Trabalho, Liga Internacional de Mulheres para a Paz e Liberdade. A intenção imediata do abaixo assinado era no sentido de o governo autorizar que enviados internacionais visitassem prisões e se avistassem com prisioneiros a fim de comprovar as reiteradas alegações do governo de que não havia torturas no Brasil. Essas iniciativas eram parte de um esforço de denúncia e pressão por parte de diferentes organizações e da imprensa europeia que vinha ocorrendo de forma mais sistemática desde janeiro de 1970.

No caso do Conselho Mundial de Igrejas, era alimentado por informações através de redes ligando exilados políticos e pessoas vinculadas a entidades ecumênicas do Brasil. Elio Gaspari, porém, como assinalado, em seu livro que cobre o período, não menciona o CMI como um dos protagonistas dessas iniciativas na Europa, nem mesmo parece ter se atentado para a dimensão ecumênica por trás de alguns desses episódios que narra, especialmente no caso da campanha nos EUA. Como aventado, a narrativa mais recente de Green cobre alguns episódios que foram explorados por Gaspari, porém é mais atenta a alguns detalhes e às ligações ecumênicas. Gaspari, por exemplo, além de não mencionar que Jether era um líder da Igreja Congregacional e Domício, um pastor presbiteriano, apresentou-os como “exilados”, sendo que apenas Rubem Cesar Fernandes estava nessa condição.³⁵⁸ Ele também não mencionou a participação do reverendo Jovelino Ramos em tal atividade.

Segundo Green, em dezembro de 1969, “Jether Ramalho e Domício Pereira haviam levado aos Estados Unidos, escondida na bagagem ou junto ao corpo, uma coleção de documentos que detalhava o sucedido a centenas de prisioneiros políticos brasileiros.”³⁵⁹ A documentação teria sido transportada “clandestinamente do Brasil” e apresentava eloquentes “testemunhos individuais e em grupos”, escritos, por “dezesseis prisioneiras em um centro de detenção no porto do Rio de Janeiro.” Eles entregaram o material ao clérigo William Wipfler, da Igreja Episcopal, líder do *National Concil of Churches* (Conselho Nacional de Igrejas), organismo ecumênico dos EUA formado por diversas igrejas protestantes.

A reação do religioso diante do contundente e desesperado testemunho manuscrito dos que clamavam por ajuda dos cárceres da ditadura do Brasil, foi um misto de surpresa e indignação, o que parece tê-lo motivado, ainda mais, a agir. Anos depois, ele teria afirmado acerca da natureza das denúncias: “Diversas estavam rabiscadas em pedaços de papel sujo, sacos de papel ou envelopes amarrados, e era difícil decifrá-las. [...] Eu sabia que a situação era ruim no Brasil, mas nunca tinha visto nada escrito, nenhum texto.”³⁶⁰ Segundo James

³⁵⁸ GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 278.

³⁵⁹ GREEN, James N, op. cit., p. 216.

³⁶⁰ Ibid.

Green, depois do episódio, William Wipfler convidara Domício Matos, Jether Ramalho, Jovelino Ramos³⁶¹ e Rubem Cesar Fernandes para realizar um trabalho documental a partir dos relatos de tortura oriundos das prisões brasileiras. Fernandes era antropólogo presbiteriano ligado ao movimento ecumênico, que foi preso ainda em 1962, antes do golpe militar.³⁶² Afirmou, em entrevista recente à revista *Isto É*, que “Pastores fizeram uma lista com 40 nomes e entregaram aos militares. Um almirante que vivia na igreja achava que tinha o dever de me prender. Não me encontrou porque eu estava escondido e, depois, fui para o exílio.”³⁶³

O líder do Conselho Nacional de Igrejas dos EUA, uma das entidades ecumênicas mais atuantes no campo da defesa dos direitos humanos, cedeu-lhes uma das suas da entidade e, durante dois meses, juntamente com o historiador brasilianista Ralph Della Cava, “eles organizaram o material, indexaram as denúncias e prepararam um dossiê completo que poderiam publicar em inglês e distribuir amplamente nos Estados Unidos.”³⁶⁴ O impacto dessa iniciativa foi tal que contribuiu para o gradual processo de mudança que se verificou na visão estadunidense sobre o regime brasileiro, a qual emergia da grande imprensa, de políticos influentes no Congresso e da opinião pública. Por fim, a campanha antiditadura acabaria influenciando na alteração da própria política externa norte-americana para o Brasil e para a América Latina. Assim, a ênfase que o presidente Jimmy Carter colocou na questão dos direitos humanos nos 1970 aparece como um dos resultados, não linear e direto, da citada campanha internacional da qual participaram os ativistas ecumênicos brasileiros.

Essa campanha, segundo Green, teria se tornado a base sobre a qual, anos mais tarde, se apoiaria o trabalho que diversas organizações de direitos humanos realizaram nos EUA em favor das vítimas da ditadura no Chile, após o golpe militar de 1973. Com o passar dos anos, o apoio dos EUA à ditadura brasileira, que vinha ocorrendo desde 1964, passou a ser questionado e, por fim, dez anos depois do golpe, o Congresso norte-americano instruiu o governo a “negar qualquer assistência econômica ou militar ao governo de qualquer país estrangeiro que pratique a internação ou encarceramento de seus cidadãos por motivos políticos.”³⁶⁵ Tratava-se, assim, de um dos aspectos da vitória da campanha da qual

³⁶¹ O nome de Jovelino Ramos aparece na pesquisa *Brasil: Nunca Mais* na seção perfil dos atingidos como um dos pastores alvos de IPM.

³⁶² Cf. <http://www.istoe.com.br/reportagens/141566_os+evangelicos+e+a+ditadura+militar>. Acesso em: 28 fev. 2013.

³⁶³ Ibid.

³⁶⁴ GREEN, James N. *Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 217.

³⁶⁵ Trecho da Lei de Assistência Externa dos EUA de 1973 e 1974, apud. Ibid., p. 33.

participaram ativistas do cristianismo progressista e ecumênico do Brasil, tanto católicos quanto protestantes. No tocante ao governo brasileiro sob comando do general Emílio Médici, a campanha teve o mérito de associar, no imaginário de boa parte da mídia e da opinião pública norte-americana, o regime com a tortura. Mas do ponto de vista prático, para além da vitória moral, o regime continuou a negar que houvesse o uso sistemático generalizado da tortura como método estatal para se obter confissões de presos políticos.

Conforme assinalamos antes, esses importantes episódios envolvendo atores do protestantismo ecumênico do Brasil já haviam sido narrados anteriormente pelo jornalista Elio Gaspari. Entretanto, a dimensão e a importância do ecumenismo, enquanto construtor de redes ligando pessoas e instituições em nível internacional, não foram observadas. Por exemplo, por que nos EUA os religiosos e intelectuais brasileiros foram direto nas pessoas certas? Certamente porque já tinham contatos anteriores, fruto das redes ecumênicas operantes, sobretudo, depois do golpe de 1964.

E essa dimensão ecumênica, vale dizer, é fruto de uma expressão de fé e prática que finca raízes no solo da experiência do protestantismo progressista que floresceu em princípios dos anos 1960, conforme temos discutido a partir do capítulo primeiro. Assim, conforme aventamos, a vinculação institucional e religiosa de Jether, de Domício, de Jovelino ou a de Rubem Cesar Fernandes não consta na narrativa. Não é mencionado, por exemplo, o fato de que se tratava de protestantes, inclusive de pastores, no caso de Domício Mattos e Jovelino Ramos. Quando, porém, o autor narra a campanha com o mesmo propósito realizada na Europa, especifica a filiação religiosa dos atores à Igreja Católica.³⁶⁶ Não é demonstrado que tais ações se deram na esteira de um movimento ecumênico cujas redes subterrâneas já vinham sendo construídas há anos. E nesse processo, a experiência prévia desses atores com o CEI foi fundamental, por exemplo, no trabalho de produzir informações, documentar experiências de setores populares e de movimentos sociais atingidos pela repressão, coletar fontes e produzir dossiês, etc.

Portanto, a história que temos tentado reconstituir, abarcando desde o período em que alguns desses indivíduos foram alijados da CEB após a Conferência do Nordeste, em 1962, e outros, após o golpe de 1964, tem por objetivo também ajudar a contextualizar essas e outras iniciativas de denúncia da tortura brasileira no exterior. Essa dimensão ecumênica pregressa ao episódio envolvendo Jovelino, Jether, Domício também escapou a James Green, a despeito

³⁶⁶ GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 280-286.

de ter apontado a filiação religiosa de cada envolvido, inclusive especificando o tipo de inserção social de cada participante norte-americano da campanha contra a tortura.

A despeito do sucesso dos ativistas brasileiros em levar para fora do país informações sobre a veracidade da ocorrência da tortura em instalações militares, as conexões ecumênicas internacionais não escaparam ao monitoramento dos “espiões” dos órgãos estatais. É interessante notar que, com maior intensidade a partir do final dos anos 1970, a vigilância da “comunidade de informações” em torno das atividades do CEDI chegou ao ponto de o SNI passar a dissecar todo o fluxo de entrada e saída de recursos financeiros que corria pelos circuitos construídos pelo CEDI. Essas investigações têm o mérito de nos oferecer um verdadeiro mapeamento da complexa rede de apoio e solidariedade de muitas entidades do exterior aos projetos desenvolvidos por igrejas e entidades ecumênicas no Brasil e na América Latina durante a vigência das ditaduras que se abateram sobre o Cone Sul do continente. Ao longo do trabalho, procuraremos evidenciar o funcionamento de uma pequena parte dessas redes e a natureza dos projetos que foram apoiados, com ênfase no papel desempenhado pelo CMI.³⁶⁷

No tocante a Jether Pereira Ramalho, em documento confidencial de 26 de setembro 1979, já no contexto da “abertura política”, um analista do SNI registrava que ele encontrava-se em Genebra (Suíça), no Conselho Mundial de Igrejas (CMI), a fim de apresentar um trabalho em uma de suas reuniões, que se realizaria na Dinamarca, cujo objetivo seria a discussão sobre “a participação das Igrejas no desenvolvimento”.³⁶⁸

Revelador de uma mentalidade que permeia toda a documentação dos órgãos de informações e de repressão, o informe apresenta uma análise do texto de Jether intitulado “Igrejas e Direitos Humanos no Brasil”. A propósito, não é revelada a forma como o agente teve acesso ao material. Mais adiante, retomaremos essa questão, quando analisarmos as formas com que o CMI foi retratado em tais documentos.

O texto apresentado por Jether se divide em 6 tópicos, como veremos em diante pela lente do agente do SNI. Na representação construída por este, aparecem os pontos que seriam os mais problemáticos do texto, sendo cada um dedicado a um parágrafo do trabalho de Jether.

Acerca do tópico “a contínua busca pelos Direitos Humanos”, em que o ecumênico assinala que as Igrejas no Brasil haviam sido submetidas à enorme repressão e perseguição

³⁶⁷ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACEs nºs: 1440/ folha 1, 1979 e 4153, 1980, folha 1.

³⁶⁸ Ibid.

movida por governos autoritários, o analista observou que “é singularmente esclarecedor se aliado ao que se lhe segue”, isto é, a seguinte indagação de Jether e subsequente resposta:

“E por que foram perseguidos os cristãos pelos regimes de força? Alguns foram presos, expulsos, banidos, torturados e mortos justamente porque lutaram ao lado dos pobres, dos humildes, dos pequenos, dos oprimidos... sua atuação solidária com os povos indígenas, de apoio aos pequenos agricultores e posseiros, junto aos operários e marginalizados...”³⁶⁹

Ao seguir à prática de deduzir, ou mesmo arrancar, supostas verdades de um texto ou de um depoimento, o analista do SNI interpretou o excerto acima com a seguinte observação: “(Obs.: refere-se, obviamente, aos que se empenharam na guerrilha urbana e rural e às campanhas encetadas, há tempos, pela esquerda).”³⁷⁰ Por detrás dessa leitura enviesada, parece residir a tentativa de negar que diversos setores da oposição, e não apenas os que se dedicaram à luta armada, sofreram as arbitrariedades oriundas de órgãos de repressão da ditadura militar. Assim, a despeito de Jether limitar seu enfoque ao caso dos “cristãos” que foram “perseguidos”, o analista extrapola, em sua interpretação, o sentido do que o autor tentou afirmar.

No parágrafo intitulado “crescimento da atuação ecumênica”, o analista elenca vários tópicos do discurso de Jether em que discorre sobre as variadas modalidades de ecumenismo levadas a cabo pelos cristãos e pelas Igrejas no Brasil. Uma das passagens destacadas pelo funcionário do SNI diz respeito à seguinte modalidade ecumênica: “proclamação de manifestos pela imprensa e por outros meios de comunicação social... a favor dos injustiçados e pela anistia aos condenados pelos chamados crimes políticos”, ao que ele comenta, ostentando toda sua perspicácia analítica: “(Obs.: é sutil a correlação entre ‘injustiçados’ e os condenados ‘pelos chamados crimes políticos’)”.

Acerca do título “temas principais dos últimos anos”, através do qual Jether visava apresentar um panorama geral das muitas bandeiras levantadas pelos cristãos e Igrejas desde o início do regime militar, o redator não expressa seu ponto de vista, deixando-o para o próximo parágrafo do texto de Jether, qual seja “observações gerais”. Aqui, ao invés de utilizar citações diretas extraídas do que Jether registrou no artigo original³⁷¹, ele esboça uma paráfrase que produz notável distorção do sentido proposto pelo autor, sugerindo que ele teria dito o seguinte: “a defesa dos direitos humanos precisa ultrapassar sua dimensão individual e

³⁶⁹ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACEs nºs: 1440/ folha 1, 1979; 4153, 1980, folha 1.

³⁷⁰ Ibid.

³⁷¹ O texto de quatro folhas, escrito por Jether, foi anexado ao documento produzido pelo analista de informações do SNI-ARJ.

local, alcançando o nível de luta de classes em âmbito nacional e internacional.” Agora, comparemos tal interpretação da fala de Jether com o que foi efetivamente escrito no artigo:

- a) Inegavelmente a luta pelos direitos humanos apesar de certa ambigüidade com que tem sido usada por certos grupos, como, por exemplo, pela Comissão Trilateral, em determinados momentos históricos, tem se constituído em instrumento eficaz de luta por melhores condições de vida.
- b) A defesa dos direitos humanos precisa ultrapassar sua dimensão individual e local, e entender que as consequências que chocam e sensibilizam a opinião pública mundial são motivadas por razões estruturais, de âmbito nacional e internacional, que indicam relações sociais de exploração, onde classes sociais e nações se enriquecem e dominam à custa da exploração do trabalho e da miséria de milhões de pessoas;
- c) No Brasil a problemática dos direitos humanos não pode reduzir-se a uma questão de minorias, pois a maior parte da população não tem condições dignas de vida.³⁷²

Como pode ser depreendido do excerto conclusivo de Jether Ramalho, o eixo central de sua argumentação gira em torno da questão da relação entre a atuação das Igrejas e a defesa dos direitos humanos em um contexto mais amplo. Para ele, é necessário compreender e atacar as causas, isto é, a ação danosa do capitalismo, que se apóia na exploração dos pobres pelos ricos. A “luta de classes em âmbito nacional e internacional” faz parte, então, de uma leitura distorcida do argumento de Jether, o que gerou, inevitavelmente, uma imagem tosca na mente agente do SNI sobre o significado do que Jether tentava demonstrar.

Portanto, a citada paráfrase lançada anteriormente por ele não pode ser compreendida, nesse caso, como uma distorção inocente, mas, sim, como uma elaboração discursiva intencional, que visava estigmatizar ou culpar, vinculando a imagem de Jether e do CMI, bem como as bandeiras democráticas que acreditavam empunhar, ao movimento “comunista”, ao “marxismo”, à “subversão”, etc.

Com efeito, eram representações que poderiam gerar perigo real para Jether, quando saíssem do domínio do SNI. O resultado final poderia ter sido doloroso para ele ou para qualquer pessoa citada em tais documentos sigilosos, haja vista que quase sempre eles circulavam pelas malhas da “comunidade” e, não raro, paravam nas mãos de carrascos torturadores nos órgãos diretamente envolvidos com a repressão, sempre ávidos por “defender” os interesses da “segurança nacional.”

O exemplo da trajetória de vida e de militância política de Jether Pereira Ramalho e de outros integrantes do movimento ecumênico de origem protestante revela aspectos singulares de comprometimento, entre outras coisas, com a promoção da justiça social, com a luta pelo

³⁷² ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACES nºs: 1440/ folha 1, 1979; 4153, 1980, folha 1.

estabelecimento da democracia, com a denúncia das arbitrariedades perpetradas pela ditadura e com a defesa dos direitos humanos ao longo do regime militar no Brasil. Inevitavelmente sua modalidade de prática social, sob o olhar míope dos espões estatais explicitada em diferentes representações, só poderia mesmo ser apreendida sob o signo do "comunismo", "esquerdismo", da "subversão", etc.

Em consequência disso, alguns companheiros de Jether foram presos, outros tiveram de se exilar, e alguns sofreram violenta repressão desencadeada pelos que se diziam defensores da "autêntica democracia cristã ocidental". Entretanto, apesar dos riscos enfrentados por tais cristãos ecumênicos que militaram no CEDI, em associação com o CMI e ISAL, sob inspiração do ecumenismo e da Teologia da Libertação, protestantes e católicos inegavelmente deixaram sua contribuição ao processo de lutas democráticas travadas ao longo dos difíceis anos de ditadura militar no Brasil.

Boletim CEI e revista Tempo e Presença "acirrando a luta de classes"

Conforme mencionamos, dos integrantes do CEI vigiados pela ditadura, Jether Ramalho é o que possui um dos registros mais antigos. Desde 1965, ano da fundação do organismo ecumênico, o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) do antigo estado da Guanabara já acompanhava suas atividades, isto é, antes mesmo da estruturação da "comunidade de informações", que, segundo Carlos Fico, ocorreu por volta dos anos 1970.³⁷³ E, como vimos, ele sabia disso e, mesmo assim, parece não ter se intimidado ao longo dos anos.

Cumpramos ressaltar que, a despeito das representações dos ativistas ecumênicos construídas nos documentos dos órgãos de informação e repressão, a militância da qual participaram era, na visão deles, autêntica e genuinamente cristã, condizente com as doutrinas bíblicas que embasavam sua inserção no mundo social. Tal perspectiva positiva em relação ao trabalho realizado por intermédio do CEDI aparece, em 1975, de forma explícita em trecho da principal publicação criada e mantida pela entidade através de uma avaliação de sua trajetória:

Somos hoje equipe ecumênica de pastores, padres e leigos cristãos, que não põe limites estruturais à Igreja de Jesus Cristo. Pelo contrário, somos a IGREJA buscando, como Ele, o Senhor, a encarnação da Justiça e da Liberdade. E Deus nos tem ajudado! Por isso vamos prosseguir.³⁷⁴

³⁷³ FICO, Carlos. *Como eles agiam. os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

³⁷⁴ *Boletim CEI*, Rio de Janeiro, n. 100, mar. 1975. p. 2.

Waldo Cesar, em texto publicado em 2003, faz um balanço da função a que o *Boletim CEI*, precursor da revista *Tempo e Presença*, propunha-se a cumprir e da perspectiva histórica vislumbrada pelos militantes envolvidos em sua produção e divulgação naquele contexto repressivo dos anos 1960. Olhando em retrospecto e trazendo à memória os frutos alcançados, explica que uma de suas propostas era servir de:

[...] estímulo à rede de pessoas e instituições inconformadas com o autoritarismo eclesiástico e secular. O CEI teve apoio substancial de um comitê formado nos Estados Unidos – e aqui também contamos com iniciativa e participação de Richard Shaull, radicado nos Estados Unidos e professor no *Princeton Theological Seminary*. Pode-se dizer que a repressão, ao fechar os espaços públicos de nossa atuação, abriu novos horizontes de solidariedade, posta à prova pelo seu caráter clandestino ou semi-clandestino. A geografia dos regimes autoritários, ocupando o continente latino-americano, tinha a sua contrapartida num amplo e corajoso círculo de contestadores mais e mais comprometidos com o povo e o seu sofrimento. O horizonte ecumênico se amplia ao campo secular, que nos pareceu então mais aberto e mais corajoso do que o pequeno mundo das lideranças evangélicas. O sentido relacional da cultura brasileira (como sugere o antropólogo Roberto da Mata), era experimentado como novidade do espírito e de uma nova práxis.³⁷⁵

Entre as principais atividades dos membros do CEI, desde os anos 1965, estava a busca por respostas às demandas imergidas do seio “sociedade civil”, em especial, dos movimentos sociais que, mesmo sob repressão do novo Estado erigido no pós-1964, continuavam vivos através do que poderíamos considerar como verdadeiras “redes subterrâneas”. Assim, o pastor Zwinglio Mota Dias recordou-se, em trabalho recente de 2008, das principais demandas que o CEI/CEDI tentou suprir, as quais diziam respeito aos seguintes pontos:

[...] formação política, educação de base, organização de movimentos populares reivindicativos de direitos, formação teológica, análises do desenvolvimento da conjuntura político-econômica, defesa e promoção dos Direitos Humanos, documentação histórica das lutas populares, planos de pastoral, etc.³⁷⁶

De acordo com o mesmo autor, o CEDI inseria-se num contexto mais amplo, em um processo de “construção da democracia”, no qual diversos indivíduos e instituições tomaram parte. Nessa empreitada, segundo Zwinglio, o órgão ecumênico desempenhou papel importante, sobretudo pelo fato de contar com apoio financeiro externo, conforme havíamos mencionado anteriormente:

³⁷⁵ CESAR, Waldo. “Igreja e Sociedade – ou Sociedade e Igreja?”. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 23. n. especial. 2003. p. 25.

³⁷⁶ DIAS, Zwinglio Mota; TEIXEIRA, Faustino. *Ecumenismo e Diálogo Inter-Religioso: A arte do possível*. Aparecida: Editora Santuário, 2008. p. 68.

Os recursos para o financiamento e para a sustentação de incontáveis programas e projetos de mobilização, organização e emancipação, oriundos de iniciativas populares carreadas por instâncias das igrejas e de organismos ecumênicos e, muitas vezes, monitorados por Ongs especializadas que emergiam desse complexo processo de construção da democracia a partir das bases da sociedade, provieram, em sua maioria, de Agências internacionais de Cooperação ao Desenvolvimento, tanto européias como norte-americanas, destacando-se aí as Agências de Cooperação Ecumênicas, articuladas pelo Conselho Mundial de Igrejas, as Agências Católicas e outras sem caráter confessional.³⁷⁷

Com efeito, conforme aventamos, os órgãos estatais realizaram levantamentos de todos os programas e projetos desenvolvidos pelo CEDI, os responsáveis pela implementação de cada um deles e os grupos ou classes sociais a que visavam atingir. Uma das suspeitas era a de que a entidade ecumênica não estaria realizando suas funções especificadas no tipo de registro legal de que gozava, isto é, como uma “editora LTDA.” Portanto, à medida que a equipe do CEDI expandia suas atividades para além das publicações sobre religião e teologia, passando a produzir estudos encomendados por instituições variadas, inclusive pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e pelo Conselho Mundial de Igrejas (CMI), crescia, também, o monitoramento da “comunidade de informações”, a fim de aprofundar a vigilância em torno do universo ecumênico, com ênfase nas relações travadas com pessoas e entidades no exterior.

Desse modo, algumas conexões ecumênicas internacionais, apontadas anteriormente por Zwinglio Dias, também não escaparam do monitoramento dos “espiões” dos órgãos estatais. Conforme mencionamos anteriormente, a partir do final dos anos 1970, a preocupação dos órgãos de informação com as atividades do CEDI chegou a tal ponto que passaram a espionar todo movimento de entrada e saída de recursos financeiros. É o caso de um documento do Serviço Nacional de Informações (SNI), Agência Rio de Janeiro (ARJ), intitulado de “recursos financeiros destinados ao CEDI do exterior.”³⁷⁸

Era um trabalho conjunto, envolvendo diversos órgãos de informações e de segurança do regime militar, que possibilitou a elaboração de listas detalhadas com nomes, funções, endereços e salários recebidos por funcionários e sócios do CEDI, as quantias auferidas com as doações canalizadas de entidades do exterior, dentre outras informações.³⁷⁹ Possivelmente os agentes conseguiram a colaboração de alguma pessoa de dentro do organismo ou

³⁷⁷ DIAS, Zwinglio; TEIXEIRA, Faustino, op. cit., p. 69.

³⁷⁸ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACE nº 4153/1980, folha 1.

³⁷⁹ ARQUIVO NACIONAL – Coordenação Regional, DF, DSI – Ministério das Relações Exteriores, informação nº 167/140/AC/84, folhas 276/289.

“infiltrou” ali talvez como funcionário um de seus homens, pois eram muitos os detalhes apresentados sobre o trabalho da entidade ecumênica. As fontes atestam que eles tiveram acesso, inclusive, a projetos que ainda seriam lançados pela entidade.

Um dos documentos que apresentam tais dados traz no cabeçalho, em seu tópico “origem”, isto é, de onde o agente havia consultado tais informações, o seguinte: “informante”. Esse indício leva a crer que os órgãos de informações, provavelmente o SNI, pois foi o que mais monitorou o CEDI, utilizava os serviços de alguma pessoa que atuava na entidade.³⁸⁰

Um desses documentos, produzido pelo Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), começa apresentando os objetivos do estatuto de CEDI, seu endereço e os dados do seu registro junto na Secretaria de Justiça do Rio de Janeiro:

- a – organizar um serviço ecumênico de documentação, especialmente dos pronunciamentos oficiais das diversas instituições ecumênicas nacionais e internacionais;
- b – servir às Igrejas e Instituições Ecumênicas com documentos e material necessário ao exercício do seu ministério cristão;
- c – oferecer às Igrejas, organizações e pessoas interessadas, informação ecumênica através de notícias, estudos e documentos;
- d – patrocinar estudos e pesquisas com finalidade de aprofundar temas e oferecer subsídios aos trabalhos de evangelização, promovidos por Igrejas e instituições afins; e
- e – oferecer assessoramento ao planejamento e execução de projetos ecumênicos.³⁸¹

Um dos objetivos do analista era demonstrar que o CEDI estava atuando em desacordo com o que previa seu estatuto legal. Assim, na representação do agente do CISA, a revista *Tempo e Presença*, buscava, na verdade, “acirrar a luta de classes.” Portanto,

pelas atividades autorizadas do CEDI, todas de importante penetração social, e pelos antecedentes de seus sócios, não é de se descartar que esta entidade seja mais um veículo do chamado ‘clero progressista’, segmento que, atualmente, serve de apoio às atividades de diversas Organizações Subversivas.³⁸²

A percepção da “importante penetração social” das atividades do organismo faz-nos lembrar que o perfil de atuação do CEDI se enquadra naquele “modelo cristocêntrico” ora apresentado por Aline Coutrot, cujo impulso é pelo engajamento com vistas à mudança, à transformação da sociedade. A autora destacou que uma das maneiras de se averiguar as

³⁸⁰ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações - ACE nº 4153/1980, folha 1.

³⁸¹ Ibid.

³⁸² Ibid.

formas de intervenção das forças religiosas na prática é atentar para a importância que assumem diante da sociedade as declarações do episcopado, sua influência e impacto na opinião pública, como elas são recepcionadas pelo estado e pelos fiéis.³⁸³ Não sem propósito, um dos objetivos do CEDI era exatamente o de disseminar “pronunciamentos oficiais das diversas instituições ecumênicas nacionais e internacionais”, pois eram sabedores da força moral que a religião havia adquirido naqueles tempos de ditadura. E os agentes estatais também tinham a mesma consciência, pois foi assinalado no documento acima que as iniciativas da equipe eram todas de “importante penetração social”

A versão dos fatos do agente surge como conclusão do levantamento da ficha dos sócios e funcionários, inclusive de seus “antecedentes” consultados no próprio arquivo do CISA, o qual continha considerável número de documentos que evidenciavam todo um trabalho pregresso de anos de vigilância e, por conseguinte, de construção de imagens e de representações sobre os ativistas. O que confirma a informação que por volta de 1966 foi passada a Jether, dando conta de que o SNI havia fichado os envolvidos com o *Boletim CEI*. O citado documento aponta sete sócios com “antecedentes desabonadores”, devido, sobretudo, a ligações mantidas com organizações clandestinas da esquerda armada como, por exemplo, a VPR e o MPL, tendo, inclusive, duas pessoas sido presas anteriormente.

Contudo, reconhece a eficácia do trabalho da entidade no âmbito da organização popular ao afirmar que desenvolvia ações de “importante penetração social”. Nesse caso, já se trata de uma interpretação mais coerente, porque conseguia captar o sentido de organização popular de algumas ações do CEDI, as quais, evidentemente, segundo a visão dos agentes, certamente poderiam fomentar o pensamento crítico do povo contra o regime. E isso eles não estavam dispostos a aceitar, já que se viam como protagonistas de uma revolução em processo de consolidação, pois, tal qual um mantra, todos os seus documentos traziam a seguinte inscrição: “A revolução de 64 é irreversível e consolidará a democracia no Brasil”. E quem duvida de que dentro da cabeça daqueles homens não estava cristalizada a convicção de que estavam defendendo a democracia, ainda que torturas e assassinatos contra cidadãos que agiam e/ou pensavam diferente fossem admitidos como métodos legítimos?

Um documento do SNI procura corroborar a tese de que o CEDI, juntamente com outros movimentos religiosos, estaria desviado de seus objetivos estatutários e que, considerando o perfil da mensagem contida nas publicações: “é de se ressaltar que somente os aspectos políticos, econômicos e sociais são apresentados nesses movimentos e até a presente

³⁸³ Cf. COUTROT, Aline. “Religião e política”. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV. 1996. p. 340-344.

data foi observada ausência de temas envolvendo conceitos dogmáticos.”³⁸⁴ Desse modo, constatava que aspectos relacionados com a religião haviam ficado em segundo plano na agenda do organismo.

Percebe-se, todavia, que o CISA não conhecia tão bem o CEDI e seus ativistas, devido às informações superficiais que ele oferece no documento, o qual é enviado a diversos outros órgãos da “comunidade”, solicitando “ser informado sobre os dados disponíveis nos respectivos OI [Órgãos de Informações], a respeito do CEDI.”³⁸⁵ Há indícios que sugerem que o SNI, profundo conhecedor da entidade ecumênica, não demonstrou boa vontade em atender ao pedido do CISA, o que revela aspectos da disputa interna entre as agências de espionagem pela posse das informações julgadas exclusivas, algo que já foi objeto de análise de outros autores.

Após um tempo considerável de acompanhamento das atividades do CEDI, outros órgãos da “comunidade de informações e de segurança” haviam adquirido condições de traçar um quadro bem preciso das ações da entidade. No tocante às relações ecumênicas estabelecidas entre ele e outros organismos e instituições, o DGIE assinalou que:

O CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO (CEDI), que faz publicar mensalmente a revista “Tempo e Presença”, segue a orientação vinda do CMI e se constitui em ponto focal de outras organizações tais como a FEDERAÇÃO NACIONAL DE IGREJAS PRESBITERIANAS (FENIP), INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS DA RELIGIÃO (ISER) e FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL (FASE), entre outros.³⁸⁶

Convém registrar que quando das investigações iniciais em torno da militância dos pioneiros do CEI, Domício de Matos, Jether Ramalho, Waldo Cesar, Zwinglio e outros, em fins dos anos 1960 e inícios dos anos 1970, os órgãos de informações apenas aventavam em seus documentos o suposto caráter “subversivo do organismo.

Em agosto de 1979, como afirma o citado documento, a “comunidade de informações” ainda não conhecia “em detalhes”, por exemplo, a maneira como era feita a “distribuição” dos periódicos do CEDI. Ao longo dos anos, porém, as “agências de inteligência” se aprimoraram e acumularam conhecimento nesse particular. Em novembro do mesmo ano, já havia um

³⁸⁴ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACE, 3843/1980, fls. 25.

³⁸⁵ Ibid., ACE 7430/1980, fls.10.

³⁸⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Fundo das Polícias Políticas - Setor DGIE, pasta 247-B, Folhas 90-B, 04 SET. 1979.

levantamento preciso acerca de diversas pessoas e organizações que recebiam tais materiais no Brasil e no exterior.³⁸⁷

No tocante à atuação em torno da promoção dos direitos humanos, através da troca de informações com organizações latino-americanas, o Serviço Nacional de Informações (SNI), em novembro de 1978, avaliou que:

As ligações internacionais realizadas, muito provavelmente em GENEVRA, por elementos ligados ao CEDI [...] estão dando os seus frutos. Assim, a organização Argentina ‘FAMILIARES DE DESAPARECIDOS Y DETENIDOS POR RAZONES POLITICAS’, com sede em BUENOS AIRES (rua Corrientes 1785 – 5º piso ‘J’ - 1042) e a publicação semanal mexicana intitulada “Comunicaciones CENCOS”, de orientação comunista (pró-URSS), têm mantido contatos com o CEDI, consubstanciados na troca de publicações.³⁸⁸

Conforme veremos no capítulo 5, a questão da denúncia das violações de direitos humanos patrocinada pela ditadura instalada na Argentina a partir de 1976, contou com forte engajamento de uma rede que interligava pessoas e instituições ecumênicas no Brasil, na Argentina na Europa e na América do Norte.

Acerca da difusão e recepção dos periódicos do CEDI, em 16 de junho de 1980, o SNI contabilizou nada menos que 65 organismos e igrejas, bem como diversas pessoas físicas – seus nomes estão sob tarjas pretas nos documentos do SNI que consultamos, a fim de resguardar a identidade dos investigados – espalhados por vários países da Europa, das Américas e, na África, em Angola.³⁸⁹

Na mesma direção, outro documento do mesmo Serviço, contendo seis páginas, “apurou que, no mês de Mai 80, a revista ‘TEMPO E PRESENÇA’, órgão do CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO (CEDI)”³⁹⁰, fora enviada para os seguintes países e regiões: Bélgica, Itália, Espanha, Portugal, Noruega, Holanda, Suíça, França, República Federal da Alemanha, Inglaterra, Argentina, Peru, Paraguai, República Dominicana, Honduras, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Bolívia, Porto Rico, Nicarágua, México, Colômbia, América do Norte, Zaire, Moçambique e Angola. Para alguns desses países, o periódico fora endereçado a diversas pessoas, organismos e igrejas.

³⁸⁷ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACE nº 4935/1980, folha 1.

³⁸⁸ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Fundo das Polícias Políticas - Setor DGIE, pasta 247-B, folhas 90-C, 05 NOV. 1979.

³⁸⁹ ARQUIVO NACIONAL, op. cit., ACE nº 2982/1980, folhas 1-6.

³⁹⁰ Ibid. folhas 1-6.

A maioria dessas instituições reproduzia as informações recebidas do CEDI em seus respectivos veículos de comunicação e, com isso, ampliava-se ainda mais o público alcançado por *Tempo e Presença*. Nesse sentido, não é de surpreender o tipo de análise, sobre a publicação, esboçada pelo redator do documento do SNI:

Considerando que “TEMPO E PRESENÇA” é uma publicação editada por facção da Igreja Protestante engajada no ecumenismo e na “Teologia da Libertação”, cuja tônica é o combate às medidas e às autoridades governamentais apontando, como única solução viável para nossos problemas o socialismo marxista, é fácil aquilatar dos danos que causa, ao nosso País, sua crescente difusão no exterior.³⁹¹

Nessa interpretação, a publicação ecumênica do CEDI seria uma propagadora do “socialismo marxista” como “única solução viável” “para os problemas sociais do Brasil” e estaria maculando a imagem do Brasil que a ditadura tentava vender no exterior. Com base na avaliação de atividades variadas do movimento ecumênico, esta mesma agência do serviço secreto brasileiro chegou a uma interessante conclusão sobre a especificidade do “ecumenismo” no Brasil:

Face ao exposto verifica-se ser possível que à sombra do “ecumenismo”, as correntes de esquerda existentes nas diferentes confissões cristãs estejam, a pouco e pouco, não só buscando o controle – parcial ou total – das mesmas como, em um passo mais ambicioso e abrangente, pretendendo dominá-las.³⁹²

Note-se que não é sem propósito que o agente grafou com aspas a palavra “ecumenismo”. É que na sua concepção de mundo, a despeito de possível legitimidade de alguma outra modalidade de ecumenismo, as relações travadas entre indivíduos e instituições por ele investigadas estavam utilizando o movimento para encobrir estratégias secretas de luta pelo poder, as quais se distanciavam dos verdadeiros objetivos esperados para um movimento religioso. Haja vista que na ótica da Doutrina de Segurança Nacional, a religião deveria cumprir objetivos específicos de “coesão da sociedade” no “campo psicossocial”, o qual estava inserido em um dos campos do então chamado “Poder Nacional” da referida doutrina.

Neste sentido, o ecumenismo da forma como era pensado e praticado por ativistas do CEDI, das entidades ecumênicas e Igrejas ligadas ao CMI, preocupava os militares especialmente por que poderia “contaminar”, por assim dizer, através da “infiltração e

³⁹¹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, op. cit., folhas 90-C.

³⁹² ARQUIVO NACIONAL, op. cit., ACE 1904/1979. fls. 3.

subversão ideológica”, amplos setores da sociedade, disseminando o “inconformismo das massas” contra os “poderes constituídos” pela “Revolução de 1964”.³⁹³

Afinal, segundo o documento, o CEDI, mantinha “ligações com diversas entidades do exterior, destacando-se, entre elas, as organizações clandestinas de luta armada ‘Exército Guerrilheiro dos Pobres (EGP)’, da Guatemala, e ‘Organização do Povo em Armas’ (ORPA), do México.”³⁹⁴ Na perspectiva do agente do SNI, essas ligações com organizações tão perigosas certamente poderiam provocar efeitos danosos para a Segurança Nacional, já que as articulações do CEDI no Brasil, também eram, segundo ele, “bastante numerosas, especialmente com os setores e movimentos esquerdistas das diversas confissões religiosas.”³⁹⁵

No caso do documento citado anteriormente, em que *Tempo e Presença* é representada como uma espécie de fomentadora do “socialismo marxista”, é provável que tenha se baseado na edição de número 159 da revista, pois a mesma foi publicada em maio de 1980. Nela, o periódico trazia a seguinte manchete: “Evangélicos e problemas do povo”. Seu conteúdo enfocava as contradições e desigualdades sociais vigentes, envolvendo diferentes categorias de cidadãos, sob os seguintes títulos:

Bispo acha que abertura falhou; pesquisa do IBGE mostra disparidades; polícia interfere na greve do café; agente de pastoral morre assassinado no interior do Pará; Bóias-frias pedem Reforma Agrária; trabalhadores fazem denúncias; extinção é o que parece restar à tribo dos Guajás; “é preciso denunciar a violência” – fala arcebispo católico em Universidade metodista; democracia, a partir das bases; até quando, general.³⁹⁶

As temáticas abordadas nas publicações do CEDI, devido ao seu teor crítico, apontando e discutindo, de forma contundente, as causas e consequências das injustiças sociais e da repressão dos órgãos de segurança, eram sentidas como uma crítica direta ao regime militar. A associação com as correntes progressistas católicas também incomodava os agentes, resultando em análises que classificavam *Tempo e Presença* como uma publicação produzida “por expressivos elementos esquerdistas”³⁹⁷, que visava alcançar “objetivos políticos

³⁹³ Cf. discurso do Marechal Castelo Branco em aula inaugural na ESG, em 13 de março de 1967. *Apud.* FON, Antônio Carlos. *Tortura: a história repressão política no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Global. 1979. p. 28.

³⁹⁴ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACE 19393/1981. fls. 2.

³⁹⁵ *Ibid.*

³⁹⁶ *Tempo e Presença*, Rio de Janeiro, n. 160, jun. 1980. p. 6.

³⁹⁷ ARQUIVO NACIONAL, op. cit., ACE 19393/1981 fls. 3.

contestatórios” ao Governo, a serviço dos “diferentes ramos do protestantismo” e do “clero progressista católico”, recebendo do “CMI recursos financeiros” para tais propósitos.³⁹⁸

Certamente rotular todos os integrantes do CEDI como “esquerdistas” visava a deslegitimar a crítica que direcionavam contra as medidas do governo enquanto causadoras e aprofundadoras de muitos e complexos problemas sociais ao longo da “abertura”, seja no campo ou nas cidades. Entretanto, significava também ignorar a multiplicidade de correntes de pensamento que conviviam no interior da instituição através de um ecumenismo mais amplo, que, desde os anos 1970, passou a aglutinar religiosos de diferentes igrejas bem como outros intelectuais que não tinham filiação com igrejas ou religiões.

O jornalista Paulo Roberto Salles Garcia, que também militou e publicou artigos junto ao CEDI, analisou detidamente a totalidade das revistas *Tempo e Presença* publicadas entre 1979 e 1999, que contou com cerca de 500 articulistas das mais variadas áreas do conhecimento científico, colaborando em 159 números, que totalizaram cerca de 5000 páginas. Na sua perspectiva, “as páginas da revista contaram toda a história do movimento ecumênico.”³⁹⁹ Apesar do otimismo do autor, consideramos bastante significativo o quadro síntese que ele os apresenta sobre as preocupações que estiveram presentes ao longo desses anos e sobre o perfil editorial da *Tempo e Presença*:

Não é difícil reconhecer que sua presença deu-se desde sempre da ótica dos movimentos populares e daqueles cujas vozes não eram ouvidas pelos dirigentes do País – em muitos casos, ela foi um instrumento de contra-informação, oferecendo reflexões e abordagens diferentes das versões oficiais dos fatos e abrindo espaço para aqueles sem voz. Prova disso foram as temáticas propostas, as quais privilegiaram os excluídos do sistema capitalista, como os povos indígenas, os trabalhadores urbanos, os lavradores sem-terra, as populações de rua e os negros, para citar apenas alguns exemplos. Nas páginas da publicação foram divulgadas análises, críticas, reflexões e denúncias que, de alguma forma, contribuíram para fortalecer algumas iniciativas em andamento e incentivar novas. A revista, enfim, alimentava a utopia de que a proposta socialista fosse uma forma mais humana de se reger a sociedade. Nesse sentido houve denúncia do capitalismo, à situação de intransigência e de todas as ações possíveis de cerceamento de liberdade.

Essa linha de promover a “contra-informação” (o conceito também foi utilizado anteriormente por Magali Cunha⁴⁰⁰ quando avaliou o perfil do boletim CEI), trazendo à tona o

³⁹⁸ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACE 3842/1980, fls. 10.

³⁹⁹ GARCIA, Paulo Roberto Salles. *A história e a importância da revista “Tempo e Presença” no movimento ecumênico e na sociedade brasileira*. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001. p. 141.

⁴⁰⁰ CUNHA, Magali do Nascimento. *Crise, esquecimento e memória: O Centro Ecumênico de Informação e a construção da identidade do Protestantismo Brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

lado repressivo do Estado autoritário, aparece muito claramente nas publicações e em resultados de pesquisas realizadas pela equipe do CEDI. Uma delas, produzida em 1978, sob encomenda da Arquidiocese de São Paulo, sobre as violências do regime contra membros da Igreja Católica, a qual citamos no início do capítulo, é um bom exemplo do tipo de matéria que desagradava aos agentes. Em 1981 ela foi assim descrita e avaliada:

Em Dez de 1978, a pedido de D. Paulo Evaristo Arns, elaborou o documento “Repressão na Igreja no BRASIL”, procurando enumerar e caracterizar casos de “agressões” e “perseguições” aos membros da Igreja Católica no País, situando-as como uma consequência da sua preocupação com a pobreza e com a miséria. A publicação procurou, ainda, despertar a atenção do leitor para uma situação de extrema violência contra os direitos humanos na AMÉRICA LATINA, apontando como causa principal o capitalismo desumano, sustentado por regimes militares baseados na Doutrina de Segurança Nacional.⁴⁰¹

No decorrer dos anos 1980, o SNI avaliava, após intensas investigações, que os setores ecumênicos das igrejas protestantes, especialmente através do CEDI, em associação com os setores progressistas da Igreja Católica, ambos apoiados pelo CMI, procuravam:

influir na política governamental, nos diversos campos do Poder Nacional, através de educação e doutrinação das massas, visando a consecução de seus objetivos políticos e manter junto à opinião pública sua influência alicerçada numa falsa ação pastoral.⁴⁰²

Aquilo que, sob a perspectiva dos que professavam o “cristianismo de libertação” aflorado desde 1962, durante a Conferência do Nordeste, representava o autêntico processo de luta pela transformação social e da busca pela paz, através da formação e conscientização popular, na ótica míope dos agentes do Estado autoritário, não passava de “falsa ação pastoral”.

A conclusão a partir de tais análises enviesadas era a de que o CEDI, sobretudo por conta do respaldo financeiro oriundo de organismos ecumênicos do exterior, cumpria, naquele contexto da chamada “abertura política”, a função de órgão “catalisador das manifestações de incitamento à luta de classes tanto da ‘esquerda clerical’ católica quanto do ‘ecumenismo’ protestante.”⁴⁰³ Em suma, o CEDI congregava “ativistas de diversas confissões religiosas e se caracteriza pela divulgação de teses esquerdistas e de contestação ao Governo.”⁴⁰⁴

⁴⁰¹ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, DF, ACE 19393/1981, fls. 2/3.

⁴⁰² Ibid., ACE 3842/1980, fls. 29.

⁴⁰³ Ibid., ACE 4153/1980, fls. 2.

⁴⁰⁴ Ibid., ACE 19393/1981, fls. 1.

Com efeito, *Tempo e Presença* era uma publicação militante que buscava interferir no rumo da sociedade a partir dos valores, crenças, e perspectivas teológico-políticas peculiares ao formato de “cristianismo de libertação” que se forjou ao longo dos anos e em meio às lutas populares no contexto ditatorial do Brasil. Por isso que Garcia apresenta mais alguns elementos de sua contribuição ao processo histórico de lutas populares ao longo dos anos:

[...] participou do projeto de estimular os cristãos para fortalecerem cada vez mais a presença efetiva na sociedade, solidificando assim a relação fé e política, tendo em vista a construção de uma nova sociedade baseada na solidariedade, na igualdade, na democracia, na justiça e na paz – valores considerados sinais concretos do Reino de Deus. Enfim, é inegável a sua importância nesse projeto que ela abraçou desde 1979, em continuação a outra proposta igualmente relevante, que foi a do boletim CEI.⁴⁰⁵

Por outro lado, a leitura que os agentes realizavam da postura dos grupos religiosos conservadores, sobretudo da Igreja Católica, era extremamente positiva: “pautam suas ações voltadas para a ação pastoral”, “não aceitam ingerências externas nas suas áreas de influência”, “continuam apoiando o governo, considerando em primeiro plano o valor espiritual, combatendo o Comunismo e suas manifestações, bem como, os progressistas.”⁴⁰⁶ A análise do movimento religioso feita pelos analistas do SNI identificava, assim, três correntes de pensamento e de ação no seio da Igreja Católica: os “conservadores”, os “progressistas” e os “pastoralistas”. Essa representação praticamente não se alteraria ao longo do regime militar.

No tocante ao campo religioso protestante, havia avaliação parecida, sendo divididos em “conservadores” e “progressistas”, estes últimos também eram qualificados simplesmente como “ecumênicos”.⁴⁰⁷ Assim, “o grupo Conservador está preocupado, apenas, com o aspecto evangélico, pastoral de sua atuação”, sendo a Igreja Batista a principal representante, enquanto “o grupo Progressista é formado por segmentos importantes das Igrejas Evangélicas, Pentecostal, de Confissão Luterana no Brasil, Metodista, Presbiteriana, Episcopal e Cristã Reformada” e “defende a Teologia da Libertação e tem sua atuação paralela à da facção católica progressista extremada [...]”.⁴⁰⁸ Os analistas estavam cientes, porém, que apenas

⁴⁰⁵ GARCIA, Paulo Roberto Salles. *A história e a importância da revista “Tempo e Presença” no movimento ecumênico e na sociedade brasileira*. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001. p. 142.

⁴⁰⁶ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACE 3842/1980, fls. 19.

⁴⁰⁷ Ibid., ACE 7140/1982. fls. 6.

⁴⁰⁸ Ibid., fls. 7.

“uma parte dos presbiterianos”⁴⁰⁹ podiam ser caracterizados como “progressistas” e que os “pentecostais” faziam alusão à Igreja Pentecostal “o Brasil para Cristo”.

Como fruto da vigilância e da análise do SNI, enfocando iniciativas de indivíduos e organismos desde os anos 1960, em novembro de 1982 um agente do Serviço reconhecia:

[...] movimento muito importante, o Ecumenismo, vem reunindo os esforços e interesses de ambas as facções progressistas, católicas e evangélicas. Uma série de entidades evangélicas de serviço, que antes assessoravam e financiavam especialmente Igrejas Protestantes, passaram a dar cobertura, também, ao clero católico, ativista de esquerda.⁴¹⁰

Além de reconhecer a importância do movimento ecumênico, evidentemente pela via negativa, a representação sublinha o papel das “entidades evangélicas de serviço”, inclusive a CESE⁴¹¹, da qual falaremos no capítulo 4 deste trabalho. Como temos visto, a “corrente progressista” era a que mais estava aberta ao movimento ecumênico, enquanto os “conservadores” rechaçavam-no sem reservas e os “pastorialistas” mantinham uma postura um tanto ambígua. Neste ponto deve-se reconhecer certa argúcia e sensibilidade sociológica do analista. Ele consegue perceber os matizes do campo religioso à época de suas investigações. A propósito, mais adiante veremos essa peculiaridade de alguns estudos feitos por detetives e gerais “sociólogos” e “antropólogos”. Tais documentos, mostram-se mais sofisticados do que aqueles produzidos nos anos 1960 e inícios dos 1970 pela polícia política e órgãos de informações das Forças Armadas do Rio de Janeiro sobre os pioneiros do CEI.

Ao continuar sua análise, o agente observou que os “conservadores”, “devido às diretrizes do Papa, tendem a tomar uma posição de neutralidade só definindo sua tendência quando têm a certeza do êxito assegurado.”⁴¹² Com a expressão “diretrizes do papa”, ele está se referindo de modo geral à política implementada por João Paulo II, após sua posse em 1978, de orientar os clérigos e prelados a se afastarem do mundo da política e da Teologia da Libertação e, mais especificamente, a outras orientações dadas em sua visita ao Brasil, em 1980.

A percepção dos agentes estatais do SNI aponta uma dinâmica interessante, resultante da política conservadora do Vaticano, que, paulatinamente, se afastara das perspectivas de Medellín que priorizavam uma ação pastoral focada na “opção preferencial pelos pobres”, em

⁴⁰⁹ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, DF, ACE 7301/1982. fls. 1.

⁴¹⁰ Ibid., ACE 7140/1982. fls. 7.

⁴¹¹ Da qual falaremos em momento oportuno, no apoio a iniciativas do clero católico progressista.

⁴¹² ARQUIVO NACIONAL, op. cit., ACE 3842/1980, fls. 19.

consonância com a Teologia da Libertação: a aproximação ainda maior entre os setores progressistas católicos junto ao CMI, também considerado pelos agentes como progressista e propagador da Teologia da Libertação. Entendiam também que uma das razões para a aproximação entre as vertentes progressistas, católica e a protestante, residia no fato de que a minoria protestante tinha “pressa em aliar-se aos ‘progressistas católicos, aos quais tentam, com recursos do CMI, a criação de uma Igreja Popular no BRASIL.’”⁴¹³ Em síntese, nestas elaborações interpretativas, o objetivo último do movimento ecumênico seria a tomada do poder nas igrejas, com o subsequente estabelecimento de uma nova forma de igreja, uma “Igreja Popular.” Que tais segmentos propugnavam por uma “nova forma de ser igreja” não há que se objetar. Contudo, a insinuação da existência de uma articulação de um projeto de poder para o estabelecimento de uma “igreja popular” numa espécie de bloco homogêneo unificador das diferentes vertentes cristãs não encontra respaldo na realidade.

Voltando ao citado número da revista *Tempo e Presença*, constatamos que o penúltimo título, “democracia, a partir das bases”, apresenta trechos do programa de trabalho do Partido dos Trabalhadores (PT), cujo líder maior era o então torneiro mecânico e sindicalista do ABCD paulista, Luís Inácio Lula da Silva – que foi eleito, pelo voto popular, Presidente da República Federativa do Brasil, entre os anos de 2003 e 2010.

Com efeito, ao fazer circular as propostas do PT por intermédio de *Tempo e Presença*, a equipe do CEDI apresentava aos leitores uma via clara de participação político-partidária afinada com os princípios “progressistas” da maioria dos seus participantes. Contudo, inevitavelmente, era um tipo de proposta que ia de encontro com o imaginário estreito e autoritário dos agentes da “comunidade de informações”. Portanto, na percepção dos agentes estatais, o comportamento político do CEDI era interpretado como estando em estreita sintonia com o “comunismo internacional” ou com o “socialismo marxista”.

No número 160, de *Tempo e Presença*, de junho de 1980, a equipe do CEDI publicou uma “lista de nomes de bispos atingidos pela repressão no período 1968/1978 (ordem alfabética)”⁴¹⁴, na qual aparecem quase trinta religiosos católicos e o detalhamento das formas de repressão sofridas. Nessa pesquisa, que, conforme mencionamos, fora encomendada pela CNBB, publicou-se, ainda, uma tabela intitulada “prisão de cristãos engajados no trabalho pastoral”, contendo o número de atingidos, em cada ano, de 1968 a 1978.

Na edição número 158, de março/abril de 1980, havia ainda uma nota sobre “menores torturados”, o que causava incômodo ainda maior aos órgãos estatais:

⁴¹³ ARQUIVO NACIONAL, op. cit., ACE 3842/1980, fls. 19.

⁴¹⁴ *Tempo e Presença*, Rio de Janeiro, n. 160, jun. 1980. p. 6.

A pastoral de Direitos Humanos, setor Campo Limpo, São Paulo, denunciou, uma série de violências policiais praticadas contra menores do município de Embu. Em apenas cinco dias, entre 29 de janeiro e 02 de fevereiro, conforme foi apurado pelos advogados da Pastoral, foram feitas 11 prisões arbitrárias, das quais nove menores (um de oito anos de idade) a maioria permanecendo detida por até 13 dias, sendo submetida a sessões de tortura de mais de três horas, com aplicação de choques elétricos, “pau-de-arara” e, até mesmo, surras com tacos de bilhar.⁴¹⁵

A citação acima exemplifica um aspecto da relação ecumênica estabelecida entre o CEDI e setores da Igreja Católica do Brasil, por intermédio da troca de informações, uma, por assim dizer, “comunidade de informações” às avessas, que denunciava arbitrariedades dos órgãos estatais de repressão contra cidadãos e fomentava iniciativas de organização popular.

Desse modo, às vezes por intercâmbio de publicações, outras vezes pela produção de estudos e pesquisas conjuntas, os ativistas do CEDI muniram ao longo do regime, e depois de seu término, lideranças católicas e protestantes envolvidas com trabalhos em comunidades de base, sindicatos, movimentos reivindicativos de direitos, fortalecendo uma “luta pacífica” e, muitas vezes, silenciosa, de “conscientização popular”, norteados pelo conceito formulado por Paulo Freire, contra o *status quo* sustentado pelo regime militar. Inevitavelmente, suas atividades, continuaram sob o “olhar atento” dos órgãos de informações mesmo após o término do regime militar, em 1985.⁴¹⁶ Entretanto, tal contexto extrapola os propósitos de análise deste trabalho.

Com efeito, as imagens e representações dos ativistas do CEDI e de seu trabalho nos documentos dos órgãos de inteligência traziam consigo exageros e distorções da realidade. Entretanto, sob o “clima quente” dos tempos de Guerra Fria, um projeto como o do CEI/CEDI pautado na idéia de “informar, de conscientizar e de mobilizar” a sociedade civil, em especial os cristãos, dificilmente poderia ser interpretado de forma positiva pelos agentes estais de um Estado autoritário e militarizado, construído a partir de premissas tão estreitas, do ponto de vista político contido na Doutrina de Segurança Nacional.

Os ativistas do CEDI tinham no horizonte, entre outras coisas, a construção de uma “rede ecumênica” de lutas contra as difíceis condições de vida de amplas camadas da população. Portanto, sob o nosso ponto de vista, é lícito avaliar positivamente a experiência histórica protagonizada pelos militantes do CEI/CEDI, sobretudo, pela contribuição dada ao

⁴¹⁵ *Tempo e Presença*, Rio de Janeiro, n. 158, mar./abr. 1980. p. 15.

⁴¹⁶ Os documentos que analisamos apontam que as investigações continuaram enquanto existiu o SNI. Não surpreende se a situação tiver continuado mesmo com o seu substituto, a Agência Brasileira de Investigações (ABIN).

processo de oposição à ditadura e de tentativa, à sua maneira, de ajudar na construção de uma sociedade mais justa, tolerante e democrática.

Portanto, a experiência histórica desse grupo de pessoas pode ser apreendida por diferentes ângulos, especialmente pelo fato de serem, em sua maioria, “intelectuais” na acepção em que Sirinelli confere ao conceito, uns religiosos, outros não.⁴¹⁷ O autor nos lembra que “todo grupo de intelectuais organiza-se em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade de conviver.”⁴¹⁸ E acrescenta que um dos espaços de sociabilidade dos intelectuais é verificado “em torno da redação de uma revista ou de um conselho editorial de uma editora”⁴¹⁹. “Uma revista é, em suma um lugar de fermentação e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade [...]”⁴²⁰.

Assim como sugere o autor, todos os que se envolveram direta ou indiretamente com o trabalho do CEDI, não só com o trabalho de publicação, estiveram ligados por essa sensibilidade comum de tentar “organizar o povo” para que se construíssem mecanismos de reivindicação de direitos, de lutar contra as “injustiças sociais” e contra os efeitos perversos da ditadura, sobretudo, sobre setores populares, etc.

Nas páginas dos periódicos do CEI/CEDI, velada ou abertamente, a visão crítica em relação ao governo militar era, de fato, uma constante, mesmo sem incitar a “luta de classes” ou promover o “socialismo marxista”, como pretendiam algumas análises e imagens míopes construídas pelos agentes de informações. Apresentavam-se como um dos canais de veiculação de notícias, visando mostrar aspectos do regime que seus agentes esforçavam-se, ao extremo, para não serem vistos pela chamada “opinião pública”, nacional e estrangeira. Aliás, na concepção dos agentes de informações, a “revolução” havia salvado o país do comunismo e os militares haviam conseguido fazer do Brasil um verdadeiro “bastião” dos valores da “democracia ocidental cristã”.

Para uma parcela considerável de pessoas, em especial os cristãos que não compactuavam com as práticas de autoritarismo do regime militar, era importante ter um periódico em que pudessem confiar, publicando notícias relacionadas à religião, mas que também abordava a política, a economia, os movimentos sociais, os problemas das camadas mais pobres da população, os direitos humanos, etc.

⁴¹⁷ SIRINELLI, Jean François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1996. pp. 231-269.

⁴¹⁸ Ibid., p. 248.

⁴¹⁹ Ibid.

⁴²⁰ Ibid., p. 249.

Portanto, é lícito considerarmos as atividades do CEI/CEDI sob o raio de ação do que se convencionou chamar de um “amplo movimento de resistência” ao regime militar. Todavia, como sublinhou Marcelo Ridenti, esse “arco amplo e heterogêneo de oposição à ditadura [...] nunca chegou a se unificar, pois a única afinidade existente em seu seio era o fim da ditadura.”⁴²¹

Com efeito, a atuação do CEI/CEDI em associação com as forças progressistas do cristianismo ecumênico, tendo a Teologia da Libertação como um dos principais referenciais teológico-políticos norteadores de suas ações, contribuiu para a formação política de um número significativo de cidadãos críticos do regime estabelecido em 1964. Não é tarefa fácil, porém, quantificar ou qualificar com precisão os efeitos produzidos no comportamento político das pessoas que, dentro e fora das igrejas, foram alcançados pelas publicações, estudos e assessorias do CEI/CEDI.

De todo modo, é possível afirmar que muitos se sentiram motivados a participar mais ativamente das lutas travadas para atingir o ideal da chamada “redemocratização do Brasil”. Tal hipótese se apóia, inclusive, na constatação da enorme quantidade de assinantes dos periódicos citados, as cartas publicadas de leitores, o interesse dos órgãos de informação e repressão pelo monitoramento do organismo e de alguns de seus componentes. Tudo isso nos ajuda a mensurar o impacto e a importância da tarefa ora empreendida por tais sujeitos históricos. É verdade que foram expurgados, antes e depois do golpe de 1964, de cargos oficiais em instituições protestantes, por causa de suas opções políticas e teológicas. Tiveram, porém, a habilidade para recriar sua inserção no campo religioso e influenciar inumeráveis atores sociais, indivíduos e instituições, ao longo do regime e depois dele.

Um detalhe que soa paradoxal é que as publicações do CEDI eram de pequeno porte, com artigos curtos, em média contendo três ou quatro páginas, mas escritos por religiosos, intelectuais e políticos de diferentes orientações ideológicas, de renome no cenário nacional e até internacional.⁴²² A revista *Tempo e Presença*, por exemplo, seu principal periódico com edição mensal ou bimestral, possuía em torno de trinta páginas, em formato 21×27 cm. Entretanto, a despeito do pequeno porte, ela possuía, como vimos, excelente conteúdo, com um perfil editorial crítico voltado, especialmente, para a análise das conjunturas e das

⁴²¹ RIDENTI, Marcelo. “Resistência e Mistificação da Resistência Armada Contra a Ditadura: Armadilhas para os Pesquisadores”. In: AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo (orgs.). *O golpe e a ditadura militar, 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004. p. 141.

⁴²² Para citar apenas alguns nomes: Daniel Aarão Reis Filho, Leonardo Boff, Frei Betto, Plínio Arruda Sampaio, Paulo Freire, Marta Suplicy, Aloizio Mercadante, Hebert de Souza, Lysâneas Maciel, Ivone Gebara, Ivone Maggie, Julio de Santa Ana, Jung Mo Sung, Hélio Bicudo, Luís Flávio Rainho, João Batista Libânio, Aurélio Vianna, Emir Sader, Anivaldo Padilha.

estruturas sócio-político-econômicas do modelo de capitalismo implantado no Brasil após a inauguração do regime militar.

As críticas que o CEI/CEDI e seus militantes sofreram ao longo de sua trajetória, explicitadas nos documentos de diferentes órgãos estatais de informações, soam como um atestado de que seu trabalho foi bem sucedido. O CEDI certamente deixou uma contribuição positiva ao processo histórico de oposição e “resistência pacífica” da sociedade à ditadura, bem como pode ser interpretado como contribuição à luta em prol da construção de um modelo de “democracia com justiça social”. Não exageramos, portanto, ao afirmar que inumeráveis leitores dos periódicos ecumênicos citados passaram a militar, de alguma forma, nos nascentes movimentos sociais dos anos 1970, com vistas ao restabelecimento da democracia no país, ou, já engajados, foram reanimados pelas publicações do CEDI. Por essas e outras questões, talvez possamos afirmar, assim como a historiadora francesa Aline Coutrot, que “a história do político adquire dimensões novas ao levar em conta o religioso, não somente sob suas formas institucionais”⁴²³[...]. É que, conforme argumenta a autora, é importante atentarmos para outras possibilidades da abordagem da relação religião e política, para além da análise do papel das igrejas. Assim, investigar os movimentos para-eclesiásticos como, por exemplo, o que constituiu o CEDI, representa a tentativa de seguir a proposta por ela apresentada.

No caso francês a imprensa ligada aos grupos religiosos, denominada de “imprensa confessional”, caracterizou-se como uma “imprensa engajada”. Trata-se de “[...] órgãos militantes que querem fazer a mensagem cristã penetrar nas realidades do mundo contemporâneo: mantém estreita relação com seus leitores, que às vezes constituem verdadeiros movimentos, redes de difusores benévolos e que se reúnem em congressos.”⁴²⁴ A noção de “imprensa engajada” é útil para pensarmos acerca do trabalho do CEI/CEDI no âmbito das publicações. Ela deve ser aplicada com certa adequação, porque não se trata de uma organização ligada a nenhuma igreja, mas, sim, no dizer de Paul Freston, de uma entidade “para-eclesiástica.”⁴²⁵ Contudo, os próprios espiões do regime reconheceram que suas atividades gozavam de “grande penetração social” e que seus materiais eram utilizados na organização da sociedade sob a ditadura militar. Na concepção de Agemir Dias, com a qual

⁴²³ COUTROT, Aline. “Religião e política”. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV. 1996. p. 356.

⁴²⁴ Ibid. p. 348.

⁴²⁵ Cf. FRESTON, Paul. *Protestantes e Política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*. Tese (Doutorado em Sociologia), Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, 1993. (mimeo).

estamos de acordo, as publicações editadas pelo CEDI foram determinantes para o desenvolvimento do movimento ecumênico no Brasil e na América Latina.⁴²⁶

Até aqui procuramos demonstrar, entre outras coisas, que parte das atividades desenvolvidas pelos ativistas do CEDI e de outros organismos contou com o apoio do Conselho Mundial de Igrejas (CMI). Fato que aparece nos testemunhos dos protagonistas do movimento ecumênico e nas análises construídas nos documentos da “comunidade de informações”. Por isso nos dedicaremos em diante à análise do processo de construção de interpretações, versões e representações por partes dos agentes estatais investigaram iniciativas que contaram com a participação do CMI. Por conseguinte, através dos papéis que produziram tentaremos explicitar particularidades das formas de atuação da entidade ecumênica no contexto do regime militar.

⁴²⁶ DIAS, Agemir de Carvalho. *O Movimento Ecumênico no Brasil (1954-1994), a serviço da igreja e dos movimentos populares*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

CAPÍTULO 3: O CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS: UM ATOR DO POLÍTICO NO CENÁRIO DITATORIAL DOS ANOS 1960 AOS ANOS 1980

Em 14 de junho de 2011 aconteceu o Ato Público de Repatriação do Acervo do Brasil: Nunca Mais, na cidade de São Paulo.⁴²⁷ Durante o evento, ocorrido na Procuradoria Regional da República da 3ª Região (TRF3), representantes do Conselho Mundial de Igrejas entregaram ao Procurador as cópias do material que embasou a pesquisa *Brasil: Nunca Mais*. Trata-se de cerca de um milhão de páginas xerocadas de processos tramitados na Justiça Militar contra presos políticos opositores do regime, contendo evidências de violações dos direitos humanos praticadas por agentes dos mais variados órgãos de segurança do Estado, entre 1964 e 1979. Tal material havia sido enviado à época da “abertura política” do regime militar para o CMI, em Genebra (Suíça) e para o *Center for Research Libraries*, em Chicago (EUA), como precaução, a fim de evitar uma possível apreensão por parte dos agentes da ditadura.

O projeto *Brasil: Nunca Mais* foi desenvolvido sob o "guarda-chuva" institucional da Igreja Católica de São Paulo e do Conselho Mundial de Igrejas, através de ativistas ecumênicos articulados e coordenados pelo pastor Jaime Wright, da Igreja Presbiteriana dos EUA. Além desse material, que ficou guardado nos EUA, o CMI também entregou três caixas com cópias de documentos, contendo, entre outros, correspondências trocadas entre os religiosos e ativistas ecumênicos envolvidos no processo de produção do *Brasil: Nunca Mais*.

Um dos objetivos dos organizadores do citado ato foi dar publicidade ao início do que seria o projeto *Brasil Nunca Mais Digit@l*, que, na ocasião, pretendia disponibilizar na internet todo o acervo repatriado. O episódio do dia 14 de junho chamou a atenção de setores da opinião pública e do universo acadêmico, devido à sua repercussão em jornais, revistas e noticiários televisivos. Na ocasião, personagens que militaram no movimento ecumênico testemunharam sobre suas participações no desenrolar do projeto em fins da década de 1970, bem como sobre o período em que se exilaram e foram acolhidos pelo CMI e lá trabalharam, sobretudo, em diversos projetos ecumênicos voltados para a defesa dos direitos humanos no contexto da ditadura brasileira.⁴²⁸

⁴²⁷ Detalhes acerca do evento e de seus participantes podem ser consultados no site da Procuradoria Regional da República de São Paulo, disponível em: <<http://www.prr3.mpf.gov.br/content/view/582/2/>>. Acesso em: 09 mar. 2013.

⁴²⁸ Leonildo Campos, Anivaldo Padilha, Tomiko Born, Zwinglio M. Dias, dentre outros, testemunharam à revista *Isto É* sobre o que se passou no período em questão, especialmente a participação de evangélicos que colaboraram com a ditadura na repressão contra irmãos de suas igrejas, os quais militavam contra o regime.

A partir do breve relato atinente ao evento realizado em São Paulo, algumas interrogações podem ser aventadas: que tipo de organização é ou foi o Conselho Mundial de Igrejas (CMI)? Trata-se de um órgão estritamente religioso ou suas ações visavam a atingir objetivos políticos? Vincula-se estritamente ao protestantismo ou outros segmentos como, por exemplo, o ortodoxo também era membro dele? Qual foi seu papel durante o regime militar e, especificamente, como ele contribuiu para a realização da pesquisa que deu origem ao *best-seller Brasil: Nunca Mais*? Que trabalhos históricos abordam sua participação na luta contra a ditadura ou no fortalecimento de setores dos movimentos sociais no contexto do regime militar brasileiro? Qual sua relação com a Igreja Católica?

No presente capítulo pretendemos explorar essas e outras questões. Contudo, não é nossa intenção escrever uma história do CMI no Brasil. A nosso ver, outros trabalhos, aos quais nos reportaremos ao longo desta pesquisa, já apresentaram considerável quantidade de informações a esse respeito⁴²⁹, ainda que nenhum deles tenha se detido nas ações do Conselho durante a ditadura ou, mais especificamente, tenha discutido a forma como os órgãos de informações lidaram com ele. Ademais, as fontes utilizadas por esses autores são constituídas, em sua maior parte, de periódicos ecumênicos⁴³⁰ e documentos oficiais contendo declarações públicas do CMI. Boa parte dos autores, especialmente Julio de Santa Ana, Zwinglio Dias e Charles Harper recorrem às suas próprias memórias para narrar episódios e iniciativas do Conselho desde os anos 1950, sendo que eles foram protagonistas dos fatos narrados.

Esse aspecto leva-nos a tomar boa parte das informações que eles oferecem acerca do CMI como fonte oral, que requer certo tratamento crítico, para evitar o risco de fazermos um trabalho de reprodução dos seus discursos. Aqui reside uma primeira justificativa para tomarmos como fontes para historiar as ações do Conselho os documentos produzidos pelo regime. É que nossa proposta, conforme apontamos na introdução, é perceber de que maneira iniciativas do Conselho foram apreendidas e representadas nos documentos da “comunidade de informações e de segurança” da ditadura militar brasileira.

⁴²⁹ Cf. SANTA ANA, Julio de. *Ecumenismo e Libertação*. Petrópolis: Vozes, 1987., HARPER, Charles R. A Igreja e os Direitos Humanos: experiências ecumênicas aprendidas. *Dimensões – Revista de História da UFES*. vol. 12, pp. 86-100, jan.-jun. 2001., DIAS, Zwinglio Mota e TEIXEIRA, Faustino. *Ecumenismo e Diálogo Inter-Religioso: A arte do possível*. Editora Santuário: Aparecida, 2008., DIAS, Zwinglio M. O movimento ecumênico: história e significado. *Numen: Revista de Estudos e Pesquisa da Religião*, Juiz de Fora, v. 1, n. 1, pp. 127-163, jul.-dez. 1998., DIAS, Agemir de Carvalho. *O Movimento Ecumênico no Brasil (1954-1994), a serviço da igreja e dos movimentos populares*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

⁴³⁰ O único trabalho de autoria de historiador foi a citada tese acima de Agemir de Carvalho DIAS, na qual o autor utilizou quase que exclusivamente as publicações do CEDI, notadamente a revista *Tempo e Presença*, destacando o papel do Conselho Mundial de Igrejas e do CEDI no fomento do movimento ecumênico no Brasil e na América Latina.

Assim, interessa-nos evidenciar aquelas cuja natureza mais incomodavam os agentes dos órgãos de inteligência devido, sobretudo, à sua dimensão de contestação política ou “resistência pacífica” ao regime militar. Por “resistência pacífica” e “contestação política”, entendemos uma gama multifacetada de práticas que vão desde o apoio financeiro a entidades como o CLAMOR, no acolhimento de refugiados não reconhecidos pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), oriundos das ditaduras do Cone Sul, passando pelo apoio a entidades ecumênicas como o Centro de Documentação e Informação (CEDI) e a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), até o fomento de ações clandestinas como o projeto *Brasil: Nunca Mais* e a denúncia de violações de direitos humanos cometidas pela ditadura brasileira, através de instâncias internacionais, como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Organização das Nações Unidas (ONU).

Conforme veremos, em função desse perfil crítico, as atividades desenvolvidas pelo CMI ao redor do mundo, especialmente na América Latina e, particularmente, no Brasil, estiveram sob constante vigilância dos órgãos de informações e de repressão, desde os anos de 1960. O Serviço Nacional de Informações (SNI) foi a “agência de inteligência” estatal que mais se dedicou a esse trabalho. Entre todas as suas “filiais”, situadas nas principais capitais brasileiras, a do Rio de Janeiro (ARJ) foi a mais atuante e interessada no tema.⁴³¹ Seus analistas despenderam horas de trabalho e consumiram considerável quantidade de papel e tinta no propósito de identificar, classificar, mapear e avaliar o potencial das relações ou ligações estabelecidas entre o CMI e indivíduos e organismos ecumênicos, protestantes ou católicos, no Brasil e em diversos países Latino-Americanos. As principais questões⁴³² colocadas pelos agentes de informações e para as quais pareciam buscar respostas eram as seguintes:

- Até que ponto as ações do CMI, sobretudo no Brasil, contribuía para disseminar o que classificavam de “inconformismo das massas” contra o governo?
- Até que ponto suas publicações estavam contribuindo para agravar o processo que o regime militar denominava de “difamação do Brasil no exterior”,

⁴³¹ É importante assinalar a natureza provisória destas constatações, haja vista o fato de não termos atualmente acesso irrestrito à totalidade dos documentos produzidos na época, especialmente, os de órgãos de informações das Forças Armadas como, por exemplo, o CIE, o CISA e o CENIMAR. Há pesquisadores que duvidam que tais arquivos ainda existam.

⁴³² Ao longo do trabalho, à medida que explorarmos o conteúdo da documentação dos órgãos de informações da ditadura, tentaremos demonstrar de que maneira estas questões se articulavam, expressando preocupações e interesses dos diversos órgãos estatais de espionagem e de repressão.

“manchando” aquela imagem de "potência emergente" que o regime tentava criar durante os anos 1970? Em que nível se estabelecia as relações entre o órgão ecumênico e o chamado “Movimento Comunista Internacional” (MCI)?

- Até que ponto suas publicações ou aquelas que eram patrocinadas por ele estavam contribuindo para fomentar a “luta de classes”, prejudicando o que chamavam de “paz social”?
- Em que medida sua influência estava politizando as igrejas protestantes e a Católica, no Brasil, levando-as a aderirem às premissas da Teologia da Libertação e ao fomento de instrumentos de pressão da sociedade contra o governo, nas mais diversas áreas (no campo, no movimento operário urbano, entre os índios, no movimento estudantil, nas CEBs, no movimento popular, etc.)?
- Que organismos ou entidades no Brasil eram alinhados politicamente e recebiam apoio ideológico e financeiro do CMI, e como operavam tais redes ecumênicas?

Se, de fato, o Conselho Mundial de Igrejas suscitou esforços investigativos de tal monta empreendidos pelo SNI, seria lícito supor que tenha desempenhado papel histórico relevante no cenário nacional e que, de alguma forma, tais atividades enquadravam-se no campo da oposição ao regime. Do contrário, o que justificaria o empenho dos órgãos estatais, que se viam na responsabilidade de resguardar a tão propalada “segurança nacional”? Caso tal hipótese seja verdadeira, também seria razoável pensar que isso tenha se constituído em objeto de pesquisas históricas e que a problemática tenha sido alvo de interesse de historiadores dedicados ao estudo daquele período.

Todavia, a despeito da atenção que o SNI dedicou ao CMI e, conseqüentemente, da sua relevância como objeto histórico, não constatamos semelhante interesse por parte da maioria dos historiadores. O que estamos ponderando sobre tal lacuna, também é válido para toda a temática desenvolvida neste trabalho em torno do movimento ecumênico. Conforme mencionamos, no presente capítulo tentaremos explicitar as formas como as ações e discursos do CMI foram lidos, apreendidos e representados de formas distorcidas nos documentos da “comunidade de informações”, sobretudo, os que foram produzidos pelos agentes do SNI. Se lograrmos êxito, teremos contribuído no propósito de ajudar a preencher parte da lacuna apontada. Antes, é necessário pontuar alguns aspectos da formação do organismo de Genebra.

Sumário das ações do Conselho Mundial de Igrejas durante a ditadura

O Conselho Mundial de Igrejas (CMI) foi formalmente instituído em 1948, em Amsterdã (Holanda) e estabeleceu sua sede em Genebra (Suíça). A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) gerou um impacto psicológico profundo nas igrejas protestantes. Ao explicitar de forma dramática a profunda desunião entre os homens, o conflito acabou por influenciar a aceleração da unidade ecumênica. Ficou claro, também, para as lideranças religiosas que viveram a experiência da guerra que era imprescindível que as igrejas tomassem um posicionamento mais firme no tocante à sua responsabilidade diante de Deus e dos homens, isto é, diante dos problemas sociais e políticos resultantes da Guerra.⁴³³

Era necessária uma nova postura cristã diante da realidade concreta que se vislumbrara: o escândalo do holocausto judeu e de outras tantas vítimas, o “espetáculo” dos deslocamentos em massa de refugiados, das destruições materiais, dos vários milhões de mortos, entre militares e civis, etc. Todo esse contexto influenciou profundamente a forma de inserção social buscada pelo CMI e seus aliados, sobretudo sua diretriz em torno dos direitos humanos. O Conselho existe até os dias de hoje e, desde sua fundação, autodefine-se como “uma comunidade de igrejas que confessam ao Senhor Jesus Cristo como Deus e Salvador segundo o testemunho das Escrituras, e procuram responder juntas à sua vocação comum, para glória do Deus único, Pai, Filho e Espírito Santo.”⁴³⁴ Nas palavras do teólogo Zwinglio Dias, trata-se de “uma associação fraterna de Igrejas.”⁴³⁵

O CMI exerceu, conforme mencionamos no capítulo primeiro, papel importante no processo de mudança de perspectivas teológicas e políticas daquele segmento do protestantismo do Brasil que fomentou, no interior da CEB, um conteúdo programático para as igrejas cuja ênfase estava posta no comprometimento com a participação na transformação da sociedade.

Conforme demonstrou o teólogo metodista Julio Santa Ana, sua inauguração representou o ápice de um processo de aproximação de diferentes igrejas protestantes, iniciado ainda no século XIX, que teve continuidade no século seguinte. Já no século XX, diferentes movimentos com distintas ênfases confluíram para a sua criação. O propósito era

⁴³³ SANTA ANA, Julio de. *Ecumenismo e Libertação*. Petrópolis: Vozes, 1987. pp. 219-249.

⁴³⁴ Cf. <<http://www.oikoumene.org/es/quienes-somos.html>>. Acesso em: 09 mar. 2013.

⁴³⁵ DIAS, Zwinglio Mota. O movimento ecumênico: história e significado. *Numen: Revista de Estudos e Pesquisa da Religião*, Juiz de Fora, v. 1, n. 1, pp. 127-163, jul.-dez. 1998. p. 141.

construir um único organismo que representasse a unidade de esforços de organização e de evangelização de dezenas de igrejas protestantes ao redor do mundo.⁴³⁶ A maioria desses movimentos internacionais, originados ainda no século XIX, possuía áreas específicas de interesse, entre as quais destacava-se a Aliança Evangélica (1846) e a Federação Universal dos Movimentos Estudantis (1895).

Os autores que investigaram esse processo, entre os quais merece destaque o teólogo metodista Julio Santa Anna, relacionam alguns eventos-chave que desencadearam a aproximação entre igrejas que resultou na fundação do CMI: Primeira Conferência Missionária Mundial, de Edimburgo (Escócia), em 1910, considerada um dos marcos do movimento ecumênico no século XX, dentre outras.⁴³⁷ Segundo Santa Ana, o pano de fundo contra o qual as igrejas protestantes buscavam a unidade era o objetivo de promover a evangelização em territórios como a África e a Ásia. Pois era exatamente nessas regiões que as divisões entre os cristãos integrantes das mais variadas denominações se manifestava, ao passo que pregavam acerca de um Deus que fazia a reconciliação entre os seres humanos.⁴³⁸

Após a realização da Conferência de Edimburgo, surgiram, então, três organizações direcionadas para distintas atividades, entre as quais, a evangelização, a inserção sócio-política dos cristãos diante das especificidades de seus países e os debates acerca da busca por uma plataforma doutrinária comum entre as igrejas. As principais organizações e movimentos resultantes dessas preocupações nesta fase histórica da primeira metade do século XX do movimento ecumênico foram os seguintes: O “Conselho Missionário Internacional”, o “Movimento de Fé e Constituição”, e o “Movimento Vida e Trabalho” e o “Movimento de Vida e Ação”, que promoveu sua primeira Assembléia Mundial em Estocolmo (Suécia), no ano de 1925, cuja ênfase era a cooperação cristã na dimensão prática, na relação concreta com a sociedade. Segundo Santa Ana, na ocasião, “discutiu-se sobre a possibilidade de criar um conselho ecumênico, mas ela não foi aceita.”⁴³⁹ Durante a segunda conferência realizada pelo mesmo movimento, em Oxford (Inglaterra), em 1937, a ideia já havia amadurecido. Então, decidiu-se que os “Movimentos Fé e Constituição” e o “Vida e Ação” se fundiriam para criar o Conselho Mundial de Igrejas.⁴⁴⁰

Em 1938, ainda segundo Santa Anna, em Utrecht, na Holanda, um Comitê Provisório lançou as bases sobre as quais, nas décadas seguintes, seria construída a estrutura do Conselho

⁴³⁶ SANTA ANA, Julio de, op. cit., p. 219-249.

⁴³⁷ Ibid.

⁴³⁸ Ibid., 221-223.

⁴³⁹ Ibid., p. 235.

⁴⁴⁰ Ibid., p. 236.

Mundial de Igrejas, cuja primeira assembléia estava marcada para 1941.⁴⁴¹ Novamente uma Guerra iria impedir a criação do organismo, mas sua preparação continuou através da liderança do pastor holandês Willem Adolf Visser't Hooft, em Genebra. Em 1948, com o fim da Segunda Guerra, ele se tornaria o primeiro secretário-geral do organismo, reunindo 140 igrejas, quando teve lugar a primeira Assembleia do CMI, em Amsterdã, na Holanda.⁴⁴² À sombra dos estragos causados pela Segunda Guerra, o tema escolhido foi *A desordem humana e o desígnio de Deus*.⁴⁴³ Visser't Hooft permaneceria no cargo até 1966. Segundo Santa Ana, o processo histórico que levou à criação do CMI, inclusive o impacto nos cristãos das duas grandes guerras, demonstrou que “a ação ecumênica não pode deixar de levar em conta a dimensão política da existência humana.”⁴⁴⁴ Daí que, assinala o seguinte:

Durante os anos de preparação para a assembléia (antes e depois de 1945) consolidou-se a convicção de que ser cristão exigia tomar uma postura clara frente aos autoritarismos e totalitarismos nazi-fascistas, responsáveis pelo holocausto de milhões de judeus, pela morte desnecessária de muitos mais que lutaram num ou noutro lado e pelo deslocamento injustificado de enormes massas populares que procuravam refúgio diante do horror da guerra.⁴⁴⁵

Essa explicação nos ajuda a compreender as motivações de muitas e variadas iniciativas do CMI ao longo dos anos em que ditaduras militares dominaram o continente americano, conforme veremos. É interessante notar que essa iniciativa de unidade entre as igrejas caminhava na contramão do momento histórico, que presenciava o início de um novo conflito: a Guerra Fria, que colocaria em lados opostos as nações adeptas do capitalismo e aquelas que tentavam seguir o ideal socialista.

Como aventamos anteriormente, o CMI também exerceu influência, no Brasil, já desde os anos 1950, fomentando projetos conjuntos entre as igrejas em torno de diferentes interesses, inclusive, da defesa dos direitos humanos de refugiados no Brasil oriundos do leste europeu através da CEB.⁴⁴⁶ Nesta fase, a ênfase do CMI e dos protestantes que se articulavam sob sua inspiração estava posta no comprometimento com a participação na luta pela transformação da sociedade. Assim, a segunda assembleia do organismo, realizada em Evanston, nos EUA, em 1954, buscava refletir sobre a contribuição que os cristãos poderiam dar a um mundo marcado pelas divisões suscitadas pela ideologia de “guerra fria”. Apesar dos

⁴⁴¹ SANTA ANA, Julio de. *Ecumenismo e Libertação*. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 238.

⁴⁴² Ibid. p. 238.

⁴⁴³ Ibid. p. 239.

⁴⁴⁴ Ibid.

⁴⁴⁵ Ibid. p. 238-239.

⁴⁴⁶ Falaremos mais sobre isso no próximo capítulo.

riscos, inclusive, de um conflito nuclear, o CMI continuava acreditando que era possível construir um mundo melhor, pelo que proclamava “*Jesus Cristo, esperança do mundo*” como o tema do evento.⁴⁴⁷

Foi o principal influenciador, na pessoa de seus teólogos, inclusive Richard Shaull, das lideranças protestantes que, no interior da CEB, organizaram, entre outras, a Conferência do Nordeste, em 1962. Como vimos, ela foi motivada, em certa medida, pela percepção do enorme impacto provocado pelas mudanças e problemas sociais que emergiram naquele “mundo em movimento”⁴⁴⁸ do pós-Segunda Guerra: êxodo rural, urbanização, aumento das desigualdades sociais no Terceiro Mundo, etc.

O CMI contribuiu, assim, para a continuidade e o fortalecimento de redes ecumênicas de solidariedade em favor das vítimas⁴⁴⁹ dos crimes cometidos por agentes da repressão do Brasil e de diversos países do Cone Sul da América Latina, inclusive acolhendo, em Genebra, destacados intelectuais e ativistas políticos brasileiros como, por exemplo, Lysâneas Maciel, Marcos Arruda, Anivaldo Padilha, Paulo Freire, dentre outros. Também emprestou apoio, sobretudo financeiro, às lutas do então chamado “novo sindicalismo” que emergia no ABC paulista no final dos anos 1970, em parceria ecumênica com a Igreja Católica liderada por dom Paulo Evaristo Arns.⁴⁵⁰

A entidade de Genebra, através de verdadeiras redes ecumênicas subterrâneas, também denunciara a repressão dos órgãos estatais do regime militar, sobretudo ao longo do Governo Médici, por exemplo, através da sua revista *Justice and Service*, no artigo “novas formas de torturas no Brasil”⁴⁵¹, da edição de número 1/1973. Tais redes contribuíram com a divulgação de informações, como vimos, sobre uma face do regime brasileiro, na época, pouco conhecida mundialmente e até mesmo no Brasil. Note-se que o título diz “novas formas”. Isso porque, em 1970, conforme apontam documentos do fundo *Brasil: Nunca Mais Digit@l*, o CMI já havia disseminado na Europa, inclusive levando a organismos multilaterais internacionais, um dossiê sobre torturas infligidas a presos políticos no Brasil. Talvez se trate do mesmo documento que os ativistas ecumênicos ligados ao CEDI, em parceria com Ralph Della Cava e o com o Conselho Nacional de Igrejas dos EUA produziram.

⁴⁴⁷ SANTA ANA, Julio de, op. cit., p. 240.

⁴⁴⁸ MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando. “Capitalismo tardio e sociabilidade moderna”. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. vol. 4. *Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

⁴⁴⁹ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACE 12060/1985, folhas 1.

⁴⁵⁰ Carta de Phillip Potter a D. Paulo Evaristo Arns. cf. Ibid., ACE 9665/1981, fls. 2.

⁴⁵¹ ARQUIVO NACIONAL, op. cit., ACE 3997/1980. fls. 1-2.

Portanto, o organismo tornou-se uma referência para o movimento ecumênico mundial, especialmente para as iniciativas que se desenvolviam na América Latina e no Brasil, fomentando uma gama inumerável de ações que objetivavam o cumprimento do que chamavam de “missão profética” do cristianismo em busca da “transformação das estruturas sociais injustas.” Para tanto, a “teologia da revolução”, sobre a qual Richard Shaull já havia teorizado desde a Conferência Igreja e Sociedade, realizada em 1966, na sede do CMI, constituiu, junto com a mais tarde denominada “Teologia da Libertação”, um dos principais referenciais teológico-políticos do movimento ecumênico. Em função dessa visão ou cosmogonia de uma “teologia encarnada” nas lutas históricas empreendidas pelos homens, o Conselho fomentou enorme quantidade de programas e projetos de entidades ecumênicas, inclusive de setores progressistas católicos, explicitando sua participação na luta pela solução de problemas políticos, sociais e econômicos ao redor do mundo, especialmente durante o regime militar brasileiro. Com efeito, essa perspectiva escatológica deve ser considerada como um elemento importante para nossa compreensão das motivações de seus ativistas ao se engajarem na luta pela busca de soluções para os problemas concretos do “aqui e agora”.

Essas e outras ações do organismo de Genebra foram monitoradas de perto pelos analistas de informações da ditadura militar e, por conseguinte, foram classificadas sob o signo da “ingerência”, sendo ele mesmo considerado como “um órgão de fachada do Movimento Comunista Internacional (MCI)” ou outras categorias depreciativas, em interpretações e representações construídas pelos agentes, conforme detalharemos no transcorrer deste capítulo. Com efeito, ao longo do regime, por intermédio de intensa produção e circulação de documentos nas redes dos serviços de informações, foi-se delineando certa imagem do CMI, configurando representações peculiares, refletindo concepções ou visões de mundo daqueles homens que se percebiam a si próprios como “os olhos”, por assim dizer, do regime militar.

O Conselho Mundial de Igrejas durante “os anos de chumbo”

Veremos, contudo, que a participação do CMI no apoio a setores da sociedade tidos pelos órgãos de segurança como “esquerdistas” ou “comunistas” não foi percebida pelos “serviços de inteligência” logo nos primeiros anos do regime. Pouco tempo depois a situação mudaria, porque também, como sabemos, o próprio regime aprimoraria seus instrumentos de

controle social, especialmente a estruturação e o funcionamento de um aparato articulado de informações e de repressão, conforme vimos no capítulo primeiro.

Em documento confidencial de 10 de julho de 1969, quando o Chefe da Agência São Paulo, do SNI, Tenente Coronel Walter José Faustini, buscava informações junto ao Diretor do DOPS/SP sobre o pastor evangélico Eber Ferrer, um dos ativos integrantes do movimento ecumênico no Sul do país, surge uma das primeiras impressões acerca do Conselho Mundial de Igrejas (CMI). O objetivo do SNI, neste caso, era tomar ciência do teor das atividades do citado pastor, que havia sido preso, em São Paulo, e impedido de viajar para o exterior, devido a uma denúncia contra ele ao DOPS de Curitiba, em 1968, feita por um padre conservador, dando conta de que estaria envolvido com a “subversão” em seu estado.⁴⁵²

Convém assinalar que, em plena vigência do AI-5⁴⁵³, já sob o governo Médici, ter o nome listado em documento de investigação do SNI, em São Paulo, era de fato muito perigoso. Em 1970, quando Eber Ferrer soube da prisão de seu colega metodista, Anivaldo Padilha, que também militava no movimento progressista ecumênico como ele, deixou o Brasil e foi trabalhar como secretário-executivo de uma agência cristã, em Genebra.⁴⁵⁴

Entretanto, pelo menos no que se referia ao CMI, a opinião corrente entre os agentes do SNI ainda parecia ser a de que se tratava de um órgão sem envolvimento com questões políticas. O nome do organismo é citado no documento do Serviço porque o pastor, ao ser indagado pela polícia, informou que sua viagem ao exterior visava cumprir obrigações junto ao Conselho:

Deve-se notar que o Conselho Mundial de Igrejas (World Churchs Concil⁴⁵⁵), sediado em Genebra, mantém vários organismos idôneos e respeitáveis, e que de forma alguma interferem politicamente nos países ou nas igrejas. É o caso do Departamento de Colonização e Imigração, do Inter-Church Aid, então, com quem as Igrejas Evangélicas brasileiras mantêm as melhores relações.⁴⁵⁶

⁴⁵² DIAS, Agemir de Carvalho. *O Movimento Ecumênico no Brasil (1954-1994), a serviço da igreja e dos movimentos populares*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007. p. 189.

⁴⁵³ O Ato Institucional nº 5 (AI-5) concedeu ao Presidente da República, entre outras coisas, o poder de decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras Municipais. O chefe do Executivo poderia, ainda, suspender os direitos políticos de qualquer cidadão por prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos. Em janeiro de 1969, quarenta e três deputados, inclusive Mário Covas, haviam sido cassados pelo Governo Costa e Silva, em virtude de não terem acolhido o pedido do Executivo para processar o Deputado Márcio Moreira Alves, devido a suas críticas contra o Governo. O AI-7 também já havia instaurado eleições parciais em todo o país, em 26 de fevereiro de 1967.

⁴⁵⁴ Depoimento de Eber Ferrer a DIAS, Agemir de Carvalho, op. cit., p. 190.

⁴⁵⁵ A forma como grafou o nome do CMI demonstra que o agente não o conhecia bem, pois o correto seria World Concil of Churchs (WCC).

⁴⁵⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - Série Dossiês DEOPS-SP - dossiê 50-G-00, Pasta 18, fls. 310.

Essa análise amistosa do CMI, datada de 10 de julho de 1969, paradoxalmente em uma época em que a repressão entrava em sua fase mais implacável contra opositores do regime, não perduraria. Dez dias depois, na esteira da citada investigação promovida por órgãos de segurança, no outrora estado da Guanabara, em torno das atividades de protesto contra a visita de Rockefeller e contra o regime, em que Jether Ramalho e outros protestantes ativistas do movimento ecumênico estariam envolvidos, um documento da 2ª Seção do I Exército expressaria a seguinte leitura sobre o papel de Jether e do CMI: “O diagnóstico é que se trata de um elemento comunista, demais ligado ao Conselho Mundial de Igrejas, órgão que, pelo tipo, permite a hipótese de alguma ligação com MOSCOU.”⁴⁵⁷ Agora já é lançada uma dúvida sobre a idoneidade do Conselho.

Ainda em 1969, conforme sugerem os documentos, havia um conhecimento insipiente das ações do CMI e de outros organismos ecumênicos a ele ligados como o Centro Ecumênico de Informações (CEI). A mudança na forma de enxergar o CMI começaria, em grande medida, porque ele e outras entidades ecumênicas passaram a intensificar seu apoio junto a segmentos da sociedade tidos como “esquerdistas”, “comunistas” ou “subversivos” pelos agentes estatais dos diversos órgãos da “comunidade”, mas foi uma mudança gradual. Sua imagem ia recebendo, pouco a pouco, novos contornos nos documentos “reservados”, “confidenciais”, “sigilosos” ou “secrets”, dependendo do nível de sigilo atribuído pelo agente à informação produzida.

Não se deve pensar, porém, que houve o mesmo grau de interesse pelas atividades do CMI entre todos os órgãos de informações do regime, ou a mesma competência entre seus agentes para levantar informações das suas ações. Um documento de 1981, por exemplo, produzido por um agente infiltrado do DEOPS/SP em uma cerimônia de entrega do Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog, em São Paulo, informa que entre os presentes estavam os “cabeças de um tal Conselho Mundial das Igrejas, dois reverendos: um de nome ‘Charles’⁴⁵⁸ e outro ‘Jaime Wright.’”⁴⁵⁹ O primeiro citado, provavelmente, se referia ao pastor Charles Harper, amigo do pastor Jaime Wright, e que era responsável pelo setor de Direitos Humanos do CMI para a América Latina. Conforme abordaremos no capítulo 5, ele foi a pessoa com

⁴⁵⁷ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Fundo Polícias Políticas - Setor Secreto, Pasta 49, fls. 172/183, cx. 403, 1969.

⁴⁵⁸ Trata-se, provavelmente, do pastor Charles Harper, amigo do reverendo Jaime Wright, responsável pelo setor de Direitos Humanos do CMI. Ele foi a pessoa com quem Jaime Wright iniciou as articulações para conseguir o financiamento do CMI para realização do projeto *Brasil: Nunca Mais*.

⁴⁵⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - Série Dossiês DEOPS-SP – dossiê 20-C-44-20.411. apud. AQUINO, Maria Aparecida et. al. (orgs.). *A constância do olhar vigilante: a preocupação com crime político (famílias 10 e 20)*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado. p. 31.

quem Jaime Wright mais se comunicava em Genebra no tocante as articulações em torno da realização do citado projeto *Brasil: Nunca Mais*.⁴⁶⁰ Convém salientar que a desinformação específica explicitada por esse agente da polícia política do estado de São Paulo não significa que o CMI, na década de 1980, não fosse bem conhecido de outros órgãos, especialmente do SNI, conforme veremos adiante.

Em relatório de agente do CENIMAR, de 05 de janeiro de 1970, a representação do CMI já destoava daquela imagem esboçada em 1969 no documento do SNI-SP. Agora, o organismo estaria envolvido no fomento de um possível engajamento da juventude latino-americana em movimentos de luta armada. Através da análise de documentos da UNESCO, tratando do potencial da juventude de então para promover mudanças sociais, o agente vislumbrava o nascimento de “uma doutrina capaz de justificar a ação armada.”⁴⁶¹

Entre os principais “órgãos internacionais” capazes de fomentar, junto a UNESCO, tal participação política da juventude, inclusive “emprestando-lhe um conteúdo político-ideológico de fundo marxista”⁴⁶², encontrava-se o CMI. Os nomes dos leigos protestantes Jether Ramalho e Waldo Cesar são apontados como dirigentes do organismo no Brasil, na qualidade de “executores locais desse tipo de linha de ação”. Porém, o documento demonstra o ainda incipiente conhecimento do CENIMAR sobre o CMI, começando a traçar seu perfil negativo, ao associá-lo com a promoção da “luta armada.”

Cumpramos esclarecer que, a solicitação que fiz ao Arquivo Nacional para o acervo do SNI, não resultou na localização de muitos documentos sobre o Conselho Mundial de Igrejas para o período 1970-1974. Isso talvez se explique pelo fato de nesse período os órgãos de informações estarem mais preocupados em desarticular as organizações da esquerda armada. De todo modo, como ainda há acervos da ditadura vedados à consulta, temos de nos limitar a fazer conjecturas sobre essa questão.

Continuemos, então, a análise com base nas fontes que efetivamente temos em mãos. Documento de 11 de setembro de 1974⁴⁶³, produzido por analista de informações do SNI, lotado na Agência Porto Alegre (APA), avança na caracterização do CMI, bem como no processo de conhecimento de suas atividades. Pelo fato de o SNI ser o órgão que mais recebia, produzia e difundia informações sobre o Conselho, percebemos que ele também era o

⁴⁶⁰ WESCHLER, Lawrence. *Um milagre, um universo: o acerto de contas com os torturadores*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 24-25.

⁴⁶¹ ARQUIVO NACIONAL – Coordenação Regional do Distrito Federal, Serviço nacional de Informações, ACE 10452/1970. fls. 1-2.

⁴⁶² Ibid.

⁴⁶³ ARQUIVO NACIONAL, op. cit., ACE 12060/1985. folhas 1.

principal responsável pela conformação da imagem construída pela “inteligência” sobre o organismo ecumênico.

O citado documento observa que, ao contrário do que foi informado pelo agente do CENIMAR em 1970, “no Brasil, o órgão se faz representar não diretamente, mas por intermédio de representantes”, agrupando “a grande maioria das igrejas cristãs não-católicas em todo o mundo” e que havia informes dando conta de que ele “seria um órgão de fachada do Movimento Comunista Internacional (MCI).”⁴⁶⁴ Aumentam as dúvidas sobre as ações do Conselho.

Pairava também a suspeita de que “entre as atividades ilícitas” desenvolvidas, estaria a destinação de “verbas a grupos subversivos, pretendendo auxiliar as classes pobres através dos organismos filiados.”⁴⁶⁵ O analista observou corretamente que “a atividade principal, no País, foi definida como ajuda à camada social mais pobre, lutando-se por liberdade de educação e pensamento, igualdades sociais (de raças) e ajuda aos politicamente perseguidos,”⁴⁶⁶ Essas informações oferecem subsídios para a compreensão do conceito de “subversão” contido na representação esboçada pelo agente do SNI. Assim, segundo a percepção de mundo social dos seus agentes, as lutas em favor dos mais pobres representariam “atividades ilícitas”, logo “subversivas”.

No tocante à “ajuda aos politicamente perseguidos”, ele apresenta em detalhes as principais formas de atuação do CMI, no Brasil e no Cone Sul, testemunhando a desenvoltura do organismo ecumênico, sobretudo, através da solidariedade prestada aos exilados, por conta da repressão que se desencadeou contra atividades de militância de oposição aos regimes militares. Tratava-se, afirma, de “amparo direto a refugiados políticos tanto no Brasil como em outros países”⁴⁶⁷, sobretudo “em forma de ajuda de custo.”⁴⁶⁸ Na avaliação do analista, o CMI “prestou grande ajuda aos banidos e refugiados brasileiros para o Chile.” Após o golpe militar que destituiu o Presidente constitucionalmente eleito Salvador Allende, eles haviam se dirigido para Buenos Aires (Argentina), onde a entidade alugara um hotel “especialmente a estes brasileiros, incluindo entre eles alguns estrangeiros.”⁴⁶⁹ Trata-se, aqui, de uma visão em

⁴⁶⁴ Na concepção dos analistas de informações, o “Movimento Comunista Internacional” englobava qualquer tipo de ação, ideológica ou mesmo de infiltração dos interesses comunistas fomentados por elementos simpáticos ou diretamente ligados ao governo da União Soviética, com vistas a minar os pilares da chamada “democracia ocidental cristã”.

⁴⁶⁵ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACE nº 12060/1985. folha 1.

⁴⁶⁶ Ibid.

⁴⁶⁷ Ibid.

⁴⁶⁸ Ibid.

⁴⁶⁹ Ibid.

retrospecto, pois, os documentos são datados de 1985. Entretanto, auxiliam-nos a compreender aspectos atinentes ao papel histórico do Conselho nos meandros da ditadura brasileira e nas dos países vizinhos. Essa ajuda do CMI em associação com entidades ecumênicas de direitos humanos aos perseguidos políticos no Chile foi abordada por Manuel Bastias Saavedra.⁴⁷⁰

Um dos argumentos que fundamentava a representação do CMI nos documentos da ditadura como aliado do “comunismo internacional”, originava-se no fato de ter apoiado Paulo Freire que, para os agentes, seria um “elemento subversivo asilado no Chile.”⁴⁷¹ O analista acrescentou que as atividades do CMI não se restringiam ao apoio aos brasileiros no exterior, já que no Brasil ele havia acolhido “refugiados de outros países entre os quais grande número de chilenos, uruguaios, inclusive africanos.”⁴⁷²

Paulo Freire, da mesma forma que diversos cidadãos brasileiros acusados de subversão pelo governo brasileiro, optou pela saída do Brasil em direção ao exílio, a fim de escapar do pior. Ele perdeu o emprego que tinha como educador ligado ao Ministério da Educação e, assim como outros intelectuais, peregrinou pelos países da América Latina em busca de proteção e condições para continuar seu trabalho voltado para a educação popular libertadora, conforme demonstrou Denise Rollemberg.⁴⁷³ Entre os casos narrados pela autora, estava o exílio do padre Lage que, tendo sido acusado de subversão no Brasil, teve de enfrentar uma verdadeira via-crúcis em busca de refúgio nas embaixadas de diversos países, sendo que até “o Vaticano lhe fechou as portas.”⁴⁷⁴ A diferença em relação a Paulo Freire foi que, mesmo sendo católico, encontrou refúgio no organismo protestante ecumênico de Genebra.⁴⁷⁵

O educador brasileiro e sua família foram acolhidos pelo CMI e nele trabalhou durante quinze anos, tendo recebido passaportes especiais do governo da Suíça. Paulo Freire testemunhou anos mais tarde que foi o período de sua vida em que mais e sentiu livre para trabalhar e apresentar suas ideias ao mundo. Enquanto esteve peregrinando nos países do

⁴⁷⁰ SAAVEDRA, Manuel Bastias. *Sociedad civil en dictadura: Relaciones transnacionales, organizaciones y socialización política en Chile (1973-1993)*. Santiago de Chile: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2011.

⁴⁷¹ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACE nº 12060/1985. folhas 1.

⁴⁷² Ibid.

⁴⁷³ ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record/São Paulo, 1999, pp. 64-72.

⁴⁷⁴ Ibid., p. 66.

⁴⁷⁵ Exilado no Chile, Paulo Freire entregou o manuscrito de “Pedagogia do oprimido” a Richard Shaull, solicitando que o pastor buscasse meios para traduzi-lo e publicá-lo em inglês, nos EUA, já que isso seria impossível no Brasil. Cf. SHAULL, Richard. *Surpreendido pela graça*, p. 269. Apud. DIAS, Agemir de Carvalho. *O Movimento Ecumênico no Brasil (1954-1994), a serviço da igreja e dos movimentos populares*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007. p. 231.

Cone Sul, ele usufruiu do apoio de diversas maneiras, que o CMI prestava aos perseguidos da ditadura brasileira, conforme veremos a seguir.

Se atentarmos para uma análise feita por Carlos Fico, aplicando-a as consequências práticas resultantes da vigilância estatal em torno das atividades do CMI, podemos inferir que a outorga da Lei dos Estrangeiros⁴⁷⁶, no governo João Figueiredo, certamente resultou da força de representações como as que estamos analisando, no sentido de provocar decisões das instâncias superiores do governo militar. De acordo com o citado autor, “esse material retórico, [...] municiou o ‘corpo de especialistas’ de convicções para agir e forneceu (enquanto foi reconhecido) aos militares não participantes da comunidade certos sentidos justificadores da repressão.” Daí, sua interpretação de que os papéis da “comunidade não se tratavam de simples retórica, pois eles geravam efeitos extra-discursivos.”⁴⁷⁷ Desse modo, uma das consequências produzidas era a criação de leis que causavam embaraço às atividades desenvolvidas pelo CMI, através de agências ecumênicas de solidariedade para com os refugiados.⁴⁷⁸ Outro efeito prático de tais documentos da “comunidade” foi que contribuiu para a instrução dos muitos Inquéritos Policiais Militares (IPMs), que indiciaram indivíduos do movimento ecumênico, alguns dos quais já citados nesse trabalho.

Exilados e denúncias de tortura praticadas pela ditadura do Brasil

Na perspectiva do SNI, uma das principais provas de que o CMI estaria sendo conduzido pelo “Movimento Comunista Internacional” (MCI) residia no fato de que “em fins de 1973, a imprensa divulgou que Paulo Freire, brasileiro asilado no Chile, foi escolhido para Secretário-Geral”⁴⁷⁹ da entidade. Ademais, o Conselho estaria “enviando gratuitamente publicações que embora não sendo de cunho subversivo, se destinam ao preparo dos que as recebem, para gradativamente aderirem às ideias do grupo.”⁴⁸⁰ Esse material seria preparado pelos refugiados e enviado pelo CMI a seus países de origem, visando alcançar “pastores,

⁴⁷⁶ Trata-se do Estatuto do Estrangeiro ou Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que, segundo o regime militar, foi criada com vistas a assegurar os interesses da “segurança nacional”. Cabe observar que a citada lei causou muitos embaraços aos grupos ecumênicos que prestavam solidariedade aos refugiados oriundos das ditaduras do Cone Sul, especialmente o CLAMOR, conforme veremos. Na realidade, esse foi um dos objetivos da lei: evitar a entrada de “elementos indesejados” no Brasil, bem como facilitar a sua expulsão.

⁴⁷⁷ FICO, Carlos. *Como eles agiam - Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 22.

⁴⁷⁸ Voltaremos ao assunto mais adiante.

⁴⁷⁹ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACE12060/85. folha 1.

⁴⁸⁰ Ibid. fls. 2.

padres, reverendos e professores.”⁴⁸¹ Como vimos antes, Waldo Cesar e outros ativistas ecumênicos haviam deixado o Brasil e, no exterior, continuavam militando em diversas iniciativas ligadas ao movimento ecumênico. Possivelmente, é desse aspecto da rede ecumênica que o analista estava se ocupando.

O agente, porém, não se preocupou em comprovar a lisura da fonte que apontava a escolha do “elemento subversivo asilado” Paulo Freire como novo Secretário-Geral do CMI, já que, na realidade, ele fora escolhido para dirigir o setor de educação do organismo. É possível também que considerasse a possibilidade de Paulo Freire ser o responsável “de fachada” pela educação, mas no fundo ser o líder do conjunto de “elementos subversivos” que, do exterior, coordenariam ações de oposição à ditadura brasileira.

A conclusão a que chegou, a partir da referida constatação, foi que “além da grande ajuda prestada pelo Conselho a grupos subversivos e a elementos banidos e refugiados, principalmente com ajuda financeira” “sua atuação no Brasil poderá ser incrementada”. Por isso, o tema continuaria “sendo acompanhado por esta Agência” e todos os dados levantados em torno das ações do CMI foram, em setembro, enviados à Agência Central do SNI. Tais observações ajudaram o SNI a tornar ainda mais elaborada a representação do CMI como órgão intimamente associado ao “comunismo internacional”. A visão míope ou “anorexa” dos agentes não conseguia enxergar a natureza humanitária das ações do CMI. Contudo, tinham razão ao apreender a dimensão opositora do comportamento político do organismo e de seus ativistas.

Dois meses depois, a Agência Central do SNI também produziria seu documento sobre o CMI, a partir dos dados recebidos da Agência de Porto Alegre, e o remeteria a todas as suas doze filiais, bem como ao CIE, CISA e CENIMAR. O documento, de 18 de novembro de 1974, afirmava que Paulo Freire era mesmo o novo Secretário-Geral do CMI, sendo que no original, da Agência de Porto Alegre, ao menos havia a sinalização de que a informação fora retirada de um Jornal de Porto Alegre, o que já não ocorreu neste documento da Agência Central. Essa troca frenética de papéis entre várias agências fazia com que as fontes originais de informações se diluíssem no processo, contribuindo para que a representação ganhasse novos contornos.

Alertava, então, para a gravidade que representava o apoio do CMI aos refugiados, caracterizando-os apenas como “grupos subversivos”, expressando maior parcialidade em relação à análise oriunda de Porto Alegre, que detalhava como era feito o trabalho de

⁴⁸¹ ARQUIVO NACIONAL, op. cit., fls. 2.

solidariedade do organismo com os exilados. Por conseguinte, qualquer agente que tomasse conhecimento de tais atividades do CMI, a partir daquele momento, já não teria dúvidas de que se tratava de um órgão associado ao “comunismo internacional” e à “subversão”, sobretudo pelo fato de Paulo Freire constar na listagem dos “subversivos banidos” do Brasil pelo regime ditatorial.

Para conferir maior credibilidade à sua análise sobre o CMI, o agente do Serviço assinalou que, em 1973, a entidade denunciara a repressão dos órgãos estatais do Governo Médici, através da *Justice and Service*, sua publicação mundialmente conhecida, no artigo “novas formas de torturas no Brasil”⁴⁸², da edição de número 1/73. Outro elemento, introduzido no documento pelo analista da Agência Central do SNI, dizia respeito às relações entre o CMI e a Igreja Católica, da qual estaria recebendo “íntima colaboração” e para a qual estaria disponibilizando “ajuda financeira a projetos” da Comissão Pastoral da Terra (CPT). É certo que se tratava de uma atividade costumeira do organismo, o que poderia ser complementado pela observação do apoio também prestado ao CIMI, em diversas localidades marcadas por conflitos envolvendo latifundiários, empresas, Estado e povos indígenas.

Pontua, ainda, que em 1972, o CMI apoiara a criação da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE)⁴⁸³. Concernente aos acréscimos em relação ao informe anterior, no tocante à “ajuda aos politicamente perseguidos”, o documento assinala que “no Uruguai, uma delegação composta de seus membros, que esteve, em Dez de 72, estudando as ‘violações de direitos humanos’ naquele País, referiu-se desfavoravelmente ao Brasil.”⁴⁸⁴

Esta observação deslinda outra atividade realizada e apoiada pelo CMI, através de das redes ecumênicas, as mesmas que contribuíram com a divulgação de informações sobre violações de direitos humanos no Brasil e no Cone Sul.

Nessa empreitada, conforme mencionamos, indivíduos vinculados a entidades ecumênicas no Brasil, nos EUA e na Europa se destacaram, conforme demonstrou James Green.⁴⁸⁵ Órgãos como o CMI e o Conselho Nacional de Igrejas dos EUA foram fundamentais como vértices aos quais convergiam esforços de ativistas que levavam denúncias, orais e escritas, de casos de torturas contra cidadãos brasileiros e estrangeiros.⁴⁸⁶ Esses fatos eram disseminados por seus respectivos órgãos de informação e divulgação e,

⁴⁸² ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACE 3997/1980. fls. 1-2.

⁴⁸³ Da qual também falaremos no capítulo 4.

⁴⁸⁴ ARQUIVO NACIONAL, op. cit., fls. 2.

⁴⁸⁵ Cf. GREEN, James N. *Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

⁴⁸⁶ Ibid.

consequentemente, alcançavam setores da grande mídia estrangeira, suscitando pressões políticas contra os governos.⁴⁸⁷ Essa estratégia do CMI e de outras entidades como, por exemplo, o CLAMOR, contribuiu, em alguns casos, para a libertação de pessoas da prisão e da tortura, conforme veremos no capítulo 5.

O CMI, em especial, possuía robusto setor de publicações, contando com vinte e três periódicos, sendo que alguns boletins ou revistas eram “fornecidas mediante subscrição, outras gratuitamente, a pedido.”⁴⁸⁸ “A maioria das mesmas é impressa em inglês, embora algumas o sejam em francês, espanhol e português”, conforme assinalou o agente lotado na ARJ do SNI. Elas versavam sobre os mais variados assuntos, obedecendo aos interesses e temas específicos de cada departamento do Conselho. Entre as temáticas que mais incomodavam a “comunidade de informações”, e que era recorrente nas denúncias disseminadas por setores de oposição, inclusive o ecumênico, estava o da tortura contra ativistas de oposição, especialmente nos anos em que o Brasil e países do Cone Sul, sobretudo o Uruguai, a Argentina, o Paraguai, e o Chile, estiveram submetidos a regimes ditatoriais.

Com efeito, gradativamente, ia se delineando a imagem de um CMI associado ao “comunismo internacional” com intenções “subversivas”. Quando um documento era produzido por determinada Agência e, em seguida, encaminhado a outra, dentro da extensa malha da “comunidade”, seu conteúdo se alterava. Acréscimos ou supressões eram inevitáveis. Consequentemente, a representação tornava-se cada vez mais negativa, distanciando-se da imagem que indivíduos que protagonizavam as iniciativas do organismo ecumênico nutriam de si mesmos e de sua entidade. Surgia, então, uma representação peculiar do CMI, refletindo as concepções ou visões de mundo dos homens de informações do regime militar. Como as imagens em tais documentos, por vezes, são distorcidas, importa-nos mirá-las com o auxílio de uma lente crítica e bem regulada, a fim de apreendermos em traços mais nítidos os elementos de verdade contidos nelas.

A imagem do Conselho Mundial de Igrejas durante a “abertura política”

Em 1976, em Ribeirão Bonito, prelazia de São Félix do Araguaia. Em 18 de outubro de 1977, o CMI prestou solidariedade a D. Pedro Casaldàliga, por ocasião da lembrança do assassinato do padre João Bosco Burnier, em inauguração de igreja que receberia seu nome. O assassinato do padre, como se soube depois, teve a autoria de agentes militares. Evento que

⁴⁸⁷ GREEN, James N, op. cit.

⁴⁸⁸ ARQUIVO NACIONAL, op. cit., ACE 12792/81.

marcou o estremecimento das relações Igreja-Estado. Os Jornais *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo* cobriram a manifestação organizada pelo bispo Casaldáliga, à qual estiveram presentes os pastores Manoel de Mello, do Comitê Central do CMI e Charles Harper, do seu setor de Direitos Humanos. Potter havia anteriormente enviado carta ao presidente da República repudiando a perseguição contra o bispo. Toda essa atuação articulada com esforços do CMI e de bispos progressistas católicos era monitorada pelo SNI. Jaime Wright também esteve presente na cerimônia, representando a CESE. Na ocasião, foi realizado um culto ecumênico em memória do padre e em protesto contra a ditadura, do qual participaram esses pastores, sendo Harper o representante oficial do Conselho Mundial de Igrejas.⁴⁸⁹

Logicamente, essas iniciativas não agradavam os agentes da “comunidade de informações”, servindo como mais um ingrediente para reforçar o olhar negativo que lançavam sobre o CMI e os religiosos ecumênicos ligados a ele.

Com efeito, o período da “abertura política”, especialmente a partir de 1979, foi a época mais produtiva para os agentes estatais do SNI no tocante ao tema do movimento ecumênico, notadamente acerca das atividades do CMI. Como tentaremos demonstrar, o fenômeno não possui uma causa única.

Para melhor situar historicamente o desenvolvimento de outras iniciativas ocorridas em São Paulo, envolvendo de alguma forma D. Arns, o reverendo Jaime Wright e outros indivíduos e instituições ligadas ao movimento ecumênico, julgamos necessário explicitar alguns aspectos do cenário sociopolítico e econômico daquela conjuntura. O período compreendido entre o final dos anos 1970 e o início dos anos 1980 representou enorme desafio aos cristãos que interpretavam a luta em favor dos “pobres e oprimidos” e pela “justiça social” como razão intrínseca à sua missão evangelizadora. Especialmente porque o “arrocho salarial” imposto pelas políticas econômicas do regime militar se fazia sentir de forma dramática entre os mesmos “pobres e oprimidos” e sobre a classe trabalhadora, especialmente em um pólo industrial como São Paulo. O salário mínimo, por exemplo, chegou ao seu nível mais baixo em 1974, o que em valores reais significava a metade daquilo que fora em 1940.⁴⁹⁰

⁴⁸⁹ BRASIL: NUNCA MAIS DIGIT@L - Acervo do Conselho Mundial de Igrejas. Pasta 4290703_2_5, folha 23. Disponível em:

<http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=DOC_BNM&PagFis=9236&Pesq=>.

Acesso em: 15 jan. 2014.

⁴⁹⁰ MENDONÇA, Sonia Regina; FONTES, Virginia Maria. *História do Brasil Recente (1964-1992)*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2004. pp. 66-78.

A partir do governo do general-presidente Ernesto Geisel (1974-1979) e, prosseguindo na gestão de João Figueiredo (1979-1985), instaurou-se, assim, a combinação de medidas de liberalização ou “descompressão” com outras de repressão mais seletiva. A imprensa escrita deixou de sofrer censura prévia, apesar de casos esporádicos continuarem acontecendo.⁴⁹¹ Setores da oposição passaram a gozar de maior liberdade com o fim do AI-5, em janeiro de 1979. A Lei da Anistia de agosto de 1979 permitiu que antigos inimigos do regime, que haviam sido aliçados da política partidária, voltassem a militar legalmente. Os demais partidos, proibidos de funcionar desde o AI-2 de 1965, foram permitidos com o fim do bipartidarismo, em fins de 1979.

Essas e outras medidas governamentais orientavam-se pela antiga estratégia de “dividir para governar”, visando, na prática, a desarticulação política da oposição, que no período buscava se estruturar e se fortalecer.⁴⁹² Por essas e outras razões, Maria Helena Moreira Alves interpretou tais estratégias como o estágio mais avançado do que classificou de “institucionalização permanente do Estado de Segurança Nacional”⁴⁹³, em contraste com a idéia de que a ditadura estava sendo derrotada em uma “transição para a democracia.” Segundo a mesma autora, a chamada “abertura política” caracterizou-se pela “tentativa de institucionalização de estruturas de Estado visando ampliar o apoio político e ao mesmo tempo manter o controle de classe”.⁴⁹⁴ Portanto, segundo a mesma autora, a despeito de a liberalização ter “implicado em certo número de concessões, as bases do Aparato Repressivo e sua sustentação legal permaneceram durante anos.”⁴⁹⁵

Em 1978, porém, apesar do esforço despendido pela “comunidade de informações” para caracterizar o CMI, o que começara, como vimos, desde a década de 1960, a versão corrente nos seus documentos ainda era a de que o organismo ecumênico seria um “órgão da ONU.”⁴⁹⁶ Em parte, a confusão originava-se do fato de que parcela considerável dos Jornais brasileiros o classificavam como tal, os quais, com frequência, serviam de fonte aos agentes.

⁴⁹¹ Os espões dos serviços de “inteligência” continuavam vigilantes até o fim do regime e, especialmente com relação à mídia televisiva, ao cinema e ao teatro, a Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) realizava intenso trabalho. Em 1980, por exemplo, o famoso apresentador Chacrinha foi preso sob acusação de desacatar uma censora que acompanhava pessoalmente a transmissão do seu programa. Para mais informações sobre censura e polêmicas em torno dela, cf. FICO, Carlos. *Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004. pp. 87-113.

⁴⁹² MENDONÇA, Sonia Regina; FONTES, Virginia Maria. op. cit., p. 77.

⁴⁹³ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1985)*. Bauru (SP): Edusc, 2005. p. 384.

⁴⁹⁴ Ibid., p. 389-390.

⁴⁹⁵ Ibid., p. 192.

⁴⁹⁶ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACE 091/78. folha 1. Informação que o analista extraiu de um Jornal, anexo a seu documento, produzido em Porto Alegre.

Devido às características das atividades desenvolvidas e apoiadas pelo CMI no Brasil e no mundo, sua imagem, mais ou menos distorcida, construída pelos órgãos de informações, foi se consolidando como órgão cujo objetivo precípua era fazer oposição ao regime brasileiro. Essa percepção fez com os analistas estatais se dedicassem cada vez mais ao propósito de conhecer o “inimigo”, esmiuçando todos os tipos de contatos, no Brasil e no exterior, estabelecidos com pessoas e instituições.

Pelo fato de tais ações revestirem-se de enorme capilaridade, penetrando em diferentes setores dos movimentos sociais, parece que os agentes enfrentaram ainda maiores dificuldades para assimilá-las. Na verdade, compreenderam, mas da sua maneira bastante particular. No tocante a Paulo Freire, reiterou-se que, desde 1970, fazia parte do CMI e que havia “recebido um Cartão de Identidade, para fins de viagem, do Departamento Federal de Justiça e Política da Suíça, em atenção a um pedido do Conselho”⁴⁹⁷. Sem dúvida, o analista considerava essa prerrogativa dispensada a Paulo Freire um ato errôneo do governo da Suíça, especialmente por tratar-se de um “elemento demitido do Ministério da Educação e Cultura, após a Revolução de 31 Mar 1964, em virtude de sua ação comunizante no seio educacional brasileiro.”⁴⁹⁸ O documento desse agente do SNI contribuiu assim para que a representação sobre o CMI se tornasse bastante elaborada, constituindo uma imagem difundida à época também por setores conservadores da imprensa, do protestantismo e do catolicismo, todos alinhados ideologicamente à postura política autoritária das ditaduras militares vigentes à época.

Contudo, o que os agentes pareciam não captar ou alcançar era que as motivações do CMI e das entidades e indivíduos a ele relacionados não tinham origem no credo marxista ou comunista. Logo, estavam muito distantes de poderem ser relacionadas com algo semelhante ao ateísmo, como irão sugerir. Elas explicitavam convicções e crença profundas de que o cristianismo possuía o que denominavam de “missão profética” de denunciar as injustiças, as quais atentavam contra a dignidade da pessoa humana compreendida como imagem e semelhança de seu Criador. Sobre as acusações de apoio à luta armada, pastores representantes do CMI, em visita ao Brasil em 1982, quando divulgavam a realização de uma das assembleias gerais do órgão, refutaram-nas prontamente. Explicaram que as acusações se tratavam de uma campanha da revista conservadora norte-americana *Readers Digest*, conforme veremos.

⁴⁹⁷ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACE 091/78. fls. 2.

⁴⁹⁸ Ibid.

Concernente à difusão na imprensa de ideias negativas sobre o CMI, as quais ajudavam a respaldar e fundamentar as representações contidas nos documentos do SNI, é instrutivo analisar o que foi registrado em uma nota do Jornal de Minas, anexa a um documento do CISA, de agosto de 1980.⁴⁹⁹ O analista, ao acompanhar os movimentos do CMI, que, segundo ele, era a “entidade de frente do Movimento Comunista Internacional”, limitou-se a informar que o organismo estava preparando a “Conferência Latino Americana sobre Empresas Multinacionais”, que seria realizada em São Paulo, com apoio de D. Paulo Evaristo Arns e que a carta-convite para o evento fora assinada e enviada pelo ex-militante da AP, o leigo católico Marcos Arruda.⁵⁰⁰ O suposto jornalista redator da coluna, porém, foi mais além em seu texto intitulado “Comunismo Ateu?”, argumentando o que se segue:

o problema da infiltração do credo vermelho em quase todos os setores e em todo o mundo é mais sério do que comumente se supõe, especialmente porque a grande arma dos que pretendem destruir as liberdades do homem, a pretexto de libertá-lo, é a boa fé dos que ouvem suas pregações e a incredulidade dos que insistem em não ouvir advertências.⁵⁰¹

Sua queixa é marcada pelo sentimento anticomunista, que é muito semelhante à que os setores mais radicais dos órgãos de repressão lançavam contra a “abertura política”, residia no fato de que muitos no Brasil não estariam se dando conta da realidade da “infiltração comunista” em marcha na sociedade, “e, especialmente, no seio do cristianismo”, já que a carta-convite, assinada por Marcos Arruda, justificava a realização do evento do CMI nos seguintes termos:

Os contrastes entre ricos e pobres, a miséria, a exploração da força de trabalho, a manipulação dos que vivem da terra, a violência física e cultural contra os indígenas, as crianças abandonadas, a destruição da natureza, a dívida externa, a militarização do continente, a monopolização do poder político e da força – todos esses fenômenos estão direta ou indiretamente relacionados com o capital internacional e as empresas multinacionais que lhe dão existência concreta.⁵⁰²

⁴⁹⁹ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACE 10294/80. fls. 1.

⁵⁰⁰ Conforme citamos anteriormente, James Green narra a forma como o católico Marcos Arruda se dedicara à militância política na AP até ser preso e torturado, em São Paulo, pela OBAN. Em seguida, fugiu do Brasil e foi acolhido pelo CMI para trabalhar em Genebra. Antes, nos EUA, contribuiu com uma extensa rede de pessoas que mobilizaram uma verdadeira campanha de divulgação de informações relativas à tortura de presos políticos no Brasil. Boa parte constituída de acadêmicos, religiosos ecumênicos e jornalistas. cf. GREEN, James N. *Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

⁵⁰¹ ARQUIVO NACIONAL, op. cit., fls. 2.

⁵⁰² Ibid., fls. 3.

Trata-se de uma boa síntese sobre as questões em torno das quais a *Tempo e Presença* tentou abarcar ao longo dos anos 1980 e 1990, conforme demonstrou Paulo Roberto Salles.⁵⁰³ Assim, pode-se afirmar que, de um modo geral, o excerto acima expressa a perspectiva crítica do CMI e do movimento ecumênico em relação à brutal desigualdade entre Primeiro e Terceiro Mundo, questão que, para eles, estava na origem dos demais problemas sociais de então.

Sob a perspectiva do autor da nota do *Jornal de Minas*, a justificativa acima, escrita por Marcos Arruda, do CMI, que aponta as mazelas sociais resultantes da agressividade com que operava o sistema capitalista de então era, no mínimo, uma atitude comunista. Com efeito, trata-se de uma interpretação análoga àquelas contidas nas imagens distorcidas do movimento ecumênico refletidas na documentação da “comunidade de informações”. Esta visão negativa sobre pessoas que analisavam criticamente os resultados das políticas econômicas do regime militar e os resultados da exploração capitalista de então, era uma das marcas do comportamento político conservador de muitos veículos de comunicação da época, isto é, dos que compactuavam com as diretrizes do regime.

Cabe assinalar que pelo fato de Arruda ter utilizado categorias analíticas oriundas do marxismo, sua fala era logo interpretada como uma pregação da “luta de classes” ou um “incitamento das massas contra o governo.” Tudo isso tem a ver com o fato de que, conforme discutimos inicialmente, as representações podem ser compreendidas como “classificações e divisões que organizam a apreensão do mundo social”, isto é, como “categorias de percepção do real.” Tais documentos estão repletos de categorias classificatórias do pensamento e do discurso alheio, do diferente. Nesse sentido, a documentação em tela, contém signos e códigos, um sistema de representações da realidade que visava enquadrar automaticamente os discursos e ações de indivíduos do movimento ecumênico no que chamavam de “comunismo” ou de “subversão”.

O escrito de Marcos Arruda possui, assim, o mérito de elencar algumas das principais bandeiras em torno das quais militava o CMI no Brasil e no Cone Sul, nos anos 1980. Sob a ótica do articulista do *Jornal de Minas*, no entanto, para além do fato de que isso não passava de “pregação comunista”, o que mais lhe causava espanto era que tais ideias fossem promovidas por um organismo constituído de igrejas como o CMI, através “de uma carta-convite oficial.” Trata-se de uma das interpretações mais alarmantes que identificamos. Ela

⁵⁰³ GARCIA, Paulo Roberto Salles. *A história e a importância da revista “Tempo e Presença” no movimento ecumênico e na sociedade brasileira*. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

chega, inclusive, a superar algumas esboçadas pelos agentes do SNI. No próximo capítulo veremos que a hipótese do “cristianismo ateu” será retomada e, na perspectiva de um oficial do CIE, comprovada. Isso ocorrerá em 1983, através de um estudo, quase uma monografia de graduação, do general-chefe do CIE, sem citar, porém, o *Jornal de Minas* como fonte.

Em seguida, ele registra nomes de outros “subversivos” envolvidos na preparação e organização da citada conferência, vaticinando que “a infiltração do comunismo ateu na Igreja é por demais flagrante”⁵⁰⁴ e indagando: “estariamos diante de uma monstruosa heresia a que se poderia chamar de Cristianismo Ateu?”⁵⁰⁵. Algumas linhas adiante, ele mesmo responde: “positivamente, é o fim. Quem duvidar, é só esperar mais algum tempo – questão de meses. Quem viver, verá”⁵⁰⁶.

O exemplo, entre tantos possíveis, demonstra que havia uma estreita comunhão de valores entre segmentos da sociedade, especialmente a imprensa conservadora, e os agentes da “comunidade de informações” no que concerne a comportamentos políticos, configurando o que talvez pudéssemos classificar como uma “cultura política da Guerra Fria”. Assim, com frequência, documentos dos agentes de informações reverberam ideias negativas, publicadas em periódicos da grande imprensa, sobre pessoas e instituições de oposição. Mas, o inverso também é recorrente. Veremos esse fenômeno novamente quando analisarmos o Congresso Internacional Ecumênico de teologia (CIET), ocorrido em São Paulo, em 1980.

À medida que a chamada “abertura política” do regime se aprofundava nos anos 1980, os espões do SNI continuavam em alerta. Persistiam em seu trabalho de espionagem e construção de interpretações e representações. A partir do Rio de Janeiro, eles permaneciam antenados nas “atividades do Conselho Mundial de Igrejas”⁵⁰⁷ e de entidades parceiras do movimento ecumênico. Saber o que o CMI estava discutindo em Genebra ou em qualquer outro lugar era parte integrante do trabalho dos espões estatais e de seus “informantes”.

Uma questão que nos ocorre é a seguinte: por que o monitoramento e produção de documentos sobre o CMI aumentaram exatamente na década de 1980, quando o regime se encontrava em sua fase final? Na realidade, essa é também uma visão em retrospecto a partir do ponto de vista do nosso presente. Naquele contexto, devemos compreender que os agentes não aceitavam a “abertura política” patrocinada por Geisel e Figueiredo. Talvez até acreditassem até que ela não iria adiante. Documentos do CIE e de outras agências militares

⁵⁰⁴ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACE 10294/80. fls. 3.

⁵⁰⁵ Ibid.

⁵⁰⁶ Ibid.

⁵⁰⁷ Ibid., ACE 2455/80.

manifestam esse sentimento de insatisfação e indignação com relação a ela, bem como demonstram o que Baffa qualifica de “emparedamento” da “comunidade” contra a “abertura” empreendida por tais presidentes.⁵⁰⁸

Talvez a resposta esteja relacionada com o fato de o SNI estar envolvido em um processo de produção de novos “inimigos”, alardeando “perigos”⁵⁰⁹, isto é, uma forma da “comunidade de informações” tentar justificar a sua continuidade. Todavia, talvez essa tese não consiga dar conta de explicar totalmente a questão. A nosso ver, tal volume de vigilância talvez esteja relacionado com o fato de o CMI estar incrementando o apoio ao setor progressista católico, conforme observaram os próprios analistas do SNI em muitos de seus documentos.

Se assim era, o apoio do CMI aos progressistas se chocava frontalmente com o trabalho da Comissão Bipartite, em que bispos católicos e generais e outros oficiais do regime estabeleciam um sigiloso e cuidadoso trabalho conjunto, dialogando em reuniões frequentes e pré-agendadas, para buscar o consenso entre a Igreja e o Estado, tentando aparar arestas na conturbada relação entre as duas citadas instâncias de poder.⁵¹⁰ A Bipartite era a comprovação de que aos dirigentes do regime não era interessante a perpetuação de uma relação conflituosa com a Igreja Católica. Através da Bipartite, os representantes do regime tentavam persuadir os bispos a refrearem a ação dos membros progressistas do clero em suas críticas públicas contra a ditadura.⁵¹¹ Mas a “comunidade de informações e de segurança” não apostava suas fichas no diálogo, preferindo o velho método da repressão.⁵¹²

É importante ter presente também que após a ascensão de João Paulo II, com sua política de afastar a Igreja de movimentos de oposição, enfatizando a busca por uma religião mais espiritualizada e menos envolvida com questões e protestos políticos, isto é, fomentando uma “espiritualidade desencarnada”, aí, então, o regime militar, inclusive os agentes do SNI, parece ter começado a se tranquilizar em relação à atuação contestatória do clero católico progressista. Em Puebla, em 1979, os teólogos da libertação foram desautorizados pela alta hierarquia católica na América Latina e em Roma, enquanto amplo espaço foi concedido

⁵⁰⁸ Cf. BAFFA, Ayrton. *Nos porões do SNI: o retrato do monstro de cabeça oca*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1989. p. 51-65.

⁵⁰⁹ BEZARRA, Paulo César Gomes. *A visão da comunidade de informações sobre a atuação dos bispos católicos na ditadura militar brasileira (1970-1980)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2010. p. 127.

⁵¹⁰ cf. SERBIN, Kenneth. *Diálogos na Sombra: Bispos e Militares, Tortura e Justiça Social na Ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

⁵¹¹ Ibid.

⁵¹² FICO, Carlos. *Como eles agiam - Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 193.

àqueles teólogos e bispos de linha mais conservadora.⁵¹³ Houve, com efeito, uma mudança considerável de orientação em relação a Medellín, 1968, onde predominara a orientação da Teologia da Libertação, quando a “opção preferencial pelos pobres” ganhou força e notoriedade.⁵¹⁴ O resultado disso foi que, conforme demonstrou Paulo César Gomes Bezerra, o monitoramento em torno das atividades dos bispos progressistas diminuiu consideravelmente depois de 1979.⁵¹⁵ Desse modo, segundo o autor, se em 1978 o número de documentos da “comunidade de informações” focando a atuação dos bispos progressistas havia aumentado em “mais que o triplo” em relação a 1977, “em 1979, conforme se consolidava a ‘abertura’, a produção de informes voltou a cair e, no ano seguinte atingiu os mesmos níveis da primeira metade da década dos anos 1970”⁵¹⁶, isto é, foi drasticamente reduzida, sugerindo que setor progressista já não representava perigo aos olhos dos agentes da “comunidade”.

Com efeito, os relatórios do SNI observavam que os pronunciamentos de crítica do setor católico progressista ao regime haviam diminuído ou se tornado mais moderados, bem como registraram o aumento dos pronunciamentos do Papa contra o ativismo político de bispos progressistas e de leigos adeptos da Teologia da Libertação. Paradoxalmente, em sentido contrário, crescem os registros dando conta do aumento da atividade do movimento ecumênico, especialmente do CMI, que passa a oferecer apoio aos segmentos progressistas católicos, os quais começavam a perder poder no interior da Igreja no governo de João Paulo II, época em que o Vaticano utilizaria estratégias de esvaziamento de poder contra os progressistas como, por exemplo, nomeando figuras de perfil conservador em diversas dioceses na América Latina e no Brasil. Essa política romana, caracterizada por Della Cava como “ofensiva vaticana”⁵¹⁷, atingiu até mesmo D. Paulo Evaristo Arns, quando sua Arquidiocese foi dividida em quatro pelo Papa, visando, ao que tudo indica, diminuir seu poder de influência política de oposição.⁵¹⁸

Outras atividades do Conselho na América Latina segundo o SNI

⁵¹³ DELLA CAVA, Ralph. A Ofensiva Vaticana. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, pp. 34-53, dez. 1985.

⁵¹⁴ Ibid.

⁵¹⁵ BEZARRA, Paulo César Gomes. *A visão da comunidade de informações sobre a atuação dos bispos católicos na ditadura militar brasileira (1970-1980)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2010, p. 127/128.

⁵¹⁶ Ibid.

⁵¹⁷ DELLA CAVA, Ralph, op. cit.

⁵¹⁸ SYDOW, Evanize e FERRI, Marilda. *Dom Paulo Evaristo Arns: um homem amado e perseguido*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999. p. 341-343.

É sabido que a preocupação geopolítica dos militares com a América Latina sempre foi uma constante, desde a Revolução Cubana de 1959, sendo, inclusive, um dos subterfúgios para o golpe de 1964, isto é, as Forças Armadas teriam feito a intervenção nos rumos da política nacional, entre outros motivos, a fim de evitar que o mesmo destino de Cuba se repetisse no Brasil. Havia o receio dos formuladores de política dos EUA de que o Brasil se tornasse, como diziam, não apenas outra Cuba, mas outra China, dadas as dimensões continentais do país e a influência negativa que representaria para o restante da América.⁵¹⁹ Ocorre, porém, que tal preocupação se reacendeu após a vitória da Revolução Sandinista, na Nicarágua, em 1979, especialmente por causa da participação de membros da Igreja Católica na Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN).

Era, assim, mais um indício da força da Teologia da Libertação, o que, na percepção dos agentes do SNI, certamente alimentaria o desejo de indivíduos no Brasil de, através do movimento ecumênico apoiado pelo CMI, seguir o exemplo da Nicarágua. Na esteira dessa preocupação com a irrupção de movimentos revolucionários, a atenção às ações do CMI no continente e, sobretudo, no Brasil, era uma das prioridades dos analistas do SNI e de outros órgãos da “comunidade”. Assim, à medida que arrefece a preocupação com a influência do setor progressista no interior da Igreja Católica e em ações isoladas fora dela, aumentam as preocupações com a união de esforços ecumênicos deles com os progressistas ligados ao Conselho Mundial de Igrejas. Portanto, nas representações elaboradas pela “comunidade de informações”, tal inspiração revolucionária oriunda do exemplo da Nicarágua significava um perigo para segurança nacional, com o apoio do CMI.

Em 1980, um de seus agentes analisa em detalhes um documento atribuído ao Conselho, de dezessete páginas, em inglês. Tratava-se de material da Comissão Preparatória da Consulta Ecumênica sobre a Participação das Igrejas nos Programas e Projetos de Desenvolvimento da América Latina. O impresso resultou de reunião realizada pela Comissão, em Manágua/Nicarágua, na qual estiveram presentes, entre outros, os líderes protestantes Jether Ramalho, Lysâneas Maciel e Julio de Santa Anna. Em texto de oito páginas, o analista apontou os objetivos, as tendências teológicas e as perspectivas sociológicas que embasavam e motivavam a realização da reunião.

Entre os objetivos, segundo ele, estava o de preparar um evento com a participação de representantes de vários países da América Latina, com vistas a refletir sobre qual seria a melhor forma de inserção dos cristãos no tipo de processo de desenvolvimento econômico em

⁵¹⁹ O DIA QUE DUROU 21 ANOS. Brasil, 2012. Direção: Camilo Torres. 78 min.

curso no continente, cujos frutos não alcançavam as camadas mais pobres. A perspectiva seria a de levarem em conta “as novas formas que a organização popular”⁵²⁰ estava tomando, com vistas a fortalecer a “participação libertadora do povo”, a fim de contribuir no processo de criação de mecanismos eficazes de pressão que possibilitasse a conquista de direitos sociais e de melhores condições de vida para as “classes oprimidas.”

Na análise do agente sobre essas ações, o “ecumenismo defendido pelo CMI” que motivava tal engajamento político das igrejas e dos cristãos, com base em análises críticas do modelo econômico imposto pelos regimes ditatoriais de então, estava por demais “dominado por facções nitidamente esquerdistas.”⁵²¹ E mais, o tema da libertação estava no cerne da questão, a exemplo do movimento revolucionário na Nicarágua.

Tal conclusão se apoiava, sobretudo, no fato de que o texto escrito pelos religiosos esboçava comentários negativos sobre a atuação das empresas transnacionais respaldadas por regimes políticos autoritários, além de assinalar que o “tipo de crescimento econômico predominante na América Latina contradiz as aspirações fundamentais dos setores populares.”⁵²² Além disso, o que era mais preocupante para o agente do SNI, era o fato de que o CMI “dispunha de fartos recursos materiais” e que atuava como influenciador de “largas parcelas do clero católico”⁵²³, as quais classificou de “linha progressista”.

Os analistas consideraram imprescindível, então, acompanhar o desenrolar dos fatos até a efetivação do evento apontado no documento do CMI. Assim, em documento de 15 de setembro de 1980, já haviam apurado que ele estava previsto para acontecer em Itaici, SP, sob o tema “Participação das Igrejas no Desenvolvimento Latino-Americano”, dentro de cinco dias, e contaria com apoio de D. Paulo Evaristo Arns. Paralelamente, a produção de imagens e representações do CMI continuava. Era necessário saber detalhes da atuação do organismo, com vistas a controlar ações julgadas perigosas do ponto de vista da “segurança nacional” para, caso fosse possível, elaborar de novos mecanismos jurídicos de regulação social de suas atividades. Nesse sentido, a Lei dos Estrangeiros, de 1980, deve ser compreendida como uma dessas iniciativas coercitivas que veio a prejudicar a prestação ecumênica de assistência a refugiados políticos e a fundamentar a necessidade de expulsão de opositores, especialmente religiosos progressistas. A Lei dos Estrangeiros, de 1980, cuja origem foi a vontade do Executivo, deve ser vista nesse contexto e desta perspectiva.

⁵²⁰ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACE 2874/80. folha 1.

⁵²¹ Ibid. fls. 8.

⁵²² Ibid.

⁵²³ Ibid.

É interessante notar que até àquele momento, os agentes do SNI e de outros órgãos de informações, ainda não haviam procedido a um estudo detalhado sobre as possíveis causas que levaram o CMI a adotar tais opções políticas e ideológicas contestatórias. Mas o momento havia chegado. Parece que, na concepção deles, era imprescindível tentar compreender o porquê do organismo atuar de forma tão distorcida em relação aos sadios princípios da verdadeira religião. Talvez assim pudessem descobrir maneiras mais eficazes de impedir que suas ações atrapalhassem ou viessem a fomentar pressões sociais contra o regime militar.

O SNI na busca da gênese “subversiva” do CMI

Em setembro de 1980, um analista do SNI, lotado na Agência do Rio de Janeiro, produziu um documento intitulado “Conselho Mundial das Igrejas (CMI) – Histórico e desenvolvimento”⁵²⁴, contendo um “histórico do movimento ecumênico”, desde suas origens até a formação do CMI. Este trabalho⁵²⁵ é interessante sob vários aspectos. Em primeiro lugar, testemunha o interesse em conhecer melhor o “inimigo”, representando a evolução da produção de conhecimento sobre o CMI ou, mais precisamente, do processo de construção de representações do organismo.

Em segundo lugar, externa a consciência do analista de estar produzindo uma análise cujas fontes tinham origem no próprio organismo ecumênico e, por isso mesmo, observa que se tratava de um histórico “segundo o CMI”, isto é, ele se esforça para convencer o leitor de seu texto, isto é, seu “cliente” na rede de informações, de que seria imparcial e não explicitaria suas concepções pessoais na análise, isto é, suas visões de mundo, em suma, suas representações do CMI.

Contudo, o resultado não consiste em uma história imparcial, mas traduz seu ponto de vista bastante particular, sua representação da evolução histórica do CMI. Conforme assinalou Bourdieu, em trecho que citamos na introdução, mesmo quando afirma estar dizendo aquilo que é, o agente investido de autoridade e poder produz uma alteração no objeto de análise. Por fim, o trabalho do analista do SNI acrescentará novos traços à imagem corrente do CMI na

⁵²⁴ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, DF, ACE 3614/80.

⁵²⁵ É sabido que os órgãos de informações possuíam verdadeiros “especialistas” em determinados assuntos de interesse da ditadura como, por exemplo, a estrutura, ideologia e o funcionamento das organizações da esquerda armada, do Partido Comunista do Brasil, etc. Da mesma forma, havia, especialmente no SNI, esses tipos de “especialistas” em ecumenismo, que produziam longos artigos e estudos sobre o tema, abarcando diversas entidades ecumênicas, com ênfase naquilo que eles denominavam de “Movimento Religioso.” O curioso é que só fui me dar conta desse enorme interesse depois que já havia escolhido meu tema de estudo. Nesse sentido, ocorreu uma coincidência entre o meu e o interesse dos agentes, só que por razões diferentes, evidentemente.

documentação da agência estatal de informações, reivindicando, porém, um caráter de análise sociológica, cientificamente construída.

Terceiro, evidencia o esforço da “comunidade de informações”, especialmente da Agência Rio de Janeiro do SNI, que se traduzia na tentativa de buscar as razões históricas que pudessem explicar o porquê de uma forma de atuação cristã que, na concepção dos agentes, destoava daquilo que esperavam ser uma verdadeira organização religiosa que se apresentava como representante de centenas de igrejas espalhadas pelo mundo. Isso porque, olhando em retrospecto, o analista, certamente, considerava absurdas as ações do CMI, quase sempre relacionadas com questões que não se restringiam ao universo da religião.

Entretanto, foi um dos estudos mais próximos da parcialidade e rigor acadêmicos produzidos por um analista de informações que conseguimos identificar. Nosso agente “sociólogo” parece ter se esforçado para manter-se fiel às fontes consultadas, presumivelmente produzidas pelo próprio Conselho Mundial de Igrejas (CMI). Com efeito, sua narrativa obedece a uma ordem cronológica e factual, não se atentando para características do contexto histórico dos eventos narrados.

Assinala que o protestantismo havia se constituído em “religião internacional” no século XIX, tendo enviado missionários a todos os continentes. Nestes, teriam realizado obras positivas, tais como a construção de colégios, igrejas, hospitais e que havia contribuído com processos de abolição da escravidão em vários países, entre outras. Mas pondera que a ação protestante em meio aos povos evangelizados deixou marcas negativas, entre as quais o fato de que foram levados a se submeterem às tradições e cultura europeias.

Além disso, a concorrência e a disputa entre as várias correntes protestantes teriam promovido e explicitado a desunião existente entre elas. Este fato teria, sobretudo na Ásia e na África, ensejado o início das primeiras iniciativas de diálogo entre as igrejas protestantes, visando à superação da divisão reinante entre elas. Assim, segundo o documento, emergiu “o movimento ecumênico no início do século XIX” com o propósito de colocar fim à situação de separação. Esses episódios aparecem em quase todos os autores, a exemplo de uma narrativa canônica, a que tivemos acesso que narram a história do movimento ecumênico em geral e, do CMI, em particular. Assim, até aqui ele se contenta em não acrescentar sua opinião sobre esse processo, seguindo a literatura especializada. Em seguida, enumera os eventos-chave e os movimentos internacionais no seio do protestantismo que concorreram juntamente para a preparação do caminho que conduziria à criação do CMI.

O desenvolvimento da narrativa toma como referência a metáfora de rios que vão engrossando, à medida que movimentos protestantes menores vão sendo incorporados, até se juntarem em um rio principal, mais caudaloso, cuja expressão máxima tornou-se o Conselho Mundial de Igrejas (CMI). Nesse momento ele já ensaia abandonar os autores ecumênicos e, após um salto de dez anos, chega a 1948, apresentando algumas conclusões. Segundo o analista, as correntes formadoras do organismo, “desde o início possuíam preocupações que extrapolavam ao campo puramente religioso e doutrinário.” Até aí tudo bem. Depois disso, conclui que a ideologia política do fundador de uma das correntes (o Movimento Vida e Trabalho) permanecia como postura majoritária do CMI, qual seja: a “para-socialista e de ingerência nos negócios internos de países independentes.”

Esta última constatação era fundamental para os propósitos do analista, isto é, compreender o porquê das diversas iniciativas do CMI de consolidar a colaboração e a participação das igrejas e setores da sociedade em questões políticas com algum grau de contestação ou questionamento em face do regime militar brasileiro e das outras ditaduras vigentes no Cone Sul. A consequência direta foi que tal análise contribuiu para o incremento da representação do CMI na documentação do SNI da “comunidade”.

Ela pretendia ainda dimensionar o impacto do trabalho do CMI sobre o chamado “campo religioso”, isto é, o conjunto de instituições religiosas no país, tendo em vista o papel histórico da Igreja Católica no âmbito mundial. Por isto, sublinhou que após a “absorção das Igrejas Ortodoxas dos países socialistas” o *status* do CMI havia sido reforçado “no cenário religioso mundial”, o que teria causado o “enfraquecimento da Igreja Católica no Leste Europeu.” Constatou que após a incorporação, em 1971, de outras duas importantes organizações protestantes, o Conselho Mundial de Educação (CMEC) e a Associação Mundial de Escolas Dominicais (AMED), o CMI havia conquistado “total hegemonia sobre a maior parte das Igrejas Protestantes no mundo.”

A partir daí, na feição da representação que continuava em construção, a vinculação do CMI com o comunismo internacional parecia incontestável para o analista. Afinal, as igrejas do leste europeu já eram vistas pelas agências de inteligência da ditadura, há tempos, como “instrumentos de Moscou”. O CMI representaria, assim, uma potência aliada do “Comunismo Internacional”, em franco processo de crescimento, diante do qual nem mesmo a Igreja Católica conseguira fazer frente. Portanto, a constatação anterior, apontando a origem “para-socialista” do seu fundador e a tendência de praticar “ingerência nos negócios internos de países independentes”, associada à “absorção das Igrejas Ortodoxas” e à capacidade

financeira do Conselho, parecia conferir ainda mais força à sua imagem de inimigo dos interesses da segurança nacional e do regime militar. Talvez se deva a essa percepção do CMI como uma influente e poderosa organização, com vínculos a Moscou, o fato de o regime não ter tomado medidas mais drásticas para tentar conter suas ações e de seus ativistas no Brasil. Afinal, as repercussões internacionais disso certamente seriam desastrosas, devem ter calculado os formuladores de política externa por detrás dos bastidores do poder Executivo, apoiados nos muitos documentos dos serviços de informações sobre o Conselho.

Com efeito, o tema da correlação de forças entre as instituições religiosas no cenário internacional era interesse constante dos analistas de informações. Saber se havia aproximações ou afastamentos entre elas, possibilitava-lhes a tentativa de prever os passos dos “inimigos” do regime. Acreditavam ser assim possível antecipar algum tipo de atuação que pudesse repercutir negativamente no Brasil, no que denominavam, calcados na Doutrina de Segurança Nacional, de campos político, social, psicossocial ou econômico, todas sendo áreas do “poder nacional”, conforme vimos no capítulo primeiro. Temiam que as ações dos inimigos do regime gerassem algum dano à imagem do Brasil, oferecendo riscos à sua estabilidade política a partir do fomento e coesão da oposição e, conseqüentemente, fomentasse pressão social contra o governo, no mínimo, e, no limite, incitasse uma “outra” Revolução Sandinista.

Ao perceberem que a Igreja Católica, enquanto potencial aliada do regime na manutenção da ordem e na luta contra a subversão, encontrava-se fragilizada ou em desvantagem na correlação de forças com o CMI, com tamanho potencial associativo com o “comunismo internacional”, alguns analistas do SNI convenceram-se da necessidade de manter a vigilância sobre o organismo ecumênico.

Em documento de 30 de setembro de 1980, intitulado “o Conselho Mundial de Igrejas (CMI) e a Igreja Católica – O ecumenismo no Brasil”⁵²⁶, o analista do SNI/ARJ se dedicou a investigar alguns dos aspectos acima enunciados. Segundo ele, a Igreja Católica havia percebido que o CMI se tornara uma força política considerável no cenário mundial e que não poderia ser ignorado. Isto teria motivado sua busca por aproximação junto a ele. Ao mesmo tempo em que analisa, desde os anos 1960, os principais episódios em que houve diálogos e parcerias entre as instituições cristãs, o agente interpreta que o CMI estaria em uma ofensiva contra Igreja Católica, tentando ocupar seus espaços vagos, supostamente deixados por ela no atendimento aos seus fiéis. Ora, ao mesmo tempo em que assinalam que o organismo estaria

⁵²⁶ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal – Serviço Nacional de Informações, ACE 3659/80.

mais preocupado com a contestação política, ele enfatiza o objetivo religioso do seu interesse em arrebanhar as fiéis católicos.

Em 1980, esse cenário parecia inquietar tais agentes da inteligência, porque, como vimos, o regime já não se preocupava tanto com a oposição da Igreja Católica, em função dos efeitos despolitizantes da citada “reação conservadora” oriunda da política do Papa João Paulo II. Nesse sentido, o problema era o apoio do CMI aos progressistas, bem como sua “ingerência” no Brasil, fomentando o trabalho de entidades ecumênicas, as quais situavam-se na interseção entre as igrejas e os movimentos sociais populares, conforme explicitou Jether Ramalho anteriormente, e, por conseguinte, no campo da oposição às políticas públicas do governo nos mais diversos domínios (questão fundiária e a reforma agrária, terras indígenas, refugiados, movimento operário, greves e organização sindical, educação popular, inflação, dívida externa, anistia, etc.).

O documento citado elenca as organizações do Brasil ligadas, de alguma forma, ao organismo ecumênico de Genebra, do campo protestante e do católico, observando que o CMI utilizava cada vez mais o ecumenismo “como forma de aumentar seu próprio poder, enfraquecendo a Igreja Católica nas áreas onde a mesma é majoritária.”⁵²⁷ Nesta representação, o ecumenismo é utilizado para encobrir uma estratégia secreta de aumento do poder político e da influência religiosa do CMI. Entretanto, salienta a manifestação positiva católica oriunda da própria Cúria romana, emergida no Concílio Vaticano II (1962-1965), em relação às iniciativas do CMI de promoção do ecumenismo, entre elas, “a sinceridade ecumênica e a energia dos irmãos separados.”⁵²⁸ Segundo o analista, pelo fato de o CMI ter se tornado a maior “expressão mundial das diferentes seitas protestantes”, somado à adesão a ele das igrejas Ortodoxas do Leste Europeu, a Igreja Católica estaria sendo impelida a buscar a referida aproximação, mais por temor ou por política de diplomacia do que pelo desejo de estabelecer relações ecumênicas fraternais em torno de causas julgadas justas pelas duas instituições.

Portanto, na versão elaborada pelo analista do SNI, o ecumenismo existente entre as duas instituições, no nível das cúpulas de Roma e de Genebra, baseava-se exclusivamente em um jogo de interesses político-institucionais, em que cada lado atuava segundo critérios próprios para assegurar a manutenção ou o aumento do poder em relação ao rival. O ecumenismo do CMI representava, então, entre outras coisas, uma estratégia de ataque contra

⁵²⁷ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, 3659/80. fls. 3.

⁵²⁸ Ibid. fls. 1.

a Igreja Católica, visando arrebanhar seus fiéis ao redor do mundo. Ao passo que a Igreja Católica estaria se utilizando também do ecumenismo, mas como um meio de defesa. Tais representações esboçadas explicitam, de forma contundente, visões de mundo pautadas nas disputas da Guerra Fria, protagonizadas por Estados Unidos capitalista, de um lado, e, União Soviética comunista, de outro. Esse “filtro” ou “grade interpretativa” profundamente internalizada contribuía para que ele “lesse” a realidade de forma distorcida, segundo critérios mentais que se ligavam muito fortemente com o contexto de batalha, e disputa, em suma, de “guerra fria”.

Ao longo dos anos 1980⁵²⁹, as representações do CMI construídas pelos agentes da “comunidade de informações”, especialmente o SNI, já haviam adquirido considerável grau de elaboração e já estavam solidificadas entre a rede de agências de inteligência. Trata-se, como já observamos, de uma imagem diferente se comparada àquela dos anos 1970. A despeito da diminuição da frequência da acusação explícita de ser ele um “órgão de fachada do Movimento Comunista Internacional”, as suspeitas de ingerência do CMI e de apoio ao clero progressista no fortalecimento de grupos de pressão contra o regime eram o que mais pesava contra o organismo.

A maioria dos agentes da “comunidade de informações” não conseguia ou não queria aceitar que os tempos haviam mudado e que nos anos 1980 o Brasil caminhava em direção à chamada “transição democrática”, continuando em um trabalho frenético de produção de documentos sobre o CMI. A hipótese de que a “comunidade” necessitava de justificativas para sustentar a tese de que seu trabalho de espionagem e vigilância da sociedade (considerada incapaz de assumir a responsabilidade de conduzir a nação) era indispensável à manutenção da “segurança nacional”, ainda que, em última análise, o governo do Brasil passasse às mãos dos civis⁵³⁰, também não deve ser desconsiderada. Nesse propósito, o perigo atribuído ao CMI era muito conveniente.

Conforme mencionamos anteriormente, entre os principais temas de real interesse do CMI e do movimento ecumênico na América Latina, e, sobretudo, no Brasil, estava o problemas das difíceis condições de vida enfrentadas por trabalhadores urbanos e rurais,

⁵²⁹ A documentação do SNI aponta que, pelo menos, até 1989 persistia o monitoramento em torno das ações do CMI, do pastor Jaime Wright e de outros atores do campo ecumênico. Jaime Wright continuou envolvido com a questão da denúncia das torturas contra presos comuns. Insistia em que o Congresso deveria ratificar a assinatura do presidente Sarney ao tratado contra crimes de violações de direitos humanos, feita por ele na ONU, etc. Entretanto, os papéis já não traziam mais os carimbos de que a “revolução é irreversível”, nem mesmo o nome do SNI aparecia. Ele foi substituído por códigos, combinando números e letras, cujos significados ainda não conseguimos desvendar.

⁵³⁰ FICO, Carlos. *Como eles agiam - Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 211-213.

devido ao aprofundamento das desigualdades sociais resultantes da evolução do processo de exploração e acumulação capitalista do modelo econômico-político sustentado pelos militares no poder.

A partir desta perspectiva de análise daquela conjuntura por parte do movimento ecumênico encabeçado pelo CMI, foi realizada entre 01 e 05 de outubro, em Itaici (SP), em instalações católicas, a “Consulta Latino-Americana sobre corporações transnacionais”, cuja preparação o SNI já vinha acompanhando⁵³¹ há algum tempo, desde seu início, em Manágua. Por isso, o Serviço não deixaria de conferir de perto o que se trataria em tal reunião.

Com efeito, o SNI também já havia se inteirado da informação que dava conta de outra reunião de preparação para o evento, realizada em 02 de julho de 1980, na PUC de São Paulo, com a participação, dentre outros, de Marcos Arruda, Lysâneas Maciel e Plínio de Arruda Sampaio. O documento confidencial, que, diferente dos demais, omitiu o cabeçalho da agência que o processou, provavelmente foi confeccionado para ser veiculado pela imprensa alinhada com o regime, pois trazia o seguinte carimbo: “para difusão externa este documento deverá ter seu texto descaracterizado.”⁵³²

Segundo o documento do SNI, que detalhou a investigação em torno do evento de Itaici, a Consulta foi realizada pela Comissão para a Participação das Igrejas no Desenvolvimento (CPID), um departamento do CMI, e pela Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), contando com a participação de indivíduos ligados ao movimento ecumênico, às CEBs e às “entidades voltadas para a pesquisa sócio-econômica”⁵³³ de treze países latino-americanos, além de representantes das igrejas-membro do CMI no Brasil, da CNBB e do Conselho Latino-Americano de Igrejas (CLAI).

As questões centrais que seriam tratadas na reunião, segundo o analista, constituíam-se em um convite à reflexão acerca das relações existentes “entre a transnacionalização das economias latino-americanas e a pobreza, injustiças e desigualdades que afligem a maioria dos povos do continente”⁵³⁴, bem como “a questão da responsabilidade das igrejas e dos cristãos frente aqueles problemas e, em particular, ao impacto das corporações transnacionais sobre a vida dos povos latino-americanos.”⁵³⁵ A palestra de D. Paulo Evaristo Arns proferida em 1979, em evento organizado pelo CMI na Europa, como veremos no capítulo 5, teve

⁵³¹ Tais informações foram obtidas de pessoas ligadas ao movimento ecumênico, provavelmente de funcionários de alguma de suas entidades, pois o documento do SNI as atribui a um “informante”.

⁵³² ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACE 9336/80.

⁵³³ Ibid.

⁵³⁴ Ibid.

⁵³⁵ Ibid.

exatamente esse pano de fundo. Pensava-se no que fazer e como para apoiar a luta daqueles segmentos que haviam ficado ao largo dos alardeados benefícios materiais do “milagre econômico”, particularmente a classe operária paulistana.

As conclusões da Consulta de Itaici (SP), enumeradas pelo analista do SNI, dão conta da dimensão dos esforços que deveriam ser fomentados pelo CMI e seus parceiros nos próximos anos, bem como elucidam aspectos constitutivos das linhas de ação a serem adotadas pelo organismo ecumênico. A primeira conclusão indica que a reunião não havia oferecido respostas prontas às questões colocadas, mas apenas apontado caminhos a serem trilhados. Tratava-se de assuntos que careciam de aprofundamento, por meio de debates, envolvendo diferentes setores da sociedade latino-americana, particularmente os mais diretamente afetados pelo processo de transnacionalização da economia, quais sejam “os trabalhadores das cidades e dos campos, os povos indígenas, os profissionais da cultura, da ciência, da educação, os estudantes, os pais e mestres, as lideranças políticas e religiosas dos nossos respectivos países.”⁵³⁶ Sob esse aspecto, isto é, da perspectiva da participação das igrejas na busca de soluções para os problemas vivenciados pelos setores mais atingidos pelas desigualdades sociais, a ideia era a de “contribuir junto com os povos para a formulação de propostas alternativas de desenvolvimento capazes de produzir uma economia que atenda as aspirações de todos os homens e mulheres de nosso continente e uma sociedade que liberte e humanize.”⁵³⁷

Eram perspectivas muito semelhantes àquelas que motivaram o surgimento do setor progressista ecumênico no interior do protestantismo brasileiro, conforme vimos no capítulo 2. Tal referencial teórico, que nos anos 1960 havia sido fomentado por ativistas influenciados pelo CMI, continuava animando os esforços desses cristãos militantes do movimento ecumênico nos anos 1980, inclusive os do CEDI. Tudo isso tinha a ver com aquela perspectiva de um “cristianismo encarnado”, conforme defendiam tais sujeitos históricos. O horizonte que vislumbravam pode ser mais bem qualificado como a busca pela concretização do ideal da chamada “justiça social”. Esta era percebida, pelos ativistas ligados ao CMI, como sendo uma possibilidade concreta, mas que só seria conquistada através das lutas e, conseqüentemente, da vitória popular contra as ditaduras, e contando com a ajuda divina, o que ensejaria o processo de construção de projetos de democracia mais justos com os pobres em toda a América Latina. As ideias da Associação dos Teólogos do Terceiro Mundo expostas durante o CIET expressam essa expectativa, conforme veremos no cap. 5.

⁵³⁶ ARQUIVO NACIONAL, op. cit., ACE 3879/80.

⁵³⁷ Ibid.

Não se tratava, porém, de qualquer formato de democracia, mas de um projeto em construção, que possibilitasse a participação efetiva das camadas populares nos processos decisórios de seus países, configurando o que classificavam de “processo libertador”, cuja inspiração provinha do ideário da Teologia da Libertação, nas versões católica e protestante. A Consulta prescreveu algumas ações que deveriam ser concretizadas pelas igrejas dos países do chamado Primeiro Mundo. Elas foram instadas a utilizar sua “influência moral e econômica junto às corporações transnacionais e aos Estados dos seus respectivos países, no sentido de apoiar os movimentos pela justiça social e o respeito aos direitos dos povos da América Latina.”⁵³⁸

A análise do evento de Itaipu feita pelo funcionário da Divisão de Segurança e Informações do Ministério dos Transportes (DSI/MT) seguiu naquela mesma linha de afirmar que “aumenta, cada vez mais, a ação do Conselho Mundial de Igrejas (CMI)”⁵³⁹ e que o organismo estaria “dominado e atuando em favor das esquerdas, em ação conjunta com o ‘Clero Progressista’ da Igreja Católica.”⁵⁴⁰ Acerca daquele religioso e político do CMI que dirigiu o evento, o analista afirmou que se tratava do “comunista e Pastor da Igreja Presbiteriana, Lysâneas Maciel, ex-deputado punido por AI”⁵⁴¹, o qual continuava “atuando na política e no protestantismo a favor do Movimento Comunista Internacional (MCI).”⁵⁴² O citado político, a exemplo de Paulo Freire e de outras personalidades do Brasil, foi acolhido pelo organismo de Genebra e lá trabalhou durante vários anos em um de seus departamentos. Tais atores estiveram envolvidos com diferentes projetos ecumênicos, mas, certamente, continuaram em sua luta contra o autoritarismo ditatorial. No caso de Paulo Freire, sua ação inevitavelmente, significava ajudar a formar cidadãos conscientes de seus direitos, sobretudo, e críticos contra regimes autoritários.

Na concepção dos agentes, porém, tudo isso poderia agravar as pressões sociais contra o regime e, em última análise, eram provas de que a transição “lenta, gradual e segura” arquitetada pelo governo Figueiredo não deveria nem ter se iniciado. Conforme assinalou Carlos Fico, a “comunidade de informações e de segurança”, nessa época, constantemente

⁵³⁸ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACE 3879/80.

⁵³⁹ Ibid.

⁵⁴⁰ Ibid.

⁵⁴¹ Ibid., fls. 3.

⁵⁴² Ibid.

associava a “‘abertura’ à ameaça comunista.”⁵⁴³ Assim, quanto mais “evidências” conseguissem para sustentar essa tese, melhor.

No mesmo documento, com vistas a alertar os demais órgãos da “comunidade” para o perigo em curso naquele contexto, o analista da DSI/MT produz extensa lista de indivíduos, católicos e protestantes, que o preocupavam devido ao perfil opositor de sua militância e às ligações internacionais que sustentavam, especialmente com o CMI, entre os quais incluía-se:

o professor Paulo Freire, esquerdista, [que] regressou ao Brasil recentemente, depois de assessorar, durante muitos anos, o CMI ou WCC, em Genebra, com uma equipe por ele chefiada composta de comunistas brasileiros, banidos ou asilados, e que estão regressando ao Brasil para trabalhar com ele aqui.⁵⁴⁴

Nesta leitura, o CMI é confirmado como inimigo do regime. Afinal, na perspectiva do analista, o fundamento estava no fato dele ter acolhido e apoiado indivíduos “comunistas brasileiros, banidos ou asilados”, entre os quais se encontravam dois católicos e dois protestantes, respectivamente Paulo Freire, Marcos Arruda, Anivaldo Padilha e Lysâneas Maciel. A esta altura, contudo, já havia consenso de que Paulo Freire não havia sido o secretário-geral da entidade ecumênica, como haviam dado conta informações anteriores do SNI, mas um assessor na área de educação popular na “perspectiva libertadora”.

Nessa mesma convicção da realidade da existência de uma “tendência comunista” do CMI, o analista da DSI, a partir da análise do evento de Itaici, esmerou-se em associá-lo ao “Movimento Comunista Internacional (MCI)”, haja vista que ele “possui na América Latina dirigentes comunistas ou simpatizantes que integram coordenadorias como a CESE e a CELA.”⁵⁴⁵ Ele exemplifica sua afirmação citando, como exemplos, o nome do reverendo James Wright” e de outros “marxistas”, “esquerdistas”, “comunistas”, “subversivos” e “dirigentes do Protestantismo no Brasil, comprometidos com as esquerdas”.⁵⁴⁶ Para o último retoque na representação, acrescenta que o CMI,

nos últimos anos, apoiou e vem apoiando movimentos de libertação de fundo guerrilheiro marxista em países africanos, como os que venceram na antiga Rodésia, dirigida pelos líderes Mugae e Nkomo, hoje governantes da nova nação e o ainda em

⁵⁴³ FICO, Carlos. *Como eles agiam - Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 213.

⁵⁴⁴ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACE 12791/1981, fls. 3

⁵⁴⁵ Ibid.

⁵⁴⁶ Ibid., fls. 4.

curso na Namíbia, conhecido como Swapo, com bases em Angola (país comunista) e apoiados também pela Rússia, Cuba, Alemanha Oriental etc.⁵⁴⁷

Nada mais restava no CMI que permitisse identificá-lo com um organismo genuinamente cristão, configurando-se em mero “órgão de fachada do Movimento Comunista Internacional.” Essa era a imagem mais contundente, construída e sedimentada no interior das mentes de muitos daqueles homens de informações da DSI e de outros órgãos do serviço de informações da ditadura militar. Disso resultava a necessidade, segundo eles, da continuidade da vigilância em torno do que os indivíduos ligados ao organismo faziam ou falavam em território nacional ou no estrangeiro.

O CMI, no entanto, procurava seguir as diretrizes que havia traçado para efetivar seu trabalho de apoio junto aos “setores marginalizados” e “excluídos do sistema capitalista” de então. Alguns dias depois da Consulta de Itaiçi, um agente do SNI registrou a ocorrência de um evento que traduzia esse esforço em apoiar um dos segmentos mais afetados pela chamada “transnacionalização da economia”, tão condenada pelos ecumênicos, a saber, os indígenas. O documento aponta a participação do CMI, da CELADEC e do CIMI na realização do Encontro Ecumênico Panamazônico de Pastoral Indigenista (EEPPI), articulando iniciativas várias com vistas a fomentar a melhoria das condições de vida dos povos indígenas da Amazônia.

Na representação explicitada pelo agente do SNI, no entanto, isso não passava de mais um “ato de ingerência” do CMI nos assuntos nacionais, tendo em vista que a questão indígena dizia respeito única e exclusivamente ao Executivo, através da FUNAI. Foi registrado ainda que “no referido Encontro, após considerarem ‘trágica a situação dos índios da Amazônia’, os participantes propuseram que a Celadec e o CIMI apóiem ‘um congresso indígena panamazônico, precedido por congressos regionais.’”⁵⁴⁸ Após destacar a participação no evento de um dos mais combativos e perseguidos bispos progressistas católicos, D. Pedro Casaldáliga, o analista do SNI concluiu que:

Torna-se mais patente, a cada dia, a crescente conjugação de esforços entre o clero “progressista” católico e as correntes “ecumênicas” do credo protestante, sob a inspiração do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), na tentativa de unir diferentes grupos indígenas e transformá-los, no mínimo, num órgão de pressão contra os governos da área, entre eles o Governo Brasileiro, com objetivos políticos.⁵⁴⁹

⁵⁴⁷ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACE 12791/1981. fls. 4/5.

⁵⁴⁸ Ibid., ACE 3996/80.

⁵⁴⁹ Ibid.

As aspas, grafando tais palavras no excerto do documento acima, externam peculiaridades da representação que esse analista tinha desses esforços ecumênicos. Para ele, tais iniciativas do Conselho e de setores do catolicismo e do protestantismo junto aos povos indígenas, não podiam ser caracterizadas como sendo genuinamente cristãs, nem ecumênicas e nem progressistas. Conforme abordamos, era quase sempre sob essa chave interpretativa da indagação se havia ou não o fomento de mecanismos de pressão social contra o regime, que os analistas do SNI avaliavam a atuação organismo de Genebra, bem como de qualquer outro órgão, indivíduo ou partido político, durante a “abertura política”.

Se, para o CMI, apoiar os setores sociais “mais atingidos pela transnacionalização do capitalismo” significava algo intrínseco à missão cristã daqueles tempos, na perspectiva de um “cristianismo encarnado”, tal iniciativa era representada pelo SNI como uma intromissão em assuntos alheios à religião e uma “ingerência” em assuntos nacionais. Isso levou a “comunidade de informações” à esboçar a uma representação interessante do CMI, qual seja, a de órgão “alienígena”, isto é, um agente externo ou estrangeiro que interferia no universo imaginado e sustentado pelos agentes dos órgãos de informações e de repressão do regime militar.⁵⁵⁰ Na realidade, depois de analisarmos outros documentos, descobrimos que se trata de um termo recorrente da “comunidade” para qualificar pessoas ou entidades estrangeiras que atuem dentro de país, em regra, com perfil oposicionista.

Essa representação, para aquele contexto histórico, fazia mais sentido que aquelas que se fundamentavam na crítica do órgão por seu perfil comunista, já que sua sede era em Genebra, de onde eram elaboradas as políticas e de lá se enviavam fundos e apoio de toda ordem aos ativistas ecumênicos. É uma crítica que, no campo das representações, pelo menos, é mais poderosa que as anteriores. É interessante essa mudança, pois o regime e, mais especificamente, os órgãos de informações e de repressão, sustentavam-se desde 1964 no seu anticomunismo, mas sem abandonar também o nacionalismo.

Contudo, nos anos de 1980, o anticomunismo perde força sob o ponto de vista das autoridades militares que governavam o país e da sociedade mais ampla, isto é, era mais difícil para os homens da “comunidade” sustentar a existência de planos de tomada do poder pelo “Movimento Comunista Internacional” diante dos dirigentes militares comprometidos com o projeto de “abertura lenta, gradual e segura”. A abertura passara a ser algo bem factível para amplos setores da sociedade e a redemocratização estava no horizonte especialmente de setores da oposição ao governo. Sob esse prisma, o nacionalismo parece ser uma boa

⁵⁵⁰ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal – Departamento de Polícia Federal (DPF) – Ministério da Justiça, Cx. 430, pastas: 3-B, 4-B, 15-A.

alternativa de confronto para o SNI, um elemento a reforçar as representações que seus analistas construíam.

O jargão nacionalista da defesa dos interesses brasileiros, empregado nas representações construídas pelo SNI, parecia, assim, fortalecer o argumento de seus agentes no sentido de que era necessária a permanência da Agência, mesmo em uma nova ordem democrática. Serviam, ao que parece, para se contrapor à ameaça de desmonte que pairava sobre o órgão em caso de possível fim do regime militar.

Portanto, a crítica nacionalista contra o Conselho, enquanto órgão “alienígena” que, de Genebra, intervinha em assuntos considerados de segurança nacional, passa a apresentar maior coerência se comparada àquela que o classifica de “órgão de fachada do MCI”. Conforme indicamos, essa mudança guarda relação direta com o contexto histórico mais amplo, em que a ideologia anticomunista já não motivava à ação repressiva tanto como no período 1968-1974, por exemplo. O próprio governo, especialmente por iniciativa do presidente Geisel, já havia reatado relações diplomáticas com regimes considerados comunistas, como, por exemplo, a China, contrariando a “comunidade”.⁵⁵¹

No documento intitulado “o ecumenismo religioso e a Lei dos Estrangeiros – A ação do Conselho Mundial de Igrejas”⁵⁵², o SNI identificou mais uma investida do “alienígena” contra a diretriz política do Governo brasileiro para os refugiados. Nesta representação, o foco de suspeição estava sobre as redes de instituições ecumênicas ligadas ao CMI. Segundo o agente do SNI, o periódico ecumênico “Comunicaciones, editado no México e de nítida tendência marxista”⁵⁵³, havia atacado “o governo brasileiro pela aprovação da nova Lei dos Estrangeiros”⁵⁵⁴ e apontado a colaboração sigilosa dos governos do Cone Sul no propósito de combater a subversão.

Segundo o analista, no ataque desferido por *Comunicaciones* ao regime brasileiro, a Lei dos Estrangeiros “é apontada como uma ameaça aos 400 mil refugiados residentes no Brasil, notadamente refugiados políticos chilenos, uruguaios, paraguaios e argentinos.”⁵⁵⁵ Com vistas a oferecer maior credibilidade à descrição que apresenta sobre os ecumênicos ligados ao CMI, enquanto inimigos do regime, o analista anexou, em seu documento, um recorte da revista *Isto É*, contendo declarações do pastor Jaime Wright sobre os empecilhos

⁵⁵¹ D’ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs). *Ernesto Geisel*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1997. p. 363-365.

⁵⁵² ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACE 3998/80, fls. 1.

⁵⁵³ Ibid., fls. 1.

⁵⁵⁴ Ibid., fls. 1

⁵⁵⁵ Ibid., fls. 2.

criados pela nova legislação ao trabalho de apoio aos refugiados, o qual era desenvolvido por entidades ecumênicas de direitos humanos, sobretudo o CLAMOR, do qual falaremos no último capítulo:

De 400 mil (Na A), os latino-americanos que vivem clandestinamente no Brasil têm seu número reduzido para 100 mil e Jaime Wright relata as manobras da Comissão Justiça e Paz/SP e do Comitê de Defesa dos Direitos Humanos nos Países do Cone Sul (Clamor), para conseguir sua permanência no Brasil ou a proteção do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), para os que não conseguirem asilo.⁵⁵⁶

É oportuno lembrar que a despeito de o Governo Figueiredo ter implementado medidas liberalizantes em alguns setores da vida nacional, com vistas ao horizonte da transferência do poder aos civis, o número de refugiados no Brasil oriundos das ditaduras do Cone Sul aumentava. Sob a perspectiva dos ativistas do CLAMOR, contida em seus documentos, os refugiados representavam os “frutos” que o regime brasileiro estava colhendo depois de ter semeado, isto é, por ter “exportado” seus métodos repressivos às ditaduras do Cone Sul.⁵⁵⁷

Para a efetivação dessa decisão autoritária de implantar a Lei dos Estrangeiros, provavelmente contribuiu a pressão exercida pelos órgãos de informações através das suas representações do CMI e de outras entidades ecumênicas, especialmente suas ações de apoio e solidariedade com os refugiados no Brasil e em outros países, conforme tentaremos demonstrar.⁵⁵⁸

Conforme explicitou o pastor Jaime Wright, no excerto citado, a Lei dos Estrangeiros afetava diretamente o trabalho de solidariedade prestado por entidades ecumênicas brasileiras, especialmente aquelas desenvolvidas pelo CLAMOR⁵⁵⁹ e por setores ecumênicos, católicos e protestantes. Ele revela também outro aspecto do trabalho dessas entidades, que se traduzia na busca de apoio de organismos ligados à Organização das Nações Unidas (ONU) ou à Organização dos Estados Americanos (OEA), sempre que a situação exigisse a necessidade de pressão política internacional sobre os governos do Cone Sul.

⁵⁵⁶ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACE 3998/80, fls. 2.

⁵⁵⁷ CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO CIENTÍFICA “PROF. CASEMIRO DOS REIS FILHO” (CEDIC) - PUC-SP - Fundo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul.

⁵⁵⁸ Cumpre relembrar, aqui, o citado conceito de “institucionalização permanente” da ditadura, de Maria Helena Moreira Alves.

⁵⁵⁹ Em capítulo posterior, abordaremos o tema da amizade e parceria ecumênicas entre o pastor Jaime Wright e D. Paulo Arns, em torno da defesa e promoção dos direitos humanos, bem como do apoio aos refugiados políticos no Brasil por intermédio do CLAMOR.

A análise dos noticiários, *O Globo*, *Isto É* e *Comunicaciones*, concernentes às ações de indivíduos e instituições ecumênicas no tocante ao apoio prestado aos refugiados, associada a todo um trabalho pregresso de observação do movimento ecumênico pelo SNI, embasou a produção da seguinte leitura do contexto pelo agente do SNI:

Torna-se patente, a cada dia, a crescente influência do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) nos setores “ecumênicos” do credo protestante e “progressista” da Igreja Católica. Militam, em favor de tal assertiva, a linha editorial de “Comunicaciones”, publicação ligada ao CMI; a aliança entre católicos e protestantes num crescente número de órgãos destinados a pressionar o Governo, a exemplo do Conic e a desenvoltura com que elementos ligados ao CEDI falam também em nome da Igreja Católica, conforme é verificado nos Anexos B e C ao presente documento.⁵⁶⁰

O estilo da escrita do documento, especialmente o uso da expressão “torna-se patente, a cada dia, a crescente influência (...)” do CMI, explicita indubitavelmente que se tratava de mais uma análise produzida por um “especialista” em movimento ecumênico. Seu olhar acurado identificava, como poucos, as principais articulações construídas pelo organismo e por setores do protestantismo e da Igreja Católica, nas quais inseriam-se o CEDI e o CONIC, acerca do qual veremos alguns aspectos no próximo capítulo.

Na sua interpretação, as articulações apontadas não passavam de tentativas de pressionar politicamente o Governo. Logo, ele não conseguia ou não queria ver a tragédia humanitária por detrás do problema dos chamados “refugiados em trânsito” no Brasil. Nem mesmo a dimensão humana da solidariedade dessas entidades para com tantos indivíduos desarraigados de suas pátrias, afastados do convívio de seus familiares, alguns dos quais haviam sido mortos pela repressão.

Novamente, assinala que não representava uma ação “ecumênica”, nem mesmo “progressista”, a julgar pela continuidade do uso das aspas para destacar as duas expressões. Segundo sua representação, as iniciativas do CMI que resultavam em alianças “entre católicos e protestantes num crescente número de órgãos destinados a pressionar o Governo” resultavam de uma “nítida tendência marxista” e estavam distantes do que ele considerava ser uma postura genuinamente cristã. Na ótica dos ativistas do CMI e dos setores progressistas ecumênicos da Igreja Católica, no entanto, o apoio aos refugiados, ainda que à margem da lei

⁵⁶⁰ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACE 3998/1980, fls. 2.

criada pelo Estado autoritário, representava uma questão de exercício de solidariedade e humanidade cristãs, que visava externar na prática o princípio bíblico de amor ao próximo.⁵⁶¹

Assim, nesse contexto, tais atores ecumênicos encarnavam a máxima bíblica segundo a qual “mais importa servir a Deus do que aos homens”. Portanto, da mesma forma que no auxílio aos refugiados, tais setores ecumênicos, à margem da lei, apoiaram de diferentes maneiras, os movimentos grevistas no ABC paulista no final dos anos 1970, conforme veremos no capítulo 5.

Em 1981, o tema da influência do CMI sobre setores da Igreja Católica permanecia recorrente nos documentos do SNI. O Conselho continuava sendo representado como um influenciador e patrocinador do “clero progressista” católico. Nessa linha de raciocínio, uma das consequências disso era que a Igreja Católica estaria, sem perceber, transformando-se em mero partido político de oposição, despindo-se, assim, de qualquer significação religiosa ou mística. O analista assinala que essa transformação, porém, só poderia ser percebida por observadores perspicazes, pois era: “quase imperceptível para o observador menos atento.”

Constata-se, logo, a comunhão de valores existente entre a “comunidade de informações” e setores conservadores do catolicismo e do protestantismo, pois estes também repudiavam tanto o ecumenismo quanto a Teologia da Libertação, conforme abordaremos no próximo capítulo. Segundo a representação destes segmentos, as citadas doutrinas traziam consigo profunda contaminação do “marxismo ateu.” Na análise do funcionário do SNI, a fundamentação para sua leitura de mundo residia no fato de que

o número de sacerdotes católicos que abraçam, na esteira da Teologia da Libertação (de resto aceita e incentivada pelo CMI), o ecumenismo proposto pelo Conselho desde sua sede em Genebra/Suíça, aumenta constantemente, à reboque de seus nomes estampados nos jornais e do dinheiro supostamente dedicado às “obras sociais.”⁵⁶²

Em tal análise, o CMI desponta como um fomentador da Teologia da Libertação, em uma época em que a mesma era cada vez mais considerada suspeita aos olhos do Papa e da Sé Romana. A referência do analista ao financiamento do CMI destinado a “obras sociais” também traz consigo a própria certeza de que isso não condizia com a verdade. Em 1981, eles já haviam rastreado as redes ecumênicas que ligavam indivíduos e instituições católicas e

⁵⁶¹ Uma frase muito utilizada por D. Paulo Evaristo Arns, pelo pastor Jaime Wright e por integrantes do CLAMOR era: “A defesa dos direitos humanos não tem fronteiras”.

⁵⁶² ARQUIVO NACIONAL, op. cit., ACE 3998/80, fls. 2.

protestantes em torno de causas que, em suas representações, não deveriam ser abraçadas por organismos que pretendiam ser reconhecidos como efetivamente cristãos.

É interessante notar que, por intermédio das imagens distorcidas construídas pelos agentes do SNI, podemos apreender a enorme capilaridade alcançada pelas ações do Conselho e de entidades a ele ligadas no Brasil e na América Latina. Havia um fluxo constante de recursos financeiros e de publicações através de circuitos que ligavam a entidade de Genebra até as bases das igrejas, fortalecendo, sem dúvida, a estrutura de muitas organizações ligadas ao movimento popular da combatida “sociedade civil”.

Com efeito, o fortalecimento das organizações populares e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), e setores das igrejas protestantes, era um dos principais objetivos do CMI e de seus parceiros no período em questão. Mas isso não passou despercebido aos olhos dos espíões estatais. Através do mote da análise da publicação ecumênica *Cristianismo y Sociedad* (a mesma que serviu para fundamentar as acusações do Exército contra Waldo Cesar no final dos anos 1960, que culminaram com sua prisão e, posterior, exílio), um documento do SNI, de 13 de fevereiro de 1981 sublinhou que:

As atividades e os interesses do CMI cobrem todo o globo e sua ação é mais vigorosa, em termos sócio-político-econômicos, nas regiões em desenvolvimento ou subdesenvolvidas, constituintes do chamado Terceiro Mundo. E particular na América Latina, onde a religião nominalmente dominante é a católica, o CMI apóia – moral e materialmente – a “ala progressista” da mesma, à qual se alia sob os ditames de um “ecumenismo” que termina por solapar os fundamentos, de resto já bastante infiltrados, da hierarquia Católica, Apostólica, Romana.⁵⁶³

Apesar de uma coloração mais “nacionalista” ter sido incorporada às representações do Conselho, o “anticomunismo” não havia sido apagado de sua imagem nos documentos dos agentes, como podemos perceber. O fragmento acima indica que o analista avaliava a ação do CMI, e, sobretudo, o tipo de ecumenismo a que se propunha, como causador de desestruturação da hierarquia católica. Uma vez mais, as aspas sinalizam sua percepção negativa acerca de tal ecumenismo, bem como da chamada “ala progressista católica”. Uma tese com a qual o Papa e setores conservadores da Igreja católica e das igrejas protestantes não teriam dificuldade para concordar.

Prosseguindo em seu trabalho de investigação, mapeamento e de construção de interpretações a respeito das entidades e pessoas ligadas ao CMI, na América Latina e no Brasil, ele observou que:

⁵⁶³ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, DF, ACE 4311/1981, fls. 1.

A ação do CMI desenvolve-se, de forma abrangente, a partir de determinados centros distribuidores de recursos financeiros como será visto no presente documento, até às lideranças – tanto católicas quanto protestantes – direta ou indiretamente a ele ligadas e, através delas, às Comunidades Eclesiais de Base (CEB_ e aos Grupos de reflexão (GRB)).⁵⁶⁴

Eis a capilaridade que havíamos apontado, corretamente identificada pelo analista. Em seguida, assinala diversos organismos e pessoas envolvidas com a produção e distribuição daquela que havia se constituído como uma das mais conceituadas publicações do movimento ecumênico, a *Cristianismo y Sociedad*.⁵⁶⁵ Identificou que ela era organizada por um dos vários “centros de distribuição de recursos” do CMI espalhados pelo mundo, a *Oficina de Asesoramiento e Administración de Proyectos Ecuménicos Latinoamericanos* (OAAPEL), sediada na *Cornell University*, em Nova York (EUA), ligada diretamente a dois departamentos do CMI, o Serviço Mundial de Refugiados (CAISMAR) e o Comitê de Participação das Igrejas no Desenvolvimento (CPID). Segundo apurou, a revista era parte integrante do Projeto 30204, do qual participavam ativistas de diferentes países latino-americanos, incluindo dois pastores e um bispo da Igreja Metodista integrantes do CEDI, no Brasil:

O Projeto 30204 é bem um exemplo da rede internacional lançada pelo CMI com vistas aos seus objetivos. Assim, enquanto o EAAPELA tem a sede nos EUA, a Editora Terra Nova (ETN) [...] responsável pela revista está em Buenos Aires e a imprime na República Dominicana; por outro lado, são brasileiros o seu Diretor, Zwinglio Mota Dias; Paulo Aires Matos (PAM), presidente da Junta Diretora e Paulo Cezar Loureiro Botas (PCLB), membro do Conselho de Redação.⁵⁶⁶

Em seguida, salientou que o tema da *Cristianismo y Sociedad*, de fevereiro de 1980, havia sido o Congresso Internacional Ecumênico de Teologia (CIET) e levantou dados sobre alguns católicos e protestantes que escreveram artigos e que participaram da edição daquele número. Em função da importância do CIET para o movimento ecumênico brasileiro e latino-americano, abordaremos no último capítulo um pouco do que foi tratado por seus organizadores e estaremos discutindo o modo como ele foi apreendido pelos agentes da “comunidade”. Uma articulista, segundo ele, havia “respondido a processo por estar envolvida em subversão”⁵⁶⁷ e “trabalhava em entidade totalmente dominada por elementos

⁵⁶⁴ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, DF, ACE 4311/81, fls. 1.

⁵⁶⁵ Por causa do trabalho com este periódico, Waldo Cesar estava na mira da polícia política e foi preso.

⁵⁶⁶ ARQUIVO NACIONAL, op. cit., fls. 2.

⁵⁶⁷ Ibid.

esquerdistas”⁵⁶⁸, o outro era “prontuariado” naquela Agência do SNI e “amigo de ex-deputado federal cassado”⁵⁶⁹, etc. Como foi discutido anteriormente, aquele trabalho de fichamento dos integrantes do CEDI, ainda nos anos 1960, por agentes da repressão no Rio de Janeiro, havia fluído pelas malhas da “comunidade”, continuando a alimentar, durante anos, o processo de vigilância empreendido por seus agentes em outros órgãos estatais do sistema.

A conclusão, mais uma vez, era de que se tratava de “uma corrente ecumênica, profundamente marcada pela ideologia marxista.”⁵⁷⁰ Todas as informações levantadas, tentando explicitar as características da “rede internacional lançada pelo CMI”, só faziam reforçar sua representação como órgão “alienígena” com real potencial para fomentar iniciativas de oposição e, até, uma revolução armada.

Carlos Fico chamou a nossa atenção recentemente para o fato de que todo esse trabalho de fichar cidadãos como “comunistas”, “esquerdistas”, “subversivos”, etc. trouxe uma série de consequências perversas para uma quantidade ainda desconhecida de pessoas ao longo do regime militar. Para além da prisão, tortura e morte, muitos cidadãos deixaram de ser admitidos no serviço público, outros foram demitidos, outros deixaram de ser promovidos, etc. Trata-se, segundo ele, de uma dimensão pouco estudada da repressão militar contra cidadãos comuns.⁵⁷¹

A partir de todos os elementos apontados até aqui pelo SNI, dando conta de que o Conselho Mundial de Igrejas seria um “órgão de fachada” do “movimento comunista internacional” e estaria disseminando a “luta de classes” na sociedade, cabe a seguinte indagação: tais interpretações teriam sido arbitrariamente criadas pelos próprios agentes de informações? Em outros termos, o que sugerimos é que a origem de algumas dessas teses, em muitos casos, estava do lado de fora dos circuitos da “comunidade de informações.”

Um documento do SNI, de 1982, abre espaço para o CMI apresentar sua defesa das citadas acusações que vinha sofrendo há décadas, o que nos oferece uma pista para responder à indagação proposta. A partir de entrevista concedida, em Porto Alegre, por três pastores estrangeiros ligados ao Conselho, que divulgavam sua próxima Assembleia Geral, os analistas estatais registraram os trechos que julgaram mais significativos.⁵⁷² Apresentam uma pequena modificação no tom da representação do CMI, dispensando alguns clichês costumeiros,

⁵⁶⁸ ARQUIVO NACIONAL, op. cit., fls. 2.

⁵⁶⁹ Ibid.

⁵⁷⁰ Ibid., fls. 4.

⁵⁷¹ FICO, Carlos. Violência, trauma e frustração no Brasil e na Argentina: o papel do historiador. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 27, p. 239-261, jul./dez. 2013.

⁵⁷² Das respectivas igrejas e países: Igreja Evangélica da Alemanha, Igreja dos Irmãos Morávios do Suriname e Igreja Evangélica da Armênia.

limitando-se a afirmar que se tratava de uma “entidade que congrega cerca de 400 milhões de cristãos em 313 Igrejas espalhadas por 97 países.”⁵⁷³ Com relação ao apoio a movimentos armados, o analista observou que os pastores explicitaram a posição da entidade como sendo “nitidamente liberacionista, além de negarem a acusação de que aquele Conselho estaria financiando guerrilhas em Países do 3º Mundo.”⁵⁷⁴

Conforme tentamos demonstramos ao longo do capítulo, acusação de patrocinador de guerrilhas foi, durante anos, uma das representações do Conselho Mundial de Igrejas nos documentos do SNI. Os analistas de informações eram hábeis em suas associações. Assim, deduziam que se o apoio a guerrilheiros havia mesmo sido efetivado em outros países, como acreditavam ter ocorrido, sobretudo, na América Latina e na África, o mesmo poderia acontecer no Brasil contra o regime militar. Ademais, se os cristãos católicos participaram ativamente da Revolução Sandinista, em 1979, e, se em 1980, uma delegação da Nicarágua participara do Congresso Internacional Ecumênico de Teologia, ocorrido em São Paulo, algo semelhante estava por ocorrer no Brasil.

Durante a citada entrevista, os pastores não negaram o apoio do Conselho aos países ditos de Terceiro Mundo, e, sim, a natureza do mesmo, pois alegaram “que o CMI subvenciona estes Países com auxílios destinados às áreas de educação e saúde”, afinal “grande parte dos membros do CMI está localizada em países de situação política duvidosa, onde não existe liberdade de expressão e nem de imprensa.”⁵⁷⁵ Os religiosos exemplificaram tal apoio, afirmando que “atualmente a Nicarágua, El Salvador e Guatemala estão recebendo verba da entidade, ‘num sentido estritamente humanitário, pois lutam por causas justas’”.

Novamente, as aspas utilizadas pelo analista nas expressões “sentido humanitário” e “causas justas”, não servem apenas para indicar que estavam citando a fala dos pastores, mas, sim, para sinalizar sua dúvida sobre a real natureza do apoio. Os representantes do CMI afirmaram prestar ajuda aos setores sociais vítimas da espoliação capitalista e da repressão política daqueles governos, o que não parece ter convencido o analista. Em seguida, explorando a argumentação do pastor de que as lutas populares nos países do Terceiro Mundo se tratavam de “causas justas”, o agente enfatiza o fato de que, na opinião do outro pastor do CMI, “os movimentos de libertação, tanto na América Latina como na África, caso particular

⁵⁷³ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, DF, ACE 5463/1982. fls. 1.

⁵⁷⁴ Ibid.

⁵⁷⁵ Ibid. fls. 2.

da Namíbia, são resultado de décadas de opressão e os povos seguem seu caminho de autodeterminação.”⁵⁷⁶

Por fim, o documento registrou a autocrítica em relação ao cristianismo protestante, feita pelo pastor Ahron Sapsezian⁵⁷⁷, da Armênia, segundo a qual “a maioria das Igrejas não se despiu de sua estrutura burguesa, trazendo dentro de si anomalias teológicas pelo próprio fato de estarem distantes das massas oprimidas”⁵⁷⁸ e o elogio ao segmento progressista católico no Brasil, que “vem fazendo um trabalho muito importante junto às camadas pobres da população e tem se tornado, nos últimos anos, num dos setores mais avançados da sociedade.”⁵⁷⁹ Segundo o analista de informações do SNI, o Pastor Sapsezian

aproveitou para denunciar e responder a uma série de acusações que vêm sendo dirigidas contra aquele Conselho pela revista norte-americana *Seleções Reader's Digest* que, numa edição que ainda não foi publicada no Brasil, acusa o CMI de promover a luta armada na América latina, ressaltando que a matéria “Cristo ou Marx” faz parte de uma campanha de setores reacionários norte-americanos que, junto com outros interesses, tentam difamar o CMI e o Movimento Ecumenista.⁵⁸⁰

O documento, especialmente este último trecho que destacamos, explicita duas concepções de mundo antagônicas, as quais estruturavam comportamentos políticos de parcela significativa de indivíduos que emitiam opiniões sobre a conjuntura política do Brasil e do mundo. Para o analista, representando uma voz do regime militar, era simples estruturar a representação da posição política do CMI: ora, uma entidade que apoiava movimentos populares e entidades ecumênicas de perfil oposicionista aos regimes ditatoriais instalados em El Salvador e Guatemala, só poderia estar a favor do comunismo, marxismo ou coisas do gênero.

Tais leituras de mundo são fruto, em grande medida, de uma mentalidade impregnada do maniqueísmo do contexto bipolar de disputas da Guerra Fria, em que os indivíduos com algum grau de engajamento sociopolítico possivelmente tinham dificuldades para escapar da obrigação de tomar posição a favor das premissas do capitalismo norte-americano ou do

⁵⁷⁶ ARQUIVO NACIONAL, op. cit., 1/2.

⁵⁷⁷ Este religioso contribuiu com as reflexões em torno da busca por renovação das perspectivas de inserção sociopolítica do protestantismo brasileiro durante os encontros que o Setor de Responsabilidade Social da CEB realizou desde os anos 1950, e que culminaram na Conferência do Nordeste, em 1962. Cf. DIAS, Agemir de Carvalho. *O Movimento Ecumênico no Brasil (1954-1994)*, a serviço da igreja e dos movimentos populares. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

⁵⁷⁸ ARQUIVO NACIONAL, op. cit., fls. 2.

⁵⁷⁹ Ibid.

⁵⁸⁰ Ibid.

comunismo soviético. Eric Hobsbawm demonstrou⁵⁸¹ que a estratégia possuía nítido interesse eleitoreiro por parte dos políticos norte-americanos nos anos que sucederam à Segunda Guerra, entre eles o senador conservador Joseph McCarthy e o presidente Richard Nixon, de disseminar na sociedade o “anticomunismo” e a ideia de que Moscou estaria implementando uma política agressiva rumo a dominação mundial. Segundo o autor, a URSS após a Guerra não estava em condições de implantar tal ação em função das dificuldades que sua economia se encontrava por conta dos estragos causados pela participação na Guerra. Assim, “sua postura básica após a Guerra não era agressiva, mas defensiva.”⁵⁸² Ao contrário do que sustentavam políticos norte-americanos, e setores da mídia dos EUA. E essa visão foi exportada com sucesso para, entre outras partes do mundo, os países da América Latina, particularmente o Brasil, inclusive por ocasião do intercâmbio entre oficiais brasileiros com estadunidenses durante e depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

O anticomunismo, que no Brasil já era bastante disseminado desde os anos 1920, nos anos de Guerra Fria (1945-1991) ganhou mais vigor ainda.⁵⁸³ Nos anos 1950 em diante, foi fortemente disseminado por diferentes setores da sociedade, sobretudo no interior das academias militares e, especialmente, nos cursos de formações de agentes de informações das Forças Armadas na ESG, na EsNI, e em outras instituições congêneres, conforme vimos no início deste trabalho. Com o tempo, o anticomunismo se tornou tão popular no Brasil que pode ser considerado uma das causas para o apoio de amplos setores da sociedade ao golpe militar de 1964.⁵⁸⁴ Em função da força ideológica contida nessas tensões, especialmente o temor acerca dos males que o comunismo poderia suscitar contra as “instituições democráticas” e às igrejas, a tentação de considerar um ou outro modelo ideológico-político-econômico como única possibilidade concreta de organização da vida social a ser pensada e buscada aumentava.

Assim, por um lado, o governo militar, bem como seus agentes de informações, defendia a permanência de um regime político ditatorial e alinhava-se ideologicamente aos pressupostos ideológicos da chamada democracia liberal norte-americana, o que significava o alinhamento aos interesses econômicos do capitalismo transnacional do Primeiro Mundo em

⁵⁸¹ HOBBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX - 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 227-234.

⁵⁸² Ibid. p. 230.

⁵⁸³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: O anticomunismo no Brasil (1917-1964)*, São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

⁵⁸⁴ DELGADO, Lucila de Almeida Neves. “1964: Temporalidades e interpretações”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo (orgs.). *O golpe e a ditadura militar, 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004. p. 19-21.

geral, e dos EUA, particularmente. Por outro lado, o CMI, ao atuar em diversos países do chamado Terceiro Mundo, não se alinhava ideologicamente nem ao socialismo soviético e nem ao regime norte-americano, mas situava-se mais à esquerda do espectro político, ainda que nutrisse a esperança em alguma forma de socialismo democrático, conforme veremos mais adiante. Essa nuance de posicionamento político, porém, não estava presente na maior parte das análises e representações que os agentes dos serviços de informações da ditadura brasileira construíram a respeito do Conselho Mundial de Igrejas.

Com efeito, a orientação política que imergia dos documentos oficiais do Conselho, dos discursos de seus membros, ou que se manifestava na concretização de projetos e atividades de entidades ligadas a ele era mais complexo. As declarações públicas da entidade demonstram que suas perspectivas de participação na sociedade de então eram mais amplas e seus posicionamentos, com frequência, situavam-se para além de um alinhamento com as doutrinas marxistas ou socialistas como tentavam fazer crer os documentos da ditadura. O organismo ecumênico de Genebra também não era favorável à maioria dos modelos de democracia vigentes em boa parte dos chamados países de Primeiro Mundo, sobretudo por servirem de sustentáculos ao sistema capitalista cada vez mais globalizado, visto como um dos principais responsáveis pela exclusão de amplas camadas das sociedades dos frutos gerados pelo denominado desenvolvimento econômico.

O CMI apresentava-se, então, como organismo cuja missão era contribuir junto a países do todo mundo, especialmente do Terceiro Mundo, na busca por um modelo mais adequado de democracia, que promovesse a chamada “justiça social.” Essa missão pressupunha que os cristãos traziam consigo, a um só tempo, a capacidade e a obrigação de labutar pela transformação das estruturas sócio-políticas e econômicas que fomentavam a desigualdade social, a violências em suas mais diversas formas, especialmente a violação de direitos humanos. Nisto residiria a ideia de que era necessário travar um combate frontal que atacasse as causas estruturais dessas mazelas, para dar cabo aos crimes contra os direitos humanos, conforme argumentou Jether Ramalho em sua palestra proferida em reunião em Genebra, no CMI, em 1979. Foi nessa mesma linha que o cardeal-arcebispo D. Arns ministrou sua palestra no CMI, como ainda veremos. Tudo isso só poderia ser concretizado mediante a cooperação de todas as forças sociais interessadas na causa, especialmente as igrejas, independente de suas doutrinas ou confissões religiosas. Daí resultava, também, a convicção do CMI e seus ativistas de que a transformação se daria a partir de uma perspectiva ampla de cooperação ecumênica, inclusive com a Igreja Católica.

Isso explicaria, ainda, a enorme quantidade de programas e projetos que o CMI apoiava e fomentava ao redor do mundo, inclusive de setores progressistas católicos, delineando as especificidades das iniciativas de participação com vistas a contribuir para solucionar os muitos problemas políticos, sociais e econômicos ao redor do mundo, ao que os analistas de informações da ditadura militar taxavam de “ingerência”, em suas análises, conforme temos discutido. As frequentes críticas do CMI ao capitalismo enquanto sistema gerador de desigualdades sociais, sobretudo, nos países do Terceiro Mundo, sua denúncia, por exemplo, contra os gastos com armamentos das potências do Primeiro Mundo e sua condenação da “opressão” que subjugava amplos segmentos populares na América Latina contribuíam para fortalecer sua imagem negativa nos documentos dos agentes do Serviço, como instrumento da “política Moscou”.

Com vistas a cumprir os objetivos daquilo que compreendiam ser a missão da religião cristã, que qualificamos de “modelo cristocêntrico”, o CMI, desde os primeiros anos de sua existência, realizaria quantidade significativa de conferências, encontros, congressos, simpósios, etc. veiculando e fomentando publicações cujos temas abrangiam variado leque de questões relacionadas com as principais questões e problemas identificados em cada contexto e conjuntura histórica, sobretudo, nos ditos países do Terceiro Mundo.

Agemir de Carvalho Dias, que estudou o movimento ecumênico no Brasil de 1954 a 1994, a partir de fontes oriundas do próprio movimento, especialmente a revista *Tempo e Presença*, identificou três eixos em torno dos quais ele se estruturou: o discurso teológico, o sociológico e o político. Seguindo o teólogo Rubem Alves, o autor observou que o foco da teologia que embasava o movimento ecumênico, especialmente ao longo dos anos 1980, passara a ser colocado sobre os “movimentos populares.” Nessa perspectiva, uma das principais características da sua teologia era a ênfase em uma “ética comprometida com a libertação”⁵⁸⁵, a qual se constituía em uma “expressão da Teologia da Libertação.”⁵⁸⁶

Um dos momentos-chave que encarnaram, por assim dizer, a essência desse pensar e agir teológicos ocorrera exatamente com a realização do IV Congresso Internacional Ecumênico Teologia (CIET)⁵⁸⁷, em São Paulo. Nos anos 1980, processar-se-ia, então, uma

⁵⁸⁵ DIAS, Agemir de Carvalho. *O Movimento Ecumênico no Brasil (1954-1994): a serviço da igreja e dos movimentos populares*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007. p. 201.

⁵⁸⁶ Ibid.

⁵⁸⁷ Em outro trabalho, analisamos de modo mais sistemático o CIET, a partir de três ângulos: a opinião da imprensa sobre o evento, a de seus realizadores e o da polícia política. A semelhança das representações do CMI identificadas nos documentos da “comunidade de informações”, o CIET também foi interpretado como um evento profundamente influenciado pelo “comunismo” e pela “ideologia marxista.” Os agentes do DEOPS/SP, entre outros órgãos, vigiaram e acompanharam de perto os acontecimentos, seguindo os passos dos principais

mudança no modo de fazer teologia no interior do movimento ecumênico, levando indivíduos, organizações e igrejas à necessidade de “uma nova interpretação”⁵⁸⁸ do significado do papel histórico dos cristãos na sociedade. Essa mudança viria acompanhada de uma nova percepção da missão de Jesus expressa na Bíblia. Nessa ótica, Jesus não teria vindo ao mundo para “salvar a Igreja – veio salvar o mundo e, no mundo, os pobres, os oprimidos, os marginalizados.”⁵⁸⁹ Logo, “Cristo veio libertar a América Latina, a África e os outros lugares do planeta que sofreram com o imperialismo colonialista”⁵⁹⁰, o qual era identificado com os “poderes da morte.”⁵⁹¹

A chamada evangelização também mudaria, deixando de se restringir ao “anúncio da fé em Jesus Cristo e a adesão à igreja por meio do batismo” para dar lugar à perspectiva da “libertação dos pobres.”⁵⁹² Esta perspectiva abriria caminho para que o movimento ecumênico se inserisse na vida cotidiana das camadas mais pobres, por meio das Comunidades Eclesiais de Base CEBs⁵⁹³, ensejando um “ecumenismo popular”⁵⁹⁴, com vistas a fortalecer as lutas nos bairros, a participação nos partidos políticos, nos sindicatos, etc.

Tais lutas eram, segundo a interpretação que o autor apresenta sobre aquele contexto, alimentadas por uma “leitura libertadora” da Bíblia⁵⁹⁵, configurando um verdadeiro “modo brasileiro de ler a Bíblia.”⁵⁹⁶ Portanto, do ponto de vista teológico, tanto setores do catolicismo quanto do protestantismo, que se integraram ao movimento ecumênico, assumiram o ponto de vista de que “a igreja deve ser solidária com os pobres.”⁵⁹⁷ Nessa direção, o movimento ecumênico no Brasil dos anos 1980, apoiado pelo CMI, priorizou o “fortalecimento dos movimentos populares”, nos termos em que assinalou o bispo metodista Paulo Ayres Mattos, em 1984, no editorial da revista *Tempo e Presença*:

[...] nas suas diversas formas de luta, na construção de sua sabedoria, na afirmação de seus direitos permanentes, em seu direito de participação em todos os níveis de

personagens, especialmente da comitiva da Nicarágua. cf. BRITO, André Souza. “A Teologia de Marx e da guerrilha”: o Congresso Internacional Ecumênico de Teologia (1980) sob o olhar da imprensa e da polícia política da ditadura militar brasileira. *Locus: Revista de História*. Juiz de Fora, v. 36, n. 1, pp. 181-208, 2013.

⁵⁸⁸ DIAS, Agemir de Carvalho. op. cit., . 205.

⁵⁸⁹ Ibid.

⁵⁹⁰ Ibid., p. 206

⁵⁹¹ *Tempo e Presença*, Rio de Janeiro, n. 162. 1980. p. 22

⁵⁹² DIAS, Agemir de Carvalho. op. cit., p. 206.

⁵⁹³ Ibid., p. 206-213.

⁵⁹⁴ SANTA ANA, Julio de. *Ecumenismo e Libertação*. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 116.

⁵⁹⁵ DIAS, Agemir de Carvalho. op. cit., p. 113.

⁵⁹⁶ Ibid., p. 214.

⁵⁹⁷ Ibid., p. 212.

decisão na sociedade, em sua liberdade de expressão e organização, em seu acesso aos bens da cultura e em seu direito fundamental a um trabalho digno.⁵⁹⁸

Trata-se de uma boa síntese das questões que motivaram os integrantes do CEDI e do CMI. Este atuava, assim, em sintonia com esse conteúdo programático esboçado por Ayres Mattos, buscando fortalecer as organizações que comungavam das mesmas convicções. Com efeito, a inserção do CMI no mundo, e particularmente o Brasil, também era respaldada por uma fundamentação bíblico-teológica tributária dessas reflexões. Em grande medida, suas ações, desde a sua fundação, em 1948, e, sobretudo, nos anos de 1970 e 1980, giraram em torno da concepção que propugnava por uma “ética da responsabilidade”⁵⁹⁹, construída a partir dos conceitos de “homem” e “sociedade responsável”. Segundo Dias, a idéia de uma “ética da responsabilidade” foi adotada pelo movimento ecumênico como uma alternativa cristã para substituir opção do comunismo que, por outro caminho, também buscava a transformação da sociedade. Essa nuance contida no pensamento e nas práticas do Conselho Mundial de Igrejas, os analistas do SNI não foram capazes ou não queriam perceber, classificando tudo isso como “pregação marxista” ou “comunista”.

Isso porque a forma como os agentes “leram” tais ações estava por demais contaminada por aquele “filtro” autoritário, forjado pelo anticomunismo “martelado” ao longo de anos, fundamentado nas premissas da Doutrina de Segurança Nacional.

Segundo Dias, após a realização de várias conferências para discutir temáticas sociais e éticas, “as questões relacionadas à libertação política e ao desenvolvimento econômico passaram a fazer parte da agenda de discussões do movimento ecumênico.”⁶⁰⁰ Ainda segundo o autor, de 1976 a 1983, o CMI estabeleceu como alvo de atuação algumas áreas-chave com vistas a cumprir seu papel com foco na construção de uma sociedade responsável, que assegurasse a justiça, a participação de todos e a sustentabilidade. Deste modo, entraram em sua agenda três grandes temas norteadores da ação dos órgãos ecumênicos e das igrejas, englobados no *slogan* “Justiça, Paz e Integridade da Criação”⁶⁰¹ ao longo dos anos 1980. Tal orientação ecumênica assinalava a convicção de que o compromisso principal dos cristãos deveria ser com os “agrupamentos que viviam à margem dos direitos”⁶⁰², seguindo as diretrizes da carta da ONU, conforme também especificou anteriormente Paulo Ayres Mattos.

⁵⁹⁸ Editorial. *Tempo e Presença*. Rio de Janeiro, n. 192, jun.-jul. 1984, p. 4.

⁵⁹⁹ DIAS, Agemir de Carvalho. *O Movimento Ecumênico no Brasil (1954-1994): a serviço da igreja e dos movimentos populares*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007. p. 214.

⁶⁰⁰ Ibid., p. 215.

⁶⁰¹ Ibid., p. 216.

⁶⁰² Ibid., p. 216.

Um documento produzido durante a VI Assembleia Geral do CMI, realizada em Vancouver (Canadá), em 1983, apresenta as linhas gerais da perspectiva do Conselho no tocante à sua postura de luta por justiça social:

Desde a V Assembléia (Nairóbi, 1975), as Igrejas e o movimento ecumênico têm feito grandes progressos em seu compromisso a favor da justiça. Aprofundaram e ampliaram a sua luta pela dignidade humana de todos os povos do mundo e estabeleceram um fundamento firme para uma nova etapa na peregrinação ecumênica para o Reino de Deus. É significativo que, por toda parte, os pobres, os oprimidos e os que sofrem discriminação tomem consciência da necessidade de resistir aos poderes injustos e de determinar o seu próprio destino. É um sinal de vida.⁶⁰³

Uma das consequências dessas diretrizes e orientações assumidas e fomentadas pelo CMI foi que o movimento ecumênico no Brasil se engajou em causas das mais diversas. Conforme destacou Dias, diferentes grupos sociais tornaram-se objeto das preocupações das entidades ecumênicas do país: os indígenas, os negros, as mulheres, o movimento operário, os trabalhadores rurais sem terra, os analfabetos, os migrantes, os refugiados, dentre outros.⁶⁰⁴

Contudo, um envolvimento efetivo com questões raciais, educacionais e ligadas à posse da terra, certamente esbarraria nos interesses conservadores do regime, para o qual tais iniciativas não faziam o menor sentido para cristãos autênticos. Por conseguinte, o movimento ecumênico, em suas múltiplas vertentes de ação e pensamento, foi perseguido e vigiado pelos órgãos de informações e de segurança do regime, sendo interpretado como algo dissociado do verdadeiro cristianismo.

Segundo o mesmo autor, o discurso sociológico marxista influenciaria os rumos do movimento ecumênico, ensejando novas formas participação na tentativa de intervenção na sociedade rumo à sua transformação. Porém, conforme foi visto, essa influência, fez aumentar a desconfiança dos agentes da “comunidade de informações” ao analisarem as ações do Conselho. Assim, o “discurso ético da responsabilidade” caminharia “em direção à opção política do socialismo”, no apoio “às experiências socialistas na América Latina” com vistas à “construção de uma nova sociedade.”⁶⁰⁵ Nessa fase, o movimento ecumênico enxerga no “movimento popular” o “espaço preferencial” de suas ações, obedecendo à crença de que os

⁶⁰³ JESUS CRISTO, A VIDA DO MUNDO. Sexta Assembleia do Conselho Mundial de Igrejas. Vancouver, Canadá, 24 de julho a 10 de agosto de 1983. *Cadernos do CEDI 12*. Rio de Janeiro, 1984.

⁶⁰⁴ DIAS, Agemir de Carvalho, op. cit., p. 216.

⁶⁰⁵ Ibid., p. 219.

pobres eram os principais protagonistas na luta travada por libertação, a qual acreditavam ser possível com a sua devida organização.⁶⁰⁶

E esse pressuposto fundamentado em premissas da Teologia da Libertação e na análise social marxista, de que a almejada transformação social deveria compreender os pobres como sujeitos de suas próprias histórias exigia, entre outras coisas, a criação de entidades que pudessem promover a necessária organização e educação popular e a formação política. Nesse particular, as propostas de uma educação libertadora de Paulo Freire, através do CMI e outras entidades foram fundamentais. Isto porque “o pobre em si é libertador na medida em que está aberto para o novo”, pois a libertação das condições que o aprisionam “só acontece com a tomada de consciência e com sua organização.”⁶⁰⁷ Portanto, a ideia era fortalecer os movimentos sociais, incluindo o movimento operário, movimentos de luta pela terra, especialmente as terras dos índios e pequenos agricultores em face dos interesses de empresas de mineração, garimpeiros e latifundiários. Entre as entidades criadas para atingir tais propósitos, encontravam-se o CEDI, a CESE, o CESEP, entre outras comissões e pastorais católicas (Pastoral da Terra, CIMI, etc.) e protestantes.⁶⁰⁸

Esse tipo de inserção na sociedade representava, assim, uma militância política, porém em uma dimensão diferente daquela forma tradicional de fazer política apenas pela via partidária e em período de eleições. Segundo Dias, o movimento ecumênico elegeu a esquerda como opção ideológica preferencial para fundamentar sua “opção política de mudar o mundo.”⁶⁰⁹ Com efeito, conforme demonstramos, esse eixo norteador das ações e discursos do movimento ecumênico era um dos elementos que mais contribuíram para o processo de construção de representações a seu respeito nos documentos dos agentes de informações da ditadura.

Para estes, se o movimento ecumênico possuía natureza subversiva, logo, haveria um apoio a movimento de revolução armada. Entretanto, ainda segundo Dias, “para os cristãos, a opção por uma revolução violenta era rejeitada por muitos como antievangélica, contrária à pregação do amor por Jesus Cristo.”⁶¹⁰ Logo, a estratégia que mais animava o movimento ecumênico era a do “compromisso histórico com o oprimido”⁶¹¹ no sentido de ajudar a

⁶⁰⁶ DIAS, Agemir de Carvalho. *O Movimento Ecumênico no Brasil (1954-1994): a serviço da igreja e dos movimentos populares*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007. p. 224-225.

⁶⁰⁷ Ibid., p. 225.

⁶⁰⁸ Ibid., p. 225-236

⁶⁰⁹ Ibid., p. 238-239.

⁶¹⁰ Ibid., p. 238

⁶¹¹ Ibid.

“desmascarar as injustiças específicas”⁶¹² de velhas estruturas de governo autoritários, com vistas a despertar as “pessoas para a ação responsável e no início de pequenas mudanças que sinalizariam a grande mudança que viria.”⁶¹³ Daí resultava a convicção da CESE de que a estratégia de inserção social mais acertada seria o apoio a pequenos projetos comunitários, conforme veremos no próximo capítulo. Dessas convicções, também surgia a motivação para a participação do movimento ecumênico junto aos movimentos sociais, inclusive no auxílio organizativo, nas décadas de 1970 e 1980, especialmente.⁶¹⁴

Por outro lado, mesmo com sua opção ideológica pela esquerda e com certa simpatia pelos avanços no tocante à justiça social, identificados no chamado “socialismo realmente existente”, o movimento ecumênico, através da revista *Tempo e Presença*, apontava os principais problemas da experiência soviética: a falta de democracia e liberdade, o elevado nível de rigidez e centralização burocrática na administração do país, etc.⁶¹⁵

Era necessário, então, construir novos caminhos com vistas à concretização da utopia do Reino de Deus na terra. Em 1984, o CMI continuou sendo alvo das investigações dos analistas do SNI. Entretanto, o trabalho havia arrefecido. A documentação, nessa fase, já não se constitui mais de longos e detalhados relatórios sobre as redes ecumênicas. Ao que tudo indica, aqueles documentos que ainda foram produzidos originaram-se de dados fornecidos por “informantes”, como sugerem os cabeçalhos.

Ao logo de 1984, o nome de Jether Ramalho foi o campeão de citações nos relatórios, quando o assunto era o CMI. É que ele ocupava o cargo de coordenador da Comissão de Participação das Igrejas no Desenvolvimento, departamento do CMI. Conforme vimos, o organismo pretendia implantar ações práticas, seguindo aquelas ideias que foram discutidas na citada Consulta em Itaici (SP). Continuava, assim, na pauta do CMI, a necessidade de fomentar projetos que pudessem propiciar a participação dos cristãos e suas respectivas igrejas ao redor do mundo, sobretudo, na América Latina, em face das especificidades dos modelos de desenvolvimento econômico adotados em tais países.

Jether era, assim, um dos articuladores de uma vasta rede de instituições que visavam tal propósito de inserção social, com recursos oriundos do CMI. Um dos seus primeiros trabalhos feitos diretamente a pedido do CMI foi a participação em uma pesquisa sobre

⁶¹² DIAS, Agemir de Carvalho, op. cit., p. 239

⁶¹³ Ibid.

⁶¹⁴ Ibid.

⁶¹⁵ Ibid., p. 240-241.

Migrações Internas na América Latina, conforme vimos anteriormente.⁶¹⁶ Jether oferece ainda outras informações sobre aspectos de seu trabalho ligado ao CMI nessa época:

Além de uma atividade muito intensa no Brasil, comecei a atuar em diversos departamentos do Conselho. Lembro da Comissão Igrejas e Sociedade, nos projetos para América Latina, os da Dívida Externa, Justiça, Paz e Integridade da Criação e principalmente no Centro de Participação das Igrejas no Desenvolvimento (CPID). [...] O Cedi e outros organismos ecumênicos de diversos países passaram a fazer parte da Rede Latino-Americana da CPID – Comissão pela Participação das Igrejas no Desenvolvimento. Essa rede realizava reuniões periódicas e grandes encontros no continente latino-americano. Foram criadas três ênfases: bíblica (coordenada por Milton Schwantes), educação popular e questão rural. Sobre a dívida externa, fiquei como coordenador. Isso fez com que eu apressasse a minha saída da universidade, onde era professor, porque viajava muito. Tínhamos uma equipe que tratava da educação popular. O nome do programa era Educação Para a Justiça Social (EPJS) do qual eu era o secretário-geral e Leopoldo Nilus o diretor.⁶¹⁷

Essas memórias de Jether nos ajudam a compreender outros aspectos da sua militância e a de outros indivíduos e instituições articuladas ao CMI, em torno de causas defendidas desde a época da CEB, nos anos de 1950. Toda essa atividade esteve debaixo dos olhos atentos dos analistas do SNI durante anos. Desde quando ele se engajara nos movimentos de protesto dos estudantes da UFRJ, passando pelos anos 1970 e, agora, em 1984, seus passos continuavam sendo acompanhados pelo SNI e por outros órgãos de informações da ditadura.

Essas e outras bandeiras defendidas pelo movimento ecumênico fomentado pelo CMI e por entidades ecumênicas a ele ligadas, evidentemente eram lidas e interpretadas nos documentos dos agentes estais como sinal de fomento ao “esquerdismo”, à “luta de classes” ou à “pregação do marxismo” e do “comunismo”. Jether elucida, ainda, outros aspectos de sua militância e nos auxilia a compreender a importância do marxismo e de Paulo Freire enquanto referenciais teóricos para o movimento ecumênico:

Formamos uma equipe para fazer uma leitura do marxismo e dos textos de Paulo Freire. No campo da educação, Paulo Freire, e no campo da leitura da realidade, a influência da Revolução Cubana. O marxismo fornecia alguns elementos para a leitura da realidade. Realizamos cursos nessa América Latina toda. Tínhamos a assessoria do Paulo Freire que estava no Chile. Na época aconteceu o golpe contra Salvador Allende. Fomos encontrá-lo, conversei com ele sobre sua situação e perguntei se estudaria a possibilidade de trabalhar no Conselho Mundial de Igrejas. Respondeu que sim, pois não podia mais ficar naquele país. Levamos essa sugestão ao Conselho. Então, Paulo Freire, por influência do Claudius Ceccon, foi convidado para compor o Departamento de Educação. Foi atitude nobre e corajosa do Conselho porque, além de recebê-lo, ofereceu a coordenação das atividades e estudos

⁶¹⁶ Entrevista de Jether Ramalho concedida a RAMAHO, José Ricardo (org.). *Uma presença no tempo: A vida de Jether Ramalho*. Rio de Janeiro: Oikos editora: 2010. p. 42. cf. ainda SILVA, Elizete. *Protestantismo ecumênico e realidade brasileira: Evangélicos Progressistas em Feira de Santana*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2010.

⁶¹⁷ Entrevista de Jether Ramalho. op. cit., p. 42/43.

referentes à educação, com liberdade para agir fora do Conselho. Essas pequenas coisas foram influência desse trabalho no Brasil. Eu estava no EPJS e começamos a dar cursos com Diana Cunha, Beatriz Costa, Elter Maciel, Carlos Brandão, José Peixoto, em diversos países da América Latina. Tínhamos infra-estrutura e arregimentação de pessoas, além de apoio.⁶¹⁸

O excerto também auxilia-nos na tarefa de mensurar a importância desses protestantes ecumênicos, Jether Ramalho e Claudius Ceccon⁶¹⁹, dentre outros que, outrora aliados da Confederação Evangélica do Brasil (CEB), após a realização da considerada “esquerdista” Conferência do Nordeste de 1962, permaneceram naquela perspectiva de colocar em prática uma fé comprometida com a transformação social, podendo, inclusive contribuir para abrir uma porta para o exílio a Paulo Freire, na Suíça, e a outros perseguidos pela ditadura brasileira.

Toda essa movimentação, através das redes ecumênicas, objetivou, entre outras coisas, fortalecer nascentes movimentos populares reivindicativos, no Brasil e em outros países da América Latina. Jether e seus companheiros levavam consigo a bagagem teórica e a experiência de organização e assessoria junto a trabalhadores, comunidades de base e demais movimentos sociais. Não sem razão, tais iniciativas continuavam sendo alvo de interesse dos agentes do SNI, pois, conforme discutimos no início do trabalho, um dos objetivos dos órgãos de informação era justamente controlar setores que pudessem suscitar pressão política e social contra o regime. Desse modo, organizar movimentos sociais e oferecer-lhes subsídios para fortalecerem seus canais de reivindicação, o que estavam tentando fazer Jether e seus companheiros de CEDI e outras entidades do movimento ecumênico, não era algo de que se agradassem os agentes do Serviço.

Para além da preocupação com o fortalecimento de movimentos sociais, havia ainda outro temor dos agentes do SNI: a possibilidade, que pareciam enxergar como algo real, do nascimento de um movimento armado de contestação, a partir do trabalho dos ecumênicos, especialmente incentivado pelos indivíduos e instituições que temos analisado.

Em 1984, por exemplo, a preocupação com ligações do Conselho Mundial de Igrejas e do movimento ecumênico com indivíduos da Nicarágua ainda se fazia presente na documentação do SNI. Um de seus analistas de informações observou que o pastor Charles Harper, do CMI, havia enviado ao Pastor Zwinglio Mota Dias, do CEDI, filmes contendo

⁶¹⁸ Entrevista de Jether Ramalho, op. cit., p. 43.

⁶¹⁹ Convém lembrar que Claudius Ceccon foi o chargista que elaborou o cartaz da Conferência do Nordeste, em 1962, o qual trazia como símbolos, em vermelho, “uma foice, uma enxada e um trabalhador rural”, o que scandalizou os líderes conservadores do protestantismo da CEB. cf. Entrevista de Jether Ramalho, op. cit., p. 35.

documentários sobre a “cultura camponesa na Revolução Sandinista.”⁶²⁰ Esse intercâmbio era interpretado pelo analista como sendo “um trabalho de facções esquerdistas das igrejas católica e protestantes” engajadas na Teologia da Libertação com vistas a difundir entre os adeptos das citadas igrejas no Brasil, o pensamento e a metodologia utilizados pelos cristãos engajados na Revolução que derrubara o governo ditatorial da Nicarágua, em 1979.

Em 1984, os analistas do SNI se dedicaram a colher informações sobre todas as reuniões que o CMI realizaria, através de Jether à frente da Rede Latino-Americana de Participação das Igrejas no Desenvolvimento. Levantaram nomes dos envolvidos nas reuniões preparatórias para as de caráter continental e para a reunião global. Sabiam horários de vôos e endereços em que os delegados ficariam hospedados, os temas das palestras e até mesmo detalhes sobre o que as comissões deveriam levar para os encontros. A respeito disso, o analista do SNI informou que, por ocasião da reunião que ocorreria em Manágua (Nicarágua), em junho de 1984,

aos participantes brasileiros é solicitado que levem instrumentos musicais, cachaça, fitas K-7 de músicas populares brasileiras, bandeiras do PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT) e distintivos do PT, para serem distribuídos entre os presentes ao Encontro. Vem sendo solicitado também, que levem cartazes sobre reforma Agrária e Eleições Diretas.⁶²¹

Assim, quando entidades ecumênicas como o CMI, o CEDI, a CESE, dentre outras, em parceria com segmentos das igrejas protestantes e da Igreja Católica, buscavam estimular, conforme registrou o agente, a “formação de diversas organizações comunitárias, de modo a influir na formação da consciência política de seus membros”⁶²², tais iniciativas eram representadas como “uma clara promoção da luta de classes”⁶²³ e do “descontentamento social.”⁶²⁴ A aproximação dos ecumênicos com a Nicarágua, em 1984, ajudava a reforçar a ideia da preparação secreta de uma revolução armada para o Brasil. Assim, o conceito de “luta de classes” na documentação dos agentes trazia consigo essa conotação de estímulo ao levante armado, algo que não se encontrava no horizonte dos sujeitos históricos que estamos analisando.

Portanto, conforme foi discutido ao longo do capítulo, os assuntos referentes ao CMI à luz da documentação dos órgãos de informações e de segurança da ditadura, testemunham o

⁶²⁰ ARQUIVO NACIONAL – Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACE 10964/84.

⁶²¹ Ibid., ACE 43668/84, fls. 13.

⁶²² Ibid., ACE 10964/84., fls. 1.

⁶²³ Ibid., fls. 4.

⁶²⁴ Ibid., fls. 14.

monitoramento em torno de um setor do movimento ecumênico e explicita a multiplicidade de iniciativas de indivíduos e instituições comprometidas com o fortalecimento dos variados setores dos movimentos sociais e, conseqüentemente, da oposição à ditadura. Entre eles, estavam setores do movimento popular engajados na luta por melhores condições de vida, por direitos fundamentais e movimentos que se dedicavam à luta em busca da transformação da sociedade autoritária de então, com vistas à implantação de um modelo coerente de democracia. E, ainda, muitas entidades ecumênicas se dedicavam à temática da promoção dos direitos humanos e da ajuda às classes menos favorecidas, especialmente em cidades do Nordeste brasileiro, caso específico da CESE.

Com efeito, todo o trabalho de investigação, monitoramento, análise e classificação até aqui apresentado, resultando em um cipoal de categorias classificatórias registradas nos documentos da “comunidade de informações”, contribuiu, conforme temos nos esforçado para demonstrar, para disseminar uma representação peculiar do CMI. Uma imagem distorcida obviamente, em grande medida alimentada por ideias autoritárias cultivadas durante anos no interior das mentes daqueles homens, cujos filtros (crenças, experiências pessoais, cultura política, formação educacional, tradições familiares) foram fortemente influenciados e moldados nos bancos das escolas militares que cursaram (EsNI, ESG, pela mídia conservadora e pelos setores igualmente conservadores das igrejas, etc.).

Aqueles homens estavam imersos em um contexto histórico muito peculiar costumeiramente chamado de “tempos de Guerra Fria”, profundamente impregnado por uma visão de mundo em duas cores, preto ou branco, capitalismo ou comunismo, EUA ou URSS. A bipolaridade do mundo protagonizado nas disputas das duas potências era internalizada e transbordava em suas ações e palavras que rotulavam seus opositores em um leque extenso de representações, conforme verificamos. Além disso, estavam ligados ao regime militar, acostumados a uma hierarquia rígida e a uma educação em que não há espaço para pensamento divergente, de oposição ou contestação. Os muitos militares punidos após o golpe, por força de IPMs, Atos Institucionais e outras medidas arbitrárias e repressivas representam um aspecto contundente dessa intolerância para com o pensamento divergente.⁶²⁵

Acreditavam piamente que o melhor a ser feito por toda a sociedade era manter-se distante do “Movimento Comunista Internacional”, do qual percebiam, à sua maneira, os mínimos sinais em qualquer setor da vida social. E nesse propósito, o CMI era visto como um

⁶²⁵ VASCONCELOS, Cláudio Bezerra de. A política repressiva contra militares no Brasil após o Golpe de 1964. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 12, n. 2, pp. 155-166, 2006. Semestral. Disponível em: <<http://locus.ufjf.emnuvens.com.br/locus/issue/view/240>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

adversário que semeava inconformismos. Por isso, sua imagem negativa foi disseminada não apenas entre os mais variados escalões da “comunidade de informações”, mas para fora dela, haja vista que em muitos órgãos da grande imprensa, havia censores ligados a ela, os quais levaram às páginas dos jornais a “produção” de seus pares.⁶²⁶

Tentamos apontar as áreas de atuação mais significativas do CMI a partir do ponto de vista dos órgãos de inteligência. Dessa perspectiva, elas foram enquadradas como ações de oposição ou contestação ao regime militar. Com efeito, o Conselho Mundial de Igrejas (CMI) exerceu um papel histórico importante no contexto das ditaduras que se abateram sobre diversos países do chamado Cone Sul, especialmente o Brasil. Isso não significa afirmar que foi um ator que protagonizou a liderança política da sociedade no processo de conquista da chamada “redemocratização”. Sua principal contribuição talvez tenha sido o apoio de diferentes maneiras no processo de fortalecimento das diversas iniciativas fomentadas por indivíduos e entidades ligadas ao movimento ecumênico na luta pela construção de um novo modelo de sociedade.

Apesar de sediado em outro país, o organismo protestante atuou, através de seus ativistas, muitos dos quais brasileiros ligados a igrejas e instituições ecumênicas nacionais, no campo interno na América Latina, sobretudo no Brasil, e em várias partes do globo, o que contribuiu para reforçar sua representação de “alienígena” nos documentos do SNI.

Operou como uma espécie de vértice para o qual convergiam esforços de indivíduos e instituições do movimento ecumênico, especialmente a vertente envolvida em alguma forma de apoio aos segmentos mais vulneráveis à ação repressiva das ditaduras militares e às classes sociais menos favorecidas pela política econômica adotada pelos governos militares. Com efeito, o CMI não atuou como órgão ou veículo cuja missão principal era fazer oposição política direta aos regimes, nem possuía vinculação com nenhum partido de oposição.

Entretanto, exerceu uma espécie de papel logístico, de fomento econômico e intelectual, de formação de lideranças de variados movimentos sociais, o que certamente contribuiu para fortalecer movimentos populares de caráter reivindicatórios. Representava um ponto de intercâmbio, de coordenação e de difusão de ideias e publicações de orientação aos cristãos de como atuar em um mundo marcado pela violência e pela exploração crescente do capitalismo transnacional. Neste sentido, tornou-se uma espécie de órgão de coordenação dos esforços de oposição realizados no Cone Sul contra as ditaduras. Portanto, havia uma

⁶²⁶ KUSHNIR, Beatriz. “Entre censores e jornalistas: colaboração e imprensa no pós-1964”. In: CPDOC; UFF; UFRJ; APERJ. (Orgs.). *1964-2004: 40 anos do golpe. Ditadura Militar e Resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.

dimensão política que embasava suas ações, as quais podem ser, assim, caracterizadas como de oposição às ditaduras, ainda que de forma indireta e por caminhos os mais diversos, segundo o contexto específico de cada país.

O CMI contribuiu para a continuidade e o fortalecimento de redes de solidariedade em favor das vítimas dos crimes cometidos por agentes da repressão de diversos países, inclusive acolhendo destacados líderes da oposição política partidária ou clandestina como, por exemplo, Lysâneas Maciel, Marcos Arruda, Anivaldo Padilha, Paulo Freire, dentre outros. Teve papel decisivo para a concretização do *Projeto Brasil: Nunca Mais*, conforme será discutido no final deste trabalho.

O CMI tornou-se, assim, uma referência para o movimento ecumênico mundial, especialmente para as iniciativas ora desenvolvidas na América Latina e no Brasil, fomentando uma gama inumerável de ações que objetivavam o cumprimento do que acreditavam ser da missão precípua do cristianismo: transformar o mundo mediante a inauguração do reino de Deus. Portanto, a motivação primeira de suas ações, ainda que mediadas pela linguagem emprestada do discurso marxista, vinha da crença religiosa, a qual transbordava par fora do universo restrito dos templos e alcançava os mais variados meandros da vida social.

CAPÍTULO 4: COORDENADORIA ECUMÊNICA DE SERVIÇO (CESE): DIREITOS HUMANOS EM PERSPECTIVA AMPLIADA

Origens, inspiração, propostas e perspectivas teológico-políticas

No capítulo anterior, sublinhamos que o Conselho Mundial de Igrejas capitaneava iniciativas de solidariedade oriundas de centenas de igrejas-membros de várias partes do globo, sendo seis do Brasil. Dentre outras finalidades, ele canalizava parte dos recursos financeiros disponíveis para as chamadas “entidades ecumênicas de serviço.”⁶²⁷ Desde 1970, seu comitê-executivo havia estabelecido que todas as igrejas-membro deveriam contribuir com, pelo menos, 2% de sua arrecadação, com vistas a custear “programas e projetos de desenvolvimento”⁶²⁸ em regiões pobres de diversos países, sobretudo no chamado Terceiro Mundo.

Diante de um cenário mundial marcado pela crescente desigualdade econômica entre países ricos e pobres, o Conselho criara, então, em janeiro daquele mesmo ano, a Comissão de Participação das Igrejas no Desenvolvimento. A notícia veiculada pelo *Boletim CEI* destacava um trecho da carta do secretário-geral do organismo, acerca da ajuda financeira solicitada: “a contribuição em dinheiro não basta, mas implica em compreensão e comprometimento novos e radicais para as igrejas e seus membros.”⁶²⁹

O redator do referido periódico acrescentara que as igrejas deveriam ainda “educar os seus membros para que eles façam pressão para que sejam modificadas as atuais estruturas injustas, em nível nacional e internacional.”⁶³⁰ Explicitam, assim, a percepção de necessidade de levar a cabo um esforço conjugado. A ajuda financeira cumpriria objetivos mais imediatos, emergenciais, enquanto a pressão política sobre os governos tinha em vista um processo de transformação, em um horizonte mais adiante, das relações de exploração entre países ricos do norte e países subdesenvolvidos situados, em sua maioria, no hemisfério sul.

Cumprasse assinalar que já em um contexto de Guerra Fria, o período posterior à Segunda Grande Guerra, mais ou menos de 1947 até por volta de 1973, aqueles países de industrialização avançada (sobretudo os países da Europa Ocidental, Austrália, Japão e EUA)

⁶²⁷ O apoio era concedido mediante criteriosa análise de projetos e relatórios, que detalhavam a maneira como os recursos seriam aplicados.

⁶²⁸ *Boletim CEI*, Rio de Janeiro, n. 42, abr. de 1970. p. 6.

⁶²⁹ *Ibid.*

⁶³⁰ *Ibid.*

havia atingido aquilo que muitos analistas chamariam de “anos de ouro” do capitalismo.⁶³¹ Eram os tempos dos Estados de bem-estar social, em que a classe trabalhadora passara a gozar de generosos benefícios e direitos sociais advindos de políticas públicas estatais. Em parte, tais benefícios visavam a anular o poder de atração que o comunismo soviético exercia sobre as massas trabalhadoras naqueles países.⁶³² Contribuíram sobremaneira para a recuperação do sistema capitalista, os investimentos realizados pelos EUA, através do Plano Marshall, que injetou bilhões de dólares nas combalidas economias europeias e japonesa do pós-guerra. Uma época de prosperidade material sem precedentes, em que o sistema soerguera-se e, sobretudo através de mega empresas e conglomerados multinacionais, mundializou-se em um processo denominado de “globalização econômica”.

Entretanto, a realidade nos países do chamado Terceiro Mundo era muito distante da situação de prosperidade material que, de um modo geral, verificava-se nos países do Primeiro Mundo, especialmente no tocante aos trabalhadores e, pior ainda, às classes desassistidas. Assim, no rastro deixado pela expansão e a mundialização do sistema capitalista, muitos problemas sociais surgiram e outros se agudizariam. Era contra esse pano de fundo que o Conselho Mundial de Igrejas e suas igrejas-membro pretendiam coordenar e fomentar sua intervenção na sociedade. A pobreza generalizada em algumas regiões do Brasil e a violência estatal da ditadura contra setores da sociedade, algo que ocorria também em outros países do Terceiro Mundo, representavam sintomas desse complexo cenário global mais amplo ao qual o Brasil conectava-se na posição de economia dependente.

Na esteira dessas preocupações, o CMI apoiaria, no caso brasileiro, a criação de uma das entidades mais atuantes na modalidade de ação calcada na diretriz de prestar apoio a setores mais fragilizados economicamente: a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE). Ela foi oficialmente fundada em 1973, na cidade de Salvador, no estado da Bahia, por representantes de diferentes denominações cristãs, quais sejam: Igreja Episcopal do Brasil, Igreja Metodista, Missão Presbiteriana do Brasil Central (representada pelo pastor Jaime Wright), Igreja Evangélica Pentecostal “o Brasil para Cristo” e a Igreja Católica, através da CNBB.

Mais tarde, outras denominações viriam aderir à CESE, tais como a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil⁶³³, a Igreja Cristã Reformada e a Federação Nacional das

⁶³¹ HOBBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: O breve século XX, 1914-1989*. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

⁶³² Ibid.

⁶³³ É importante esclarecer que os luteranos no Brasil dividiam-se em duas igrejas a IECLB, constituída por luteranos originários da Alemanha e seus descendentes. Este ramo se filiou ao CMI e participou das principais iniciativas ecumênicas durante o período estudado e até hoje participa do CONIC. O outro ramo, ligado ao

Igrejas Cristãs do Brasil, a FENIP, posteriormente renomeada de Igreja Presbiteriana Unida (IPU). Com exceção desta, que foi criada em 1978 por egressos⁶³⁴ da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB), e da Igreja Católica, as demais eram membros do Conselho Mundial de Igrejas.

A CESE significava, portanto, uma experiência inovadora dentro do movimento ecumênico brasileiro, originada a partir dos esforços dos segmentos progressistas do cristianismo, mas com o apoio do Conselho. Uma das novidades dessa iniciativa dizia respeito ao fato de contar com a participação direta da Igreja Católica e de uma igreja pentecostal. A proposta de trabalho da CESE pautava-se na perspectiva de que o papel das igrejas na sociedade implicava em um envolvimento prático com o que denominavam processo de “libertação das situações de opressão”. Assim, os ideais do “cristianismo de libertação”⁶³⁵, tanto em sua vertente protestante quanto na católica, convergiram nesse esforço conjunto.

Vale ressaltar que a experiência da CESE pode ser compreendida como um contexto privilegiado de convergência de duas vertentes do cristianismo brasileiro: 1º) Os segmentos do “protestantismo de libertação”, sob influência do Conselho Mundial de Igrejas e sua teologia de engajamento sociopolítico dos cristãos. Como foi visto, tal vertente irrompeu com força durante a Conferência do Nordeste, em 1962, mas, em seguida, sofrera as consequências de um processo de abortamento, por assim dizer, oriundo das cúpulas conservadores de algumas denominações e no interior da CEB. 2ª) Os setores católicos adeptos da Teologia da Libertação, em sua versão pós-Medellín, norteadas pela “opção preferencial pelos pobres”. Neste caso, a CNBB, naquele contexto, estava sob a direção de progressistas e contava com uma maioria de bispos nessa linha de ação e pensamento teológico-pastoral.⁶³⁶

O intuito era realizar ações concretas que pudessem servir de apoio a “comunidades pobres”, especialmente do Nordeste do Brasil, “formadas”, relembra Enilson Rocha, “por uma

Sínodo de Missouri, dos EUA, formou a Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB) e não participou do movimento ecumênico, mantendo um viés mais conservador. Cf. MENDONÇA, Antônio Gouvêa; FILHO, Prócoro Velasques. *Introdução ao protestantismo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002. p. 17-30.

⁶³⁴ Boa parte era constituída de pastores que foram marginalizados pela cúpula da IPB, alguns foram expulsos, outros saíram por discordarem da visão conservadora da direção. Eles foram considerados como adeptos de uma orientação política e teológica “esquerdista” e “modernista.”

⁶³⁵ LOWY, Michael. “As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo da libertação”. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). *Revolução e Democracia (1964...)*. Coleção As Esquerdas no Brasil, v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

⁶³⁶ Cf. GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. Neste livro, o autor apresenta um quadro detalhado dos diferentes posicionamentos de figuras da hierarquia católica, enfatizando as disputas entre bispos conservadores e progressistas pelo controle da orientação política que seria dada à CNBB ante a ditadura militar do Brasil.

população predominantemente não-evangélica.”⁶³⁷ A intenção era superar uma visão antiga incorporada por expressivos segmentos do cristianismo, a qual materializava-se no assistencialismo em torno de doações de alimentos e outras obras de caridade. Pretendia-se, então, apoiar e implantar projetos próprios ou de outras instituições parceiras com vistas a dar condições mais dignas àquele segmento social pobre e marginalizado. Um dos documentos da entidade ajuda a lançar luz sobre outros traços de sua proposta de inserção social:

Toda a ação da CESE deve ter como princípio geral que as populações envolvidas nos projetos assumam seu papel de sujeito do processo, o que implica numa visão crítica do mundo, a partir do conhecimento da realidade. Isto envolve, necessariamente, uma tomada de decisão quanto ao sentido do processo, às estratégias a serem utilizadas e às formas de ação eficazes.⁶³⁸

Algumas expressões evidenciam vividamente a influência da visão histórico-crítica da Teologia da Libertação, notadamente o desejo de que “o pobre” assuma posição de sujeito ativo no processo de tomada de consciência rumo à sua libertação das condições que o oprimem, especialmente aquelas de ordem socioeconômicas. O conceito de “conscientização” de Paulo Freire também está presente na proposta, já que “o pobre” deve, antes de tudo, a partir do contexto em que vive, compreender as causas mais profundas que contribuem para a geração da pobreza. Com tal perspectiva de inserção social não admira que a CESE fosse considerada uma entidade até “subversiva” pelos serviços de informações da ditadura, conforme veremos.

Ao comemorar o aniversário de 25 anos da CESE, Enilson Rocha e José Anetti, respectivamente o secretário-executivo e o assessor da entidade, rememoraram o contexto e o sentido do trabalho que tinham em vista:

Naquele 13 de junho de 1973, quando nascia a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese), conjugavam-se duas forças: o compromisso com as lutas do povo brasileiro pela cidadania; e o desejo, sob a inspiração do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), de construir uma diaconia (palavra grega traduzida por serviço ou ministério; teologicamente é o serviço que a Igreja presta ao mundo em sentido geral; em sentido particular engloba a ação e a assistência social que ela realiza) ecumenicamente entre as igrejas cristãs.⁶³⁹

⁶³⁷ ROCHA, Enilson R; ZANETTI, José C. CESE, 25 anos a serviço da justiça e da unidade. *Tempo e Presença*, Rio de Janeiro n. 297. pp. 34-37. jan.-fev. 1998.

⁶³⁸ CESE, uma contribuição ao movimento ecumênico no Brasil. Apud. MELO, Mozart João de Noronha. *Ecumenismo como prática de libertação*. Dissertação (Mestrado em Teologia). Pontifícia Universidade Católica (PUC), Rio de Janeiro. 1989. p. 73.

⁶³⁹ ROCHA, Enilson R e ZANETTI, José C. CESE, 25 anos a serviço da justiça e da unidade. *Tempo e Presença*, Rio de Janeiro, n. 297. pp. 34-37. jan./fev. 1998. p. 35.

Interessante notar que essa perspectiva de ação das igrejas através da CESE, encontrava um dos fundamentos em uma passagem bíblica em que Jesus afirmara que não havia vindo ao mundo para ser servido, mas para servir. Nesse sentido, as igrejas se articulavam para buscar soluções ou, pelo menos, para tentar oferecer alguma perspectiva de futuro a um conjunto da população vitimado pela exclusão social. Naqueles anos de ditadura, em sua fase mais brutal, aumentava consideravelmente o número de brasileiros excluídos da cidadania, em suas dimensões política, civil e social. Com efeito, o contexto da ditadura militar brasileira acabou por fomentar um ambiente de aproximação de lideranças progressistas católicas e protestantes, especialmente depois de dois importantes eventos católicos: o Concílio Vaticano II (1962-1964), ocorrido em Roma, e a Conferência Episcopal Latino-Americana de Medellín (CELAM), na Colômbia, em 1968. No campo protestante, conforme discutido no capítulo primeiro, a Conferência do Nordeste (1962) também foi importante para a abertura de segmentos das igrejas protestantes à parceria com setores católicos.⁶⁴⁰

Jether Ramalho participou da reunião de fundação da Coordenadoria Ecumênica de Serviço, em 1973, o que testemunha, em parte, a relação fraternal existente entre o CEDI e a CESE. Contudo, deve ser ressaltado que eram instituições independentes entre si e diferentes em seu trabalho, ainda que militassem no interior do movimento ecumênico sob influência e com apoio direto do Conselho Mundial de Igrejas. Segundo ele, a CESE, desde sua criação, passou a representar oficialmente o Conselho no Brasil. Com efeito, ocorria com certa frequência de o CEDI contatar a CESE a fim de conseguir recursos para financiar algum projeto ecumênico. Com efeito, os espiões estatais do SNI estavam atentos ao funcionamento dessa rede. Em documento de dezembro de 1979, foi constatado o envio de um cheque no valor quase dezesseis mil dólares, referente à última parcela destinada ao financiamento de um dos cursos de formação desenvolvidos pelo CEDI. O documento, que contém inclusive a cópia do cheque, com a assinatura de Enilson Rocha, conclui com a seguinte observação: “conforme exposto pode-se caracterizar a ligação CESE-CEDI-CMI com recebimento de doações, oriundas do estrangeiro para realização de suas atividades.”⁶⁴¹

⁶⁴⁰ Em nossa dissertação de mestrado, exploramos através dos documentos do Concílio Vaticano, como se deu a abertura na Igreja Católica ao diálogo com igrejas protestantes. Cf. BRITO, André Souza. *“Fermento da Massa”*: ecumenismo em tempos de ditadura militar no Brasil, 1962-1982. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica (RJ), 2010.

⁶⁴¹ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACE 2042, 1979.

Em outro documento, de setembro de 1980, sete anos após a fundação da entidade de Salvador, intitulado “atividades da Coordenadoria Ecumênica de Serviços – CESE”⁶⁴², foi registrado que o “O CEDI elaborou, recentemente, um relatório sobre a atuação de empresas multinacionais no País, com vistas à reunião das Igrejas Protestantes que se realizou, em ITAICI/SP.”⁶⁴³ A respeito dessa reunião, no capítulo anterior discutimos as principais questões abordadas, com ênfase no papel desempenhado à época pelo Conselho Mundial de Igrejas. “Essa entidade”, o CEDI, continua o analista de informações, “solicitou à CESE os seguintes recursos: 1980: US\$40 000; 1981: US\$29 000; 1982: US\$30 000”. Desse modo, assim como observou o analista do SNI acima, as relações ecumênicas estabelecendo parcerias em torno de diversos projetos entre o CEDI, a CESE e o CMI (pois os recursos que a CESE administravam, em sua maioria, eram originários do organismo de Genebra), foi uma constante ao longo do regime.

A despeito do citado apoio do Conselho e de outras agências ecumênicas estrangeiras à CESE, vale destacar que se tratava de uma organização genuinamente brasileira, tendo sua direção ficado sob responsabilidade de religiosos das mesmas igrejas-membros no país, que revezavam-se periodicamente, conforme enfatizou o pastor Manoel de Mello em entrevista concedida ao CEDI.⁶⁴⁴

Segundo Edin Abumanssur, a origem da CESE também está relacionada com aquela crise no interior da Confederação Evangélica do Brasil (CEB), abordada no primeiro capítulo, e também com sua posterior desarticulação, em 1971. Segundo ele, a CEB havia sido incumbida e capacitada pelo CMI a oferecer, no Brasil, um serviço aos refugiados oriundos da chamada “cortina de ferro”, os quais fugiam de perseguições sofridas em países do leste europeu. Era uma atividade originariamente realizada por um escritório autônomo do Conselho no país, atendendo a cerca de 25.000 pessoas, assistidas desde 1962. Oferecia-se, entre outras coisas, o acolhimento em instalações específicas, ajuda no aprendizado do

⁶⁴² ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações ACE 10665/1980. folha 1.

⁶⁴³ Ibid. folha 1.

⁶⁴⁴ Cumpre destacar que o pastor Jaime Wright (a quem Jether Ramalho tributou seu agradecimento especial, em entrevistas concedidas entre 2007 e 2008, pelo fato de ter oferecido ajuda financeira a ele e a outros protestantes progressistas que haviam sido demitidos da Confederação Evangélica do Brasil (CEB), por ocasião da crise instalada após a Conferência do Nordeste) era um dos pareceristas do CMI/CESE para questões de liberação de recursos destinados a projetos de apoio a refugiados políticos no país, trabalho feito também pela católica Cáritas Brasil, em parceria com a CESE, bem como por outras agências ecumênicas. O envio de recursos do CMI era concedido mediante análise criteriosa dos projetos e relatórios, que detalhavam a maneira como os recursos deveriam ser aplicados. A CESE seguia as mesmas diretrizes diante dos pedidos de apoio oriundos de outras organizações da sociedade no Brasil.

português, inserção no mercado de trabalho e fornecimento de documentação, entre outras necessidades.⁶⁴⁵

O Serviço de Refugiados do CMI, assumido pela CEB, passara a integrar o seu Departamento de Colonização e Imigração. Segundo Abumanssur, após o golpe de 1964, a CEB enfrentou dificuldades de diferentes naturezas, passando seu trabalho a se resumir ao citado Departamento. Além dessa iniciativa, havia outro projeto realizado pela Confederação, com o apoio financeiro do CMI e de outras agências protestantes internacionais, que também se liga com a própria origem da CESE. Tratava-se do Projeto Gurupis, “uma colônia de lavradores assistida com a mais moderna tecnologia agrícola”, a qual, porém, “fracassou após uma série de crises internas, desmandos administrativos e excessos de recursos”⁶⁴⁶, rememora Enilson Rocha.

Nesse contexto, o próprio Enilson é enviado pela CEB ao Maranhão, local em que o projeto era desenvolvido, com vistas a tentar identificar as causas do insucesso da iniciativa. Na sua avaliação, havia inadequação entre as condições de uso de equipamentos tão modernos para uma localidade que mal possuía abastecimento de energia elétrica. Para ele, era necessário criar novas formas de ajuda àquelas populações empobrecidas, mas ainda não sabia exatamente o que fazer. Quando, porém, examinou a documentação arquivada, gerada por diversos projetos que a CEB havia aprovado e desenvolvido com recursos oriundos do exterior, percebeu ainda total descompasso com as diretrizes teológicas e sociopolíticas do Conselho Mundial de Igrejas para os países do Terceiro Mundo.

A expectativa original do Conselho e de outras agências ecumênicas era que tais projetos fossem direcionados ao combate a situações de miséria e injustiça social que subjugavam, sobretudo, parcelas significativas do Norte e Nordeste do Brasil. Portanto, constatou-se que um dos maiores objetivos do Conselho e das demais agências protestantes financiadoras para aquela região não estava sendo atingido. Uma das causas disso, segundo Enilson Rocha, foi que a maior parte dos recursos estava sendo, até então, direcionada para a região Sul do Brasil (áreas de atuação das principais igrejas-membro da Confederação Evangélica do Brasil), para a construção de escolas e hospitais, em detrimento daquelas regiões.⁶⁴⁷

⁶⁴⁵ ABUMANSSUR, Edin Sued. *A tribo ecumênica: um estudo sobre o ecumenismo nos anos 60 e 70*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). PUC-SP, 1991. mimeo.

⁶⁴⁶ Ibid., p. 53.

⁶⁴⁷ Ibid., p. 54.

Foi nessa ocasião que Enilson Rocha, o pastor Manoel de Mello (Igreja Pentecostal “o Brasil para Cristo”), os bispos Artur Kratz (Igreja Episcopal) e Sadi Machado (Igreja Metodista) propuseram às lideranças das demais igrejas, as quais comporiam a CESE, a realização de uma reunião para debater o problema do que se denominava de “ajuda intereclesialística” no Brasil, bem como as possibilidades de construir uma forma de ação social que efetivamente contemplassem as necessidades de comunidades situadas no Nordeste e Norte do país. À chamada Consulta, realizada em Salvador, em agosto de 1972, também foram oficialmente convidados destacados líderes católicos e protestantes progressistas e a própria CNBB.⁶⁴⁸ Outros atores sociais de fora das fronteiras cristãs também foram convidados a pensar em estratégias e a buscar soluções para os problemas do Nordeste, região mais pobre do Brasil, incluindo técnicos da SUDENE, da SUDAM, da SUVALE e da Universidade Federal da Bahia. O principal resultado da Consulta foi a decisão de criar a CESE. Cumpre assinalar que a vinculação da denominação pentecostal O Brasil para Cristo, explica-se, sobretudo, pelo fato de já ser filiado ao CMI desde 1966 e pela orientação progressista e ecumênica de seu fundador, o pastor Manoel de Mello.

Em entrevista concedida à equipe do CEDI, em 1974, ele explicitou as características fundamentais da nova entidade e expôs algumas razões da sua criação, corroborando as questões apontadas anteriormente por Enilson Rocha:

A CESE está tendo uma grande repercussão no Brasil. Não entra em minúcias doutrinárias. A CESE preocupa-se somente com a promoção do homem e sua integração na sociedade. [...] Antes da CESE, diversos grupos receberam de várias organizações mundiais somas fabulosas para projetos e esses fundos foram empregados, na sua maior parte, em construções nas áreas mais ricas do Sul. Eram templos, Escolas, Hospitais, mas em lugares errados. Então as Agências começaram a retrair-se. E se fez esse admirável esforço ecumênico nacional, isto é, a CESE com uma nova filosofia. A CESE é brasileira, dirigida por brasileiros, sem ingerência de estrangeiros e esperamos que assim continue.⁶⁴⁹

A questão da repercussão alcançada pela CESE, à qual fez menção Manoel de Mello, também chamou a atenção de órgãos da “comunidade de informações” da ditadura. O CENIMAR foi um dos primeiros a perceber essa movimentação no setor ecumênico do cristianismo. Com certa experiência acumulada acerca das atividades do Conselho Mundial de Igrejas, e, ao mesmo tempo, atento ao possível desenrolar dos fatos na região, o agente descreveu o que aconteceu na citada reunião ou Consulta. O informe elaborado foi encaminhado ao CIE, ao CISA, ao SNI (Agência Central) e ao Centro de Informações do

⁶⁴⁸ ABUMANSUR, Edin Sued, op. cit., p. 55.

⁶⁴⁹ Entrevista concedida por Manoel de Mello cf. *Boletim CEI*, Rio de Janeiro, 1973.

Departamento de Polícia Federal. Nele, foram registrados nomes de "líderes católicos e evangélicos". Além dos que já citamos no capítulo, acrescentou o do bispo dom Avelar Brandão, de João Parahíba D. da Silva (metodista) e Claude Labrunie (presbiteriano), observando que

as discussões giraram em torno de diversos problemas ligados ao desenvolvimento do Norte e Nordeste, com caráter eminentemente temporal, bem como foram abordados temas ligados à "teologia da Revolução". Cabe frisar que o CMI é, atualmente um eficiente aliado do Movimento Comunista Internacional, financiando vários "movimentos de libertação" e formando novos pastores dentro dos "modernismos teológicos."⁶⁵⁰

Algumas questões parecem ter deixado o agente da Marinha particularmente preocupado. A presença de representantes do Conselho Mundial de Igrejas. O perfil da Consulta, isto é, religiosos tratando de temas de "caráter eminentemente temporal", embalados por uma "teologia da revolução" e, para piorar a situação, dois religiosos, os pastores João Parahiba da Silva e Claude Labrunie, registravam "antecedentes" no CENIMAR.

O agente não explicitou preocupações com o bispo Avelar Brandão, mas fez uma síntese do prontuário dos dois pastores identificados, anexando-a ao documento redigido sobre a Consulta de Salvador. Acerca do primeiro, foram assinalados seis episódios considerados desabonadores, cobrindo o período de 1966 a 1968. Citou dois Jornais e um documento da Força Pública de São Paulo, nos quais seu nome era vinculado a movimentos de crítica ou oposição ao regime, e de organizações operárias entre as quais a "Ação Coletiva pela Justiça", no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo", em 1968.⁶⁵¹

Para arrematar o informe, observou que João Parahiba "foi citado no depoimento do Pastor Metodista José Sucasas Junior, como se reuniu com elementos subversivos para tratar de 'problemas sociais'".⁶⁵² Eis aqui uma situação exemplar de dois comportamentos políticos antagônicos de evangélicos, neste caso, de metodistas, durante o regime. Enquanto João Parahiba, que também trabalhou durante algum tempo em Genebra, no CMI, protagonizava ações de oposição à ditadura, o pastor Sucasas Junior além de apoiá-la, era informante do

⁶⁵⁰ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações ACE 56.894, 1972.

⁶⁵¹ Ibid., Anexo B.

⁶⁵² Ibid.

DOPS-SP, denunciando, inclusive, membros de sua congregação aos órgãos de repressão de São Paulo.⁶⁵³

Acerca do pastor Claude Labrunie, o registro remontava a 1962, indo até 1966, quando é observado “atacando o governo”⁶⁵⁴, durante suas prédicas na Faculdade Teológica Presbiteriana de Vitória. Com efeito, antes mesmo do golpe civil-militar de 1964, já havia registros sobre suas atividades, especialmente pelo fato de, conforme já mencionado no capítulo primeiro, ter participado da Conferência do Nordeste, em 1962. Assim, a participação de Labrunie na Consulta de criação da CESE, segundo o entender do agente do CENIMAR, confirmava a tese da “infiltração comunista nas denominações evangélicas”⁶⁵⁵, que teria se aprofundado durante a citada Conferência. Esse conjunto articulado de elementos apontados pelos homens dos órgãos de informações ajudava a formar, na percepção que se expressava em uma miríade de documentos confidenciais, um quadro negativo no qual se inseriam as preocupações sociopolíticas e econômicas dos envolvidos com a fundação da CESE.

Voltemos à questão da participação do pastor pentecostal na CESE. A propósito, é raro encontrarmos trabalhos em que o nome de Manoel de Mello apareça como partícipe do movimento ecumênico e como ativo defensor dos direitos humanos. Dentre os líderes de igrejas da época que se opunham ao regime, ele foi um dos poucos que chegou a ser preso, em São Paulo, pela polícia política da ditadura. Como membro do comitê-central do Conselho Mundial de Igrejas, trabalhou em Genebra e, em diversos momentos, ajudou a articular esforços internacionais com vistas a favorecer iniciativas ecumênicas das igrejas brasileiras.⁶⁵⁶

A citada Consulta esboçou as linhas mestras de ação da Coordenadoria, que passariam a compor seu conteúdo programático desde então. Os seus principais fundamentos e objetivos foram assim sintetizados em seu documento de fundação:

Sensibilizar as igrejas com relação ao desequilíbrio que dia-a-dia cresce entre os homens e regiões brasileiras – o que de um lado expressa a permanência da pobreza, de outro, o acúmulo de riquezas e poder – e, cooperar para que as igrejas participem do processo de desenvolvimento do país, dentro de critérios que promovam a justiça social e, mais concretamente, estudar, pesquisar, avaliar, promover, assistir e coordenar projetos destinados à promoção da vida integral do homem na sociedade,

⁶⁵³ Para a informação de que era informante e de ter denunciado o metodista Anivaldo Padilha, cf. entrevista de Padilha na revista *Isto É*.

Disponível em: <http://www.istoe.com.br/reportagens/141566_os+evangelicos+e+a+ditadura+militar>. Acesso em: 10 jan. 2014.

⁶⁵⁴ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACE 56.894, 1972.

⁶⁵⁵ Ibid.

⁶⁵⁶ BRITO, André Souza. *“Fermento da Massa”: ecumenismo em tempos de ditadura militar no Brasil, 1962-1982*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica (RJ), 2010.

em todo o território nacional, especialmente no Norte e Nordeste do Brasil, sem discriminação social, econômica, religiosa ou racial.⁶⁵⁷

Esse tipo de abordagem e leitura crítica da realidade feita pela CESE, que percebia e, ao mesmo tempo, denunciava as contradições do modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo regime militar, chocava-se frontalmente com a propaganda ufanista do governo. Aliás, a propaganda política era um dos pilares da ditadura brasileira, ao lado da censura, da espionagem feita da “comunidade de informações” e da repressão protagonizada pelos órgãos de segurança ou repressão pura e simples.⁶⁵⁸ A propaganda do regime procurava apresentar o Brasil como uma potência que caminhava a passos largos para tomar posse do seu lugar junto ao restrito time dos países do Primeiro Mundo.

Em 1973, o regime militar, sob a administração Médici, ainda se apoiava e se legitimava socialmente com base nos resultados de altos índices de crescimento que caracterizaram o chamado “milagre econômico”.⁶⁵⁹ Desde 1968, a economia brasileira crescia a uma taxa média que girava em torno de 10% ao ano. Entretanto, esses índices foram alcançados, em grande medida, em função de uma conjuntura internacional favorável, em que havia abundantes recursos disponíveis a serem emprestados. No final daquele ano, a situação começaria a mudar, sobretudo em função da chamada “crise do petróleo”, desencadeada pela alta do preço do produto pela Organização dos Países Produtores e Exportadores de Petróleo (OPEP).

Entretanto, internamente, ao longo do governo Médici, paralelo ao “milagre”, houve crescimento das desigualdades sociais e da concentração de riquezas, conforme denunciou o documento de fundação da CESE, em que os ricos foram sobremaneira beneficiados. Essa situação só foi se agravando ao longo regime militar, o que levou o historiador britânico Eric Hobsbawm a caracterizar o Brasil de então como “um monumento da injustiça social.”⁶⁶⁰ Setores de classe média também gozavam de incentivos para o consumo através de linhas de

⁶⁵⁷ Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE) – Panfleto de divulgação apresentado em resumo da reunião e os princípios que deram origem à CESE. Agosto de 1973. Apud. ABUMANSSUR, Edin Sued. *A tribo ecumênica: um estudo sobre o ecumenismo nos anos 60 e 70*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). PUC-SP, 1991. mimeo. p. 55.

⁶⁵⁸ FICO, Carlos. “Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura*. v. 4. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007.

⁶⁵⁹ Para uma visão crítica e esclarecedora acerca da política econômica do regime, bem como das difíceis condições de vida dos operários no contexto do “milagre econômico”, sobretudo em São Paulo, cf. MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal. 1986. p. 91-119.

⁶⁶⁰ HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos: O breve século XX, 1914-1989*. São Paulo: Cia das Letras, 2010. p. 397.

crédito especiais e os estratos sociais elevados estavam tão bem quanto nunca, apesar da brutal desigualdade social.⁶⁶¹ O número de miseráveis aumentou e o “arrocho salarial” decorrente de políticas governamentais que limitavam o aumento dos salários agravou consideravelmente a qualidade de vida dos trabalhadores urbanos, sobretudo porque a inflação sempre subia mais do que os rendimentos dos assalariados. Esse processo contribuiu com o aumento crescente da margem de lucro do capital nacional e multinacional, especialmente no período (1968-1973).⁶⁶²

Por tudo isso, diferentes dimensões da realidade devem ser consideradas para se compreender o período, costumeiramente caracterizado como sendo de alto crescimento da economia. Assim, para se apreender a natureza das iniciativas das igrejas e cristãos ecumênicos diante desse contexto, deve-se estar atento a aspectos como o da elevação da concentração de renda e das desigualdades sociais. Além disso, há que ter presente que, paralelo ao bom desempenho econômico do período, verificava-se uma repressão sem tréguas aos grupos da esquerda armada, os quais se lançaram em diversas ações violentas com vistas a derrubar a ditadura. Entre as ações encontravam-se as seguintes: explosões contra órgãos das Forças Armadas, assaltos a bancos e a outros estabelecimentos, visando adquirir recursos para financiar ações de guerrilha, sequestro de embaixadores para serem trocados por militantes presos, tentativas de criar focos revolucionários no campo e nas cidades, etc.⁶⁶³

Na esteira do que consideravam um “combate ao terrorismo”, os órgãos de informações e de repressão do regime institucionalizaram a prática da tortura como forma de obtenção de informações de presos, ainda que sob a constante negativa do governo, quando era pressionado por entidades estrangeiras e governos.⁶⁶⁴ “Quando confrontados com a

⁶⁶¹ HOBBSBAWM, Eric, op. cit., p. 397. e MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando. “Capitalismo tardio e sociabilidade moderna”. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. vol. 4. *Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

⁶⁶² MENDONÇA, Sonia Regina; FONTES, Virginia Maria. *História do Brasil Recente (1964-1992)*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2004. p. 24-32.

⁶⁶³ Para uma narrativa detalhada acerca das ações de guerrilha urbana e rural, cf. GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

⁶⁶⁴ Carlos Fico explora essa diferença, entre outras, da ditadura brasileira (1964-1985) em relação àquela que se abateu sobre a Argentina de 1976 a 1983. Lá, o nível da violência estatal e, também, dos grupos de oposição armados foi muito mais elevado que entre nós. Além disso, os militares argentinos faziam questão de propagar seus atos de violência sem nenhuma reserva, fomentando um “clima de terror e medo” na sociedade, com vistas a angariar apoio e inibir oposições. Fico não nega a existência da violência da ditadura brasileira, apenas enfatiza os aspectos mais brutais no caso do regime do país vizinho. cf. FICO, Carlos. Violência, trauma e frustração no Brasil e na Argentina: o papel do historiador. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 27, p. 239-284, jul./dez. 2013. Disponível em: <www.revistatopoi.org>. Acesso em: 19 dez. 2013.

evidência da tortura, diziam que se tratava de excessos, de desvios de uns poucos”⁶⁶⁵, acrescenta Carlos Fico.

Essa dimensão da realidade, porém, não era de amplo conhecimento do grande público, já que a imprensa estava sob censura prévia há alguns anos e esses assuntos eram proibidos de serem veiculados.⁶⁶⁶ Ademais, o governo Médici gozava de considerável apoio de amplos setores da sociedade, sobretudo em função da conjuntura favorável da economia e de uma situação de quase pleno emprego.⁶⁶⁷ Mais adiante, veremos de que forma a CESE e outros cristãos e entidades se posicionavam a respeito da repressão, especificamente a tortura e a violação de direitos humanos.

Diante desse quadro geral, a criação da CESE visava a encontrar formas de atuação conjunta das igrejas. Assim, a violência estatal, conjugada com o cerceamento de direitos civis e políticos (prisões ilegais, torturas, proibição de manifestações públicas de oposição, fim de eleições para Presidente, etc.) e a situação de desigualdade social crescente criou um ambiente favorável a que as igrejas colocassem de lado suas diferenças, especialmente as teológico-doutrinárias, em favor de um projeto maior. Tratava-se, conforme aventado anteriormente, do que denominavam “ecumenismo de serviço” às igrejas e à sociedade, inspirado nos ideais de solidariedade ecumênica e em uma “teologia libertária”, cujo objetivo principal era a ajuda àqueles que não haviam sido beneficiados pelo “milagre econômico”. Era uma espécie de resposta ecumênica à decisão que ficou conhecida, desde Medellín, como a “opção preferencial pelos pobres”, articulando igrejas protestantes e a católica.

O excerto destacado anteriormente, documentando a criação da CESE, explicita a percepção crítica de seus fundadores acerca da realidade histórica que vivenciavam. Estavam conscientes de que o “milagre econômico” que, segundo o ministro da fazenda Delfim Neto, após fazer o “bolo da riqueza nacional” crescer efetivamente a sua divisão entre os brasileiros, não havia beneficiado os extratos inferiores da pirâmide social. Por isso, o documento enfatiza a necessidade de se lutar pela “justiça social” e a “promoção da vida integral do homem.” É com base nesse contexto de injustiça social que o mesmo documento proclama os seguintes objetivos específicos da entidade:

[...] mobilizar recursos humanos e materiais, dentro e fora do país, a fim de amparar iniciativas de projetos de desenvolvimento, saúde, educação, migrações, direitos

⁶⁶⁵ FICO, Carlos, op. cit., p. 245.

⁶⁶⁶ Ibid.

⁶⁶⁷ ALMEIDA, Maria Hermínia T. de E; WEIS, Luiz. “Carro zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar”. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. vol. 4. *Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

humanos, menores abandonados, refugiados, excepcionais, minorias étnicas (negros e índios), a mulher na sociedade, juventude, etc.⁶⁶⁸

Com efeito, desenvolver atividades de apoio a estes setores da sociedade era também uma forma de denunciar o lado perverso do “milagre brasileiro”, que deixava à margem amplos segmentos da população, desassistidos por políticas públicas por parte do regime militar. Por tudo isso, a recepção dos agentes estatais lotados nos órgãos de informações e repressão ao trabalho realizado pela CESE, nos ajudará a apreender com mais detalhes a natureza das formas de inserção social dela ao longo dos anos 1970 e 1980. Na perspectiva dos agentes da ditadura, contudo, o trabalho de auxílio de toda espécie às comunidades pobres do Nordeste, foi posto sob o signo da incitação “à luta de classes”⁶⁶⁹, da “infiltração comunista” e outras representações análogas.

No mesmo documento citado anteriormente, o analista de informações do Serviço Nacional de Informações (SNI) menciona outras duas iniciativas apoiadas pela CESE e especifica a quantia de recursos nelas empregados: “A Comissão Pastoral da Terra (CPT), em Bom Jesus da Lapa/BA, que teve um projeto recentemente aprovado, no valor de Cr\$ 118 mil, por aquela Coordenadoria” e a “Associação de Empregadas Domésticas, em Salvador/BA, que recebeu uma subvenção de Cr\$50 mil.”⁶⁷⁰ Trata-se de um exemplo concreto, observado pelos próprios agentes do Estado autoritário, dando conta do apoio da CESE a dois segmentos populares – a mulher pobre e o homem do campo – vítimas da exclusão socioeconômica dos tempos do “milagre brasileiro”.

Na perspectiva dos religiosos da CESE, bem como na de todos os que adotavam as premissas fundamentais contidas na Teologia da Libertação, a tarefa de contribuir com iniciativas de organização dos setores e movimentos populares (movimento de moradores de bairros pobres e favelas, conjuntos residenciais de periferias, sindicatos e outras organizações de trabalhadores rurais, associações e entidades de classe diversas, etc.) no sentido de oferecer-lhes subsídios teóricos e ajuda material, era algo intrínseco à própria missão evangelizadora da Igreja. Tratava-se, assim, de algo fundamental em direção à sonhada “libertação dos oprimidos”, o que passava necessariamente por um processo de

⁶⁶⁸ Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE) – Panfleto de divulgação apresentado em resumo da reunião e os princípios que deram origem à CESE. Agosto de 1973. Apud. ABUMANSSUR, Edin Sued. *A tribo ecumênica: um estudo sobre o ecumenismo nos anos 60 e 70*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). PUC-SP, 1991. mimeo. p. 55.

⁶⁶⁹ Não que a luta de classes fosse algo ausente do horizonte dos ecumênicos. A questão é que o sentido do conceito nos documentos dos agentes remetia ao encaminhamento para a luta armada.

⁶⁷⁰ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACE 10665/1980. fls. 1.

“conscientização”, “organização”, “educação popular” e “politização” desses mesmos oprimidos. O objetivo seria o de que tomassem consciência dos seus direitos e pudessem se organizar a fim de lutarem em favor da transformação social, visando superar as diversas situações de exploração a que estavam submetidos. Essa leitura da realidade, contudo, chocava-se frontalmente com a visão de mundo do regime, expressa pelos agentes da “comunidade de informações”.

A propósito dessa atuação da CESE e da questão da conscientização dos trabalhadores fomentada pela Comissão Pastoral da Terra, foi observado o seguinte pelo agente: “Em Bom Jesus da Lapa, existe a gráfica ‘BOM JESUS’, pertencente à Missão Redentorista da BAHIA, que edita cartilhas, contendo mensagens de críticas ao Governo e lições sobre os direitos dos trabalhadores. Essas cartilhas são distribuídas pela CPT no meio rural.”⁶⁷¹ Com efeito, o trabalho de organização popular passava pela necessidade de estudar e evidenciar as causas que geravam a situação de pobreza e desigualdade social, o que passava pela explicitação do papel de omissão do governo e da denúncia do sistema capitalista que ele ajudava a sustentar. Na visão do agente, porém, as “mensagens de críticas ao Governo” eram uma evidência de que o trabalho da CESE e da CPT precisava ser acompanhado, com vistas a evitar um processo de organização social que pudesse fomentar pressões contra o regime.

Essa modalidade de ecumenismo (compartilhada por integrantes da CESE, do CEDI, segmentos progressistas da CNBB e pelo Conselho Mundial de Igrejas) era aquela em que, “mais do que propor a unidade das Igrejas”, conforme assinalou Abumanssur, tinha-se no horizonte a “transformação social” ancorada em uma “visão estratégico-política da ação social.”⁶⁷² Nessa direção, o mesmo autor, argumenta que o “ecumenismo, assim, se torna a expressão que, ao ser proferida, é capaz de reunir um determinado grupo de cristãos com uma proposta política de transformação social.”⁶⁷³ Disso decorre a caracterização dessa proposta pelo autor como sendo a de um “ecumenismo político”⁶⁷⁴, para distingui-lo de outra abordagem qualificada como “ecumenismo de cúpula” ou “acordo de cavalheiros”, cuja ênfase estava posta nas questões referentes às práticas inter-eclesiais com vistas à discussão de caminhos de aproximação e consenso entre as diferentes doutrinas das igrejas no

⁶⁷¹ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACE 10665, 1980.

⁶⁷² ABUMANSSUR, Edin Sued. *A tribo ecumênica: um estudo sobre o ecumenismo nos anos 60 e 70*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). PUC-SP, 1991. mimeo. p. 59.

⁶⁷³ Ibid., p. 60.

⁶⁷⁴ Ibid.

intuito de chegar à tão sonhada “unidade dos cristãos,”⁶⁷⁵ conforme especificado na introdução. Evidentemente que a opção ecumênica adotada pela CESE enquadrava-se em uma conjuntura cujos condicionamentos históricos assinalados apresentavam barreiras aparentemente intransponíveis diante da pretendida “transformação social”.

A opção dos grupos da esquerda armada que pretendiam transformar a realidade através de uma revolução mostrou-se inadequada, pois não encontrava o apoio necessário das massas populares, nem no campo, nem nas cidades. Além disso, a violência e a superioridade bélica dos órgãos de repressão liquidaram essas iniciativas. A que durou mais tempo foi a chamada Guerrilha do Araguaia, protagonizada pelos militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B), entre 1972 e 1974.⁶⁷⁶ Portanto, as igrejas integrantes da CESE tentaram criar outras alternativas de prática social para fazer frente àquelas condições difíceis de então. Miravam suas esperanças de transformação da sociedade para um horizonte mais distante, dedicando-se a ações que julgavam representar algo para além do assistencialismo. Paralelamente, articulavam esforços para condenar as arbitrariedades da ditadura e apoiar os perseguidos por ela e por ditaduras de outros países da América.

Na perspectiva de Derval Dasilio, a CESE caracteriza-se⁶⁷⁷ como uma proposta de intervenção cristã ecumênica com fundamento em uma “práxis de libertação”, que efetivamente superara o modelo assistencialista adotado por outras igrejas até então. Tratava-se, segundo ele, de um projeto que colocava em prática o que caracterizou de “diaconia social ecumênica”, cujo objetivo seria “a realização de projetos de vida para grupos sociais mais vulneráveis, desassistidos, excluídos das políticas públicas e expostos a riscos severos [...]”.⁶⁷⁸ Além daqueles setores alvos da chamada “diaconia social” da CESE citados anteriormente no documento da entidade, bem como os eixos temáticos que organizam seu trabalho no meio rural e no urbano, o autor acrescentou os seguintes:

Os sem-terra, pequenos produtores, incluindo agricultores familiares, extrativistas, incluindo seringueiros, quebradeiras de coco e pescadores artesanais, assalariados agrícolas, sem-teto, moradores de rua, moradores de periferia, pessoas com deficiência, desempregados e trabalhadores do setor informal, incluindo recicladores, trabalhadores da economia solidária. Os povos indígenas, quilombolas,

⁶⁷⁵ BOCK, Carlos G. *O Ecumenismo Eclesiástico em Debate. Uma análise a partir da proposta ecumênica do CONIC*. São Leopoldo: IEPG-Sinodal, 1998.

⁶⁷⁶ GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

⁶⁷⁷ A CESE, que existe até a presente data, define-se como “uma entidade ecumênica, sem fins lucrativos” é constituída pelas seguintes Igrejas-membros: Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Igreja Presbiteriana Independente do Brasil, Igreja Presbiteriana Unida do Brasil, Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, Igreja Católica Apostólica Romana (através da CNBB) e pela Aliança de Batistas do Brasil. cf. <<http://www.cese.org.br/site/>>. Acesso em: 26 dez. 2013.

⁶⁷⁸ DASILO, Derval. *Jaime Wright: O pastor dos torturados*. Rio de Janeiro: Metanoia, 2012. pp. 44-45.

e a população negra pobre constituem parte integrante da política ecumênica da Cese. As temáticas de atuação: Questão Agrária; Direitos Humanos; Acesso à Moradia; Segurança e Soberania Alimentar; Gênero; Juventude; Populações Tradicionais; Questão Indígena.⁶⁷⁹

Em sua dissertação de Mestrado em Teologia, intitulada *Ecumenismo como prática de libertação*, Mozart Mello detalha o funcionamento de diversas iniciativas apoiadas e outras protagonizadas pela CESE. Falaremos brevemente apenas de uma, denominada Centro da Mulher do Cabo, cidade localizada no pólo industrial do Recife, também considerada como centro canavieiro de Pernambuco.⁶⁸⁰ Trata-se de uma associação que aglutinava trabalhadoras rurais, donas de casa, operárias urbanas, artesãs e, em menor escala, mulheres de setores médios. O objetivo central, segundo o autor, era o de oferecer apoio teórico e material contra o problema da precarização da mão de obra, resultante do “exército de trabalhadores de reserva” gerados por constantes crises e falências de empresas, concentração de latifúndios improdutivos, êxodo rural e outros graves problemas sociais.

Para se ter ideia da gravidade da situação na região, o autor observa que, em 1980, segundo dados do IBGE, 52,1% da população economicamente ativa não usufruía de qualquer rendimento. As mulheres respondiam por 21,9% deste percentual, sendo que quase a totalidade delas ganhava entre $\frac{1}{4}$ e 1 salário mínimo. Nesse contexto, era elevadíssimo o índice de mortalidade infantil, decorrente das péssimas condições de saúde e do nível de renda baixo. Em contrapartida, o número de nascituros era elevado: em média seis filhos para cada mulher fértil.

Diante desse quadro, a CESE articulava esforços de duas naturezas: socorro imediato com vistas a atenuar as enormes carências das mulheres dessa localidade, o que incluía facilitar o acesso a serviços médicos ambulatoriais, assistência às gestantes, crianças e nutrízes, construção de poços artesianos, etc. Já na perspectiva de mais longo prazo, incluíam atividades de educação e conscientização: debates, seminários, palestras, cursos profissionalizantes voltados para as áreas com maior empregabilidade, tais como artesanato, tapeçaria, pinturas em tecido, etc. As problemáticas que envolviam a economia e a sociedade locais, bem como a instrução sobre direitos trabalhistas e sociais eram tema constante no trabalho teórico acima citado.⁶⁸¹

⁶⁷⁹ DASILO, Derval, op. cit., p. 41-42.

⁶⁸⁰ MELO, Mozart João de Noronha. *Ecumenismo como prática de libertação*. Dissertação (Mestrado em Teologia). Pontifícia Universidade Católica (PUC), Rio de Janeiro, 1989. p. 83.

⁶⁸¹ Ibid., p. 85-86.

Evidentemente que o amplo leque de atividades a que se propunha a CESE, conforme citado acima por Derval Dasilio, demandaria recursos financeiros que extrapolavam as possibilidades das igrejas-membro da entidade. Necessário afirmar que, nos primeiros anos, as ações foram mais modestas e não atingiam tantos setores da sociedade. Todavia, as redes ecumênicas internacionais de solidariedade foram fundamentais para a concretização de muitas das suas ações e também de outras entidades que surgiriam na mesma época e a partir dos anos 1980. Este trabalho enfatizará apenas as ações da CESE consideradas mais preocupantes do ponto de vista dos agentes estatais dos órgãos de informações do regime militar. Nesta perspectiva, a CESE, era assim qualificada por um agente do SNI: uma “entidade clerical progressista ligada ao CMI (CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS)”⁶⁸² e em outro documento:

A Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE), com sede em SALVADOR/BA, é uma entidade religiosa, formada por igrejas protestantes e pela Conferência Nacional dos Bispos do BRASIL (CNBB), com o objetivo de tratar de assuntos relacionados com o financiamento e apoio a programas de “desenvolvimento do País”.⁶⁸³

Algo que se pode inferir desta definição é que ao colocar entre aspas a expressão “desenvolvimento do País”, o analista pretende questionar a coerência da perspectiva de desenvolvimento sustentada pela CESE. Assim, sugerindo implicitamente que ela era distorcida ou equivocada, ele observa outras duas iniciativas apoiadas pela entidade. Elas estão ligadas à irrupção de movimentos sociais populares, notadamente à organização do chamado “novo sindicalismo.” Nesse contexto, o movimento operário buscava estratégias organizacionais para se fortalecer. O Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) emergiam como as novas esperanças de aglutinação dos segmentos explorados. A CESE e os setores progressistas das Igrejas estavam atentos a essas novas forças que emergiam da base da sociedade e buscavam apoiá-las, o que, na percepção dos analistas da ditadura, era indício inequívoco de mal uso de recursos:

Recentemente ENILSON ROCHA DE SOUZA, Secretário Executivo da CESE, liberou a importância de CR\$ 50 mil para o padre FRANÇOIS realizar na diocese de BALSAS/MA, um Encontro de cerca de 250 trabalhadores sob os auspícios da Comissão Pastoral da Terra (CPT) local, em data ainda não fixada.
[...] ELIZABETH SOUTO WAGNER, membro do PT/BA, e WASHINGTON, da “TRIBUNA DA LUTA OPERARIA”, teriam comparecido como observadores ao Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES),

⁶⁸² ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACE 11.214/1980.

⁶⁸³ Ibid., ACE 10665/1980.

realizado no último fim de semana na cidade de NOVA IGUAÇU/RJ. ELIZABETH e WASHINGTON teriam recebido um financiamento de CR\$ 30 mil. da Associação Comunitária a Áreas Problemas (ACAP), subordinada a CESE.⁶⁸⁴

Um dos exemplos de como esse monitoramento em torno das ações da CESE poderia prejudicar a entidade, e pessoas com as quais mantinha relações, pode ser observado em mais um documento outrora confidencial do SNI. Estava em questão a vinda de três bispos cubanos para a citada reunião que o Conselho Mundial de Igrejas realizaria em Itaici, em São Paulo. Um agente do SNI tomou conhecimento do fato e de que um representante da CESE havia viajado para Brasília, a fim de tratar da liberação de documentos no Ministério das Relações Exteriores para possibilitar a entrada dos religiosos no país. Em seguida, ele escreveu para a Divisão de Segurança e Informações (DSI) do citado ministério, exortando a que “na hipótese da formalização dos pedidos de visto para os religiosos cubanos, esta AC/SNI, considerando que o Brasil não mantém relações diplomáticas com Cuba, opina pela denegação dos mesmos.”⁶⁸⁵ Não foi possível saber se a sugestão do analista do SNI foi acatada, mas importa notar sua tentativa de influenciar outras instâncias do poder governamental, a partir do seu ponto de vista acerca do simbolismo negativo de Cuba.⁶⁸⁶

Uma das primeiras iniciativas da CESE teve como alvo a defesa dos direitos humanos e, ao mesmo tempo, a denúncia da tortura no Brasil. O próprio momento de acentuada repressão política em que ela foi fundada de certa forma lhe direcionava para esse tipo de ação.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos ecumênica

Conforme assinalado anteriormente, a CESE foi criada no contexto da gestão do general-presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). Para muitos contemporâneos, especialmente setores da classe média e alta, o aspecto que mais se destacava no período dizia respeito aos altos índices de crescimento da economia. Esses resultados começaram a aparecer a partir de 1968 (10%) e alcançaram a marca de 14%, em 1973, o ápice do chamado “milagre

⁶⁸⁴ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACE 11062, 1980.

⁶⁸⁵ Ibid., ACE 11214, 1980.

⁶⁸⁶ Outros documentos do CMI dão conta de monitoramento de eventos do movimento ecumênico e sua relação com o Estado cubano, assinalando o apoio do Conselho Mundial de Igrejas a Cuba, através de viagens à Ilha do secretário-geral da entidade, Philip Potter.

econômico” ou “milagre brasileiro”.⁶⁸⁷ O Brasil havia se tornado a 8ª economia do mundo, propagava o regime com orgulho e ufanismo autoritário através de *slogans* como “Este é um país que vai pra frente”, “Brasil: ame-o ou deixe-o”, “Ninguém segura esse país”, etc.). Diante desse quadro, qualquer setor da sociedade que tentasse apontar as consequências negativas do modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo governo militar desde 1964, e tentasse fazer oposição aos métodos utilizados contra as oposições correria riscos.

O período Médici representa, assim, uma época no mínimo contraditória, pois ao mesmo tempo em que o dito “milagre” era propalado pelo regime, assistia-se a uma implacável repressão contra qualquer segmento social que esboçasse iniciativas de oposição ao governo. A política de arrocho salarial penalizava a classe trabalhadora, especialmente a partir de 1968, provocando a compressão dos seus rendimentos e, ao mesmo tempo, fomentando enorme concentração de renda cada vez maior do capital oligopolista nacional e estrangeiro.⁶⁸⁸ A tortura passara a ser empregada com método rotineiro e sistemático nas investigações dos órgãos de informações e de segurança, sobretudo a partir do AI-5 e mais ainda após a estruturação do sistema repressivo com a criação do DOI-CODI, a partir de 1970. Entretanto, a censura prévia aos meios de comunicação, adotada pelo regime desde janeiro de 1970⁶⁸⁹, tornava praticamente inviável que notícias sobre repressão e violência estatal contra opositores fossem divulgadas. Em acréscimo, a expressiva propaganda política enfatizava as obras faraônicas e os resultados positivos auferidos pelo regime. A vitória na copa do mundo do México, em 1970 foi, nesse sentido, emblemática de como a euforia nacional foi capitaneada e apropriada pelo regime, que associava o êxito da seleção brasileira com a competência do governo.

Nesse contexto, lideranças religiosas das igrejas-membro da CESE organizaram uma estratégia, em 1973, para chamar a atenção da sociedade a respeito da situação de violações de direitos humanos no Brasil e, ao mesmo tempo, protestar contra o regime. Segundo Sydow e Ferri⁶⁹⁰, os religiosos haviam feito diversas reuniões quase clandestinas para pensar em uma forma de manifestar reação e oposição em face dos inúmeros casos de tortura que chegavam a seu conhecimento através de diversos canais das igrejas. Uma dessas reuniões, ainda em 1973, ocorreu em São Paulo, na casa do pastor Jaime Wright, que representava a Igreja

⁶⁸⁷ MENDONÇA, Sonia Regina; FONTES, Virginia Maria. *História do Brasil Recente (1964-1992)*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2004. p. 21-22.

⁶⁸⁸ Ibid., 22.

⁶⁸⁹ COLEÇÃO 100 ANOS DE REPÚBLICA: Um retrato Ilustrado da História do Brasil. (1974-1981). v. VIII. São Paulo: Nova Cultural. 1989. p. 38.

⁶⁹⁰ SYDOW, Evanize; FERRI, Marilda. *Dom Paulo Evaristo Arns: um homem amado e perseguido*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999. p. 153-154.

Presbiteriana dos Estados Unidos. O encontro visava inicialmente preparar o estatuto da CESE. Na ocasião, estavam presentes D. Ivo Lorscheider, secretário geral da CNBB, os bispos Sady Machado e Arthur Kratz, das Igrejas Metodista e Episcopal Anglicana respectivamente, e o pastor Manoel de Mello, da Igreja Evangélica Pentecostal “O Brasil para Cristo”. Uma preocupação, porém, se antepôs ao citado estatuto: surgiu a ideia de confeccionarem uma versão personalizada da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Organização das Nações Unidas (ONU), para que fosse publicada por ocasião da comemoração dos 25 anos de criação do documento.⁶⁹¹

Tratava-se de um livreto direcionado aos cristãos e à sociedade em geral. Cada artigo da Declaração era corroborado por declarações das igrejas evangélicas, da católica e do Conselho Mundial de Igrejas, bem como por versículos bíblicos extraídos do Antigo e do Novo Testamento, os quais se relacionavam com a defesa dos direitos fundamentais da pessoa e com a condenação às práticas estatais violentas que afrontavam tais princípios. Enfatizava-se a dignidade da pessoa humana, criada à imagem e semelhança do Criador, bem como se denunciava a gravidade da situação política no Brasil, em que se multiplicavam as denúncias de graves violações dos direitos humanos de incontáveis cidadãos.⁶⁹²

Depois que o documento ficou pronto, coube ao pastor Jaime Wright buscar quem se dispusesse a imprimi-lo em larga escala, já que se tratava de 200.000 exemplares. Ele “ficou encarregado de ir a Petrópolis falar com o diretor da Editora Vozes para propor a publicação do folheto. Frei Ludovico concordou, mas lhe fez assinar uma carta assumindo o compromisso sobre aquele documento.”⁶⁹³ Este fato ilustra o quanto aquele momento histórico inspirava receios, já que a editora não quis assumir os riscos de sofrer represálias do regime, bem como testemunha a disposição desses religiosos em não silenciar diante das arbitrariedades do regime.

A iniciativa descrita representa uma das primeiras e mais significativas ações da CESE com vistas a dar cumprimento à defesa dos direitos humanos, prevista em seu documento de fundação, e, seguindo sua proposta de protagonizar o que chamavam de “denúncia profética” reclamada pela Bíblia, suas lideranças organizaram uma ação conjunta em várias capitais a fim de darem publicidade ao documento. Com o material pronto, o plano consistia em

⁶⁹¹ SYDOW, Evanize; FERRI, Marilda, op. cit., p. 153.

⁶⁹² ROCHA, Enilson R.; ZANETTI, José C. CESE, 25 anos a serviço da justiça e da unidade. *Tempo e Presença*. Rio de Janeiro n. 297. pp. 34-37. jan.-fev. 1998.

⁶⁹³ SYDOW, Evanize; FERRI, Marilda. op. cit., p. 154.

divulgá-lo através de ampla cobertura dos meios de comunicação, a despeito das dificuldades que a censura impunha a tal temática.

Assim, “Jaime Wright e Manoel de Mello resolveram procurar Dom Paulo para que ele participasse do lançamento. Arns concordou.”⁶⁹⁴ Convém assinalar que fazia cerca de três anos que D. Paulo havia se tornado o responsável pela arquidiocese de São Paulo, a maior do país, e já vinha desenvolvendo importante atividade de defesa dos direitos humanos de muitas vítimas da repressão brasileira e de denúncia de casos de tortura em São Paulo.⁶⁹⁵ Desse modo, em 1973, através dessa ação da CESE, começava-se a esboçar uma parceria ecumênica em torno da temática da defesa dos direitos humanos que se aprofundaria ao longo dos anos 1970 e 1980, conforme veremos adiante. Segundo Sydow e Ferri, antes da gestão de Dom Paulo, “Jaime Wright e outros representantes ecumênicos tentaram conseguir apoio de Rossi [D. Agnelo] para ajudar o advogado Mário Carvalho de Jesus, que estava preso em Cumbica”⁶⁹⁶, mas o religioso preferiu não se envolver.

Àquela altura, boa parte das combativas organizações da sociedade já havia sido desmantelada pela repressão do regime militar, tais como o movimento estudantil através da UNE, os sindicatos, os partidos políticos e suas mais destacadas lideranças, as organizações da esquerda armada, etc.⁶⁹⁷ A Igreja Católica se tornara praticamente uma das poucas instituições em nível nacional que ainda se mantinha em condições de protagonizar alguma forma de oposição à ditadura.⁶⁹⁸ Entretanto, é importante assinalar que ela não representava um bloco homogêneo de oposição ao regime. Havia setores conservadores que se alinhavam ideologicamente ao regime e figuras da hierarquia que, mesmo sem declarar publicamente seu apoio, faziam-no pelos bastidores. A corrente conservadora do episcopado católico criticava, às vezes pela grande imprensa, as ações de oposição ao regime e de defesa dos direitos humanos protagonizadas por personalidades progressistas da hierarquia.⁶⁹⁹ Dentre outros clérigos que se destacaram na luta antiditatorial, encontravam-se D. Paulo Evaristo Arns, D. Hélder Câmara, D. Pedro Casaldáliga, D. Waldyr Calheiros, D. Adriano Hipólito.

Outro ponto a destacar é que parte da historiografia sobre o regime militar, a qual evidencia o papel de oposição desempenhado por tais personalidades e setores da Igreja

⁶⁹⁴ SYDOW, Evanize; FERRI, Marilda. *Dom Paulo Evaristo Arns: um homem amado e perseguido*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999. p. 154.

⁶⁹⁵ Ibid. p. 97-115.

⁶⁹⁶ Ibid.

⁶⁹⁷ GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

⁶⁹⁸ SERBIN, Kenneth. *Diálogos na Sombra: Bispos e Militares, Tortura e Justiça Social na Ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

⁶⁹⁹ SYDOW, Evanize; FERRI, Marilda, op. cit., p. 108-148.

Católica, parece não ter percebido ou considerou irrelevante o fato de que algumas dessas iniciativas possuíam uma dimensão ecumênica. Deixa-se, assim, de explicitar relações ecumênicas significativas, algumas das quais se davam pelos bastidores, envolvendo indivíduos e instituições de setores do protestantismo brasileiro em articulação com agências internacionais como, por exemplo, o Conselho Mundial de Igrejas, na Europa, e o Conselho Nacional de Igrejas dos EUA.⁷⁰⁰

Nesta perspectiva, cumpre assinalar que a orientação política e teológica de dom Paulo Arns, diferente de seu antecessor, era totalmente aberta ao diálogo e ao trabalho ecumênico que objetivasse apoiar segmentos da população vitimados por qualquer tipo de privação, injustiça ou violência física. Por isso, acolheu prontamente a ideia dos religiosos da CESE, representados pelos pastores Jaime Wright e Manoel de Mello:

Disse que daria naqueles dias uma entrevista coletiva para a imprensa e que aquela seria uma boa oportunidade para lançar o documento. A ocasião era propícia. Estava sendo comemorado o 25º aniversário da Declaração. Muitos jornalistas compareceram e o folheto ecumênico foi amplamente divulgado. A atitude de Arns em apoiar os líderes de outras Igrejas mostrou a eles que em São Paulo a postura da arquidiocese havia mudado de Dom Agnelo para Dom Paulo.⁷⁰¹

Tratava-se de um gesto político protagonizado pelas lideranças das igrejas-membros da CESE, cujo pano de fundo encontrava-se nos inúmeros casos de práticas de tortura praticadas por agentes das forças de repressão da ditadura. A ação de “denúncia profética”, (para usar a linguagem dos seus teólogos), protagonizada pela CESE, representava um recado, por assim dizer, ao governo, no sentido de que as igrejas não ficariam inertes ou em silêncio diante das reiteradas violações de direitos humanos.

O conhecimento dessa e de outras ações de oposição ao regime, conforme veremos mais adiante, das quais participaram igrejas protestantes ajuda-nos a colocar em perspectiva afirmações como essa: “No período mais violento da ditadura, que vai de 68 até o processo da luta pela anistia, praticamente todas as igrejas evangélicas continuaram com a sua posição de

⁷⁰⁰ O caso que talvez melhor ilustre essa lacuna é o do projeto *Brasil: Nunca Mais*. O protagonismo do Conselho Mundial de Igrejas, do pastor Jaime Wright e Charles Harper, exercido nos bastidores, na condução do projeto recebe pouca ou nenhuma atenção. Os livros sobre os quais estamos nos baseando são citados ao longo deste trabalho. Com respeito à lacuna que estamos apontando, especialmente a participação do setor protestante na denúncia da tortura no exterior, o historiador Carlos Fico afirmou em recente entrevista que “muita gente não conhece isso, mas as primeiras ações nos Estados Unidos, da sociedade, da universidade, dos intelectuais e da Igreja protestante, em prol da defesa dos direitos humanos, provieram em grande medida de exilados brasileiros que conseguiram mobilizar algumas pessoas, ainda durante o governo Nixon”. cf. FICO, Carlos. Ditadura Militar: mais do que algozes e vítimas. A perspectiva de Carlos Fico. [Entrevista realizada em 24 de julho, 2013]. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 464-483. Entrevistadores: Silvia Maria Fávero Arend, Rafael Rosa Hagemeyer e Reinaldo Lindolfo Lohn. p. 471.

⁷⁰¹ SYDOW, Evanize; FERRI, Marilda op. cit., p. 156.

apoio [ao regime militar], na maioria das vezes não de apoio explícito, mas de omissão.”⁷⁰² A frase é do metodista Anivaldo Padilha. Ele militava na juventude ecumênica metodista e, segundo reconheceu, tinha relações com a AP, quando foi preso e torturado por órgãos de repressão em São Paulo, em 1970, após ter sido denunciado por dois de seus pastores como sendo “subversivo”.⁷⁰³

Exilado no exterior, trabalhou no Conselho Mundial de Igrejas e contribuiu com a campanha de denúncias de torturas praticadas pelo governo brasileiro. Hoje é membro de uma das equipes da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e investiga o papel das igrejas durante a ditadura.⁷⁰⁴ Também é integrante de Koinonia - Presença Ecumênica e Serviço⁷⁰⁵, um dos “herdeiros” do CEDI, a partir de 1994. Não discordamos da observação de Anivaldo Padilha. Contudo, estamos chamando a atenção para o fato de que, com frequência, quando se coloca em relevo apenas os casos de apoio, silêncio ou omissão oriundos das igrejas, acaba-se por enevoar iniciativas de oposição, resistência ou contestação articuladas tanto individualmente quanto institucionalmente por algumas igrejas, sobretudo, de seus setores ecumênicos.

A estratégia de oposição da CESE, por exemplo, teve continuidade nos anos subsequentes, alcançando um número cada vez maior de pessoas: “com edições seguidas – um livreto azul em papel ordinário –, somaram-se quase dois milhões de exemplares, significando, então, a mais contundente exposição política do material.”⁷⁰⁶

Em 1978, os líderes da CESE aproveitaram a visita do presidente norte-americano Jimmy Carter ao Brasil e lançaram mais uma edição da declaração ecumênica dos direitos humanos. O político norte-americano se tornou conhecido por ter efetivado uma nova política externa para a América Latina. Em contraposição ao presidente anterior, Richard Nixon (1969-1974), que não demonstrou maiores preocupações com a situação de violações de direitos no Brasil de Médici, Carter chegou ao poder em 1977, com um discurso de afastamento em relação a essa política externa de casa Branca. Após sua vitória nas eleições, inclusive, com um discurso pautado pela defesa dos direitos humanos organizou a Seção de Direitos Humanos e Assuntos Humanitários, vinculado ao departamento de Estado.⁷⁰⁷ James

⁷⁰² Entrevista de Anivaldo Padilha à equipe de Diakonia.

Disponível em: < <http://www.diakonia.org.br/novosite/midia/>>. Acesso em: 27 fev. 2013.

⁷⁰³ Cf. <http://www.metodista.br/fateo/noticias/Anivaldo_Padilha_Depoimento.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2014.

⁷⁰⁴ Para uma narrativa das circunstâncias em que ocorreu sua prisão, tortura, fuga do Brasil e para as atividades realizadas durante o exílio de Anivaldo Padilha cf. GREEN, James N. *Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

⁷⁰⁵ Para outras informações sobre a entidade cf. <<http://www.koinonia.org.br/>>. Acesso em: 10 de jan. 2014.

⁷⁰⁶ ROCHA, Enilson R; ZANETTI, José C. CESE, 25 anos a serviço da justiça e da unidade. *Tempo e Presença*. Rio de Janeiro n. 297. pp. 34-37. jan.-fev. 1998. p. 34.

⁷⁰⁷ GREEN, James N, op. cit., p. 446.

Green demonstrou como essa mudança se deveu, em certa medida, à citada campanha nos EUA para isolar o regime ditatorial brasileiro em função das torturas que patrocinava. A campanha, como vimos, teve início por brasileiros, uns exilados outros não, intelectuais e religiosos ecumênicos norte-americanos e, aos poucos, ganhou tamanho vigor a ponto de o Brasil, no imaginário da opinião pública dos EUA, ficar indissociavelmente ligado à prática da tortura contra opositores do regime. Na avaliação de Green, esse foi um dos mais importantes êxitos daqueles brasileiros e de seus aliados norte-americanos, pois “embora a censura, a repressão e o encarceramento houvessem silenciado muitos opositores brasileiros do regime vigente no país, sua mensagem conseguiu circular por todo o mundo.”⁷⁰⁸

Diferente da campanha da CESE de lançamento da declaração ecumênica 1973, dessa vez sua ação ocorreria de forma simultânea e concatenada em cinco capitais brasileiras. Os religiosos sabiam que durante a estada do presidente, os militares brasileiros suspenderiam a censura à imprensa, como forma de responder às crescentes críticas que vinha sofrendo, inclusive da imprensa norte-americana e de políticos daquele país. Havia também pressão sobre o regime oriunda de grande mídia da Europa, da Anistia Internacional e de outros órgãos de defesa dos direitos humanos, cobrando esclarecimentos quanto às denúncias de tortura contra seus cidadãos, algo que já vinha sendo feito há anos.

Assim, esse tipo de afrouxamento do controle estatal abria espaço para a prática que Jaime Wright e outros religiosos ecumênicos denominavam de “teologia das brechas”, isto é, a estratégia de aproveitar qualquer oportunidade aberta pela ditadura e denunciar as torturas, pressionar pelo fim do regime ou efetivar ações de amparo às suas vítimas. Os membros do CLAMOR também entregaram ao presidente norte-americano uma lista com nomes de cidadãos desaparecidos por conta da repressão do regime desde 1964, a qual vinha sendo compilada no âmbito da Arquidiocese de São Paulo.

O livreto certamente contribuiu com o aprofundamento da reflexão teológica e política dos membros das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) católicas espalhadas pelo Brasil e nas bases das igrejas protestantes, sobretudo as que eram membros da CESE e do CMI. Na primeira edição foram 200.000 exemplares enviados para igrejas com vistas a subsidiar o estudo e o debate em torno da questão dos direitos humanos e das possibilidades de atuação dos cristãos frente àquele contexto repressivo. Era, inclusive, oportunidade para pensar e ampliar discussões acerca dos demais problemas sociais, vistos também pelos ecumênicos

⁷⁰⁸ GREEN, James N, op. cit., 236.

como violações de direitos humanos: a fome, o desemprego, o menor abandonado, os sem teto e os sem terra, a violência contra os indígenas, etc.

Em 1993, a CESE recebeu o Prêmio Nacional de Direitos Humanos na modalidade entidade.⁷⁰⁹ Rudolf von SINNER, destaca um episódio inusitado que serve para exemplificar que o impacto e o alcance da citada publicação da CESE não se limitava à conscientização dos cristãos:

Forte testemunho simbólico do seu trabalho é também a foto publicada na capa da revista *Visão* após o massacre do Carandiru, em 1992. Primeira imagem captada pela imprensa quando o acesso ao local do conflito foi liberado, a foto mostra um detento segurando a Cartilha de Direitos Humanos produzida pela CESE, quase 20 anos após sua publicação.⁷¹⁰

Assim, a noção de direitos humanos sustentada pela CESE e pelas lideranças progressistas, tanto católicas quanto protestantes, correspondia a um leque amplo de direitos a serem conquistados e/ou defendidos. Para além da citada iniciativa de “denúncia profética”, outras medidas concretas mais específicas foram tomadas com respeito ao apoio às vítimas da repressão política. Desde o amparo aos chamados “refugiados em trânsito”, originários das ditaduras do Cone Sul (sobretudo do Uruguai e da Argentina), até o apoio financeiro a outras entidades de defesa dos direitos humanos de países estrangeiros.

Essas iniciativas também foram detectadas pelo SNI, que, por exemplo, solicitou o auxílio do Centro de Informações da Polícia Federal, quando investigava a situação de uma mulher em favor da qual a CESE tentava obter autorização de permanência no Brasil: A CESE “presta apoio financeiro a entidades diversas, dentre as quais o CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS de OSASCO/SP[...]”⁷¹¹, observava o agente. Segundo o informe do SNI, entre junho de 1978 e janeiro de 1981, a entidade de Salvador havia direcionado cerca de U\$49.000 à citada entidade. Além disso, o documento da Polícia Federal registrou que a mulher, alvo da intercessão da CESE junto ao governo brasileiro, era cidadã argentina, “na condição de Refugiada Política, sob a proteção do ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR).”⁷¹²

⁷⁰⁹ SINNER, Rudolf von. Compromisso com o ecumenismo de justiça – 30 anos da Coordenadoria Ecumênica de Serviço – CESE. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, v. 43, n. 2, pp. 126-136, 2003.

Disponível em: <http://www3.est.edu.br/publicacoes/estudos_teologicos/vol4302_2003/et2003-2rvsin.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2014. p. 127.

⁷¹⁰ Ibid.

⁷¹¹ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACE 21608, 1981, fls. 03-08.

⁷¹² Ibid. fls. 09.

Após tomar conhecimento destas ações da CESE, especialmente do seu apoio à cidadã argentina refugiada política em solo brasileiro, o SNI fez o assunto circular pelas malhas da “comunidade de informações”, chegando até o CIE, o CISA e o CENIMAR, órgãos das Três Forças, conhecidos por práticas de tortura contra presos políticos. O documento acrescentou outros traços à imagem que seus analistas vinham construindo e circulando sobre a CESE:

Trata-se de uma cidadã que vem trabalhando para a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), entidade esquerdista com sede em SALVADOR/BA, que representa, no BRASIL, o Conselho Mundial de Igrejas (CMI) e realiza os repasses dos recursos para os movimentos populares de esquerda.⁷¹³

O suposto perfil “esquerdista” trata-se de uma representação construída pelo agente, fruto de sua particular visão de mundo, a qual informava-o que se um cidadão ou instituição oferecesse ajuda a um refugiado político de oposição, só poderia estar militando do lado do inimigo. A possibilidade de haver uma dimensão humanitária na ação era, para ele, inexistente. Desse modo, criticar o regime, oferecer amparo aos que tentavam escapar da brutal ditadura que se abatera sobre a Argentina, ou ajudar a organizar sindicatos e outras entidades de apoio e formação política de trabalhadores eram sinais inequívocos de “esquerdismo”, no mínimo.

O episódio da divulgação da Declaração dos Direitos Humanos da CESE trouxe consequências para a vida do reverendo Jaime Wright e de outros religiosos. Por um lado, foi importante como elemento de aproximação junto a dom Arns, o que acabaria resultando em uma sólida amizade ecumênica que se desenvolveria entre os dois, conforme veremos. Por outro lado, o episódio foi mal recebido por segmentos conservadores do protestantismo no Brasil, sobretudo aqueles que rechaçaram a renovação teológica proposta pelos progressistas na Confederação Evangélica do Brasil, especialmente lideranças da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB). Segundo Derval Dasilo, a IPB “era, então, possivelmente, a mais influente entre os protestantes.”⁷¹⁴ Assim, conforme explicitaram Sydow e Ferri, a partir de relatos do próprio Jaime Wright:

Isso se intensificou quando passou a trabalhar em ações com a Igreja Católica. O pastor foi colocado à margem das atividades da IPB. Algumas vezes Jaime foi denunciado ao Dops e ao SNI por protestantes. Eles não aceitavam qualquer iniciativa de trabalhar por direitos humanos e com católicos.⁷¹⁵

⁷¹³ ARQUIVO NACIONAL, op. cit., fls. 10.

⁷¹⁴ DASILO, Derval. *Jaime Wright: O pastor dos torturados*. Rio de Janeiro: Metanoia, 2012. p. 61.

⁷¹⁵ SYDOW, Evanize; FERRI, Marilda. *Dom Paulo Evaristo Arns: um homem amado e perseguido*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999. p. 155.

O excerto traz à baila a profunda cisão ideológica que, semelhante ao que ocorria na Igreja Católica, também existia no contexto protestante talvez com maior intensidade. Na perspectiva de pastores protestantes conservadores, aqueles que aderiram ao movimento ecumênico e se simpatizavam com ideias oriundas da Teologia da Libertação só poderiam estar do lado da URSS e ser adeptos do comunismo ou algo do gênero.⁷¹⁶

Esse contexto, em que se desenvolveram ações ecumênicas das quais o reverendo Wright participou, tornava-se ainda mais perigoso para os protagonistas, quando consideramos a seguinte informação, que também atesta o prestígio e a proximidade de alguns religiosos da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) junto ao regime: “O tenente coronel Renato Guimarães, ligado ao temido Serviço Nacional de Informações (SNI), tinha assento no Supremo Concílio”⁷¹⁷, relembra Dasilio, que também era membro daquela denominação evangélica. Quando Jaime Wright buscou de todas as formas localizar seu irmão, que havia sido preso por órgãos de repressão em 1973, em São Paulo, recorreu a outro presbiteriano, o tenente-coronel Theodoro de Almeida Pupo, mas não obteve êxito, conforme veremos adiante.⁷¹⁸

Portanto, é necessário ter presente que a participação de Jaime Wright no movimento ecumênico, inclusive na Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE) e, conforme seu próprio testemunho que ainda citaremos, junto a dom Arns, era endossada e patrocinada pela Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos⁷¹⁹, denominação protestante à qual representava no Brasil, mas rechaçada pela Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) e por boa parte das denominações brasileiras de viés conservador.

A ênfase na defesa dos direitos humanos em uma perspectiva mais ampla, para além da solidariedade para com presos políticos torturados ou perseguidos foi outra marca da CESE. Inevitavelmente, conforme temos visto, não é de admirar que uma intervenção cristã dessa natureza sob um regime ditatorial não passaria despercebido aos olhos dos agentes do Serviço Nacional de Informações (SNI) e de outros órgãos da comunidade de informações do regime militar.

⁷¹⁶ Cf. ARAÚJO, João Dias. *Inquisição sem fogueiras*. Rio de Janeiro: ISER, 1985. e ALVES, Rubem. *Religião e Repressão*. São Paulo: Edições Loyola/Editora Teológica, 2005.

⁷¹⁷ DASILIO, Derval, op. cit., 61.

⁷¹⁸ SYDOW, Evanize e FERRI, Marilda. op. cit. p. 156. e cf. WRIGHT, Delora J. *O coronel tem um segredo: Paulo Wright não está em Cuba*. Petrópolis: Vozes, 1993.

⁷¹⁹ Mesmo nos Estados Unidos havia divisões na denominação, em que a Igreja do Sul não apoiava o movimento ecumênico e era anticomunista, ao passo que a denominação de Wright incentivava ações ecumênicas em parceria com a Igreja Católica no tocante à defesa dos direitos humanos e na promoção da justiça social.

CESE, CONIC e “Movimento Religioso”: análises do general “sociólogo”

As bases do poder do Estado repousam no controle das atividades dentro de seu território, suplementadas pelos laços de fidelidade de sua população – poder não dividido ou compartilhado com qualquer corpo político alienígena.

Morton A. Kaplan e Nicholas B. Katzembach⁷²⁰

Através da análise de documentos produzidos pelos órgãos de informações, especialmente o CIE, aprofundemos um pouco mais nosso entendimento desse “olhar militar” acerca do campo religioso brasileiro dos anos 1970 em diante. Uma leitura atenta da epígrafe acima, que um agente registrou em documento resultante de investigação que fazia sobre a atuação de entidades ecumênicas junto a comunidades indígenas na Amazônia, já nos diz algo sobre as razões que motivavam seu interesse por tais atores.

Poderíamos mesmo dizer que, conforme o texto epigrafiado, alguns dos principais objetivos do monitoramento feito pelos órgãos de informações em torno das atividades de indivíduos e entidades ecumênicas estão ali contidos: efetivar a manutenção das bases do “poder do Estado” através do “controle das atividades dentro de seu território”. Entretanto, no que diz respeito aos “laços de fidelidade de sua população”, a percepção generalizada entre os agentes era a de que o movimento ecumênico não estava contribuindo. Pelo contrário, percebiam que as ações de indivíduos e instituições ecumênicas estavam envolvidas em um trabalho sistemático com vistas a desatar tais “laços de fidelidade da população” para com o regime.

Seguindo essa intuição, nosso objetivo é perceber como as ações empreendidas pelo movimento ecumênico, inclusive a CESE, o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC) e o CMI, repercutiram em tais documentos, bem como identificar, pela ótica da “comunidade de informações”, a relação entre diferentes segmentos do cristianismo nesse contexto. Outro propósito é verificar ações e posicionamentos políticos institucionais de igrejas protestantes, especialmente as que eram membros da CESE, em face do regime e do sistema capitalista sustentado pelo mesmo, o que resultará em subsídios adicionais para a apreensão dos matizes presentes no comportamento dos evangélicos no interior do campo religioso.

Conforme estamos tentando demonstrar, o movimento religioso, especialmente a vertente ecumênica do cristianismo, ocupou um tempo considerável dos analistas da

⁷²⁰ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - DSI – Ministério das Relações Exteriores - Relatório Secreto, sem data, folha 620.

“comunidade de informações” da ditadura brasileira. Muita tinta e papel foram gastos com o propósito de compreender e manter sob vigilância indivíduos e instituições cristãs, sobretudo o movimento ecumênico. A partir de determinado momento, o SNI, e também outros órgãos, passou a produzir relatórios periódicos sobre o comportamento de lideranças de diversas igrejas e organismos para-eclesiásticos. Esse tipo de documento possuía um padrão que, ao que tudo indica, foi estabelecido pela Agência Central do SNI, a qual exigia às agências regionais situadas nas principais capitais, a execução do monitoramento do “movimento religioso”, com vistas a atender todos os tópicos pré-estabelecidos. Acompanhavam declarações públicas, os movimentos sociais alvos da atenção dos religiosos, a repercussão social das suas iniciativas, as tendências de cada líder (se era “moderado”, “conservador”, “progressista”, “pastoralista”, etc.), as ligações com entidades estrangeiras, a entrada de recursos financeiros, a relação com os órgãos do poder público, etc. Não é possível precisar em que ano essa atividade sob uma forma mais sistemática e periódica teve início, devido, sobretudo, a lacunas na documentação. Entretanto, a análise dos papéis a que tivemos acesso indica que o período da “abertura política” presenciou uma concentração desse tipo de preocupação dos órgãos de informações.

As fontes sugerem que, por volta de 1976, o SNI começara a se interessar de modo mais sistemático por essas análises periódicas das forças religiosas operando em solo brasileiro. No final daquele ano, em documento intitulado “a posição da Igreja Católica Apostólica Romana em Relação às Demais Religiões ou Seitas”, o citado órgão federal, através de sua agência no Rio de Janeiro, solicitou ao DGIE, então polícia política do Rio de Janeiro, uma pesquisa do campo religioso. É interessante destacar o *modus operandi* da relação entre os dois órgãos e os termos em que se dá a conhecer as intenções do SNI. Este fizera a solicitação formal através de um “pedido de busca”, que trazia os “dados conhecidos” como uma espécie de hipótese de investigação: “O crescimento e/ou aparecimento de seitas orientais, da umbanda e de outras religiões cristãs parece que tem se verificado pela perda de prestígio e influência da Igreja Católica Apostólica Romana.”⁷²¹ A partir dessa proposição, os agentes do DGIE deveriam se debruçar sobre os seguintes pontos:

a- Dados que comprovem ou não o constante no item acima.

b- Em caso positivo, esta ARJ solicita que, na medida do possível, fossem abordados os seguintes aspectos para cada religião ou seita:

- 1) variação no número de templos;
- 2) Estimativa do número de adeptos;

⁷²¹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Fundo das Polícias Políticas - Setor DGIE, pasta 247, fls. 275, 1976.

- 3) Frequência aos serviços religiosos; e
- 4) Processo de arregimentação de adeptos e receptividade da população
- c- Outros dados julgados úteis.⁷²²

O agente do SNI ainda fez questão de frisar ao DGIE que a investigação requeria certa urgência, observando que o interesse havia partido de uma “determinação de Escalão Superior” do Serviço. Portanto, o órgão policial do Rio de Janeiro teria cerca de três meses para realizar a pesquisa e remetê-la ao SNI. Ora, se em fins de 1976 o SNI precisou encomendar ao DGIE esse tipo de pesquisa e considerando a quantidade de relatórios mais aprofundados sobre religião contidos em seus arquivos, produzidos por seus próprios agentes, podemos supor que foi mais ou menos nesse período que agentes do Serviço passaram a se dedicar a tal problemática.

O resultado da investigação do DGIE materializou-se em uma espécie de artigo, contendo cinco páginas, apresentando uma descrição (em alguns trechos, com feições etnológicas oriundas do trabalho de campo) da atuação de diversas igrejas protestantes, inclusive pentecostais, da Umbanda, da Igreja Católica. O detetive “sociólogo”⁷²³ informou que sua pesquisa se baseou em “dados oficiais” sobre as religiões. Foram apresentadas variadas informações atinentes às práticas dos fiéis de diferentes segmentos cristãos (Igrejas protestantes tradicionais, Igreja Católica e Igrejas pentecostais) e da Umbanda. Ele analisa origens, formas de culto, doutrinas, relações entre os crentes e as lideranças, processo de formação da hierarquia, etc. Uma tabela apresenta a evolução e a diminuição do número de fiéis das diferentes religiões, e levanta algumas hipóteses para tentar explicar a suposta perda de prestígio da Igreja Católica junto à população e em contraste com o suposto crescimento do pentecostalismo e da Umbanda.⁷²⁴

⁷²² ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, op. cit., fls. 275.

⁷²³ Mais uma vez, a contribuição de Ginzburg ao discutir as particularidades do trabalho dos inquisidores do chamado Santo Ofício, a partir das “fontes da repressão”, traçando um paralelo entre eles e os antropólogos no tocante aos métodos de investigação de questões ligadas à religião, nos ajuda a compreender a forma de agir e pensar destes analistas de informações do regime sobre o movimento religioso à época da ditadura. Cumpre esclarecer, assim, que ao utilizar expressões detetive “sociólogo”, general “sociólogo” ou “antropólogo”, estamos chamando a atenção para a aproximação entre os procedimentos utilizados pelos agentes estatais e as técnicas desses cientistas sociais. A analogia não pretende ironizar a atitude dos agentes, mas sublinhar seu esforço de compreensão do campo religioso. Cf. GINZBURG, Carlo. O inquisidor como antropólogo. *Revista Brasileira de História*. São Paulo v. 1, n. 21, pp. 09-20, set. 1990-fev. 1991.

⁷²⁴ Em outro trabalho, analisamos em detalhes o documento e os resultados encontrados na “pesquisa” que o originou. Propusemos, também, uma aproximação entre a natureza das indagações do “detetive-sociólogo” e a de cientistas sociais que vem pesquisando o campo religioso brasileiro, ainda que na ocasião não tivéssemos lido o trabalho de Ginzburg acima citado. cf. BRITO, André Souza. “*Fermento da Massa*”: *ecumenismo em tempos de ditadura militar no Brasil, 1962-1982*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica (RJ), 2010. pp. 134-159.

Cumpra ter presente que essas indagações, oriundas dos órgãos de informações, devem ser analisadas dentro de um contexto mais amplo, marcado por atritos entre a Igreja Católica e o Estado, especialmente no ano de 1976. Diversos episódios contribuíram para agravar ainda mais uma crise que já vinha se arrastando há alguns anos: a disseminação cada vez maior da Teologia da Libertação e a consolidação das Comunidades Eclesiais de Base, prisões e assassinatos de padres e de leigos católicos, especialmente em regiões com graves conflitos fundiários (Mato Grosso e Pará, especialmente), expulsão do Brasil de sacerdotes estrangeiros enquadrados na Lei de Segurança Nacional, denúncias na imprensa feitas por bispos conservadores contra supostos bispos marxistas, pronunciamento da CNBB contra o governo, etc.

Assim, uma das constatações do detetive do DGIE que, certamente, foi importante para o “escalão superior” do SNI foi a de que os grupos pentecostais, de fato, estavam conquistando muitos adeptos devido a uma ação mais versátil junto às massas. Em contrapartida, apontou que, em grande medida, diversas falhas da Igreja Católica estariam contribuindo para o agravamento desse quadro: dificuldade para formar sacerdotes, rigidez na hierarquia, os esforços desta para afastar a religiosidade popular calcada na emoção em torno do culto de santos, etc. Era, nesse sentido, como se sugerisse que a ênfase dada por parcelas significativas do clero, sobretudo o setor progressista, às questões sociopolíticas estivesse afastando fiéis da Igreja. Voltaremos mais adiante a esse ponto.

Esse tipo de indagação continuou motivando a produção de mais e mais documentos entre os diferentes órgãos do sistema de vigilância estatal. Um desses documentos nos chamou especial atenção. É importante, também, ressaltar que alguns relatórios alcançavam porte e feições semelhantes a monografias de graduação. Em sua maioria, não recebiam a autoria, mas há algumas exceções. Uma delas foi o Relatório Especial de Informações (REI) nº 2, de 1981⁷²⁵, de 30 páginas, produzido pelo General de Exército, Sérgio de Ary Pires⁷²⁶, comandante do II Exército, que corresponde ao estado de São Paulo. A outra se refere ao documento que analisaremos em diante, também um Relatório Especial de Informações (REI), produzido pelo CIE, contendo 61 páginas, de autoria do próprio chefe do serviço secreto do Exército, o general de brigada Mário Orlando Ribeiro Sampaio. Datado de 12 de

⁷²⁵ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACE 12368/82.

⁷²⁶ O general faleceu em 2010, com 92 anos. Tornara-se Ministro do Superior Tribunal Militar, em 1984, posição ocupada até 1988, quando se aposentou. Proferiu palestras e aulas inaugurais em diversas instituições de nível superior, entre elas a Faculdade de Direito de Pouso Alegre (MG) e a ADESG de Juiz de Fora e Barbacena, ambas em Minas Gerais. cf. <<http://www.conjur.com.br/2010-jan-02/morre-sergio-ary-pires-ministro-aposentado-superior-tribunal-militar>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

setembro de 1983, o documento é o décimo de uma série. Sampaio aparece na lista de formandos do Curso de Informações da Escola Superior de Guerra, em 1968, ainda como tenente-coronel de cavalaria. A listagem completa traz nomes de civis (em sua maioria bacharéis em Ciências Jurídicas, um procurador, um Secretário do Ministério das Relações Exteriores e um engenheiro).⁷²⁷

Convém esclarecer que tivemos acesso ao material através dos arquivos do SNI. Por isso, não podemos saber a natureza dos outros nove REIs. É possível que eles também fossem dedicados ao tema do “Movimento Religioso”, que parece exalar certo orgulho intelectual do seu autor, já que mandou reproduzir 153 cópias. Se multiplicarmos 153 por 60, o número de páginas da “monografia”, teremos impressionantes 9180 folhas. As cópias foram distribuídas aos I, II, III e IV Exército e ao gabinete do ministro, ao gabinete militar da presidência da república, ao Estado-Maior e a diversos outros setores do Exército, aos serviços secretos das demais Armas e ao SNI. Ao todo, foram 20 destinatários, espalhados por várias regiões do Brasil. Diferente dos mencionados relatórios semestrais do SNI, que acompanhavam a movimentação tanto no campo protestante quanto no católico, este documento recorta o protestantismo como objeto principal, bem como suas relações travadas com o setor católico, incorporado ao texto no trecho que aborda o “movimento ecumênico”.

A proposta do trabalho é bem clara: “apresentar informações, julgadas básicas, para uma melhor visão e compreensão do Protestantismo, no contexto do Movimento Religioso que se desenvolve no BRASIL.”⁷²⁸ Ao continuar sua justificativa, reconhece que não tem a pretensão de esgotar o assunto e valoriza as investigações feitas por outras agências de informações acerca da mesma temática:

É um trabalho, aberto às considerações das demais AI e Órgãos do Sistema, visando, cada vez mais, mostrar o posicionamento e atuação das diversas denominações protestantes ante a tentativa de marxistização das religiões, método adotado pelo Movimento Comunista Internacional (MCI), após o XX Congresso do PCUS, realizada em Fev/1956, tornando tais religiões instrumentos para a consecução dos seus objetivos.⁷²⁹

A despeito da meticulosidade com que ordena as informações ao longo do trabalho, a introdução já define seu escopo, isto é, ele está preocupado em compreender o citado processo

⁷²⁷ Os demais eram militares cujas patentes eram: um Coronel de Artilharia, um Major Eng., um Tenente Coronel de Aviação, um Coronel de Aviação, um CMG(?). cf. <<http://www.esg.br/cursos/turma-de-1968/>>. Acesso em: 03 jan. 2014.

⁷²⁸ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACE 59.710, 1983.

⁷²⁹ Ibid.

de “marxistização das religiões” cujo centro difusor seria o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, passando pelas igrejas protestantes e atingindo o catolicismo, como se verá. Não revela todas as fontes utilizadas, mas insere algumas citações textuais, extraídas de diferentes obras, inclusive de documentos oficiais produzidas pelos grupos religiosos analisados. Na epígrafe aparecem trechos atribuídos a dois religiosos católicos. São falas denunciando o que seus autores consideram os desvios do ecumenismo oriundo dos protestantes e o mal que teriam causado ao catolicismo pós-Vaticano II. Tais citações expressam a profunda cisão ideológica que começou a dividir, de forma acentuada, os setores progressistas, adeptos da Teologia da Libertação, e aqueles mais alinhados com as novas diretrizes conservadoras impostas desde o Vaticano, quando da posse do papa João Paulo II, em 1978.

O oficial do Exército parte dos “antecedentes históricos” do protestantismo, passa pelo Renascimento e pela Reforma Protestante, apontando as principais igrejas surgidas desse contexto e quais suas particularidades doutrinárias. Em seguida, assinala as “denominações tradicionais” no Brasil, surgidas com os desdobramentos da Reforma na Europa, e, depois, analisa o pentecostalismo. Enumera as denominações maiores desse segmento, explica suas origens, seu funcionamento e formas organizacionais, sua importância, bem como seus fundamentos teológicos e doutrinários, como se organizam os cultos, etc. Há trechos que sugerem um verdadeiro trabalho de campo, contendo elementos etnográficos, sugerindo que o oficial do Exército frequentou, pelo menos, a Assembleia de Deus, a Congregação Cristã do Brasil, a Igreja do Evangelho Quadrangular e a Igreja Pentecostal “o Brasil para Cristo” com vistas a obter dados empíricos para sustentar sua análise. Sobre o que se passa em um dos diferentes cultos (e ele aponta até as diferenças entre cada culto: culto de oração, de vigílias, de batismo, de “santa ceia”, de cura, os mais sacramentais dos mais simples, públicos dos mais reservados, etc.) da primeira denominação, ele observou:

Os cultos públicos de louvor caracterizam-se pela espontaneidade das orações, proferidas em voz alta, por cada um, com suas próprias palavras, mas todos ao mesmo tempo. É neste momento que se ouvem, na igreja, os “*aleluia*”, os “*glória a Deus*”, “*Deus maravilhoso*”, aclamações que se misturam com os pedidos de ordem individual. O templo enche-se neste momento de um vozerio surdo, de gestos os mais diversos, braços levantados para cima, ou cabeças voltadas para o chão. Este tipo de oração, aparentemente desorganizada, tem dois momentos, um no início do culto e outro no final. Tanto o início deste tipo de oração como o seu término dependem do dirigente do culto, normalmente um pastor. Estes tipos de culto, mais frequentados aos domingos, tem geralmente um conjunto musical que, nos templos maiores, chega a ser uma verdadeira banda. No decorrer do culto os crentes lêem textos bíblicos e pregam. A pregação não é doutrinária, mas destina-se antes, a reavivar o fervor, a incutir o sentimento de afastamento do pecado, e o sentimento

de esperança na salvação. Cristo é apresentado como salvador único, o único protetor. Além das pregações, há ainda recitativos de poesias e de lamentações religiosas. O culto parece tomar um aspecto festivo.⁷³⁰

Neste caso, é possível destacar, mais uma vez, a analogia entre o inquisidor e o antropólogo, proposta por Ginzburg, quando asseverou o valor etnográfico dos processos que a Inquisição moveu contra supostas bruxas e bruxos, por exemplo, em que se registravam detalhes acerca do que os réus relatavam e também do que os inquisidores observavam nas vítimas: “Não apenas palavras, mas gestos, reações repentinas como enrubescimento, e até silêncios eram registrados com minucioso cuidado pelos notários do Santo Ofício.”⁷³¹

De forma análoga, nosso general “antropólogo”, parece ter participado de vários cultos imbuído de interesse e atenção quase inquisitoriais. Seu “desejo de verdade”, (termos de Ginzburg para o caso dos inquisidores), “produziu um testemunho extremamente rico para nós[...]”⁷³² acerca das particularidades das diferentes denominações pentecostais. Essa constatação é válida para a grande maioria de documentos que analisaremos e os que estamos analisando até aqui, os quais focam nas atividades dos ecumênicos. Essa perspicácia etnológica aparece com toda força nos casos em que agentes dos serviços de informações analisam “cultos ecumênicos” do período.⁷³³

É evidente, contudo, conforme já apontamos no início do trabalho, que há diferenças entre nossas fontes e as que o autor italiano explorou. No caso dos papéis inquisitoriais, o efeito da pressão psicológica e, em certos casos, da tortura sobre o réu se reflete em um registro, isto é, “um testemunho profundamente distorcido”⁷³⁴ sobre a verdadeira natureza das crenças e demais elementos que se quer conhecer do objeto pesquisado. Apesar disso tudo, permanece a enorme contribuição dada por trabalhos como o do general do CIE para o nosso conhecimento da história do campo religioso naquele período.

Para além das diferenças entre as fontes, as ponderações oferecidas por Ginzburg continuam valendo para nossa pesquisa: “eu não estou pretendendo naturalmente que esses documentos sejam neutros ou nos ofereçam informações ‘objetivas’”⁷³⁵. E continua afirmando

⁷³⁰ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACE 59710, 1983, fls. 24.

⁷³¹ GINZBURG, Carlo. O inquisidor como antropólogo. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 1, n. 21, pp. 09-20, set. 1990/fev. 1991. p. 15.

⁷³² Ibid., p. 12.

⁷³³ BRITO, André Souza. “Cultos ecumênicos em memória de comunistas e terroristas”: estratégias de luta de cristãos progressistas contra a ditadura militar do Brasil. *Oficina do Historiador*, Porto Alegre, v. 6, n. 1, pp. 23-43, jan. - 2013.

⁷³⁴ GINZBURG, Carlo, op. cit., p. 12.

⁷³⁵ Ibid., p. 15.

que para decifrá-los é necessário tentar captar o que vai sob a aparente uniformidade exposta na superfície dos escritos documentais, e, também, que “devemos aprender a desenredar os diferentes fios que formam o tecido factual dos diálogos.”⁷³⁶ Suprimamos apenas o aspecto dialogal das fontes, pois nossos documentos não resultam de interrogatórios, e chegamos à conclusão de que precisamos, sempre, utilizar um filtro próprio para apreender a verdade objetiva dos relatos contidos nos documentos dos serviços de informações. Esse nosso filtro, isto é, nossa visão crítica, deve ser mediada e corroborada por fontes de outras naturezas, conforme temos tentando fazer, especialmente com a utilização de textos e entrevistas publicadas de protagonistas do período. É que nosso objetivo visa apresentar o movimento ecumênico para além das distorções ou dos estereótipos contidos nos documentos da ditadura.

Voltemos ao documento. As informações que colheu acerca da Assembléia de Deus receberam maior nível de detalhes, talvez por sua expressão em número de membros.⁷³⁷ Mas se, de fato, ele acompanhou de perto, alguns cultos da denominação, isso também pode tê-lo influenciado a escrever mais sobre ela.

Acerca da “etnografia” realizada na Congregação Cristã do Brasil, nosso general “antropólogo”, após explicitar outros elementos constitutivos do culto, assinalou que:

A pregação feita nos cultos públicos, se começa pela leitura de um texto, descamba muito para o moralismo e se afasta de qualquer explicação do texto tomado. O culto público realiza-se à noite e dura aproximadamente duas horas. [...] Durante o culto, há uma separação rígida entre homens e mulheres. Só o crente prega, não a mulher. [...]⁷³⁸

Sobre a Igreja do Evangelho Quadrangular notou que:

Durante os cultos, na Igreja do Evangelho Quadrangular observa-se que as orações não são realizadas de forma tão espontânea como na Assembléia de Deus e na Congregação Cristã do Brasil. A pregação fica a cargo exclusivamente do pastor, assim como a leitura da Bíblia. E depende também dele a autorização para que um participante do culto possa dar depoimento. Entretanto, à mulher é permitido ler a Bíblia, com a devida autorização do pastor. Ela pode inclusive chegar a ser pastora, o que não ocorre em outras denominações pentecostais.⁷³⁹

⁷³⁶ GINZBURG, Carlo, op. cit., p. 15.

⁷³⁷ No corpo do relatório, ele apresentou uma tabela com a evolução do número de protestantes no Brasil abarcando o período de 1970 a 1980. Ele observou para esse período que enquanto o número de “protestantes tradicionais” havia caído de 63% para 51,9%, ao passo que os “pentecostais” subiram de 37 para 48,1%. Desse montante, ele sublinhou que a Assembleia de Deus respondia por 25,6%. cf. ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACE 59710, 1983. fls. 21.

⁷³⁸ Ibid., fls. 29.

⁷³⁹ Ibid., fls. 33.

Autores que sugerem caracterizações dos órgãos de informações e de repressão como algo semelhante a meros aglomerados de trogloditas ávidos por incriminar cidadãos através da produção de documentos toscos, deveriam reconhecer que pesquisas sócio-antropológicas recentes sobre o campo religiosos brasileiro, poderiam ter evitado alguns erros básicos se seus autores tivessem consultado um trabalho como o que fez o oficial do CIE. Não estamos afirmando que sua investigação seja isenta de preconceitos e julgamentos de valor, mas cumpre reconhecer o quanto seu olhar atento para as nuances do campo religioso pode, em alguns casos, contribuir para a superação de algumas faltas verificadas te mesmo em trabalhos acadêmicos recentes sobre temática análoga.

No fim da parte “a” da “monografia”, dedicada aos antecedentes históricos (Reforma e Renascimento), passando pelas igrejas “protestantes tradicionais” do Brasil, ele se detém na análise das igrejas pentecostais e, ao final dessa seção, apresenta uma listagem contendo nomes de dezenas de igrejas pentecostais menores.

Um elemento destacado pelo oficial sobre a Igreja Evangélica Pentecostal “O Brasil para Cristo” foi o seguinte:

Sem deixar de ser um grupo pentecostal vivo, tendo inclusive uma liderança carismática, “O Brasil para Cristo” buscou participar da vida nacional e introduzir-se em várias esferas institucionais, não se mantendo como um grupo fechado, em oposição à sociedade. Não atrai apenas a população dos estratos mais inferiores, mas também consegue conquistar pessoas dos estratos sociais mais elevados.⁷⁴⁰

Essa interpretação dando conta de que se tratava de uma instituição que buscava uma inserção na vida social do país corresponde aos depoimentos anteriormente citados de Manoel de Mello, o então líder da igreja. Ela nos remete à explicação dada pelo pastor quando lhe perguntaram o motivo de ter aceitado o convite para participar da IV Assembleia do Conselho Mundial de Igrejas: “Aceitei o convite porque ouvia falar as coisas mais bárbaras a respeito do CMI. Tudo que é combatido, torna-se vedete, então aceitei para conhecer. Eu só aceito as coisas e falo sobre elas depois de conhecer mesmo. Eu precisava conhecer o Conselho tão combatido.”⁷⁴¹ Certamente Manoel de Melo entrara em contato com matérias como aquela do Jornal de Minas que classificava o ecumenismo do CMI como uma “monstruosa heresia”, um “cristianismo ateu”, etc., mas mesmo assim quis conferir de perto do que se tratava. E, ao participar do evento, gostou do que viu e ouviu:

⁷⁴⁰ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACE 59710, 1983. fls. 33.

⁷⁴¹ *O Expositor Cristão*, 01 out. 1968. p. 11. apud. REILY, Duncan Alexander. *A história documental do Protestantismo no Brasil*. São Paulo: Aste, 1993. p. 377.

O CMI se preocupa com o tempo atual do povo. “O Brasil para Cristo” vai ingressar no CMI por causa da sua missão social no mundo presente. Mas, há outra razão; temos que acabar com a mente tacanha que divide os homens em denominações. O Conselho Mundial de Igrejas está fazendo isso. O ecumenismo é outra coisa boa do Conselho Mundial para nós.⁷⁴²

Não é possível saber se o general teve acesso a essa entrevista do líder pentecostal, mas o que ele registrou em seu relatório está em sintonia com o pensamento expresso por Manoel de Mello. Interessante destacar que a análise do general sobre as igrejas pentecostais evidencia uma nuance que mesmo alguns estudiosos da religião costumam não detectar. Em primeiro lugar, porque ele identificou diferenças marcantes entre elas. Uma que nos pareceu importante diz respeito à comparação que estabeleceu entre esta última citada e a Assembleia de Deus. Em contraste com a abertura notada na posição da igreja “o Brasil para Cristo”, ele sublinhou que, na concepção dos fiéis e lideranças assembleianas, a relação com o “mundo” era mais problemática. Porque, segundo ele, predomina uma visão negativa acerca do mundo social circundante, que refletiria no seguinte comportamento:

Sair do mundo é salvar-se. Estar no mundo ou voltar-se para ele é perder-se. Podemos dizer que, para estes crentes, a sociedade é o caos, a desordem, e o mundo novo começa com a conversão para o Cristo.⁷⁴³

Sua avaliação da Congregação Cristã do Brasil acerca da relação cristão/mundo também se assemelha à que dirigiu à Assembleias de Deus, pois “não se interessam por problemas políticos; limitam-se simplesmente a votar; não se preocupam com melhorias sociais, não adotam propaganda pelo rádio [...]”⁷⁴⁴.

Essa percepção do general se reflete com precisão na fala do pastor Manoel de Mello quando chama a atenção para a forma com que as igrejas até então lidavam com a “questão social”. Aliás, na visão do pastor, havia uma clara distinção entre a dimensão religiosa e a dimensão social da atuação de uma igreja no mundo. É a partir disso que ele fundamenta a decisão de participar do Conselho Mundial de Igrejas, em 1968, em sua entrevista que, segundo Duncan Reily, teve grande repercussão na época:

⁷⁴² *O Expositor Cristão*, 01 out. 1968. p. 11. apud. REILY, Duncan Alexander. *A história documental do Protestantismo no Brasil*. São Paulo: Aste, 1993. p. 377.

⁷⁴³ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACE 59710, 1983. fls. 26.

⁷⁴⁴ *Ibid.*, fls. 29.

Cheguei lá e me senti como um Ezequiel no vale dos ossos secos. Estamos na era dos jatos e do ponto de vista religioso o Conselho Mundial está de bicicleta. Mas, ele está fazendo uma obra que nós não conseguimos fazer com toda a nossa religiosidade: a obra gigante da obra social. O que é que adianta converter uma pessoa e mandá-la de volta para a sociedade brasileira apodrecida? “O Brasil para Cristo” já reuniu sua equipe de direção e conselho, e vamos ser membro do CMI. Vamos fazer pedido de inscrição com uma ressalva apenas: considerando que no plano religioso estão aquém de onde já chegamos, não entraremos para receber orientação religiosa, mas orientação social. Enquanto nós convertemos um milhão, o Diabo converte 10 milhões através da fome, da miséria, do militarismo, da ditadura, e as igrejas continuam acomodadas. O ateísmo cresce devido às situações de injustiça, de miséria em que o povo vive. Os pregadores estão pregando sobre um futuro longínquo e se esquecem que Jesus deu valor e atenção ao momento em que o povo vivia. O CMI se preocupa com o tempo atual do povo.⁷⁴⁵

Com efeito, associar publicamente, em 1968, às vésperas do AI-5, a ditadura e o militarismo à fome e à miséria como instrumentos do Diabo, em época de censura, prisões, e torturas representava um risco considerável. Pessoas que fizeram menos sofreram represálias. Mas Manoel de Mello também sofreu, sobretudo por sua postura crítica e sua preocupação com a “obra social”. E esse seu discurso, associado à sua prática junto aos setores ecumênicos e progressistas através da CESE e do CMI, ajuda a explicar o porquê de ter sido encarcerado por diversas vezes ao longo do regime militar. Sua visão de mundo e comportamento político que buscava combinar o cultivo de uma espiritualidade vigorosa com a luta pela transformação social certamente tem muito a ver com sua própria trajetória de vida.

Nordestino, pobre, sem instrução formal, migrou para São Paulo, assim como outros milhões de brasileiros. Trabalhou como ajudante de pedreiro na “cidade grande” para sobreviver. Converteu-se ao pentecostalismo na assembleia de Deus, descobrindo sua vocação religiosa como pregador. No cargo de diácono, quando começou a orar por enfermos com imposição de mãos, entrou em conflito com a hierarquia daquela denominação, que só aceitava que pastores orassem daquela maneira, e acabou deixando a instituição. Passou pela Igreja do Evangelho Quadrangular, dirigindo campanhas evangelísticas que reuniam milhares de pessoas em diversas cidades, sobretudo em São Paulo. Nessa ocasião, em 1956, decidiu criar seu próprio movimento denominado “campanha o Brasil para Cristo”, que depois veio a se constituir na Igreja Evangélica Pentecostal “o Brasil para Cristo.”⁷⁴⁶

Voltemos ao “relatório-monografia” do general. Outro ponto a salientar na análise do general é que ele foi capaz de superar uma percepção que ainda hoje costumeiramente aparece em análises do que se poderia chamar de “senso comum acadêmico”, em conversas informais

⁷⁴⁵ *O Expositor Cristão*, 01 out. 1968. p. 11. apud. REILY, Duncan Alexander. *A história documental do Protestantismo no Brasil*. São Paulo: Aste, 1993. p. 377.

⁷⁴⁶ *Ibid.*, p. 376.

do cotidiano, na mídia, etc. segundo a qual os membros das igrejas pentecostais seriam constituídos apenas de pessoas pobres e pouco instruídas. É até possível argumentar que o general tenha feito uma leitura superficial da situação, mas é necessário reconhecer que ele não enquadrrou todas as igrejas de forma genérica em uma única posição doutrinária ou comportamento político. Ele identificou diferenças e semelhanças sutis em torno de diversos assuntos. Guardadas as devidas proporções, seu procedimento analítico contrasta com aqueles que foram utilizados para apoiar conclusões como esta que sugere um quadro crônico de total alienação de membros de igrejas pentecostais da vida social do país:

Converter-se e entrar para uma Igreja significa para o indivíduo aceitar que a totalidade dos seus atos sejam regulamentados e controlados pela comunidade religiosa, não lhe deixando nenhum domínio no qual a sua consciência pessoal seja o único juiz... Finalmente, na vida profissional e pública, a moral ensinada torna-se francamente negativa e passiva: é preciso ser submisso na obediência e no respeito às autoridades (quer se trate das autoridades do Estado, do patrão ou dos sindicatos), mas a regra de ouro é “Tu não participarás”... O crente isolado deve seguir uma ética de retiro e de greve.⁷⁴⁷

Uma das fontes citadas pelo general foi a “Estatística do Culto Protestante de 1960 a 1970”. Ressalte-se que os dados selecionados parecem comprovar conclusões a que chegou o detetive “sociólogo” do DGIE, em 1977, seis anos antes, especialmente aquela sugestão de que a perda de fiéis católicos relacionava-se com o engajamento do clero progressista com questões sociopolíticas, o qual era motivado pela Teologia da Libertação, ao que ele denomina de “novos rumos na sua ação pastoral”. Assim, nosso general “sociólogo”, escrevendo em 1983, assinalou que

O Pentecostalismo cresce de importância quando verificamos que, a partir de 1960, época em que a Igreja Católica envereda por novos rumos na sua ação pastoral, o conjunto de seus membros comungantes cresce intensamente e passa a representar [em 1970] cerca de 50% do total dos protestantes das diversas igrejas.

⁷⁴⁷ CORTEN, André. *Os Pobres e o Espírito Santo: o pentecostalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1986. p. 21. Outros autores recentemente têm demonstrado diferentes abordagens, explicitando diferentes estratégias dos pentecostais de participação em sindicatos, em associações de bairros, em iniciativas de solidariedade entre vizinhos em um verdadeiro “ecumenismo de base”, na política partidária e em outras formas de inserção na sociedade. cf. DAMASCENO, Caetana Maria. “Para chegar lá”: o dom, a graça e a economia do voto. *Revista da Universidade Rural, Série Ciências Humanas*, Seropédica (RJ), v. 29, n. 1, pp. 08-26, jan.-jun. 2007.; BURDICK, John. *Procurando Deus no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1996; NOVAES, Regina Reyes. *Os Escolhidos de Deus: Pentecostais, trabalhadores e cidadania*. São Paulo: Editora Marco Zero, 1985. BURITY, Joanildo A. Religião, política e cultura. *Tempo Social: revista de sociologia da USP*, v. 20, n. 2, pp. 83-113, nov. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v20n2/05.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2013.

Essa constatação ajuda-nos a compreender seu interesse pelo pentecostalismo, ao qual dedicou 17 páginas de seu trabalho. Observou ainda que no citado intervalo de 10 anos, o percentual dos “protestantes tradicionais” (anglicanos, metodistas, presbiterianos, luteranos, congregacionais, batistas, adventistas, outros) havia caído de 63,0 para 51,9%. Enquanto os pentecostais saltaram de 37% do universo total de protestantes, em 1960, para 48,1%. Destes, as Assembleias de Deus correspondiam a 25,6%, o que também explicaria sua ênfase na abordagem desta igreja. Para além da importância dessas transformações no campo religioso brasileiro, o que mais parece ter motivado o general foi inserido nas partes “b” e “c” de sua “monografia”. Nestes tópicos, ele aborda os temas “progressismo e protestantismo” e o “ecumenismo” respectivamente, ao longo de 31 páginas.

É que do ponto de vista que mais lhe interessa, isto é, medir o potencial das igrejas para a promoção da “luta de classes” ou da “contestação” ao regime estabelecido, sua atenção se volta para estes segmentos do cristianismo. Nesta perspectiva, e conforme temos enfatizado, todas as iniciativas ecumênicas que aglutinavam igrejas protestantes e a católica, sob inspiração da Teologia da Libertação e do Conselho Mundial de Igrejas, foram monitoradas, sendo o assunto minuciosamente estudado por órgãos de informações. Uma das constatações, a respeito desse tipo de teologia, a que chegou esse especialista castrense em movimento religioso, foi que

No BRASIL, católicos e protestantes progressistas, de diversas denominações, passam a um engajamento conjunto nos campos social e político, de cunho contestatório, buscando uma “nova sociedade” em nome de uma pretensa justiça social e valendo-se de entidades diversas, de origens católica e/ou protestante, ditas ecumênicas.⁷⁴⁸

Note-se que o que ele pretende não é questionar qualquer tipo de ecumenismo, mas aquele que fomenta o engajamento sociopolítico crítico dos cristãos e igrejas ante o Estado e as estruturas injustas do capitalismo. Ele chega a essa opinião depois de investigar, a seu modo, as origens do movimento ecumênico, quando denominações protestantes ainda no século XIX começaram a debater as causas de suas separações e a buscarem caminhos de unidade. Antes mesmo desse ponto de seu trabalho, ele havia assinalado algumas questões que dividiram as igrejas desde a Reforma, passando pelo anglicanismo, calvinismo, e metodismo.

⁷⁴⁸ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACE 59710, 1983, fls. 51.

Entretanto, na sua percepção, o movimento ecumênico genuíno, isto é, aquele que visava unir os cristãos antes separados, havia sido contaminado pelo marxismo, especialmente quando teólogos protestantes, já no pós-Segunda Guerra, promoveram a aproximação da teologia com o marxismo e o comunismo, sendo que um dos principais teria sido Karl Barth.⁷⁴⁹ Outro momento importante nessa trajetória “desviante” do movimento ecumênico, para ele, foi quando a Igreja Ortodoxa Russa, com seus bispos “comunistas”, passou a fomentar no Conselho Mundial de Igrejas o apoio e a doutrinação comunista. Assim, segundo ele, a ideia de que o movimento ecumênico deveria fomentar revoluções passou a ser uma constante no organismo.

A questão é que, para ele, o Conselho Mundial de Igrejas, influenciado, sobretudo, pelas “teorias marxistas de Karl Barth”⁷⁵⁰, havia contribuído com uma espécie de secularização da fé cristã, algo que fincava raízes, segundo ele, no antropocentrismo do Renascimento e na Reforma Protestante. O Conselho passara a defender e difundir uma concepção de igreja um tanto distorcida do que seria a adequada, em sua visão, ao asseverar, em seu Concílio realizado em Nova Deli, em 1961, que:

a Igreja não é unidade, nem grupo, nem instituição, mas congregação viva dos que participam do “acontecimento” da redenção do homem, propiciando, através do Movimento Ecumênico, a difusão de concepções de cunho materialista e a marxistização das teologias.⁷⁵¹

Esse tipo de teologia que enxerga no envolvimento com as questões da busca para soluções dos problemas sociais e políticos dos homens teria penetrado na Igreja Católica pela via do Concílio Vaticano II. O resultado disso seria uma “deturpação” do mesmo, apesar de sua maior abertura ao mundo moderno. Conclui, então, sua análise do evento católico, assinalando que

também do Concílio Vaticano II sai uma Igreja dividida e propensa a infiltração marxista, fator de deturpação de seus princípios, levando-a à secularização e a um engajamento sócio-político cada vez maior, com o postergamento das coisas espirituais para um segundo plano.⁷⁵²

⁷⁴⁹ No capítulo primeiro, discutimos a influência deste teólogo na teologia do protestantismo ecumênico e progressista.

⁷⁵⁰ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACE 59710, 1983. fls. 48.

⁷⁵¹ Ibid. fls. 49.

⁷⁵² Ibid.

Todo esse exercício analítico leva-o a considerar o impacto dessas transformações para o caso da América Latina em geral e, particularmente, sobre o Brasil, especialmente após a realização das Conferências Episcopais Latino-Americanas (CELAM) em Medellín, em 1968, na Colômbia, e em Puebla, em 1979, no México. Em acréscimo, aponta os problemas advindos da irrupção da Teologia da Libertação, que viria a aprofundar a tendência de “marxistização” da teologia iniciada pelo Conselho Mundial de Igrejas.

Nosso general “sociólogo” utilizou, inclusive, documentos oficiais produzidos durante o Vaticano II, citando o *Unitatis Redintegratio*, decreto do ecumenismo, que discorre sobre os princípios, diretrizes e normas acerca do entendimento da Igreja Católica do ecumenismo, e outro documento da CNBB intitulado “(Ecumenismo e Renovação - CERIS/CNBB - 1971 - Estudo Sócio-Religioso)”. A partir dessas leituras, ele destaca que

No BRASIL o ecumenismo católico, deturpado pelo clero progressista, é muito mais abrangente que o estabelecido pelo “*Unitatis Redintegratio*” ao final do Concílio, pois, ao invés de considerar apenas os cristãos (“ecumenismo em sentido restrito”) preconiza que “os bispos devem ter sempre presente a totalidade dos homens; o bispo não deverá ser apenas o vigia temeroso, sem discernimento, de normas disciplinares, mas o criador corajoso de atitudes ecumênicas não previstas ou regulamentadas.”⁷⁵³

A propósito, este fragmento auxilia-nos, inclusive, na compreensão de iniciativas como as dos bispos dom Arns, em São Paulo, e dom Adriano Hipólito, em Nova Iguaçu, quando organizaram e participaram de, entre outros, dos cultos ecumênicos, em 1975 e em 1980, em memória de supostos “comunistas”, “homicidas” e “terroristas”.⁷⁵⁴

A crítica do analista se voltava, especialmente, para uma suposta deturpação do sentido do ecumenismo genuíno do *Unitatis Redintegratio*, atribuída a bispos e teólogos progressistas (especificamente os freis Carlos Mesters, Carlos Alberto Libânio (Frei Beto), e os irmãos Clodovis e Leonardo Boff) no Brasil. Além disso, o que agravava ainda mais esse quadro era a aproximação e influência do Conselho Mundial de Igrejas assim descrita:

O Conselho Mundial de Igrejas (CMI), após o Concílio Vaticano II, passou a colaborar com o Movimento Ecumênico católico, também influenciado por ideias

⁷⁵³ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACE 59710, 1983. fls. 49.

⁷⁵⁴ Cf. BRITO, André Souza. “Cultos ecumênicos em memória de comunistas e terroristas”: estratégias de luta de cristãos progressistas contra a ditadura militar do Brasil. *Oficina do Historiador*, Porto Alegre, v. 6, n. 1, pp. 23-43, jan./jun. 2013.

Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador>>. Acesso em: 05 set. 2013.

marxistas e fundamentado na premissa de que a “Unidade” será fruto da participação de todos no “acontecimento” da redenção do homem, na própria terra.⁷⁵⁵

Para ele, a penetração marxista era geral, nas fileiras protestantes, primeiramente, e, depois no movimento ecumênico católico. Com efeito, era notável a aproximação entre a mentalidade do general e a do cardeal Joseph Ratzinger, então prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé (antigo Santo Ofício). Em 1984, Ratzinger intimou Leonardo Boff, um dos principais expoentes da Teologia da Libertação, e com o respaldo institucional do papa João Paulo II, a prestar esclarecimentos em Roma sobre sua teologia contida em sua obra *Igreja: carisma e poder*, bem como em outros escritos.⁷⁵⁶ O “processo doutrinário” instaurado contra Leonardo Boff, que o levou à condenação, em 1985, ao “silêncio obsequioso”, desligando-o de suas funções na cátedra de teologia da Faculdade dos Franciscanos, em Petrópolis, bem como de funções de editor da Revista Eclesiástica Brasileira (REB) e da editora *Vozes*, teve início no Rio de Janeiro, sob os auspícios do cardeal D. Eugênio Sales.⁷⁵⁷ Segundo Boff, o interesse maior do papa era atingir a CNBB, as CEBs e a própria Teologia da Libertação, os quais não se enquadravam na concepção de Igreja sustentada pelo Vaticano.⁷⁵⁸

Quando, então, passa a enfocar especificamente ações articuladas entre a CESE, o CMI e setores progressistas católicos voltados para a luta por justiça social e por direitos humanos no Brasil, algo que os progressistas consideravam fundamental no processo de construção da verdadeira unidade cristã, o general asseverou que:

A cooperação, entre católicos e protestantes progressistas, tem sido tão intensa que o CMI, através do seu órgão de repasse de recursos financeiros no Brasil - a Coordenadoria Ecumênica de Serviços, CESE - vem financiando, no ano de 1983, entre outros, cerca de 40 (quarenta) projetos da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e de Comissões de Defesa de Direitos Humanos (CDDH), organismos notoriamente conhecidos por suas ações contestatórias e subversivas, num total de Cr\$ 2.202.750.000,00 (dois bilhões, duzentos e dois milhões, setecentos e cinquenta mil cruzeiros).⁷⁵⁹

Em se tratando da análise de posicionamentos políticos de indivíduos e instituições, na visão de mundo nutrida pelo oficial, e, poderíamos até dizer, por todos os demais agentes de órgãos de informações, não havia espaço para nuances da realidade. A percepção de que tais atividades pudessem ser expressão de profundo senso de solidariedade cristã ecumênica

⁷⁵⁵ ARQUIVO NACIONAL, op. cit., fls. 50.

⁷⁵⁶ SILVA, Bruno Marques. *Fé, razão e conflito: A trajetória intelectual de Leonardo Boff*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007. p. 51.

⁷⁵⁷ Ibid., p. 53.

⁷⁵⁸ Ibid.

⁷⁵⁹ ARQUIVO NACIONAL, op. cit., fls. 52.

estava ausente. Sua mente era formatada, por assim dizer, para enquadrar tais atividades progressistas, que suscitavam críticas contra políticas públicas do regime ou contra o sistema capitalista por ele sustentado como algo associado ao marxismo ou à subversão.

No tocante ao trabalho crítico da CESE, contra o qual se queixa o militar, cabe citar um trecho de um documento que ela enviou a agências ecumênicas internacionais, igrejas e entidades ecumênicas no Brasil, após o encerramento do “Encontro sobre Fome e Seca no Nordeste”, ocorrido em Salvador, em 1982. Está em questão, entre outros problemas da região Nordeste, a grave

situação social provocada pela grande concentração fundiária, a baixa renda das classes trabalhadoras do campo, a exploração de vastos setores populares através de relações de trabalho injustas, (que) tem gerado, ao longo dos séculos, a perpetuação da fome, da miséria, do empobrecimento absoluto, da falta de educação, saúde, enfim de todos os meios materiais adequados.⁷⁶⁰

Para agravar ainda mais o quadro dos problemas sócio-econômicos do Nordeste traçado pela CESE, o documento afirma que boa parte da responsabilidade disso devia-se à ação do governo federal em associação com políticos corruptos regionais. Tratava-se de uma política governamental voltada para a implementação de “projetos faraônicos, constituídos sob os nomes pomposos das mais variadas siglas, que fazem parte de uma tendência modernizadora”[...] “em benefício da ordem vigente, concentradora de privilégios dos grandes grupos rurais em detrimento da maioria da população.”⁷⁶¹ E continua, argumentando e denunciando que “boa parte das verbas destinadas ao financiamento de obras contra a seca foram gastas nas eleições de novembro de 1982 para garantir a vitória dos candidatos governistas em todo Nordeste.”⁷⁶²

Com efeito, do ponto de vista de um serviço de informações e de repressão, que tinha como um dos objetivos a manutenção do *status quo* estabelecido pelo regime militar, avaliações assim só poderiam partir de grupos “infiltrados por teses marxistas” como a da “luta de classes”. Ao invés de contribuir com a “coesão social”, com a “paz social”, com os “sadios valores da religião cristã”, o que estavam pretendendo era a “disseminação do inconformismo entre as massas”, imaginando a existência dos “grupos explorados”, os quais eram lançados contra os “exploradores”. Todas essas expressões fazem parte de um vasto

⁷⁶⁰ CESE, Relatório do Encontro da CESE sobre Fome e Seca no Nordeste. Salvador: 11, nov. 1983, p. 1. Apud. MELO, Mozart João de Noronha. *Ecumenismo como prática de libertação*. Dissertação (Mestrado em Teologia). Pontifícia Universidade Católica (PUC), Rio de Janeiro, 1989. p. 95.

⁷⁶¹ Ibid. p. 96

⁷⁶² Ibid.

repertório discursivo que impregna o “filtro” que utilizam para interpelar a realidade concreta. Assim, suas análises inscritas em variados documentos sofrem os efeitos desse “filtro” e estão carregadas de distorções. Portanto, o perfil crítico das ações e pronunciamento da CESE explica em parte o porquê do monitoramento de iniciativas carreadas por ela e seus parceiros, que resultava na produção de documentos dos órgãos de informações contendo caracterizações peculiares que lhe eram atribuídas.

Nessa mesma direção, a afirmação que o general extraiu da cartilha intitulada “Igreja o que é”, editada pela *Vozes* e coordenada pelos religiosos progressistas anteriormente citados, só poderia ser qualificada como “subversiva” e “marxista”:

“A união dos cristãos só vai ser possível quando todos juntos olharem a vida do povo e quando começarem a se juntar pela libertação do pobre e oprimido. É na vida do povo, pobre e oprimido, explorado e perseguido, que todos vão poder encontrar JESUS de novo, o caminho da união [...]”⁷⁶³

A comparação entre o pensamento dos cristãos progressistas e ecumênicos com os pontos de vista do general explicita duas visões de mundo totalmente antagônicas. Trata-se de duas perspectivas de encarar o significado da unidade cristã, do ecumenismo e da função mesma ou dos objetivos da religião no mundo dos homens. Neste sentido, o general “sociólogo” alinhava-se com as correntes cristãs conservadoras e as fundamentalistas, tanto do catolicismo quanto do protestantismo. Para estas, eram a vida espiritual, a salvação das almas e o mundo futuro os principais objetos de atenção dos cristãos. Ecumenismo, Teologia da Libertação e envolvimento com questões sociopolíticas contestatórias do regime ou do sistema capitalista representava colocar-se ao lado do “marxismo ateu” e, assim, negar o cristianismo verdadeiro.

Portanto, o tipo de iniciativa ecumênica protagonizada pela CESE, aglutinando esforços de igrejas protestantes e da católica no propósito de apoiarem ações vistas como importantes na luta pela transformação social, com vistas a criação de uma “nova sociedade” era interpretada como sendo algo classificado como “pretensa justiça social.”⁷⁶⁴ Assim, nosso general “sociólogo” não considerava tal iniciativa nem ecumênica, nem cristã e muito menos voltada para mudança positiva na sociedade, mas uma ingerência dos cristãos em assuntos “temporais”, ao passo que a verdadeira função da religião, as “coisas espirituais”, acabava

⁷⁶³ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACE 59710, 1983. fls. 50.

⁷⁶⁴ Ibid. fls. 51.

sendo deixada “para um segundo plano.”⁷⁶⁵ Trata-se, assim, de sintomas que nos remetem àquela perspectiva de uma “espiritualidade desencarnada”, descrita na introdução.

O perigo maior esboçado nas construções retóricas do militar nesse processo todo era a corrosão, por dentro, dos verdadeiros fundamentos do cristianismo e do ecumenismo pelo “marxismo ateu”, o que apontava para uma possível ação contestadora do *status quo* do regime militar. Segundo a leitura que nosso general “sociólogo” fez dos textos ecumênico-progressistas, o que estava também em questão era o possível esvaziamento da religião a uma dimensão meramente terrena, despojada de significados místicos ou valores espirituais. Eis o porquê, assinalamos novamente, de sua incursão às consequências geradas pelos movimentos da Reforma e do Renascimento, ocasiões em que o homem, argumenta, em detrimento do teocentrismo, passa a ser visto como um ator central na cena da História.

É verdade que sua caracterização do segmento progressista ecumênico cristão traz consigo traços de verdade como, por exemplo, a tendência para o engajamento sociopolítico, a utopia da construção de uma sociedade igualitária, a ênfase na organização popular e a crença na construção do Reino a partir da participação dos cristãos. Porém as deformações estão presentes igualmente na mesma análise:

A influência de ideias marxistas sobre a teologia, definindo um atual comportamento religioso antropocêntrico, denominado progressista, cada vez mais engajado social e politicamente, buscando a “libertação” popular com o estabelecimento de uma nova sociedade sem classes - o Reino de Deus aqui na terra - através da conscientização, organização e união da massa de carentes e marginalizados (os oprimidos) e de sua manipulação contra os detentores do poder (opressores), tem antecedentes marcantes entre teólogos e pensadores protestantes.⁷⁶⁶

Trata-se assim daquela visão de que esse tipo de cristianismo se constituía em “heresia” ou “cristianismo ateu”. O que, porém, ele não conseguia ou não queria ver é que os progressistas ecumênicos, a despeito de se utilizarem da mediação de instrumentos analíticos do marxismo em sua leitura da história, não estavam inventando a desigualdade entre os ricos e os pobres. Tratava-se daquela mesma situação de miséria a que amplas parcelas da população estavam submetidas, conforme fora denunciado pelo pastor Manoel de Mello, em 1968. Ela era pública e notória, mesmo nos anos de propalado “milagre econômico”, só não costumava aparecer nos noticiários da grande imprensa, por causa da proibição de tais notícias pela censura governamental. Muito menos tentavam os progressistas manipular os

⁷⁶⁵ ARQUIVO NACIONAL, op. cit., fls. 49-51.

⁷⁶⁶ Ibid., fls. 36.

pobres, mas levá-los ao que entendiam como um processo de conscientização a fim de que se tornassem sujeitos de sua própria história e, portanto, agentes de transformação da realidade.

Ao analisar o contexto do protestantismo latino-americano e suas relações com igrejas e líderes brasileiros, ele assinalou que, semelhante ao que ocorria na Igreja Católica, havia distintas tendências operando dentro de suas igrejas e entidades para-eclesiásticas: "fundamentalistas, conservadores e progressistas". Citou a Confraternidade Latino-Americana Evangélica (CONELA) como maior exemplo de entidades "conservadoras e fundamentalistas" e, assinalou as igrejas brasileiras associadas a ela: Assembléia de Deus, Igreja Batista e Igreja Presbiteriana do Brasil.

Mas, como era o segmento ecumênico progressista o que mais preocupava nosso general "sociólogo", ele descreveu o perfil adotado pelo Conselho Latino-Americano de Igrejas, o CLAI, com apoio do Conselho Mundial de Igrejas e estruturado entre 1978 e 1982, entidade que contava com a participação de dez "igrejas evangélicas permeadas de preocupações sócio-políticas e identificadas com a corrente da 'Teologia da Libertação' de origem católica e progressista."⁷⁶⁷ Entre elas, citou as seguintes: Evangélica da Confissão Luterana do Brasil, Episcopal (Anglicana), Presbiteriana Independente, Pentecostal "O Brasil para Cristo", Metodista e Cristã Reformada do Brasil (ramo presbiteriano). Boa parte destas, conforme foi visto no início do capítulo, constituía-se de membros da CESE e do Conselho Mundial de Igrejas. Alguns nomes de destaque do protestantismo brasileiro engajados no CLAI e que por ele foram citados, o quais aparecem em outras partes deste trabalho, foram: Paulo Ayres Mattos e Sady Machado (bispos metodistas), Almir dos Santos (Igreja Episcopal), Rubem Alves (teólogo presbiteriano). Era uma indicação a mais, na percepção do general, do caráter desviante do cristianismo do CLAI em direção a questões que não deveriam estar na agenda das igrejas. Para provar essa tese, ele cita um trecho de um pronunciamento publicado pela entidade, caracterizando uma das denúncias mais contundentes dos diversos crimes cometidos sob diferentes ditaduras latino-americanas, explicitando um panorama trágico da situação sociopolítica e econômica do continente:

"A justiça – que é inerente ao Reino de Deus – se vê desacreditada quando nossos irmãos desaparecem, quando há mães que choram por seus filhos, que lhes foram arrancados na flor da juventude, quando crianças, jovens e velhos são esmagados indiscriminadamente, quando nossos países estão repletos de asilados políticos, refugiados e de pessoas desalojadas de seus países. A presença brutal da tortura, a existência de um número, cada vez maior, de pessoas que não conseguem emprego,

⁷⁶⁷ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACE 59710. fls. 34.

o aumento alarmante do número daqueles que não sabem nem ler nem escrever, a proibição, às grandes camadas da população, das mínimas condições de sobrevivência e dos direitos humanos fundamentais, são expressões embaraçosas de como a injustiça e a mentira corrompem a vida em nosso continente.⁷⁶⁸

O quadro chocante traçado nas linhas do pronunciamento do CLAI, de 1982, ajuda-nos a compreender as motivações por trás dos esforços de unidade entre as igrejas no Brasil e na América Latina. Se pensarmos, por exemplo, no caso da Argentina, em que se estima em cerca de 30.000 o número de vítimas da ditadura (de longe a mais brutal e sanguinária entre suas congêneres da região) que lá se abateu entre os anos de 1976 e 1983, compreenderemos tais iniciativas de ação conjunta como gesto de genuíno amor cristão. Especialmente na Argentina, as ações de solidariedade ecumênica foram muito significativas, pois os perseguidos políticos não contaram com um apoio institucional do tipo oferecido pela Igreja Católica no Brasil.⁷⁶⁹

A despeito da omissão e, em alguns casos, do apoio da hierarquia católica naquele país à ditadura, os setores progressistas e ecumênicos, mesmo lá, especialmente aglutinados em torno de entidades como o *Movimiento Ecuménico por los Derechos Humanos* (MEDH)⁷⁷⁰ contribuíram com iniciativas de proteção aos direitos humanos de perseguidos políticos.⁷⁷¹ Dessa empreitada também participaram setores de diversas igrejas, apoiadas pelo CMI e mesmo pelo CLAMOR, conforme veremos no próximo capítulo.

Assim, por detrás das iniciativas ecumênicas, no Brasil e na América latina, havia essa mesma preocupação com a justiça social, as desigualdades, as violações de direitos humanos e outros tantos males que grassavam parte das sociedades sob os diferentes regimes ditatoriais. É por isso que o engajamento em ações que visavam a combater situações como essas eram, no documento do CLAI, caracterizadas como sendo ato de verdadeiros cristãos em cumprimento à vontade de Deus:

Aqui e acolá, em toda a AMÉRICA LATINA, irrompem sinais do Reino que nos mostram que Deus não ficou sem testemunhas... Irmãos e Irmãs nossos estão dispostos a levar, até suas últimas consequências, o mandato de JESUS CRISTO de

⁷⁶⁸ ARQUIVO NACIONAL, op. cit., fls. 40.

⁷⁶⁹ cf. SOUZA, Jessie Jane Vieira de. A Igreja Católica e a política na Argentina do século XX. *Dimensões – Revista de História da UFES*. Espírito Santo, v. 20, p. 30-42, 2008. e LIMA, Samarone. *Clamor: A vitória de uma conspiração brasileira*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

⁷⁷⁰ BLATEZKY, Arturo. *Documentos fundamentales y declaraciones públicas del Movimiento Ecuménico por los Derechos Humanos, 1976-2002*. Buenos Aires: Ediciones MEDH, 2002.

⁷⁷¹ Sobre o papel da Igreja Católica durante a ditadura argentina cf. SOUZA, Jessie Jane Vieira de. “El proceso” e Igreja Católica na Argentina: entre a cruz e a espada. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 14, pp. 233-239, jan. 2007.

nos amarmos uns aos outros. São aqueles que lutam pelos direitos humanos sob o risco da própria vida.⁷⁷²

Após registrar o documento do CLAI, em sua “monografia”, o general do CIE assinala o apoio do CMI ao órgão latino-americano, o que, em sua opinião, seria mais um elemento a caracterizar o seu perfil político contestatório. Interessante notar que, mesmo em 1983, o chefe do CIE ainda sustentava que Paulo Freire havia sido o secretário-geral do organismo de Genebra, o que, argumenta ele, denotaria “mais uma vez o caráter marxista do CMI”⁷⁷³ Conforme já vimos em outro trecho, trata-se de uma desinformação de sua parte, um erro que os agentes do SNI já haviam corrigido em seus documentos.

Ao direcionar o foco da análise para o campo religioso no Brasil, o general “sociólogo” observa que as relações entre líderes da CNBB e de diferentes denominações protestantes, desde 1975, resultaram na criação de um órgão ecumênico nacional, o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC). Segundo ele, a CNBB, estaria se valendo do impulso ao ecumenismo vindo do Vaticano II e do CMI com “intuito de buscar um eficiente instrumento religioso de crítica aos poderes constituídos.”⁷⁷⁴ Como era de esperar, sua principal preocupação era de o CONIC se constituir em mero órgão político de pressão. De fato essa era uma dentre as funções do organismo.⁷⁷⁵

Com efeito, a criação do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, do ponto de vista do movimento ecumênico, representou um enorme progresso nas relações que vinham sendo travadas há anos entre lideranças de diversas igrejas. Diferente da CESE que tinha objetivos de uma atuação mais diaconal, para usar a linguagem dos teólogos, o CONIC visava atingir diversos outros objetivos, inclusive a criação de instrumentos que pudessem propiciar diálogos cada vez mais estreitos com vistas a superar as barreiras doutrinárias, teológicas, litúrgicas etc. entre as igrejas. Ao longo de sua história, vem construindo pontes entre as igrejas, discutindo formas de consenso em temas como batismo, casamentos entre pessoas de diferentes igrejas, eclesiologia, campanhas e pronunciamentos conjuntos acerca de temas de alcance e importância nacional, etc. O CONIC⁷⁷⁶, que existe há mais de trinta anos, parece

⁷⁷² ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACE 59710, 1983. fls. 40.

⁷⁷³ Ibid. fls. 52/53.

⁷⁷⁴ Ibid., fls. 47.

⁷⁷⁵ Em nossa dissertação já citada discutimos o desenvolvimento das aproximações, relações e debates entre as lideranças religiosas, o que culminou com a criação do CONIC, em 1982.

⁷⁷⁶ O CONIC já realizou três Campanhas da Fraternidade Ecumênicas. A importância dessa ação desenvolvida por suas igrejas-membro é descrita no site da entidade nos seguintes termos: “A Campanha da Fraternidade Ecumênica (CFE) é uma iniciativa que tem sido realizada a cada cinco anos por diversas denominações cristãs, sempre de forma ecumênica, valorizando o que cada Igreja tem de bom. A primeira CFE foi organizada no

não ser muito conhecido fora do universo eclesiástico ecumênico. Se ele chegará a ser reconhecido como órgão representativo do conjunto dos cristãos brasileiros é algo que ainda não se pode prever. Quando de sua criação, em 1982, coincidentemente o mesmo ano de fundação do CLAI, das igrejas que formavam a CESE, apenas a Pentecostal "o Brasil para Cristo", não se tornou membro do CONIC.

Ao continuar sua análise, o militar destaca pronunciamentos oficiais de igrejas protestantes. Alguns pontos dos textos do XIII Concílio da Igreja Metodista e do XIII Concílio da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Nos dois casos trata-se de declarações bastante afinadas com os princípios da Teologia da Libertação e de apoio aos setores populares da sociedade, cuja feição é bastante crítica em relação ao governo militar. Evidentemente, para o general, são indícios inequívocos do quanto tais igrejas estariam com suas teologias e orientações contaminadas pelas ideias marxistas.

É interessante notar que o general busca apoio para sua crítica aos cristãos ecumênicos e progressistas, citando documentos de duas denominações protestantes consideradas por ele mesmo como “conservadoras”, a Igreja Batista e a Igreja Presbiteriana do Brasil. Os trechos que ele escolhe, somados às suas conclusões, nos permitem verificar o nível de antagonismo existente entre igrejas do protestantismo e, por conseguinte, aponta para os diferentes tipos de inserção social daí resultante.

Em total consonância com o pensamento do general do CIE, por ocasião do “Congresso Mundial Batista de Evangelismo Urbano”, a Igreja Batista “atacou a Igreja Católica, afirmando ser a mesma ‘um fator de poder com o qual buscaram aliar-se a maioria dos governantes e muitos líderes espirituais de diversas correntes, respondendo a finalidades estratégicas’.”⁷⁷⁷ Na interpretação dele, tratava-se de uma confirmação da “orientação contrária aos progressistas”⁷⁷⁸ que os batistas já haviam explicitado outras vezes. Além de abordar outros temas, continua o general, durante o evento foi atacada “violentamente a ‘Teologia da Libertação’ por abranger ‘alguns aspectos da cosmovisão marxista e dos elementos próprios de sua análise, utilizando seu próprio léxico’.”⁷⁷⁹ Trata-se de um fragmento representativo do que pensava boa parte dos cidadãos conservadores da época, não

ano 2000, e teve como tema 'Dignidade humana e paz', e o lema escolhido foi: 'Novo milênio sem exclusões'. A segunda edição, em 2005, falou sobre 'Solidariedade e paz', com o lema: 'Felizes os que promovem a paz'. Em 2010, o tema versou sobre 'Economia e Vida', com o lema 'Vocês não podem servir a Deus e ao dinheiro'." Disponível em: <<http://www.conic.org.br/cms/cf-ecumenica>>. Acesso em: 21 jan. 2014.

⁷⁷⁷ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACE 59710. fls. 46.

⁷⁷⁸ Ibid.

⁷⁷⁹ Ibid.

só os que ocupavam postos nos órgãos de informações da ditadura, mas, inclusive, nas cúpulas de igrejas evangélicas e na própria hierarquia católica, conforme temos visto. Assim, a utilização do instrumental teórico-analítico do marxismo para compreender o funcionamento da sociedade já caracterizaria, em muitos casos, alguém como “marxista”, “comunista”, “socialista”, “esquerdista”, “subversivo”, e, no limite, como estando muito perto do ateísmo.

Estas observações também servem para os posicionamentos da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) a respeito das articulações entre igrejas protestantes e a Católica com vistas à criação do CONIC.⁷⁸⁰ Nosso general “sociólogo” destacou vários trechos do documento divulgado pela IPB no qual, afirma, são feitas “pesadas acusações à CNBB.”⁷⁸¹ É interessante notar a comunhão de valores e de perspectivas políticas entre o documento e a opinião pessoal do oficial. Quando observamos com cuidado, percebemos que algumas de suas hipóteses sobre o movimento ecumênico e o progressismo cristão são, na verdade, extraídas do documento da IPB, especialmente os trechos em que se afirma: “O que vem acontecendo, na realidade é que a Igreja Católica está querendo transformar o CONIC em um novo centro de pressão contra o atual regime, nos mesmos moldes da CNBB, CIMI, CPT, MPLA e outros movimentos congêneres”⁷⁸², ou então nesta passagem: “Aliás, a feição política da direção do CONIC já tinha sido revelada em julho último, quando distribuiu, aos jornais, uma moção de apoio aos padres franceses CAMIOU e GORIOU e ao pastor luterano OTTO RAMINGER, todos respondendo a processo, por crime contra a segurança nacional.”⁷⁸³

Trata-se de uma perspectiva ideológica totalmente afinada com o pensamento político do general “sociólogo”. Assim, para a cúpula da IPB, a situação era simples, não cabia ao

⁷⁸⁰ Em sua fundação, em 1982, que resultou de interlocuções envolvendo lideranças eclesiásticas desde 1975, o CONIC contava com quatro igrejas-membro: Católica Apostólica Romana, Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Episcopal Anglicana do Brasil e Metodista. Em 2004, já tendo deslocado sua sede do Rio Grande do Sul para Brasília, ele recebeu a adesão de mais três igrejas-membro, totalizando sete: Católica Ortodoxa Siriana do Brasil, Cristã Reformada do Brasil e Presbiteriana Unida do Brasil. cf. CONIC e CLAI. *Diversidade reconciliada: Um convite ao ecumenismo*. Sinodal e Paulinas: São Paulo, 2004. p. 3. Em 2014, permanecem apenas cinco das sete, pois a Metodista e a Cristã Reformada do Brasil deixaram a entidade. cf. <<http://www.conic.org.br/cms/igrejas-membro>>. Acesso em: 21 jan. 2014. Contudo, na categoria “membros fraternos”, são listadas, no citado site, diversas entidades ecumênicas parceiras do CONIC: A Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), o Koinonia Presença Ecumênica e Serviço, o Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular (CESEP), o Centro de Estudos Bíblicos (CEBI), a Comissão Nacional de Combate ao Racismo (CENACORA), a Ação dos Cristãos para a Abolição da Tortura (ACAT – Brasil), o Dia Mundial de Oração (DMO), o Programa de Formação e Educação Comunitária (PROFEC) e o Centro Ecumênico de Capacitação e Assessoria (CECA). Convém salientar que boa parte dessas instituições nasceu nesse mesmo processo de engajamento no movimento ecumênico de cristãos de diferentes igrejas em prol de iniciativas das mais variadas.

⁷⁸¹ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACE 59710, 1983. fls. 55.

⁷⁸² Ibid.

⁷⁸³ Ibid.

cristão o envolvimento com questões sociopolíticas. Se alguém responde a crime contra a segurança nacional é porque fez por merecer e, portanto, não se pode apoiar um criminoso. Entretanto, pareciam não perceber que o apoio ao regime também externava uma posição política. Não conseguiam ou não queriam ver que a própria Lei de Segurança Nacional representava um instrumento arbitrário para domesticar as iniciativas de oposição e enquadrá-las como crime, ainda que tivessem natureza genuinamente democrática nos parâmetros de um verdadeiro Estado de Direito.

Ao final de seu relato sobre as perspectivas da IPB, ele cita trechos do documento da denominação acerca do ecumenismo e suas implicações para as igrejas engajadas no projeto de criação do CONIC, bem como a forma com que ela interpretava os objetivos da CNBB. Entre outras coisas, representa uma explicação da IPB para fundamentar seu repúdio à ideia da criação do CONIC:

“A Igreja Católica não está interessada em reformas teológicas, senão litúrgicas, na medida em que possam ser úteis para torná-la soberana do poder, sobre os bens seculares; A Igreja Católica não está interessada na prática da moral cristã ou na ética evangélica, sendo seu ecumenismo, fator de enfraquecimento das confissões protestantes a ela já aliadas; A Igreja Católica não está interessada em conversões de pecadores, senão na massificação política, no conflito direto com as autoridades constituídas, associada que está, às teses do Marxismo Soviético; A Igreja Católica, engajada nas lutas políticas e sociais, abandona o verdadeiro objeto da Igreja de CRISTO, invade outras áreas e assim corrompida, frustra a esperança do mundo, abrindo, contudo, uma porta para a penetração do protestantismo entre os católicos.”⁷⁸⁴

O tom do pronunciamento é permeado de negatividade, em que abundam as expressões “não está”. Trata-se de um posicionamento oficial da Igreja Presbiteriana do Brasil sobre a Igreja Católica com o qual as igrejas protestantes não envolvidas com o movimento ecumênico certamente concordariam. Mais uma vez, nota-se a convergência entre a opinião deste setor do protestantismo e a do general “sociólogo”, especialmente no tocante à “penetração do marxismo” na religião e à “deturpação” dos objetivos religiosos, advinda do envolvimento com lutas sociopolíticas.

Na realidade, o quadro acima traçado, marcadamente anticatólico e entiecumênico, finca raízes em um contexto peculiar da segunda metade do século XIX, quando da inserção do chamado protestantismo de missão no Brasil, conforme discutimos no capítulo primeiro. Naquele período histórico os protestantes encontravam-se na condição de grupo minoritário

⁷⁸⁴ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACE 59710, 1983. fls. 56.

diante de uma religião hegemônica, compreendendo como sua missão principal a conversão dos católicos. É a necessidade da continuidade dessa missão que vem à tona no fragmento de memória do escritor ao final do documento da IPB, quanto recomenda vigilância redobrada aos seus dirigentes presbiterianos de todo o Brasil,

“não permitindo que seus ministros se deixem envolver nas malhas do ecumenismo romano, tomando providências sérias para interromper as 'demarches' de ministros que, porventura, caminham nessa direção, se não quiser ver fracassada parte de sua missão, que, iniciada pelos nossos pioneiros, deve ser levada a cabo pelos presbiterianos de hoje e de amanhã.”⁷⁸⁵

O intuito era o de manter os espíritos em guarda para o combate contra as estratégias da CNBB, a fim de escapar do perigo representado pelas “malhas do ecumenismo romano”. Esse quadro negativo pintado no documento da IPB, apresentando uma postura contrária aos progressistas ecumênicos, católicos ou protestantes, que ajudavam a construir o CONIC, contava com o aval e o aplauso de nosso general “sociólogo.”

Os questionamentos apontados no documento da IPB pelo general são elucidativos das disputas internas ao protestantismo, colocando em confronto conservadores e progressistas ecumênicos. Já vimos como essa postura ideológica conservadora se manifestou de forma implacável após a Conferência do Nordeste, em 1962, no interior da Confederação Evangélica do Brasil (CEB) contra os setores progressistas e ecumênicos, resultando na dispersão desta última corrente após os expurgos em igrejas, seminários e entidades várias. Esse confronto ideológico atravessou todo o período do regime militar, testemunhando um esforço contínuo das lideranças conservadoras em defender o que compreendiam ser a “sã doutrina”.

Por outro lado, os progressistas sempre que possível, como através de publicações ou pronunciamentos, tentavam influenciar os conservadores a se engajarem nas lutas sociopolíticas.⁷⁸⁶ O CEI/CEDI utilizou considerável espaço no *Boletim CEI* e na revista *Tempo e Presença* com esse objetivo.⁷⁸⁷ Conforme já assinalamos, foi contra esse pano de fundo que escreveram os teólogos João Dias de Araújo e Rubem Alves.⁷⁸⁸ Na avaliação do primeiro, esse processo de “caça às bruxas” assumiu feições tão virulentas que o levou a

⁷⁸⁵ ARQUIVO NACIONAL, op. cit., fls. 56.

⁷⁸⁶ O próprio Rubem Alves reconheceu que ao escrever o livro “Religião e Repressão”, depois atualizado para “Religião e Repressão”, trazia consigo a esperança de que houvesse uma mudança na mentalidade conservadora. cf. ALVES, Rubem. *Religião e Repressão*. São Paulo: Edições Loyola/Editora Teológica, 2005.

⁷⁸⁷ ABUMANSUR, Edin Sued. *A tribo ecumênica: um estudo sobre o ecumenismo nos anos 60 e 70*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). PUC-SP, 1991. mimeo.

⁷⁸⁸ ARAÚJO, João Dias. *Inquisição sem fogueiras*. Rio de Janeiro: ISER, 1985. e ALVES, Rubem. op. cit.

compará-lo com o que foi protagonizado por inquisidores ao perseguirem e punirem os chamados “hereges” nos séculos XVI e XVII.

Vejamos agora, a partir do “documento-monografia” do general do CIE, em contraposição ao que o documento da IPB afirmou anteriormente sobre o CONIC, alguns trechos do texto de fundação da entidade ecumênica dedicado a explicitar sua linha de ação, voltada para o “esforço pela promoção da dignidade, dos direitos e deveres da pessoa humana, em busca e a serviço do amor, da justiça e da paz.”⁷⁸⁹ Entre os objetivos do CONIC, o general destacou os seguintes: “o compromisso com a busca de uma comunhão cristã, através do testemunho comum do Evangelho, do exercício do amor e do serviço ao povo.”⁷⁹⁰ De modo bastante equilibrado, ele interpretou que “a entidade, ao congregar diversos credos religiosos existentes no país, propõe-se a ser um órgão de diálogo, busca conjunta e fonte de apoio para uma crescente colaboração, nos interesses comuns a todas as Igrejas Cristãs.”⁷⁹¹

Se parasse por aqui não haveria problemas aos olhos do general “sociólogo”, ou melhor, eram nas estratégias para alcançar tais objetivos ecumênicos que residiam os problemas, já que, a necessidade de se empreender a orientação política do povo e sua organização estava presente na proposta do organismo ecumênico:

A organização do povo se impõe como vocação e dever cristãos para concretizar a caminhada nova, que tem, como um de seus pontos de referência, as eleições de 15 de novembro. O povo, cada vez mais organizado, deve acompanhar, conscientemente, o desempenho de seus representantes eleitos e de todos aqueles que ocupam cargos públicos, a fim de que estejam realmente a serviço do povo e não o povo a serviço deles. Só assim será construída uma Pátria justa, fraterna e solidária.⁷⁹²

Como forma de tentar cumprir essa “vocação” de apoio à “organização do povo”, o CONIC em associação com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Rio Grande do Sul e outras entidades, emprestou apoio à luta pela terra protagonizada pelos acampamentos de colonos ocorridos em princípios dos anos 1980 nos municípios de Ronda Alta e Sarandi, ambos no estado Rio Grande do Sul.⁷⁹³ Esse apoio institucionalizou-se na criação de um órgão, o “*Comitê de Apoio aos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul*, integrado por

⁷⁸⁹ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACE 59710, 1983. fls. 54.

⁷⁹⁰ Ibid.

⁷⁹¹ Ibid.

⁷⁹² Ibid. fls. 55.

⁷⁹³ PERLI, Fernando. Um sem-terra ideal para um movimento nacional: representações políticas do MST nas páginas do Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 20, n. 38, pp. 327-352, dez. 2013.

Disponível em: < <http://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/index>>. Acesso em: 21 jan. 2014. p. 329-330.

representantes da CPT e do CONIC, do MJDH e lideranças de agricultores do acampamento de Ronda Alta (RS).⁷⁹⁴ Aliás, a solidariedade e a participação efetiva nesse tipo de luta foi um dos principais elementos que, em diferentes pontos do Brasil, ao longo de todo o regime e, até depois dele, aglutinou cristãos de diversas igrejas em uma dimensão que Julio Santa Ana classificou como “ecumenismo popular”. Segundo Santa Ana, o “projeto ecumênico popular” não se concretiza através de documentos, “mas a partir da ação, da militância e da celebração cotidiana da fé dos cristãos em situações de luta.”⁷⁹⁵ Santa Ana cita outro exemplo em que o ecumenismo serviria de cimento para unir diferentes segmentos cristãos na luta popular pela terra:

Quando os “sem-terra” se reúnem em seus acampamentos e celebram sua fé, uma grande maioria de católicos é acompanhada por um grupo mais ou menos significativo de evangélicos unidos na luta pela terra e pela reforma agrária. Há momentos em que a unidade chega a ser muito mais ampla, como por ocasião da invasão de terras urbanas ao norte da cidade de São Paulo, em Jaçanã, em fevereiro de 1984. Foi planejada por quase mil famílias, entre as quais havia católicos romanos, pentecostais, batistas, outros grupos evangélicos e também umbandistas, espíritas, etc. Durante uma noite de fim de semana ocuparam as terras. A primeira coisa que fizeram, demonstrando sua unidade, foi construir o centro comunitário. Depois de construído, não saiu cada um para construir seu próprio barraco; pelo contrário, ficaram no centro recém-levantado para realizar ali uma celebração comum. A unidade foi manifestação de uma luta comum, de uma busca comum de algo novo, que para os cristãos é sinal do Reino de Deus.⁷⁹⁶

É fácil imaginar como os agentes estatais avaliariam essa modalidade de ecumenismo em torno da luta pela terra. Se para os cristãos ela é, conforme assinalou Santa Ana, sinal do Reino de Deus, para aqueles: a prova cabal da “subversão”. Mas não temos documentos para comprovar a forma como os agentes registraram essa ação. De todo modo, fica evidenciado mais uma modalidade de inserção do movimento ecumênico em apoio à organização popular em suas variadas formas de luta. As iniciativas protagonizadas por aquelas quinhentas famílias são consideradas como marco fundacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), institucionalizado em 1984,⁷⁹⁷ que recebeu apoio do movimento ecumênico que até aqui analisamos.

Se lembrarmos que sob a perspectiva dos órgãos da “comunidade de informações”, a “abertura política” era um erro, essa forma democrática de inserção cristã junto ao povo, inclusive a colaboração com a orientação e a conscientização voltada para a participação nas

⁷⁹⁴ PERLI, Fernando, op. cit., p. 333.

⁷⁹⁵ SANTA ANA, Julio de. *Ecumenismo e Libertação*. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 116.

⁷⁹⁶ Ibid., p. 119.

⁷⁹⁷ PERILI, Fernando, op. cit., p. 333.

eleições deveria soar “subversiva” demais para o general “sociólogo” do CIE.⁷⁹⁸ Portanto, neste ponto chegamos à conclusão da análise empreendida por ele em sua “monografia” sobre o “Movimento Religioso”:

Os protestantes, aliados aos católicos da Teologia da Libertação, financiados e apoiados por diversas entidades ecumênicas, nacionais e estrangeiras, dentre elas destacando-se o CMI, já representam, no contexto do Movimento Religioso, uma força, não desprezível, voltada para a subversão, tendo em vista, utilizando-se da religião e de princípios marxistas, a mudança das estruturas sócio-políticas e econômicas vigentes para uma sociedade de cunho socialista.⁷⁹⁹

Esse fragmento nos traz à memória outro documento que já citamos, mas que gostaríamos de confrontar com esta passagem escrita pelo oficial do CIE. No outro caso, um agente do DOPS cita trecho de informação produzida pelo CENIMAR, a qual avalia as relações ecumênicas envolvendo, entre outros, Jether Ramalho, Waldo Cesar e exilados brasileiros em torno da publicação ecumênica *Paz e Terra*, as quais contavam o apoio do Conselho Mundial de Igrejas. Na ocasião, Waldo, que já havia sido preso por causa do perfil crítico da revista *Paz e Terra*, encontrava-se fora do Brasil, tentando escapar de nova prisão e das possíveis consequência que isso acarretaria:

O entrosamento destes elementos, aos quais se juntaram exilados brasileiros no Uruguai e no Chile, indicam a amplitude desse movimento de infiltração em níveis intelectualizados nacionais, num processo que, a longo prazo, poderá se constituir em real perigo para a segurança nacional.⁸⁰⁰

Entre os dois documentos há uma distância de dezessete anos. Contudo, esse intervalo temporal não foi capaz de alterar a forma como os agentes interpretavam as ações de indivíduos e de instituições do movimento ecumênico. Se em 1967 havia a previsão de que tais iniciativas poderiam no futuro “se constituir em real perigo para a segurança nacional”, no documento de 1983, isso se tornava certeza. Uma “força” que se voltava “para a subversão”

⁷⁹⁸ Um documento do CIE, localizado pelo jornalista Ayrton Baffa, apresenta um veemente protesto contra os perigos contidos no projeto de abertura desencadeado pelo general-presidente Ernesto Geisel, representando um “emparedamento” do mandatário. cf. BAFFA, Ayrton. *Nos porões do SNI: o retrato do monstro de cabeça oca*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1989. p. 49-64. Aliás, o próprio Geisel teve de agir com energia contra os setores mais exaltados dos órgãos de informações que tentavam boicotar seu projeto de abertura. Segundo o presidente, muitos agentes não compreendiam que o mundo havia mudado e continuavam lhe apresentando suas análises “apaixonadas” e “nem sempre isentas”. cf. D’ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs). *Ernesto Geisel*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1997. p. 368. O gesto mais significativo nesse sentido foi a demissão do general Ednardo D’Ávila, do II Exército, após as mortes de Herzog e do operário Manuel Fiel Filho. Cf. Ibid. p. 361-379.

⁷⁹⁹ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACE 59710, 1983. fls. 59.

⁸⁰⁰ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundo das Polícias Políticas, Setor Secreto, Pasta 49, fls. 178, caixa 403, 1969.

da sociedade. A religião, segundo o general, significava apenas algo utilitário para os propósitos “subversivos” dos ecumênicos e progressistas.

Não há dúvida quanto ao exagero contido nas previsões dos documentos do CENIMAR e do CIE no tocante aos indivíduos e instituições ecumênicas. No contexto da resistência dos setores mais radicais dos serviços de informações e de repressão ao projeto de abertura de Geisel, especialmente, quando resolveu reatar relações diplomáticas com a China, o presidente já filtrava alguns informes que chegavam até sua mesa. Conforme recordou em entrevista concedida quase quinze anos após ter deixado o poder:

Às vezes o Ministro do Exército também me dava súmulas de informações, mas eu tinha que passá-las por um crivo, porque frequentemente eram apaixonadas, nem sempre isentas. Conseguir uma informação isenta, real, de um fato é muito difícil. Ela sempre traz algo da personalidade do informante, que, mesmo que não queira, insensivelmente a deforma. Um informante mais tímido tende a majorar o fato e a atribuir um valor maior do que tem. Outro mais desleixado, que não esteja engajado no problema, pode menosprezá-lo, não lhe dar importância. A análise e avaliação de uma informação é um problema complexo. Há uma frase atribuída a um político mineiro José Maria Alkmin, que o vice- presidente do Castelo, segundo a qual o que vale não é o fato, mas a sua versão. Esta é a realidade.⁸⁰¹

A fala do presidente corrobora nossa interpretação de que, por vezes, ao registrar aquilo que pensava ser a imagem exata de algo, o agente acabava por acrescentar ou retirar algo do objeto observado. Isso ocorria em função daquele “filtro” inconsciente que nele operava, estando profundamente internalizado, contribuía na configuração de certa formatação mental, por assim dizer, que estruturava visões de mundo distorcidas, uma maneira peculiar de ler e interpretar a realidade. Essas distorções trazem consigo relação direta, sobretudo, com o tipo de formação que recebiam nas escolas militares, nutrida pelas linhas-mestras oriundas da “ideologia de segurança nacional” ou da “utopia autoritária”⁸⁰², como prefere Carlos Fico em consonância com Maria Celina D’Araujo. Segundo Fico, essa “utopia autoritária” nutria a convicção que tais agentes acalentavam: de serem portadores de “uma pretensa superioridade militar” que lhes avalizava a tutelar a sociedade civil, com vistas a livrá-la dos males que o comunismo, por exemplo, poderia lhe causar.⁸⁰³ Seguindo sugestões cognitivas de Bourdieu, poderíamos afirmar que tal percepção de mundo certamente permeava os currículos dos cursos de informações ao longo do regime,

⁸⁰¹ D’ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs.). *Ernesto Geisel*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1997. p. 368.

⁸⁰² FICO, Carlos. *Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 112.

⁸⁰³ Ibid. 112.

municiando-lhes com um variado leque de “instrumentos com os quais se pensa a realidade”⁸⁰⁴, os quais eram “calibrados” pelo imaginário paranóico dos tempos de Guerra Fria. Desse modo, tais agentes, tido por “preparados” para exercer sua vigilância da sociedade, equipavam-se com “categorias de pensamento” e de “percepção” do mundo social “interiorizadas muito profundamente”. Assim, os tempos haviam mudado, já não fazia tanto sentido ver a influência do comunismo em tudo e todos, mas a forma como interpretavam a sociedade não mudara.

Na versão que Geisel nos apresenta, parcela considerável dos homens de informações, sobretudo aqueles lotados nos órgãos estritamente militares como o CIE, não conseguia aceitar que os tempos haviam mudado na fase final da “abertura”. Portanto, “eu tinha que lutar em duas frentes”, argumenta o ex-presidente em defesa de suas sanções contra militares mais exaltados: “contra os comunistas e contra os que combatiam os comunistas.”⁸⁰⁵

Mas havia, certamente, outros elementos que ajudavam a “formatar” a percepção que os agentes da “comunidade” nutriam, especialmente, sobre o movimento ecumênico. É provável que a dimensão da crença religiosa também se constituía como importante estruturador desse “filtro” pelo qual liam o mundo, dessa visão de mundo militar expressa em seus documentos.

Uma entrevista concedida pelo pastor Jaime Wright pode ser muito útil para averiguarmos até que ponto a pertença religiosa pode ter influenciado o rumo de alguns destes documentos que estamos analisando, especialmente o produzido por nosso detetive “sociólogo”. Quando foi perguntado ao religioso se setores das Igrejas Evangélicas haviam colaborado com a repressão praticada pelos órgãos da ditadura, veja o que ele respondeu:

Certamente. Em todos os setores da repressão que visitei sempre encontrei evangélicos, especialmente presbiterianos. O chefe do SNI (extinto Serviço Nacional de Informações) em São Paulo era um presbítero. O chefe do CIE (Centro de Informações, hoje Centro de Inteligência do Exército) era um presbiteriano. Os presbiterianos estavam muito bem cotados dentro do sistema. Era presidente da Missão Presbiteriana do Brasil Central e responsável pelo trabalho da igreja americana no país. Fui denunciado várias vezes pelos líderes da IPB na época apenas por atuar em direitos humanos. Na época a IPB (Igreja Presbiteriana do Brasil) não aceitava isso como parte de sua missão. Certa vez, o diretor do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), em São Paulo, me disse que a repressão não estava preocupada com protestantes de modo geral, mas com os católicos. “Os protestantes trazem seus probleminhas e ficamos sabendo de tudo”, disse-me o diretor.⁸⁰⁶

⁸⁰⁴ BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. *O sociólogo e o historiador*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. p. 24-25.

⁸⁰⁵ D’ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs.). op. cit., p. 369.

⁸⁰⁶ Entrevista do pastor Jaime Wright concedida à revista *Vinde*. cf. Textos & Reflexões sobre a Tortura. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/denunciar/tortura/textos/barros.htm>>. Acesso em: 06 mai. 2013.

A única ressalva que faríamos a esse fragmento de memória diz respeito à suposta despreocupação da “repressão” em relação ao campo protestante. Pode ser que o Diretor do DOPS não tivesse conhecimento do quanto o protestantismo vinha sendo monitorado por outros órgãos do sistema de informações ou não quisesse alarmar o pastor.

Com efeito, há outros testemunhos acerca da colaboração de protestantes com a repressão, conforme já assinalamos em outro trecho. Mas a peculiaridade da atuação de um pastor batista, capelão do Exército, nas câmaras de tortura de órgãos estatais, testemunhada pelo jornalista Antônio Fonn⁸⁰⁷ e pelo então seminarista presbiteriano Leonildo Silveira Campos, chama a atenção. Tratava-se de Roberto Pontuschka, que, segundo Campos, na ocasião em que foi preso e torturado em 1969, na Operação Bandeirante (OBAN), em São Paulo, teria lhe procurado e dito o seguinte: “‘Quem é o seminarista que está aqui?’ De terno e gravata, ele se apresentou como capelão e disse que trazia uma ‘Bíblia’ para eu ler para os comunistas f.d.p. e tentar converter alguém.”⁸⁰⁸ Ainda segundo Leonildo Campos, um detento questionara a atitude contraditória do pastor ao torturar pessoas e ao mesmo tempo tentar evangelizá-las, ao que ele teria respondido com as mãos em sua pistola: “‘Para os que desejam se converter, eu tenho a palavra de Deus. Para quem não quiser, há outras alternativas.’”⁸⁰⁹ Com base nesses testemunhos de época, sobretudo o que foi apontado pelo pastor Jaime Wright, não é exagero supor que o documento que analisamos, bem como outros análogos, tenha sido produzido por militares vinculados ao setor conservador de alguma igreja protestante.

Todavia, escapa aos objetivos deste trabalho a apresentação de uma explicação sistemática de como se constituíram as formas de pensar e de interpretar a realidade que emergem das representações contidas nos documentos da “comunidade de informações”. Desse modo, conforme Chartier propõe ao pensar na utilidade do conceito de *habitus*, na acepção que lhe confere Bourdieu, acreditamos que seria interessante se pudéssemos elucidar “o processo pelo qual os indivíduos interiorizaram as estruturas do mundo social, transformando-as em esquemas de classificação que orientam seus comportamentos, suas

⁸⁰⁷ FON, Antônio Carlos. *Tortura: a história repressão política no Brasil*. São Paulo: Global. 1979.

⁸⁰⁸ Cf. <http://www.istoe.com.br/reportagens/141566_os+evangelicos+e+a+ditadura+militar>. Acesso em: 28 fev. 2013.

⁸⁰⁹ Ibid.

condutas, suas escolhas e seus gostos.”⁸¹⁰ Mas isso, a nosso ver, constitui-se em objeto para outra pesquisa, para a qual a noção de *habitus* seria imprescindível, porque:

ela é importante para lembrar que os agentes têm uma história, que são o produto de uma história individual, de uma educação associada a determinado meio, além de serem o produto de uma história coletiva, e que em particular as categorias de pensamento, as categorias do juízo, os esquemas de percepção, os sistemas de valores, etc. são o produto da incorporação de estruturas sociais.⁸¹¹

As análises dos militares não erraram, porém, quando observaram que os ecumênicos pretendiam fomentar a “mudança das estruturas sócio-políticas e econômicas vigentes”, já que tinham presente que a associação do regime ditatorial com um injusto sistema capitalista, cada vez mais globalizado,⁸¹² respondia por boa parte das mazelas sociais que observavam à época, inclusive as violações de direitos humanos. Os militares não erraram também ao assinalar que havia uma intensa movimentação nos setores ecumênicos ligando pessoas e instituições no Brasil e no exterior e, de certa forma, isso contribuiu para um processo de corrosão das bases sociais de sustentação do regime militar.

Na realidade está aqui um dos grandes objetivos dos órgãos de informações, contido na epígrafe desta seção, e uma das razões do monitoramento às ações do movimento ecumênico, qual seja, a crença de que “as bases do poder do Estado repousam no controle das atividades dentro de seu território, suplementadas pelos laços de fidelidade de sua população – poder não dividido ou compartilhado com qualquer corpo político alienígena.”⁸¹³ Contudo, os serviços de informações da ditadura sabiam com total clareza que não podiam contar com o “suplemento” de “fidelidade” dos ecumênicos e progressistas. E isso era algo deplorável para seus agentes, os quais gostariam de se apoiar nas funções tradicionalmente atribuídas às religiões: o fomento da coesão social e o apoio ao poder político estabelecido.

Só restava-lhes, então, tentar evitar que os ecumênicos disseminassem a conscientização e o pensamento crítico entre os segmentos da “população” que ainda pareciam acreditar no projeto político dos militares. Dentro desta perspectiva de garantir a

⁸¹⁰ BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. *O sociólogo e o historiador*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. p. 57.

⁸¹¹ Ibid. p. 58.

⁸¹² Na revista *Tempo e Presença*, a situação econômica desfavorável aos países do chamado Terceiro Mundo era tema corriqueiro das análises de diversos cientistas sociais, sobretudo o processo de “globalização econômica”, com ênfase nas mazelas sociais dele advindas. Cf. GARCIA, Paulo Roberto Salles. *A história e a importância da revista “Tempo e Presença” no movimento ecumênico e na sociedade brasileira*. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

⁸¹³ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - DSI – Ministério das Relações Exteriores - Relatório Secreto, sem data, fls. 620.

manutenção das bases do poder estatal, o Conselho Mundial de Igrejas e as entidades ecumênicas só poderiam ser enquadrados como “corpos políticos alienígenas”, cujo objetivo seria insurgir-se contra o poder estabelecido pela “Revolução de 1964”, disputando a fidelidade de setores da sociedade através de suas “teses marxistas”.

Ao disseminarem informação crítica contra o regime, por exemplo, ou ao colaborarem com ações de fortalecimento de setores populares, ao denunciarem no exterior a tortura patrocinada pelo regime, ajudavam nos esforços de luta contra o *status quo* militar. Todas essas ações, conforme temos discutido, de certo ponto de vista, contribuíram para o enfraquecimento do regime e sua perda de legitimidade, bem como para o fortalecimento da chamada “sociedade civil” que florescia ao longo dos “anos de repressão”. Nesse sentido, eram, de fato, ações subversivas, mas não na acepção dada ao termo pelos militares, isto é, como um movimento que visava fomentar ações violentas de tomada do poder.

Portanto, a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), a partir de 1973, e o CONIC, depois de 1982, estavam imersos nesse processo de construção de uma nova sociedade que se pretendia ajudar a formar. A despeito das limitações impostas por um regime político cerceador das liberdades individuais e coletivas, repressor das opiniões divergentes, apoiado em modelo econômico brutalmente concentrador de riquezas e excludente, as igrejas tentaram contribuir com iniciativas para além do assistencialismo.

Um dos campos de atuação da CESE, a defesa dos direitos humanos, também recebeu atenção especial de indivíduos e instituições em São Paulo, onde realizaram um trabalho ecumênico para o qual nos voltaremos a seguir. Referimo-nos ao trabalho que teve como protagonistas o pastor Jaime Wright e o cardeal-arcebispo dom Paulo Evaristo Arns. Interessa-nos, entre outras coisas, verificar algumas contribuições desses atores sociais partícipes do movimento ecumênico que estamos estudando.

CAPÍTULO 5: MÚLTIPLAS DIMENSÕES DO ECUMENISMO EM SÃO PAULO

O Cardeal e o Pastor: “Ecumenismo e direitos humanos se pertencem.”⁸¹⁴

Iniciativas de aproximação entre setores do catolicismo e setores do protestantismo em São Paulo datam de um período anterior à chegada de D. Paulo Evaristo Arns ao comando da Arquidiocese. Conforme demonstrou Edson Minami, desde 1964, já havia um setor responsável por implementar as diretrizes do ecumenismo católico contidas no *Unitatis Redintegratio* formuladas no Vaticano II.⁸¹⁵ Tratava-se da Comissão de Ecumenismo da Arquidiocese (CEA), criada por iniciativa do cardeal D. Agnelo Rossi.⁸¹⁶ O autor enfatiza o papel dos “franciscanos da reconciliação”, uma ordem religiosa que chega ao Brasil, em 1963, mas que passara a atuar em São Paulo só depois de 1977, a convite de D. Paulo. Tratava-se de um tipo de ecumenismo que, segundo o autor, visava entre outras coisas, “a conversão dos protestantes ao catolicismo.”⁸¹⁷ Outras aproximações e intercâmbios, especialmente na área de estudos e palestras na UCEB sobre assuntos teológicos, tiveram lugar entre o pastor e teólogo presbiteriano progressista norte-americano Richard Shaull e os dominicanos paulistanos.⁸¹⁸

Tais iniciativas, portanto, giravam em torno do aprofundamento de questões ligadas a temas teológicos e doutrinários, ainda que, de forma tangencial, passassem pela indagação sobre meios de envolvimento dos cristãos com problemas sociais. Entretanto, a modalidade de ecumenismo que ora pretendemos abordar em São Paulo, cuja característica mais marcante foi a oposição, contestação ou a resistência pacífica à ditadura e o apoio às vítimas de suas ações, bem como a promoção e a defesa dos direitos humanos, só teve lugar com a ascensão de D. Paulo Evaristo Arns, em 1970.

Recordemos algo que foi apontado na introdução: os diferentes setores do movimento ecumênico alvos deste trabalho, desenvolveram-se sob distintas práticas, discursos, bandeiras. Adotaram diversas abordagens em seu trabalho, em função dos objetivos e prioridades de cada conjuntura ao longo da ditadura do Brasil. A despeito das diferenças entre as formas de

⁸¹⁴ A expressão “ecumenismo e direitos humanos se pertencem” foi empregada em uma palestra do teólogo Zwinglio Mota Dias.

⁸¹⁵ MINAMI, Edson. *Os Franciscanos da Reconciliação e o Ecumenismo na Arquidiocese de São Paulo (1977-1994)*. Dissertação (Mestrado em História), São Paulo: USP, 2005. p. 7.

⁸¹⁶ Ibid., p. 7.

⁸¹⁷ Ibid., p. 10.

⁸¹⁸ PAULA, Marcio Gimenes de. Os antecedentes da teologia da libertação entre os protestantes brasileiros: a presença de Richard Shaull no Brasil. *Interações - Cultura e Comunidade*. Uberlândia, v. 8 n. 13, p. 77-86, jan./jun. 2013.

ação desenvolvidas por tais indivíduos e instituições ecumênicas, é possível perceber alguns pontos de convergência entre elas.

Entre outros, citemos os seguintes: a inspiração e o apoio de diferentes formas do Conselho Mundial de Igrejas; a dimensão crítica em relação ao regime militar; o apoio aos setores sociais excluídos ou afetados negativamente pelo modelo de desenvolvimento econômico sustentado pelo regime militar; o horizonte do restabelecimento da democracia no Brasil; a defesa dos direitos humanos e o desenvolvimento de ações de fortalecimento dos movimentos populares e sociais que emergiam ao longo dos anos 1970 e 1980; adoção do ecumenismo e da Teologia da Libertação. Por fim, outro ponto que diz respeito a todos os casos que vimos tratando foi a vigilância que sofreram por parte de agentes de diferentes órgãos de informações e repressão da ditadura, o que produziu abundante documentação que configurou um conjunto de representações sobre o movimento ecumênico.

No caso do CEI/CEDI, tratava-se de iniciativas que poderiam ser enquadradas na modalidade para-eclesiástica, isto é, as ações desenvolvidas não foram protagonizadas por igrejas, mas por cristãos de forma autônoma, às vezes à revelia de suas denominações, contando também com pessoas sem vinculação com igrejas. Contudo, inseria-se no contexto do movimento ecumênico brasileiro, latino-americano e mundial. Influenciou profundamente as igrejas, os movimentos populares e sociais de diferentes matizes, especialmente através de suas publicações que alcançavam diversos países.

Já a CESE representava uma iniciativa protagonizada diretamente pelas igrejas-membros do Conselho Mundial de Igrejas e pela Igreja Católica. Neste caso, diferentes denominações atuaram de forma institucional, representando o esforço de ação conjunta dentro de uma perspectiva ecumênica e libertária.

No caso que passaremos a analisar, articularam-se iniciativas pessoais e institucionais, que operaram dentro do chamado “guarda-chuva” da arquidiocese de São Paulo, sobretudo na pessoa do cardeal Arns e do Conselho Mundial de Igrejas. É necessário enfatizar que outras iniciativas ecumênicas foram desenvolvidas na mesma época em São Paulo, as quais não serão alvo deste trabalho, mas que constituem objeto histórico igualmente relevante e demandariam uma pesquisa específica.⁸¹⁹

⁸¹⁹ Para citar apenas um exemplo, mencionamos o caso do trabalho desenvolvido pelo Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular (CESEP), criado em 1983 e que existe até os dias de hoje. Ele contou com a participação de Jether Ramalho, Júlio de Santa Ana e outros protestantes em associação como padre José Oscar Beozzo e outros eminentes católicos. A entidade desenvolveu relevante trabalho de formação de quadros para as organizações do movimento popular, das CEBs, movimento sindical e outros movimentos sociais que contribuíram na formação da nova sociedade que emergia da ditadura militar. A iniciativa também

Assim, este capítulo se propõe a explicitar e a analisar apenas práticas e discursos protagonizados por indivíduos e instituições cristãs no âmbito da cidade São Paulo articuladas ao movimento ecumênico. Cumpre observar que a escolha das ações a serem analisadas foi feita com vistas a focar na especificidade do vínculo ecumênico entre Jaime Wright e Paulo Evaristo Arns, bem como na forma como se articulavam às iniciativas do Conselho Mundial de Igrejas.

A partir de documentos produzidos por órgãos de informações (SNI, DEOPS-SP, etc.) da ditadura e por entidades ecumênicas, interessa-nos também perceber a forma como tais práticas e discursos foram lidos, interpretados, assimilados e representados nos documentos dos agentes da ditadura. Conforme aventamos, enfatizaremos as iniciativas em torno da defesa e promoção dos direitos humanos, bem como as de denúncia de suas violações. Tanto perseguidos políticos brasileiros quanto estrangeiros estiveram ao alcance dessas iniciativas ecumênicas, que, paralelamente, colaboraram para fortalecer a crítica ao regime militar e, por conseguinte, cooperaram com as forças sociais comprometidas com a luta pelo retorno da democracia no Brasil.

Nesta empreitada, especial atenção será dada a aspectos da história de amizade ecumênica estabelecida entre o cardeal Arns e o pastor Jaime Wright, protagonistas das ações mais significativas em torno do movimento ecumênico em São Paulo. Paralelamente, interessa-nos verificar as representações que se construíram nos documentos dos órgãos de repressão em torno das atividades que realizaram.

A aproximação entre eles ocorreu após o desaparecimento, em 1973, do ex-deputado estadual por Santa Catarina, Paulo Stuart Wright, cassado em 1964, logo após o golpe militar. Irmão mais novo do pastor, Stuart Wright, era um presbiteriano líder da organização de esquerda Ação Popular Marxista Leninista (APML). Ele figura no rol dos desaparecidos desde que foi preso por órgãos de repressão, em São Paulo. Após tomar ciência do fato, o pastor Wright deu início a uma verdadeira Odisseia em busca do irmão. Nessa ocasião, acabou buscando ajuda na Cúria Diocesana, através do cardeal. Foi assim que os dois se conheceram e deram início a uma longa história de amizade e trabalho ecumênico.

contou com o apoio e o incentivo de dom Paulo Evaristo Arns. Cf. BEOZZO, José Oscar. Um sonho latino-americano e ecumênico em terras brasileiras. *Tempo e Presença*. Rio de Janeiro n. 297. pp. 38-40, jan/fev. 1998. Vale destacar que o CESE também foi alvo de monitoramento dos agentes da ditadura e há documentos produzidos pelo SNI sobre algumas de suas atividades.

Em pesquisa no Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), localizamos um robusto conjunto de papéis encadernados, intitulado “Dossiê Paulo S. Wright”⁸²⁰, o qual havia sido anexado às pastas com documentação sigilosa dos agentes do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) de São Paulo. Trata-se de uma coletânea contendo diferentes tipos de documentos coligidos pelo pastor, entre eles cartas enviadas a políticos e influentes funcionários do governo norte-americano, notas e artigos publicados em jornais e revistas nacionais e estrangeiras, parecer jurídico sobre a condição de dupla nacionalidade de Stuart Wright, produzido por renovado jurista da USP, etc. O Dossiê contém, inclusive, cartas persuasivas escritas por senadores e autoridades políticas e religiosas estadunidenses pressionando o governo brasileiro a que procedesse à localização de Paulo Stuart Wright. Tal pressão estrangeira sobre o governo Médici, no entanto, recebeu o mais completo silêncio como resposta. Afinal, quando o regime não se manifestava negando a prática de torturas contra presos políticos, o silêncio era a forma básica utilizada por Médici para lidar com as denúncias e campanhas internacionais contra as violações de direitos humanos, que, conforme vimos, desde 1970, eram realizadas por diversas organizações internacionais.

É que após tomar conhecimento da prisão de seu irmão, o pastor procurou de todas as formas e em todos os lugares possíveis obter informações junto das autoridades representantes do regime. Sem sucesso, partiu então para a busca por ajuda no exterior. Contatou amigos religiosos do Conselho Nacional de Igrejas dos Estados Unidos, Senadores, funcionários importantes do Departamento de Estado dos EUA, do Conselho Mundial de Igrejas, de diversos periódicos cristãos, etc. Tudo isso no intuito de fomentar a pressão internacional contra o governo Médici para que procedesse às ações necessárias para localizar o paradeiro de Stuart Wright. Por ser filho de cidadão norte-americano, Jaime Wright, apesar de ter aberto mão da cidadania estadunidense, usou sua influência para tentar localizar seu irmão, que, segundo o parecer jurídico, ainda gozava do *status* de cidadão norte-americano.

O dossiê testemunha a amplitude dos seus esforços através, inclusive, de mobilização da opinião pública internacional por intermédio de uma extensa rede de amigos, revelando uma verdadeira batalha, pública e pelos “bastidores”, para tentar encontrar seu irmão. Com tais iniciativas, o pastor também correu riscos ao se expor e ser considerado um problema pelos agentes dos órgãos estatais de informações e de segurança. Esse episódio já prenunciava sua habilidade para costurar contatos, e cultivá-los, com pessoas e instituições de diversos países da Europa e da América do Norte, conforme veremos mais adiante.

⁸²⁰ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Fundo das Polícias Políticas – Série Dossiês DEOPS – Dossiê Paulo Stuart Wright.

Não sabemos como o dossiê foi parar no DEOPS. Ao que parece, o pastor o enviou para lá com a esperança de que o órgão realizasse buscas pelo irmão, após tomar conhecimento da ampla repercussão do caso no exterior. Contudo, seus esforços não surtiram o efeito desejado, já que o silêncio parece ter sido também a estratégia dos órgãos de repressão em São Paulo para lidar com o caso. Anos mais tarde, ele teve de admitir a triste realidade de que seu irmão havia sido morto sob tortura.⁸²¹

Neste processo se consolidou a amizade entre o pastor e o cardeal, a qual se desdobrou em diversas iniciativas ecumênicas ao longo dos anos 1970 e 1980. Tamanha foi a afinidade entre o cardeal e o pastor que este último passou a trabalhar em uma sala na Arquidiocese e o próprio D. Paulo o considerava como seu bispo auxiliar para questões de direitos humanos e relações exteriores, conforme veremos adiante. E era desta maneira que Wright se apresentava em situações em que era enviado para representar D. Paulo em missões arriscadas por meandros das ditaduras do Cone Sul.

O perfil de ativista dos direitos humanos do pastor está, assim, intimamente relacionado com o episódio do desaparecimento de seu irmão. A experiência da sua perda certamente o marcou profundamente, influenciando em grande medida sua decisão de se dedicar ao tema da denúncia dos crimes cometidos contra os direitos humanos não só pela ditadura do Brasil, mas também pelas ditaduras que se abateram sobre as Américas nos anos 1970 e 1980. Mas seu ativismo em torno desse campo traz motivos mais profundos, algo relacionado com sua fé, sua forma de enxergar o papel de um religioso em tempos críticos como aqueles marcados pelo domínio das ditaduras militares. Ao ser indagado se a motivação para o seu ativismo em torno da questão dos direitos humanos havia sido a desaparecimento do irmão, foi enfático em sua resposta: “Não. Isso tem sido uma motivação do meu ministério, desde os meus tempos de pastor evangelista em Caiquitê, no interior da Bahia.”⁸²²

Ele passou a se dedicar inteiramente à causa, sempre em parceria com o cardeal-arcebispo D. Paulo Evaristo Arns. Conforme veremos em seguida, a aproximação com o religioso católico se aprofundou após a realização do culto em homenagem a Herzog, em 1975, mas o pastor já vinha colaborando com iniciativas da arquidiocese no campo da defesa dos direitos humanos desde a desaparecimento do seu irmão, em 1973. Nesse mesmo ano, D. Paulo já havia protagonizado a realização de cerimônias religiosas que visavam protestar

⁸²¹ Foram seus companheiros do CLAMOR que levaram Jaime Wright a encarar e a aceitar essa triste realidade. cf. LIMA, Samarone. *Clamor: A vitória de uma conspiração brasileira*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

⁸²² Entrevista do pastor Jaime Wright concedida à revista *Vinde*. cf. Textos & Reflexões sobre a Tortura. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/denunciar/tortura/textos/barros.htm>>. Acesso em: 06 mai. 2013.

contra o regime militar, como a missa rezada, em 1973, em homenagem ao estudante da USP, Alexandre Vanucchi Leme, morto em São Paulo pela repressão, sob acusação de pertencer à Ação Libertadora Nacional (ALN).⁸²³

As atividades ecumênicas em torno da defesa dos direitos humanos e da denúncia de atos repressivos dos órgãos de repressão realizadas ao longo dos anos 1970 e 1980, em São Paulo, possuíam, pelo menos, duas dimensões distintas. Uma delas manifestava-se na esfera pública, especialmente através de atos, encontros ou cultos ecumênicos. Outras cerimônias tinham como alvo a campanha pela anistia “ampla, geral e irrestrita”, e alguns em honra à memória dos desaparecidos e presos políticos das ditaduras do Cone Sul.

A outra dimensão era a secreta, sigilosa, de bastidores, as quais eram realizadas à semelhança das atividades de coleta e difusão de informações dos órgãos da ditadura. Entre as ações deste tipo, encontravam-se as viagens ao exterior em busca de informações sobre vítimas das ditaduras do Cone Sul, troca de correspondências e publicações atinentes à temática dos direitos humanos, transporte de dinheiro com vistas ao financiamento de projetos ecumênicos, dentre outras, conforme veremos adiante.

O Cardeal, o Rabino e o Pastor e o ecumenismo de “denúncia profética”

O episódio da morte do jornalista Vladimir Herzog serviria de plataforma para explicitar aspectos da dimensão pública, com repercussões políticas, da prática ecumênica alvo de nosso interesse em São Paulo. O momento histórico por que passava o país inspirava esperanças em setores expressivos da sociedade, haja vista o fato de o então general-presidente, Ernesto Geisel, ter prometido, desde sua posse, em 1974, que levaria o Brasil de volta à democracia através da chamada “distensão política”. Uma conjuntura em que, conforme assinala Serbin, “o regime começara a usar a repressão de maneira mais seletiva, o que foi possível como resultado do efetivo esmagamento da oposição realizado por Médici.”⁸²⁴

No entanto, no interior do próprio regime, conforme já discutimos anteriormente, havia grupos antagônicos que discordavam acerca dos rumos políticos que o país deveria seguir. A “comunidade de informações” encarava a proposta de Geisel como um convite à

⁸²³ SERBIN, Kenneth. *Diálogos na Sombra: Bispos e Militares, Tortura e Justiça Social na Ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

⁸²⁴ SERBIN, Kenneth, op. cit., p. 406.

subversão.⁸²⁵ Para ela, o risco da eclosão de uma revolta armada ainda era uma possibilidade concreta, apesar de os setores da esquerda armada já terem sido desmantelados pelas forças de repressão.⁸²⁶ E para piorar, na concepção desses “homens de informações”, essa possibilidade de sublevação social também contaria com o engajamento dos setores do movimento ecumênico. Vale enfatizar que, no final dos anos 1970 e inícios dos 1980, não mais a Revolução Cubana, mas a Sandinista seria, na perspectiva dos agentes militares, o exemplo que os cristãos brasileiros estariam propensos a seguir. Mais adiante voltaremos a este ponto.

Tal posicionamento explica, em parte, a profusão de documentos produzidos por órgãos dos serviços de informações e de repressão, contendo advertências endereçadas aos seus “clientes”, isto é, aos setores decisórios do governo. Alertavam para a urgência da tomada de medidas chamadas de “contenção”, o que significava o aumento da repressão contra setores da oposição, com vistas a barrar o crescimento do que avaliavam como sendo “subversão”.⁸²⁷

Em linhas gerais, este era o cenário em que o “culto ecumênico” em memória do Jornalista Vladimir Herzog ocorreria. Portanto, a participação dos religiosos significava um gesto de coragem, diante dos riscos reais de represálias.

Entretanto, conforme sugeriu Aline Coutrot, as declarações do episcopado devem ser percebidas enquanto elemento propício para apreendermos os modos de intervenção das forças religiosas na sociedade. É importante, na perspectiva da história do político, detectar a sua influência e impacto na opinião pública, como elas são recepcionadas pelo Estado e pelos fiéis. Sob nosso ponto de vista, a análise do culto ecumênico de Herzog, bem como de outros que foram realizados no período, nos permite avaliar alguns dos pontos assinalados pela autora. Ela também pode ajudar a pensar o papel das igrejas, mais precisamente da católica, durante um momento crucial da ditadura.

É que nesse momento histórico de meados dos anos 1970, ela era indiscutivelmente um ator político a ser considerado no cálculo do regime com respeito ao nível de repressão a ser adotado. A autoridade moral da Igreja emprestada a setores da sociedade alvo de repressão significava, assim, um anteparo diante da ferocidade dos órgãos estatais responsáveis por conter o que classificavam como “pressões sociais”. Não sem razão, ao longo do regime e,

⁸²⁵ Cf. a esse propósito, documentos produzidos pelo Centro de Informações do Exército (CIE) e pelo Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), publicados em BAFFA, Ayrton. *Nos porões do SNI: o retrato do monstro de cabeça oca*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1989. p. 49-65.

⁸²⁶ FICO, Carlos. *Como eles agiam - Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

⁸²⁷ BAFFA, Ayrton. op. cit., p. 66.

sobretudo no período 1964 a 1974, as pastas de documentos da polícia política no Rio e em São Paulo estão repletas de recortes de jornal cobrindo as relações entre Igreja e Estado. Em São Paulo, por exemplo, o período 1968 a 1973, foi o de maior produção de documentos do DEOPS resultantes do monitoramento das atividades da Igreja Católica e declarações do “clero progressista”.⁸²⁸

À primeira vista, tratava-se de uma cerimônia religiosa fúnebre como outra qualquer. Mas devemos estar atentos ao que assinalou Aline Coutrot: “a história do político adquire dimensões novas ao levar em conta o religioso, não somente sob suas formas institucionais [...], mas também através do acontecimento [...]”.⁸²⁹ Nossa análise pretende, assim, atentar para tais “dimensões novas” que esse acontecimento religioso repleto de intenções políticas pode revelar.

Assim, quando nos prendemos aos detalhes dos gestos e palavras, das coisas que ali foram ditas e realizadas, e ao situarmos o evento à luz de um contexto mais amplo, da chamada “abertura política”, chegaremos à conclusão de que ele, juntamente com outros cultos análogos à época, foi portador de simbolismos e significados para além da dimensão estritamente religiosa, gerando consequências para o processo de fortalecimento de outros setores da oposição ao regime militar.

Catalítico de unidade, tal “ritual”⁸³⁰ processar-se-ia em meio à adversidade, num contexto marcado pela indignação de amplos setores da sociedade paulistana contra os agentes militares considerados, por muitos, como sendo os responsáveis pela morte de Herzog (diretor do departamento de jornalismo da TV-Cultura), nas dependências do Destacamento de Operações Internas – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), um dos mais conhecidos centros de tortura. Dom Paulo afirmou, anos mais tarde, que antes da morte de Herzog, já havia escondido diversos jornalistas perseguidos pela ditadura, inclusive em conventos e em locais que julgava não estar sob suspeita dos órgãos de repressão. Observou ainda que não esperava que a ditadura fosse assassinar alguém com o prestígio de Herzog.⁸³¹

⁸²⁸ SOUZA, Admar Mendes. *Estado e Igreja católica: O movimento social do cristianismo de libertação sob vigilância do DOPS/SP (1954-1974)*. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2009. p. 195-325.

⁸²⁹ COUTROT, Aline. “Religião e política”. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV. 1996. p. 356.

⁸³⁰ Utilizaremos a noção antropológica de ritual na acepção dada ao termo por PEIRANO, Mariza. “A análise antropológica dos rituais”. In: _____. (org.). *O Dito e o Feito: Ensaios de Antropologia os Rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. e _____. *Rituais ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

⁸³¹ Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/#!/videos>>. Acesso em: 14 ago. 2013.

Entretanto, conforme assinalou Carlo Fico,⁸³² a ação repressiva que o levou à morte representava mais uma demonstração de resistência dos setores mais radicais dentro dos órgãos da “comunidade de informações” diante da forma como Geisel encaminhava a “questão política”, o que provocou mal-estar entre o presidente e o citado setor. Em 1976, porém, a morte do operário Manoel Fiel Filho, em circunstâncias semelhantes às que envolveram a de Herzog, demonstraria que aqueles setores das Forças Armadas, especialmente em São Paulo, não levaram a sério o ultimato de Geisel no sentido de cessarem atos como aqueles. Após a morte do operário, o presidente tomou uma das medidas mais enérgicas contra os setores praticantes da tortura e fomentadores da violência estatal contra cidadãos: demitiu o comandante do II Exército, o general Ednardo D’Ávila.

O culto em homenagem a Herzog ocorreu no dia 31 de outubro de 1975, sete dias após sua morte. Na ocasião, o ecumenismo já havia adquirido certa aceitação em setores do protestantismo, do catolicismo e, inclusive, do judaísmo, religião do falecido. Naquele ano, haviam começado os diálogos entre os líderes das igrejas nacionais que constituiriam o CONIC, em 1982.⁸³³ A CESE, fruto da aproximação entre setores dessas mesmas igrejas, mais a Pentecostal “O Brasil para Cristo”, já funcionava desde 1973, conforme vimos. Todas essas iniciativas recebiam suporte do Conselho Mundial de Igrejas.

Com o intuito de impedir a realização da cerimônia, que ficou conhecida como o “culto proibido”, houve extensa mobilização dos órgãos de segurança e até barricadas ao redor do local foram montadas pela polícia. Ela foi concelebrada por religiosos de três instituições distintas: o cardeal-arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, o rabino Henry Sobel, dirigente da Congregação Israelita Paulista e o pastor Jaime Wright, presidente da Missão Presbiteriana do Brasil. Eles também contaram com a presença do arcebispo de Olinda e do Recife, dom Helder Câmara e outros religiosos, entre os quais se encontravam o pastor Manoel de Mello e o bispo Arthur Kratz.⁸³⁴ A homilia de D. Paulo, fundamentada em referências bíblicas, enfatizou a dignidade e a singularidade da vida humana. Denunciou e censurou a violência praticada contra o semelhante, assinalando que tal ato não ficaria impune diante de Deus:

⁸³² FICO, Carlos. op. cit., p. 212.

⁸³³ Em 24 de setembro de 1975, no Rio de Janeiro, ocorreu o primeiro Encontro de Dirigentes Nacionais de Igrejas Cristãs. Na ocasião, foi discutido a forma que tomaria o estatuto da entidade que se pretendia criar, cujo nome, até então, seria Conselho Ecumênico de Igrejas Brasileiras. cf. BOCK, Carlos G. *O Ecumenismo Eclesiástico em Debate. Uma análise a partir da proposta ecumênica do CONIC*. São Leopoldo: IEPG-Sinodal, 1998. p. 55.

⁸³⁴ Para a presença de Manoel de Mello e Arthur Kratz cf. SANTA ANA, Julio de. *Ecumenismo e Libertação*. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 120.

De fato, Deus é o dono da vida. Ninguém toca impunemente no homem, que nasceu do coração de Deus, para ser fonte de amor em favor dos demais homens. Desde as primeiras páginas da Bíblia Sagrada até a última, Deus faz questão de comunicar constantemente aos homens que é maldito quem mancha suas mãos com o sangue de seu irmão.[...] O Senhor da História não aceita a violência em fase alguma, como solução de conflitos. Prefere sacrificar o próprio Unigênito para que não morram os demais irmãos. No meio da caminhada, oferece-lhes o Decálogo, para os orientar. E no meio do Decálogo, aparece a ordem, como imperativo inarredável, princípio universal, indiscutível: Não matarás. Quem matar se entregará a si próprio nas mãos do Senhor da História e não será apenas maldito na memória dos homens, mas também no julgamento de Deus.⁸³⁵

Tratava-se de uma crítica direta à tortura e ao assassinato de Herzog e, por extensão, abarcava a situação repressiva mais ampla em que o país se encontrava desde 1964 até aquele momento. Contudo, a mensagem do cardeal também estimulava a solidariedade e a esperança de que novos tempos de justiça e paz poderiam chegar. Tratava-se, na sua concepção, de um momento de unir as forças em uma “luta pacífica” em prol de tais objetivos:

É hora de se unirem os que ainda querem olhar para os olhos do irmão e ainda querem ser dignos da luz que desvela a falsidade. A esperança reside na solidariedade. Aquela solidariedade que é capaz de sacrificar os egoísmos individuais e grupais no altar da pátria. No altar do Estado. No altar de uma cidade. Neste momento, o Deus da esperança nos conclama para a solidariedade e para a luta pacífica, mas persistente, crescente, em favor da geração que terá como símbolos os filhos de Vladimir, sua esposa e sua mãe.⁸³⁶

Algumas palavras do discurso evidenciam que, mesmo do ponto de vista dos religiosos progressistas, para além dos objetivos espirituais e religiosos, a cerimônia fora pensada enquanto espaço de resistência e oposição ao governo, com vistas a expressar e fortalecer uma “luta”, “persistente” e “crescente”, ainda que “pacífica”. Configurava-se, assim, a plataforma para um “ecumenismo de denúncia”, expressão do que os religiosos definiam como a “dimensão profética” do cristianismo, cuja inspiração vinha dos profetas do Antigo Testamento e dos Apóstolos, do Novo. Em verdade, eram nestas fontes também que a Teologia da Libertação bebia, conforme temos assinalado, mediada pelo instrumental analítico do marxismo.⁸³⁷

⁸³⁵ SYDOW, Evanize; FERRI, Marilda. *Dom Paulo Evaristo Arns: um homem amado e perseguido*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999. p. 201.

⁸³⁶ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1975. p. 4.

⁸³⁷ Interessante destacar que Leonardo Boff, um dos mais conhecidos teólogos católicos da libertação, atribuiu a visão crítica contida em sua “leitura da realidade social”, inspirada a partir do instrumental analítico do marxismo, a uma palestra proferida por Jether Ramalho, no Instituto de Teologia dos Franciscanos em Petrópolis. Segundo Boff, a palestra de Jether discorrendo sobre a relação de dependência entre países pobres e ricos lhe “abriu os olhos para a base analítica e social da libertação integral. Ela tem um pé na Palavra da Revelação, pois aí se inspira, e um pé na realidade, decodificada analiticamente de forma que ajuda a fé a ser

A mensagem do reverendo Wright seguiu na mesma direção. Baseada em Salmos 23, objetivou, a um só tempo, denunciar a tortura e oferecer conforto aos familiares de Herzog, destacando a força de consolação do texto bíblico para aqueles que se encontravam expostos a situações de violências várias:

[...] Este Salmo tem sido cantado por almas sofrendo as bofetadas da perseguição, ou enfrentando o desalento de solitário exílio. Os santos, ao morrerem, encontram neste Salmo o suave travesseiro para seus últimos sonos. Os mártires encontram neste Salmo a calma e o conforto ao serem queimados nas estacas flamejantes.⁸³⁸

Em uma entrevista concedida três anos após o culto, o Rabino Henry Sobel explicitou seu estado de espírito no momento da cerimônia, corroborando a perspectiva de que o evento pretendia ser um gesto de protesto contra o regime:

Manifestando-me junto com Dom Paulo, junto com o Pastor Jaime Wright, era nossa ideia de criar aquela manifestação pública contra o governo, era nossa ideia de realizar aquele culto ecumênico naquela sexta-feira à tarde, em outubro de 75. [...] Aquilo que aconteceu com Vlado e com outros, outras vítimas, era uma ameaça à sociedade. E quando a sociedade está sendo ameaçada, todas as religiões devem somar forças.⁸³⁹

O ecumenismo, em sua avaliação, representava a união dos esforços das religiões em defesa de uma ameaça mais ampla contra a sociedade, não contra um indivíduo. Assim, de um lado, a defesa da sociedade, de outro, o culto ecumênico representava uma estratégia de ataque ao regime. Durante o culto, foram entoados cânticos judaicos, antecedendo à mensagem do líder desta religião. Sua fala externou um desabafo, através de uma analogia entre o regime brasileiro e aquele que inseriu a Alemanha na Segunda Grande Guerra. Verdadeiro “tapa com luva de pelica”, por assim dizer, na face da ditadura brasileira: ““esta é uma cerimônia que se dirige ao homem Vladimir Herzog, que fugiu do nazismo e fez do Brasil a sua pátria querida e amada, nela se integrando.””⁸⁴⁰ Observou ainda que ““a um rabino não cabe apenas se ocupar de sua religião. O rabino também se volta para tudo aquilo de importante que ocorre fora de sua sinagoga.””⁸⁴¹

autenticamente libertadora e não apenas progressista e assistencialista”. cf. BOFF, Leonardo. “Jether Ramalho: ancião bíblico, mestre, companheiro”. In: RAMALHO, José Ricardo (org.). *Uma presença no tempo: A vida de Jether Ramalho*. Rio de Janeiro: Oikos editora, 2010. p. 77.

⁸³⁸ SYDOW, Evanize e FERRI, Marilda. op. cit., p. 200.

⁸³⁹ Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/#!/videos>>. Acesso em: 14 ago. 2013.

⁸⁴⁰ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1975, 31 out. 1975.

⁸⁴¹ Ibid.

Desse modo, percebemos que a mesma perspectiva de uma “espiritualidade encarnada”, comprometida com a busca por soluções dos problemas sociopolíticos de seu tempo que animava católicos e protestantes progressistas e ecumênicos estava também presente neste segmento do judaísmo. Tal comunhão de valores ajuda a explicar essa modalidade de “ecumenismo de denúncia”, em São Paulo e o tamanho impacto de agregação política de oposição que o ritual propiciou. Cumpre sublinhar nesse momento alguns elementos contidos na perspectiva antropológica acerca da natureza, usos e possíveis significados dos rituais em relação ao domínio da política. Para Mariza Peirano, rituais “são bons para transmitir valores e conhecimentos e também próprios para resolver conflitos e reproduzir relações sociais.”⁸⁴² Assim, segundo a autora, *fazer e falar* são formas eficazes, que têm propósitos, na medida em que são “ações sociais.”⁸⁴³ Desse modo, os rituais revestem-se de um caráter *performático* na medida em que permitem “comunicar, fazer, modificar, transformar”⁸⁴⁴, conforme especifica:

A eficácia da ação ritual reside no fato de acionar crenças culturais essenciais – crenças que constituem uma cosmologia – mas, ao mesmo tempo, questionar determinadas estruturas sociais. Neste sentido, os rituais podem concorrer para a construção de novas legitimidades, permitindo desvendar mecanismos, de diferenciação social e realizar a passagem das ideologias para os sistemas de ação (e vice-versa).⁸⁴⁵

A riqueza desse excerto nos permite começar a compreender o porquê da realização dos vários “cultos ecumênicos” em torno da celebração da memória dos guerrilheiros do Araguaia, dos desaparecidos políticos no Brasil e na Argentina, e familiares de desaparecidos políticos, alguns dos quais verificaremos adiante, etc.⁸⁴⁶ Seus protagonistas, imbuídos de uma “espiritualidade da encarnação”, certamente tinham a consciência de que em tempos de repressão e cerceamento de direitos civis e políticos, sobretudo, o culto era uma das poucas formas disponíveis de manifestação. Assim, o possivelmente estava no horizonte desses religiosos a pretensão de unir esforços com vistas à “construção de novas legitimidades”,

⁸⁴² PEIRANO, Mariza. *Rituais ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. p. 10.

⁸⁴³ PEIRANO, Mariza, op. cit., p. 11.

⁸⁴⁴ Ibid. p. 40.

⁸⁴⁵ Ibid. p. 47.

⁸⁴⁶ Para a análise de dois cultos ocorridos em São Paulo e um em Nova Iguaçu (RJ), nas décadas de 1970 e 1980, cf. BRITO, André Souza. “Cultos ecumênicos em memória de comunistas e terroristas”: estratégias de luta de cristãos progressistas contra a ditadura militar do Brasil. *Oficina do Historiador*. Porto Alegre, v. 6, n. 1, pp. 23-43, jan./jun. 2013. Semestral.

Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

desvendando os mecanismos de repressão ditatorial e preparando o terreno para a “passagem das ideologias para os sistemas de ação” em face do regime instituído. Não foi à toa que, conforme vimos, os estudiosos notaram que o culto representou um marco do fortalecimento da oposição democrática contra o regime. Nesse sentido, o culto ecumênico, ao mesmo tempo em que evocava o sentimento e o mandamento bíblico do “amor ao próximo” e da “justiça divina”, servia também como questionamento das estruturas sociopolíticas vigentes desde 1964.

Na citada entrevista, Sobel explicou sua concepção da relação entre fé e engajamento nas lutas de seu tempo: “a religião deve se identificar com a totalidade da vida, que significa a política também. A sinagoga acompanha a Igreja neste sentido.”⁸⁴⁷ A aproximação e parceria ecumênicas do rabino junto ao cardeal foi marcante, produzindo no primeiro um sentimento de admiração, bem como uma influência positiva, especialmente pela coragem de D. Paulo em assumir a responsabilidade por aquele incomum culto-protesto. Dizemos incomum por ser ecumênico, envolvendo, além do protestantismo, o judaísmo e setores não vinculados a qualquer religião, e pela ousada e deliberada proposta que encarnou enquanto canal de crítica e de denúncia contra o governo militar. Anos mais tarde, Sobel viria a recordar, com emoção, uma das principais virtudes observadas no cardeal Arns: “Eu segui a coragem dele. Até hoje quando a gente se cumprimenta, Dom Paulo me abraça, ele fala ‘coragem, coragem!’.”⁸⁴⁸

Durante o culto ecumênico, um pouco antes de sua oração, Sobel argumentou que “não importam as condições em que Vladimir Herzog tenha sido morto. Ele soube ser um homem. Isto é o que conta.”⁸⁴⁹ Com esta observação, parecia oferecer uma justificativa àqueles que questionavam a legitimidade de um culto em homenagem a um “comunista”, “ateu” ou “suicida”, expressões acerca de Herzog difundidas oficialmente pelos militares e aceitas por muitos, inclusive pelos setores conservadores do cristianismo, do judaísmo e da mídia.

As considerações pessoais de um cônego católico referentes ao culto ecumênico e à morte de Herzog, registradas em uma espécie de livro de ocorrências da Catedral da Sé, são fontes reveladoras desta perspectiva negativa em relação à postura de D. Paulo e dos demais religiosos progressistas. Mais uma indicação de que, a despeito da orientação do Vaticano II, havia divergências no interior da Igreja Católica acerca da legitimidade do movimento ecumênico, da mesma forma que ocorria entre as igrejas protestantes. Elas também fornecem

⁸⁴⁷ Disponível em: < <http://bnmdigital.mpf.mp.br/#!/videos> >. Acesso em: 14 ago. 2013.

⁸⁴⁸ Disponível em: < <http://bnmdigital.mpf.mp.br/#!/videos> >. Acesso em: 14 ago. 2013.

⁸⁴⁹ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 31 de out. 1975.

outros indícios para a compreensão de questões concernentes ao impacto dessa modalidade de ecumenismo sobre a chamada “opinião pública” e sobre o processo de construção de imagens distorcidas e de representações do ecumenismo em São Paulo por agentes de órgãos de informações, os quais estavam infiltrados na cerimônia:

Os jornais noticiam, com grande alarido, a morte do jornalista Vladimir Herzog (Vlado), ocorrida nas dependências da Secretaria de Segurança Pública do Estado, nesta capital. A notícia é divulgada como sendo suicídio, tendo sido o referido jornalista tido como comunista. Mas a opinião pública não dá muito crédito a esse suicídio - tem-no por ter sido assassinado pelos próprios policiais.

Este jornalista era tido como jornalista e ateu. Tendo sido jornalista tido como ateu e suicida, não seria possível receber sufrágios públicos da Santa Igreja.

O Sr. Cardeal Arcebispo e outras entidades, profissionais e religiosas – acatólicas - idealizaram um culto ecumênico em memória do falecido.

Tal invenção foi muito mal recebida por parte do Governo e Polícia e com razão de escândalo por parte dos fiéis. Culto Ecumênico por um ateu? Celebração Ecumênica na Catedral de São Paulo? Presidida pelo Sr. Cardeal Arcebispo Metropolitano? (...).⁸⁵⁰

O relato do religioso católico, cuja conclusão traz várias interrogações, não esconde seu próprio sentimento de insegurança ou dúvida com relação à legitimidade dessa modalidade de ecumenismo. É interessante notar que a forma como a cerimônia foi recepcionada pelos citados setores conservadores da sociedade (fiéis, governo e polícia) explicita o profundo antagonismo em relação à visão de mundo sustentada pelos envolvidos no movimento ecumênico. Para estes, havia total coerência na proposta do culto ecumênico. Para aqueles, tratava-se de uma “invenção” e um “escândalo”, algo incompatível com os ideais, princípios e valores de uma religião pura e verdadeira.

Nota-se também a partir do registro do cônego que ele não conseguiu assimilar que, para além do propósito religioso, a cerimônia visava a se constituir em canal de protesto político contra o poder constituído. O olhar do religioso limitava-se a perceber a suposta contradição no fato de um suposto suicida judeu estar recebendo “sufrágios” da Igreja Católica. Essa percepção aponta para o fato de que sua concepção de religião ou de fé estava voltada para aquilo que a vida além túmulo reservaria ao crente. Implícito está que estamos diante daquela “espiritualidade desencarnada” de que nos fala Aline Coutrot, isto é, de uma forma de crer e de viver o cristianismo que se distanciava da “fé cristocêntrica” contida na “espiritualidade da encarnação”, sustentada pelos ecumênicos progressistas adeptos da Teologia da Libertação. Para estes, os problemas do aqui e agora deviam motivar a participação e o envolvimento dos cristãos tanto quanto a preocupação com a vida após a

⁸⁵⁰ MINAMI, Edson. *Os Franciscanos da Reconciliação e o Ecumenismo na Arquidiocese de São Paulo (1977-1994)*. Dissertação (Mestrado em História), São Paulo: USP, 2005. p. 117.

morte. Isso explica, em parte, o tipo de ecumenismo com o qual comungavam. Nesse sentido, estavam afinados com as possíveis funções sociais às quais um ritual poderia corresponder, na perspectiva que nos apresenta Mariza Peirano:

É na ação que homens e mulheres de carne e osso, [...], buscam transformar interesses e ideais em realizações concretas. Rituais são, assim, bons para pensar e bons para viver. A partir deles tomamos conhecimento de nosso mundo ideal e de nossos projetos e ambições; a partir deles revelam-se trilhas, encruzilhadas e dilemas e, no processo, consegue-se, muitas vezes, encaminhar mudanças e transformações.⁸⁵¹

Esta certamente era a esperança principal desses religiosos ao protagonizar esse ritual: “encaminhar mudanças e transformações”, fazer pensar, refletir, denunciar as violações de direitos humanos de um regime que se apresentava como “defensor das liberdades democráticas” em sua propaganda oficial. Anseios que correspondem com perfeição àquele “modelo cristocêntrico” ora apresentado por René Rémond.

Interessante notar que ao afirmar que “parte do Governo e Polícia” receberam mal a ideia de um “culto ecumênico”, as palavras do cônego refletiam aspectos constitutivos das leituras, interpretações e representações do movimento ecumênico construídas pelos órgãos de informação e de repressão do regime ao longo de anos, bem como externava a opinião sustentada por setores conservadores do “cristianismo desencanado”, tanto católico quanto protestante.

A participação de Jaime Wright, D. Arns e H. Sobel na cerimônia ecumênica trouxe repercussões importantes para o fortalecimento das relações ecumênicas em torno da temática da promoção e da defesa dos direitos humanos, contribuindo para motivar setores da oposição em face das arbitrariedades da ditadura. “A partir dali eles estariam juntos e seriam lembrados sempre que o assunto fosse direitos humanos e justiça social”⁸⁵², observaram Sydow e Ferri. Contudo, eles sofreram as consequências desse tipo de engajamento que, para muitos, era algo que não se coadunava com as obrigações da verdadeira religião. Dom Paulo era criticado por pessoas de dentro e de fora da Igreja, era especialmente mal visto pelos militares. Henry Sobel também sofreu críticas em círculos judaicos por seu envolvimento na cerimônia, e Wright, que costumava pregar uma vez por mês na Igreja Presbiteriana de Vila Mariana, a convite do conselho de presbíteros, nunca mais fora convidado para tal prática.⁸⁵³ Faltaria mencionar

⁸⁵¹ PEIRANO, Mariza. *Rituais ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. p. 47.

⁸⁵² SYDOW, Evanize; FERRI, Marilda. *Dom Paulo Evaristo Arns: um homem amado e perseguido*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999. 195.

⁸⁵³ Ibid. p. 196.

consequências para Manoel de Mello, que foi preso várias vezes e era considerado, entre outras coisas, como um “esquerdista” pelos órgãos de repressão da ditadura, conforme temos assinalado, e também era alvo de críticas oriundas de outros líderes pentecostais.⁸⁵⁴

Não sem propósito, muitas cerimônias ecumênicas em torno de objetivos análogos aos do culto de Herzog, foram monitoradas e figuram nos documentos⁸⁵⁵ produzidos por tais órgãos como sendo iniciativas com feições “esquerdistas”, “comunistas”, “subversivas”, dentre outros “adjetivos”. A participação do pastor Wright no culto, bem como seu ativismo em prol dos direitos humanos em associação com o cardeal Arns, por exemplo, resultou em apreciações como a que foi extraída de um documento produzido por agente de uma das Divisões de Segurança e Informações (DSI) do regime:

JAMES WRIGHT, protestante, irmão do terrorista Dr. PAULO STUART WRIGHT, considerado desaparecido pelos órgãos de segurança e, segundo o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), assassinado pelos “órgãos de repressão”. Tanto o Rev. JAMES WRIGHT como o advogado MÁRIO CARVALHO DE JESUS são ligados ao cardeal arcebispo de São Paulo, Dom PAULO EVARISTO ARNS. O primeiro co-celebrando cultos ecumênicos em memória de comunistas e terroristas e o advogado, dirigente da Frente Nacional do Trabalho, atuando através do Movimento de Não Violência, sob a égide do cardeal.⁸⁵⁶

Implícito está nesta passagem que esse tipo de ecumenismo que aproximava ainda mais o pastor ao cardeal se constituía em algo deplorável do ponto de vista conservador do agente que produziu o documento. O episódio que analisamos, um dos que motivou a observação do agente, representou, assim, uma faceta original da batalha simbólica e pacífica, mas também política, de um setor da oposição democrática ao regime militar, contribuindo com o processo coesão social na luta pela redemocratização do país. Uma estratégia de religiosos progressistas para canalizar a indignação de setores da sociedade, não apenas contra atos isolados de violência praticados por agentes militares, mas contra o próprio regime ditatorial, configurando uma experiência de ecumenismo de “denúncia profética”, na

⁸⁵⁴ Segundo o site oficial da Igreja Evangélica Pentecostal “O Brasil para Cristo”, baseado, inclusive, na biografia autorizada intitulada “Vida e Obra do Missionário Manoel de Mello”, de autoria da jornalista Valéria Mello, nora do religioso, lemos o seguinte sobre o pastor: “Durante a ditadura, cresceram também as acusações de curandeirismo e charlatanismo contra Manoel de Mello. No entanto, isso não o impedia de denunciar publicamente ou em fóruns internacionais, como no Conselho Mundial de Igrejas, os abusos e as injustiças do regime militar que visava impedi-lo de anunciar o Evangelho. ‘Mesmo sabendo que era vigiado e perseguido 24 horas por dia, não se calava diante das ameaças’, afirma pastor Ivan Nunes, que conviveu com Manoel de Mello. Segundo Valéria, não eram raras as vezes em que o missionário dizia, em cima do palco: ‘Aos agentes da polícia federal aqui presentes, aviso: podem ligar os seus dispositivos de gravação, agora, porque eu estou pronto para iniciar a minha pregação’. Uma ousadia que lhe custou 27 detenções, felizmente sem qualquer condenação.” Disponível em: <http://site.conselhonacional.org.br/?page_id=2>. Acesso em: 22 jan. 2014.

⁸⁵⁵ Mais adiante citaremos alguns desses documentos.

⁸⁵⁶ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Divisão de Segurança e Informações, 1978, fls. 129-130.

linguagem dos religiosos. Um autor clássico da sociologia já havia assinalado a eficácia social dos cultos, o que também pôde ser verificado no episódio analisado: “o culto não é simplesmente um sistema de símbolos pelos quais a fé se traduz exteriormente; é o meio pelo qual ela se cria e se recria periodicamente. Consistindo em operações materiais ou mentais, ele é sempre eficaz.”⁸⁵⁷ Mariza Peirano, inspirada em Stanley Tambiah, acrescenta que “como sistemas culturalmente construídos de comunicação simbólica, os ritos deixam de ser apenas a ação que corresponde a (ou deriva de) um sistema de ideias, resultando que eles se tornam bons para pensar e bons para agir – além de serem socialmente eficazes.”⁸⁵⁸ Assim, todos os traços constitutivos de um ritual, na acepção antropológica do termo, estavam presentes nos cultos ecumênicos realizados durante a ditadura, entre os quais o que ora analisamos é o mais conhecido.

A força moral da religião, naquela conjuntura específica, impregnada por um misto de comoção e indignação, cumpria um importante papel ao potencializar um ritual como instrumento de crítica, denúncia e pressão social pelo fim da ditadura militar. O que tinham no horizonte era a esperança da construção de um país mais justo e democrático, em que as violações dos direitos humanos não mais teriam lugar. Nessa mesma perspectiva, Kenneth Serbin sustenta que o “protesto contra o assassinato de Herzog marcou um ponto de inflexão na luta pela democracia” e significou um grande desafio “para o regime porque uniu a oposição.”⁸⁵⁹

Esses homens arriscaram-se ao protagonizarem uma manifestação como aquela. Tal iniciativa fez com que suas imagens nos documentos da ditadura recebessem um tom mais pesado, carregado. Em suma, não eram bem vistos pelos agentes dos órgãos de informações, sobretudo o pastor Wright e o cardeal Arns. Segundo o jornalista Ricardo Kotscko, um dos integrantes da equipe do projeto *Brasil: Nunca Mais*⁸⁶⁰, D. Paulo foi muitas vezes ao 2º Exército à procura de presos, ameaçando as autoridades militares de que denunciaria às agências estrangeiras de notícias casos de torturas que chegavam a seu conhecimento. Lembrou, ainda, que em uma ocasião teria ameaçado de excomunhão o diretor do DOPS, membro da Igreja Católica.⁸⁶¹ Possivelmente trata-se daquela mesma pessoa que, conforme

⁸⁵⁷ DURKHEIM, 1996: 460. Apud. PEIRANO, Mariza. “A análise antropológica dos rituais”. In: _____(org.). *O Dito e o Feito: Ensaios de Antropologia os Rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. p. 24.

⁸⁵⁸ SYDOW, Evanize; FERRI, Marilda. *Dom Paulo Evaristo Arns: um homem amado e perseguido*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999. p. 27.

⁸⁵⁹ SERBIN, Kenneth. *Diálogos na Sombra: Bispos e Militares, Tortura e Justiça Social na Ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 405-406.

⁸⁶⁰ Mais adiante falaremos da dimensão ecumênica de bastidores do *Brasil: Nunca Mais*.

⁸⁶¹ Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/#!/videos>>. Acesso em: 14 ago. 2013.

mencionamos anteriormente, informara ao pastor Wright que a repressão não se importava com o que os protestantes estavam fazendo. Todavia, conforme já assinalamos, a parceria entre o pastor e o cardeal teve continuidade após o culto ecumênico.

Com efeito, o episódio acabou estreitando ainda mais os laços de amizade entre os dois, a despeito dos riscos, resultando em diversas iniciativas com vistas à defesa dos direitos humanos. Apesar de pertencerem a igrejas diferentes, os dois possuíam convicções religiosas e sociopolíticas muito semelhantes no tocante à luta por justiça social, à afirmação dos direitos humanos e à denúncia dos abusos perpetrados por regimes ditatoriais, tanto do Brasil como de outros países do Cone Sul. Essas afinidades ajudam a explicar, em parte, o tipo de ecumenismo que se verificou em São Paulo, acerca do qual continuaremos indagando e investigando em diante.

Em novembro de 1975, dom Paulo pretendia ampliar e tornar mais eficiente a atuação da Igreja junto aos setores da população de São Paulo tidos como mais vulneráveis tanto à repressão policial quanto às injustiças sociais oriundas do modelo de desenvolvimento econômico sustentado pelo regime militar. Nessa perspectiva, foi elaborado em reunião com seu *staff* o 1º Plano Bienal de Pastoral, elegendo quatro áreas a serem focadas: mundo do trabalho, direitos humanos e marginalizados, periferias e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Durante a reunião, o pastor Jaime Wright, sem ser previamente avisado, foi convidado por D. Paulo a falar aos religiosos presentes, destacando que “a participação nesta reunião me leva à conclusão de que mais importante do que ser católico ou presbiteriano é ser cristão.”⁸⁶²

Afirmações como esta explicitam um pouco mais sobre sua concepção de ecumenismo e certamente também escandalizariam setores conservadores do protestantismo, especialmente da IPB. A Igreja Católica em São Paulo já possuía, desde 1972, um setor para prestar apoio jurídico às pessoas perseguidas pelo regime. Atendia-se a casos de prisão, tortura, desaparecimentos, etc. A Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, em 1975, tinha como presidente o advogado Dalmo Dallari, que a legalizou nos moldes de “uma sociedade civil legalmente constituída.” “De março de 1974 a janeiro de 1975”, destacam Sydow e Ferri, “a Comissão Justiça e Paz registrou o atendimento de 120 pessoas.”⁸⁶³

Para ampliar ainda mais essa atuação no setor dos direitos humanos, além de outras pastorais, foi criada a Comissão Arquidiocesana de Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados. Uma das novidades desta entidade é que trazia como membro, a convite de

⁸⁶² SYDOW, Evanize; FERRI, Marilda, op. cit., p. 183.

⁸⁶³ Ibid., p. 181.

D. Arns, o reverendo Jaime Wright. Era mais um gesto de reconhecimento do cardeal ao trabalho comprometido do pastor no campo da defesa dos direitos humanos. Nesta entidade, Wright passaria vários anos de sua vida dedicados a ajudar pessoas perseguidas, bem como a confortar suas famílias. Segundo Sydow e Ferri, uma das qualidades do novo órgão era ser “mais prático do que a Comissão Justiça e Paz”. Isso porque, “cada região tinha um centro de direitos humanos que atendia à população no próprio bairro.” A vantagem estratégica dessa linha de atuação era que, por exemplo, “se um operário fosse preso indevidamente, as pessoas da comunidade já conheciam os advogados e os procuravam diretamente para resolver o caso.” Dessa forma, concluem, “a rapidez com que agiam evitava que muitas pessoas fossem torturadas nos órgãos de repressão.”⁸⁶⁴

A experiência adquirida no ecumênico culto-protesto em homenagem a Herzog acabou por se tornar uma espécie de padrão das manifestações públicas do ecumenismo em São Paulo capitaneadas pelo cardeal e pelo pastor.⁸⁶⁵ Portanto, a documentação apresenta diversas cerimônias ou cultos ecumênicos com esse mesmo espírito de fortalecer a oposição contra a ditadura, mas não procederemos aqui a uma análise de todas. Bastará como exemplo outra iniciativa bastante significativa nessa direção.

Trata-se de um culto ecumênico, realizado em 1979, na igreja da Consolação, no centro de São Paulo. Para além das significações espirituais e religiosas, o ato trazia consigo propósitos políticos muito semelhantes aos do culto em memória de Herzog. Em grande medida, tratava-se de um desdobramento do trabalho ecumênico de bastidores, a outra dimensão do ecumenismo protagonizado por Jaime Wright e D. Evaristo Arns, especificamente aquele que dizia respeito às inúmeras investigações desenvolvidas pela equipe que integrava o CLAMOR, do qual falaremos adiante.

Entretanto, o alvo principal dos religiosos naquela cerimônia não era a situação política do Brasil, que também já havia mudado em relação a 1975, já que a “abertura política” havia proporcionado algumas liberdades. Em 1979, seus gestos públicos estavam mais focados na atroz repressão que se abatera sobre a Argentina, desde o golpe militar lá

⁸⁶⁴ SYDOW, Evanize; FERRI, Marilda, op. cit.

⁸⁶⁵ No Rio de Janeiro, essa estratégia pública de resistência pacífica contra o regime ocorria sob a liderança de D. Adriano Hipólito, Bispo de Nova Iguaçu, na catedral católica da cidade e no Colégio Metodista Beneti, sob a liderança do bispo metodista Paulo Aires Mattos, visto que o cardeal do Rio de Janeiro, D. Eugênio não comungava da mesma perspectiva desses religiosos progressistas no tocante ao ecumenismo e à crítica aberta do regime. cf. BRITO, André Souza. “Cultos ecumênicos em memória de comunistas e terroristas”: estratégias de luta de cristãos progressistas contra a ditadura militar do Brasil. *Oficina do Historiador*, Porto Alegre, v. 6, n. 1, pp. 23-43, jan./jun. 2013.

desferido em 1976.⁸⁶⁶ Este culto ecumênico fora realizado a pedido de familiares de desaparecidos e refugiados políticos daquele país, mas recebeu a pronta desaprovação da cúpula eclesiástica da Igreja Católica argentina, pois seu cardeal enviara uma carta a D. Paulo repudiando sua iniciativa. Tal atitude ilustra a tendência geral de conivência da instituição na Argentina frente à ditadura.⁸⁶⁷ Mas é preciso mencionar que algumas dioceses católicas tiveram uma postura diferente, engajando-se em iniciativas de contestação ao regime e de apoio às suas vítimas através da filiação no MEDH.⁸⁶⁸ Entre as atividades dessa entidade, composta por diferentes igrejas evangélicas e algumas dioceses católicas, encontrava-se a realização de cultos ecumênicos com homilias contundentes contra o regime desde o primeiro ano da ditadura, em 1976.⁸⁶⁹

A despeito da censura do cardeal argentino, o pastor Wright e o cardeal Arns não declinaram dessa estratégia de luta. Uma vez mais, o ecumenismo e a defesa dos direitos humanos serviriam de elementos motivadores da ação dos religiosos, em favor das vítimas de uma das ditaduras militares mais violentas da época. Enquanto que para o caso do Brasil estima-se o número de desaparecidos políticos, atingidos pela repressão estatal, em torno de 500 pessoas, na Argentina, o número alcança a cifra de mais de 30.000 cidadãos. Uma verdadeira barbárie, difícil de imaginar em tempos de pós-guerra, e incomparavelmente maior do que o que ocorreu em nosso país. Além disso, no Brasil, o regime procurava esconder a tortura e a repressão, através da censura, enquanto os generais argentinos faziam propaganda de seus atos brutais e arbitrários contra os opositores do regime.⁸⁷⁰

O culto ecumênico na Igreja da Consolação foi avaliado, anos mais tarde por D. Paulo, como estando inserido em um dos momentos mais delicados e tensos de sua militância em torno dos direitos humanos, pela seguinte razão: “sabíamos que os militares de alguns países da América Latina estavam em constante comunicação entre si, e nós aqui, conseqüentemente, em constante perigo de prisão.”⁸⁷¹ O culto, realizado em setembro de 1979, invocando a memória dos doze mil desaparecidos argentinos até então, teve origem em

⁸⁶⁶ Convém lembrar que de forma concomitante a tais iniciativas públicas, os religiosos já “tramavam” nos bastidores a articulação de esforços que resultaria na concretização o projeto que viria a ser chamado de *Brasil: Nunca Mais*, do qual falaremos mais adiante.

⁸⁶⁷ SOUSA, Jassie Jane V. A Igreja Católica e a política na Argentina do século XX. *Dimensões – Revista de História da UFES, Vitória*, v. 20, pp. 30-42, 2008.

⁸⁶⁸ BLATEZKY, Arturo. *Documentos fundamentales y declaraciones públicas del Movimiento Ecuménico por los Derechos Humanos, 1976-2002*. Buenos Aires: Ediciones MEDH, 2002.

⁸⁶⁹ Ibid., p. 31-42.

⁸⁷⁰ FICO, Carlos. Violência, trauma e frustração no Brasil e na Argentina: o papel do historiador. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 27, p. 239-261, jul.-dez. 2013.

⁸⁷¹ ARNS, Paulo Evaristo. “Um movimento novo e singular”. In: LIMA, Samarone. *Clamor: A vitória de uma conspiração brasileira*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003. p. 9.

pedido feito por cerca de cem refugiados argentinos no Brasil, boa parte recebendo o apoio de entidades ecumênicas e da Cúria metropolitana de São Paulo.⁸⁷²

A argumentação retórica observada na homilia dos dois amigos centrou sua crítica contra a situação política de repressão promovida pelo regime daquele país. A contundência das críticas desses homens explicita profundas convicções cristãs ecumênicas, as quais fundamentavam sua luta pelos direitos humanos e pela dignidade dos cidadãos argentinos vitimados pela violência estatal, dos desaparecidos e de seus familiares. Samarone Lima registrou os principais trechos da fala dos religiosos:

“Estamos aqui, nesta noite, para levantar nossa voz contra esse genocídio, cujas vítimas potenciais se elevam a mais de 12 mil pessoas que esperam seus destinos nos chamados campos de reabilitação”, disse dom Paulo. Ele criticou abertamente um decreto promulgado pelo governo militar argentino, que declarava “morto por desaparecimento” todo cidadão que, tendo sido preso pelas forças de segurança, desapareceu posteriormente de maneira definitiva.

“Com a promulgação desse decreto, a Argentina se transforma num país onde reina a mais absoluta carência de garantias em qualquer nível e onde prevalece o máximo desrespeito pela vida e dignidade de todos os seus habitantes”, completou o cardeal brasileiro.

Jaime Wright também deu sua contribuição. Leu um texto intitulado “Do iníquo ao inócuo”, abordando a questão dos desaparecidos: “Seguramente, mais de dez mil famílias argentinas choram por seus desaparecidos”, disse. Ele observou que a lei promulgada pela Junta Militar representava uma “degradação do Direito” jamais ocorrida na história, nem mesmo na Alemanha nazista. Ao final, concluía Wright:

“Foi aqui, pertinho de nós, na Argentina, que se inventou o mais monstruoso artifício jurídico de que a história recente tem memória. Criou-se uma nova categoria de mortos: os mortos presuntivos. E inventou-se uma nova arma mortífera: a lei.”⁸⁷³

Na citada carta enviada a D. Paulo, o cardeal-presidente da Conferência Episcopal da Argentina, Raul Primatesca, considerou a homilia como estando “cheia de distorções e exageros.”⁸⁷⁴ D. Paulo avaliou-a como uma “carta indignada”, mas rememorou que “apesar e por causa disso, talvez tenha sido este – conforme atestaram os jornalistas brasileiros – o momento de maior difusão de denúncias”⁸⁷⁵ de crimes cometidos pela ditadura argentina contra os seus cidadãos.

Entretanto, as palavras de D. Evaristo Arns, no prefácio do dossiê produzido pelo CLAMOR, com informações detalhadas acerca dos fatos que envolveram o desaparecimento de 7.291 pessoas na Argentina, fornecem-nos uma das chaves interpretativas para a compreensão das motivações e conseqüências dessa modalidade de ecumenismo que o

⁸⁷² Ibid.,

⁸⁷³ LIMA, Samarone. *Clamor: A vitória de uma conspiração brasileira*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003. p. 183.

⁸⁷⁴ Ibid., p. 184.

⁸⁷⁵ Ibid., p. 9.

colocava na mesma luta junto com o pastor Wright e outros religiosos e entidades: “a solidariedade e a defesa dos direitos humanos eliminaram todos os tipos de fronteiras – geográficas, políticas, ideológicas, religiosas, sociais e econômicas.”⁸⁷⁶

Conforme foi salientado pelo próprio cardeal-arcebispo Paulo Arns, sua participação em defesa dos direitos humanos, em associação a Jaime Wright, extrapolava as fronteiras do Brasil e, por vezes, alcançava objetivos práticos em outros países. Como era de esperar não se tratava de uma iniciativa bem recebida por parte de religiosos conservadores, a exemplo do cardeal da Argentina, e de autoridades militares espalhadas por diversos países da América.

Alguns aspectos da amizade e parceria ecumênicas entre os dois são lembrados com carinho por D. Paulo, depois do falecimento de Jaime Wright:

Nosso relacionamento foi tão íntimo que ele chegou a doar integralmente seu tempo e sua experiência insuperável, trabalhando numa sala pequena, ao lado de meu gabinete na Cúria. Por causa de tal afinidade e ação conjunta, muitos passaram a chamá-lo de “bispo auxiliar de Dom Paulo” e, nessa condição, ele teve ampla liberdade de ação, mas também o cuidado de comunicar cada fato que poderia mudar a situação nos diversos países.⁸⁷⁷

Conforme testemunhou D. Paulo, a relação ecumênica entre o pastor e o cardeal não se configurava em algo meramente funcional ou pragmático. Havia amizade e mútua admiração entre os dois religiosos. Conforme veremos, foi notória a satisfação de Jaime Wright quando foi autorizado por sua igreja dos EUA a dedicar-se integralmente ao trabalho em torno da defesa dos direitos humanos em parceria com D. Paulo, na Cúria Metropolitana. Ele compartilhou sua satisfação em carta que escreveu a seu amigo Charles Harper, responsável pelo setor de direitos humanos para a América Latina do Conselho Mundial de Igrejas. Todas as vezes que se referiu ao cardeal, manifestou essa admiração. Essas e outras iniciativas representavam desdobramentos do envolvimento com o trabalho realizado pelos integrantes do CLAMOR, conforme veremos em seguida.

Solidariedade ecumênica sem fronteiras: outra face do humano em tempos de barbárie

As iniciativas ecumênicas envolvendo o pastor e o cardeal que analisamos traziam como uma de suas principais características o fato de terem influenciado a opinião pública,

⁸⁷⁶ Ibid., p. 179.

⁸⁷⁷ ARNS, Paulo Evaristo. “Um movimento novo e singular”. In: LIMA, Samarone. *Clamor: A vitória de uma conspiração brasileira*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003. p. 09.

fortalecendo e encorajando outros setores de oposição da sociedade contra o regime. Nesta perspectiva, foram organizados rituais e outros eventos, em muitos casos ecumênicos, que procuravam suscitar a reflexão em torno das muitas violações de direitos que se davam no Brasil dos anos 1970 e 1980 por conta do regime militar.

Tratava-se daquela dimensão pública do “ecumenismo de denúncia” de que falávamos no início do capítulo, que, em alguma medida, contribuiu para minar as bases sociais de apoio da ditadura especialmente nos anos 1980. Em diante, focaremos nos bastidores de algumas ações igualmente ecumênicas e de “denúncia”, mas com características um pouco distintas. Interessa-nos, assim, compreender aspectos da dimensão secreta, sigilosa e, também, perigosa de outras iniciativas que também contavam com o envolvimento dois líderes.

Pretendemos evidenciar alguns aspectos da trajetória percorrida pelo pastor Wright, desde a fundação do CLAMOR, em 1978, até a concretização do projeto *Brasil: Nunca Mais* e a publicação do livro homônimo, quando ocorreu também o fim do regime militar no Brasil, em 1985.

Convém enfatizar que o jornalista Samarone Lima já descreveu boa parte da história das iniciativas dos integrantes do CLAMOR em seu livro, ainda que, em grande medida, sob a perspectiva de reportagem investigativa.⁸⁷⁸ Por isso não pretendemos escrever uma história de todas as ações desenvolvidas pela entidade. Gostaríamos, antes, de salientar alguns aspectos de bastidores, valorizando as informações contidas nas citadas fontes, colocando-as em perspectiva e como contraponto aos documentos produzidos por órgãos da ditadura.

Nestes dois casos, CLAMOR e projeto *Brasil: Nunca Mais*, interessa-nos especialmente evidenciar a dimensão ecumênica das redes constituídas nos bastidores, possibilitando, entre outras coisas, a canalização de recursos financeiros originados no exterior, especialmente do Conselho Mundial de Igrejas, e administrados, em grande medida, pelo pastor Jaime Wright. Mas, por hora, nos concentraremos no caso CLAMOR e deixaremos a análise do caso *Brasil: Nunca Mais* para o final da pesquisa, apenas por questões de sequência cronológica da narrativa. Interessa-nos, sobremaneira, "ouvir" esses sujeitos históricos, perscrutar suas alegrias e frustrações, saber como eles percebiam a si mesmos e o mundo circundante, identificar as dificuldades encontradas no contexto de ações empreendidas, quase sempre, de forma silenciosa e solitária.

Como vimos antes, estas redes subterrâneas também alimentavam atividades da CESE, do CEDI e de diversos organismos ecumênicos no Brasil e em outras partes do continente

⁸⁷⁸ LIMA, Samarone. *Clamor: A vitória de uma conspiração brasileira*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

americano. Estas duas também se articulavam com ações do CLAMOR e de outros órgãos ecumênicos de São Paulo.

Com efeito, a participação ativa de um pastor (Jaime Wright), na qualidade de membro efetivo em departamentos da Igreja Católica voltados para a defesa e promoção dos direitos humanos e para a denúncia de violações dos mesmos, foi um aspecto peculiar do ecumenismo de São Paulo que chamou a atenção, inclusive, de agentes da polícia política, o DEOPS/SP. Na documentação à qual tivemos acesso, produzida por este órgão estatal, Jaime Wright era corretamente avaliado como sendo “da mesma linha” do cardeal Arns. Essa relação, aparentemente inusitada de amizade pessoal e trabalho ecumênico conjunto, era também alvo do interesse de agentes de outros órgãos da “comunidade de informações” e de segurança, sendo caracterizada em seus documentos com aquelas distorções que lhes são peculiares, conforme veremos.

Desde já consideramos importante justificar que o destaque que daremos ao papel de Jaime Wright, em detrimento dos outros membros, explica-se por dois motivos. Em primeiro lugar, a atuação de D. Paulo Evaristo Arns é muito mais conhecida que a dele, em função de diversas pesquisas que já foram publicadas. Segundo, as fontes que consultamos constituem-se, em sua maioria, de papéis produzidos pelo próprio pastor, quase que exclusivamente cartas em que procura estabelecer contatos no exterior. Em alguns casos, escreve solicitando ajuda financeira para financiamento de publicações. Outras vezes, envia e recebe informações sobre cidadãos desaparecidos por conta da repressão em países no Cone Sul, etc. Terceiro, ele era o único que se dedicava em tempo integral aos trabalhos da entidade e, portanto, era o mais comprometido e ativo membro.

Assim, o acervo de que falamos, o *Fundo Clamor*, depositado no Centro de Documentação e Informações Científicas (CEDIC) da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, apresenta intensa troca de correspondências entre Jaime Wright e inúmeras organizações de Direitos Humanos de todo o mundo, em especial, da América Latina.

Para se ter ideia da dimensão monumental desse acervo, analisamos tomemos a descrição de Ana Célia Andrade que o tomou como objeto em sua dissertação:

Atualmente, o fundo encontra-se distribuído em 106 caixas arquivo, 28 pastas para periódicos (formato A3) e uma pasta para cartazes (formato A2), totalizando aproximadamente 14 metros lineares de documentos [...] O arquivo é composto por agendas, boletins internos, cartazes, comunicados à imprensa, correspondência, depoimentos de refugiados e de parentes e amigos de desaparecidos e presos políticos, dossiês de crianças desaparecidas, fichas de desaparecidos e de torturadores argentinos, fotografias de desaparecidos, informes, livros, publicações periódicas e relatórios de atividades. O acervo contém milhares de cartas e

documentos referentes ao período entre 1978 e 1990, enviados por familiares e por membros de organizações de direitos humanos, sindicatos e igrejas dos países do Cone Sul. Há também depoimentos de sobreviventes dos campos de detenção, de ex-presos e de militares que abandonaram as forças armadas de seus respectivos países para denunciar os abusos que testemunharam. O arquivo também contém correspondência e informes de agências das Nações Unidas, da Organização dos Estados Americanos (OEA), e de embaixadas estrangeiras e entidades não governamentais de vários países para além da América Latina. Todas as publicações do Clamor estão presentes no arquivo: exemplares dos boletins em português, espanhol e inglês, cópias dos comunicados e *press releases*; os calendários sobre crianças desaparecidas; cópias de telegramas enviados às autoridades de vários países e da correspondência interna, além de relatórios das viagens realizadas por membros do Comitê.⁸⁷⁹

Diante desse monumento à memória da resistência de incontáveis indivíduos e instituições no Brasil e em outras partes da América em uma época de barbárie, devemos pensar a contribuição do CLAMOR não só no passado, mas, especialmente, para o presente. Nesse contexto hodierno em que setores da sociedade, embalados pela ânsia da concretização de uma “justiça de transição” capaz de assegurar o direito à verdade, à memória, e que possa contribuir com a construção de uma democracia mais estável e bem resolvida no tocante a seu passado recente. Estas são algumas das esperanças que setores da sociedade nutrem e depositam nos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade.

Cumprasse assinalar que só nos foi possível consultar uma pequena amostra desse material. O acervo ainda encontra-se em processo de organização e digitalização e, portanto, nossa pretensão se limita em demonstrar apenas alguns aspectos do trabalho desenvolvido ecumenicamente por Jaime Wright. Um dos que mais me chamou a atenção diz respeito às correspondências, testemunhando a existência de um circuito de trocas de ideias, notícias, informações e de financiamento entre indivíduos e agências cristãs ecumênicas estrangeiras, sobretudo da Europa e da América do Norte. Quantidade considerável dessas cartas escritas por Wright era endereçada a D. Paulo, quase sempre com o objetivo de mantê-lo informado sobre o andamento das ações que eram desenvolvidas pelo CLAMOR. Eram frequentes também as sugestões do pastor ao cardeal de como proceder em determinados casos envolvendo alguma ação necessária para localizar vítimas das ditaduras ou para tentar a libertação de presos políticos nos países vizinhos.

D. Paulo rememora uma viagem ao Paraguai que realizou sob orientação do pastor, a qual teve o mérito de libertar mais de quinhentos cidadãos presos pela ditadura daquele país:

⁸⁷⁹ ANDRADE, Ana Célia Navarro de. “O projeto *Clamor: documentação e memória de um Comitê pelos Direitos Humanos no Cone Sul* e o acesso à informação”. In: STAMPA, Inez Terezinha; NETO, Rodrigo de Sá (orgs.). *Arquivos da repressão e da resistência - Comunicações do I Seminário Internacional Documentar a Ditadura*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013. p. 111.

“Foi a conselho dele que perguntei ao arcebispo de Assunção, no Paraguai, se eu poderia fazer uma visita lá. Ela acabou libertando mais de 500 camponeses e 20 políticos presos considerados de esquerda.”⁸⁸⁰

Quando D. Paulo mencionou uma das ações mais espetaculares empreendidas pela equipe do CLAMOR, a que conseguiu localizar o paradeiro de um casal de crianças uruguaias que haviam sido raptadas em Buenos Aires por militares argentinos após assassinaram seus pais (que eram militantes do partido *Victoria del Pueblo*), colocou em relevo a atuação do reverendo Wright no grupo:

No caso de Vicky e Anatole, o mérito cabe a toda nossa equipe, mas principalmente à coragem do meu amigo e pastor Jaime Wright, homem de grande experiência e lealdade sem contestação. O fato de me atribuírem a missão de "guarda-chuva" do grupo partiu dele, que por anos trabalhou na Cúria Metropolitana, sem receber qualquer recompensa, a não ser de sua própria Igreja Presbiteriana, a quem ele foi fiel em todas as situações, até a morte.⁸⁸¹

Vejamos, então, como se deu sua criação e quais os propósitos da entidade ecumênica. O CLAMOR foi criado em 1978 por Jaime Wright, a jornalista inglesa Jan Rocha e o advogado Luis Eduardo Greenhalg.⁸⁸² Desde o início, a equipe buscou se refugiar sob o “guarda-chuva” institucional da Arquidiocese de São Paulo, vinculando-se estrategicamente à Comissão Arquidiocesana de Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados, sob o aval e colaboração do cardeal Arns, conforme ele mesmo explicitou anteriormente.⁸⁸³ Afinal, Jaime Wright já era membro desse órgão da Cúria Metropolitana há alguns anos e certamente acolheu de bom a sugestão de vinculação à Comissão, a qual veio de D. Paulo.⁸⁸⁴ Apesar de o CLAMOR operar de forma autônoma, essa vinculação institucional à citada Comissão conferia mais segurança à equipe. E essa precaução tinha razão de ser, pois os espões do regime estavam atentos às ações da entidade desde sua fundação.

Além do “guarda-chuva” do cardeal, Jaime Wright sabia que a proposta de trabalho do CLAMOR demandaria apoio externo, especialmente de recursos financeiros. Para tanto, ele buscou o apoio institucional do Conselho Mundial de Igrejas, descrito por Samarone Lima

⁸⁸⁰ ARNS, Paulo Evaristo. “Um movimento novo e singular”. In: LIMA, Samarone. *Clamor: A vitória de uma conspiração brasileira*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003. p. 09.

⁸⁸¹ ARNS, Paulo Evaristo, op. cit., p. 10.

⁸⁸² Texto datilografado, contendo 7 páginas, intitulado “Uma história de solidariedade”, datado de 25 out. 1990. Trata-se de uma biografia produzida pelo próprio CLAMOR, a propósito do término de suas atividades, em 1990, cf. Centro de Documentação e Informação Científica “Prof. Casemiro dos Reis Filho” (CEDIC). PUC-SP. Fundo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul. Caixa 16, fls. 2.

⁸⁸³ Ibid.

⁸⁸⁴ Ibid.

como “uma potência que agregava, na metade dos anos 70, mais de 300 igrejas nacionais em todo o planeta, alcançando 500 milhões de pessoas.”⁸⁸⁵ Os principais contatos que possuía em Genebra, os quais seriam ativados desde então para apoiar as causas da nova entidade ecumênica, eram os pastores Charles Harper e Philip Potter, ambos antigos amigos de Jaime Wright. O primeiro, possuindo dupla nacionalidade, brasileira e estadunidense, utilizava essa vantagem para se movimentar nos meandros das ditaduras latino-americanas em prol do apoio e consolidação de entidades de defesa dos direitos humanos a serviço do Conselho Mundial de Igrejas.⁸⁸⁶ O segundo, natural da República Dominicana, era o secretário-geral do órgão de ecumênico de Genebra e considerado pelos agentes do Serviço Nacional de Informações e por outros órgãos do aparato repressivo do regime como um “radical marxista”.

“Tudo começou numa sala pequenina da Cúria Metropolitana de São Paulo, de forma discreta e tensa. Eram histórias íntimas, trágicas, sussurradas”⁸⁸⁷, assim o cardeal-arcebispo D. Arns descreve as circunstâncias que cercaram a criação do CLAMOR, cujo nome foi inspirado em trecho bíblico do Salmo 88, 2, que diz: “Ó Senhor, Deus da minha salvação, diante de ti clamo, de dia e de noite. Chegue a minha oração perante a tua face; *inclina os teus ouvidos ao meu clamor*.”⁸⁸⁸ Ele se refere aos depoimentos de diversas pessoas que haviam escapado da repressão das ditaduras do Cone Sul, sobretudo, argentinos, que buscavam amparo da Igreja de São Paulo. E foi exatamente essa realidade de “histórias desconhecidas de todo mundo”⁸⁸⁹, conforme recordara alguns anos depois o pastor, que tão fortemente impactou Jaime Wright, Jan Rocha e Luis Eduardo Greenhalg e motivou-os a criar o órgão:

Os relatos que chegam, sobretudo do Uruguai e da Argentina, são estarrecedores. A violência nestes países, em parte aprendida de policiais-torturadores brasileiros, é elevada a níveis assustadores. Acumulam-se informes sobre assassinatos, torturas, desaparecimentos e campos de concentração. Paralelamente a estas denúncias, preparava-se com grande alarde a propaganda da COPA DO MUNDO-78.⁸⁹⁰

⁸⁸⁵ LIMA, Samarone. *Clamor: A vitória de uma conspiração brasileira*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003. p. 53.

⁸⁸⁶ LIMA, Samarone, op. cit., p. 54.

⁸⁸⁷ Cf. ARNS, Paulo Evaristo. “Um movimento novo e singular”. In: LIMA, Samarone. op. cit.

⁸⁸⁸ ANDRADE, Ana Célia Navarro de. “O projeto *Clamor: documentação e memória de um Comitê pelos Direitos Humanos no Cone Sul* e o acesso à informação”. In: STAMPA, Inez Terezinha; NETO, Rodrigo de Sá (orgs.). *Arquivos da repressão e da resistência - Comunicações do I Seminário Internacional Documentar a Ditadura*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013. p. 106.

⁸⁸⁹ Texto datilografado, contendo 7 páginas, intitulado “Uma história de solidariedade” com data de 25 out. 1990. Centro de Documentação e Informação Científica “Prof. Casemiro dos Reis Filho” (CEDIC). PUC-SP. Fundo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul. Caixa 16, fl. 1.

⁸⁹⁰ “Uma história de solidariedade”. 25 out. 1990. Centro de Documentação e Informação Científica “Prof. Casemiro dos Reis Filho” (CEDIC). PUC-SP. Fundo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul. Caixa 16, fl. 1.

Interessante notar que, a despeito da discrição com que a reunião inaugural do CLAMOR foi conduzida, o episódio não passou despercebido diante dos órgãos de informações da ditadura, em São Paulo. Em documento de 06 de junho de 1978, intitulado “Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para o Cone Sul”, um agente do SNI de São Paulo descreve como e onde ocorreu a reunião de fundação do organismo, isto é, no dia 31 de maio de 1978, apontando nomes das pessoas presentes, os objetivos da entidade, a opinião de D. Paulo sobre ela, que lamentou o fato de o CLAMOR não ter sido “criado a mais tempo.”⁸⁹¹ O analista acrescentou ainda que, no dia 1º de junho de 1978, foi lançado o primeiro número do *Boletim do CLAMOR*, cujo tema central havia sido “a denúncia de violações de direitos humanos na Argentina.”⁸⁹² Ele enfatizou as “presenças marcantes”: pastor Jaime Wright, o presidente do sindicato dos jornalistas de São Paulo, David de Moraes, e o advogado Luis Eduardo Greenhalg, que possuía “registros negativos” na Agência São Paulo do SNI. Em seguida, acrescenta outras informações através dos seguintes tópicos:

6. Para JAMES WRIGHT, a ARGENTINA foi escolhida porque devido à realização da Copa do Mundo, os olhos do mundo estão voltados para lá.

7. As matérias publicadas no Boletim CLAMOR serão conseguidas através de cartas-denúncia que eles esperam receber, de todos os setores do País e do exterior. A atuação do Comitê depende das mesmas.

8. Foi frisado que a denúncia, objetivo básico da nova entidade, será principalmente do desaparecimento de pessoas dos setores básicos da população daqueles seis Países do CONE SUL, pois

"quando há violação aos setores liberais, as denúncias vêm a público, mas isto não ocorre quando se trata de pessoas mais humildes",

explicou GREENHALG.

9. O Comitê aceita colaboração de todos aqueles que tenham este mesmo objetivo humanitário, independente de ideologias.⁸⁹³

Os seis países alvos da atenção do CLAMOR eram Argentina, Uruguai, Chile, Bolívia, Paraguai e o próprio Brasil. O DEOPS-SP, através de seu serviço secreto de investigações, também “adquiriu” diversos números do citado boletim mensal, o principal veículo de publicização das denúncias de violações de direitos humanos da entidade. Conforme esclarece documento intitulado “projeto de ajuda financeira”, datilografado em inglês⁸⁹⁴, provavelmente

⁸⁹¹ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACE 111690, 1978, fls. 3.

⁸⁹² Ibid.

⁸⁹³ Ibid. fls. 3/4.

⁸⁹⁴ “Projeto de ajuda financeira”, sem data. Centro de Documentação e Informação Científica “Prof. Casemiro dos Reis Filho” (CEDIC). PUC-SP. Fundo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul. Caixa 16.

produzido pelo pastor Jaime Wright, a publicação era produzida e distribuída gratuitamente para entidades de vários países nos idiomas espanhol, inglês e português. Cumpre assinalar que no momento mesmo em que o general-presidente Ernesto Geisel levava a cabo seu projeto de “abertura política”, as ditaduras vizinhas, sobretudo a Argentina, operavam um aprofundamento da sua ação repressiva contra setores da sociedade.

O documento sem data, preparado para explicar aos potenciais colaboradores os objetivos do órgão, menciona as despesas com viagens para coleta e publicação de denúncias das citadas violações dos direitos humanos no Cone Sul, detalha a metodologia de trabalho da entidade, o *status* do projeto, etc. Explica em detalhes o projeto de acolhimento no Brasil dos chamados “refugiados em trânsito” oriundos daquelas ditaduras (que incluía despesas médicas, dentárias, legal e financeira) e viagens de busca por filhos de militantes políticos desaparecidos naqueles citados países do Cone Sul. Informa que um dos objetivos do CLAMOR era manter um contato estreito com organizações permanentes de defesa dos direitos humanos, entre outras cita o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), a Organização dos Estados Americanos (OEA), o Conselho Mundial de Igrejas e a Anistia Internacional

No tópico do documento denominado “avaliação”, foi dito que “o trabalho tem sido difícil”, em função de vários obstáculos enfrentados, “especialmente de ordem financeira.”⁸⁹⁵ É que, segundo o texto, um dos problemas que estavam refletindo no aumento das despesas dizia respeito ao acolhimento de cidadãos que não haviam sido reconhecidos como “refugiados políticos” pela ACNUR, por diversas razões.⁸⁹⁶ Assim, não recebendo dela qualquer ajuda, buscavam o amparo do CLAMOR em sua passagem pelo Brasil, o que significava custos consideráveis com hospedagem, documentos, viagens, etc.⁸⁹⁷

Na ocasião específica em que o documento foi escrito, provavelmente o último trimestre de 1978, o organismo já havia publicado quatro edições do seu boletim. E este era outro problema a ser resolvido, pois, até aquele momento, a entidade ainda não havia arrecadado o valor necessário para cobrir todas as despesas. Assim, especifica-se que os custos anuais para a publicação de 2.000 exemplares mensais (incluindo tradução, papel, postagens, edição, etc.), mais a ajuda emergencial para uma média mensal de cinco refugiados

⁸⁹⁵ “Projeto de ajuda financeira”, sem data. Centro de Documentação e Informação Científica “Prof. Casemiro dos Reis Filho” (CEDIC). PUC-SP. Fundo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul. Caixa 16, fls. 2.

⁸⁹⁶ Por questões de segurança, nem todos os exilados podiam responder a todas as questões dos formulários da ACNUR, por estarem sob diversos tipos de risco.

⁸⁹⁷ “Projeto de ajuda financeira”, op. cit., fls. 2.

“não reconhecidos” pela ACNUR demandaria o valor de U\$ 27.000.⁸⁹⁸ O documento explica que, no tocante aos refugiados, os valores se referiam a despesas emergenciais, não incluindo custos rotineiros com viagens a outros países ou até as fronteiras para a renovação de vistos de turista. Já que, conforme é esclarecido, havia centenas de “não reconhecidos” apenas no eixo Rio-São Paulo necessitando desse tipo de socorro.⁸⁹⁹ Ao final do documento, uma argumentação inteligente visava a evitar que o potencial financiador se recusasse a ajudar pelo menos em parte:

Nossa esperança é que gostaríamos de receber o financiamento total para nossas despesas para 1979 e 1980. Portanto, se não for possível financiar todas as nossas tarefas, nós apreciariamos qualquer parte. Nós buscaríamos então por outros recursos que possam complementar sua generosa ajuda.⁹⁰⁰

Ao longo dos anos, o CLAMOR divulgou listas contendo dados de desaparecidos políticos, acrescidas de informações detalhadas sobre a ocasião em que se deram esses fatos e outros elementos que pudessem ajudar na sua localização. A documentação revela que o trabalho dos seus membros era voluntário, sendo que Jaime Wright recebia sua cômputa da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos e, sob sua autorização, dedicava-se em tempo integral à entidade e a outros órgãos da Cúria Metropolitana.

Esta evidência que o pastor havia conquistado no campo ecumênico, sobretudo na defesa dos direitos humanos no Brasil, de modo geral, e, em São Paulo, especificamente, custou-lhe a perda da privacidade, pois os espões do regime acompanharam suas atividades durante anos. Outro documento da agência do Serviço Nacional de Informações, em São Paulo, datado de 04 de outubro de 1979, registrou o seguinte sobre suas atividades no CLAMOR:

JAMES WRIGHT recebe doações da SWEDISH FREE CHURCH AID, destinadas ao Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul, ligado à publicação “CIAMOR”, que recentemente gastou três mil e quatrocentos dólares na localização de crianças no Cone Sul. JAMES WRIGHT escreve para a publicação “THE CHRISTIAN CENTURY” sob o pseudônimo de (“ROBERTO BARBOSA”).⁹⁰¹

⁸⁹⁸ Ibid., fls. 3.

⁸⁹⁹ “Projeto de ajuda financeira”, op. cit., fls. 3.

⁹⁰⁰ Ibid. fls. 4.

⁹⁰¹ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACE 1992, 1979. fl. 1.

Trata-se do testemunho do espião do regime, atento aos bastidores do ecumenismo em São Paulo, apontando uma dentre as atividades do CLAMOR, bem como mais um organismo estrangeiro financiador de seus projetos. Neste caso, trata-se de uma entidade formada por diversas igrejas protestantes da Suécia, cujo propósito era semelhante ao da CESE, isto é, ser uma “entidade de serviço”. Naquela ocasião, o caráter do “serviço” que prestavam a entidades da América Latina tinha o viés humanitário.⁹⁰²

A documentação indica que, além do CLAMOR, a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE) e a Cáritas-Brasil (católica) desenvolveram diversos projetos dedicados diretamente ao acolhimento no Brasil de refugiados oriundos da repressão praticada pelas outras ditaduras da América Latina. Além destas, a Comissão Arquidiocesana de Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados e a Comissão Justiça e Paz, ambas ligadas à Cúria Metropolitana de São Paulo, também estavam inseridas nesse circuito de intercâmbios de materiais⁹⁰³ e recursos financeiros que passavam pela mediação da CESE e do pastor Jaime Wright.

O documento do SNI acima citado menciona uma das entidades financiadoras do CLAMOR, bem como testemunha umas das suas ações de busca por crianças sequestradas de seus pais, geralmente militantes políticos de oposição mortos pelos agentes das ditaduras latino-americanas, protagonistas do que, no caso da Argentina, a antropóloga Pilar Calveiro classificou como o “poder desaparecedor”, em seu livro *“A memória, o poder e o desaparecimento”*. Uma das peculiaridades da ditadura daquele país diz respeito à recorrência desses episódios de apropriação indevida de crianças por famílias de militares. Só naquele país, segundo a citada autora, calcula-se em 500 o número de bebês sequestrados por militares.⁹⁰⁴

A documentação arquivada no *Fundo Clamor* representa uma amostra do intenso trabalho ecumênico de “bastidores” realizado ao longo dos anos 1970 e 1980. As correspondências examinadas, a maior parte datilografada em inglês, enviadas e recebidas por

⁹⁰² Fundada em 1966, a SWEDISH FREE CHURCH AID vem apoiando projetos na Ásia, África e na América, com ênfase em ajuda humanitária a comunidades afetadas por guerras e tragédias naturais. Desde 1984, mudou seu nome para “Diakonia” e continua atuando até o presente, na perspectiva de uma “entidade de serviço”, apoiando projetos de desenvolvimento em comunidade pobres em diversos países. cf. <<http://www.diakonia.se/en/Info/About-us/Organization/History/>>. Acesso em: 31 jan. 2014.

⁹⁰³ Cumpre salientar que uma das funções do CEDI, nessas redes, era a de alimentá-las com suas pesquisas acerca da temática dos direitos humanos, conforme exemplifica uma carta de Jaime Wright, de 10 de fevereiro de 1978, enviada a Jether Ramalho, solicitando “vários exemplares a mais do suplemento do CEI de janeiro “o qual tinha por título *‘Temores e Esperança’*.”

⁹⁰⁴ Disponível em: <<http://revistaforum.com.br/blog/2013/12/a-memoria-o-poder-e-o-desaparecimento/>>. Acesso de 28 dez. 2013.

Wright, atestam sua persistente e apaixonada atuação no campo da denúncia de violações dos direitos humanos e de apoio aos que sofriam. O pastor era um exímio escritor com perfeito domínio da língua inglesa, o que facilitava suas articulações internacionais. Além das cartas, produzia enorme quantidade de relatórios, descrição de projetos, informes, análise de conjuntura política do Brasil e de outros países, artigos sobre direitos humanos e outros temas. Interagia com os principais veículos de comunicação da imprensa brasileira e estrangeira, ora elogiando ou criticando matérias, ora cobrando conteúdos que considerava importantes, mas que não foram publicados, etc. Um verdadeiro “agente de informações” às avessas.

Nas redes de solidariedade ecumênicas que ligavam o Brasil a outros países, articuladas pelo pastor e sua equipe, inseriam-se leigos evangélicos e pastores da Suécia, Suíça, Holanda, Canadá, Estados Unidos, bem como organizações católicas e protestantes de várias regiões da Europa. A mesma documentação nos informa que, paralelo ao trabalho no CLAMOR, Jaime Wright também atuava como uma espécie de parecerista *ad hoc* da diretoria da CESE, avaliando a viabilidade dos projetos que entidades interessadas em financiamento lhe apresentavam, fazendo o *link* com a coordenação do serviço de refugiados do CMI, além de opinar junto a Genebra sobre as necessidades concernentes à liberação de novos recursos financeiros.

Sem cair em uma armadilha maniqueísta, após “imersão” na documentação deixada pelo CLAMOR, é difícil não avaliar sua atuação como uma espécie de antítese dos órgãos de informações da ditadura, especialmente no que diz respeito ao funcionamento das redes que articulava e ao seu caráter sigiloso. Aliás, não é sem propósito que Samarone Lima o classificou como uma “conspiração brasileira” vitoriosa, uma alusão à forma sigilosa, silenciosa e rápida de ação dos seus integrantes.

Se lembrarmos da forma como o SNI se engajara na busca de informações dos “inimigos do regime”, divulgando-as entre os “órgãos de segurança” e órgãos decisórios da presidência, validaremos a analogia com o CLAMOR, que estabelecera uma extensa rede de solidariedade, ligando pessoas e instituições no Brasil, nas Américas, nos Estados Unidos e na Europa. Extensos circuitos subterrâneos através dos quais circulavam informações, ideias, “*know-how*” e dinheiro.

A entidade estabelecia contatos entre a comunidade de refugiados no Brasil e outras entidades ecumênicas do país que participavam da rede de ações de solidariedade desta natureza. A seleção de entidades apresentada por Ana Célia Andrade nos dá uma medida da

amplitude das redes humanitárias de solidariedade ecumênica articuladas ao CLAMOR ao longo dos anos ditatoriais no Cone Sul:

*Abuelas de Plaza de Mayo, Asamblea Permanente por los Derechos Humanos – APDH, Familiares de Detenidos y Desaparecidos por Razones Políticas, Madres de Plaza de Mayo, Servicio Paz y Justicia – SERPAJ, Vicaría de Solidaridad, Fundación de Ayuda Social de las Iglesias Cristianas – FASIC, Asociación de Familiares de Presos Políticos, United Nations Human Rights Council, Conselho Mundial de Igrejas, Organização dos Estados Americanos – OEA, Paraguay – Human Rights Watch, Comité Inter-Mouvements Auprès Des Evacués – CIMADE e Anistia Internacional.*⁹⁰⁵

No tocante ao apoio aos refugiados, os membros do CLAMOR correram o risco de terem suas casas sob o alvo de ações da repressão. Há, nesse sentido, casos em que cartas foram enviadas ao endereço particular de Jaime Wright às quais ele respondera em tom de exortação, exigindo que não se repetisse esse erro. Isso também evidencia o temor de que projetos das entidades ecumênicas e pessoas a ele ligadas fossem prejudicados. Assim, orientava os interessados no trabalho do CLAMOR a escreverem apenas para a sua sede, na Cúria Metropolitana. Tal medida de segurança se justificava, entre outros motivos, pelo fato de que os refugiados alvos da ajuda da entidade eram indesejados pela ditadura brasileira e, em seus respectivos países, eram perseguidos por causa de suas opções políticas de oposição. Além disso, o pastor e seus companheiros conheciam os métodos espúrios de violação de correspondências, costumeiramente utilizados pelos agentes dos órgãos de informações do regime militar brasileiro, bem como estavam cientes de que havia constante troca de informações com os órgãos de repressão das ditaduras vizinhas. Isso poderia trazer grandes prejuízos e até causar a morte de pessoas envolvidas com o trabalho de proteção aos direitos humanos. O projeto de solidariedade com os estrangeiros em solo brasileiro recebeu o nome de “exilados em trânsito”. Com relação a este último aspecto, ofereciam assistência médica, dentária e jurídica, bem como ajuda financeira para hospedagem, alimentação, vestuário, passagens, documentação, dentre outras despesas.⁹⁰⁶

Jaime Wright percebeu muito cedo que o governo Figueiredo não estava satisfeito com o trabalho de solidariedade prestado pelo CLAMOR e por outras entidades aos refugiados.

⁹⁰⁵ ANDRADE, Ana Célia Navarro de. “O projeto *Clamor: documentação e memória de um Comitê pelos Direitos Humanos no Cone Sul* e o acesso à informação”. In: STAMPA, Inez Terezinha e NETO, Rodrigo de Sá (orgs.). *Arquivos da repressão e da resistência - Comunicações do I Seminário Internacional Documentar a Ditadura*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013. p. 107.

⁹⁰⁶ “Projeto de ajuda financeira”, sem data. Centro de Documentação e Informação Científica “Prof. Casemiro dos Reis Filho” (CEDIC). PUC-SP. Fundo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul. Caixa 16.

Em junho de 1980, escreveu carta à revista *Veja*, conclamando-a para combater o projeto de lei que instalaria o Estatuto dos Estrangeiros. No capítulo 3, demonstramos que tal instrumento jurídico foi de fato aprovado, constituindo-se em verdadeiro estorvo ao trabalho das entidades de direitos humanos e que provavelmente resultou da pressão exercida por analistas do SNI sobre setores decisórios do governo, por intermédio de muitos relatórios, condenando o intenso fluxo de entrada de “subversivos” estrangeiros no país.

O financiamento para a produção do citado boletim, para o acolhimento dos refugiados, as viagens para coletar informações sobre desaparecidos e outras despesas do grupo foi obtido inicialmente com o Conselho Mundial de Igrejas. Depois de alguma divulgação e o estabelecimento de novos contatos internacionais, outros organismos católicos e protestantes na Europa e na América do Norte passaram a engrossar essa rede de solidariedade ecumênica com vistas a amparar as vítimas da repressão no Cone Sul. Neste particular, impressiona o volume de contatos realizados por Jaime Wright, fomentando as articulações através de pedidos de financiamento, acompanhados da descrição em detalhes dos projetos em execução e de cópias do *Boletim Clamor*.

Também era frequente e detalhada a prestação de contas junto às agências financiadoras depois que cada projeto havia sido desenvolvido, explicitando os resultados alcançados em cada caso, bem como as dificuldades enfrentadas e ocasionais insucessos. A meticulosidade e o rigor com que Jaime Wright lidava com essa obrigação beiravam a obsessão, conforme sugerem algumas observações que anotava nas planilhas e em outros documentos da entidade. Com efeito, talvez essas suas características de alguém tão metódico e rigoroso ajudem explicar a manutenção de tantos contatos no exterior que resultavam em financiamento durante vários anos.

Em 1981, outro culto ecumênico foi realizado na Igreja da Consolação, em São Paulo, como desdobramento das iniciativas de denúncias protagonizadas pelo CLAMOR. Mais uma vez, chamava-se a atenção da sociedade para as violações de direitos humanos nas ditaduras do Cone Sul. A liturgia foi preparada pelo próprio CLAMOR, provavelmente pelo pastor Jaime Wright, e trazia para bem perto do povo a realidade do sofrimento de milhares de vítimas, associando-o ao sofrimento de Cristo. A cerimônia, intitulada “culto ecumênico da esperança”, por ocasião do natal, foi permeada pela indignação e a denúncia da violência e injustiça generalizadas no Cone Sul. Com fundamentação bíblica, a mensagem introdutória proferida durante o culto lançou mão da imagem de um presépio, montado sem a presença do menino Jesus, para denunciar a dramática situação de desrespeito aos direitos humanos,

inclusive, das crianças no Cone Sul, e, ao mesmo tempo, para levar esperança e conforto aos familiares das vítimas, muitos refugiados em São Paulo:

O NATAL celebra a esperança. Deus ouviu os clamores do seu povo e veio ao mundo, em forma humana, para identificar-se com os oprimidos e os marginalizados. A certeza dessa identificação no Natal de Jesus Cristo faz renascer em todos nós a confiança de que Deus ouve e ouvirá os nossos clamores.

Milhares de lares latino-americanos estão vazios de familiares sequestrados pelas forças de repressão. Tais familiares “desapareceram”, em consequência da diabólica tecnologia repressiva aperfeiçoada por tiranos blasfemos que desrespeitam os mais simples princípios humanitários, quebrando repetidamente a própria Palavra de Deus.

Centenas desses desaparecidos são crianças. Algumas sequestradas com seus pais; outras nascidas nas prisões. Todas com o direito inalienável de conviver com seus legítimos familiares.

O Presépio montado nesta igreja pretende representar a realidade de milhares de famílias espalhadas pela América Latina que choram a ausência de seus filhos. A ausência do Menino Jesus neste Presépio nos convida a refletir sobre a degradação moral que se abateu sobre o nosso continente. É triste, sim. Mas o Natal nos faz lembrar nossa fidelidade ao Deus que, na pessoa de Jesus Cristo, venceu a morte, legando-nos, para sempre, a Esperança da Vida.⁹⁰⁷

Interessante notar que, conforme mencionamos antes, se era fato que seus colegas presbiterianos de ministério lhe deram as costas, não lhe convidando mais para pregar em templos da IPB, Jaime Wright usava, como no caso de mais este culto ecumênico, o altar da Igreja Católica. Parece que, para ele, mais importante era que a mensagem da “denúncia profética” contra as injustiças de seu tempo fosse pregada, para ouvintes protestantes ou católicos. Certamente quando preparava sermões desse tipo, ele se lembrava de seu irmão “desaparecido”, transformando a dor da perda em combustível para alimentar sua luta em favor da preservação da vida de outras pessoas.

Outra consequência da atuação pioneira do CLAMOR foi ter se transformado em fonte de inspiração para muitas pessoas, em sua maioria, ligadas a igrejas, no sentido de criarem seus próprios órgãos de defesa dos direitos humanos. Dezenas de correspondências de ativistas de várias partes da América Latina solicitavam ajuda aos seus membros para iniciarem esse tipo de trabalho. Com efeito, desde o início dos trabalhos do CLAMOR, o pastor já tinha a convicção de que as atividades do grupo deveriam cessar quando fossem estabelecidas e consolidadas entidades de direitos humanos nativas. Por volta de 1984, isso já havia ocorrido em diversos países da América Latina e Central, constituindo-se em um dos motivos que levaram Wright a deixar a entidade.

⁹⁰⁷ “Culto Ecumênico da Esperança”, Centro de Documentação e Informação Científica “Prof. Casemiro dos Reis Filho” (CEDIC). PUC-SP. Fundo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul. Caixa 16, fls. 1.

Um dos resultados mais significativos do trabalho da equipe do CLAMOR foi a produção de um dossiê contendo dados (nome, idade, profissão, estado civil, lugar e a data das detenções, nº de documento de identidade em alguns casos, etc.) de 7.291 “desaparecidos políticos” sob a ditadura da Argentina no período de 1976 a 1981, sendo 14 brasileiros. O material, escrito em espanhol, foi prefaciado por D. Arns e entregue pessoalmente por ele ao papa João Paulo II em “audiência privada”, em janeiro de 1981, em Roma. Um dos propósitos foi o de dar maior publicidade às atrocidades que se passavam naquele país, onde até o lançamento de pessoas ao mar se tornara prática rotineira de eliminação de opositores políticos.

O texto traz como fundamentação uma lista citando doze tratados, convenções e outros instrumentos jurídicos internacionais, produzidos de 1948 a 1978, de proteção à dignidade da pessoa humana, dos quais os regimes do Cone Sul seriam signatários. A denúncia é tão contundente que chega a classificá-los como “contemporâneas encarnações latino-americanas de Hitler”⁹⁰⁸, que haviam se tornado especialistas em descumprir tais acordos sob pretexto de salvar a “segurança nacional”. E assim, “a história vai se repetindo”, continua o texto do prefácio de D. Paulo, “consequente e desgraçadamente”⁹⁰⁹, em uma clara alusão ao holocausto nazista.

Produzir e divulgar o relatório “*desaparecidos en la Argentina*”, representava mais um gesto de solidariedade ecumênica para com milhares de cidadãos atingidos pela barbárie argentina, especialmente os familiares dos desaparecidos. Na introdução do documento, assevera-se que “por detrás de cada nome, existe a tragédia de uma família traumatizada, incompleta, atemorizada e ferida. Uma família convivendo com a terrível recordação do momento do sequestro, da violência do desaparecimento.”⁹¹⁰ Trata-se de um tipo de dor que Jaime Wright conhecia muito bem. O trecho acima se aplicaria, assim, também para descrever o que acontecera à sua própria família após o desaparecimento de seu irmão, Paulo Stuart Wright, em 1973.

Na perspectiva dos membros do CLAMOR, a iniciativa poderia, de alguma forma, suscitar um movimento mais amplo de pressão internacional contra os militares daquele e de outros países do Cone Sul (são citados no texto além da Argentina, a Bolívia, o Chile, o Uruguai e Paraguai) no sentido de, pelo menos, diminuírem a repressão contra seus cidadãos.

⁹⁰⁸ “Culto Ecumênico da Esperança”, Centro de Documentação e Informação Científica “Prof. Casemiro dos Reis Filho” (CEDIC). PUC-SP. Fundo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul. Caixa 16, fls. 7.

⁹⁰⁹ Ibid., fls. 7.

⁹¹⁰ Ibid., fls. 8.

Essa iniciativa conjugava-se com a publicação de matérias pagas na imprensa argentina com vistas a cobrar das autoridades o paradeiro de desaparecidos em casos específicos.⁹¹¹ Esse dossiê também foi importante porque serviu de base para os trabalhos da *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (CONADEP) instalada oficialmente pelo governo civil formado após o término da ditadura, em 1983, para investigar os crimes contra os direitos humanos praticados ao longo do regime ditatorial argentino.⁹¹² O relatório final da comissão recebeu o título de “*Nunca Más*”, e acabou servindo de inspiração para o nome do projeto *Brasil: Nunca Mais* e para os trabalhos congêneres que se publicariam anos depois no Chile, Paraguai e Bolívia.⁹¹³

Todas as informações acima citadas sobre a entrega do relatório do CLAMOR estão contidas em documento da Agência Central do SNI de maio de 1983, evidenciando, conforme já assinalamos, a vigilância da ditadura em torno das ações de D. Paulo e do CLAMOR. O agente acrescentou ainda que o dossiê, parte do qual o agente anexou ao documento que produziu, fora encaminhado pela equipe da entidade ecumênica para a OEA, a ONU e para o Núncio Apostólico da Argentina. Por fim, explicita o que poderíamos chamar de uma “interpretação-julgamento” sobre os significados dessa e de outras iniciativas de D. Paulo e do CLAMOR no tocante à defesa dos direitos humanos:

A atitude do Arcebispo de São Paulo caracteriza uma posição de ingerência da Igreja Católica em assuntos internos de países estrangeiros, a exemplo do seu procedimento no Brasil. Demonstra, também, o prosseguimento de uma campanha visando a provocar o descrédito dos Governos dos países do Cone Sul e, consequentemente, a desestabilização desses regimes.⁹¹⁴

A leitura que o agente faz da situação é simples e direta. D. Paulo estaria se intrometendo em assuntos que não lhe diziam respeito. Primeiro, por se tratar de questões não religiosas e, segundo, por ser assunto da alçada de outro país. Logo, sua iniciativa representava ato de “ingerência” com o objetivo de lançar dúvidas sobre a credibilidade dos regimes e, por fim, desestabilizá-los. Ora, em nenhum momento o agente pondera sobre a gravidade das denúncias que pesavam sobre tais governos, ora apresentadas no dossiê do

⁹¹¹ ANDRADE, Ana Célia Navarro de. “O projeto *Clamor: documentação e memória de um Comitê pelos Direitos Humanos no Cone Sul* e o acesso à informação”. In: STAMPA, Inez Terezinha e NETO, Rodrigo de Sá (orgs.). *Arquivos da repressão e da resistência - Comunicações do I Seminário Internacional Documentar a Ditadura*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013. p. 107.

⁹¹² LIMA, Samarone. *Clamor: A vitória de uma conspiração brasileira*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

⁹¹³ Wright acompanhou esse processo e publicou artigos no jornal *O São Paulo*, na década de 1990, e em outros periódicos, comentando o significado político e histórico dessas iniciativas.

⁹¹⁴ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACE 34.398, 1983, fls. 2.

CLAMOR, especialmente sobre o da Argentina. Afinal, tratava-se de quase 7.300 seres humanos desaparecidos após sofrerem repressão dos órgãos militares daquele país. Implícito está que o agente do SNI não acreditava que tantas pessoas haviam sido vitimadas ou concordava com a decisão que determinou tal genocídio. Seu olhar, assim, só focalizava a "ingerência" de D. Paulo, exatamente como faziam os demais agentes da ditadura brasileira para qualificar a atuação do Conselho Mundial de Igrejas no Brasil, atribuindo-lhe o rótulo de "alienígena", por causa do seu envolvimento com as lutas sociopolíticas que aqui se travaram durante o regime.

O curioso é que o agente do SNI, além de ler o prefácio explicitando as motivações humanitárias e evangélicas do trabalho, ainda registrou um trecho da entrevista que D. Arns concedera à imprensa em que menciona a repressão no Cone Sul e no Brasil, a qual mais parece uma profecia, mas nem isso parece tê-lo sensibilizado: "trata-se de uma covardia da qual nossa época vai sentir vergonha. Isso se deu no Brasil, em pequena escala, e, em outros países, em grande escala."⁹¹⁵

Anteriormente apontamos como Raul Primatesta, cardeal-presidente da Conferência Episcopal da Argentina, havia se indignado contra D. Paulo, quando, junto com Jaime Wright, celebrou, em São Paulo, o culto ecumênico em memória dos desaparecidos políticos de seu país. Neste caso do dossiê, certamente a revolta do prelado deve ter sido ainda maior. Entretanto, D. Arns e o CLAMOR, encaminharam uma cópia do documento apenas para o Núncio Apostólico⁹¹⁶ da Argentina, aparentemente desconsiderando o cardeal. Isso também transparece em um trecho do prefácio, em que D. Paulo agradece a contribuição dada à produção do dossiê por oito entidades de direitos humanos da Argentina, sem citar o apoio da Conferência Episcopal. Mais uma evidência da operação das redes subterrâneas de solidariedade nos interstícios, isto é, nas "brechas" das ditaduras, sendo muitas delas ecumênicas como, por exemplo, o citado *Movimiento Ecuménico por los Derechos Humanos* (MEDH).⁹¹⁷

⁹¹⁵ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações ACE 34.398, 1983, fls. 2.

⁹¹⁶ Núncio Apostólico é o cargo de uma espécie de embaixador do Vaticano.

⁹¹⁷ Pretendemos, futuramente, empreender uma pesquisa em arquivos de entidades ecumênicas da Argentina e da polícia política de Buenos Aires. Seria interessante, penso, compreender como tais redes se articularam e se foram monitoradas pelos órgãos de repressão daquele país. Pensamos, inicialmente em compreender o trabalho do MEDH e suas relações com outras entidades. A documentação do CLAMOR demonstra que havia parceria e troca de informações entre os dois organismos. O MEDH foi fundado logo após o golpe de Estado de 1976 por clérigos e leigos de diversas igrejas cristãs e outras entidades da sociedade. Na formação mais recente, o MEDH contava com as seguintes instituições: Iglesia Católica: *Diócesis de Quilmes, Viedma, Neuquén y Puerto Iguazú, Iglesia Evangélica de los Discípulos de Cristo, Iglesia Evangélica del Río de la Plata, Iglesia Evangélica Luterana Unida, Iglesia Evangélica Metodista Argentina, Iglesia Evangélica Valdense del Río de la Plata,*

A parte final do prefácio de D. Paulo representa uma síntese das principais motivações dos membros do CLAMOR. Tendo diante de si a importância da memória enquanto elemento pedagógico de prevenção contra a possível reincidência dos mesmos erros do passado, pretendia-se lançar luz em um futuro novo:

Não devemos repetir o passado. Torna-se necessário, por conseguinte, dar público conhecimento à realidade, não necessariamente para que nos horrorizemos com a constatação da vileza com que se rebaixaram os homens que abandonaram princípios, senão para que reforcemos nossa firme disposição de fazer todo o possível para que esta ignomínia não se repita jamais nos tão sofridos países de nosso Cone Sul.⁹¹⁸

O intuito, esclarece o cardeal, para além da esperança de salvar vidas no presente, era o de que a experiência do conhecimento histórico da verdade sobre o passado trouxesse a consciência aos homens do presente e do futuro de que era preciso evitar que tais violações de direitos humanos voltassem a ocorrer. Motivação, portanto, semelhante à que esteve por trás do projeto *Brasil: Nunca Mais*, conforme veremos mais adiante. Assim, aquilo que, para o agente do SNI, configurava uma ingerência do cardeal em assuntos de outros países, era, por este assim compreendido: “Reconhecendo que a solidariedade e a defesa dos direitos humanos eliminam todos os tipos de fronteiras – geográficas, políticas, ideológicas, religiosas, sociais, econômicas e raciais – buscamos não mais que a soberania da paz e da justiça para todos.”⁹¹⁹

Em 1983, o CLAMOR comemorou cinco anos de existência. O texto comemorativo ao qual tivemos acesso pode ter sido publicado em algum jornal, no da Arquidiocese intitulado *O São Paulo* ou no próprio *Boletim Clamor*, mas não conseguimos localizá-lo. O fato é que à caneta foi registrado que se tratava de um texto destinado ao “editorial”, o que sugere que tenha sido publicado nesta seção de alguma publicação. Emerge do texto a perspectiva crítica dos integrantes do CLAMOR em relação à doutrina da segurança nacional, à ilegitimidade da ascensão dos militares ao controle do poder político e a associação com os interesses do capitalismo:

Em nome desta Doutrina, os povos do Cone Sul sofreram as piores vexações nos últimos anos. Dizendo-se defensores dos valores da civilização cristã e ocidental, as

Iglesias Reformadas en la Argentina, Asociación Cristiana de Jóvenes e Asociación La Iglesia de Dios. cf. DOCUMENTOS FUNDAMENTALES Y DECLARACIONES PÚBLICAS del Movimiento Ecuménico por los Derechos Humanos, 1976-2002. BLATEZKY, Arturo (compilador). Buenos Aires: Ediciones MEDH, 2002.

⁹¹⁸ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACE 34.398, 1983, fls. 7.

⁹¹⁹ Ibid. fls. 7.

Forças Armadas de todos os países, apoiadas pelo Capital internacional, excederam suas funções legítimas para golpear a liberdade, querendo destruir assim o patrimônio histórico, cultural e popular das nações do Cone Sul. Mas, felizmente, após estes momentos terríveis, nós estamos vendo o ressurgimento da Vida. A luta pela vigência dos Direitos Humanos produz um novo ânimo nos povos do Cone Sul e, na prática, está oferecendo pistas novas para vencer esta Doutrina malfadada. O testemunho vivo de tantas pessoas, vítimas da prepotência, nos leva a clamar que a SOLIDARIEDADE NÃO TEM FRONTEIRAS e que a luta por melhores condições de vida não tem limites no tempo e no espaço.⁹²⁰

O tom do editorial era de otimismo, a despeito de testemunhar a situação dramática de desrespeito às liberdades. Paradoxalmente, no momento mesmo de comemoração pelo aniversário da entidade, diante dos resultados positivos alcançados no sentido de terem colocado as questões das violações de direitos humanos no Cone Sul no centro das atenções mundiais e de terem ajudado a salvar vidas, afloravam tensões internas, que se transformaram em dissensões, conforme veremos mais adiante.

No tocante à tensão interna no CLAMOR, as fontes revelam divergências que acabaram por se tornar incontornáveis, levando à saída de Jaime Wright da entidade. Ao que parece, um dos problemas se originou nas diferenças de opinião ou de postura em relação ao trabalho em equipe e, talvez, de temperamento entre alguns membros do grupo. Um dos pontos de atrito situava-se nas diferenças entre Jaime Wright e Luis Eduardo Greenhalg. Os escritos de Wright não escondem seu descontentamento com a forma com que Greenhalg conduzia certos assuntos no grupo. Em 1983, por exemplo, houve um desentendimento em torno do texto final do que seria o regimento interno do CLAMOR, cujo objetivo seria o de “melhor atingir seus objetivos”⁹²¹. Uma proposta inicial fora escrita por Wright e o outro texto foi de autoria de Greenhalg. O advogado *versus* o pastor. Nesta disputa, venceu o advogado, já que às margens do projeto de regulamento de Wright, datado de 01 de setembro, lemos o seguinte: “Este projeto, elaborado por JW, foi rechaçado por LEG, o qual impediu que fosse discutido em reunião do grupo CLAMOR em minha casa.”⁹²² Por outro lado, o texto de Greenhalg, com data de 04 de setembro, e que venceu a disputa interna, traz a seguinte

⁹²⁰ “A solidariedade não tem fronteiras”. Centro de Documentação e Informação Científica “Prof. Casemiro dos Reis Filho” (CEDIC). PUC-SP. Fundo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul. Caixa 16. fl. 1.

⁹²¹ “Regras de funcionamento do CLAMOR. São Paulo, 04 set. 1983”. Centro de Documentação e Informação Científica “Prof. Casemiro dos Reis Filho” (CEDIC). PUC-SP. Fundo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul. Caixa 16. fl. 1.

⁹²² “Regimento interno CLAMOR. 01 set. 1983. Centro de Documentação e Informação Científica “Prof. Casemiro dos Reis Filho” (CEDIC). PUC-SP. Fundo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul. Caixa 16. fl. 1.

observação em pé de página: “Este regimento interno, elaborado por LEG, após o rechaço da proposta de JW, foi aprovado na casa de LEG, sem a presença de JW.”⁹²³

A comparação entre os dois textos revela diferenças de visão sobre como a entidade deveria ser administrada, sobre a melhor forma de vinculação à Arquidiocese de São Paulo, sobre a divisão de atribuições entre os membros, especialmente a questão de quem cuidaria das correspondências e dos contatos com as agências estrangeiras, sobre a maneira de gerir os recursos financeiros recebidos pelo CLAMOR e de como prestar contas dos mesmos, etc. Está encoberto na disputa a questão de como seria exercido o poder de direção dos rumos da entidade, conforme veremos. Na visão de Jaime Wright, por exemplo, o CLAMOR “é um projeto da Arquidiocese de São Paulo, sem pretensões hegemônicas [...]”.⁹²⁴ Já, no projeto de Greenhalg, somos informados de que o CLAMOR “é um grupo de pessoas – vinculadas à Arquidiocese de São Paulo [...]”.⁹²⁵ A primeira proposta parece sugerir a opinião de que o grupo deveria continuar como começou, isto é, sob o “guarda-chuva” de D. Paulo e da Arquidiocese. Na segunda visão, já se percebe certo desejo de autonomia institucional.

Por outro lado, no projeto Jaime Wright, além da criação de uma Comissão Coordenadora, constituída de dois ou três membros eleitos para mandato de dois anos, estava previsto que um deles seria o Secretário Executivo. Com relação a este último ponto, o texto de Greenhalg discordava. Nele só haveria a Comissão Coordenadora, com três membros, a qual, além de várias outras funções, deveria “receber a correspondência endereçada ao grupo CLAMOR, cuidando para que todos os membros do grupo CLAMOR possam ter acesso à mesma.”⁹²⁶ No projeto de Wright, cabia apenas ao Secretário Executivo “fazer a correspondência”, além de “convocar as reuniões” e presidi-las, “manter informados os membros do CLAMOR e o cardeal-arcebispo sobre o andamento dos trabalhos”. Só no projeto de Wright constava ainda a obrigação da Comissão Organizadora de sempre levar ao CLAMOR “os assuntos que impliquem em gastos acima de US\$100,00.”⁹²⁷

Ao que parece, Jaime Wright gostaria que seu papel de liderança fosse reconhecido e, talvez, estivesse pretendendo assegurar sua participação no CLAMOR como Secretário Executivo. E parece também que isso não agradara a Greenhalg e a outros membros do

⁹²³ “Regras de funcionamento do CLAMOR. São Paulo, 04 set. 1983”. Centro de Documentação e Informação Científica “Prof. Casemiro dos Reis Filho” (CEDIC). PUC-SP. Fundo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul. Caixa 16. fl. 2.

⁹²⁴ “Regimento interno CLAMOR. 01 set. 1983. Centro de Documentação e Informação Científica “Prof. Casemiro dos Reis Filho” (CEDIC). PUC-SP. Fundo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul. Caixa 16. fl. 1.

⁹²⁵ “Regras de funcionamento do CLAMOR. op. cit.

⁹²⁶ Ibid.

⁹²⁷ “Regimento interno CLAMOR.” op. cit.

CLAMOR. O regimento de Jaime Wright era mais conciso (uma página) que o de Greenhalg (duas). Talvez essa seja outra pista para compreendermos a perspectiva do pastor, porque certamente havia outras questões por detrás dessas divergências. Em um documento de outubro de 1982, antes, porém, desse debate ocorrer, ele escreve o seguinte em um texto que parecia ser um esboço da história do órgão, intitulado “CLAMOR – Biografia”:

Nas suas tarefas, o CLAMOR descobriu o verdadeiro significado da frase “solidariedade não tem fronteiras”. Descobriu, ademais, que a eficácia do seu trabalho exige três coisas, pelo menos: (1) atos concretos, sem teorizações ideológicas ou partidárias; (2) orientação ecumênica, sem preocupações sectárias; e (3) o mínimo de estrutura institucional, a fim de que a equipe permaneça ágil, flexível e despreocupada com interesses administrativos. O CLAMOR não nutre, por conseguinte, aspirações hegemônicas de qualquer espécie. O CLAMOR quer, em outras palavras, desaparecer por completo, o mais cedo possível, pois isso significaria uma ou ambas as coisas: (1ª) ou a vigência plena dos direitos humanos nos países do Cone Sul; ou (2ª) a existência de grupos em cada país que já estão tendo plena liberdade de lutar contra as violações desses direitos.⁹²⁸

Tais palavras ilustram parte do pensamento do pastor e lançam luz sobre sua opinião acerca da discussão em torno do regimento. Para ele, o CLAMOR tinha uma missão passageira, transitória. A institucionalização ou a burocratização das atividades, em sua perspectiva, não contribuiria para a eficiência do grupo. Talvez isso explique sua opinião de que o CLAMOR devesse ter uma liderança, o Secretário Executivo, o qual se responsabilizaria por ações que poderiam dar maior dinamismo ao conjunto das atividades. Contudo, Luís Eduardo Greenhalg parecia discordar dessa forma de encarar a questão.

No momento em que essas disputas internas afloravam, o trabalho do CLAMOR já havia sido reconhecido em vários países e aumentou o número de integrantes.⁹²⁹ Aliás, este foi outro elemento causador da crise interna, conforme veremos. Sabedor que era do fato de que futuramente alguém se interessaria pela história da entidade e indagaria sobre as causas de sua saída, o pastor Wright parece ter feito questão de deixar sua versão dos fatos para a posteridade.

⁹²⁸ WRIGHT, Jaime. “Reflexão inédita a propósito do quinquenário do CLAMOR: O fracasso ecumênico”. texto datilografado com 3 páginas. São Paulo, 14 jan. 1984. Centro de Documentação e Informação Científica “Prof. Casemiro dos Reis Filho” (CEDIC). PUC-SP. Fundo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul. Caixa 16.

⁹²⁹ “CLAMOR: Uma história de solidariedade”. Documento datilografado com 7 páginas, produzido por ocasião do encerramento das atividades do órgão, datado de 25 out. 1990, lista além dos três membros fundadores, mais nove integrantes que foram aderindo à causa ao longo dos anos: Michael Mary Nolan, Roberto Grandmaison, Aparecida Horta, Lilian Azevedo, João Xerri e Inge Schilling. Centro de Documentação e Informação Científica “Prof. Casemiro dos Reis Filho” (CEDIC). PUC-SP. Fundo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul. Caixa 16.

Em documento intitulado “Reflexão inédita a propósito do quinquenário do CLAMOR” ele exterioriza sua percepção acerca de como Luis Eduardo e outros membros o haviam deixado à margem de decisões importantes do grupo, exatamente na comemoração dos cinco anos de fundação do órgão, momento muito especial para ele que havia sido um dos membros-fundadores.

A epígrafe em itálico do texto, que mais parece um desabafo, já diz muito sobre o estado de espírito do pastor, especialmente sobre sua opinião em relação aos membros do grupo naquele momento. Do início ao fim ele irá colocar entre aspas a palavra “equipe” e falará na terceira pessoa, como quem observava do lado de fora o desenrolar dos acontecimentos envolvendo o CLAMOR: *“Em termos de ‘equipe’, o pastor, nomeado oficialmente por sua Igreja para prestar serviços na Arquidiocese de São Paulo, numa experiência ecumênica sem precedentes, foi deixado à margem de decisões que exigiriam participação plena das partes.”*⁹³⁰

Em seguida, ele começa a enumerar as razões de seu desapontamento: a postura de uma religiosa que, segundo ele, por “‘ironia do destino’”⁹³¹, havia entrado no CLAMOR por sua indicação, com vistas a substituí-lo no período em que precisou viajar para o exterior para tratar de assuntos relacionados à sua Igreja nos EUA, entre os quais estava o da sua permanência no trabalho junto ao cardeal Arns. Desse modo, acrescenta o seguinte: “Não se pode esconder que o bom relacionamento entre membros da ‘equipe’ do CLAMOR já andava comprometido pelo mandonismo confesso de uma religiosa norte-americana, cujas atitudes subvertem o espírito ecumênico mais bem intencionado.”⁹³² Mas os problemas não paravam por aí: “Ao retornar ao Brasil, descobriu que outro nome – o de um religioso canadense – havia sido acrescentado à ‘equipe’ do CLAMOR sem nenhuma consulta ao pastor.”⁹³³

E a lista de reclamações vai se estendendo: os membros da “equipe” decidiram preparar uma edição comemorativa do Boletim CLAMOR para celebrar os cinco anos da entidade exatamente quando ele retornaria para mais um período de atividades no exterior, em 1983, excluindo-o da participação ativa da edição, ao que ele classificou de no mínimo “insensibilidade” ou “malícia premeditada”⁹³⁴; A pedido de D. Arns, um dos membros

⁹³⁰ WRIGHT, Jaime. “Reflexão inédita a propósito do quinquenário do CLAMOR: O fracasso ecumênico”. texto datilografado com 3 páginas. São Paulo, 14 jan. 1984. Centro de Documentação e Informação Científica “Prof. Casemiro dos Reis Filho” (CEDIC). PUC-SP. Fundo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul. Caixa 16. fl. 1.

⁹³¹ Ibid.

⁹³² Ibid.

⁹³³ Ibid.

⁹³⁴ Ibid.

fundadores do CLAMOR demonstrou “má vontade” em ajudar o cardeal a formular uma carta que seria encaminhada à Igreja de Jaime Wright, nos EUA, para formalizar sua continuidade nos trabalhos em torno dos direitos humanos junto à Arquidiocese de São Paulo; Afinal, esse havia sido um dos motivos dessa viagem de 1983, mas sua alegria em ter obtido o aval de sua igreja para continuar a lado do cardeal parece ter sido logo superada pela tristeza diante da atitude do membro do CLAMOR;

Para piorar as coisas, ainda em 1983, estando ele ainda nos EUA, mais dois membros ingressaram na “equipe” do CLAMOR sem que ele fosse consultado e, por fim, aconteceu um dos atos mais graves em sua percepção: “a retirada da sua casa do acervo do CLAMOR e, ademais, de objetos pessoais do pastor e de outros que lhe haviam sido entregues em absoluta confiança.”⁹³⁵ Claramente chateado e desapontado, o pastor observa que “tivessem tais fatos ocorrido antes da decisão da Igreja Presbiteriana nos EE.UU., certamente o retorno do pastor à Arquidiocese de São Paulo teria sido reconsiderado.”⁹³⁶

Com vistas a contornar a possível influência dos membros indesejados no CLAMOR, após retornar ao Brasil e ficar sabendo que D. Paulo também não havia sido consultado, o pastor segue a sugestão do cardeal e propõe, então, a criação do referido “regimento interno” estabelecendo, inclusive, a “comissão coordenadora”. Segundo ele, os membros do CLAMOR aceitaram a ideia e o autorizaram a escrever o texto, já que ele “tinha participado na redação de dezenas de regimentos para uma variedade enorme de entidades, inclusive ecumênicas.”⁹³⁷ A CESE havia sido uma delas, conforme vimos anteriormente. E aí, então, vieram os trechos finais desse que certamente foi, para o pastor, um desagradável e triste capítulo da história do CLAMOR:

Na reunião convocada para discutir a proposta do regimento interno, o pastor assistiu - - juntamente com os demais membros da “equipe” - - ao espetáculo da sumária rejeição da sua proposta por um dos membros fundadores do CLAMOR, com uma listagem acabrunhante de motivos e - - à autoritária declaração de que ele mesmo tomava para si a elaboração de outra proposta mais adequada. Era mais um “golpe” que se dava à já combatida estrutura ecumênica e democrática do CLAMOR.⁹³⁸

Mas parece que até então ele ainda alimentava a esperança de que, mesmo com o rechaço de seu regimento, ele teria a oportunidade de discutir o regimento que Greenhalg iria

⁹³⁵ WRIGHT, Jaime. “Reflexão inédita a propósito do quinquenário do CLAMOR: O fracasso ecumênico”. op. cit. fl. 1.

⁹³⁶ Ibid., fls. 2.

⁹³⁷ Ibid.

⁹³⁸ Ibid.

elaborar. Entretanto, e agora podemos compreender o porquê daquela observação no texto de Greenhalg sobre a ausência de Wright, o pastor se queixou de que a discussão do texto foi marcada justamente para uma data que todos sabiam que ele não poderia participar.⁹³⁹ Segundo ele, anteriormente outras decisões menores eram adiadas até que ele estivesse presente, mas agora recebia mais um “golpe”. E isso fez com que tivesse a certeza de que “os dois ‘golpes’ desferidos durante a sua ausência no Exterior não tinham sido acidentais.”⁹⁴⁰

Acrescenta ainda que no final de 1983, a “proponente” da edição comemorativa não pôde concluir o trabalho e que ele foi colocado como “editor de última hora” e ainda teria de escrever um segundo editorial. E, mais uma vez, sem ser consultado, foi escalado a escrever um artigo “aritmético” sobre desaparecidos. Quando o pastor escreveu este documento, datado de 14 de janeiro de 1984, já parecia ter tomado a decisão de sair do CLAMOR. Mas apesar de todos os problemas relatados, ele ainda parecia estar até aquele momento tentando continuar no órgão. Entretanto, ele explica que a motivação para ter elaborado o documento e, conseqüentemente, isso deve ter sido a “gota d’água” para ele, que já não era mais o responsável pelas correspondências, segundo o novo regimento, e nem pelos contatos com os patrocinadores estrangeiros:

Dois motivos: (1) o pastor recebeu nesta semana 2 telefonemas da Inglaterra (ele que não recebera nenhum telefonema quando a “equipe” foi aumentada e sua casa invadida); lá da Inglaterra pediam informações, faziam cobranças disto e daquilo, determinavam ato contrário a resolução do grupo CLAMOR; (2) passados 120 dias desde que o Boletim Interno nº 3, de 14.09.83, declarava ter ouvido a ex-tesoureira afirmar que estava preparando a transferência para a Comissão Coordenadora, hoje - - 4 meses depois - - a referida transferência ainda não se consumou, tornando impossível, por conseguinte, duas coisas: (a) um balancete real de dezembro de 1983 [o do Boletim Interno nº 16, como o dos demais, não tem os lançamentos de 01.07.83 a 20.09.83, os quais não nos foram entregues; e nem os de 01.01.83 a 30.06.83, por estarem incompletos]; e (b) o envio de balancetes às entidades que apóiam o CLAMOR.⁹⁴¹

Para o pastor, cuja meticulosidade com que lidava com a prestação de contas chegava a incomodar algumas pessoas que conviviam com ele, deve ter sido difícil e até motivo de vergonha ter de ouvir essas cobranças do exterior. Portanto, do que foi discutido até aqui sobre os problemas internos do CLAMOR, parece que o seu crescimento da forma que se deu,

⁹³⁹ WRIGHT, Jaime. “Reflexão inédita a propósito do quinquenário do CLAMOR: O fracasso ecumênico”. texto datilografado com 3 páginas. São Paulo, 14 jan. 1984. Centro de Documentação e Informação Científica “Prof. Casemiro dos Reis Filho” (CEDIC). PUC-SP. Fundo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul. Caixa 16. fls. 2.

⁹⁴⁰ Ibid.

⁹⁴¹ Ibid., fls. 3.

isto é, sem a consulta ao pastor e a D. Paulo, foi paulatinamente minando as bases da relação de amizade e companheirismo ecumênico que tanto Wright prezava.

Por fim, fica evidente que sua confiança na forma como os “negócios” do CLAMOR estavam sendo conduzidos foi afetada. Sob nossa perspectiva, sua saída não se explica por uma questão de vaidade pessoal, mas porque ele chegou à conclusão de que o fundamento ecumênico que havia sustentado a estrutura do órgão e o relacionamento entre seus membros havia sido abalado. E isso, na perspectiva dele, inviabilizava a sua continuidade na entidade. Além do mais, ele parecia estar preocupado com a repercussão negativa diante das entidades ecumênicas do exterior com aquela forma, a seu ver, confusa de tratar da prestação de contas, o que poderia até vir a macular sua imagem. Diante dessas questões, ele conclui sua exposição de motivos:

Quando a Igreja presbiteriana nos EE.UU decidiu que o pastor poderia trabalhar na Arquidiocese de São Paulo, certamente concebia serem as comissões eminentemente democráticas e participativas, onde as decisões visassem a consolidar o espírito ecumênico e de equipe.

Não foi assim, porém, a experiência do pastor na diretoria do Centro Santo Dias de Direitos Humanos.

E agora, no CLAMOR, após ter sido marginalizado na discussão do seu “contrato” [regimento interno], e na participação em decisões e tarefas que afetam o tecido mais precioso da sua vocação ecumênica, o pastor cumpre - - entre decepcionado e obstinado - - a rotina interna e externa da Sala 9.

Em termos de relações entre a Igreja Católica e a Igreja Presbiteriana nos EE.UU., por conseguinte, não se pode mais justificar a presença de um pastor no CLAMOR, porquanto sua missão ali foi esvaziada do seu significado ecumênico, tendo como exceção as vezes em que - - por ser membro do CLAMOR ou não - - ele é chamado a colaborar com D. Paulo.⁹⁴²

Claramente desapontado com sua experiência de trabalho ecumênico em dois órgãos vinculados à Arquidiocese de São Paulo, o pastor, até com certa pitada e humor ou ironia, assina e enfatiza a última frase do documento: “por Jaime Wright - - que não descarta a possibilidade de que seu ‘desconfiômetro’ esteja quebrado e que seja ele, na verdade, o maior responsável pelo fracasso.”⁹⁴³

Uma nota no semanário *O São Paulo*, de 27 de abril a 03 de maio, informava com título em letras garrafais: “Jaime Wright deixa o ‘Clamor.’”⁹⁴⁴ A nota não explica as razões de sua saída, assinalando que o pastor afirma que havia sido difícil para ele tomar aquela decisão.

⁹⁴² WRIGHT, Jaime. “Reflexão inédita a propósito do quinquenário do CLAMOR: O fracasso ecumênico”. op. cit., fls. 3.

⁹⁴³ Ibid.

⁹⁴⁴ *O São Paulo*, São Paulo, 27 abr.-03 mai. 1984. Centro de Documentação e Informação Científica “Prof. Casemiro dos Reis Filho” (CEDIC). PUC-SP. Fundo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul. Caixa 16.

Informa que ela veio “após conversas com D. Paulo Evaristo Arns.” O jornal enfatizou a especificidade do tipo de parceria ecumênica protagonizada por Wright desde inícios dos anos 1970: “Cedido pela sua Igreja Presbiteriana para tempo integral na Arquidiocese de São Paulo (nomeação sem precedentes no mundo cristão), o Rev. Jaime Wright pretende continuar seu ministério em outras atividades de cunho humanitário desta Arquidiocese.”⁹⁴⁵ Segundo o jornal, o pastor estava discutindo com o cardeal sobre qual seria sua missão dali para frente.

Sabemos que ele já estava envolvido em outro projeto tão significativo quanto o CLAMOR, qual seja: o *Brasil: Nunca Mais*, conforme veremos mais adiante. E, nesta nova empreitada, a motivação ecumênica em uma perspectiva da busca pela transformação da sociedade, segundo aquele “modelo cristocêntrico” de uma “espiritualidade encarnada” continuava, semelhante à que o levou a dedicar-se durante anos ao CLAMOR: “Dentro do compromisso ecumênico da minha Igreja espero poder colaborar com a Igreja Católica em tarefas especiais onde o testemunho sem sectarismos possa ser elemento importante para a construção de uma sociedade mais justa e fraterna.”⁹⁴⁶ Esse momento marca, assim, o fim de uma etapa e o início de outra no engajamento ecumênico do pastor Wright junto às atividades da Arquidiocese de São Paulo.

A despeito da avaliação negativa caracterizada como “fracasso ecumênico” por Jaime Wright, do ponto de vista histórico, sua experiência de ativismo junto ao CLAMOR deve ser vista em retrospecto de forma positiva. Ela encarnou iniciativas de pessoas de coragem e desprendimento que se engajaram em luta ecumênica por justiça e pela vigência dos direitos humanos. Tais iniciativas ajudaram a tecer redes de solidariedade e de apoio que fizeram a diferença em um tempo de sombras espessas que cobriram boa parte da América no tocante à violação de direitos de toda espécie. Coincidentemente, em 1983 havia chegado ao fim a experiência ditatorial na Argentina, a qual representava uma das causas da criação do CLAMOR. Talvez D. Paulo tenha considerado mais importante, naquele momento, que Jaime Wright concentrasse seus esforços na coordenação das pesquisas que resultariam no livro *Brasil: Nunca Mais* e, por isso, parece não ter se esforçado para que Wright continuasse no CLAMOR.

Com efeito, a história da militância ecumênica do pastor na entidade, assim como a atuação de outras entidades de direitos humanos no Brasil e no Cone Sul, deve ser

⁹⁴⁵ *O São Paulo*, São Paulo, 27 abr.-03 mai. 1984. Centro de Documentação e Informação Científica “Prof. Casemiro dos Reis Filho” (CEDIC). PUC-SP. Fundo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul. Caixa 16.

⁹⁴⁶ *Ibid.*

compreendida contra o pano de fundo de um movimento ecumênico mais amplo conforme temos tentado demonstrar. Os próprios integrantes remanescentes do CLAMOR, em 1990, quando suas atividades seriam encerradas, olhavam em retrospecto para as ações empreendidas pelo grupo desde 1978 e, mesmo após a saída de Jaime Wright, enfatizavam essa união de esforços provenientes de diferentes setores do cristianismo: “Vinculado à Arquidiocese de São Paulo, o CLAMOR mantém contudo um caráter ecumênico, reunindo católicos e protestantes, militantes de uma causa comum: a intransigente defesa dos Direitos Humanos e o compromisso com a solidariedade aos povos do Cone Sul.”⁹⁴⁷

Ao focar aspectos da experiência histórica do CLAMOR, tentamos evidenciar uma parte das redes ecumênicas que sustentavam e fomentavam diferentes iniciativas ecumênicas, evidenciando a dimensão da solidariedade que aflorou como contraponto à violência disseminada pelas chamadas “ditaduras de segurança nacional”. Dois fundamentos do “cristianismo encarnado” sustentavam essa experiência: a “resistência pacífica” e a “denúncia profética”. Tratava-se de iniciativas que contavam com a dedicação de pessoas e instituições que tomaram posição proativa diante do sofrimento de familiares e de vítimas da repressão. Desse modo, o estudo de tais redes evidencia um fluxo considerável de recursos financeiros, resultante do financiamento oriundo de instituições católicas e protestantes de várias partes do globo, especialmente do chamado Primeiro Mundo. Foi essa mesma dimensão da solidariedade que, através de redes transnacionais ligando instituições da Europa e América do Norte, inclusive o CMI, a organizações da sociedade civil, contribuindo para reconstruir o tecido social do Chile, captou o interesse e motivou a pesquisa de Manuel Saavedra sobre o período ditatorial no país.⁹⁴⁸

Tais entidades tomavam conhecimento de informações, que fluíam e refluíam pelas redes ecumênicas subterrâneas, dando conta das violências que se praticavam contra a vida de incontáveis cidadãos submetidos aos mais severos instrumentos de controle social das ditaduras latino-americanas. Necessário observar que a sensibilidade humanitária, os ideais de ecumenismo e de solidariedade cristã, entre outros elementos, foram essenciais enquanto motivadores tanto de quem doava quanto das entidades ecumênicas que recebiam e aplicavam tais recursos em variados projetos de apoio aos segmentos vistos como mais vulneráveis.

⁹⁴⁷ Ibid.

⁹⁴⁸ SAAVEDRA, Manuel Bastias. *Sociedad civil en dictadura: Relaciones transnacionales, organizaciones y socialización política en Chile (1973-1993)*. Santiago de Chile: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2011.

O conjunto dessas iniciativas configurava, assim, o lado humano dos homens e mulheres de uma época de violência e arbitrariedades, isto é, o lado oposto àquele que compreendia as desumanas ações de violação de direitos. Assim, em uma mesma época, solidariedade e intolerância, essas duas dimensões antagônicas do ser humano se manifestaram de forma vívida.

Mas não estamos nos referindo apenas à violação de direitos humanos contra opositores políticos dos regimes militares, especialmente no caso brasileiro. Essas redes ecumênicas de solidariedade também apoiavam outras formas de luta como, por exemplo, a luta contra a violência do aviltamento das condições de vida e dos salários dos operários de São Paulo e de outras regiões do Brasil, conforme se segue.

Redes ecumênicas de apoio às lutas do movimento operário

Com efeito, a repressão e o controle de classe atingiram de modo acentuado o movimento operário denominado “novo sindicalismo”, que, em São Paulo, demonstrou toda sua robustez ao mobilizar os trabalhadores e a colocar em xeque os instrumentos de controle social do regime, a partir de 1978, sob liderança de sindicalistas como Luis Inácio Lula da Silva.⁹⁴⁹ Em março de 1979 outras greves ganharam maiores proporções e o governo decretou a intervenção nos sindicatos dos metalúrgicos do “ABC paulista”, região que reúne as cidades de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano.

A mobilização dos operários das indústrias automobilísticas foi um dos acontecimentos mais significativos da “abertura” no que diz respeito à irrupção de movimentos sociais reivindicatórios. Era uma conjuntura complexa em que parcela considerável da sociedade acreditava vivenciar o iminente “retorno dos militares aos quartéis”. A violência impetrada pelas polícias e por segmentos das Forças Armadas ainda era notória, mas os trabalhadores contaram com apoio de setores da Igreja Católica e de Igrejas Protestantes, sobretudo as que eram membros da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE) e do Conselho Mundial de Igrejas, que também enviou socorro financeiro para ajudar as famílias dos trabalhadores nos períodos de greve.⁹⁵⁰

⁹⁴⁹ COLEÇÃO 100 ANOS DE REPÚBLICA: Um retrato Ilustrado da História do Brasil. (1965-1973). v. IX. São Paulo: Nova Cultural. 1989. p. 32.

⁹⁵⁰ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações – ACE 9665, 1981. fl. 1.

No tocante à participação de cristãos nesse processo, são conhecidas as atuações de bispos, padres e leigos católicos em defesa dos trabalhadores grevistas do ABC.⁹⁵¹ Um fato que marcou esse contexto, ocorrido a menos de seis meses da realização de outro significativo evento do movimento ecumênico em São Paulo, o Congresso Internacional Ecumênico de Teologia (CIET), foi a morte de outro metalúrgico. Santo Dias da Silva foi assassinado em 30 de outubro de 1979, por agentes da Polícia Militar, quando participava de reivindicações por melhores salários na região de Santo Amaro.⁹⁵² A greve estava caminhando para o fim, quando ele foi baleado. Ao rememorar o episódio anos mais tarde, D. Paulo afirmou que foi uma perda muito grande, especialmente porque se tratava do

maior homem que tínhamos nesse campo, Santo Dias da Silva, trouxe, de fato, uma dor muito grande não só para a família, mas para todo o mundo operário porque ele era presidente no estado e presidente na arquidiocese da Pastoral Operária, que dizer, do movimento operário católico.⁹⁵³

Não se tratava de um movimento grevista qualquer, os trabalhadores emergiam como uma força que revigorava a oposição civil ao regime militar e encorajava outros setores da sociedade no sentido de fortalecer a luta pelo fim da ditadura. Na perspectiva de Dom Paulo:

Todo o movimento significou um Brasil novo que ia nascer. E junto com os operários a Igreja se sentiu em casa, quer dizer, ela ofereceu os salões para que os operários pudessem se reunir, porque o regime havia fechado todas as sedes dos sindicatos.⁹⁵⁴

O episódio catalisou o sentimento de revolta de setores da população de São Paulo, levando milhares de pessoas a mais uma cerimônia na Catedral da Sé, liderada pelo Cardeal, em homenagem ao operário.⁹⁵⁵ Em 1979, a despeito do clima de repressão ao chamado “novo sindicalismo” do ABC, o momento suscitava esperanças, e a tomada de posições políticas com vistas a pressionar pelo fim regime militar parecia ser um meio eficaz de acelerar o retorno da democracia.⁹⁵⁶ Cabe assinalar que análises históricas concernentes à participação ecumênica de instituições, pastores ou leigos protestantes nesse contexto são escassas.⁹⁵⁷ No entanto, assim como no episódio do culto de Herzog, agora, em meio à luta dos setores,

⁹⁵¹ SYDOW, Evanize; FERRI, Marilda. *Dom Paulo Evaristo Arns: um homem amado e perseguido*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999. p. 288-296.

⁹⁵² SYDOW, Evanize; FERRI, Marilda, op. cit., p. 283.

⁹⁵³ Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/#!/videos>>. Acesso em: 14 ago. 2013.

⁹⁵⁴ Ibid.

⁹⁵⁵ SYDOW, Evanize; FERRI, Marilda, op. cit., p. 286.

⁹⁵⁶ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1985)*. Bauru (SP): Edusc, 2005. p. 274.

⁹⁵⁷ Para análise de outras iniciativas ecumênicas nesse contexto cf. BRITO, André Souza. “*Fermento da Massa*”: *ecumenismo em tempos de ditadura militar no Brasil, 1962-1982*. 207f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica (RJ), 2010. p. 222-230.

populares o ecumenismo se fortalecia através do envolvimento de religiosos de diferentes igrejas.

Um documento de 1980, produzido pelo Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE), investigou as atividades da “linha progressista” do clero católico, em especial, da “Pastoral Operária de São Paulo”, objetivando oferecer ao Ministro da Justiça um panorama geral da “ação da Igreja na greve dos metalúrgicos do ABCD”. Demonstrava peculiar insatisfação com o apoio de D. Paulo, D. Ivo Lorscheider e “religiosos não católicos” aos grevistas.

A matéria de *Tempo e Presença*⁹⁵⁸ que cobriu o movimento dos trabalhadores, identifica nomes de líderes do protestantismo que apoiaram a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Paulo, Dom Cláudio Hummes e o movimento grevista, entre eles “os presidentes das Igrejas Episcopal do Brasil, Bispo Arthur Kratz; Metodista, Bispo Sady Machado e Pentecostal do Brasil, pastor Olavo Nunes.”⁹⁵⁹ Em outra nota à imprensa, um grupo de quarenta e seis líderes de igrejas protestantes também apoiou os operários e as lideranças católicas. Eram bispos, pastores, presbíteros e leigos das Igrejas Metodista, Presbiteriana, Reformada, Congregacional, Presbiteriana Independente, Episcopal e Cristã. Entre outras coisas, enfatizaram que “a luta dos metalúrgicos é parte de uma luta mais ampla em que estão envolvidos também outros setores da sociedade na construção de uma sociedade mais justa.”⁹⁶⁰

A despeito de a Justiça ter julgado a greve ilegal, assinalavam o fato de estarem “identificados com a luta pela justiça que se manifesta por condições dignas de vida, somos pela participação livre e plena de todos os setores da sociedade nas decisões nacionais e contrários a todos os atos de arbitrariedade e repressão.”⁹⁶¹ A nota objetivava não só externar apoio aos grevistas e aos religiosos, mas era um “protesto contra as prisões e as violências de que foram vítimas líderes sindicais, operários e representantes de diversos setores da sociedade.”⁹⁶²

Por fim, e explicitando sua postura ecumênica, destacaram que se sentiam “irmanados com as atitudes assumidas pela Igreja Católica, através do testemunho de seus bispos, sacerdotes e leigos que têm se posicionado publicamente ao lado dos trabalhadores na luta

⁹⁵⁸ “Evangélicos apóiam a greve dos metalúrgicos e se solidarizam com a Igreja Católica de São Paulo”. *Tempo e Presença*, Rio de Janeiro, n. 158, mar./abr. 1980. p. 17.

⁹⁵⁹ “Metodistas, Episcopais e Pentecostais gaúchos apóiam D. Paulo”. *Tempo e Presença*, Rio de Janeiro, n. 158, mar./abr. 1980. p. 18.

⁹⁶⁰ “Metodistas, Episcopais e Pentecostais gaúchos apóiam D. Paulo”. op. cit., p. 17.

⁹⁶¹ Ibid., p. 18.

⁹⁶² Ibid., p. 17.

pelos seus legítimos direitos.”⁹⁶³ O apoio dos metodistas foi ainda mais além, pois enviaram “uma remessa de 100 Kilos de alimentos ao fundo de greve”, continuando a arrecadar alimentos que seriam “enviados para S. Bernardo e Santo André” e deixaram “à disposição dos grevistas o templo localizado à rua Dr. Flaquet em São Bernardo [...]”.⁹⁶⁴

Um pedido contido em uma carta assinada por oito pastores metodistas de Santo André, e enviado aos “credores” dos metalúrgicos grevistas com o intuito de sensibilizá-los, revela-nos quão crítica era situação dos operários:

“O nosso apelo é para que não ameace o seu metalúrgico devedor com cobrança judicial, mas que tenha compreensão, que espere um pouco, tendo para com ele uma atitude humana.” [...] Na carta os religiosos lembram “o drama em que vivem os metalúrgicos do ABC” e dirigem o apelo de “moratória e tolerância a todos os credores dos metalúrgicos – locadores, comerciantes, proprietários de loteamentos e outros”. As autoridades religiosas lembram aos credores que, atendendo ao apelo, eles estarão participando “de alguma forma, para a solução pacífica dos problemas que afligem a comunidade brasileira”.⁹⁶⁵

O DGIE também produziu sua lista com nomes de pessoas e instituições protestantes que apoiaram os prelados católicos envolvidos com as greves, concluindo o seguinte: “esta Divisão considera significativo o apoio que padres de São Paulo vêm encontrando de modo crescente entre numerosos bispos e padres brasileiros e também entre religiosos não católicos.”⁹⁶⁶

Uma carta do Pastor Philip Potter, o secretário-geral do CMI cuja imagem nos documentos do Serviço era de “marxista radial”, enviada a D. Paulo em junho de 1980, foi publicada no jornal da arquidiocese, *O São Paulo*, sob o título “Conselho Mundial das Igrejas apóia D. Paulo”, comprovando a assistência do organismo de Genebra ao movimento e ao cardeal:

Meu prezado Cardeal Arns,

É com grande alegria que nos recordamos, com gratidão, de sua visita ao Conselho Mundial de Igrejas no fim do ano passado. Mais recentemente, sentimo-nos encorajados e estimulados pelo seu firme testemunho cristão, bem como pelo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em apoio às justas reivindicações dos operários metalúrgicos da Arquidiocese de São Paulo. O vosso apoio decidido àqueles setores da sociedade que não se beneficiaram com a chamada “abertura democrática”, não pode senão desafiar a Comunidade Cristã mundial e suscitar palavras e gestos de solidariedade convosco.

⁹⁶³ Ibid., p. 17.

⁹⁶⁴ Ibid. p. 18.

⁹⁶⁵ Ibid. p. 18

⁹⁶⁶ “Metodistas, Episcopais e Pentecostais gaúchos apóiam D. Paulo”. *Tempo e Presença*, Rio de Janeiro, n. 158, mar./abr. 1980. p. 18.

Foi dentro deste espírito que o Conselho Mundial de Igrejas efetuou o recente dom de emergência, com base numa recomendação de representantes das Igrejas membros do CMI, no Brasil, com vistas a prover as necessidades de subsistência das famílias dos operários em greve no ABC.⁹⁶⁷

A referida carta foi anexada ao documento de um militar lotado na 2ª Seção, o órgão secreto de informações do II Exército, responsável pelo Estado de São Paulo, intitulado “ligações do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) com Dom Paulo Evaristo Arns.”⁹⁶⁸ Entretanto, o documento de uma folha, limitou-se a remeter as informações, em caráter descritivo, ao SNI e outros órgãos do SISNI.

O descrito na missiva trata-se de mais um gesto ecumênico concreto de solidariedade do CMI, com fulcro nos ideais de “justiça social” e de um “cristianismo libertador.” Convém destacar que nesse contexto das greves do ABC, D. Paulo estava sendo alvo de críticas oriundas de setores conservadores da Igreja Católica, da imprensa e da opinião pública ligados ao regime e aos empresários representantes do capital nacional e multinacional. Ressalte-se que a visita de D. Paulo, em 1979, ao Conselho Mundial de Igrejas, mencionada pelo pastor Philip Potter, ocorreu exatamente para que ele pudesse expor a situação de achatamento dos salários e as precárias condições de trabalho desse segmento operário.

Na ocasião, o cardeal Arns proferiu uma palestra, na Alemanha, a convite do Conselho, na qual denunciou os lucros abusivos auferidos pelas empresas do ABC paulista em detrimento dos salários dos trabalhadores. Conforme aludimos, esse apoio de D. Paulo às lutas dos metalúrgicos de São Paulo foi visto de maneira negativa até mesmo por bispos católicos conservadores, especialmente por se tratar de greves consideradas ilegais pela Justiça do Trabalho.

Um documento da Divisão de Segurança e Informações (DSI) do Ministério da Indústria e do Comércio, datado de 24 de março de 1982, difundiu a palestra do Cardeal Arns, como anexo, aos diversos órgãos da “comunidade de informações”, sobretudo àqueles incrustados nas empresas estatais (CSN, Açominas, BNDE, Usiminas, etc.), as chamadas Assessorias de Segurança e Informações (ASIs). Seu título nos ajuda a compreender o porquê de ter sido a referida DSI e não o SNI o primeiro a se atentar para o episódio: “Os grupos multinacionais e o movimento operário brasileiro.”⁹⁶⁹

⁹⁶⁷ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações – ACE 9665, 1981. fl. 1.

⁹⁶⁸ Ibid. fl. 1.

⁹⁶⁹ ARQUIVO NACIONAL, op. cit., ACE 23678, 1982.

Em texto de dezenove páginas, que, segundo o analista de informações, foi traduzido para o alemão, D. Paulo expõe com maestria o processo histórico através do qual se desenvolveu a atividade industrial do capital multinacional no Brasil. Enumerou as diversas estratégias adotadas pelas empresas na esteira do que denominou de “mundialização da economia”, quando deslocaram suas fábricas, sobretudo aqueles setores mais poluentes, para os países do chamado Terceiro Mundo. Observou que tal decisão tinha a ver com a enorme oferta de mão de obra barata, com a abundante disponibilidade de matérias primas, somada à inexperiência da classe trabalhadora e a gama de incentivos fiscais e tributários que as empresas recebiam dos regimes militares, notadamente o brasileiro.

Em seguida, com consistente embasamento empírico, acumulado ao longo de anos de trabalho pastoral na Arquidiocese de São Paulo, o religioso discorreu sobre os muitos problemas enfrentados pelos trabalhadores nas fábricas, especialmente na relação com os empregadores, com o governo e com a Justiça do Trabalho. Concluiu que a busca e a aceitação de apoio organizacional e financeiro de entidades internacionais sensíveis à causa operária, era imprescindível às lutas dos trabalhadores.

As últimas palavras da palestra do cardeal deixam entrever o porquê de seu envolvimento com as lutas dos trabalhadores grevistas que, desde o final dos anos 1970, protagonizaram a irrupção do “novo sindicalismo”, em São Paulo. Também demonstram estreita comunhão com ideais cristãos propugnados pelo Conselho Mundial de Igrejas. Isso explicaria ainda a profícua parceria ecumênica desenvolvida entre a entidade, o cardeal e o pastor Jaime Wright, entre outros protestantes, a qual não se limitava ao apoio ao movimento operário, conforme temos visto. Portanto, para D. Paulo, “o fim último continua sempre a transformação da atual sociedade capitalista em uma outra sociedade, em que os próprios trabalhadores determinem, o que produzem e como e de que forma o lucro de seu trabalho deve ser distribuído.”⁹⁷⁰ Por essas e outras perspectivas sociopolíticas e econômicas, que dom Paulo e todos os que advogavam uma transformação social eram considerados inimigos do regime pelos agentes dos órgãos de informações. Ainda que dom Paulo não explicitasse, seu ponto de vista só poderia ser considerado por eles como uma defesa do “comunismo marxista” ou algo do gênero.

Conforme aludimos, este mesmo ideal de “transformação da sociedade” representava um dos principais eixos norteadores das iniciativas protagonizadas por indivíduos e instituições do movimento ecumênico, especialmente o CMI, o CEDI, a CESE e o CLAMOR.

⁹⁷⁰ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACE 23678, 1982. fls. 18.

Essa motivação explica em grande medida o apoio e o envolvimento dessas instituições e dos religiosos que as representavam com projetos junto a movimentos populares e setores considerados vítimas da injustiça socioeconômica da época.

Todavia, ao mesmo tempo, tal ideal de transformação social ou de libertação confrontava-se diretamente com o sustentado pelos agentes da “comunidade de informações”, qual seja o da defesa do *status quo*. Este ideal era, conforme temos visto, profundamente internalizado nas mentes e corações forjados nas escolas militares sob o signo nacionalista da manutenção da “segurança nacional” e da luta contra o que percebiam como “comunismo ateu”.

Foi justamente a citada busca da transformação do mundo ou da utopia do reino de Deus que colocou o movimento ecumênico encabeçado pelo CMI e pelas entidades a ele ligadas sob o olhar dos agentes do Estado, resultando nas mais variadas interpretações, representações e leituras distorcidas feitas por tais agentes em seus documentos.

Conforme mencionamos anteriormente, os anos de 1980 foram sobremaneira produtivos para os serviços de inteligência, tendo o movimento ecumênico recebido ampla cobertura investigativa de seus homens. Os tempos haviam mudado um pouco, a ditadura parecia caminhar para seu ocaso. A conjuntura política e econômica possibilitava e até exigia que a pressão de setores da sociedade aumentasse cada vez mais exigindo mudanças.⁹⁷¹

O CMI acompanhava de perto e apoiava as lutas travadas pelos trabalhadores e demais segmentos da sociedade que reivindicavam liberdade de organização, melhores condições de vida e de trabalho. Essas e outras questões desafiavam as igrejas a participarem mais ativamente das demandas reivindicatórias da sociedade surgidas não só no Brasil, mas também em outros países latino-americanos que tentavam sair de regimes ditatoriais, caracterizados, entre outras coisas, pela supressão de direitos e garantias das classes trabalhadoras e dos pobres.

Diante desse contexto, em 17 de março de 1980, um agente do SNI/ARJ alertou que a “Comissão sobre a Participação das Igrejas no Desenvolvimento (CPID)” havia se reunido em Genebra, buscando os seguintes objetivos: discutir “estratégias a serem adotadas no início da década de 80 e propor, para as igrejas, planos de ação com vistas A Terceira Década de Desenvolvimento.”⁹⁷² No documento em questão, estava em foco uma das principais

⁹⁷¹ BRITO, André Souza. “*Fermento da Massa*”: ecumenismo em tempos de ditadura militar no Brasil, 1962-1982. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica (RJ), 2010.

⁹⁷² Novamente, aparecia o nome do ex-militante da AP, Marcos Arruda, como um dos assessores da Comissão do CMI.

preocupações do CMI e do movimento ecumênico sob sua inspiração: compreender de que maneira as igrejas poderiam atuar para desempenhar sua missão cristã no contexto latino-americano, no qual o capitalismo parecia ter atingido o estágio mais avançado em termos de exploração, dominação e acumulação.

Conforme mencionamos, não havia mais no Brasil movimentos armados de esquerda tentando tomar o poder das mãos dos militares, pois essas forças já haviam sido liquidadas pelos órgãos de repressão da ditadura. Porém, na concepção de muitos agentes secretos, era necessário manter a vigilância. Alertavam para o risco constante da “infiltração comunista” que operava no seio dos movimentos sociais reivindicatórios. Nesse sentido, ao continuar seu acompanhamento das “atividades do Conselho Mundial de Igreja”⁹⁷³, agora, no Brasil, outro documento do SNI aponta as relações entre o organismo e igrejas no Brasil.

Com efeito, as seis igrejas-membro do CMI no Brasil, bem como outras centenas ao redor do mundo, contribuíam com uma porcentagem de suas receitas para o organismo de Genebra. Isso explicaria em parte a pujança do movimento ecumênico ligado ao CMI, especialmente no contexto das ditaduras latino-americanas, através dos mais variados projetos desenvolvidos e apoiados por ele. Embora a Igreja Católica não apareça como diretamente ligada ao Conselho, foi observado pelo analista que ela, “através de seus bispos e padres engajados na Teologia da Libertação e constituindo a chamada ‘Igreja Progressista’, encontra no CMI não só a fonte de inspiração como também a origem de não poucos recursos financeiros.”⁹⁷⁴

Por estranho que possa parecer, a citada inspiração e o apoio de um órgão majoritariamente formado por igrejas protestantes e segmentos da igreja católica, não é despida de coerência. Em parte, ela se relaciona com a citada conjuntura específica de mudanças na política do Vaticano, cujas principais características eram a orientação contrária à Teologia da Libertação e ao envolvimento da Igreja Católica com questões políticas, notadamente com setores e movimentos de oposição.

⁹⁷³ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACE 2848/1980. O analista registrou ainda que, nos anos 1980, as igrejas-membro oficiais da entidade, no Brasil, bem como os organismos ecumênicos que recebiam sua orientação eram os seguintes: Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Igreja Evangélica Pentecostal “O Brasil para Cristo”, Igreja Metodista, Igreja Episcopal do Brasil, Igreja Cristã Reformada e Federação Nacional das Igrejas Cristãs do Brasil.

⁹⁷⁴ Ibid.

Esta postura oriunda da Sé romana, especialmente a partir do final dos anos foi 1970, foi denominada, entre outros, por Ralph Della Cava, de “reação conservadora”⁹⁷⁵ e, conforme demonstramos anteriormente, foi percebida pelos agentes do SNI em suas representações do campo religioso brasileiro e internacional. Conforme observou o analista, além da citada relação de influência e fomento, havia no Brasil uma rede mais ampla contando com a participação oficial da Igreja Católica, através da CNBB, em duas entidades ecumênicas parceiras do CMI, as quais foram assinaladas no documento, a saber, a CESE e o CNIC, as quais constavam de uma lista maior de organismos ecumênicos.⁹⁷⁶

Conforme indicamos anteriormente, o tema das relações ecumênicas entre indivíduos “progressistas” do CMI e da Igreja Católica, bem como as possíveis ligações entre as duas instituições, continuou despertando considerável interesse da “comunidade de informações” ao longo dos anos 1980.⁹⁷⁷ Para além das implicações sociopolíticas advindas desse contexto marcado pela irrupção do “novo sindicalismo” e, em consequência, pelo fortalecimento de variadas forças de oposição ao regime, o período também favoreceu o aprofundamento do ecumenismo.

É nessa perspectiva que devemos analisar outro evento significativo ocorrido em São Paulo, o Congresso Internacional Ecumênico de Teologia (CIET). À luz desse processo de aproximação entre lideranças de diferentes Igrejas com vistas ao estabelecimento da “justiça social”, que consideravam sinônimo da almejada “libertação das situações de opressão”, processava-se uma contribuição para o fortalecimento da crítica contra o regime.

Assim, nos primeiros meses de 1980, a despeito da promessa do general-presidente João Figueiredo de “fazer deste país uma democracia”⁹⁷⁸, a “comunidade de informações e de segurança” parecia mais atenta ainda à medida que seus agentes se davam conta da real possibilidade de retorno⁹⁷⁹ ao chamado “Estado Democrático de Direito”. Foi dentro desse

⁹⁷⁵ DELLA CAVA, Ralph. A Ofensiva Vaticana. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, pp. 34-53, dez. 1985.

⁹⁷⁶ Aqui são listadas as seguintes instituições ecumênicas: Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), Centro Ecumênico de Documentação e Informações (CEDI), Associação de Seminários Teológicos Evangélicos (ASTE), Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER), Federação de Órgãos para a Assistência Social (FASE), Conselho Latino-Americano das Igrejas (CLAI) e Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CNIC).

⁹⁷⁷ Convém destacar que os espíões dos órgãos de inteligência continuavam vigilantes em relação a outros setores da sociedade até o fim do regime e, especialmente com relação à mídia televisiva, ao cinema e ao teatro, a Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) realizava intenso trabalho. Em 1980, por exemplo, o famoso apresentador Chacrinha foi preso sob acusação de desacatar uma censora que acompanhava pessoalmente a transmissão do seu programa.

⁹⁷⁸ COLEÇÃO 100 ANOS DE REPÚBLICA: Um retrato Ilustrado da História do Brasil. (1965-1973). v. IX. São Paulo: Nova Cultural. 1989. p. 42.

⁹⁷⁹ FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

quadro geral que os agentes do Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE) tentaram interpretar os discursos e o significado do evento.

O Congresso Internacional Ecumênico de Teologia (CIET)

O CIET guardava íntima relação com um contexto político mais amplo, conforme discutimos, de fortalecimento de outros setores da oposição, especialmente os setores populares e o “novo sindicalismo”, apoiados pela Igreja Católica de São Paulo e por segmentos do protestantismo.⁹⁸⁰ Assim, no que concerne à realização do CIET, em 1980, a cidade de São Paulo e o próprio local escolhido para sua realização também se revestiam de simbolismo político. O teatro da PUC, o Tuca, era uma espécie de símbolo de manifestações antitadura para setores de oposição ligados à Igreja liderada por Dom Paulo e, por isso mesmo, alvo de constantes investidas do DEOPS-SP.

Trata-se de mais um exemplo daquela “dimensão pública” assumida pelas iniciativas ecumênicas em São Paulo, a qual contava com o apoio de dom Paulo e Jaime Wright. A análise do evento é importante também porque nos ajuda a colocar em perspectiva os limites da influência da Teologia da Libertação enquanto elemento propulsor do movimento ecumênico, bem como a verificar em que medida os serviços de informações tinham ou não razão em atribuir suposto perigo a iniciativas como essas. Em outros termos, pretendemos avaliar se o ideal de “transformação social” contido no ideário do movimento ecumênico passava pela exigência da instauração de uma luta política com algum grau de violência, isto é, uma revolução armada, à semelhança do que ocorrera na Nicarágua, em 1979.⁹⁸¹ Ao discorrer sobre o impacto da Revolução Sandinista nas CEBs do Brasil, o historiador Sandro da Silva, salientou que “para muitos a Nicarágua mostrava-se, finalmente, como a materialização da utopia cristã. O Reino de Deus finalmente se expandia até o tempo presente.”⁹⁸²

⁹⁸⁰ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1985)*. Bauru (SP): Edusc, 2005. p. 273-332.

⁹⁸¹ Para a influência da Teologia da Libertação e para o protagonismo dos cristãos adeptos dela na Revolução Sandinista de 1979, cf. SILVA, Sandro Ramon Ferreira da. *O Tempo das Utopias: Religião e Romantismos Revolucionários no Imaginário da Teologia da Libertação dos anos 1960 aos 1990*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. p. 97-103. Segundo o autor, o sucesso da revolução injetou ânimo e revigorou a esperança dos cristãos em projetos de lutas de libertação através das armas na América Latina, em uma época em que o imaginário revolucionário, sobretudo das esquerdas, já estava um tanto quanto arrefecido.

⁹⁸² Ibid., p. 101.

Tempo e Presença, em sua edição de fevereiro de 1980, publicou na íntegra o documento final produzido pelos organizadores do CIET, que reuniu pessoas de 42 países do então chamado “Terceiro Mundo”. A despeito da importância histórica de seu conteúdo, é preciso ter em mente que o documento não é um reflexo exato das falas ou discussões travadas durante o encontro, mas serve para iluminar o entendimento das principais questões que provocaram as reflexões daqueles cristãos.

O que se depreende da leitura do documento final produzido pelos cristãos ali reunidos, é que os debates giraram em torno da busca por caminhos para a implantação do que entendiam como sendo o “Reino de Deus”. Assim, buscavam estratégias que pudessem levar a tal objetivo, a partir da perspectiva da Teologia da Libertação. Nessa direção, defendiam o necessário incremento e fortalecimento de diferentes formas de sociabilidade no interior das Comunidades Eclesiais de Base e das bases de igrejas protestantes ecumênicas, bem como a consolidação de diferentes formas de apoio às “lutas populares de libertação dos pobres” no Brasil e em toda a América Latina. Entretanto, era de esperar que o evento fosse assimilado de modo muito diferente pelos agentes da ditadura que o analisaram, conforme vemos.

Um documento datado de 07 de março de 1980, com a assinatura do delegado, diretor geral do DGIE, apresenta relatório de 12 páginas sobre os principais fatos ocorridos e discursos proferidos durante os dez dias do CIET, no qual: “180 representantes de igrejas cristãs de 42 países da ÁFRICA, ÁSIA E AMÉRICA LATINA, grupos minoritários dos ESTADOS UNIDOS e observadores da EUROPA”⁹⁸³ estiveram reunidos. Enumera os nomes de várias pessoas, a ocupação, filiação religiosa e, em alguns casos, seus perfis político-ideológicos.

Na interpretação do agente (ou agentes?) “antropólogo” que acompanhou o CIET, alguns dos participantes possuíam influência de peso e poderiam, facilmente, contaminar os demais participantes do Congresso através da disseminação de idéias perigosas à “segurança nacional”. Fundamenta suas representações em meticulosa ordenação das informações, descrevendo, inclusive, trechos de discursos proferidos pelos participantes e até mesmo descreve a reação da platéia.

Além de figuras de renome do universo católico como, por exemplo, D. Paulo Evaristo Arns e o teólogo franciscano Leonardo Boff, o analista registra a presença de teólogos e leigos protestantes de diversos países: Driman Miles, do Sri Lanka, e Alejandro Guachala, metodista da Bolívia. Um recorte de jornal, anexado ao relatório, dá conta da presença de

⁹⁸³ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundo das Polícias Políticas, Setor DGIE, pasta 247-B, folhas 157-J.

mais alguns líderes protestantes. Entretanto, os nomes que mais chamaram a atenção do espião foram de pessoas da Nicarágua: “MÔNICA BALODANO, Membro da Direção Nacional da Frente Sandinista, DANIEL ORTEGA SAAVEDRA, Líder sandinista, membro da junta de governo; PADRE MIGUEL D’ESCOTTO, chanceler do governo.”⁹⁸⁴

Lembremos que havia se passado apenas um ano desde que a Revolução Sandinista, o movimento armado que derrubara a ditadura da família Somoza, na Nicarágua, e que o SNI já vinha demonstrando preocupação com a influência que o evento poderia exercer em setores do movimento ecumênico. Com efeito, é provável que, mesmo em 1980, estivesse no horizonte de participantes da caravana sandinista e até mesmo no de alguns brasileiros presentes no CIET, a possibilidade de uma ação armada para a tomada do poder no Brasil.⁹⁸⁵ Contudo, o documento final produzido pelo CIET apresenta uma leitura da realidade profundamente bíblica, mediada pelos instrumentos analíticos do marxismo, mas sempre colocando a esperança da “transformação social” em uma intervenção do “Deus libertador.” Isto é, faziam questão de enfatizar a mística espiritual e a crença em um Deus que intervém na história, o que passava necessariamente pela luta dos pobres, mas não na necessidade uma revolução armada:

Nesta opção pelos pobres e na prática da justiça, aprofundamos as raízes da fé em um único Senhor, uma única Igreja, um único Deus e Pai(...). Na luta por uma vida justa para os pobres professamos o único Deus, Pai de todos. (...) Nesta fé e nesta prática as diferentes comunidades cristãs populares, católicas e protestantes, partilhamos um mesmo projeto histórico e escatológico. Essa fé e essa prática fazem-nos avançar na unidade ao nível da evangelização, da celebração litúrgica, da doutrina e da teologia.⁹⁸⁶

O texto do documento final, no entanto, reconhece que essa luta estava inserida em “um processo complexo e descontínuo, com avanços e retrocessos”, pendendo mais para uma luta reformista através da “democratização” da sociedade. Daí a ênfase na necessidade de

formular um projeto histórico que se baseia hoje na crítica ao capitalismo e à dominação imperialista. Tal projeto encerra uma exigência radical de democratização na construção de um sistema político no qual o controle popular sobre os governos e o poder popular sejam uma realidade efetiva.⁹⁸⁷

⁹⁸⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, op. cit., fls. 157-I.

⁹⁸⁵ Cf. SILVA, Sandro Ramon Ferreira da. *O Tempo das Utopias: Religião e Romantismos Revolucionários no Imaginário da Teologia da Libertação dos anos 1960 aos 1990*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. p. 07-103.

⁹⁸⁶ Documento Final do Congresso Internacional Ecumênico de Teologia, cf. *Tempo e Presença*, Rio de Janeiro, n. 157, fev. 1980. p. 24.

⁹⁸⁷ Ibid., p. 17.

Mas o agente infiltrado nas reuniões do CIET certamente deve ter se preocupado com as informações dadas por um congressista: “militantes das CEB’s da Guatemala, não identificados, afirmaram que a Igreja e suas organizações de base desempenham, no país, um papel político fundamental. De seus quadros tem saído vários guerrilheiros.”⁹⁸⁸ Um recorte do *Jornal do Brasil*, anexado ao documento do agente, trouxe mais detalhes da fala da comandante guerrilheira nicaragüense, Mônica Baltodano, durante o CIET, acrescentando outros indícios que reforçam ainda mais a tese do perigo da influência da Revolução Sandinista, a qual já vinha sendo defendida pelo espião do DGIE e por outros analistas do SNI:

Vimos transmitir uma experiência nova, a da participação dos cristãos na luta de libertação, [...] o cristianismo deve ser entendido como um compromisso com o povo. E a maior experiência desse cristianismo foi a do nosso povo-tradicionalmente cristão- que se manifestou claramente em todas as etapas da luta e foi uma das bases principais para a luta triunfar.[...] nosso país deve ser um exemplo, não no sentido de copiar nosso processo, que tem condições especiais, mas o de transmitir coisas importantes como a unidade que conseguimos na Nicarágua.⁹⁸⁹

A partir do discurso da guerrilheira, não seria difícil ao agente concluir que sua sugestão influenciaria muitos participantes brasileiros do CIET. De fato, sua leitura das várias manifestações discursivas emitidas ao longo do CIET levou-o a cogitar a possibilidade de um levante, similar ao da Nicarágua, ser efetivado também no Brasil. E mais que isso, a ação guerrilheira poderia ocorrer não só por meio das CEBs, mas com a participação ecumênica de setores de comunidades populares do protestantismo, sobretudo após ter registrado as seguintes palavras do bispo metodista Paulo Aires Mattos, também integrante do CEDI, na ocasião presidente executivo do CIET:

Segundo declarações do bispo metodista do Rio de Janeiro/RJ, PAULO AIRES, o CIET pretende mostrar que a ‘chamada Igreja Popular não é uma ‘outra igreja’, uma Igreja paralela, mas sim, a Igreja verdadeira ...’. Trata-se de incorporar aos valores tradicionais do cristianismo o compromisso com a transformação de uma realidade que, na América Latina, é de ‘pecado social’.⁹⁹⁰

A referência que Aires Mattos faz à “transformação de uma realidade” de “pecado social” poderia facilmente ser interpretada, pelo agente, como sendo uma alusão à

⁹⁸⁸ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundo das Polícias Políticas, Setor DGIE, pasta 247-B, fls. 157.

⁹⁸⁹ *Jornal do Brasil*, op. cit., p. 8.

⁹⁹⁰ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, op. cit., fls. 157-D.

necessidade de uma revolução com vistas à tomada do poder das mãos dos militares brasileiros. Convém lembrar que, conforme demonstramos no capítulo 2, o nome de Paulo Aires Mattos é um dos que constam nas pastas do DGIE abarrotadas de documentação. Em documentos dos órgãos estatais, ele aparece representado como “esquerdista” ou “comunista”, assim como seus companheiros de militância no movimento ecumênico ligado ao CEDI.

Sob o ponto de vista do agente, as declarações de Paulo Aires eram por demais preocupantes. Na concepção da mídia conservadora e dos agentes estatais, a opção de “cristianismo encarnado” ou “libertário” com a qual o bispo comungava era sinal inequívoco de que tais protestantes estavam entrando por um caminho equivocado, ao se envolverem com o “clero progressista” católico e com demandas de ordem sociopolítica.

A conclusão da representação esboçada pelo policial asseverava, semelhante ao que fez a mídia conservadora, que a discussão teológica não foi a preocupação central do CIET. Além disso, o ecumenismo, a Teologia da Libertação e os participantes revolucionários da Nicarágua representavam elementos que poderiam suscitar problemas ao governo militar e, no limite, fomentar um movimento de cunho radical:

1. O CIET não versou sobre questões teológicas, como se apregoou, mas sim sobre questões políticas, sociais e filosóficas.
2. Pode-se constatar uma certa ascendência, não apenas sob o ponto de vista doutrinário, mas também numérico, dos representantes católicos, defensores da “Teologia da Libertação”.
3. O pensamento “esquerdizante” da “Teologia da Libertação” já extrapola os círculos do clero católico, fazendo adeptos entre os membros de outras religiões cristãs, principalmente entre os protestantes metodistas.
4. A CEBs, em outros países da América Latina, já se mostraram instrumentos valiosos na revolução armada contra a “dominação capitalista”. O incentivo que elas recebem, no Brasil, da CNBB, aliado ao êxito que vêm encontrando em outras áreas do Continente, pode levá-las, no país, a uma maior radicalização contra o regime e as instituições.⁹⁹¹

Não bastasse a sinistra representação apontando para o potencial revolucionário que as atividades cristãs ecumênicas e libertárias poderiam desencadear, o relatório vai ainda mais longe. Ele aponta possíveis consequências advindas com a tentativa de participantes do CIET de influenciarem negativamente, isto é, “para a esquerda”, a “política externa” da Santa Sé para o Brasil e para a América Latina:

1. A advertência do cardeal SEBASTIÃO BAGGIO – Prefeito da Congregação dos Bispos e Presidente da Comissão para a América Latina – ao Cardeal ARNS, censurando o apoio deste último à realização do CIET.

⁹⁹¹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, op. cit., fls. 157.

2. A observação feita pelo Jornal FOLHA DE SÃO PAULO (26 Fev 80), cujo teor transcrevemos: “A vinda dos dois líderes nicaragüenses é uma demonstração da importância que a Frente Sandinista empresta à participação dos cristãos na luta pela derrubada da ditadura Somoza. E acabará sendo, também, mais um lance da surda batalha que se trava na Igreja para influenciar o papa João Paulo II, às vésperas de sua viagem ao BRASIL. Ocorre que ORTEGA irá diretamente do BRASIL para ROMA, a fim de se avistar com o papa, e sua presença no CIET – explicou ontem FREI BETO, secretário executivo do Congresso – visa a recolher elementos e depoimentos dos cristãos das comunidades populares de toda América latina, para levá-los a ROMA.”⁹⁹²

Com efeito, o excerto, inclusive com base em informações da *Folha de São Paulo*, é mais um indício de que a Teologia da Libertação, do ponto de vista de sua influência na hierarquia católica mundial, estava sob o alvo dos setores conservadores da Cúria romana. O CIET recebeu pronta desaprovação do papa, do cardeal Baggio e de bispos conservadores. Mesmo sob essa pressão, o cardeal Arns não declinou de apoiá-lo e de incentivar todos os que estavam envolvidos em sua realização. Na realidade, os órgãos de informações acompanharam com atenção o desenrolar dessa disputa entre setores da hierarquia em torno da realização do CIET.

O evento de fato ocorreu e, segundo avaliação dos congressistas, alcançou seus objetivos. Poder-se-ia interpretar isso como a vitória de uma batalha por parte dos setores progressistas e ecumênicos em face dos conservadores. Entretanto, a “guerra” dos conservadores contra o “cristianismo de libertação” e sua principal inspiradora, a Teologia da Libertação ainda continuaria por anos.

A manifestação de oposição aberta do Papa contra o regime militar, esperada pelos setores progressistas e pelos congressistas do CIET, quando de sua estada em julho de 1980 no Brasil, não ocorreu. Setores do clero progressista de São Paulo, bem como católicos dos movimentos de base, especialmente da Pastoral Operária, ficaram desapontados com seus discursos no tocante às mencionadas lutas empreendidas pelos trabalhadores do ABC e à violência estatal que se abateu sobre eles.⁹⁹³

Durante a missa celebrada no Estádio do Morumbi, em São Paulo, um representante dos operários, Waldemar Rossi, faria um discurso em que pretendia denunciar a situação de repressão e privação sofrida pela classe trabalhadora. Todavia, antes mesmo que iniciasse sua fala, foi-lhe solicitado pelo Secretário do Vaticano que chefiava a comitiva papal, cardeal Casaroli, que fizesse restrições em seu discurso. O documento escrito havia sido preparado

⁹⁹² ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, op. cit., fls. 157-C.

⁹⁹³ SYDOW, Evanize e FERRI, Marilda. *Dom Paulo Evaristo Arns: um homem amado e perseguido*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999.

com a ajuda de Dom Paulo, mas uma cópia acabou “vazando” e chegando ao conhecimento do pontífice romano, que teria considerado seu conteúdo inapropriado para a ocasião.

Ao comparar o discurso feito pelo Papa com o discurso preparado por Waldemar Rossi, que fora esvaziado no dia da missa, um de seus companheiros de trabalho afirmou que o “do papa não respondia as questões que o Waldemar colocava.”⁹⁹⁴ O editorial de *Tempo e Presença* acrescentara que apesar de o governo ter aguardado “confiante a visita como uma oportunidade de ganhar um grande aliado: o Papa”, os discursos que proferiu “podem ser lidos de diferentes maneiras, agradando tanto aos conservadores e moderados, como aos setores mais progressistas.”⁹⁹⁵

Outro indício de que a realização do CIET e o tipo de participação da Igreja de D. Paulo em apoio às greves de São Paulo foram mal recebidos pelo Papa, diz respeito ao questionamento que este dirigiu àquele. Durante um encontro, no mesmo mês, com os bispos católicos no Rio de Janeiro, o Papa indagou: “eminência, o senhor poderia me dizer qual é a influência do marxismo na Universidade Católica de São Paulo?”⁹⁹⁶ É notável a aproximação entre esta indagação com os muitos questionamentos que os órgãos de informações há anos vinham dirigindo a indivíduos e a instituições do movimento ecumênico. Aqui temos uma breve mostra do “espírito inquisidor” que anos mais tarde, em 1985, levaria o frei Leonardo Boff a ser condenado ao “silêncio obsequioso” pelo cardeal Ratzinger, por causa da influência do marxismo na Teologia da Libertação que fundamentara seu livro *Igreja, carisma e poder*.

Segundo Sydow e Ferri, a citada pergunta do Papa deixara o cardeal um tanto quanto desconcertado, levando o bispo D. Mauro Moreli a interferir na conversa a fim de tentar explicar o que acontecia de fato na PUC, sem, contudo, conseguir elucidar totalmente as dúvidas do pontífice.⁹⁹⁷

Essas foram evidências adicionais da “reação conservadora” implantada pelo Vaticano após a chegada de João Paulo II à chefia da Igreja Católica, em 1978. Uma das consequências diretas dessa política foi que bispos progressistas como D. Paulo Evaristo Arns, D. Helder Câmara e outros, começaram a perder apoio do Vaticano para ações junto aos movimentos sociais reivindicatórios, ações de denúncia dos crimes contra os direitos humanos, isto é, sua ação de corte político começa a ser desestimulada, restringida ou mesmo cerceada. Entretanto,

⁹⁹⁴ SYDOW, Evanize; FERRI, Marilda. op. cit., p. 299.

⁹⁹⁵ *Tempo e Presença*, Rio de Janeiro: Centro Ecumênico de Documentação e Informação, n. 160, jun. 1980. p. 4-5.

⁹⁹⁶ SYDOW, Evanize; FERRI, Marilda. op. cit., p. 299.

⁹⁹⁷ Ibid., p. 300.

um dos efeitos colaterais da “reação conservadora” parece ter sido o de contribuir para um estreitamento ainda maior das relações entre os setores progressistas católicos e protestantes coordenados pelo Conselho Mundial de Igrejas e suas entidades ecumênicas. Porém, essa dinâmica no interior do “movimento religioso” não passou despercebida aos olhos dos agentes do Serviço Nacional de Informações, conforme veremos adiante.

Progressistas ecumênicos ante a “reação conservadora” do Vaticano

Conforme já assinalamos, a experiência adquirida ao longo de anos de investigação em torno das atividades de organizações religiosas, permitiu a alguns órgãos da “comunidade de informações” construir análises dos agentes do campo religioso que, em muitos aspectos, assemelhavam-se a trabalhos de sociológicos e antropólogos da religião.

A Agência Rio de Janeiro (ARJ) do SNI, cuja jurisdição englobava também o estado do Espírito Santo, talvez tenha sido a campeã na produção desses documentos de mapeamento de diversas dimensões da ação dos grupos religiosos. Com periodicidade semestral, nos anos 1980 seus agentes escreveram relatórios que, em alguns casos, alcançavam quase quarenta páginas. Diversas decisões oriundas do governo federal permitiram o aprofundamento da “abertura política”. Em novembro, o Congresso Nacional estabeleceu eleições diretas para governador e acabou com as indiretas para parte do senado, iniciativa que havia instituído os chamados “senadores biônicos”.

Como testemunho da insatisfação de setores radicais dos órgãos de repressão, atos de terrorismo são desencadeados com vistas a frear o processo, sendo uma das iniciativas mais conhecidas, que acabou se frustrando, a tentativa de detonar explosivos em um show musical que acontecia na casa de espetáculos Riocentro (RJ). Uma bomba explodiu acidentalmente, em abril de 1981, no carro em que estavam os agentes do DOI do I Exército.⁹⁹⁸ Nas eleições de 1982, disputas ferrenhas entre políticos de diversos partidos aconteciam nas principais cidades brasileiras. Antigos opositores do regime conquistam cargos de governador de estado e a oposição obtém a maioria das cadeiras na Câmara dos Deputados. No Rio de Janeiro, Leonel Brizola, antigo inimigo dos militares, que havia voltado de um longo exílio, elegeu-se governador.

Assim, em princípios de 1983, a “abertura política” continuava avançando e a oposição aparentemente ia conquistando cargos no Executivo e no Legislativo. Em fevereiro,

⁹⁹⁸ FICO, Carlos. *Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 252.

havia começado as primeiras iniciativas que viriam a se constituir em uma campanha nacional pelas eleições diretas para Presidência da República, as chamadas “Diretas Já”. Tratava-se de um contexto que, aos contemporâneos que saíam às ruas reivindicando seu direito de voto, apontava para o retorno da normalidade política. Os mega comícios das “Diretas” pareciam injetar esperanças renovadas de que, em breve, a democracia se instalaria e traria a almejada oportunidade de escolher o presidente da República.

Alheios a esse processo, nos bastidores da “comunidade de informações”, os agentes, especialmente os lotados no SNI continuavam atuantes e vigilantes diante dos possíveis perigos para o poder constituído, inclusive, ao que se passava no campo religioso. É importante destacar que durante a administração de Figueiredo, ex-chefe do SNI, a pressão da sociedade, especialmente da mídia, era forte no sentido de exigir o desmonte tanto da “comunidade de informações” como da “comunidade de segurança”. Especialmente desta última que, conforme demonstrou Carlos Fico, interligava os órgãos responsáveis pela repressão física direta aos opositores. Nesta caracterização proposta por Fico, há uma distinção entre os dois segmentos e o SNI, portanto, estava inserido mais na “comunidade de informações” e recebeu considerável incremento de Figueiredo.⁹⁹⁹

Segundo o autor, após o caso do Riocentro, os sistemas de informações e de segurança ficaram um tanto desmoralizados.¹⁰⁰⁰ Entretanto, ele ainda sugere que o reforço que, paralelamente, Figueiredo e o general Otávio de Medeiros, chefe do SNI, vinham aplicando ao órgão tinha um objetivo estratégico. Porque sabiam que seria mais fácil justificar, junto à sociedade e aos novos mandatários do regime que viria depois, a permanência de um órgão central de informações, no caso o SNI, do que um sistema articulado de órgãos de repressão. Assim, foi “no apagar das luzes” de seu governo que Figueiredo formalizou a desativação do SISSEGIN.¹⁰⁰¹

Mas os agentes do SNI, ao contrário das manifestações de indignação que brotavam de documentos escritos por analistas do CIE, CISA, CENIMAR, não pareciam tão preocupados com a proximidade do fim do regime militar. Continuaram firmes em seu trabalho de análise. Afinal, eles ganhavam para isso. Eram analistas de informações e mesmo com a inauguração de um novo regime, tinham presente que não seria possível às novas autoridades abrirem mão de seus serviços como, de fato, não abriram. Portanto, no decorrer de 1983, uma das suspeitas

⁹⁹⁹ FICO, Carlos. *Como eles agiam - Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 211-218.

¹⁰⁰⁰ Ibid., p. 216.

¹⁰⁰¹ Ibid., p. 217.

constantes eram as possíveis ações de oposição ao regime apoiadas e fomentadas pelo CMI em associação com os setores progressistas católicos e protestantes.

Um relatório produzido em outubro de 1983 oferece bom exemplo do trabalho de monitoramento sobre o comportamento dos agentes do campo religioso naquele contexto. Tratava-se de um panorama das tendências teológicas e políticas das dioceses católicas e de seus bispos, os quais foram qualificados da seguinte forma: “conservadores” ou “tradicionalistas”, os “moderados” ou “pastoralistas” e os “progressistas”. Estes últimos eram os adeptos da Teologia da Libertação e do ecumenismo e, evidentemente, os que mais preocupavam, devido a seu comportamento político oposicionista e ao apoio e influência de que gozavam até o CMI. É que agora, conforme vimos, diante do quadro de “reação conservadora” do Vaticano, o que preocupava mais era o apoio do CMI. Segundo o analista de informações, a atuação dos progressistas revestia-se “de caráter puramente temporal e orientação antropocêntrica, tendo o homem como centro de seu culto.”¹⁰⁰² Era, a seu ver, uma corrente dentro da Igreja Católica que não seguia a orientação do Vaticano, qual seja, de afastamento em relação às questões políticas e de oposição.

Sua característica fundamental residia no fato de ter se constituído em “instrumento do marxismo, desviada de sua função espiritual”, objetivando a construção de uma “sociedade sem classes”. Portanto, “essa teologia assume, ostensivamente, tendências socialistas marxizantes, definindo ‘pobre’ como sinônimo de ‘oprimido’ e ‘rico’ como sinônimo de ‘opressor.’” A conclusão desta interpretação sobre a atuação progressista era a de que “essa nova filosofia eclesiástica, que elege o povo como seu novo magistério, congrega aqueles que adotam a opção preferencial pelos pobres, numa clara promoção da luta de classes.”¹⁰⁰³ Segundo esta visão, a “opção preferencial pelos pobres”, principal eixo norteador das ações dos segmentos progressistas, católicos e protestantes ecumênicos, “nada mais é que um disfarce para conduzir à desobediência e à própria luta armada.”¹⁰⁰⁴

Conforme mencionamos anteriormente, no decorrer de 1983, os tempos haviam mudado e muitos lançavam suas apostas de que em breve os “ventos de democracia” levariam para longe o tempo do regime militar e, mesmo assim, sob a perspectiva dos órgãos da “comunidade de informações” nada mudara. Tanto é que seus documentos continuavam recebendo o pedante carimbo com os dizeres “a revolução de 64 é irreversível e consolidará a

¹⁰⁰² ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACE 9877, 1983. fls. 4.

¹⁰⁰³ Ibid., fls. 4.

¹⁰⁰⁴ Ibid., fls. 11.

democracia no Brasil”. Ora, na visão deles, a “verdadeira democracia”, idealizada em sua visão de mundo, só se consolidaria se aquelas forças sociais “subversivas” representadas pelo movimento religioso progressista e ecumênico fossem bem conhecidas, vigiadas e mantidas sob controle.

Afinal, os agentes ainda sustentavam interpretações ou representações destes grupos religiosos com um nível agudo de distorção, os quais seriam portadores de uma força social capaz de “arregimentar as massas” para a “luta armada” contra o regime. Tratava-se de uma leitura da realidade que passava por um “filtro”, conforme sugere Ginzburg, profundamente arraigado em suas mentes, o qual se cristalizou ao longo de anos nos bastidores dos órgãos de espionagem. A nosso ver, para além de simples retórica de homens dos órgãos de informações que visavam a “criar inimigos” a fim de comprovar a necessidade da continuidade dos serviços de inteligência, eles pareciam mesmo acreditar em suas análises.

Assim, a despeito da possibilidade de intentarem “mostrar serviço”, devido ao possível retorno ao chamado Estado Democrático de Direito, muitos deles pareciam acreditar de fato que uma ação armada dessa natureza pudesse ser levada a cabo. No entanto, alertavam que, mesmo se ela não se concretizasse, estava em curso uma “ação ostensiva de doutrinação das massas” promovida por igrejas e lideranças de linha progressista, “visando combater e desmoralizar o regime vigente, de modo direto e indireto.”¹⁰⁰⁵ No tópico do documento dedicado à “Igreja Protestante”, o Conselho Mundial de Igrejas¹⁰⁰⁶ aparece novamente como um organismo que era “inicialmente destinado a financiar e assessorar as Igrejas protestantes”, mas que “estendeu sua ação também ao clero católico de esquerda.”¹⁰⁰⁷ Um tanto inconformado com o que classificava como um desvio ou distorção praticada por grupos religiosos e pelo CMI, o agente esboça sua interpretação sobre o campo religioso, a qual adquire feições de verdadeira lamentação:

Ao invés de caminhar no sentido de um aprofundamento da missão religiosa, os progressistas, tanto católicos quanto protestantes, definem o regime governamental como um sistema que vem massacrando, há anos, a vida de um povo “cujos interesses reais são sistematicamente postos em último plano.”¹⁰⁰⁸

¹⁰⁰⁵ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACE 9877, 1983. fl. 1

¹⁰⁰⁶ “Seu ponto de apoio no Brasil, com o objetivo de fornecer material de pesquisa e elaboração de novas publicações, é o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI).” cf. Ibid., fls. 3.

¹⁰⁰⁷ Ibid., fls. 2.

¹⁰⁰⁸ Ibid. fls. 14.

Conforme discutimos no primeiro capítulo, a criação do SNI e dos demais órgãos do Sistema Nacional de Informações (SISNI) e do Sistema de Segurança Interna (SISSEGIN) tinha em vista, entre outros objetivos, o controle de classe e não apenas o combate aos chamados grupos “terroristas” armados. A organização da classe operária nas cidades ou das Ligas Camponesas no campo, o fortalecimento das organizações populares ou sindicais, entidades de classe, as CEBs ou de qualquer outro setor do movimento social com feições reivindicatórias eram situações que os agentes da “comunidade de informações e de segurança” “viam com maus olhos”.

Em consequência, nas visões, interpretações e representações construídas por eles, tais práticas de apoio e/ou organização do povo eram apreendidas como promoção da “luta de classes”, “penetração do comunismo”, “disseminação do inconformismo das massas”, etc. Para o regime e, mais especificamente, para a “comunidade de informações e de segurança”, era imprescindível que a população brasileira apreciasse e cultivasse a “paz social”. Eles não queriam reconhecer que amplas parcelas conviviam com a realidade de salários arrochados pela política econômica sustentada ao longo dos anos pela ditadura brasileira. Sob o seu ponto de vista, no entanto, as Forças Armadas haviam assegurado a convivência harmoniosa de todas as classes sociais ao intervirem nos rumos da nação por ocasião do golpe desfechado contra João Goulart, em 31 de março de 1964. Ademais acreditavam contribuir para a consolidação da verdadeira democracia no Brasil. Se havia casos de torturas praticadas contra cidadãos, isso era visto pelos mandatários como “excessos” desautorizados pelos escalões superiores da linha de comando dos órgãos de segurança. Aliás, em alguma medida, a tortura era um mal necessário, conforme reconheceu, muitos anos após seu governo, o presidente Ernesto Geisel.¹⁰⁰⁹

Entretanto, os líderes ecumênicos e progressistas que atuavam junto aos setores populares, e em apoio a diferentes grupos de oposição, sabiam que a tortura havia se generalizado como instrumento rotineiro contra presos políticos. Conforme vimos, era essa certeza, associada com a profunda convicção cristã que primava pela defesa da integridade da vida humana que levaram muitos desses líderes ao comprometimento com o trabalho de promoção e defesa dos direitos humanos. E essa forma de inserção social dos religiosos, evidentemente, contrapunha-se à visão autoritária e conservadora manifestada pelos agentes da ditadura, bem como pelas lideranças do setor conservador do campo religioso. O resultado

¹⁰⁰⁹ D’ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (orgs). *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

é que pessoas como o pastor Jaime Wright e o cardeal Paulo Evaristo Arns eram considerados inimigos, que prestavam um desserviço ao Brasil, com suas atitudes de crítica ao regime e de denúncias de torturas. Retomemos, então, a análise de outras ações nessa mesma perspectiva que contaram com o envolvimento dos dois.

Ocupar-nos-emos da análise do trabalho da equipe coordenada pelo pastor Jaime Wright na produção do projeto *Brasil: Nunca Mais*, especialmente os bastidores e os depoimentos de alguns participantes da empreitada sigilosa. Igualmente, neste caso interessamos evidenciar a forma como tal iniciativa foi interpretada nos documentos da “comunidade de informações” já com nosso recorte temporal circunscrito à fase final da ditadura, ocasião em pretendemos verificar como os papéis produzidos em 1985, e até mais tarde, previam os desdobramentos dessas iniciativas ecumênicas que já lançavam seus objetivos para o processo de construção da chamada “Nova República”.

Neste sentido, estava em questão na perspectiva dos ecumênicos, contribuir para que as violações de direitos humanos perpetradas pela ditadura brasileira fossem investigadas e, seus responsáveis, julgados. Antes, era necessário garantir que a memória do arbítrio não se perdesse. Em um segundo momento, essa memória preservada poderia subsidiar uma busca pela verdade do que havia se passado nos “porões” do aparato repressivo. Por fim, pretendia-se atingir uma situação de justiça, com a punição, sobretudo, dos torturadores de tantos cidadãos e cidadãs brasileiras. Todas essas questões estiveram presentes em maior ou menor medida na agenda do movimento ecumênico em geral e, em particular, na das pessoas que estiveram envolvidas com o desenvolvimento do projeto *Brasil: Nunca Mais*, do qual falaremos agora.

Aspectos da dimensão ecumênica nos bastidores do projeto *Brasil: Nunca Mais*

“Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça.”
D. Paulo Evaristo Arns

“*Aquellos que no se acuerdan do pasado están condenados a repetirlo.*”

George Santayana.¹⁰¹⁰

¹⁰¹⁰ Citação extraída do dossiê “Desaparecidos em la Argentina”, produzido pelo CLAMOR. apud. ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACE 34.398, 1983.

“[...] o projeto “Brasil: Nunca Mais”, é um dos capítulos mais importantes da história da contribuição do movimento ecumênico brasileiro e internacional à luta pelos Direitos Humanos no Brasil.”

Anivaldo Padilha

O projeto *Brasil: Nunca Mais* representou, conforme mencionamos, uma iniciativa que se concretizou, em grande medida, graças a relações ecumênicas que já vinham ocorrendo mesmo antes do golpe de 1964, as quais se aprofundaram ao longo da ditadura militar. Neste contexto, especialmente em São Paulo, tais relações envolviam D. Paulo Evaristo Arns, o pastor Jaime Wright e o Conselho Mundial de Igrejas, nas pessoas dos pastores Charles Harper e Philip Potter, dentre outros atores. Essas articulações sigilosas e arriscadas em torno da realização do projeto contaram, em diferentes momentos e etapas, com o trabalho de cerca de 30 pessoas e milhares de dólares, ao longo de cerca de seis anos. Ele possibilitou a produção de um memorial documental, catalogando um conjunto monumental de provas escritas da veracidade dos inúmeros casos de torturas praticadas pela ditadura, entre os anos 1964 e 1979, contra centenas de cidadãos.

Boa parte da história por trás da produção do livro *Brasil: Nunca Mais* publicado em 1985 já é conhecida. A repercussão do livro na imprensa foi estrondosa. Jaime Wright e integrantes do CMI coletaram muitos artigos, e recortes de jornal publicados em periódicos do Brasil, América Latina, América do Norte e na Europa. No acervo *online* do Conselho Mundial de Igrejas, recentemente disponibilizado para consulta no projeto Brasil Nunca Mais Digit@l, há 700 páginas das 1280 arquivadas sobre o assunto.¹⁰¹¹ Essa história foi contada, entre outros, pelo jornalista norte-americano Lawrence Weschler, no livro *Um milagre, um universo*, publicado no Brasil, em 1990, cinco anos após a publicação do *Brasil: Nunca Mais*. O autor relata que ficou impressionado com o lançamento nos EUA da versão em inglês da obra, que recebeu o título *Torture in Brazil*. Na ocasião, ele ouvira o pastor Jaime Wright comentar resumidamente como se dera a investigação sigilosa que resultou no livro *Brasil: Nunca Mais*, o que lhe motivou a escrever um livro sobre a história da sua elaboração.¹⁰¹² Para tanto, ele utilizou como fonte basicamente os depoimentos orais, sobretudo de Jaime Wright. Nosso interesse, portanto, é, além de evidenciar "outras vozes" de participantes do

¹⁰¹¹ Portal *Brasil: Nunca Mais Digit@l*. Acervo do Conselho Mundial de Igrejas. Pasta 4290701_08_ fls. 1. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

¹⁰¹² WESCHLER, Lawrence. *Um milagre, um universo: o acerto de contas com os torturadores*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

projeto, sobretudo, verificar na documentação escrita como se deram as articulações ecumênicas envolvendo o pastor, o cardeal e integrantes do CMI.

Ainda há outros aspectos que gostaríamos de retomar. Por exemplo, em uma resenha do livro de Wescheler, publicada em 1990, Zuenir Ventura notou que, a despeito da narrativa minuciosa e emocionante, detalhando os sustos, ameaças e riscos sofridos pelos integrantes da equipe, faltou “um pouco do clima interno da equipe”. Ele disse isso especulando que “ao lado da apreensão diante dos riscos houve outro tipo de tensão entre os participantes: divergências, disputas de poder, choques de opinião, ciúmes. Sabe-se, por exemplo, que há controvérsias em relação à importância do papel de cada um no grupo.”¹⁰¹³

No tocante à questão das controvérsias, ele observou ainda que Wescheler não consultou a advogada Eny Raimundo, que se auto-denomina como “mãe da ideia” do projeto, e nem Paulo Vannuchi, a quem Jaime Wright denominou de “figura central do projeto.” Com efeito, as fontes escritas, revelam mesmo a tensão prevista por Ventura em alguns momentos da execução das tarefas no Brasil, conforme veremos. Mas outras fontes, sobretudo as correspondências, explicitam também laços de profunda amizade ecumênica, admiração mútua e comprometimento com a luta cristã por justiça e pela paz, envolvendo homens como D. Arns, Jaime Wright, Charles Harper e Philip Potter.

Conforme veremos, os agentes da ditadura estiveram muito perto de descobrir a trama que resultou na realização do citado projeto. Em documento de 04 de outubro de 1979, um analista de informações do SNI de São Paulo registrou as seguintes observações:

O pastor JAMES WRIGHT, irmão do subversivo PAULO STUART WRIGHT, que se encontra desaparecido, está recebendo do Conselho Mundial de Igrejas (WORLD COUNCIL OF CHURCHES), com sede em GENEVRA, SUÍÇA, por intermédio da Mitra Arquidiocesana de São Paulo, localizada nesta Capital, a importância de quarenta mil dólares, divididos em duas parcelas de vinte e cinco e quinze mil dólares respectivamente.

Essa quantia será destinada ao projeto denominado Testemunho Pró-Paz (TPP).¹⁰¹⁴

O agente não sabia, mas “Testemunho Pró-Paz” era o nome do embrionário projeto *Brasil: Nunca Mais*. Se ele descobrisse do que se tratava certamente teria tentado impedir a ação que, para ele, só poderia resultar no acirramento da tendência “revanchista” que se manifestaria na chamada “Nova República”. Os vários atentados (contra D. Adriano, contra a

¹⁰¹³ VENTURA, Zuenir. “Thriller” dos anos negros. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 ago. 1990. apud. BRASIL NUNCA MAIS DIGIT@AL - Acervo do Conselho Mundial de Igrejas - Pasta 4290701_8_1, folhas 1-4.

Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

¹⁰¹⁴ Serviço Nacional de Informações - Arquivo Nacional – Coordenação Regional, DF, ACE 1992, 1979. fls. 1.

OAB, a ABI, bancas de jornal, contra o Rio Centro, etc.) ocorridos durante os anos 1980 são provas do que esses setores da repressão eram capazes de fazer contra quem eles consideravam seus inimigos

Com vistas a conferir maior respaldo institucional, era prática costumeira de Jaime Wright utilizar a conta da Mitra Diocesana para receber doações estrangeiras, a qual repassava a ele ou a outro responsável pelas despesas do CLAMOR ou do citado projeto. Felizmente, os agentes da ditadura só descobriram do que se tratava o *Testemunhos Pró-Paz* depois que o livro chegou às bancas no ocaso do regime militar, conforme veremos à medida que formos deslindando aspectos das relações ecumênicas de bastidores.

Recentemente, em 09 de agosto de 2013, ocorreu o lançamento do projeto *Brasil: Nunca Mais Digit@l*.¹⁰¹⁵ Trata-se da disponibilização na internet do acervo documental completo reunido pelo projeto *Brasil: Nunca Mais* e o livro homônimo, lançado em 1985. Entre o material disponibilizado, encontram-se cópias integrais de 707 processos criminais contra cidadãos supostamente “subversivos”, somando quase um milhão de páginas. A equipe do *Brasil: Nunca Mais* produziu¹⁰¹⁶ uma análise, um relatório de doze tomos com quase 7000 páginas, denominado Projeto A, e um resumo do citado relatório em forma de livro, denominado Projeto B, que foi veiculado ao grande público em 15 de julho de 1985, pela editora *Vozes*, quatro meses após o fim formal de regime militar. Nos dois primeiros anos o livro foi reimpresso 20 vezes e, atualmente, encontra-se em sua 37ª edição. Trata-se de um dos livros de não ficção mais vendidos da história do país.

Os citados processos tramitaram em diferentes instâncias da Justiça Militar em vários estados, dos anos 1964 a 1979, e encontravam-se arquivados no Superior Tribunal Militar, em Brasília. Neles, entre outras coisas, estão contidas dezenas de depoimentos de pessoas que detalharam nomes de torturadores, locais e ocasiões em que se deram os fatos. As torturas foram praticadas, segundo os depoentes, por agentes dos órgãos de informações e de repressão da ditadura, em algum momento entre a prisão e a instauração dos processos criminais.

O site resultou da parceria estabelecida entre o Ministério Público Federal, o Arquivo Público do Estado de São Paulo e o Armazém Memória, com o apoio do Arquivo Nacional,

¹⁰¹⁵ Cf. <<http://tvbrasil.etc.com.br/reporterbrasil/bloco/site-registra-processos-criminais-da-ditadura-militar>>. Acesso em: 12 ago. 2013.

¹⁰¹⁶ Além do material xerocado dos processos, foi produzido um anexo, contendo 10.140 documentos referentes a publicações dos grupos de esquerda, as quais haviam sido apreendidas pelos agentes e apensadas aos processos, 166 fotografias e 12 jogos de microfilmes de toda a documentação. Para mais informações sobre esse material cf. <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/#!/videos>>. Acesso em: 14 ago. 2013.

Ordem dos Advogados do Brasil (seccional Rio de Janeiro), *Center for Research Libraries*, do Instituto de Políticas Relacionais e do Conselho Mundial de Igrejas.¹⁰¹⁷

Nessa modalidade ecumênica encabeçada pelo pastor Jaime Wright, chama atenção a perspectiva histórica aguçada sustentada pelos indivíduos que lideraram esse empreendimento. Nas memórias dos integrantes do projeto *Brasil: Nunca Mais*, o principal ou uma das maiores motivações era a de preservar a memória de uma época, de um período de arbítrio da História do Brasil, para que as gerações futuras tomassem conhecimento da repressão promovida nos anos ditatoriais contra cidadãos brasileiros. Ao mesmo tempo, almejava-se evitar o esquecimento por parte daqueles que vivenciaram a época. Do ponto de vista da fundamentação teológico-ecumênica e política para levar adiante tal projeto, o pastor Wright e seus amigos do CMI e D. Arns, seguiam aquela mesma sensibilidade que denominavam de “denúncia profética” e que motivara as ações do CLAMOR e a realização de diversos cultos-protesto ao longo do regime.

Ao discurso do valor pedagógico da preservação da memória deve ser acrescido outro objetivo do projeto, nem sempre explicitado pela memória dos que participaram e falaram sobre ele. É evidente que visavam contribuir para que houvesse justiça na transição para a democracia, através de desejados (porque até o presente ainda não aconteceram) julgamentos de pessoas que haviam cometido crimes contra os direitos humanos. Essa estratégia de silenciar acerca desse objetivo talvez se explique pelo desejo nutrido pela equipe de que o trabalho fosse visto como algo estritamente científico, desvinculado das reivindicações apaixonadas de setores da sociedade que durante a chamada “redemocratização” clamavam por justiça contra os torturadores.

O cardeal Arns, quando do lançamento do *Brasil: Nunca Mais*, no Rio Grande do Norte, enfatizou a intenção dos autores e do projeto, ao afirmar que tratava-se de um livro:

útil e necessário também para outras ações. Para não se escrever com emoção, um tipo de revanchismo, não. Era para se contar a história e a história ser mestra, para, portanto, nunca mais permitir a tortura, prisões arbitrárias, e uma Lei de Segurança Nacional como a que tivemos até pouco.¹⁰¹⁸

¹⁰¹⁷ Memorando de Doação do Acervo do Conselho Mundial de Igrejas, relativo ao projeto *Brasil: Nunca Mais*, para o Ministério Público Federal. 14 de junho de 2011, duas páginas. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=DOC_BNM&PagFis=9349&Pesq=CEDI>. Acesso em: 12 ago. 2013.

¹⁰¹⁸ Depoimento de D. Paulo Evaristo Arns de 1985 - *Dom Paulo Coragem e Fé*. São Paulo: TV PUC, 2001. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/#!/videos>>. Acesso em: 14 ago. de 2013.

Nesta avaliação, o *Brasil: Nunca Mais* estaria mais preocupado em apontar para o futuro, com o sentido de ser uma luz para impedir que as mazelas do passado voltassem a acontecer. E o tema do desejado julgamento dos torturadores ou de uma futura revisão da Lei da Anistia que possibilitasse isso não é cogitado.

Importa enfatizar a dimensão ecumênica por trás das iniciativas que ensejaram a realização do projeto e, posteriormente, conferir as representações que ele suscitou nos documentos dos agentes de informações. O desejo de que a preservação da “memória do arbítrio” pudesse potencializar uma luta futura por justiça em favor dos que haviam sido alvos da violência estatal aparece com força nos testemunhos dos participantes do projeto. Os protagonistas do projeto tinham no horizonte que a “Nova República” que estava às portas precisaria, em algum momento e de alguma forma, enfrentar a questão das investigações e dos julgamentos dos crimes contra os direitos humanos, notadamente a tortura e o assassinato, cometidos por agentes do Estado.

Cumprе salientar que a concretização do projeto só foi possível graças à viabilização de recursos financeiros do CMI, “dinheiro ecumênico”¹⁰¹⁹, no dizer de Derval Dasilo, coroando seus esforços realizados ao longo de todo o período em que vigorou a ditadura no Brasil. Semelhante ao que ocorreu no caso CLAMOR, a citada dimensão ecumênica foi um elemento fundamental para o sucesso da empreitada. Trata-se, a nosso ver, de um aspecto que não foi suficientemente observado pela historiografia que se dedica ao período. Um indício da falta de informações acerca do papel do CMI pode ser percebido na própria capa do livro *Brasil: Nunca Mais*. Nela não encontramos a informação de que seu conteúdo foi prefaciado também pelo outrora secretário-geral do Conselho Mundial de Igrejas, o pastor Philip Potter. Também não fica evidenciado no interior do livro que o CMI financiara todas as despesas para a realização da pesquisa que o originou. Quando nos deparamos com citações esparsas sobre o projeto *Brasil: Nunca Mais*, são raras as referências ao engajamento silencioso de bastidores dos pastores ligados ao Conselho Mundial de Igrejas.

Assim, outro objetivo nosso é compreender as motivações dos envolvidos no projeto para, depois, confrontá-las com as impressões dos agentes de informações que analisaram o livro *Brasil: Nunca Mais*. Para tanto, analisaremos as informações oferecidas nas entrevistas concedidas por alguns dos membros do projeto, cotejando-as com outras fontes.

¹⁰¹⁹ DASILO, Derval. *Jaime Wright: o Pastor dos torturados*. Rio de Janeiro: Metanoia, 2012. p. xxxi

Segundo Paulo Vanuchi, a idéia inicial para a realização do projeto surgiu com a advogada carioca Eny Raimundo Moreira.¹⁰²⁰ Interessante que o pastor Jaime Wright, por algum motivo, parece ter silenciado acerca da contribuição da advogada.¹⁰²¹ Segundo ela, de tanto ouvir o advogado Sobral Pinto falar que os processos que tramitaram no outrora Tribunal de Segurança Nacional da ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945), foram incinerados, ocorreu-lhe que o mesmo poderia ocorrer com os processos da ditadura militar.¹⁰²² Observou, porém, que não haveria condições para concretizar o empreendimento, pois faltaria verba para isso. Por conta de sua atuação, desde 1978, à frente do Comitê Brasileiro pela Anistia, Eny lembrou que representantes de várias organizações de direitos humanos e de libertação de presos políticos do exterior a convidaram a viajar para alguns países em que havia exilados brasileiros. O objetivo seria o de ajudá-los a descobrir qual era a real situação política de muitas deles junto ao governo brasileiro, se poderiam voltar ao Brasil ou não, etc.

Eny Moreira rememorou que fez viagens dessa natureza a onze países da Europa, fazendo conferências sobre a situação política do Brasil e dando entrevistas à imprensa. Na França, ao expor sua ideia de reproduzir os processos da Justiça Militar a um ativista de direitos humanos, foi orientada a procurar o Pastor Charles Roy Harper, no Conselho Mundial de Igrejas, em Genebra (Suíça). Moreira afirmou que foi muito bem recebida por Harper, sendo, para ela, marcante a empolgação do Pastor com a ideia por ela exposta:

Ele colocou as mãos na cabeça e falou: “meu Deus, que maravilha, que ideia fantástica. Você me faça um projeto escrito, sem dizer o que é, fale por metáforas, que eu vou defender esse projeto junto a um grupo, que tem poder de decisão, e que é de absoluta confiança, aqui junto do Conselho.”¹⁰²³

A advogada acrescentou que, para facilitar a aprovação do Conselho, Harper solicitou ainda que ela conseguisse, no Brasil, o aval de D. Paulo e do Pastor Jaime Wright, o contato mais direto do Conselho Mundial de Igrejas no país. Depois disso, Eny Moreira recorda-se de que retornou ao Brasil e conversou com Jaime Wright, que gostou muito da ideia e a levou até Dom Paulo, que também se entusiasmou e aceitou apoiar o projeto e lhe emprestar o “guarda-

¹⁰²⁰ Cf. <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=DOC_BNM&PagFis=9236&Pesq=>>. Acesso em: 04 fev. 2014.

¹⁰²¹ Zuenir Ventura salientou que a advogada não ficara satisfeita com o resultado final do livro *Brasil: Nunca Mais*.

¹⁰²² Depoimento de Eny R. Moreira. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/#!/videos>>. Acesso em: 12 ago. 2013.

¹⁰²³ Ibid.

chuva” institucional da Arquidiocese com a condição de que ele fosse desenvolvido em São Paulo, por questões de segurança.

Após isso, Moreira se transferiu para São Paulo, onde o advogado Luis Eduardo Greenhalg, que há tempos trabalhava com Jaime Wright no CLAMOR, tomou a frente do projeto, constituindo uma equipe de trabalho para iniciar a operação sigilosa, assim que o Conselho Mundial de Igrejas liberasse a primeira remessa para pagamento de funcionários e reprodução dos processos.¹⁰²⁴ Em documento de 25 de outubro de 1990 de 05 páginas, intitulado *Brasil: Nunca Mais*, escrito por Jaime Wright, provavelmente uma palestra que proferiu sobre o projeto, o pastor reproduziu a carta que D. Paulo enviara ao Pastor Philip Potter, solicitando o apoio financeiro do Conselho Mundial de Igrejas:

Saudações e melhores votos ao Sr. e seu staff acompanham esta carta. Foi enorme o prazer de conhecer o Sr. durante sua recente visita a São Paulo. O assunto desta carta deve permanecer confidencial, dadas as suas implicações. Através do Brasil, nos tribunais militares, há uma abundância de material que consubstancia 15 anos de repressão, em centenas de processos. Além disso, existem muitas outras declarações informais em meu poder e com outros grupos de igreja. Uma equipe profissionalmente competente está montada para reunir, cotejar e publicar esse material. A atual “abertura democrática” poderá oferecer a única oportunidade de acesso ao referido material e para sua preservação. Isto significa, naturalmente, que deveríamos realizar este projeto o mais breve possível. Achamos que as igrejas precisam tomar a iniciativa para assegurar que, através da publicação desse material, tais coisas não aconteçam mais. Instamos ao Conselho Mundial de Igrejas, por conseguinte, que aceite a tarefa de levantar a proporção maior dos fundos necessários, através dos seus membros, numa base confidencial. Agradecemos seu interesse e preocupação com a justiça e a paz no Brasil.¹⁰²⁵

Segundo Wright, “foi assim que começou, formalmente, o projeto Brasil: Nunca Mais.”¹⁰²⁶ O dinheiro foi conseguido e sempre chegava às mãos da equipe, entretanto nem mesmo a advogada Eny Moreira sabia muito bem como o pastor e o Conselho Mundial de Igrejas operavam esse serviço sigiloso :

O Reverendo Jaime Wright era o elo de contato com o Conselho Mundial de Igrejas. Eu não sei lhe dizer como, mas o financiamento chegava da Europa e era utilizado para pagar as cópias, o transporte, as viagens que eu tinha que fazer a São Paulo e a

¹⁰²⁴ Depoimento de Eny R. Moreira. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/#!/videos>>. Acesso em: 12 ago. 2013.

¹⁰²⁵ Carta de Dom Paulo Evaristo Arns a Philip Potter. apud. WRIGHT, Jaime. BRASIL: NUNCA MAIS DIGIT@L - Acervo do Conselho Mundial de Igrejas, Pasta 42.90.701_1_4, folha 01. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=DOC_BNM&pesq=Jaime+Wright>. Acesso em: 26 ago. 2013.

¹⁰²⁶ Ibid.

Brasília. Porque enquanto se trabalhava em São Paulo, eu e Luis Carlos Sigmaringa, continuávamos tirando as cópias dos processos no arquivo do tribunal militar.¹⁰²⁷

Acerca do sigilo empregado nas operações, Paulo Vannuchi, na época ex-presos político (cujo irmão Alexandre Vanucchi havia sido morto sob torturas pela repressão em 1973) e ministro da secretaria de direitos humanos do governo Lula, acrescentou que Jaime Wright era o *link* entre D. Paulo e o Conselho Mundial de Igrejas, onde “conseguiu, de maneira ultra-sigilosa, um financiamento especial, que era feito todo por canais paralelos aos canais de contabilidade oficiais.”¹⁰²⁸ É que, complementa Vannuchi, se não houvesse o devido cuidado, “isso permitiria o regime militar detectar, se fosse feito por contas bancárias.”¹⁰²⁹ O pastor Wright rememorou uma situação inusitada a esse respeito. Em uma das viagens em que retornava com dinheiro da Europa, ele foi abordado no aeroporto por policiais que notaram o enorme volume em sua cintura, ao que ele respondeu se tratar de dinheiro e conseguiu seguir seu caminho sem maiores problemas.¹⁰³⁰

Segundo Paulo Vannuchi, o projeto foi desenvolvido de forma sigilosa também entre os demais pastores do Conselho Mundial de Igrejas, em Genebra, pois tratava-se de preservar não só o trabalho da equipe, mas a própria segurança dos envolvidos:

E o próprio grupo, que dentro do Conselho Mundial de Igrejas cuidou disso, Phillip Potter e, principalmente, Charles Harper, Chuck, eles fizeram isso clandestinamente dentro do próprio Conselho Mundial de Igrejas. Então eles faziam uma espécie de coleta entre doadores costumeiros do Conselho Mundial de Igrejas, explicando que se tratava de uma coleta especial, que não entraria na contabilidade normal do órgão. E isso foi interessante até o ponto em que um grande representante da luta dos Direitos Humanos no Brasil, Lysâneas Maciel, que era do Conselho Mundial de Igrejas, um dia descobriu rumores e veio, então, tirar satisfação com o Chuck, e o Chuck, então, negou peremptoriamente que existisse qualquer projeto em andamento, etc. Manteve o figurino da mais perfeita clandestinidade.¹⁰³¹

Essas articulações ecumênicas subterrâneas atestam uma dimensão importante do contexto de repressão do Brasil e das outras ditaduras da época, conforme temos visto. Assim, se o regime era competente, através de ações legais e ilegais, de violação de correspondência, dos grampos telefônicos, das torturas, da inserção dos infiltrados, etc., para monitorar entre

¹⁰²⁷ Depoimento de Eny R. Moreira. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/#!/videos>>. Acesso em: 12 ago. 2013.

¹⁰²⁸ Depoimento de Paulo Vannuchi. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/#!/videos>>. Acesso em: 12 ago. 2013.

¹⁰²⁹ Ibid.

¹⁰³⁰ Cf. WESCHLER, Lawrence. *Um milagre, um universo: o acerto de contas com os torturadores*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. O livro, baseado sobretudo em depoimento oral de Jaime Wright, traz uma série de detalhes e curiosidades de bastidores sobre o *Brasil: Nunca Mais*.

¹⁰³¹ Depoimento de Paulo Vannuchi. op. cit.

outras ações dos opositores, especialmente o movimento de entrada de dinheiro do exterior, os ecumênicos também eram extremamente hábeis para guardar sigilo das suas práticas, especialmente no caso do projeto em questão. Conforme vimos em capítulos anteriores, esse monitoramento era algo vital aos espões do SNI. Nesse particular, Jaime Wright também foi fundamental, constituindo-se sua participação em algo para além de um elo ou *link*. Ele participou, se arriscou, apontou caminhos e formas de chegar ao objeto, coordenou reuniões detalhadas em cada fase, transportou dinheiro sob a roupa, e cópias de processos da Justiça Militar, etc. Seu envolvimento foi mais amplo e muito intenso, conforme veremos ao longo do capítulo.

Em seguida, foram alugadas uma sala no centro comercial em Brasília e um local em São Paulo. Contrataram-se funcionários para xerocar os processos, os quais nem sabiam do que se tratava. Após a reprodução dos processos, em Brasília, o material era empacotado e enviado a São Paulo, onde era microfilmado e submetido à análise dos integrantes do grupo. Faziam-se duas cópias em papel e duas em microfilme. Uma ficava em São Paulo e a outra era encaminhada para o Conselho Mundial de Igrejas, em Genebra (Suíça).

Com vistas a avaliar o diferencial do projeto *Brasil: Nunca Mais*, Jaime Wright esclareceu, em 1990, que “até então as entidades de direitos humanos tinham denunciado os efeitos da repressão: os sequestros, as torturas os desaparecimentos, as mortes, o terror institucionalizado.”¹⁰³² Entretanto, um passo adiante era necessário para atacar as raízes desse processo: “para que tais horrores não se repetissem em outras gerações, era necessário fazer duas coisas: (1) denunciar as causas da repressão; e (2) preservar a memória do que aconteceu.”¹⁰³³ Ele acreditava no potencial pedagógico que a memória e a história poderiam desempenhar no futuro: “com a memória do que aconteceu as gerações futuras teriam um instrumento fundamental para evitar sua repetição.”¹⁰³⁴

O grupo aproveitou a oportunidade oferecida com a aprovação da Lei de Anistia de agosto de 1979, que permitia aos advogados retirar os processos do Superior Tribunal Militar. O papel desses profissionais foi fundamental para que o empreendimento alcançasse êxito. Conforme esclareceu Eny Moreira, caso autoridades militares indagassem a causa da retirada de tamanha quantidade de processos, eles informariam que se tratava de medidas necessárias

¹⁰³² WRIGHT, Jaime. *Brasil: Nunca Mais*. São Paulo: 25 de outubro de 1990. Texto de 05 páginas. BRASIL: NUNCA MAIS DIGIT@L - Acervo do Conselho Mundial de Igrejas, Pasta 42.90.701_1_4, folha 01. Disponível em:

<http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=DOC_BNM&pesq=Jaime+Wright>. Acesso em: 26 ago. 2013.

¹⁰³³ Ibid.

¹⁰³⁴ Ibid.

para assegurar a defesa do direito dos presos políticos que pleiteavam anistia. Ao falar sobre a natureza do projeto, explicitou aspectos que podem ser consideradas como uma síntese do pensamento e da motivação dela e de outros participantes da trama:

O livro *Brasil: Nunca Mais* publicado teve uma repercussão enorme. Mas lamentavelmente a tortura no Brasil continua campeando. Os presos comuns, quando não são assassinados barbaramente, são vítimas de tratamento cruel e degradante. E a luta em prol dos Direitos Humanos precisa continuar, dos Direitos Humanos de cada cidadão pobre, de classe média, de rico. Hoje a gente vive numa democracia, mas lamentavelmente a democracia ainda atinge muito pouca gente. Tem uma maioria aí pobre, despossuída e excluída, pra quem muita gente anda pedindo a pena de morte, esquecido de que quem fabrica a violência é quem participa da exclusão dessa população.¹⁰³⁵

Sua perspectiva de Direitos Humanos situa-se para além da condenação da tortura, preocupa-se com as razões mais profundas que ainda hoje impedem o pleno cumprimento das condições básicas que assegurariam os direitos humanos da maioria da população. É uma perspectiva semelhante àquela adotada pelo movimento ecumênico encabeçado pelo Conselho Mundial de Igrejas, atrelada com a preocupação em encontrar caminhos para a superação das desigualdades sociais oriundas do modelo capitalista de desenvolvimento econômico sustentado pelo regime militar, desde 1964.

O papel do pastor Jaime Wright¹⁰³⁶, durante todas as etapas do desenvolvimento do projeto foi enfatizado nos depoimentos dos participantes disponibilizados no *Brasil: Nunca Mais Digit@l*.¹⁰³⁸ Em suas memórias, os nomes de Paulo Evaristo Arns e Jaime Wright sempre aparecem juntos, configurando mais um testemunho da amizade ecumênica entre os responsáveis diretos pelo projeto. Não obstante, conforme lembrou o advogado Sigmaringa Seixas, “quem coordenava, de verdade, o projeto, era o reverendo Jaime Wright.”¹⁰³⁹ A documentação de bastidores da realização do *Brasil: Nunca Mais* demonstra que Jaime Wright cuidava dos mínimos detalhes, realizava reuniões com a equipe, estipulava prazos, exigia o cumprimento das metas, levava microfilmes a Genebra, trazia de lá o dinheiro do Conselho para São Paulo, cuidava de correções no texto do livro antes de ser enviado para publicação, com o objetivo de “desadjetivar o texto.”¹⁰⁴⁰

¹⁰³⁵ Cf. <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/#!/videos>>. Acesso em: 14 ago. 2013.

¹⁰³⁶ Em 1985, era membro do Grupo Assessor da Pastoral de Direitos Humanos do CLAI. cf. <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=DOC_BNM&PagFis=9236&Pesq=>>.

¹⁰³⁷ Ibid.

¹⁰³⁸ Ibid.

¹⁰³⁹ Ibid.

¹⁰⁴⁰ WESCHLER, Lawrence. *Um milagre, um universo: o acerto de contas com os torturadores*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 63.

Semelhante ao seu modo de proceder durante anos em trabalhos na Arquidiocese, todas as ações eram informadas a D. Paulo, pessoalmente ou por meio de correspondências. As decisões mais importantes eram tomadas em comum acordo com o cardeal e com os pastores do Conselho Mundial de Igrejas, especialmente Philip Potter e Charles Harper. Wright também se encarregava de fazer detalhados relatórios periódicos sobre o andamento de cada etapa do projeto, descrevendo os avanços e os possíveis atrasos no cumprimento das metas propostas. No texto final de 12 páginas, enviado ao Conselho Mundial de Igrejas, semelhante a um relatório de bolsista para sua agência de fomento, Wright apresenta as fontes primárias utilizadas, o recorte cronológico, a metodologia, as hipóteses norteadoras, o escopo teórico e empírico que embasou a pesquisa, o conteúdo e o propósito de cada capítulo, planilha detalhada de despesas, incluindo um mapa com as viagens realizadas, os resultados parciais obtidos e lança questões que poderiam ser aprofundadas por outras investigações futuras.¹⁰⁴¹ No citado relatório, cujo teor era secreto à época, o pastor Wright rememora as intenções motivadoras do projeto que culminou no livro *Brasil: Nunca Mais*:

Também não era intento da pesquisa organizar nenhum sistema de provas para exibição em um futuro Nuremberg brasileiro. Não nos animava qualquer sentimento de revanche. Se empenhamo-nos demoradamente na escavação de porões processuais, era por estarmos movidos por um único propósito de contribuir na construção de um país, de uma terra, de uma sociedade política que respeitem a dignidade da pessoa humana como bem intocável. Se organizamos este projeto de pesquisa sob a designação TESTEMUNHOS PRÓ-PAZ era para explicitar nosso objetivo de lutar pela paz, exibindo à luz do dia fatos obscuros da história recente de nosso país. Para que nunca mais se repitam. Para que os direitos humanos sejam sagradamente respeitados, sempre, como postulado e exigência para a construção de uma era de paz. Se escarafunchamos documentos cansativos, na procura de uma verdade encoberta, foi por acreditar que a busca permanente da verdade é ansiedade inscrita no coração do ser humano desde o primeiro momento da Criação. E por lembrarmos que, em determinada etapa da história desse ser humano, foi-lhe anunciado pelo Filho do Homem que o conhecimento da verdade era exigência para sua libertação. [...] Que o estudo e divulgação dos resultados deste relatório [a enciclopédia de 12 tomos] nos ajude, a todos, na construção de uma sociedade justa e de um mundo fraterno.¹⁰⁴²

Com efeito, todo esse trabalho de coordenação era, na perspectiva de Jaime Wright, mais que uma atividade burocrática ou trabalho técnico-acadêmico. Para ele, semelhante ao que significou o CLAMOR, tratava-se de um “serviço cristão” do seu ministério dedicado à

¹⁰⁴¹ “Plano geral e descrição do projeto secreto de pesquisa Testemunhos Pró-Paz (TPP) e BNM”, escritos por Jaime Wright, em julho de 1981 e 1985, respectivamente. Cf. BRASIL: NUNCA MAIS DIGIT@L - Acervo do Conselho Mundial de Igrejas, Pastas: 429.07.01_01, folhas 1-6; 429.07.01_02, folhas 01-06; 429.07. 03_01, folhas 01-12. Disponível em:

<http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=DOC_BNM&pesq=Jaime+Wright>. Acesso em: 26 ago. 2013.

¹⁰⁴² Ibid., Pasta 429.07. 03_01, folhas 06.

sociedade, com vistas à transformação de um Brasil que esperava que fosse melhor no futuro, e tudo isso dentro de uma perspectiva ecumênica. Aquilo, para ele, era fruto de seu ministério pastoral, em associação com D. Arns e com o Conselho Mundial de Igrejas, respaldado pela Igreja Presbiteriana dos EUA. Portanto, ao que se pode depreender da análise das fontes, ele não recebia remuneração do Conselho Mundial de Igrejas para tal atividade. Seu sustento originava-se de sua igreja nos EUA. Durante o desenvolvimento do projeto, havia uma divisão precisa das atividades, sendo que a remuneração dos demais envolvidos com o trabalho variava segundo a função hierárquica ocupada: coordenador sênior¹⁰⁴³, sub-coordenador (historiador e sociólogo), advogados-pesquisadores, operadores de microfilme, estagiários, etc.¹⁰⁴⁴ Boa parte destes últimos funcionários, como dito, nem sabia do que se tratava sua ocupação.

Nas memórias registradas em depoimentos orais de pessoas que, em algum momento, integraram a equipe coordenada pelo pastor, as opiniões convergem no tocante aos objetivos ou motivações do projeto nos termos em que o pastor mencionou anteriormente. Ao ser indagado acerca dos resultados da recepção do público ao projeto *Brasil: Nunca Mais*, por exemplo, Paulo Vannuchi esclarece que a ideia central não era a de fomentar o julgamento e a punição dos envolvidos em casos de tortura durante a ditadura militar:

Eu fiquei muito feliz, eu senti que o *Brasil: Nunca Mais* teve alguma coisa, era um dos grandes objetivos nosso, né, que dizer, a leitura vai mostrar que ele nunca é feito, em nenhum momento, com qualquer critério de incitar revanche, punição. Quer dizer, os autores do trabalho têm opinião sobre a necessidade de justiça e de punição, mas o projeto não tava envolvendo isso. Era um projeto do Brasil se conhecer melhor. A frase que o Nilmário usa no livro, do Dom Paulo: “Os povos que não podem, ou não querem confrontar-se com seu passado histórico estão condenados a repeti-lo.”¹⁰⁴⁵

Vannuchi reconhece o interesse pessoal dos participantes do projeto pela necessidade de julgamentos e responsabilizações judiciais dos agentes estatais praticantes de tortura como algo fundamental para que se pudesse falar em justiça na transição para a democracia. Entretanto, enquanto projeto sob o “guarda-chuva” institucional da Arquidiocese de São Paulo e do Conselho Mundial de Igrejas, argumenta que esse interesse não era o foco principal. Tratava-se, então, afirma Vannuchi, de “construir no Brasil o entendimento constitucional, legal de cidadania, uma democracia onde nunca mais haja lugar para isso”, isto

¹⁰⁴³ Ao que parece, este era o cargo de Paulo Vannuchi.

¹⁰⁴⁴ BRASIL: NUNCA MAIS DIGIT@L - Acervo do Conselho Mundial de Igrejas, Pastas 4290701_01_6, folhas 1. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

¹⁰⁴⁵ Ibid.

é, da “construção, no Brasil, de uma consciência perene quanto a não repetição desses ambientes de violação.”¹⁰⁴⁶

Semelhante ao que ocorreu no CLAMOR, houve tensões e divergências entre, pelo menos, um membro da equipe e o pastor Wright, durante o transcorrer dos trabalhos. Não detalharemos esses problemas, mas basta dizer que as diferenças entre Jaime Wright e Greenhalg afloraram novamente nos bastidores do *Brasil: Nunca Mais*. O pastor ficara insatisfeito com a proposta do texto que Greenhalg havia preparado para compor o livro. Também reclamava da postura dele com relação às decisões sobre o andamento dos trabalhos. Jaime Wright, escrevendo para D. Paulo, argumentava que era necessário que Greenhalg compreendesse que sua participação no projeto já havia terminado, mas ele insistia em querer interferir nos rumos do projeto.¹⁰⁴⁷ Tais divergências, porém, não afetaram o curso dos trabalhos e após alguns ajustes, o texto escrito por Greenhalg acabou sendo lapidado e incorporado na narrativa do livro.

Nos bastidores do projeto, muitas correspondências foram trocadas entre D. Paulo e Philip Potter, entre este e Jaime Wright, o qual também se correspondia frequentemente com Charles Harper. Geralmente, as cartas entre Potter e D. Arns eram enviadas com cópia para Wright e Harper. Assim como no Brasil Jaime Wright era uma espécie de “bispo auxiliar” de D. Paulo para assuntos internacionais de direitos humanos, o mesmo sucedia na Suíça entre Philip Potter e Charles Harper.¹⁰⁴⁸

Em uma dessas cartas de Genebra, Potter dirigindo-se a dom Paulo sempre como “querido irmão em Cristo”, informa que enviaria Charles Harper a São Paulo para acompanhar o desenvolvimento do projeto, assegurando-lhe que o Conselho Mundial de Igrejas estaria junto até a publicação dos resultados da pesquisa:

Eu desejo assegurá-lo que nós estamos contigo nesta empreitada, como uma firme e clara expressão da denúncia profética da injustiça e uma base para a futura reconciliação para a paz. Seguem minhas saudações calorosas a você assim como a nosso amigo comum, Jaime Wright, cuja presença aqui em suas visitas traz tamanho prazer e iluminação.¹⁰⁴⁹

¹⁰⁴⁶ Idem. Ibid.

¹⁰⁴⁷ cf. <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=DOC_BNM&PagFis=9236&Pesq=>.

¹⁰⁴⁸ Em *memorandum* de 30 de novembro de 1979, Charles Harper é solicitado por Potter a escrever uma carta a D. Paulo, em agradecimento por sua visita ao Conselho Mundial de Igrejas e, ao mesmo tempo, dando resposta positiva ao pedido de apoio financeiro para o projeto *Brasil: Nunca Mais*. cf. BRASIL: NUNCA MAIS DIGIT@L - Acervo do Conselho Mundial de Igrejas, Pastas 4290701_2_1, folha 1. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=DOC_BNM&PagFis=9236&Pesq=>>. Acesso em: 04 fev. 2014.

¹⁰⁴⁹ Ibid., fls. 2.

Assim, Potter explicita sua perspectiva ecumênica em uma mesma sintonia que Wright e D. Arns, desejando que o resultado do então projeto Testemunhos Pró Paz trouxesse consigo o potencial para contribuir para a construção de um projeto de reconciliação e de paz social pós-ditadura. Perspectiva totalmente diferente daquela dos agentes do Estado, conforme veremos.

Em resposta ao “querido amigo e irmão em Cristo”, D. Arns agradece o apoio, dizendo que se sentia mais encorajado a continuar suas atividades com a mensagem contida da carta de Potter. Explicitou sua percepção acerca do trabalho comum em que estavam engajados, qual seja: “um dos mais significativos projetos empreendidos em nome das vítimas da opressão.” Sugeriu alguns encaminhamentos a serem dados ao projeto. Um deles era um pedido para que Potter discutisse com Jaime Wright a possibilidade da finalização do processo de publicação dos seus resultados “sob os auspícios do Conselho Mundial de Igrejas.” E outro era um convite a que Potter escrevesse uma introdução, juntamente com ele, para o livro a ser publicado para socializar os resultados da pesquisa.

Disse ainda que se sentia agradecido pelas visitas periódicas do amigo comum, Charles Harper, e pelo sentido de solidariedade que elas sempre lhe transmitiam. Por fim, envia saudações e termina, de forma bem humorada, afirmando que estava “à procura de mais uma desculpa para passar por Genebra para vê-lo novamente.”¹⁰⁵⁰

Vários componentes da equipe executora do projeto no Brasil foram indagados anos mais tarde sobre a reação dos agentes da repressão diante da publicação do livro e sobre a repercussão do mesmo. Assim que o livro *Brasil: Nunca Mais* veio a público, em 1985, sem que houvesse divulgação prévia da editora, seguindo as normas sigilosas que caracterizaram o projeto desde 1979, agentes dos órgãos de informações do regime também se interessaram em conferir seu conteúdo. Note-se que, em tese, a ditadura já havia acabado e que, na opinião de Vannuchi, o comportamento político do aparelho repressor diante da publicação foi o de recuo: “quieto, confissão de culpa: nos pegaram!”¹⁰⁵¹.

Contudo, tivemos acesso a dois documentos, apresentando análises referentes ao conteúdo, aos significados da pesquisa, ao financiamento, aos possíveis autores e, sobretudo, ao impacto que *Brasil: Nunca Mais* poderia exercer na opinião pública. Os documentos são importantes ao nosso propósito, especialmente, porque expressam representações não apenas

¹⁰⁵⁰ Carta de D. Arns a Philip Potter, 30 dez. 1983. BRASIL: NUNCA MAIS DIGIT@L - Acervo do Conselho Mundial de Igrejas, Pastas 4290701_2_1, folha 4. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=DOC_BNM&PagFis=9248>. Acesso em: 10 ago. 2013.

¹⁰⁵¹ Ibid.

do citado livro, mas da rede de relações e articulações nacionais e estrangeiras costuradas por indivíduos ligados ao Conselho Mundial de Igrejas. Trata-se de análises de agentes de informações que, durante anos, labutaram na vigilância e análise de atores e instituições do movimento ecumênico. Essa experiência prévia os capacitou a perceber que o livro era resultado de um processo mais amplo de articulação de esforços ecumênicos que extrapolavam o âmbito da responsabilidade da Arquidiocese de São Paulo.

Um dos elementos centrais das análises dos agentes era a preocupação com os usos futuros da pesquisa que embasou o livro, em função do processo de retomada pelos civis do governo do país. Afinal, fazia apenas quatro meses que o regime militar acabara oficialmente. Assim, vem à tona nas análises o famoso bordão militar do “revanchismo”.

Para um dos analistas, a finalidade principal da pesquisa era servir aos anseios “revanchistas” de setores da oposição no sentido de investigar os crimes contra os direitos humanos praticados por agentes dos órgãos de informações. É interessante observar que naquele contexto, o analista da Marinha acreditava piamente que o papel desempenhado pelas Forças Armadas durante a ditadura deveria permanecer inalterado na “Nova República”. Por isso, salientou que *Brasil: Nunca Mais* representava um esforço a mais no sentido de alterar o “papel constitucional das Forças Armadas”¹⁰⁵², além de ter o objetivo de condenar a Doutrina e a Lei de Segurança Nacional. A forma como constrói tal representação, busca demonstrar que seu olhar é profundo e que, portanto, conseguiria apreender aspectos subliminares do livro que ao cidadão comum seriam imperceptíveis:

Quando porém se procura chegar ao âmago da mensagem contida no livro em pauta, ver-se-á que como um raio “laser”, quase imperceptível, mas de extrema potência desagregadora, perpassa por todas as páginas, com a mesma força e unidirecionalmente apontada, a condenação à Doutrina de Segurança Nacional, deliberadamente apresentada de forma deturpada, tendo em vista abolir a Lei de Segurança Nacional. [...] Além disso, resta uma enfadonha coletânea de declarações e reportagens já por demais repisadas pelos meios de comunicação de massa nacionais e internacionais. Causam impacto pela crueza, comovem os espíritos bem formados, despertam simpatias e solidariedade nunca até pressentidas ou imaginadas. Favorecem e preparam o terreno para uma mais fácil penetração da mensagem final, transmitida de forma subliminar, mas, sem dúvida, inteligentemente imaginada e brilhantemente efetuada.¹⁰⁵³

Não resta dúvida de que ele considerava os objetivos da pesquisa que ensejou a produção de *Brasil: Nunca Mais* como algo maléfico, que visava desestruturar ideias tão acalentadas no ideário da Doutrina de Segurança Nacional, mas reconhece, de forma elogiosa,

¹⁰⁵² ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACE 12061, 1985. fls. 2.

¹⁰⁵³ Ibid., fls. 3.

que o trabalho foi “brilhantemente” efetuado. Entretanto, o analista estava atento a aspectos e a informações para além das que haviam sido assinaladas no livro, especialmente o fato de que o Conselho Mundial de Igrejas havia financiado “em grande parte”¹⁰⁵⁴ a pesquisa. A partir das análises da revista *Veja* sobre o projeto, considerando a repercussão dela na opinião pública e na mídia, e atento aos indícios de participação do Conselho, ele buscou averiguar e comprovar que a participação do organismo de Genebra não se restringia apenas ao financiamento de “cerca de US\$300.000”. A suspeita era que, por detrás da pesquisa e da publicação do livro, havia outras entidades e pessoas do movimento ecumênico envolvidas. Assim, as análises oferecidas por tais agentes constituem representações não só do projeto *Brasil: Nunca Mais*, mas das redes ecumênicas que lhe deram respaldo: “A análise de *Veja* e o pensamento do CMI coincidem plenamente, vê-se, portanto, que a orientação do CMI conduziu a pesquisa BNM que a Igreja de São Paulo invoca como ação sua, empenhada que estava na defesa de presos políticos.”¹⁰⁵⁵

Entretanto, nessa recusa em aceitar que a Arquidiocese de São Paulo fosse a única responsável pelo desenvolvimento da pesquisa, o analista buscou provas e fundamentação nos próprios pronunciamentos oficiais do Conselho Mundial de Igrejas, emitidos durante suas assembleias, concernentes ao tema dos direitos humanos. Acerca da 6ª Assembleia, de 1983, ocorrida em Vancouver, no Canadá, ele enfatizou a seguinte proposição dos documentos do CMI: “A comunidade ecumênica tem participado, em forma crescente, com expressões concretas de solidariedade internacional na luta pela dignidade humana, através, frequentemente, do Conselho Mundial de Igrejas e de organismos ecumênicos regionais, nacionais e locais.”¹⁰⁵⁶

O analista estava atento às redes ecumênicas estabelecidas no exterior e no Brasil (mencionando inclusive o CEDI e o CLAMOR) por Jaime Wright, bem como sua relação de proximidade com o cardeal de São Paulo:

Com relação ao pastor JAIME WRIGHT, aliás JAIME STUART WRIGHT, apresentado, apenas, como tradutor da obra para o inglês, é oportuno recordar que de longa data JAIME WRIGHT e Dom PAULO EVARISTO ARNS mantém íntima colaboração desde os tempos da criação do Comitê de Defesa dos Direitos Humanos Para os Países do Cone Sul (CLAMOR). Ambos faziam parte do grupo de apoio ao Serviço Nacional Justiça e Não Violência (SNJNV) ligado ao SERVICIO PAZ Y JUSTICIA (SERPAJ, BUENOS AIRES), ao INTERNATIONAL FELLOWSHIP

¹⁰⁵⁴ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACE 12061, 1985. fls. 4.

¹⁰⁵⁵ Ibid., fls. 4.

¹⁰⁵⁶ Ibid., fls. 3.

OF RECONCILIATION (IFOR) e ao MOVEMENT INTERNATIONAL DE LA RECONCILIATION (MIR, HOLANDA).

Em 09 Jul 1981, JAIME WRIGHT compareceu, como membro do COMITÊ DE SOLIDARIEDADE AOS PRESOS DA AMÉRICA LATINA (CBS, seção SP), à uma reunião em VITÓRIA/SP, onde discorreu sobre a Doutrina de Segurança Nacional. Nesse mesmo ano, JAIME WRIGHT era considerado um dos expoentes do CMI no BRASIL (INFO nº 022/320/ARJ/81).¹⁰⁵⁷

Depois de citar pronunciamentos do CMI sobre sua luta contra as violações de direitos humanos e de apontar entidades que militavam nessa área e pessoas envolvidas nessa rede, o analista conclui que “O projeto BNM é, em verdade, o produto da conjugação de esforços de um número muito maior de entidades, nacionais e estrangeiras, do que aquele admitido pelo próprio livro, tudo sob a égide do CMI.”¹⁰⁵⁸ Também previu que se tratava dos “primeiros acordes de uma orquestra que tocará – durante muito tempo – a ópera TORTURA”¹⁰⁵⁹, argumentando que “sobre isso não deve haver dúvida, pois o livro, tal como ocorreu na ARGENTINA, como seus autores admitem, é o primeiro passo, devendo seguir-lhe a publicação dos fatos pormenorizados que estão armazenados em local seguro.”¹⁰⁶⁰

O analista avalia com habilidade as circunstâncias que envolveram a produção e a publicação do livro, prevendo possíveis desdobramentos políticos e judiciais, como o próprio julgamento dos torturadores. Conforme mencionamos no início do trabalho, em junho de 2011, ocorreu o ato de repatriação dos documentos do *Brasil: Nunca Mais* e os do CMI. Com efeito, o gesto do Conselho Mundial de Igrejas durante este evento visava oferecer subsídios ao trabalho da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Exatamente em uma época em que ela (recentemente criada pelo governo da presidenta Dilma Rousseff que, ressalte-se, também foi torturada por agentes da repressão) busca, entre outras coisas, esclarecer crimes cometidos por agentes da ditadura contra cidadãos à época do regime militar. Assim, a concretização da Comissão Nacional da Verdade pode ser compreendida como o início do cumprimento do que parecia mais uma profecia do agente de informações, em 1985.

O analista receava de que se repetisse no Brasil o ocorrido na Argentina, onde torturadores foram processados e, muitos foram punidos por seus crimes, inclusive com base nas provas contidas na obra *Nunca Más*, para qual contribuíram as investigações realizadas pelo CLAMOR, conforme discutimos anteriormente. Atualmente, seu receio começa a fazer algum sentido, já que tem havido algum interesse por parte de segmentos da sociedade para

¹⁰⁵⁷ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACE 12061, 1985. fls. 4-5.

¹⁰⁵⁸ Ibid. fls. 5-6.

¹⁰⁵⁹ Ibid.

¹⁰⁶⁰ Ibid.

trazer à tona a verdade das circunstâncias que cercaram ocorrências de mortes, torturas e desaparecimentos de supostos inimigos do regime entre os anos de 1964 e 1985.¹⁰⁶¹

Na perspectiva da atual Comissão Nacional da Verdade, só haverá uma situação plena de justiça e paz na democracia brasileira quando os fatos ocorridos durante a ditadura forem investigados e totalmente esclarecidos. Por conseguinte, ainda que não seja o discurso oficial da Comissão, deve-se reconhecer que ela busca, também, construir caminhos que futuramente possibilitem levar a julgamento e, subsequente, condenação agentes envolvidos nos crimes contra os direitos humanos durante o regime militar. Para tanto, os documentos contidos na pesquisa *Brasil: Nunca Mais* oferecem listas com dezenas de nomes de pessoas que teriam praticado crimes daquela natureza nos chamados “porões da ditadura”. Também contribuem nesse processo, enquanto gesto simbólico, a recente criação do projeto *Brasil: Nunca Mais Digit@l*.¹⁰⁶²

Outro documento que analisou as possíveis consequências da publicação de *Brasil: Nunca Mais*, em 1985, foi produzido por um agente do Centro de Informações da Marinha (CENIMAR). Ele sinalizou que um dos objetivos do livro justamente dar início a uma “campanha revanchista mal dissimulada, orquestrada por vários grupos de pressão social, no Brasil e no exterior”¹⁰⁶³, visando, entre outras coisas, “denegrir a imagem das Forças Armadas e, particularmente, das organizações do SISNI.”¹⁰⁶⁴ Este argumento é utilizado até os dias atuais por quem se opõe à revisão da Lei da Anistia de agosto de 1979, é contrário às investigações sobre torturas durante a ditadura e às possíveis punições daí resultantes. Por outro lado, aqueles que insistem nas investigações afirmam que “revanchismo” seria desejar

¹⁰⁶¹ Convém lembrar o recente julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) interposta pela OAB, visando à revisão da Lei da Anistia de 1979, que havia concedido o perdão aos torturadores. O STF entendeu que não cabia a revisão e que, portanto, não era possível julgar e punir agentes estatais envolvidos com atos de tortura contra opositores do regime militar. Também deve ser mencionado que a decisão da Corte brasileira foi criticada pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Brasil foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) no tocante ao “caso Araguaia”. Acerca dessas e de outras questões correlatas cf. < <http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=158013>>.

¹⁰⁶² O lançamento do portal *Brasil: Nunca Mais Digit@l* ocorreu em 09 de agosto de 2013, em São Paulo. Trata-se da disponibilização na internet do acervo documental completo do projeto *Brasil: Nunca Mais*, que fundamentou o livro homônimo. Entre o material disponibilizado, encontram-se cópias integrais de 707 processos criminais contra cidadãos supostamente “subversivos”, somando quase um milhão de páginas. A equipe do *Brasil: Nunca Mais* produziu uma análise, um relatório de doze tomos com quase 7000 páginas, denominado Projeto A, e um resumo do citado relatório em forma de livro, denominado Projeto B, que foi veiculado ao grande público em 15 de julho de 1985, pela Editora Vozes, quatro meses após o término formal do regime militar com a passagem do poder aos civis. Nos dois primeiros anos, o livro foi reimpresso 20 vezes e, atualmente, encontra-se em sua 37ª edição.

¹⁰⁶³ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações – ACE 051665, 1985. fls. 6.

¹⁰⁶⁴ Ibid. fls. 5.

aos agentes o mesmo que sucedeu às suas vítimas, isto é, que eles sejam presos e torturados sem direito à ampla defesa e ao contraditório.

Em função do sigilo do projeto *Brasil: Nunca Mais*, a “comunidade de informações”, ao que tudo indica, só teve conhecimento de sua existência depois que o livro chegou às livrarias. Entretanto, na citada carta do Pastor Philip Potter a D. Paulo, datada de 21 de agosto de 1979, há um trecho em que oferecia pistas do que estava sendo tramado pela equipe do projeto, quando informa a Dom Paulo, em tom de sigilo, que:

[...] É também com prazer que posso lhe confirmar que conseguimos levantar a maior parte dos recursos necessários à realização do projeto especial a que faz referência sua carta a mim endereçada do dia 21 de agosto último e que fora detalhada numa carta recente do Reverendo Jaime a meu colega o Rev. Charles Harper. Tendo em vista a grande importância de que se reveste o supra mencionado projeto para com as igrejas e a sociedade brasileira, esperamos poder contribuir, após sua publicação, na difusão de seus resultados entre nossas igrejas membros em todo o mundo para sua reflexão.¹⁰⁶⁵

Ora, se lembrarmos que foram Jaime Wright e Charles Harper, enquanto aguardavam a chegada de Paulo Freire do exílio, os que conceberam e prepararam a carta¹⁰⁶⁶ que solicitava recursos do Conselho para o projeto *Brasil: Nunca Mais*, a qual foi assinada por D. Paulo e enviada por mãos do pastor Harper, responsável pelo setor de Direitos Humanos do Conselho Mundial de Igrejas, é possível concluir que o “projeto especial” certamente se referia ao embrionário TPP.

A carta acima, explicitando as ligações ecumênicas de bastidores entre D. Paulo e os pastores evangélicos ligados ao Conselho Mundial de Igrejas, chegou ao conhecimento de um agente de informações da ditadura. Os indícios, especialmente o ponto de interrogação no documento que o funcionário do Serviço produziu, sugerem que ele desconhecia que se tratava do *Brasil: Nunca Mais*, mas esteve perto de descobrir o que estava sendo tramado pelos ecumênicos, conforme pode ser apreendido das seguintes observações feitas por um oficial do II Exército:

Do conteúdo da seguinte carta podemos extrair os seguintes dados:

- a. Presença de D. Evaristo Arns no CMI em Dez/79;
- b. Apoio do CMI aos operários grevistas do ABC (greve do ABC de 1980) através de “dons de emergência”;
- c. O engajamento do Cardeal Arcebispo de SÃO PAULO em favor da referida greve;

¹⁰⁶⁵ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACE 9665, 1981, fls. 2.

¹⁰⁶⁶ WESCHLER, Lawrence. *Um milagre, um universo: o acerto de contas com os torturadores*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 24-25.

- d. A troca de correspondência entre D. EVARISTO ARNS e o CMI, solicitando recursos para realização de um projeto especial da Igreja (?), solicitação essa detalhada em carta do Reverendo JAMES WRIGHT (também ligado à Arquidiocese de SP);
- e. As ligações entre o referido Reverendo e seu colega CHARLES HARPER do CMI; e
- f. O projeto a que se refere, tem âmbito nacional e liga-se à área social.¹⁰⁶⁷

No final do relatório, ele não deixa de esboçar sua representação do CMI: “uma entidade de cunho ecumênico, considerada por muitos como órgão de fachada do Movimento Comunista Internacional”.¹⁰⁶⁸

À época em que o projeto estava em andamento, os membros da equipe não tinham conhecimento de que os militares estavam tão próximos, mas, certamente, suspeitaram disso. Essa desconfiança fez com que a equipe mudasse, às pressas, por mais de uma vez, o local de realização do trabalho.¹⁰⁶⁹ O que significava uma operação sigilosa e perigosa, feita às escondidas e de madrugada, em que toda a parafernália (estantes, pastas e mais pastas de papéis, materiais de escritório, caixas, etc.) era transportada para um novo local julgado seguro.¹⁰⁷⁰ Os documentos analisados confirmam que as suspeitas dos ativistas tinham razão de ser. Jaime Wright e todos os envolvidos no projeto souberam trabalhar com tanta competência quanto os mais bem treinados agentes dos serviços secretos da ditadura. Se descobertos, *o Brasil: Nunca Mais* poderia ter sido abortado e consequências mais sérias isso teria trazido aos envolvidos.

É elucidativo dos movimentos de bastidores da ditadura que, em 1979, quando tiveram início as articulações com vistas à produção da pesquisa *Brasil: Nunca Mais*, o nome do Conselho Mundial de Igrejas circulava em papeis sigilosos nas mesas de figuras-chave do regime, em Brasília, inclusive na do presidente. Assim, na gestão de João Batista Figueiredo, o interesse em conhecer o Conselho Mundial de Igrejas e seus ativistas partiu “de cima”, isto é, do Chefe do Gabinete do Serviço Nacional de Informações.

A situação que o ensejou originou-se de um telegrama enviado ao mandatário pelo Pastor Manoel de Mello, líder da Igreja Pentecostal “o Brasil para Cristo”, membro do Conselho desde 1966, solicitando agendamento de uma audiência, a fim de introduzir à sua presença o pastor Philip Potter. Diante da solicitação, foi expedido um “memorando”, em “29

¹⁰⁶⁷ ARQUIVO NACIONAL, op. cit., fls. 1.

¹⁰⁶⁸ Ibid.

¹⁰⁶⁹ WESCHLER, Lawrence, op. cit.

¹⁰⁷⁰ Essas informações foram lembradas por quase todos os membros da equipe, quando falaram sobre o projeto, cf.: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/#!/videos>>. Acesso em: 14 ago. 2013.

Jun 79”, em caráter “urgentíssimo”, requisitando da Agência Central do SNI o seguinte: levantar “o que consta” sobre o CMI e os citados pastores.

No tocante a Mello, foi solicitado ainda, em texto escrito à mão no memorando datilografado, um Levantamento de Dados Biográficos (LDB), “caso exista”. A anotação manuscrita destacava que a resposta deveria vir “no máximo, até a parte da manhã de 2ª feira, 2 de julho”. Evidentemente que, a partir das informações obtidas, a audiência poderia ser ou não recomendada pelo homem do SNI.

Em 02 de julho, rigorosamente dentro do prazo estipulado, a Agência Central encaminhou ao Chefe do Gabinete do SNI um documento contendo cinco páginas, intitulado “Conselho Mundial de Igrejas (CMI) – Manoel de Mello e Philip Potter.”¹⁰⁷¹ A imagem pintada pelo agente de informações para representar os pastores e o Conselho Mundial de Igrejas surge um tanto amistosa e se torna tenebrosa ao fim do relatório. Todas as informações coligidas por analistas de vários órgãos da comunidade, desde o final dos anos 1960, confluíram e se somaram a muitas outras. O objetivo do analista era, aparentemente, oferecer um panorama sucinto acerca do CMI, a fim de subsidiar a decisão da cúpula do Governo Figueiredo no tocante à pretendida audiência.

Todavia, ao enumerar as características e detalhar sua forma de atuar, novos dados apareceram, dando conta de que o CMI fora fundado em 1948, em Amsterdã (Holanda), a partir da associação entre “centro e quarenta e sete Igrejas (protestantes, anglicanas e ortodoxas).”¹⁰⁷² Em 1979, já sediado em Genebra (Suíça), ele congregava a maioria, “num total de 256 (duzentos e cinquenta e seis) ‘Igrejas cristãs não católicas’, em 88 (oitenta e oito) países, correspondendo a um efetivo de 350 (trezentos e cinquenta) milhões de pessoas.”¹⁰⁷³ Assinalou que a aproximação com a Igreja Católica se explicaria “pela necessidade de apoio mútuo em prol da meta do ecumenismo.”¹⁰⁷⁴ Relembrou que o CMI havia “prestado auxílio aos banidos e refugiados brasileiros no Chile”, enviando “durante 03 (três) anos, grande quantidade de dinheiro às ‘vítimas da tortura.’”¹⁰⁷⁵ Cumpre assinalar que essa ajuda humanitária foi alvo da minuciosa pesquisa de Manuel Bastias Saavedra, demonstrando que desde antes do golpe de 1973, a Diaconía, criada pela Igreja Luterana, em parceria com o CMI, já prestava auxílio de diferentes formas aos refugiados que lá acorriam em busca de

¹⁰⁷¹ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACE 2538, 1979. folha 1.

¹⁰⁷² Ibid.

¹⁰⁷³ Ibid.

¹⁰⁷⁴ Ibid.

¹⁰⁷⁵ Ibid., fls. 2.

asilo. Depois do golpe, esse trabalho foi intensificado, recebendo o apoio da ACNUR e outras entidades de direitos humanos da Europa e América do Norte.¹⁰⁷⁶

No decorrer do relatório do agente, a aparente parcialidade desaparece, quando o salienta que, na verdade, o citado “dinheiro servia para a impressão de propaganda contra o Governo Brasileiro e envio de contatos ao Brasil, além de compra de armamentos na Argentina.”¹⁰⁷⁷ Ainda segundo o analista, o CMI, como “eficiente aliado do Movimento Comunista Internacional”, vinha apoiando “financeiramente, guerrilheiros negros, de orientação marxista-leninista, com recursos oriundos de Igrejas e fiéis dos países membros”¹⁰⁷⁸ e “campanhas comunistas”, o que era feito através de financiamento a “movimentos de libertação na África Negra” e da formação de “pastores dentro dos modismos teológicos.”¹⁰⁷⁹

Boa parte das “fontes” que fundamentavam tais acusações era constituída de recortes de publicações ultraconservadoras das imprensas norte-americana e brasileira, bem como de declarações de religiosos também conservadores, católicos e protestantes, conforme já assinalamos. Tais “fontes” costumeiramente apareciam anexadas em relatórios como esses, entregues aos escalões superiores na linha de comando dos serviços de informações e, às vezes, chegavam até as mãos do general-presidente de “plantão” ou do ministro da Justiça. Trata-se de um conjunto de argumentos acusatórios, que desde o final dos anos 1960 eram lançados contra o CMI, os quais eram extraídos costumeiramente da revista norte-americana conservadora e de direita *Seleções Reader's Digest*¹⁰⁸⁰ e reforçados por setores congêneres no Brasil e retroalimentados nas malhas dos serviços de informações da ditadura. Lembremos que foi justamente por causa dessas acusações que Manoel de Mello se interessou por conhecer o organismo e, quando decidiu vincular sua igreja e ele, já havia descoberto que se tratava de calúnias.

¹⁰⁷⁶ Cf., especialmente, o capítulo 2 de SAAVEDRA, Manuel Bastias. *Sociedad civil en dictadura: Relaciones transnacionales, organizaciones y socialización política en Chile (1973-1993)*. Santiago de Chile: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2011.

¹⁰⁷⁷ Ibid.

¹⁰⁷⁸ Ibid.

¹⁰⁷⁹ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACE 2538, 1979. fls. 3.

¹⁰⁸⁰ Em matérias intituladas “Nossas igrejas devem financiar revoluções?” e “Para onde vai o CMI?”, ambas publicadas em 1971 e replicadas por setores da mídia conservadora, já se verificavam as acusações de que o CMI e o Conselho Nacional de Igrejas dos EUA estariam fomentando a luta armada, o comunismo, etc. Em outra matéria do jornal *A Região*, de 1983, batia-se na mesma tecla, com base em informações de *Seleções*, na matéria intitulada “Seleções diz que 303 igrejas são comunistas” cf. ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACE 14252, 1983. fls. 1-2.

Na descrição feita pelo SNI acerca das atividades dos pastores Manoel de Mello e Philip Potter, aparece, contudo, a informação correta de que o primeiro ocupava o cargo de “Presidente da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), que congrega membros do CMI, no Brasil,”¹⁰⁸¹ a qual se constituía em “movimento ecumênico de tendência progressista, integrada pelos mais atuantes religiosos e pastores.”¹⁰⁸² A análise é perfeita até aqui, mas a continuação pode levar a um entendimento equivocado sobre o pastor pentecostal, pois, na concepção do analista, tratava-se de “elemento de linha radical contrária à Revolução de 31 Mar de 1964”.¹⁰⁸³ Conforme já assinalamos, o pastor Mello constituía-se em uma das poucas exceções dentro do universo do pentecostalismo a participar ativamente de instituições ecumênicas nacionais e estrangeiras. Talvez ele pudesse até ser qualificado como radical do ponto de vista de sua prática ecumênica e de sua visão sociopolítica marcada por uma “espiritualidade da encarnação”. Certamente também era contrário à “revolução de 1964”, mas a sugestão do analista descrevia alguém com tendência a um engajamento político no sentido de apoiar até a luta armada contra o regime.

O agente de informações, semelhantemente, não poupou Philip Potter, um pastor negro natural da República Dominicana, sublinhando palavras e ações desenvolvidas por ele à frente do Conselho Mundial de Igrejas, desde 1973:

Defendeu, em Jan de 1979, a utilização do Fundo Especial do Conselho para ajuda à Frente Patriótica de Zimbabwe, justificando que era “uma expressão de solidariedade para quem está engajado em favor dos oprimidos, e o fundo é um símbolo do compromisso em favor da mudança das estruturas de uma sociedade racista, baseada na dominação política e econômica.” Ainda em 1979, na reunião do CMI, Potter, por ocasião da abertura dos trabalhos, assinalou que os principais temas da agenda eram: “o papel da Igreja no Movimento para a Criação de uma Nova Ordem Econômica Internacional”; “O Problema do Apoio aos Movimentos de Libertação na África Meridional”; “A influência dos Capitais Transnacionais”; “Posse e Direitos sobre a Terra”; “Direitos Humanos, Entendidos como Direitos do Povo”; “Regimes Autoritários” e “militarismo e Desarmamento”.¹⁰⁸⁴

Só não mencionou o projeto *Brasil: Nunca Mais* por que não era de seu conhecimento. Conforme demonstramos anteriormente, o pastor Philip Potter envidou esforços significativos para garantir o financiamento para o projeto, apoiou ativamente as lutas dos trabalhadores grevistas do ABC paulista, com vistas, entre outras coisas, à ampliação dos direitos sociais, apoiou ainda os projetos do CLAMOR e diversas outras iniciativas ecumênicas e de

¹⁰⁸¹ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACE 14252, 1983. fls. 3.

¹⁰⁸² Ibid., fls. 3.

¹⁰⁸³ Ibid., fls. 3.

¹⁰⁸⁴ Ibid., fls. 04.

fortalecimento do movimento popular e de outros movimentos sociais que emergiam no contexto da ditadura militar no Brasil.

Uma das razões de sua visita ao Brasil era a inauguração do templo da Igreja “O Brasil para Cristo”, pois Manoel de Mello o convidara para ser o orador principal. O evento se tornou mais um dos cultos ecumênicos envolvendo importantes figuras do universo protestante e católico. Entretanto, em função do processo de “abertura política” em curso, o estado de espírito dos ecumênicos já não era mais como na ocasião do culto em homenagem a Herzog. Agora, a cerimônia parecia estar envolvida em uma atmosfera de congraçamento, um clima festivo. Assim, essa memorável celebração ecumênica foi assim narrada no jornal *O São Paulo*:

Nos momentos que antecederam a chegada de d. Paulo à celebração, Manoel de Mello havia anunciado essa expectativa, levando o povo a bradar em alta voz, por três vezes consecutivas: “Eu amo meu irmão católico!” Foi de fato, muito emocionante ouvir d. Paulo dirigir breves palavras àquele auditório constituído de gente que, ao contrário de muitas congregações evangélicas, havia aprendido não só a admirar como também a amar o cardeal de São Paulo...

Dados os pronunciamentos proféticos de Manoel de Mello ao longo [do] período de repressão, o seu apoio às frequentes denúncias e declarações dos bispos brasileiros, não é de se admirar que o dr. Potter tenha aceito convite de um dos membros brasileiros do Comitê Central do CMI para visitar o Brasil...ocasião em que teria oportunidade de conhecer e entrar em contato com líderes das igrejas nacionais. Além de reuniões com lideranças luteranas e metodistas, dr. Philip Potter teve longos encontros com d. Paulo e com d. Ivo Lorscheiter, presidente da CNBB.

Os encontros com d. Paulo e d. Ivo foram realizados na Igreja Evangélica Pentecostal o Brasil para Cristo, ocasiões em que ambos puderam constatar as dimensões gigantescas do grande templo [...] ...D. Paulo serviu de intérprete (em francês) durante a entrevista realizada pela TV Globo, no interior do templo, com dr. Philip Potter.

Acompanhado de representantes das igrejas brasileiras que compõe a CESE e o CMI (inclusive representantes da CNBB), dr. Philip Potter fez breve visita de cortesia ao presidente João Figueiredo. Nessa ocasião dr. Philip Potter manifestou ao chefe da nação a esperança de que a abertura política em favor da anistia, dos direitos humanos, do direito dos índios à terra seja considerada apenas como “um começo”.¹⁰⁸⁵

Mas não se tratava apenas de uma visita de cortesia, porque nos bastidores as articulações em torno do projeto sigiloso só estavam começando, conforme sugere a informação de que teria “longos encontros com d. Paulo”. Nos anos que se seguiram, conforme aventamos, por diversas vezes Potter enviaria o pastor Charles Harper para acompanhar o andamento dos trabalhos da equipe secreta encarregada do projeto.

¹⁰⁸⁵ *O São Paulo*, São Paulo, 13-19 jul. 1979, p. 7. apud. REILY, Duncan Alexander. *A história documental do Protestantismo no Brasil*. São Paulo: Aste, 1993. p. 379.

Potter também prefaciou o livro *Brasil: Nunca Mais*, juntamente com D. Paulo Evaristo Arns. Em 30 de dezembro de 1983, D. Paulo Arns escreveu ao reverendo Philip Potter, sugerindo que este escrevesse “uma introdução para ser assinada conjuntamente”¹⁰⁸⁶, com vistas a selar o “compromisso comum de uma clara e firme expressão da denúncia profética da injustiça”¹⁰⁸⁷, assumido entre os dois e materializado no projeto *Brasil: Nunca Mais*. Contudo, na capa do livro publicado pela *Vozes* só há menção ao prefácio escrito pelo cardeal Arns, sem a informação de que Potter também o prefaciara.

Este detalhe pode parecer insignificante, mas revela elementos dissonantes dos bastidores do projeto, no qual Potter e Wright estiveram ativamente engajados desde 1979. Em uma carta enviada a D. Paulo, durante o processo de editoração do livro, Jaime Wright se queixava de que os editores da *Vozes* pretendiam suprimir trechos do prefácio escrito por Potter. Ele considerava isso inaceitável, tendo em vista a importância que o pastor e o CMI tiveram para o sucesso da empreitada.¹⁰⁸⁸ Diante disto, e com certa indignação, argumentava que seria algo extremamente deselegante, pois Potter representava a instituição que patrocinara toda a pesquisa.¹⁰⁸⁹ Desse modo, Wright teve mesmo de se impor para garantir que o prefácio de Potter, traduzido por ele mesmo, fosse poupado dos cortes. Pode ser que tais tentativas de restringir a “palavra” de Potter nos bastidores da *Vozes* sejam reflexos da política conservadora oriunda do Vaticano, na pessoa do cardeal Ratzinger, com vistas a frear a tendência progressista que há anos vinha sendo implementada sob a direção de Leonardo Boff.¹⁰⁹⁰

Em carta de 05 de junho de 1985, Philip Potter relata a Wright as dificuldades que enfrentou para escrever o prefácio dentro do número de páginas exigidos e fez um mea-culpa, informando que havia excedido em quatro páginas, mas que deixaria que ele utilizasse seu “poder de editor” para acertar as coisas. A carta traz consigo o peso de uma despedida,

¹⁰⁸⁶ BRASIL NUNCA MAIS DIGIT@AL - Acervo do Conselho Mundial de Igrejas. Carta de D. Paulo Evaristo Arns a Philip Potter. 30 dez. 1983. Pasta 4290701_2_1, folha 4. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=DOC_BNM&pesq=&pesquisa=Pesquisar>. Acesso em: 28 ago. 2013.

¹⁰⁸⁷ Ibid.

¹⁰⁸⁸ Ibid., Pasta. 4290701_3_1, fls. 14.

Disponível em:

<http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=DOC_BNM&PagFis=9236&Pesq=>. Acesso em: 28 ago. 2013.

¹⁰⁸⁹ Ibid.

¹⁰⁹⁰ Cf. SILVA, Bruno Marques. *Fé, razão e conflito: A trajetória intelectual de Leonardo Boff*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007. O autor demonstrou como a punição de “silêncio obsequioso” imposta a Boff, afastando-o, entre outras atividades, da edição da Revista Eclesiástica Brasileira (REB), dos trabalhos na editora Vozes, afetou a linha editorial dessas publicações, trazendo-as para uma abordagem mais afinada com o pensamento do Vaticano.

expressando o sentimento do pastor em relação ao significado do projeto e do livro em seu ministério junto ao Conselho Mundial de Igrejas, reconhecendo ainda a importância do apoio recebido de Wright e de eminentes católicos ao longo dos anos:

O que é significativo para mim é que este é o último serviço que estou prestando em termos de envolvimento do CMI. [...]. Mas também é verdade que três pessoas tem particularmente me encorajado com seu testemunho ao longo destes anos - - Helder Câmara, Arns e você mesmo. Então este é o tipo certo de despedida....
E agora encaro a vida na Jamaica com todos os riscos envolvidos. Vamos manter contato.¹⁰⁹¹

Certamente essa carta emocionou Wright e o fez batalhar com mais vigor para assegurar a integridade do texto do pastor Potter. Após anos como secretário-geral do Conselho, seu mandato havia chegado ao fim, coroado com o sucesso alcançado pelo lançamento do livro e sua posterior divulgação ao mundo, sobretudo ao “mundo ecumênico”. E se dedicaria em diante a outras atividades em uma região do mundo muito diferente de Genebra. Levaria consigo toda a experiência acumulada ao longo de anos de trabalho junto ao CMI, especialmente fortalecida pelas relações ecumênicas fraternais ao lado de tantos brasileiros memoráveis, católicos e protestantes.

Em carta a Philip Potter, já não mais como Secretário Geral do Conselho, Wright detalha os pormenores dessa batalha silenciosa para garantir o texto do pastor, inclusive dizendo que D. Paulo também teve de interferir junto aos editores da *Vozes* nesse sentido. Como os editores afirmavam que não poderiam extrapolar determinado número de páginas e, como Wright considerava muito importante a mensagem de Potter, ele usou a estratégia de encurtar textos dos documentos do CMI, que seriam impressos ao final do livro.¹⁰⁹²

É que na percepção de Jaime Wright, esse gesto representava um misto de gratidão e reconhecimento ao trabalho que Philip Potter havia prestado ao longo dos anos em que esteve à frente do Conselho Mundial de Igrejas, sobretudo no tocante ao apoio que prestara à empreitada sigilosa nos brasileiros do *Brasil: Nunca Mais*. O prefácio tratava-se assim de um tributo ao comprometimento ecumênico com a causa da defesa dos direitos humanos por parte de Potter e do Conselho, conforme lhe escreveu Wright após o sucesso alcançado pela publicação do livro: “Um dos pontos altos para ser lembrado foi seu apoio constante e

¹⁰⁹¹ BRASIL: NUNCA MAIS DIGIT@L - Acervo do Conselho Mundial de Igrejas, Pasta 4290701_2_1, fls. 3.
Disponível em:

<http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=DOC_BNM&PagFis=9235&Pesq=>. Acesso em: 28 ago. 2013.

¹⁰⁹² Carta de Jaime Wright a Philip Potter. 09 set. 1985. Ibid., fls. 5.

inabalável ao longo de seis longos anos do projeto. Não consigo pensar em um melhor adeus para o CMI do que o prefácio que escreveu para o Brasil: Nunca Mais!”¹⁰⁹³

Em outra etapa da editoração do livro, Jaime Wright posicionou-se contra a ideia de se explicitar no livro a autoria do trabalho, isto é, ele não achava necessário informar que o CMI e a Arquidiocese de São Paulo haviam sido os responsáveis pela obra. Para ele, isso estava implícito e seria percebido pelo leitor através do conteúdo do livro. Nessa questão, não foi atendido, pois a *Vozes* atribuiu a autoria do livro à Arquidiocese de São Paulo, omitindo o papel do CMI na empreitada.

Após sua publicação, o pastor Charles Harper escreveu uma carta endereçada aos parceiros do CMI. Em anexo, os agradecimentos do cardeal Arns e uma cópia do *Brasil: Nunca Mais*. Seu objetivo era explicar a importância do projeto e o porquê de o CMI ter guardado segredo sobre ele até aquela data:

O CMI tem a honra de ter sido convidado pelo Cardeal Arns para ajudar a procurar os meios necessários, da comunhão ecumênica mundial para permitir que a Arquidiocese realizasse o projeto. Dada a natureza delicada desse assunto e as circunstâncias da sua aplicação, o CMI tem respeitado estritamente - durante estes seis anos que se passaram - o desejo da Arquidiocese de que o projeto permanecesse confidencial.¹⁰⁹⁴

Em 1977, ainda de acordo com o analista de informações do SNI, Potter “enviou, de Genebra, telex ao Titular da Pasta da Justiça brasileira, externando consternação e perplexidade com as notícias sobre a expulsão de D. Pedro Casaldáliga.”¹⁰⁹⁵ Fato que, ao mesmo tempo em que sublinha a postura ecumênica de apoio ao chamado clero progressista católico, envolvido com as lutas populares de então, também é sinal inequívoco, na representação construída pelo agente do Serviço, de “subversão”.

A representação explicitada no documento, não deixava dúvidas de que o histórico de Philip Potter comprovava tratar-se de um “radical marxista” que se utilizava do CMI para “apoiar as organizações terroristas da África”, sendo, inclusive, “a favor da luta armada.”¹⁰⁹⁶ Após o “raio x” apresentado sobre Philip Potter, Manoel de Mello e o CMI, fica clara sua

¹⁰⁹³ Ibid.

¹⁰⁹⁴ Carta de Charles Harper. 23 set. 1985. BRASIL: NUNCA MAIS DIGIT@L - Acervo do Conselho Mundial de Igrejas, Pasta 4290701_2_1, fls. 6.

Disponível em:

<http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=DOC_BNM&PagFis=9235&Pesq=>. Acesso em: 28 ago. 2013.

¹⁰⁹⁵ ARQUIVO NACIONAL - Coordenação Regional do Distrito Federal - Serviço Nacional de Informações, ACE 2538, 1979. fls. 04.

¹⁰⁹⁶ Ibid.

intenção de não apenas subsidiar a decisão do Presidente Figueiredo, mas de persuadi-lo a não conceder a audiência pretendida pelos pastores.

Com base em robusta produção da “comunidade de informações” acerca do CMI, constituída ao longo de anos de vigilância, o analista do SNI emite sua conclusão, explicitando uma das mais bem acabadas representações do organismo:

Fundado, inicialmente, com o objetivo de promover o movimento ecumênico de aproximação das diferentes seitas protestantes, o Conselho Mundial de Igrejas tornou-se um veículo político e econômico dos movimentos terroristas, havendo seu Secretário-Geral à época de 1966, Carson Blake, prometido que o Conselho se submeteria a uma “mudança revolucionária”.¹⁰⁹⁷

É notável a diferença dessa representação se comparada àquela imagem inicial registrada em 1969, pelo Chefe do SNI de São Paulo, quando o CMI era considerado um mantenedor de “vários organismos idôneos e respeitáveis, e que de forma alguma interferiam politicamente nos países ou nas igrejas”. A imagem do CMI diante do analista da Agência Central, agora, era outra: “um veículo político e econômico dos movimentos terroristas.” E mais que isso, um organismo que apoiava

movimentos de resistência e as revoluções, “para eliminar as tiranias políticas e econômicas”, tendo, como bandeira deflagrada, a luta contra o racismo nos diversos países do mundo, dentre outros temas que aborda na sua participação junto ao MCI [Movimento Comunista Internacional].¹⁰⁹⁸

O documento chegou, enfim, ao conhecimento do Secretário particular do Presidente da República e do seu Chefe de Gabinete da Casa Civil, os quais deram vistas, respectivamente, em 04 e 06 de julho. Diante da representação do CMI e dos pastores construída pelo analista e exposta ao Presidente Figueiredo, poderíamos conjecturar que a pretendida audiência fora negada. Contudo, não foi o que aconteceu, pois a visita foi realizada, a despeito da opinião contrária dos homens do SNI. Conforme o antecessor de Figueiredo, o general-presidente Ernesto Geisel uma vez explicara, eles costumavam filtrar muitas coisas que vinham dos setores subalternos da “comunidade de informações” e a essa altura do processo de “abertura política”, o clichê anticomunista de seus homens já não tinha o mesmo efeito de anos anteriores:

¹⁰⁹⁷ Arquivo Nacional, op. cit., fls. 04.

¹⁰⁹⁸ Ibid., fls. 04.

Então eu comparava, fazia a minha análise e tirava a minha conclusão. Esse não era um trabalho pessoal, só meu. Muitas vezes Golbery e outros cooperavam. Eu tinha um oficial de alto valor que trabalhava comigo, o Gleuber Vieira. Hoje em dia é um dos generais mais qualificados. Muito equilibrado, sensato e culto, me ajudou nessas análises. [...]Contudo, não era um problema fácil, porque nesse conjunto também influía a tendência que cada um tinha.¹⁰⁹⁹

Certamente, Figueiredo também tinha seu grupo, seu staff, que lhe auxiliava na avaliação de muitos desses documentos que lhe chegavam às mãos. Mas uma coisa é certa. Se ele tivesse ao menos uma suspeita do que Potter e seus amigos ecumênicos estavam tramando secretamente questões ligadas ao TPP, sua decisão seria diferente. Portanto, o episódio demonstra que mesmo tendo sido chefe do SNI, o próprio Presidente não atribuía mais tanta credibilidade às representações construídas pela “comunidade”. Afinal, um de seus compromissos assumidos quando recebeu o poder era o de levar adiante o processo de transição do governo para as mãos dos civis. Portanto, era necessário aprofundar o processo de “abertura política”, o que significava conter o instinto anticomunista da “comunidade de informações”, que já não era vista nos escalões superiores do poder executivo como uma voz totalmente autorizada.¹¹⁰⁰

Depois de cerca 23 anos de contato com Jaime Wright, depois de terem vivido tantas lutas juntos em favor dos direitos humanos, de terem sofrido juntos com os que sofriam a dor da perda de um ente querido sob tortura ou assassinado friamente pelas forças da repressão, no apoio aos trabalhadores, aos injustiçados, no trabalho junto ao CLAMOR, durante o projeto *Brasil: Nunca Mais*, realizando cultos de denúncia, fazendo reuniões várias. Depois do fim da ditadura e, em uma época em que cada um havia seguido seu caminho, o cardeal rememorava uma miríade de experiências em carta enviada a Wright, em 1996, externando profundo sentimento de admiração e carinho pelo pastor:

São Paulo, 13. 9. 96

Meu melhor amigo, Jaime Wright,

Paz e justiça! Acabo de ler, com muita emoção, seu artigo na “Folha”, p. 3. Passei tantas conversas e tantas iniciativas nossas pela cabeça, que ainda hoje me levam a admirar sua inteligência e a vibrar por sua coragem e generosidade.

Seu irmão Paulo sempre está presente em minhas preces, pois foi ele quem primeiro nos uniu. Depois, vieram tantos irmãos e irmãs, de todas as ideologias, que são a expressão do Amor de Deus entre nós.

Saudações especiais para Alma e todos de sua Família e Amizade.

A amizade não diminui com a distância. Seu irmão em Cristo.

¹⁰⁹⁹ D’ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs). *Ernesto Geisel*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1997. p. 368.

¹¹⁰⁰ FICO, Carlos. *Como eles agiam. os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

Nessa pequena e íntima carta escrita a mão, repleta de emoção e saudade, o cardeal rememorou o episódio da morte de Paulo Stuart Wright, presbiteriano ativista da Ação Popular (AP), pela repressão, em 1973, como marco inicial de amizade com o Pastor. Implicitamente, apresenta a fundamentação para todo o trabalho ecumênico desenvolvido em prol dos perseguidos pela ditadura militar como uma “expressão do amor de Deus”. Solidariedade ecumênica e amor ao próximo e à justiça foram poderosos elementos motivadores da ação desses líderes. Explicitaram uma “fé encarnada”, comprometida com a transformação de uma realidade dominada por ditaduras que se espalhavam por diversos países da América, a qual, em suas perspectivas, era de “pecado social”, a antítese cabal do pretendido Reino de Deus.

Entretanto, os agentes de informações da ditadura jamais foram capazes de compreender essa motivação do cardeal, que certamente também era a dos pastores Jaime Wright, Charles Harper, Philip Potter e de todos os ativistas em direitos humanos do movimento ecumênico. Para eles, esses religiosos, ao se envolverem com problemas “temporais”, estavam distorcendo o real sentido da religião, qual seja: a dimensão “espiritual” que deveria se concretizar na ajuda aos homens com vistas a conduzi-los pelo caminho da salvação além túmulo.

Tentamos demonstrar a importância de ações de bastidores que culminaram em resultados significativos para o sucesso da luta contra as violências impetradas pela ditadura do Brasil e de outros países em face de seus cidadãos. Tais ações contribuíram com o processo de reestruturação de setores da chamada “sociedade civil” que prepararam o caminho de novos regimes políticos que emergiam após o término das diversas ditaduras. Neste particular, um dos elementos articuladores dessas iniciativas era o objetivo da preservação da “memória da repressão”. Elemento visto como essencial para o processo que vem sendo chamado mais recentemente de “justiça de transição”, quando tais sociedades oriundas de experiências ditatoriais tentam “acertar suas contas” com seu passado e se consolidar na nova condição de democracias estáveis. A partir do enfrentamento do seu passado, através do ato de revisitar a memória de uma época, sobretudo a dimensão conflitiva

¹¹⁰¹ Carta de D. Paulo Evaristo Arns. 09 set. 1996. BRASIL: NUNCA MAIS DIGIT@L - Acervo do Conselho Mundial de Igrejas, Pasta 4290701_2_1, fls. 8.

Disponível em:

<http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=DOC_BNM&PagFis=9236&Pesq=>. Acesso em: 28 ago. 2013.

que diz respeito à investigação dos crimes de violações dos direitos humanos, podem ajudar a construir caminhos para que tais atos não se repitam. Neste sentido, alguns dos resultados mais significativas do ecumenismo de que falamos se refere a essa luta para que se consolide uma cultura de paz, sobretudo, na mentalidade das polícias, em que os direitos humanos sejam plenamente assegurados a todo e qualquer ser humano. Em certo sentido, esse passado recente está bem presente em nossos dias, especialmente em função dos debates que vem sendo travados por ocasião dos 50 anos do golpe de 1964 e dos 30 anos do movimento “Diretas Já”. Pode-se verificar que a luta dos ecumênicos do passado continua, especialmente através dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, que insiste na importância de enfrentarmos esse passado, lidando com a necessidade de esclarecimento de crimes que, na perspectiva dos militares, já foram perdoados pela Lei da Anistia de 1979. Ali na Comissão, como já mencionado, estão antigos militantes do movimento ecumênico, entre outros, o metodista e hoje septuagenário, Anivaldo Padilha, o igualmente septuagenário pastor emérito da Igreja Presbiteriana Unida, Zwinglio Mota Dias, irmão do “desaparecido político” Ivan Mota Dias, dentre outros.

O primeiro vivenciou a experiência da tortura e do exílio, após ter sido preso na OBAN, em São Paulo, em 1970. O segundo, também foi preso, tomou uns “pescoções”, como ele mesmo conta, e também preferiu se exilar a ser preso novamente. Trata-se de lideranças que se sentem imbuídas da missão de continuar essa tradição de luta pela justiça, pela democracia, pela vigência plena dos direitos humanos. Se ela resultará em vitória, isto é, se a Comissão da Verdade conseguirá cumprir algum papel relevante ainda não podemos prever. Mas as reações de setores conservadores da sociedade contra ela são indícios inequívocos de que a mentalidade autoritária que se esconde por detrás do discurso de que o passado poderia reviver os “revanchismos” ainda é muito forte.

Naquela luta do passado, como vimos, engajaram-se homens religiosos, como D. Paulo Arns, Jaime Wright, Jether Ramalho, Domício Mattos, Paulo Aires Mattos, Manoel de Mello, Philip Potter, Charles Harper e tantos outros integrantes do movimento ecumênico. Pessoas que se dedicaram a um tipo de “cristianismo encarnado” que, mesmo se preocupando com a salvação das almas, não se descuidou das lutas sociopolíticas de seu tempo, militando com determinação, desprendimento e coragem. Mesmo sob risco de, em diferentes momentos da ditadura militar, sofrerem represálias de agentes dos órgãos de repressão, os quais estavam convictos de que prestavam um serviço relevante à nação ao reprimirem aquele que pensava e agia de forma diferente do que prescrevia a Doutrina de Segurança Nacional.

As ideias de ecumenismo e a “cristianismo libertário” permearam as ações e discursos de boa parte das iniciativas empreendidas por indivíduos e instituições que compõem este trabalho. Tais referenciais foram importantes como elementos aglutinadores de cristãos que ansiavam pela articulação entre uma “espiritualidade encarnada” voltada para o engajamento sócio-político com vistas a contribuir de alguma forma com a transformação da sociedade. Assim, no decorrer dos anos 1980, por um lado, observamos o auge do “amadurecimento” de um pensar teológico que fomentou práticas de “serviço cristão” às igrejas, comunidades populares e à sociedade, profundamente comprometido com as questões políticas e sociais, envolvendo, especialmente os setores mais atingidos pelo cerceamento de direitos civis, sociais e políticos, com ênfase nos direitos humanos. Por outro lado, foi um período que marcou o início de uma trajetória de declínio para esses setores do catolicismo e do protestantismo imbuídos da Teologia da Libertação e de um “ecumenismo encarnado”. Tal declínio se aprofundaria nos anos posteriores paralelo ao processo de “redemocratização”.

Isso ocorreu em grande medida porque as atividades de tais cristãos no Brasil, e nas mais diversas comunidades do “Terceiro Mundo”, confrontavam-se, nos anos 1980, com forças de natureza extremamente adversas e hostis em muitos casos às suas perspectivas de inserção social e política. Paradoxalmente, tais forças articulavam-se no intuito de conduzir tanto protestantes quanto católicos a um tipo de “espiritualidade” ou “fé desencarnada”, isto é, a um cristianismo distanciado da crítica contra o “sistema capitalista” e aos governos ditatoriais, da participação engajada nos movimentos sociais e da prática político-partidária.

Assim, havia a pressão de regimes políticos ditatoriais, ainda que em fase final, no caso do Brasil e Argentina, com seu trabalho de espionagem, censura e repressão contra os cristãos e, de outro, o papa João Paulo II, a cúpula do Vaticano e eminentes figuras do episcopado católico latino-americano, os quais julgavam necessário um afastamento urgente de sua Igreja das questões políticas e da Teologia da Libertação. A censura, destituição de cargos e o “silêncio obsequioso” imposto a Leonardo Boff, em 1985, pela Congregação para a Doutrina da Fé, herdeira do Santo Ofício, ilustra bem essa nova postura, que não era só contra o teólogo, mas contra todo um projeto de igreja popular que ele representava. Some-se a esse quadro, o crescimento estrondoso das Igrejas pentecostais que “arrebanhavam” enormes contingentes populares alvos da ação pastoral dos segmentos ligados ao cristianismo de libertação, muitas das quais vinculadas a uma perspectiva de “espiritualidade desencarnada” e comprometida com as forças políticas de conservação. O processo de mundialização do capitalismo, criando estruturas cada vez mais sofisticadas de globalização da economia,

fomentadoras da desigualdade entre países ricos e pobres, a crise econômica e a escalada do processo inflacionário, com o correspondente aumento brutal do endividamento do Brasil ante o FMI e outras instâncias de crédito internacional. Desse modo, no caso do Brasil, paradoxalmente, ocorria a recuperação das “ruas” pelo “povo” nas campanhas de massa denominadas de “Diretas Já!”, iniciada em fins de 1983, que até os primeiros meses de 1984 haviam mobilizado milhões de pessoas em comícios em diversas cidades do país, reclamando pelo direito ao voto direto para a presidência da República. O clamor popular era no sentido da aprovação pelo Congresso da emenda do deputado Dante de Oliveira, que, entre outras coisas, previa o retorno das eleições diretas para presidente.

Esse processo que se estende de mais ou menos 1980 a 1985, atinge seu ápice em termos de “frustração” por conta da derrota da citada emenda, em abril de 1984, na Câmara dos Deputados, e da morte de Tancredo Neves, em março de 1985. Para agravar ainda mais o quadro de “frustração” do estado de espírito pós-ditadura, a seleção brasileira de futebol perdeu da França, nos pênaltis, no jogo das quartas-de-final, durante a Copa do Mundo de 1986, disputada no México. Curioso notar que a euforia advinda com a vitória do Brasil na Copa de 1970, disputada no mesmo país, a qual Médici soube canalizar com tanta competência para a propaganda política de seu governo ditatorial, já não estava à disposição de Sarney, a quem cumpria a missão de tentar resolver, sobretudo, através de seu Plano Cruzado, o estrago econômico deixado pelos generais-presidentes que ele apoiara ao longo dos anos, e, pior, sob um estado de espírito nacional “depressivo” e “frustrado”.

Portanto, ao mesmo tempo em que a ditadura formalmente chegava ao fim com a posse do presidente civil José Sarney, em 15 de março de 1985, assinalava-se também o refluxo do “cristianismo de libertação” e, conseqüentemente, do movimento ecumênico. Em certo sentido, a ditadura, o inimigo comum que unira diferentes forças do cristianismo, já não existia mais, o que dificultava ações conjuntas das igrejas. Assim, era necessário reformular o campo de atuação e, parte dos esforços do CONIC, mais tarde foi direcionada para a tentativa de influenciar os rumos da formulação da Constituinte em 1987, a qual produziria a Constituição de 1988. Mas esse contexto escapa aos propósitos deste trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da perspectiva política que emerge dos manuais militares criados a partir da Doutrina de Segurança Nacional, fundamentados em uma “utopia autoritária”, resultam as interpretações, versões e representações ora apresentadas, tão marcadas por distorções e preconceitos acerca do Conselho Mundial de Igrejas e do movimento ecumênico em geral. Elas são fruto, em grande medida, de uma visão de mundo impregnada pelo maniqueísmo do contexto bipolar de disputas da Guerra Fria, agravadas por um “filtro” particularmente rígido estruturado ao longo de anos em contato com as diretrizes do universo castrense. Era através desse “filtro”, ainda mais enrijecido provavelmente pelo efeito da crença e da pertença religiosa nutridas por uma “espiritualidade desencarnada”, que os agentes “liam” as ações e discursos dos indivíduos e instituições vinculadas ou influenciadas pelo movimento ecumênico.

Com efeito, tratava-se de um período histórico impregnado pela ideologia bipolar, a qual contaminava a leitura de mundo de muitos homens e mulheres preocupados em compreender e influir no rumo dos acontecimentos da sociedade de então. Do início dos anos 1960 até mais ou menos 1989, quando ocorreu a queda do Muro de Berlim, indivíduos portadores de algum nível de consciência política, de direita ou de esquerda, dificilmente conseguiam escapar à responsabilidade de ter de se posicionar: ou a favor das premissas do capitalismo norte-americano e da democracia liberal ou do “comunismo soviético” ou “socialismo realmente existente”. Esse antagonismo inconciliável aparecia com força, especialmente, na concepção de mundo dos agentes da “comunidade de informações”, em que não havia espaço para meio termo, até porque se alguém não era um comunista declarado poderia ser facilmente manipulado, afinal, a penetração do “movimento comunista internacional” era vista em todos os setores da sociedade, inclusive no “movimento religioso”.

Contudo, é preciso enfatizar que o Conselho Mundial de Igrejas, bem como as demais instituições do movimento ecumênico, não se alinhava ideologicamente nem ao “socialismo realmente existente” e nem ao capitalismo do regime de “democracia liberal” existente nos EUA e em outros países europeus, mas sem dúvida situava-se mais à esquerda do espectro político vivenciado em países ditatoriais. Muitos indivíduos que militaram no movimento ecumênico também acreditavam que alguma forma de socialismo poderia concretizar a utopia do Reino de Deus. Essa nuance de posicionamento político, porém, não foi apreendida pelos agentes dos serviços de informações da ditadura brasileira, ainda que gastassem tanta tinta e

papel para registrar, analisar, comparar e representar os passos de cada etapa desse movimento ao longo de anos. Para tais agentes, a despeito do esforço que empreenderam para supostamente tentarem compreender a teologia que embasava as ações dos ecumênicos, seja ela a Teologia da Libertação ou o cristianismo de libertação, não fazia sentido que se utilizassem da mediação analítica do marxismo para estruturar suas ações no mundo, uma vez que se apresentavam como cristãos. No fim das contas, após anos de vigilância e monitoramento, os ativistas do movimento ecumênico aqui discutido foram considerados “marxistas”, “esquerdistas”, “comunistas” e “subversivos”, mesmo sem de fato o serem.

Isso nos faz lembrar Ginzburg mais uma vez, quando observou que os inquisidores medievais não conseguiram compreender a natureza mais profunda das atividades de um grupo social, os *benandanti*, mesmo depois de 50 anos de inquirições a respeito dele. Não compreenderam ou não quiseram compreender que se tratava de pessoas que se percebiam a si mesmas como inimigas dos bruxos, como uma espécie de contra-feiticeiros. Para os inquisidores, porém, ao fim e ao cabo, eles também eram bruxos, inimigos e, como tal, mereciam o mesmo tratamento dispensado a bruxos.¹¹⁰²

De modo semelhante, faltou a perspicácia para muitos analistas perceberem que os indivíduos e instituições ligadas ao movimento ecumênico aqui analisado não eram “subversivos” na acepção que os militares davam ao termo, muito menos eram “comunistas” ou “marxistas”. Essa informação foi explicitada até por cristãos como dom Pedro Casaldáliga e Leonardo Boff. Contudo, para os órgãos de informações, estes religiosos e muitos outros, eram todos “marxistas”, “comunistas”, muitos dos quais queriam apenas “manchar a imagem do Brasil no exterior” ou “solapar as certezas dos cristãos”. Não só para eles, mas na opinião de muitos cristãos conservadores, adeptos de uma “espiritualidade desencarnada”, essa também era uma verdade inquestionável. Isso também serve para atestar a profunda penetração na sociedade das diretrizes contidas na ideologia de segurança nacional, da “utopia autoritária”, elementos que ajudavam a estruturar concepções de mundo dicotômicas ou bipolares.

As concepções dos ativistas do Conselho Mundial de Igrejas, por exemplo, no tocante ao que deveria ser uma legítima participação dos cristãos na sociedade de então, eram mais amplas, e seus posicionamentos, com frequência, situavam-se para além de um enquadramento teórico no ideário marxista ou socialista como sugeriam as representações construídas pelos agentes de informações. O CMI, conforme assinalamos, seus ativistas e a

¹¹⁰² GINZBURG, Carlo. O inquisidor como antropólogo. *Revista Brasileira de História*. São Paulo v. 1, n. 21, pp. 09-20, set. 1990-fev. 1991. p. 15.

maioria das entidades ecumênicas, imbuídos das perspectivas daquele “modelo cristocêntrico”, também não era favorável aos modelos de democracia vigentes em boa parte dos chamados países de Primeiro Mundo, sobretudo por servirem de sustentáculos do capitalismo, que, cada vez mais, fazia aumentar o número de excluídos, sobretudo nas sociedades do Terceiro Mundo.

O CMI apresentava-se, então, como organismo cristão cuja missão era contribuir junto a países do todo mundo na busca de um modelo mais adequado de democracia, que promovesse a chamada “justiça social.” Temos assinalado que diversas ações importantes tanto de denúncia das violações de direitos humanos quanto de proteção e amparo às vítimas dessas violações durante os anos de ditadura no Cone Sul da América Latina, tiveram no CMI um ponto de apoio fundamental. Assim, o Conselho Mundial de Igrejas, ao lado do Conselho Nacional de Igrejas dos EUA, devem ser vistos como importantes atores institucionais através dos quais a voz de denúncia internacional foi ouvida. No entanto, autores que se dedicaram ao tema dos direitos humanos, especialmente preocupados em apontar instituições que atuaram nessa área, não fizeram menção ao trabalho do organismo e nem se atentaram para a dimensão de união de esforços ecumênicos por trás do trabalho de entidades de direitos humanos que atuaram na América Latina, incluindo o Brasil, e no exterior.¹¹⁰³

Nessa empreitada, encontrou e apoiou segmentos do protestantismo e do catolicismo na América Latina e, particularmente, no Brasil. Essa missão pressupunha que os cristãos traziam consigo, a um só tempo, a capacidade e a obrigação de labutar pela “transformação das estruturas sócio-políticas” que fomentavam a injustiça, as desigualdades sociais, implicando, além de outras demandas, uma luta pelo fim dos crimes contra os direitos humanos e outras formas de violência contra a dignidade do homem, percebido como “imagem e semelhança” do Criador.

As frequentes críticas do CMI e dos setores ecumênicos ao capitalismo e aos regimes políticos ditatoriais enquanto principais causadores das desigualdades sociais e da opressão contra os segmentos subalternos na América Latina contribuía para fortalecer sua representação nos documentos dos agentes do Serviço, de ser um instrumento da “política Moscou” ou como “órgão de fachada do Movimento Comunista Internacional” ou um

¹¹⁰³ Entre outros, destacam-se os seguintes: QUADRAT, Samantha Viz. “A emergência do tema dos direitos humanos na América Latina.” In: FICO, Carlos et. al. (orgs.). *Ditadura e Democracia n América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. e GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

“alienígena” disseminador do “cristianismo ateu”. Enfim, uma “monstruosa heresia”. Entretanto, a documentação dos órgãos de informações e de segurança da ditadura tem o mérito de testemunhar, ainda que pelo viés da crítica e do juízo de valor, a multiplicidade de iniciativas de apoio fomentadas pelo Conselho e muitos ativistas religiosos e entidades ecumênicas no Brasil e em diversas partes do globo a variadas formas de luta contra o autoritarismo.

Dessa documentação emergem imagens peculiares do movimento ecumênico e de seus ativistas, conforme tentamos demonstrar, cuja característica mais marcante talvez seja a exacerbada dicotomia de sua visão de mundo, uma “anorexia do olhar”, por assim dizer, tão caracteristicamente moldada pela disputa bipolar (EUA x URSS) dos tempos de guerra fria e estruturada pela ideologia de segurança nacional e pela “utopia autoritária”.

O conjunto das leituras enviesadas ou distorcidas, ou das representações ou interpretações, construídas pelos agentes dos diferentes órgãos de informações com vistas a caracterizar indivíduos e instituições do movimento ecumênico, leva-nos a concluir, por outro lado, que, em certo sentido, eles tinham razão ao utilizar o rótulo de “subversivo” para caracterizar o movimento ecumênico, um verdadeiro perigo. Os agentes estatais conseguiram perceber esse perigo, que residia exatamente no fato de que o movimento ecumênico, entre outras coisas, ajudava a organizar o povo, disseminava em publicações e cursos de formação uma visão crítica da realidade de uma injusta e desigual sociedade de classes, contribuía para aumentar a confiança dos setores subalternos, apontava as situações de desigualdade e de injustiça como resultantes mesmo de uma política econômica que favorecia os estratos sociais elevados em detrimento dos de baixo; porque denunciava no exterior a tortura, porque promovia os direitos humanos e protegia e amparava os perseguidos políticos, porque apoiava greves consideradas ilegais pelos “donos do poder” político e do econômico. No entanto, tais iniciativas contribuíram para o fortalecimento dos movimentos sindicais dos trabalhadores urbanos e no campo, e de diversos movimentos populares mais tarde chamados de “novos”, etc.

Essas e muitas outras iniciativas “subversivas”, isto é, que visavam a alterar ou, antes, transformar a ordem socioeconômica e política estabelecida pela ditadura, os órgãos de repressão não poderiam admitir. Conforme assinalamos desde o início do trabalho, a lógica por trás da construção do SNI e de outros órgãos do sistema de espionagem e de repressão trazia consigo objetivos para além da repressão contra organizações da esquerda armada. Pretendia-se um conjunto mais amplo de ações de controle de classe e de tutela da sociedade.

Esperava-se, assim, que as igrejas contribuíssem com esse projeto, ajudando a fortalecer “os laços de fidelidade do povo” com o Estado. Mas deparou-se com um conjunto de indivíduos obstinados que não aceitaram as condições de um pacto de silêncio ante tantas violações de direitos contra cidadãos brasileiros. Por isso, o movimento ecumênico incomodou tanto.

Como foi discutido, entre os objetivos da construção da “comunidade de informações e de segurança”, encontrava-se a necessidade de desmobilizar a classe operária, os sindicatos, o movimento estudantil e outras organizações da sociedade que pudessem suscitar pressões sociais contra o governo militar. E é aqui que o movimento ecumênico mais causava o desconforto na “comunidade de informações”, pois que, na perspectiva dos agentes, a religião deveria se restringir às questões espirituais, como a salvação das almas e a garantia de um lugar no reino dos céus, deixando que o governo, o poder secular, cuidasse das questões terrenas como melhor lhe aprouvesse.

O problema, porém, é que se estabelecia um choque de visões de mundo ou de cosmogonias, pois que o movimento ecumênico e os setores progressistas percebiam no “aqui e agora” deste mundo o lugar legítimo e verdadeiro da manifestação do Reino de Deus, segundo um “modelo cristocêntrico”. Nesta perspectiva de “cristianismo de libertação”, o Reino de Deus só se manifestaria a partir da tomada de consciência dos cristãos de que precisavam participar dessa construção, histórica e secular, portanto. Era somente com a efetividade da libertação das condições de opressão dos pobres que o Reino se concretizaria. Tratava-se, assim, de uma utopia poderosa que os empurrava para junto dos setores que mais sofriam com a exploração capitalista que se aprofundou durante a ditadura militar do Brasil.

Apesar de a opção da luta armada ter animado segmentos cristãos em diferentes lugares da América, especialmente na Nicarágua, no Brasil a tendência geral daqueles que militaram no movimento ecumênico animados por um cristianismo de libertação excluía essa opção. Prevaleceu a opção da criação de organismos que fomentassem a organização da sociedade, a publicação de periódicos com vistas à formação política da população, a organização de cultos ecumênicos de crítica à ditadura, o apoio a exilados, etc. Portanto, estratégias pacíficas de inserção social, as quais certamente se mostraram mais eficazes que a luta armada.

Em função desse tipo de engajamento, os ecumênicos foram, em muitos casos, considerados “subversivos”, pois não se conformaram com a dominação ditatorial, sendo, alguns deles, presos e torturados. Por isso mesmo, o movimento ecumênico dedicou especial

atenção aos perseguidos, presos, e exilados em função da repressão ocorrida sob distintas ditaduras no Cone Sul, dispensando-lhes apoio e amparo de variadas formas.

Assim, o que se pode depreender dessas representações e leituras que os analistas de informações dos diferentes órgãos da “comunidade” construíram acerca das ações ecumênicas, sobretudo as que apontavam as iniciativas de organização do movimento popular, é que eles reconheciam que, entre os objetivos do projeto de poder dos militares e dos grupos empresariais que tomaram de assalto o poder em 1964, estava o da desmobilização do povo, especialmente os trabalhadores, nas indústrias ou no campo. Exemplo claro disso foram as inúmeras estratégias do regime utilizadas, por exemplo, para impedir que os trabalhadores se unissem para reivindicar seus direitos através das greves. Isso aparece com força no contexto do surgimento do chamado “novo sindicalismo”, a partir das mobilizações grevistas que eclodiram no ABC paulista no final dos anos 1970. Conforme mencionamos, tais lutas foram consideradas ilegais até mesmo pela Justiça do Trabalho, em função de sua subserviência ao poder Executivo ditatorial. Portanto, uma Justiça injusta, por assim dizer, se considerarmos a situação de penúria a que os trabalhadores vinham sendo submetidos, depois de anos de sistemático e planejado “arrocho salarial”. No campo, as iniciativas do CMI em articulação com o CIMI, ao tentar organizar as comunidades indígenas e pequenos agricultores, em busca de seus direitos civis e sociais, sobretudo, foram classificadas nos documentos da repressão como “atos de ingerência” de um órgão “alienígena”. Até mesmo órgãos de imprensa como o Estado de São Paulo, depois do término da ditadura, tentaram articular uma campanha para denegrir a imagem do Conselho Mundial de Igrejas e do CIMI, atribuindo-lhes uma suposta ação que visava reservar áreas ricas em minérios a companhias estrangeiras, em uma suposta campanha contra os interesses nacionais.¹¹⁰⁴

No tocante ao processo de formação política de lideranças sindicais, agentes de pastoral, líderes de comunidades de base, católicas e protestantes, O CEDI, por exemplo, através de cursos, assessoria e de publicações, exerceu papel relevante, especialmente no âmbito da conscientização de extratos sociais alienados de seus direitos civis, sociais e políticos (posseiros, pequenos agricultores, migrantes, diferentes categorias de trabalhadores assalariados, etc.). Tratava-se de uma modalidade original e eficaz de inserção no mundo social, imbuída daqueles valores do “cristianismo de libertação”, norteados pelo ideal de organização popular e de contestação à ditadura. A influência concreta exercida sobre o

¹¹⁰⁴ GARCIA, Paulo Roberto Salles. *A história e a importância da revista “Tempo e Presença” no movimento ecumênico e na sociedade brasileira*. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

comportamento político de quem foi alvo de suas publicações e pelos cursos ministrados, pelas pesquisas e levantamentos sociológicos realizados, abarcando os grandes problemas sociais e políticos da época, ainda está por ser verificada em pesquisas empíricas.

Como já assinalamos, seria interessante verificar de que forma seu trabalho era recepcionado entre grupos de base e que tipos de reflexões suscitavam, bem como o potencial mobilizador para a ação política no seio dos sindicatos, associações e partidos que emergiam no final dos anos setenta e inícios dos anos 1980. Temos apenas indícios que apontam para a eficácia dessa influência, fomentando engajamentos em torno das opções partidárias de esquerda do espectro político.¹¹⁰⁵ A crítica ao capitalismo era uma constante nas suas publicações e contribuiu com subsídios para os setores dos movimentos sociais que tentavam encontrar um caminho de participação na “Nova República” que se vislumbrava no horizonte nos primeiros anos da década de 1980.

Mas a motivação ou a inspiração para tais ações deve ser buscada no tipo específico de perspectiva cristã e política em que se fundamentavam, especialmente no tocante ao papel que o cristianismo deveria desempenhar na sociedade. Assim, através do “modelo cristocêntrico”, podemos compreender com mais precisão tal proposta (ainda que alguns dos membros da entidade não possuíssem vínculo religioso), qual seja: “Cristo é Deus encarnado na história e, portanto, os homens reconciliados com o tempo.” Desse modo, “cada vida individual deve contribuir para o progresso coletivo da história, donde uma propensão ao engajamento.”¹¹⁰⁶

Sob nosso ponto de vista, não só a proposta do CEDI, mas também a da CESE, do CMI e das iniciativas levadas a cabo em São Paulo se inserem com precisão no “modelo cristocêntrico” acima delineado. Assim, os indivíduos e instituições ecumênicas que foram protagonistas em nosso trabalho moviam-se, em grande medida, sob inspiração do que classificavam de “cristianismo encarnado”, algo que corresponde à citada “espiritualidade da encarnação” e à perspectiva “cristocêntrica”, focada na busca pela construção do reino de Deus no tempo presente, conforme explicitou Coutrot : “O Evangelho chama todos os homens

¹¹⁰⁵ As cartas dos leitores à equipe, publicadas em seção específica, assinalam a forma como tais publicações eram aguardadas nas comunidades e como subsidiavam discussões em torno dos problemas locais dos bairros. Outro exemplo pode ser extraído de uma experiência particular. As coleções de revistas *Tempo e Presença* que utilizei como fontes, me foram emprestadas por um militante católico, que as recebeu como doação de um grupo de freiras que as colecionaram durante anos. Segundo ele, eles sempre debatiam os problemas e temas que estavam na ordem dos acontecimentos a partir do enfoque dado pela equipe do CEDI.

¹¹⁰⁶ COUTROT, Aline. “Religião e política”. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV. 1996. p. 339.

à missão de salvação coletiva da humanidade, salvação espiritual mas também prefiguração do reino dos céus desde aqui na terra pela organização da sociedade.”¹¹⁰⁷

Eis aqui uma estratégia-chave para os ecumênicos, especialmente os membros do CEDI, da CESE e do CMI: “organização da sociedade.” Para eles, o lugar da resistência se dava justamente nas iniciativas que pudessem suscitar o fortalecimento dos movimentos sociais em um processo crescente de “conscientização” e “formação política”. Em certo sentido, aqueles indivíduos, na condição de “intelectuais orgânicos”, também tomaram para si a missão de apontar caminhos, interpretar os fatos políticos conjunturais mais relevantes à luz daquela perspectiva do “cristianismo de libertação”, em suma, tentavam influenciar a sociedade, tomando parte “nos grandes debates de seu tempo.”¹¹⁰⁸ Conforme já reconheceram diversos personagens do movimento ecumênico, o papel de educar na “perspectiva libertadora” progressista sustentada por Paulo Freire, a partir do conceito de “conscientização”, estava muito presente nas suas intenções. Tentaram, assim, influenciar os cristãos e a sociedade mais ampla a adotar a perspectiva da participação nos negócios do mundo, na vida política, a partir dos espaços que lhes eram facultados pelo regime ditatorial. Jaime Wright, como vimos, denominava essa perspectiva de “teologia das brechas”.

Seguindo esse desejo, em consonância com aquela “espiritualidade encarnada”, a orientação voltava-se para a ação concreta no mundo. Inevitavelmente, eles iriam se defrontar com o antagonismo dos agentes de informações, sustentando um sistema binário de pensamento e ação, uma concepção de mundo em preto e branco, onde não havia meio-termo nem espaço para o contraditório, forjada nos anos da paranóia da “guerra fria.” Sua leitura de mundo, conforme assinalamos, estruturava-se através de um “filtro” ou de “chave” de leitura da realidade extremamente conservadora, que concebia o mundo como estando sob o perigo de ser tomado pelo “movimento comunista internacional”. Encarnado nos agentes dos órgãos de informações e também em muitos líderes de igrejas adeptos de uma “espiritualidade desencarnada”, tal sistema de pensamento iria nortear ações de crítica e repulsa contra os ecumênicos e progressistas. Desse embate de concepções nasceriam muitas intolerâncias, preconceitos, distorções, perseguições, etc., conforme tentamos demonstrar. Tratava-se de um choque de representações do mundo social. Para os ecumênicos, o período da ditadura oferecia a oportunidade para cooperarem com processos de tentativa de construção de um outro modelo possível de sociedade, que se inscrevia nas diversas ações de apoio aos movimentos sociais emergentes, daí a inclinação para a mudança, a transformação. Para os

¹¹⁰⁷ COUTROT, Aline, op. cit., p. 345.

¹¹⁰⁸ Ibid., p. 349.

militares, sobretudo os homens dos órgãos de informações e repressão, aqueles tempos representavam a oportunidade para assegurar a manutenção da ordem social vigente. Qualquer movimento ou grupo que trabalhasse em sentido contrário era, portanto, “subversivo” e deveria ser mantido sob controle e vigilância e, em último caso, eliminado.

Portanto, o que foi escrito até aqui representa, sob o nosso ponto de vista, apenas uma pequena contribuição para o entendimento desse importante movimento social genericamente denominado “movimento ecumênico”. Muitos outros aspectos e sob diferentes ângulos de observação ainda estão à espera de historiadores que se disponham a analisar a multiplicidade de fontes que nos informam sobre ele, especialmente os papéis recentemente disponibilizados pelo *Brasil: Nunca Mais Digit@l*. Há que se mencionar ainda que não examinamos a totalidade nem mesmo dos documentos dos acervos da ditadura atualmente disponíveis para consulta. Quando consideramos a possibilidade de outros acervos serem encontrados e abertos para pesquisa como, por exemplo, os do CIE, os do CISA e os do CENIMAR, chegamos à conclusão de que há ainda um enorme campo de pesquisa para essa temática. Isso sem mencionar a variada gama de fontes escritas e os depoimentos orais deixados por indivíduos e instituições que militaram no movimento ecumênico. Em face dessas e de outras questões é que manifestamos nosso interesse em continuar as pesquisas sobre o movimento ecumênico, sobretudo seu papel no contexto das ditaduras que se espalharam pelo continente americano nos anos 1970 a 1980, com ênfase nas redes de cooperação entre entidades ecumênicas da Argentina e do Brasil articuladas ao Conselho Mundial de Igrejas. Neste propósito, nossa atenção focaria nos acervos dos órgãos de repressão, do Brasil e da Argentina, das entidades ecumênicas, (especialmente do *Movimiento Ecuménico por los Derechos Humanos* – MEDH), nos papéis deixados pelo grupo CLAMOR e na documentação do *Brasil: Nunca Mais Digit@l*.

Seguindo o rastro de historiadores que concordam em que nossa indagação ao passado sempre parte de questões do presente, acreditamos que o estudo dessa fase recente da História do Brasil tem muito a nos ensinar e inspirar. Assim, penso que se alcancei algum êxito nessa empreitada, terei contribuído, ainda que minimamente, para, por um lado, aprofundar a atual compreensão que se tem sobre a natureza daquele regime que se instaurou a partir do golpe de Estado em 1964, e, por outro, ampliar o entendimento que se tem sobre o papel desempenhado por segmentos religiosos durante o período 1964-1985. Afinal, muitos na sociedade hodierna advogam o retorno dos militares ao poder como uma espécie de solução para os complexos e variados problemas sociais contra os quais ainda o Brasil se defronta.

O conhecimento desse passado também pode contribuir para que encontremos formas mais eficazes de coibir tanto a cultura política autoritária quanto a prática da tortura contra seres humanos, que ainda hoje segue sendo vista por setores conservadores como algo natural ou mesmo necessário para lidar com aqueles que supostamente tentam subverter a ordem social ou praticam crimes de qualquer natureza.

No tocante à religião, o melhor entendimento sobre as formas de inserção social adotadas por líderes de diferentes igrejas, bem como por outros formatos institucionais cristãos no passado, talvez possa clarear o tempo presente, especialmente em épocas de eleições. Um olhar humilde para o passado, ao contemplar as formas equivocadas de posicionamento de alguns líderes religiosos em associação com o poder opressor, talvez possa ajudar a que as lideranças do presente se tornem mais cautelosas em suas adesões e manifestações públicas de apoio ou condenação a candidatos a cadeiras no Poder Legislativo ou Executivo.

Por outro lado, o conhecimento da história de ousadia, coragem e de “denúncia profética” protagonizada por leigos e clérigos progressistas ecumênicos contra as violações de direitos de toda ordem, contra as desigualdades de renda e oportunidade, contra a exploração capitalista sem limites, pode servir de inspiração a que a religião cumpra um papel mais relevante na sociedade atual, para além da preocupação espiritual com a salvação das almas dos homens.

Em temas de atuação da Comissão Nacional da Verdade, que se apresenta interessada em investigar as circunstâncias concretas que cercaram a prática da violação de direitos humanos nesse mesmo passado que ocupou nosso esforço de pesquisa, acreditamos que esta tese possa contribuir com subsídios para tornar mais clara nossa compreensão sobre a época.

Quem sabe desse modo, isto é, quando estivermos mais próximos da verdade que pretendemos conhecer acerca desse passado que a todos nós pertence, ainda que não tenhamos o vivenciado, possamos contribuir de forma mais efetiva através de mecanismos que possibilitem a construção de um país menos desigual e com mais equidade, menos autoritário e mais democrático, mais fraterno e tolerante com o que pensa e age de forma diferente, um Brasil melhor. Na condição de estudante-pesquisador e de professor, de filho e de pai, de quem transita pelo mundo acadêmico secularizado e pelo universo religioso, essas são esperanças vivas que seguem comigo na caminhada intelectual e espiritual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABUMANSSUR, Edin Sued. *A tribo ecumênica: um estudo sobre o ecumenismo nos anos 60 e 70*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). PUC-SP, 1991. mimeo.

ALMEIDA, Maria Hermínia T. de E; WEIS, Luiz. “Carro zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar”. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. vol. 4. *Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1985)*. Bauru (SP): Edusc, 2005.

ALVES, Rubem. *Religião e Repressão*. São Paulo: Edições Loyola/Editora Teológica, 2005.

ANDRADE, Ana Célia Navarro de. “O projeto *Clamor: documentação e memória de um Comitê pelos Direitos Humanos no Cone Sul* e o acesso à informação”. In: STAMPA, Inez Terezinha e NETO, Rodrigo de Sá (orgs.). *Arquivos da repressão e da resistência - Comunicações do I Seminário Internacional Documentar a Ditadura*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

ANTUNES, Priscila. “Ditaduras militares e institucionalização dos serviços de informações na Argentina, no Brasil e no Chile”. In: FICO, Carlos et. al. (orgs.). *Ditadura e Democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

AQUINO, Maria Aparecida, et. al. (orgs.). *A constância do olhar vigilante: a preocupação com o crime político (famílias 10 e 20)*. Série: Radiografias do Autoritarismo Republicano Brasileiro. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado. 2002.

ARAÚJO, João Dias. *Inquisição sem fogueiras*. Rio de Janeiro: ISER, 1985.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. 40 anos do golpe militar: oportunidade para uma reflexão histórica e historiográfica sobre a ditadura e a resistência no Brasil. *Dimensões*. Vitória, v. 16, pp. 131-139, 2004.

ARNS, Paulo Evaristo. “Um movimento novo e singular”. In: LIMA, Samarone. *Clamor: A vitória de uma conspiração brasileira*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

BAFFA, Ayrton. *Nos porões do SNI: o retrato do monstro de cabeça oca*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1989.

BEZARRA, Paulo César Gomes. *A visão da comunidade de informações sobre a atuação dos bispos católicos na ditadura militar brasileira (1970-1980)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2010.

BITTENCOURT FILHO, José. *Matriz religiosa brasileira: religiosidade e mudança social*. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes/Koinonia. 2003.

BLATEZKY, Arturo. *Documentos fundamentales y declaraciones públicas del Movimiento Ecuménico por los Derechos Humanos, 1976-2002*. Buenos Aires: Ediciones MEDH, 2002.

BOCK, Carlos G. *O Ecumenismo Eclesiástico em Debate. Uma análise a partir da proposta ecumênica do CONIC*. São Leopoldo: IEPG-Sinodal, 1998.

BOFF, Leonardo. “Jether Ramalho: ancião bíblico, mestre, companheiro”. In: RAMALHO, José Ricardo (org.). *Uma presença no tempo: A vida de Jether Ramalho*. Rio de Janeiro: Oikos editora, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. 2. ed. Editora da Universidade de São Paulo: São Paulo, 1993.

BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. *O sociólogo e o historiador*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

BRANDÃO, Priscila Carlos. *A Agência Brasileira de Inteligência: gênese e antecedentes históricos*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000.

BRITO, André Souza. “*Fermento da Massa*”: *ecumenismo em tempos de ditadura militar no Brasil, 1962-1982*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica (RJ), 2010.

_____. “A Teologia de Marx e da guerrilha”: o Congresso Internacional Ecumênico de Teologia (1980) sob o olhar da imprensa e da polícia política da ditadura militar brasileira. *Locus: Revista de História*. Juiz de Fora, v. 36, n. 1, pp. 181-208, 2013. Semestral. Disponível em: <<http://locus.ufjf.emnuvens.com.br/locus/article/view/2793>>. Acesso em: 13 fev. 2014.

_____. “Cultos ecumênicos em memória de comunistas e terroristas”: estratégias de luta de cristãos progressistas contra a ditadura militar do Brasil. *Oficina do Historiador*. Porto Alegre, v. 6, n. 1, pp. 23-43, jan./jun. 2013. Semestral. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador>>. Acesso em: 10 de jan. 2014.

BURDICK, John. *Procurando Deus no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1996.

CAMPOS, Leonildo Silveira. Evangélicos e o golpe militar de 1964. *Tempo e Presença*, Rio de Janeiro, n. 334, mar.-abr. 2004.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. “A militância de esquerda (cristã) de Leonardo Boff e Frei Betto: da Teologia da Libertação à mística ecológica”. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. *Revolução e democracia no Brasil (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CAVALCANTI, Vanuza. *Constituições Brasileiras de 1824 a 1998: Volume I (1824-1969)*. Rio de Janeiro: Letra Legal. 2004. p. 183.

CESAR, Waldo. Igreja e Sociedade – ou Sociedade e Igreja? *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 23, n. especial, pp. 17-28, nov. 2003.

_____. *A Conferência do Nordeste: Cristo e o processo revolucionário brasileiro*. Recife: Setor de Responsabilidade Social da Igreja do Departamento de Estudos da Confederação Evangélica do Brasil, 1962.

CHAVENAU, A; TÉTARD, Ph. (orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999., KOSELLECK, Reinhart. “Continuidad y cambio em toda historia del tiempo presente. Observaciones historico-conceptuales”. In: *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*. Barcelona: Paidós, 1997.

CHARTIER, Roger. *A história Cultural: Entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger. “O mundo como representação”. In: _____. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CIAMBARELLA, Alessandra. “Do cristianismo ao maoísmo: a história da Ação Popular”. In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *Revolução e Democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CONIC e CLAI. *Diversidade reconciliada: Um convite ao ecumenismo*. Sinodal e Paulinas: São Paulo, 2004.

CORTEN, André. *Os Pobres e o Espírito Santo: o pentecostalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1986. p. 21.

COUTROT, Aline. “Religião e política”. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV. 1996.

CUNHA, Magali do Nascimento. *Crise, esquecimento e memória: O Centro Ecumênico de Informação e a construção da identidade do Protestantismo Brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

D’ARAUJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon e CASTRO, Celso (orgs.). *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 1994.

D’ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs.). *Ernesto Geisel*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

DAMASCENO, Caetana Maria. “Para chegar lá”: o dom, a graça e a economia do voto. *Revista da Universidade Rural, Série Ciências Humanas*, Seropédica (RJ), v. 29, n. 1, pp. 08-26, jan.-jun. 2007.

DASILO, Derval. *Jaime Wright: O pastor dos torturados*. Rio de Janeiro: Metanoia, 2012.

DELLA CAVA, Ralph . A Ofensiva Vaticana. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, pp. 34-53, dez. 1985.

DIAS, Agemir de Carvalho. “O ecumenismo: uma ótica protestante.” I Simpósio Internacional de Religião, Religiosidades e Cultura, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. 2003. Disponível em:

<http://www.geog.ufpr.br/nupper/documents/O_Ecumenismo_Uma_otica_Protestante.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2008.

_____. *O Movimento Ecumênico no Brasil (1954-1994)*, a serviço da igreja e dos movimentos populares. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

DIAS, Zwinglio Mota; TEIXEIRA, Faustino. *Ecumenismo e Diálogo Inter-Religioso: A arte do possível*. Editora Santuário: Aparecida, 2008.

_____. O movimento ecumênico: história e significado. *Numen: Revista de Estudos e Pesquisa da Religião*, Juiz de Fora, v. 1, n. 1, pp. 127-163, jul.-dez. 1998.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981.

FERREIRA, Jorge. “O governo João Goulart e o golpe civil-militar de 1964”. In: ____; DELGADO, Lucila de A. N. (orgs.). *O Brasil republicano: O tempo da experiência democrática - da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FICO, Carlos. Violência, trauma e frustração no Brasil e na Argentina: o papel do historiador. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 27, p. 239-261, jul./dez. 2013.

_____. “A pluralidade das censuras e das propagandas da ditadura”. In: AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo (orgs.). *O golpe e a ditadura militar, 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004.

_____. *Como eles agiam - Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. Ditadura Militar: mais do que algozes e vítimas. A perspectiva de Carlos Fico. [Entrevista realizada em 24 de julho, 2013]. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n.10, pp. 464 – 483, jul./dez. 2013. Entrevistadores: Silvia Maria Fávero Arend, Rafael Rosa Hagemeyer e Reinaldo Lindolfo Lohn.

FIGUEIREDO, Argelina C. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio. A história do serviço secreto brasileiro: de Washington Luís a Lula 1927-2005*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2011.

FON, Antônio Carlos. *Tortura: a história repressão política no Brasil*. São Paulo: Global. 1979.

FRESTON, Paul. *Protestantes e Política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*. Tese (Doutorado em Sociologia), Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, 1993. (mimeo).

GARCIA, Paulo Roberto Salles. *A história e a importância da revista "Tempo e Presença" no movimento ecumênico e na sociedade brasileira*. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GINZBURG, Carlo. O inquisidor como antropólogo. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 1, n. 21, pp. 09-20, set. 1990/fev. 1991.

_____. *O queijo e os vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GREEN, James N. *Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HARPER, Charles R. A Igreja e os Direitos Humanos: experiências ecumênicas aprendidas. *Dimensões – Revista de História da UFES*, Vitória, v. 12, p. 86-100, jan.-jun. 2001.

HILL, Christopher. "Uma nota sobre a teologia da libertação". In: _____. *A Bíblia inglesa e as revoluções do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp. 613-620.

_____. *O Mundo de Ponta-Cabeça: Idéias Radicais na Revolução Inglesa de 1640*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HOBBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: O breve século XX, 1914-1989*. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

HORTAL, Jesús. S.J. *E haverá um só rebanho. História, doutrina e prática católica do ecumenismo*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

KOSELLECK, Reinhart. "Continuidad y cambio em toda historia del tiempo presente. Observaciones historico-conceptuales". In: *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*. Barcelona: Paidós, 1997.

KUSHNIR, Beatriz. "Entre censores e jornalistas: colaboração e imprensa no pós-1964". In: CPDOC; UFF; UFRJ; APERJ. (Orgs.). *1964-2004: 40 anos do golpe. Ditadura Militar e Resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.

LIMA, Samarone. *Clamor: A vitória de uma conspiração brasileira*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

LOWY, Michael. “As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo da libertação”. In: FERREIRA, Jorge e REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). *Revolução e Democracia (1964...)*. Coleção As Esquerdas no Brasil, v.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MAGALHAES, Marionilde Dias Brepohl de. “A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 17, n. 34, 1997.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881997000200011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 set. 2009.

MARTINS FILHO, João Roberto. *O palácio e a caserna: A dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Carlos (SP): Editora da UFSCar, 1995.

MELLO, Demian. A miséria da historiografia. *Outubro*, São Paulo, n. 14, pp. 111-130, 2º sem. 2006. Disponível em: <http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/14/out14_06.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2013.

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando. “Capitalismo tardio e sociabilidade moderna”. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. vol. 4. *Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MELO, Mozart João de Noronha. *Ecumenismo como prática de libertação*. Dissertação (Mestrado em Teologia). Pontifícia Universidade Católica (PUC), Rio de Janeiro, 1989.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa; FILHO, Prócoro Velasques. *Introdução ao protestantismo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. *História do Brasil Recente (1964-1992)*. 4.ed. São Paulo: Ática, 2004.

_____. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal. 1986.

MINAMI, Edson. *Os Franciscanos da Reconciliação e o Ecumenismo na Arquidiocese de São Paulo (1977-1994)*. Dissertação (Mestrado em História), São Paulo: USP, 2005.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: Fapesp, 2002.

NOVAES, Regina Reyes. *Os Escolhidos de Deus: Pentecostais, trabalhadores e cidadania*. São Paulo: Editora Marco Zero, 1985.

O'DONNELL, Guillermo. *Reflexões sobre os estados burocrático-autoritários*. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais, 1987.

Os Arquivos das Polícias políticas: Reflexos da Nossa História Contemporânea. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro. 1996.

PAULA, Marcio Gimenes de. Os antecedentes da teologia da libertação entre os protestantes brasileiros: a presença de Richard Shaull no Brasil. *Interações - Cultura e Comunidade*. Uberlândia, v. 8 n. 13, p. 77-86, jan./jun. 2013.

PEIRANO, Mariza. “A análise antropológica dos rituais”. In: _____.(org.). *O Dito e o Feito: Ensaios de Antropologia os Rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

_____. *Rituais ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

PERLI, Fernando. Um sem-terra ideal para um movimento nacional: representações políticas do MST nas páginas do Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 20, n. 38, p. 327-352, dez. 2013.

Disponível em: < <http://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/index>>. Acesso em: 21 de jan. 2014.

PERRUSO, Marcos Antônio. Em busca do “novo”: movimentos sociais no pensamento social brasileiro dos anos 1979/80. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 37, 2010. Disponível em: < <http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/3561>>. Acesso em: 18 fev. 2014.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, pp. 200-212, 1992.

QUADRAT, Samantha Viz. *Poder e Informação: o sistema de inteligência e o regime militar no Brasil*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

_____. “Muito além das fronteiras.” In: AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo (orgs.). *O golpe e a ditadura militar, 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004.

_____. “A emergência do tema dos direitos humanos na América Latina.” In: FICO, Carlos et. al. (orgs.). *Ditadura e Democracia n América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

RAMALHO, José Ricardo. “Uma história para ser contada”. In: RAMALHO, José Ricardo (org.). *Uma presença no tempo: A vida de Jether Ramalho*. Rio de Janeiro: Oikos editora, 2010.

_____. (org.). *Uma presença no tempo: A vida de Jether Ramalho*. Rio de Janeiro: Oikos editora, 2010.

RAMALHO, Jether. Quebra-se o vaso, nascem novas plantas. *Tempo e Presença*, Rio de Janeiro, n. 273, pp. 28-31, jan./fev. 1994.

REILY, Duncan Alexander. *A história documental do Protestantismo no Brasil*. São Paulo: Aste, 1993.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

_____. “Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória.” In: AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo (orgs.). *O golpe e a ditadura militar, 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004.

_____. *Os muitos véus da impunidade: sociedade, tortura e ditadura no Brasil*. Texto apresentado na Fundação Humberto Delgado, Lisboa, no colóquio sobre impunidade realizado entre 20 e 21 de maio de 1999. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/denunciar/tortura/textos/aarao.htm>>. Acesso em: 06 mai. 2013.

RIDENTI, Marcelo. “Resistência e Mistificação da Resistência Armada Contra a Ditadura: Armadilhas para os Pesquisadores”. In: AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo (orgs.). *O golpe e a ditadura militar, 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004.

_____. “Ação Popular: cristianismo e marxismo”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

ROCHA, Enilson R; ZANETTI, José C. CESE: 25 anos a serviço da justiça e da unidade. *Tempo e Presença*, Rio de Janeiro n. 297. pp. 34-37. jan./fev. 1998.

ROLLEMBRG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1999.

SAAVEDRA, Manuel Bastias. *Sociedad civil en dictadura: Relaciones transnacionales, organizaciones y socialización política en Chile (1973-1993)*. Santiago de Chile: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2011.

SANTA ANA, Julio de. *Ecumenismo e Libertação*. Petrópolis: Vozes, 1987.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. “Anatomia da crise”. In: _____. *O cálculo do conflito. Estabilidade e crise na política brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

SANTOS, Lyndon de Araújo. “O púlpito, a praça e o palanque: os evangélicos e o regime militar brasileiro.” In: FREIXO, Adriano e FILHO, Oswaldo Munteal (Orgs.). *A Ditadura em debate: Estado e Sociedade nos anos do autoritarismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

SERBIN, Kenneth. *Diálogos na Sombra: Bispos e Militares, Tortura e Justiça Social na Ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Bruno Marques. *Fé, razão e conflito: A trajetória intelectual de Leonardo Boff*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

SILVA, Elizete. *Protestantismo ecumênico e realidade brasileira: Evangélicos Progressistas em Feira de Santana*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2010.

SILVA, Sandro Ramon Ferreira da. *O Tempo das Utopias: Religião e Romantismos Revolucionários no Imaginário da Teologia da Libertação dos anos 1960 aos 1990*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

SINNER, Rudolf von; WOLFF, Elias; BOCK, Carlos (Orgs). *Vidas Ecumênicas*. São Leopoldo: Sinodal, 2010.

_____. Compromisso com o ecumenismo de justiça – 30 anos da Coordenadoria Ecumênica de Serviço – CESE. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, v. 43, n. 2, pp. 126-136, 2003. Disponível em:

<http://www3.est.edu.br/publicacoes/estudos_teologicos/vol4302_2003/et2003-2rvsin.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2014.

SIRINELLI, Jean François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1996.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

SOUZA, Admar Mendes. *Estado e Igreja católica: O movimento social do cristianismo de libertação sob vigilância do DOPS/SP (1954-1974)*. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2009.

SOUSA, Jassie Jane Vieira de. A Igreja Católica e a política na Argentina do século XX. *Dimensões – Revista de História da UFES*, Vitória, v. 20, p. 30-42, 2008.

_____. “*El proceso*” e Igreja Católica na Argentina: entre a cruz e a espada. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 14, pp. 233-239, jan.-jan. 2007.

STEPAN, Alfred. *Os militares na política. As mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

SYDOW, Evanize e FERRI, Marilda. *Dom Paulo Evaristo Arns: um homem amado e perseguido*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999.

TOLEDO, Caio Navarro. 1964: Golpismo e democracia - As falácias do revisionismo. *Crítica Marxista*, São Paulo, n. 19, 2004.

WESCHLER, Lawrence. *Um milagre, um universo: o acerto de contas com os torturadores*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

WRIGHT, Delora J. *O coronel tem um segredo: Paulo Wright não está em Cuba*. Petrópolis: Vozes, 1993.

VASCONCELOS, Cláudio Bezerra de. A política repressiva contra militares no Brasil após o Golpe de 1964. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 12, n. 2, pp. 155-166, 2006. Semestral. Disponível em: <<http://locus.ufjf.emnuvens.com.br/locus/issue/view/240>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

FONTES DOCUMENTAIS

ARQUIVO NACIONAL – COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL – Fundos:

1. “Serviço Nacional de Informações” – ACE’s n.ºs: 10452/1970, 56894/1972, 091/1978, 111690/1978, 1440/1979, 2538/1979, 1581/1979, 1904/1979, 1738/1979, 1992/1979, 2874/1980, 4935/1980, 10294/1980, 10665/1980, 3614/1980, 2848/1980, 2874/1980, 2042/1979, 2455/1980, 3997/1980, 2982/1980, 3659/1980, 3842/1980, 3843/1980, 3879/1980, 3996/1980, 3997/1980, 3998/1980, 4153/1980, 4935/1980, 7430/1980, 9336/1980, 11062/1980, 11214/1980, 4311/1981, 9665/1981, 12791/1981, 12792/1981, 19393/1981, 21608/1981, 23678/1982, 6828/1982, 7140/1982, 12368/1982, 26004/1982, 27301/1982, 5463/1982, 8153/1983, 9877/1983, 14252, 1983, 34398/1983, 59710/1983, 10964/1984, 42758/1984, 43668/1984, 051665/1985, 12060/1985, 12061/1985.
2. “Divisão de Segurança e Informação” – Ministérios das Relações Exteriores, Caixas: 415, 417, 439.
3. “Departamento de Polícia Federal” – Ministério da Justiça, Caixa 430, pastas: 3-B, 4-B, 15-A.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundo “Polícias Políticas”. Setores:

1. “Departamento Geral de Investigações Especiais”, Seção “Movimento Religioso”, Pastas n.º: 247, 247-A, 247-B, 247-C, 305,
2. “Inquéritos”: Pasta n.º 18.
3. “DOPS”: Pastas n.º: 162; 174.
4. “Secreto”: Pastas n.º: 49, 154.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - Série Dossiês DEOPS-SP - dossiê 50-G-00, Pasta 18.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO CIENTÍFICA “Prof. Casemiro dos Reis Filho” (CEDIC). PUC-SP. Fundo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul. Caixas: 16, 17, 18, 19.

BRASIL: NUNCA MAIS DIGIT@L - Acervo do Conselho Mundial de Igrejas, Pastas:

429.07.01_01; 429.07.01_08; 429.07.01_02; 429.07.03_2_5; 429.07.01_2_1; 429.07.03_01.
Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br>>. Acesso em: ago. 2013.

Vídeos:

30 anos de Brasil: Nunca mais
Dom Paulo Arns – Lançamento do livro BNM em Natal – RN
Acervo BNM – Depoimento Marco Aurélio Garcia

Depoimentos BNM – Eny Raimundo Moreira
Depoimentos BNM – Luís Carlos Sigmaringa Seixas
Depoimentos BNM – Paulo Vannuchi
Depoimentos BNM – Luís Eduardo Greenhalgh
Depoimentos BNM – Vanya Santana
Dom Paulo: Coragem e Fé

Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/#!/videos>>. Acesso em: ago. 2013.

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS:

Revista *Tempo e Presença*, Rio de Janeiro, edições: n. 157, fev. 1980, n. 160, jun. 1980, n. 158, mar.-abr. 1980, n.^{os} 274, 275, 276, 277, 278 todas de 1994, n. 224, out. 1987.

Boletim CEI, Rio de Janeiro, n. 100, mar. 1975. p. 2,

Editorial. *Tempo e Presença*. Rio de Janeiro, n. 224, out. 1987.

O Globo, Rio de Janeiro, 04 jun. 2009.

FASCÍCULO:

COLEÇÃO 100 ANOS DE REPÚBLICA: Um retrato Ilustrado da História do Brasil. (1974-1981). 10 volumes. São Paulo: Nova Cultural. 1989.

SITES E OUTROS DOCUMENTOS DA INTERNET:

BARROS, JORGE ANTONIO. A tortura é uma doença: O pastor mais ecumênico do Brasil revela como evangélicos colaboraram com a repressão política. Entrevista com o pastor Jaime Wright.

Disponível em:<<http://www.dhnet.org.br/denunciar/tortura/textos/barros.htm>>. Acesso em: 06 mai. 2013.

CARDOSO, Rodrigo. Os evangélicos e a ditadura militar - Documentos inéditos do projeto Brasil: Nunca Mais - até agora guardados no Exterior - chegam ao País e podem jogar luz sobre o comportamento dos evangélicos nos anos de chumbo. *Isto é*, Edição 2170, 10. jun. 2011. Disponível em:

<http://www.istoe.com.br/reportagens/141566_os+evangelicos+e+a+ditadura+militar.>. Acesso em: 04 ver. 2014.

CONSELHO NACIONAL DAS IGREJAS CRISTÃS DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.conic.org.br/cms/cf-ecumenica>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Grupo de trabalho “Papel das igrejas durante a ditadura”. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/index.php/2012-05-22-18-30-05/veja-todos-os-grupos-de-trabalho/28-papel-das-igrejas-durante-a-ditadura>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA – Lista de formandos do Curso de Informações de 1968. Disponível em: <<http://www.esg.br/cursos/turma-de-1968/>>. Acesso em: 03 jan. 2014.

FACULDADE DE TEOLOGIA DA UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO. Ato público de repatriação dos documentos do projeto Brasil: nunca mais - Reflexões sobre medidas de verdade: do Brasil nunca mais a uma comissão da verdade. Depoimento de Anivaldo Padilha. Disponível em:

<http://www.metodista.br/fateo/noticias/Anivaldo_Padilha_Depoimento.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2014.

KOINONIA PRESENÇA ECUMÊNICA E SERVIÇO. Disponível em: <<http://www.koinonia.org.br/comunicacao-periodicos.asp>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

LEBOUTTE, Alexandre. “Falta punir quem torturou para fazer a justiça de transição”, diz Guazzelli. *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, 12 mai. 2014, Entrevista Especial. Disponível em: <<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=158013>>. Acesso em: 02 mar. 2014.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF) 3ª REGIÃO – Assessoria de Comunicação Social da Procuradoria Regional da República - 3ª Região (São Paulo – Mato Grosso do Sul). PRR-3 sedia ato de repatriação dos documentos do acervo do Brasil: Nunca Mais, 15. jun. 2011. Disponível em: <<http://www.prr3.mpf.gov.br/content/view/582/2/>>. Acesso em: 30 jul. 2011.